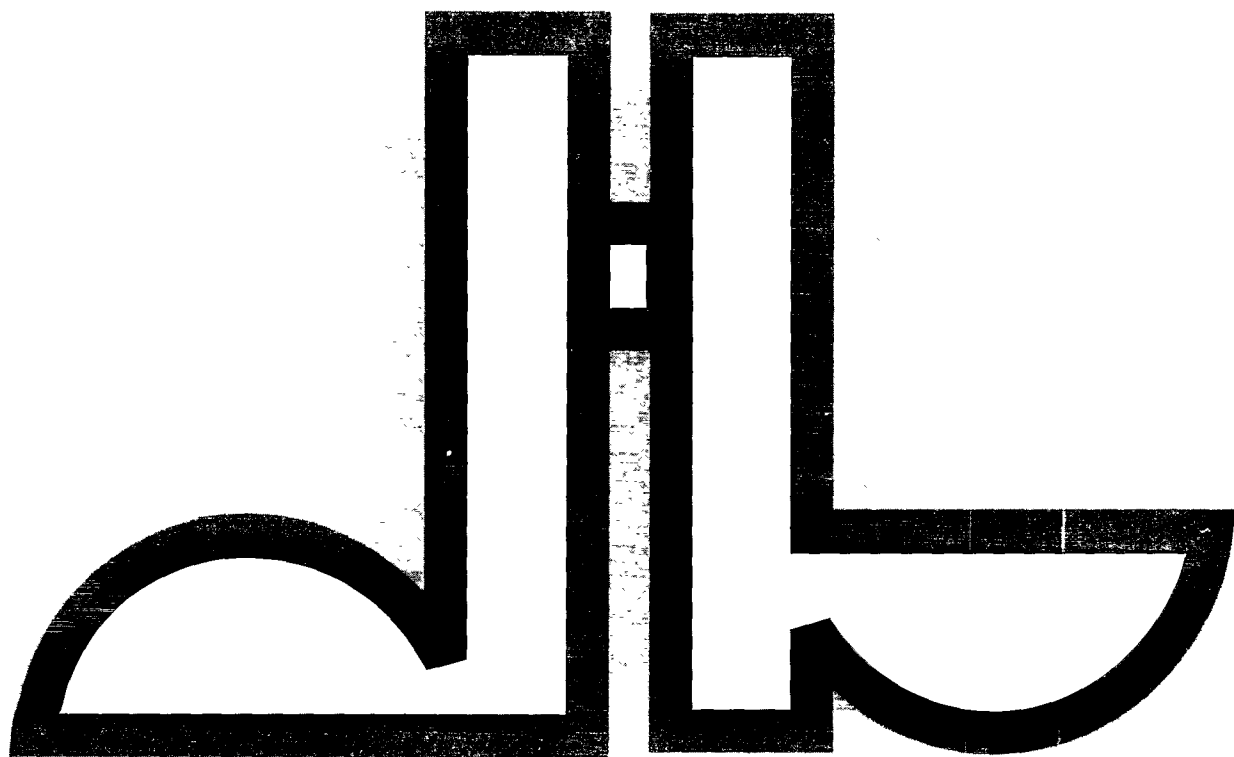




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE

Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - PFL -BA**

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado **HERÁCLITO FORTES - PFL-I**

2º VICE-PRESIDENTE

Senadora **JÚNIA MARISE - Bloco - (PT/PDT/PSB/PPS) -MG**

1º SECRETÁRIO

Deputado **UBIRATAN AGUIAR - PSDB- CE**

2º SECRETÁRIO

Senador **CARLOS PATROCÍNIO - PFL-TO**

3º SECRETÁRIO

Deputado **PAULO PAIM - Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) - RS**

4º SECRETÁRIO

Senador **LUCÍDIO PORTELLA - PPB -PI**

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

5ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 28.08.97.....	00004
6ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 04.09.97.....	00017
6ª Reunião Ordinária, realizada em 12.08.97.....	00038
7ª Reunião Ordinária, realizada em 19.08.97.	00040
8ª Reunião Ordinária, realizada em 04.09.97.	00062
9ª Reunião Ordinária, realizada em 18.09.97.	00071
10ª Reunião Ordinária, realizada em 25.09.97.	00072
1ª Reunião Regional, realizada em 11.09.97.	00082
2ª Reunião Regional, realizada em 15.09.97.	00092
3ª Reunião Regional, realizada em 16.09.97.	00101
4ª Reunião Regional, realizada em 29.09.97.	00122
5ª Reunião Regional, realizada em 14.10.97.	00135
11ª Reunião Regional, realizada em 07.10.97.	00143
12ª Reunião Regional, realizada em 23.10.97.	00162

– MESA DO CONGRESSO NACIONAL

**– COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**– COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

**SEXTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QUINQUAGÉSIMA LEGISLATURA**

**ATA DA QUINTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO
MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 1997.**

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas e trinta e três minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário número 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Primeiro Vice-Presidente, Deputado ARNALDO MADEIRA, para ouvir o Ministro-Relator do Tribunal de Contas da União, Dr. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA, para apresentar o Parecer Prévio sobre as Contas do Presidente da República referentes ao exercício de 1996. Compareceram à reunião os membros titulares, Deputados Adauto Pereira, Alexandre Ceranto, Arlindo Chinaglia, Armando Abílio, Arnaldo Madeira - Primeiro Vice-Presidente, Barbosa Neto, Betinho Rosado, Cipriano Correa, Danilo de Castro, Felipe Mendes, Flávio Palmier da Veiga, Genésio Bernardino, Giovanni Queiroz, Israel Pinheiro, João Coser, João Fassarella, João Leão, Júlio César, Leônidas Cristino, Marcus Vicente, Osvaldo Reis, Pedro Canedo, Pimentel Gomes, Roberto Balestra, Sarney Filho, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro e Silvernani Santos, Senadores Antônio Carlos Valadares, Carlos Patrocínio, Jefferson Péres e Romero Jucá; os membros suplentes, Deputados B. Sá, Hélio Rosas, Laura Carneiro, Roberto Pessoa e Sandro Mabel. Foi registrado, ainda, o comparecimento da Deputada Maria Valadão, parlamentar não integrante da Comissão.

ABERTURA: O Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando a honrosa participação do Ministro do Tribunal de Contas da União, a quem passou a palavra para apresentação do sumário do seu Relatório. Encerrada a leitura, o Senador Carlos Patrocínio solicitou a distribuição do referido documento aos parlamentares presentes no plenário, obtendo acolhimento da Presidência. A seguir, o Presidente informou a impossibilidade da permanência em plenário do Senador Jefferson Péres, parlamentar designado para emitir parecer às Contas em referência. Anunciou, ainda, que o Deputado João Fassarella procederia à leitura dos questionamentos formulados pelo Relator. Discutiram, ainda, os Deputados João Fassarella, Sérgio Miranda, Arlindo Chinaglia, Giovanni Queiroz, João Leão e o Senador Carlos Patrocínio.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença do convidado, fazendo breve consideração acerca do assunto

e, em seguida, encerrou a reunião, às doze horas e trinta e um minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no *Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta*. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador NEY SUASSUNA, Presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, RE- ALIZADA EM 28/08/97

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

5ª REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, EM 28/08/97

Palestrante:

PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro-Relator do Tribunal de Contas da União

Pauta:

**Apresentação do Parecer Prévio às
Contas do Presidente da República para
1996.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Declaro aberta a 5ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Tenho a honra de apresentar ao Plenário o Exmo. Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Paulo Affonso Martins de Oliveira, Ministro-Relator do parecer prévio das contas do Presidente da República para 1996.

Informo aos senhores que esta reunião foi convocada em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 24 da Resolução nº 02, de 1995, do Congresso Nacional.

Passo a palavra ao Ministro Paulo Affonso para apresentação do parecer prévio às contas do Presidente da República para 1996 e informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Sr. Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Arnaldo Madeira, Srs. Congressistas, e para mim motivo de honra comparecer a esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização representando o Tribunal de Contas da União, na qualidade de Ministro-Relator das contas referentes ao exercício de 1996, prestadas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Prof. Fernando Henrique Cardoso, nos termos do art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal. Assim, cumprindo o disposto no parágrafo

único do art. 24 da Resolução nº 02, de 1995, do Congresso Nacional, venho prestar esclarecimentos a respeito do parecer prévio aprovado pelo Tribunal de Contas da União na sessão extraordinária de 10 de junho do corrente exercício.

Atendendo ao que estabelece o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União, dentro do prazo constitucional, encaminhou ao Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional o Aviso nº 343-SGS-TCU, com o relatório por mim elaborado, o parecer prévio aprovado pelo Tribunal e as declarações de voto emitidas pelos Ministros da Egrégia Corte, pertinentes à apreciação das mencionadas contas.

Em face disso, mais uma vez, o Tribunal de Contas da União presta importante auxílio para o exercício da soberana e exclusiva competência do Congresso Nacional de julgar as contas da União referentes ao exercício anterior, que lhe são prestadas anualmente pelo Presidente da República na forma estabelecida no art. 49, inciso IX, da Carta Magna.

Ao ensejo desta audiência pública cabe registrar, inicialmente, que a Lei nº 8.443, em seu art. 36, caput, determina que o Tribunal aprecie as contas prestadas pelo Presidente da República na forma estabelecida no art. 172 do seu Regimento Interno.

É oportuno aduzir ainda que, de acordo com o art. 36, parágrafo único, da citada lei e o art. 173, incisos X e XI, do Regimento Interno do Tribunal, as mencionadas contas são constituídas pelos Balanços-Gerais da União e se fazem acompanhar do relatório do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e dos demonstrativos contábeis que congregam a realização da receita e a execução da despesa no citado exercício financeiro, inerentes aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Indireta e Fundos Especiais dos Poderes da União e apreciadas pelo Tribunal mediante elaboração de parecer prévio.

Dentre os preceitos legais e regimentais que balizaram e fundamentaram a apreciação dessas contas, além dos já citados, destaquem-se.

- o art. 176 do Regimento do Tribunal, que estabelece que o Ministro-Relator, além dos elementos contidos nas contas prestadas pelo Presidente da República, poderá solicitar esclarecimentos adicionais e efetuar pesquisas que entenda necessárias à elaboração do seu relatório; e

- o caput do art. 181 do mesmo Regimento que prescreve que o parecer prévio do Tribunal será conclusivo no sentido de opinar se os Balanços-Gerais da União representam adequadamente o posição financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31 de dezembro, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Federal.

Vale ressaltar que, dando início ao processo de apreciação das contas do Governo referentes ao exercício de 1996, submeti ao Plenário do Tribunal de Contas da União as diretrizes para a elaboração do meu relatório, as quais foram aprovadas em 13 de dezembro de 1995.

Assim, ficou evidenciado que, no âmbito do Tribunal, a análise das Contas prestadas pelo Presidente da República observaria um roteiro previamente estabelecido, de conformidade com as exigências das normas regulamentadoras. Nesse aspecto, as principais peças são os Balanços-Gerais da União, com os documentos e demonstrativos contábeis que os acompanham.

Desse modo, o relatório do Tribunal contém dados e informações colhidos desses balanços e de documentos solicitados adicionalmente aos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Federal, abrangendo os três Poderes.

Foram também executados trabalhos que devem merecer a atenção do Congresso Nacional e da sociedade brasileira, cujos resultados estão presentes no relatório, com análises e demonstrativos, destacando-se as auditorias especiais realizadas em determinados programas da área social voltados para a educação, a saúde e o saneamento básico.

É preciso observar que o legislador quis separar a responsabilidade do Presidente da República daquela pertinente aos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta de quaisquer dos Poderes da União, pois, sobre as contas específicas destes, o Tribunal exerce função judicante, situação diversa da que ocorre nas contas anuais prestadas pelo Presidente da República, em que exerce função analítica, nos termos do art. 71, incisos I e II, da Constituição Federal.

A propósito, abrindo um parêntesis, registro que o Tribunal, durante o ano de 1996, no exercício dessa função judicante, apreciou um total de 15 mil e 77 processos, assim distribuídos: prestações e tomadas de contas, inclusive especiais — 5.281; concessões (aposentadorias e pensões) — 5.335, admissões de pessoal — 2.447; auditorias — 548; denúncias — 161; consultas — 41; recursos — 363, representações — 230; administrativos — 145, e outros assuntos — 526.

Os acórdãos condenatórios, nos termos do art. 23, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.443, equivalem a título executivo bastante para cobrança judicial da dívida decorrente de débito e/ou multa. Essa situação ensejou a formalização de 308 processos de cobrança executiva, perfazendo o total de 29,8 milhões de UFIRs durante o exercício mencionado.

Esclarecidas as diferenças entre a apreciação das contas prestadas pelo Presidente da República e o julgamento daquelas referentes aos demais administradores, passo ao exame do relatório analítico e do parecer previo do Tribunal, que contém informações sobre a ação governamental quanto aos aspectos relacionados com a observância de normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos federais e aos seus reflexos no desenvolvimento econômico e social do País. Além disso, constam também análises dos Balanços-Gerais da União, dos demonstrativos contábeis, do desempenho da economia brasileira e da política econômico-financeira do Governo Federal no decorrer do exercício, com ênfase para os agregados macroeconômicos, os indicadores de produção, de preços e salários, de emprego e do comércio externo, para a execução financeira do Tesouro Nacional e o desempenho individualizado das dívidas públicas mobiliárias federal, estadual e municipal, bem como o exame sucinto dos empréstimos para instituições financeiras sob o amparo do PROER.

Assim, Sr. Presidente e Srs. membros desta Comissão, destaquei, para análise desta comissão, alguns tópicos que entendo de grande relevância, os quais detalho a seguir:

Propostas de Reforma do Setor Público

Para o Governo, a reforma administrativa é componente indissociável do conjunto de mudanças constitucionais que propõe à sociedade, visando à reestruturação do Estado e à redefinição de seu papel e forma de atuação. Aliás, o tema não é novo. Quando relatei as contas do Governo de 1991, tive a oportunidade de incluir no relatório matéria sobre o assunto, apresentando a realidade e a evolução das reformas administrativas implementadas no País até aquele exercício.

Quanto à reforma previdenciária, para garantir direitos expressos em normas constitucionais, observou-se a precipitação do elevadíssimo número de dois milhões e 59 mil aposentadorias no exercício de 1996.

É oportuno lembrar que as reformas estão sendo promovidas em diversos países. Todavia, o desafio é encontrar a solução politicamente viável para um sistema mais eficiente do ponto de vista econômico, financeiro e atuarial. Há de se ressaltar, entretanto, que qualquer que seja a reforma a ser implementada, ela deve ter seus pontos essenciais claramente definidos, evitando-se que o tema venha a ser tratado de forma intermitente.

O Poder Executivo encaminhou a Proposta de Emenda à Constituição nº 175/95, de Reforma Tributária e Fiscal, alterando o capítulo do Sistema Tributário Nacional, com vistas a elidir o desequilíbrio orçamentário e o

Jescontrole fiscal, a permitir uma melhor distribuição da carga tributária entre os contribuintes, sem ampliá-la, e a diminuir a sonegação e elisão fiscal, tomando mais efetiva a fiscalização tributária.

Acompanhamento da Execução Orçamentária

No tocante à execução orçamentária do exercício de 1996, ao se registrar a análise da realização da receita e da execução da despesa, demonstrou-se que os gastos com pessoal vêm-se mantendo em patamares próximos aos verificados em exercícios anteriores, ficando bem abaixo do limite estabelecido pela Lei Complementar nº 82/95, que os dispêndios com a rolagem e encargos da dívida vêm tendo, anualmente, uma participação cada vez mais significativa no total dos gastos orçamentários, e que os gastos de várias empresas estatais, especialmente as do setor de telecomunicações, ultrapassaram os limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

No exercício de 1996, dos 85 atos legais relativos à abertura de créditos adicionais, oitenta foram editados no mês de dezembro, denotando aparente falta de planejamento orçamentário.

Produto Interno Bruto

O produto Interno Bruto apresentou crescimento real de 2,1% até o terceiro trimestre de 1996, segundo estimativas preliminares da Fundação IBGE. Essa taxa de variação real do PIB é proveniente de um crescimento de 0,6% do setor industrial, de 1,8% do setor agropecuário e de 3,5% do setor de serviços.

De acordo ainda com as estimativas preliminares da Fundação IBGE, o PIB a preços correntes, em 1996, correspondeu a 752 bilhões e 400 milhões de reais.

Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional — PROER

A apreciação do referido programa foi realizada com base em dados e informações fornecidos pelo Banco Central do Brasil, valendo ressaltar que alguns deles, referentes a instituições financeiras, continham reserva de não identificação. Todavia, essa situação foi contornada após o registro no relatório aprovado pelo tribunal, que levou ao encaminhamento de novas informações ao Congresso Nacional, por meio do Aviso nº 636 do Presidente do Tribunal de Contas da União.

Impende assinalar ainda que a partir de julho de 1996 o Banco Central do Brasil não mais divulgou, em seu boletim mensal, as operações do PROER como fator de expansão da base monetária, passando a agregá-las na rubrica "Assistência Financeira de Liquidez", que não apresenta nível de desagregação suficiente para permitir a verificação do montante das mencionadas operações que impactaram a base monetária.

Entretanto, da análise dos dados e informações disponíveis, pode-se concluir que o Governo socorreu instituições financeiras até o final de 1996 com empréstimos da ordem de 14 bilhões e 900 mil reais.

Programa Nacional de Desestatização

O Tribunal vem realizando acompanhamento permanente da execução e do desenvolvimento do Programa Nacional de Desestatização. Assim, nas presentes contas, verificaram-se a eficiência e a eficácia com que foram atingidos os objetivos do Programa, examinando-se, para tanto, as inclusões e privatizações ocorridas no decorrer do exercício, os valores arrecadados, as moedas utilizadas, os gastos efetuados, o direcionamento dos recursos recebidos, a alienação de participações minoritárias detidas pelo Governo e os resultados obtidos.

Constatou-se, então, que das cinquenta e duas empresas alienadas ao setor privado, vinte e duas eram controladas pela União, vinte e cinco eram participações minoritárias da PETROQUISA e da PETROFÉRTIL e cinco eram concessões de malhas da Rede Ferroviária Federal.

Da análise procedida no resultado global do PND, verificou-se que o valor obtido com a alienação das referidas cinquenta e duas empresas foi de 13

bilhões e 600 mil dólares, considerando todas as moedas recebidas, sendo 5 bilhões e 500 mil dólares resultantes da alienação de empresas do setor siderúrgico, 2 bilhões e 700 mil dólares do setor elétrico, 2 bilhões e 700 mil dólares do setor petroquímico e 2 bilhões e 700 mil dólares dos demais setores (fertilizantes, ferroviário e outros).

As moedas recebidas como resultado da venda dessas empresas devem ser direcionadas para o resgate da dívida mobiliária federal ou para a aplicação em determinados setores governamentais considerados prioritários para a ação do Governo.

No entanto, o Governo Federal não pôde fornecer as informações solicitadas quanto à destinação dos recursos e suas vinculações aos elementos de despesa, por não ter bases suficientes que permitiram o conhecimento desses dados. E, quanto à aplicação de recursos na redução do endividamento interno, os valores fornecidos não coincidiram com aqueles que foram levantados junto ao SIAFI para as fontes e os exercícios analisados, tendo em vista a falta do acerto contábil (*clearing*), que estava sendo implementado entre o Tesouro Nacional e o BNDES, gestor do PND.

Quanto aos custos e despesas incorridas com as privatizações, objetivando a concretização das vendas das empresas, foram apresentados no relatório os valores executados com esses gastos, que, em termos de despesas reembolsáveis, atingiram o montante de 108 milhões e 600 mil reais até o exercício em exame.

Os demais gastos realizados com a privatizações, sob o enfoque de despesas reembolsáveis, atingiram 5 milhões e 200 mil reais, incluindo auditoria de processo, taxas, emolumentos e outras despesas.

Observando-se os investimentos realizados pelo Governo Federal no Orçamento de Investimento das empresas estatais, verificou-se o impacto sobre o conjunto das estatais privatizadas, notando-se, todavia, que todas as empresas desestatizadas trouxeram considerável economia orçamentária.

O objetivo de democratizar o capital das empresas privadas não foi ainda alcançado. As ações alienadas concentraram-se nas mãos de poucos e seletos grupos empresariais, em que pese a participação dos empregados dessas empresas na aquisição de ações. Tal fato levou o Governo a iniciar a análise das repercussões econômicas dessa concentração de controle acionário por pequenos grupos.

Gastos com a Área Social

Relativamente aos programas sociais, conforme dados fornecidos pelo Governo, destacaram-se os seguintes pontos.

a) na área de educação foram gastos recursos da ordem de 6 bilhões e 800 milhões de reais nos dezenove programas do Sistema de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, dos quais 3 bilhões e 700 milhões com o ensino superior, correspondentes a 54,3%, e apenas 67 milhões e 500 mil reais com o ensino fundamental, equivalentes a 1% do total dos gastos, e

b) na área de saúde, os recursos do SUS repassados às Unidades da Federação, envolvendo Autorizações para Internamento Hospitalar — AIH e serviços ambulatoriais, indicaram um agravamento das desigualdades regionais, destinando maior volume de recursos para os Estados mais ricos. Não tem sido a demanda por saúde da população mais carente que vem determinando o fluxo dos gastos do SUS, mas a capacidade de oferta de serviços de saúde, tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos — esta, sim, tem determinado o valor *per capita* dos gastos do SUS. Essa situação tem-se agravado ainda pelo fato de que, nas regiões mais ricas, boa parte da população tem acesso à saúde privada não credenciada pelo SUS e aos planos de saúde particulares, o que faz aumentar o valor *per capita* daqueles que realmente utilizam o SUS, alargando, assim, o abismo entre os serviços de saúde prestados aos Estados mais ricos e aos mais pobres da Federação.

No que tange à área da educação, registrou-se a promulgação, em 12 de setembro de 1996, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1997, da Emenda Constitucional nº 14, que modificou os arts 34, 208, 211 e 212 da Constituição e deu nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, com a finalidade de corrigir disparidades sociais e regionais no setor.

No exercício de 1996, ainda na vigência do texto constitucional não modificado, verificou-se que, embora observado o mandamento constitucional de aplicação mínima de 18% de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino, mais uma vez ocorreu a concentração desses recursos no ensino superior, ferindo preceito constitucional que assegurava prioridade ao atendimento das necessidades do ensino fundamental, bem assim a inobservância da exigência de aplicação de pelo menos de 50% desses recursos na erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental, a que se refere o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Em que pese ter havido significativo crescimento de 42,9% na aplicação de recursos no ensino fundamental em relação ao exercício anterior, quando havia sido aplicado apenas 0,7% do total gasto daquele sistema, o que se observa é que o preceito constitucional que assegurava prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do § 3º do art. 212, combinado com o art. 60 do Ato das Disposições Transitórias, não foi cumprido ao nível federal durante os últimos oito anos.

Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal e encargos sociais realizadas no exercício de 1996 alcançaram o montante de 40 bilhões e 900 mil reais, que corresponderam a 26,6% das despesas correntes e a 14,1% da despesa orçamentária total, tendo sido executadas de duas formas: aplicações diretas e transferências a Estados e ao Distrito Federal. As transferências totalizaram 2 bilhões de reais, correspondentes a 5,0% das despesas de seu grupo, e as aplicações diretas somaram 38 bilhões e 800 milhões de reais, representando 95,0% do seu grupo.

Confrontados esses gastos com as receitas correntes líquidas, que atingiram a cifra de 89 bilhões e 300 milhões de reais, verificou-se uma participação de 45,8%, que está abaixo do limite de 60% estabelecido pela Lei Complementar nº 82.

Essa situação contrasta com a de muitos Estados e Municípios da Federação, cujas folhas de pagamento consomem parte substancial de suas receitas, chegando até a superá-las, o que mostra uma detenção insustentável nas finanças dessas entidades.

Reservas Internacionais

O estoque de reservas internacionais do Banco Central do Brasil, ao final do exercício de 1996, atingiu o valor de 60 bilhões e 100 milhões de dólares, demonstrando significativo aumento em relação aos 51 bilhões e 800 milhões registrados ao final de 1995 e aos 38 bilhões e 800 milhões de dólares, no final de 1994. Observa-se, portanto, um processo de acumulação de reservas internacionais, propiciado pelo fluxo de capitais externos.

Esse estoque resultou de ingressos líquidos de capitais, no valor de 32 bilhões e 300 milhões de dólares, e permitiu a cobertura do saldo das transações correntes, como também a acumulação de 8 bilhões e 600 milhões de dólares de ativos de curto prazo em poder do Banco Central.

Os recursos de longo prazo, representados por empréstimos, financiamentos e investimentos diretos, financiaram 92,7% do déficit em conta corrente no exercício de 1996, comparativamente ao financiamento de 60,4% em 1995.

Segundo informação do Banco Central, a movimentação de capitais de curto prazo viabilizou ingressos líquidos de 3 bilhões e 900 milhões de

dólares, valor esse significativamente inferior ao de 18 bilhões e 800 milhões de dólares registrados em 1995, o que evidencia menor importância desses recursos como fonte de financiamento do déficit em conta corrente.

Desempenho da Economia Brasileira

A economia brasileira, no decorrer do exercício em exame, foi analisada por meio de indicadores conjunturais, que registraram a retomada gradual da atividade econômica em um cenário de queda de inflação e de crescimento de alguns setores produtivos, ainda que moderadamente. No entanto, o equilíbrio das contas do setor público e das transações correntes do balanço de pagamentos, aflorou como importante para a consolidação da estabilidade e a retomada sustentada da atividade econômica.

Embora a economia tenha conseguido o desempenho esperado, algumas medidas importantes foram adotadas no sentido de viabilizar a evolução das contas fiscais e externas, inclusive medidas como a renegociação de passivos do setor público e a desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Exportações. Apesar dessas medidas terem ocorrido com certo atraso, deverão incrementar as exportações a médio prazo.

A expectativa que se registrou para a economia é corroborada pela manutenção da política monetária orientada para a liberação gradual do crédito, de forma a viabilizar o crescimento, sem, contudo, permitir que pressões de demanda agregada venham comprometer o processo de estabilização em marcha, e pelo resultado positivo dos setores industrial e comercial, com ênfase para as vendas de veículos, em um contexto de níveis reduzidos de estoques.

O desempenho da economia fez-se refletir sobre os salários e o nível de emprego no setor privado, estando a inflação em índices favoráveis, com tendência de declínio. Essa situação resulta, especialmente, da exposição da produção interna a concorrência de produtos externos.

Balanços-Gerais da União

Do exame realizado nos Balanços-Gerais da União referentes ao exercício de 1996, concluiu-se que os demonstrativos contábeis expressaram, com fidelidade, a situação da União no tocante aos órgãos e unidades da Administração Direta e Indireta vinculadas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, tendo sido observado o mecanismo das eventuais transferências intragovernamentais, que, criado a partir de 1993, tem o objetivo de dar maior transparência à execução de todo o universo dos Orçamentos da União.

A execução dos orçamentos comportou-se dentro dos limites dos créditos autorizados, registrando-se superávit orçamentário corrente de 3 bilhões e 400 milhões de reais, equivalente a 2,2% das Receitas Correntes, e superávit de capital no valor de 5 bilhões e 800 milhões, correspondente a 4,1% das Receitas de Capital.

O resultado da execução financeira apresenta um superávit de 5 bilhões e 800 milhões de reais, demonstrado no Balanço Patrimonial pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, representando 3,8% das Receitas Correntes.

O Patrimônio Líquido de 150 bilhões e 100 milhões de reais, que é a diferença entre o Ativo e o Passivo após a apuração do resultado, apresentou, no exercício em análise, a condição de superavitário devido à correção dos imóveis e dos créditos da União junto aos Estados e Municípios por avals honrados.

A receita de caixa do Tesouro Nacional atingiu o valor de 97 bilhões e 100 milhões de reais e a despesa realizada somou 106 bilhões e 200 milhões de reais, apresentando, portanto, um déficit de caixa de 9 bilhões e 100 milhões de reais. Em relação ao exercício anterior, cujo déficit de caixa foi de 3 bilhões e 900 milhões de reais, a preços correntes, verificou-se uma variação nominal de 128,4%.

Diante do que foi relatado, o Tribunal houve por bem fazer recomendações sobre alguns temas, dentre os quais os seguintes: atendimento aos

dispositivos constitucionais sobre a aplicação dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino; cumprimento por parte das empresas estatais dos limites fixados na Lei Orçamentária Anual; agilização da cobrança dos créditos inscritos na Dívida Ativa, cujo saldo ao final do exercício analisado alcançou o montante de 40 bilhões e 200 milhões de reais; necessidade de maior clareza nos Balanços-Gerais da União, especialmente quanto à destinação dos recursos provenientes da venda de empresas estatais e ao impacto do recebimento de moedas utilizadas no PND na redução da dívida pública.

O projeto de parecer prévio foi submetido ao Plenário do Tribunal e aprovado por unanimidade, tendo em vista que os Balanços-Gerais da União representaram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31 de dezembro de 1996, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Federal. Via de consequência, as contas prestadas pelo Presidente da República estão em condições de serem aprovadas pelo Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, essas são as informações que considere relevantes sobre o parecer prévio das contas do Presidente da República, com o propósito de esclarecer aos ilustres integrantes desta Comissão Mista, os principais aspectos da apreciação do Tribunal.

Assim, reitero a minha satisfação de estar aqui para o cumprimento dessa honrosa tarefa. Agradeço a atenção que me foi dispensada e coloco-me, desde já, à disposição de V. Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Muito obrigado.

O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Tem V. Exa. a palavra.

O SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - Gostaria de perguntar ao Exmo. Ministro se o relatório que nos apresentou consta do livro, *ipsis litteris*.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Este trabalho que eu li é uma exposição. No livro que foi distribuído constam o parecer prévio, na íntegra, que é longo, e um resumo desse parecer prévio, que eu li perante o Tribunal.

Portanto, a matéria que foi objeto de decisão do Tribunal encontra-se na íntegra neste volume, inclusive as declarações de voto que cada Ministro apresentou.

O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exa. que também mande imprimir essa exposição, para que os Parlamentares possam a ela ter acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Já estão sendo providenciadas as cópias, que serão distribuídas em seguida.

Quero informar ao Plenário que o Senador Jefferson Peres, Relator do processo de avaliação das contas do Governo Federal, antes de começarmos a reunião, informou que não poderia estar aqui presente por ter de comparecer a uma reunião da Comissão de Economia do Senado Federal que se realiza simultaneamente. S. Exa. deixou aqui formuladas suas questões ao Ministro, e eu pedirei ao Deputado João Fossarella que faça a leitura das questões do Sr. Relator da matéria. Em seguida, passarei a palavra aos inscritos.

O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, mais uma vez, sem querer incomodar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Tem V. Exa. a palavra.

O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - É que o Senador Jefferson Peres também me pediu que formulasse algumas perguntas — não sei se são as mesmas. Por isso, gostaria de ouvir primeiro o Deputado João Fassarella.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madera) - Tem a palavra o Deputado João Fassarella.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, Sr. Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira, vou ater-me inicialmente à leitura das questões formuladas pelo ilustre Relator, Senador Jefferson Peres.

Em sua opinião, Ministro, quais devem ser os objetivos básicos da prestação de contas feita pelo Presidente da República?

O SR. PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Eu responderei a cada pergunta separadamente, porque elas devem ter aspectos diferentes. Acho que assim ficaria melhor.

Quanto à prestação de contas do Presidente da República, no parecer prévio que emiti anteriormente, em contas anteriores, há uma posição pessoal minha. O art. 70 da Constituição diz que o Presidente da República deve apresentar ao Congresso Nacional, sessenta dias após a instalação da sessão legislativa, a prestação de contas.

O que é a prestação de contas do Presidente da República? A opinião pública faz muita confusão a esse respeito, porque entende que na prestação de contas do Presidente da República esse seria o gestor do Orçamento. Na verdade, ele não é gestor. A meu ver, o Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional um Balanço Geral da União, demonstra a execução do Orçamento e faz uma análise neste balanço, que é feito pela Secretaria de Controle Interno do Governo. Ele me encaminha uma mensagem. Então, esse órgão do Poder Executivo faz análises do balanço. E tenta levar em conta o seguinte: a prestação de contas do Presidente da República é da União. Então, junto com sua prestação de contas, o Presidente da República manda a prestação de contas do Poder Judiciário e do Congresso Nacional.

É por isso que creio que a prestação de contas do Presidente da República é uma prestação da execução orçamentária, e não propriamente da gestão da administração.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Segunda: como as contas são atualmente organizadas? Elas cumprem seus objetivos?

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - As contas atualmente organizadas são elaboradas com fundamento na Lei nº 4.320, que trata da contabilidade da União. Esta lei está vigorando há mais de trinta anos. E o Congresso Nacional, creio que na Comissão de Finanças, está elaborando a modificação dessa lei, inclusive propondo a sua revogação expressa.

Então, na medida em que o próprio Congresso Nacional entende que esta lei tem de ser totalmente revista, chega-se à conclusão de que os Balanços-Gerais da União não devem estar cumprindo, satisfatoriamente, esta realidade.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Teríamos como separar as contas de cada Poder da União como forma de atribuir responsabilidades?

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Isso de certa forma já acontece. As duas Casas do Congresso Nacional prestam contas ao Tribunal de Contas da União. Na Câmara dos Deputados o gestor é o Diretor-Geral, no Senado Federal, o gestor é o próprio Presidente do Senado. E no Poder Executivo, cada órgão, cada Tribunal Superior presta contas da sua respectiva entidade. No entanto, no Balanço Geral da União vem também essa prestação de contas, nos termos constitucionais.

Creio que deveria ficar definido o que é o Balanço Geral da União, que é encaminhado pelo Presidente da República, no sentido da independência dos Poderes.

Então, como as Casas do Congresso Nacional prestam contas da gestão do Orçamento ao Tribunal de Contas, assim como os Tribunais Superiores e os órgãos do Poder Executivo, os gestores, creio que essa lei deveria definir claramente esse encaminhamento de contas.

Anteriormente, nos termos da Constituição de 1946, as prestações de contas das respectivas Casas do Congresso eram apresentadas ao Plenário, não iam ao Tribunal de Contas. A Câmara dos Deputados elaborava a prestação de contas, encaminhava-a ao Plenário, que a discutia e aprovava ou rejeitava. E ocorria o mesmo no Senado Federal. Mas, com a Emenda Constitucional nº 1, isso foi sendo modificado e realmente merece uma atenção maior.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - A regulamentação da prestação de contas restringe-se a um artigo da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, com o detalhamento do Regimento Interno. V. Exa. considera essa regulamentação suficiente?

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Acredito que sim, porque a regulamentação determina expressamente que examinemos o Balanço Geral da União, em termos contábeis e patrimoniais. O balanço nada mais é do que uma peça de haver e dever. O Tribunal, por meio de seus técnicos e dos relatores, quando da emissão do parecer prévio ou do exame de contas, examina estritamente sob esse aspecto.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - O Relatório de Atividades de 1996 do Tribunal de Contas da União mostra que apenas 0,18% dos recursos desviados por maus gestores são ressarcidos nos processos de cobrança executiva no âmbito da Justiça. V. Exa. não acha que esse percentual é muito pequeno?

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Acho.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - O que poderia ser feito para melhorar essa situação?

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Acho que o ressarcimento é muito lento e muito burocratizado. Tanto assim que o Tribunal de Contas fez um convênio com a AGU e com a Procuradoria-Geral da União. O Tribunal não executa. Ele aciona a AGU, que promove a execução. Há também o convênio com a Procuradoria-Geral da República para que os Procuradores dos Estados agilizem essa cobrança. Mas a cobrança é lenta e, a meu ver, está relacionada com a dívida ativa da União.

Se examinarmos mais profundamente, perceberemos que a dívida ativa da União, no exercício de 1996, está em 40 bilhões de reais. Por que isso não é cobrado? Isso deve estar tudo em fase de execução. Essa dívida que ocorre é incorporada à dívida ativa da União. Portanto, entendo que deva haver uma total reformulação desse processo de cobrança executiva.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Por fim, a última indagação do Relator. Logo após a divulgação do parecer prévio do Tribunal de Contas da União, em 1996, abriu-se uma polêmica com o Poder Executivo, até com a intervenção direta do Presidente da República, sobre o desconhecimento de informações, especialmente nas áreas de saúde e educação. Depois, viu-se — até gostaria de confirmar essa afirmação — que era um problema de dupla contagem não eliminada pelo Tribunal e de critérios de apropriação de dados. A pergunta é se os números analisados e produzidos pelo Poder Executivo e pelo Tribunal são consistentes e confiáveis.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Posso informar a V. Exa., ilustre Relator, com absoluta segurança, que os dados constantes do relatório do Tribunal de Contas da União são corretíssimos.

Quanto ao caso em que o Presidente da República até fez declarações à imprensa de que fana uma representação ao Tribunal sobre a matéria,

recebemos dois documentos, não a título de representação um, do Ministério da Saúde, vindo não por meio do Ministro, mas do Secretário Executivo do Ministério, em que S.Sa. simplesmente não solicita nada e expõe; o segundo, do Presidente do Banco Central, sobre esses dados do PROER. O Tribunal comunicou — isso está no parecer previo — que, em determinado momento, o Banco Central não mais forneceu dado algum sob a alegação de sigilo bancário. Fato esse que, em outros assuntos, tem-se repetido constantemente e já é objeto de uma decisão, aliás, de uma decisão não, de um mandato de segurança, que se encontra no Supremo Tribunal, contra o Tribunal de Contas, que está exigindo o fornecimento desses dados.

No caso da saúde, foi esse problema da metodologia. É preciso esclarecer que, feito o balanço da União — porque o Tribunal louva-se no balanço da União — todos os dados constantes do parecer previo são dados existentes no Balanço Geral da União. Aprovado o Orçamento, os órgãos da administração passam adotar metodologia diversa. Quando o Poder Executivo encaminha os balanços gerais para o Tribunal de Contas, ele não esclarece coisa alguma nas notas explicativas. Em razão disso, temos de fofurvar-nos no que está escrito e não naquilo que o Executivo, na execução do Orçamento, adota metodologia diversa. Daí essa dúvida que surgiu, dúvida essa, a meu ver, que não prosperou, tanto assim que o Tribunal, até o momento, não recebeu nenhum tipo de representação.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, aproveitarei esta oportunidade para fazer duas indagações, já não do ilustre Relator, Senador Jefferson Peres. Uma é sobre o PROER. Aliás, V.Exa. chegou a comentar um pouco sobre essa questão.

Trata-se de uma questão sempre levantada, cuja justificativa apresentada pelo Governo e a de que ele não teria empregado efetivamente recursos do Orçamento no PROER, mas já estaria utilizando recursos próprios do Fundo de Compensação. Sempre há uma dúvida que paira sobre a execução do PROER. Quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1998, a Comissão havia aprovado e o Congresso Nacional aprovou um dispositivo que obrigava o Governo, o Banco Central a detalhar de forma mais clara e mais compreensível a questão do PROER, para permitir melhor transparência e, ao mesmo tempo, melhor conhecimento e melhor análise. Não creio que o parecer previo do Tribunal de Contas da União consiga esclarecer isso. O Governo nega que tenha destinado mais recursos ao PROER do que destinou para a saúde. A primeira questão é se seria possível, pelos dados existentes, detalhar melhor a questão da alocação de recursos da União no PROER e quais mecanismos poderiam ser utilizados para se obter melhor clareza nessa questão ou se efetivamente — parece que este é o argumento do Governo para negar informações — o sigilo bancário cria impedimentos em relação a isso. Gostaria de ouvir melhor sobre isso.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Na exposição que fiz e no parecer previo, essa matéria está mais detalhada. O Tribunal, em determinado momento, teve dificuldade, porque o Banco Central vinha publicando em seus boletins mensais os recursos liberados para o sistema do PROER. Em determinado momento ele suspendeu o exercício de 1996. Aliás, esse está suspenso até hoje. Quando o Tribunal tentou ter acesso a essa documentação, o Banco Central alegou sigilo bancário e que o Tribunal não tem competência ou poder de quebra do sigilo bancário, ainda que não seja propriamente uma quebra de sigilo bancário, e sim uma transferência do sigilo bancário para o Tribunal.

Isso nos leva a uma dificuldade muito grande, até com o Congresso Nacional. É muito comum o Congresso Nacional, quer através de Comissões, de CPIs, solicitar ao Tribunal que faça auditorias em determinados setores. Quando esses setores podem envolver sigilo bancário ou sigilo fiscal, o Tribunal nada pode fazer, porque não tem acesso. Então, eles recorrem ao Poder Judiciário. Vimos esses mandados de segurança no Supremo Tribunal, em que foram concedidas as liminares, uma de autoria do Diretor da Receita Federal e outra de autoria do antigo Presidente do Banco Central.

Se me permitem, sugiro ao Congresso Nacional que consiga essa disciplina em relação ao Tribunal de Contas da União, já que o Tribunal de Contas não tem condições de atender na plenitude aquilo que o Congresso deseja, as atuais condições, se não se modificar a legislação ou se o Supremo Tribunal entender que o Tribunal pode ter acesso. Aliás, já existe o parecer do Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, que entende que o Tribunal não tem acesso a documentos considerados sigilosos, quer de ordem fiscal, quer de ordem bancária, quer de ordem financeira.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Podia V.Exa. repetir? O Tribunal de Contas não tem direito ou tem direito?

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Não tem direito.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Trata-se de uma situação extremamente difícil, porque queremos a transparência das contas públicas. Não queremos fazer afirmações sem ter condições de comprová-las. Na LDO, o Governo vetou esse dispositivo, após um amplo entendimento da Casa de que isso seria necessário e útil. O Governo não honrou, até o entendimento feito entre todos os Parlamentares da Comissão, mas sim, vetou o dispositivo. Só posso entender que o Governo quer manter uma sombra, uma capa preta, uma caixa indecifrável em relação a essa questão do programa.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Se V.Exa. me permite, o Tribunal, nesse aspecto, não está querendo atingir a garantia individual de cidadão. O que o Tribunal procura saber é como a administração está atuando em relação aos inadimplentes...

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - É isso que a Casa quer.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - ... como seus funcionários estão atuando. Não interessa ao Tribunal saber se "a" ou "b" ou "c" está devendo, mas como a administração fiscaliza seus devedores. Apesar de o Supremo, num voto do Ministro Rezek, entender — já acho que seja uma abertura — que entre o interesse público e o interesse individual no sigilo bancário ou fiscal não prevalece o interesse individual, prevalece o interesse público, a resistência ainda é muito grande.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Por fim, farei uma última questão. Há uma parte do relatório que analisa a descrição e análise das operações extrabalço e entra numa análise das reservas cambiais. Gostaria de saber se o Tribunal de Contas analisou também essa questão. Hoje, a grande preocupação é a questão do déficit comercial, que está crescendo. Já acumulamos, nos últimos doze meses, cerca de doze bilhões. A previsão para este ano é de que o déficit em conta corrente chegue a cerca de 35 bilhões de dólares. Há sempre a preocupação de que o ... Já atingimos quatro e pouco por cento do PIB. Essa é uma situação aparentemente preocupante, que coloca sempre uma interrogação e um possível sobressalto quanto a situação até do real.

Isso tem relação com a questão das reservas cambiais. Parece-me que houve crescimento das reservas cambiais, que passaram de cinquenta bilhões para sessenta bilhões. Esse dado das reservas cambiais não é um dado que por si só signifique muita coisa. Ele tem de ser analisado em relação, por exemplo, às reservas, à situação do déficit, especialmente em contas correntes. Essa relação de reservas cambiais da ordem de sessenta bilhões — parece-me que neste ano elas chegariam a setenta —, mas com um déficit em conta corrente crescendo, já um se aproximando da metade do outro, essa situação colocaria o Brasil em possível risco de um ataque especulativo.

Queria saber se o Tribunal de Contas, ao apreciar as contas, chegou a alguma consideração a respeito do equilíbrio das contas nessa questão.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - O Tribunal chegou às conclusões constantes do balanço. A análise que V.Exa. acaba

de fazer tem um conteúdo muito mais profundo e político. O Tribunal fez uma análise estritamente técnica daquilo que o balanço encaminhado pelo Poder Executivo apresentou, sem essa análise e sem o sentido de uma projeção futura.

além de uma análise estritamente técnica daquilo que o balanço, encaminhado pelo Poder Executivo, apresentou. Sem esta análise e sem o sentido de uma projeção futura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sr. Ministro Paulo Affonso, não vou propriamente fazer perguntas. Vou apresentar alguns raciocínios e levantar algumas questões. Antes de mais nada gostaria de saudar V.Exa. no convívio da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Muito obrigado a V.Exa

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - O Tribunal de Contas da União, no processo de elaboração da prestação de contas do Governo Federal, tem sido um poderoso auxiliar da opinião pública nacional para obter mais transparência no que se chama Estado brasileiro

A inovação, inovação não, pois isso já é costume do Tribunal, de adender a esta tomada de contas uma série de assuntos relevantes tem sido também muito elogiada. Espero que cada vez mais continuemos neste rumo.

Mas, Sr. Ministro, quero levantar algumas outras considerações. V.Exa. teve sua carreira profissional muito ligada a este Poder. Quero confessar a V.Exa. que não estamos vivendo um momento muito positivo no Poder Legislativo. Poderia dizer e copiar as palavras do poeta da minha geração, Chico Buarque, que na gente deu o hábito de caminhar entre as trevas, de murmurar entre as pregas, de tirar leite das pregas. Esta tem sido a nossa sina. Considero que o Tribunal de Contas da União e a nossa assessoria têm uma função básica. Diria que é desasnar os Parlamentares para que eles possam cumprir as suas funções constitucionais. Desasnar é uma palavra pouco usada, mas acho que se adequa claramente a esta situação. O Executivo nos trata como asnos, como asnos. Criou-se no Estado brasileiro uma ordem, dina semelhante, sem querer atingir, à Ordem Rosa Cruz, uma maçonana de técnicos que tratam da coisa pública com segredos, com formulações próprias, inatingível aos comuns dos mortais. Isso é muito evidente.

Recentemente, tivemos aqui uma análise de crédito de 103 bilhões de dólares. Até pelo número — 103 bilhões de dólares —, assustou-nos, assustou a mim. A dívida pública mobiliária federal vai passar de 197 no mês de julho para 300 bilhões. Trezentos bilhões, portanto, um aumento de 50%.

Algumas informações eram necessárias. Mas elas nunca foram obtidas, nobre Ministro. Sinto que V.Exas. também têm a mesma dificuldade.

A informação que queríamos era simples. Queríamos duas informações básicas. O argumento central do Governo para elaborar esta proposta de crédito era salvar os Estados. Contestamos que não é salvação. Antes mesmo de assinar o acordo, dois Estados já dizem que não têm condições de cumprirem os acordos que vão fazer: o Estado de Minas Gerais e o Rio Grande do Sul. Os Estados serão estrangulados

Queríamos, nessa emissão de títulos, para honrar as dívidas públicas mobiliárias estaduais, duas informações. Essa proposta de crédito não era para salvar o Estado. A nossa intuição é que isso era para salvar o chamado mercado. Queríamos saber, do montante dos títulos públicos estaduais, qual a parcela que estava nas mãos do setor público no Banco Central, por exemplo — dizem que é a maior parcela, 90% —, e qual a parcela que estava no mercado. Porque aí vamos ter, se confirmadas as informações — não é nenhuma denúncia, tenho dito, é apenas uma busca de compreensão deste processo — ter um escândalo maior que o dos precatórios. Se for de 10% a dívida em títulos, é em torno de 50 bilhões. O mercado comprou esses títulos com enorme deságio de alguns Estados e vai trocá-los ao valor de face com títulos públicos federais

Queríamos saber como foi a movimentação da carteira desses títulos seis meses antes do lançamento dessa medida provisória. Era isso que queríamos saber

Será que alguns bancos, nesse período, onde estes micos estavam percorrendo o mercado, se apropriaram desses títulos e vão ter agora um lucro fabuloso?

O TCU, enfrentando dificuldades semelhantes às nossas para obter informações, poderia se unir às nossas débeis forças, Sr. Ministro, para que possamos esclarecer e dar transparência às contas públicas.

Quero fazer comentários sobre algumas questões específicas. O relatório fez uma análise da tramitação do PPA, da discussão do conteúdo do PPA, aliás, uma análise muito precisa sobre as questões fundamentais. Porém, o relatório — e é justificado — do Tribunal de Contas da União ainda não chegou a analisar a mensagem que o Executivo nos enviou. O que ele fez foi o relatório das ações do PPA que em 1996 ele deveria cumprir.

Sr. Ministro, fico perplexo porque o Executivo não cumpriu a lei do Congresso Nacional. Quando o PPA veio para o Congresso, ele veio sem valores. E houve uma preocupação no Congresso, através do Relator, Deputado Osvaldo Coelho, no sentido de fixar critérios no mínimo de regionalização. E colocamos no art. 2º, da lei que trata do PPA, que o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até 120 dias após o encerramento de cada exercício financeiro, relatório sobre a execução do Plano Plurianual. E colocamos um adendo do por quê ele não veio com valores, cujo relatório de que trata este artigo evidenciará, para cada ação do Plano Plurianual, os créditos orçamentários correspondentes e codificará a respectiva execução física e financeira do exercício findo e acumuladamente

O Executivo cumpriu o parágrafo único, não corretamente, mas a essência do caput, que era um relatório em que se identificaria principalmente regionalização — aí aparecerão as preferências ocultas na transferência de recursos para os Estados —, não veio.

Quero solicitar a V.Exa. — Aliás, já fizemos um trabalho aqui na Comissão, mas acho que o TCU tem melhores condições de nos ajudar nisso — que faça uma avaliação do relatório do Executivo. Há algumas questões, Sr. Ministro, que são cômicas. No ponto "construir e pavimentar pontes" havia uma expectativa do PPA em construir 5 mil metros de pontes. O Executivo nos manda um relatório dizendo que construiu, em 1996, 18 metros e 80 centímetros de pontes no Brasil. Não é engano. Queria que V.Exa. se dedicasse — aí o TCU poderia fazer uma complementação e não ficar apenas na questão orçamentária — à análise não só do que foi gasto na área de saúde, mas também do que foi prometido e não cumprido.

Aquele famoso tango cantado por Nelson Gonçalves, que é uma característica Dolores Sierra, o governo age como D. Pedrito que prometeu e não cumpriu. Queira que V.Exa. analisasse no Tribunal de Contas da União a questão da saúde, especificamente, e algumas assistências médicas. O que vejo aqui no relatório da saúde, em alguns setores é 0,0,0,0. Isso parece o boletim colegial do Governo em relação à saúde. Ele sena reprovado, Sr. Ministro, com tal quantidade de zeros. Por exemplo, na pesquisa sobre custos relativos à infecção hospitalar, 0; reduzir a incidência de 69% das doenças periodontais, 0; reduzir em 60% as infecções hospitalares, 0; reduzir em 80% as taxas de H em UTI's, 0. Há tanto zero aqui. Tudo que ele prometeu fazer na saúde não fez. Este sena um relatório importante a ser feito, do contrário não sairíamos da frieza dos números gerais e veríamos as ações que ele prometeu cumprir e não cumpriu.

Primeiro pedido que faria: uma análise do relatório e das ações do PPA.

A segunda questão, Sr. Ministro, é o problema do REFORSUS. O Presidente lançou ontem o REFORSUS. Este programa é o empréstimo do Banco Mundial para o Ministério da Saúde, empenho do ex-Ministro Adib Jatene. São 650 milhões de empréstimo sem contrapartida. O Ministro Jatene conseguiu convencer os

técnicos do Banco Mundial de que a contrapartida do REFORBUS sena o funcionamento das obras inacabadas que esse dinheiro permitira concluir. Mas começam, antes de ser efetivado o programa, a surgir as denúncias. Em Minas Gerais — este é um assunto que está na pauta dos jornais — o que aconteceu, Ministro? Os Parlamentares fazem emendas ao Orçamento. Das nossas emendas, muitas delas que estão associadas a objetivos do REFORBUS são limitadas. Essas emendas até hoje não foram aprovadas. Foram aprovadas e não foram liberadas nada, zero. Nenhuma das emendas do Fundo Nacional de Saúde para Minas Gerais foi aprovada. Aliás, nenhuma das emendas de Parlamentares para o Brasil no Orçamento de 1997 foi aprovada. Aí o que acontece? Exemplifico para V.Exa., homem ligado ao Poder Legislativo, ter idéia do que ocorre. O Secretário da Saúde pega 38 milhões de recursos do REFORBUS, que estavam no Orçamento, por indicação dos Deputados, para a conclusão de um grande pronto-socorro em Belo Horizonte e transforma essa obra genérica em dezenas de pequenos projetos, transforma-se assim em um superdeputado e utiliza isso para sua campanha eleitoral. Ele é candidato em 1998. As emendas dos Parlamentares com o mesmo objetivo não são executadas. Mas as emendas do superdeputado, Secretário da Saúde, com as verbas genéricas do REFORBUS, são utilizadas para emendinhas deste tamanho, 50 mil para construir um posto de saúde em determinado local, 50 mil para outro e faz a solenidade lá que está construindo.

Peço ao TCU — talvez seja melhor antes de começar, porque depois que o dinheiro for gasto não haverá condições — que faça uma análise da questão do REFORBUS.

A outra questão, Sr. Ministro, é sobre a ação dos Ministros, não do TCU, dos Ministros do Governo. Sr. Ministro, a nossa ação em termos do Orçamento tem sido completamente distorcida. Acho que não adianta entrar na Justiça, mover uma ação popular. Acho que poderíamos corrigir a situação orçamentária no dia em que prendêssemos um Ministro. Aí manchete "Ministro Pedro Malan preso." "O Ministro Antonio Kandir preso." Aí seria uma coisa diferente.

O que aconteceu recentemente? Eles gastaram 200 milhões sem autorização orçamentária. Eles poderiam ter reaberto um crédito, o crédito da desoneração do ICMS, crédito especial que pela Constituição poderia ser reaberto por decreto este ano. De 3 bilhões e 600 milhões foram gastos apenas 500 milhões no ano passado. Neste ano gastaram 220 milhões sem autorização legislativa, sem reabrir o crédito. O que fizeram? Ontem reabriram um crédito de 1 bilhão e 500 milhões. Ficou visível a inconstitucionalidade e o abuso das prerrogativas.

Primeira questão colocamos, na LDO, que os créditos, que têm por base o superávit financeiro da União, tenham de cumprir a vinculação com as fontes originais. Mas o Governo vetou isso, o que é grave, porque está se preparando, Sr. Ministro, uma grande fraude contra a seguridade social. Arrecada-se dinheiro de contribuições sociais, não gasta o dinheiro, pois este fica na conta única e, conseqüentemente, isso gera um superávit financeiro. E quando gera-se esse superávit financeiro, o Governo tem dito que esse superávit não é obrigado a respeitar a fonte original. Então, vai se tirar dinheiro da seguridade social para outros gastos. Normalmente, o que tem sido feito, de forma mais comum, é para saudar os compromissos financeiros. Considero esse assunto de extrema gravidade, o que mereceria, por parte do TCU, uma análise especial.

A outra questão, Sr. Ministro, é o fato de que grande parte dos gastos da União não passam pelo Orçamento. Se a prestação de contas se vincula basicamente à gestão orçamentária, mas, um outro exemplo: o Governo emitiu títulos, sem autorização legislativa, no valor de 640 milhões, para cumprir compromissos com o PROAGRO, que é um programa que não constava do Orçamento. O PROAGRO está no Orçamento. Esse montante de compromissos não consta no Orçamento. Há toda uma ação do Governo, na gestão do seu próprio patrimônio, que não passa pelo Orçamento, além da questão do Banco Central. Eu pedi um estudo para a nossa assessoria sobre a questão do PROAGRO, e vou enviá-lo a V.Exa., para que eu possa ter um pronunciamento do TCU.

Talvez possamos simplificar o método, com relação a essas questões, e não exigir uma aprovação na Comissão, apenas uma aprovação tácita da Comissão para fazer esses três estudos, Sr. Ministro: um estudo sobre o relatório do PPA, com ênfase na questão da saúde, entre o que foi prometido e não foi cumprido, um estudo sobre os critérios da distribuição dos recursos do REFORBUS, um estudo sobre a questão da utilização do superávit financeiro em créditos que não mantenham a vinculação com a fonte original; um estudo, o qual, posteriormente, encaminharei a V.Exa., sobre a questão extra-orçamentária.

Esses eram os comentários que eu gostaria de fazer. Muito obrigado, principalmente ao Presidente, que foi paciente comigo.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Deputado, agradeço a V.Exa. as palavras, e, no que couber ao Tribunal, fique certo de que V.Exa. será atendido.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, basicamente a pergunta que eu gostaria de fazer a V.Exa. já foi formulada pelo Deputado João Fassarella. Ela diz respeito ao PROER. Ainda tenho dúvidas. Parece-me que o Tribunal de Contas da União também as tem. Gostaria de saber se os recursos aplicados no PROER são oriundos exclusivamente do depósito compulsório, ou se o Tesouro Nacional também despendeu algum recurso nesse programa do PROER.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Essa matéria não ficou bem esclarecida pelo Governo. A impressão que temos é a de que o Governo Federal usa recursos públicos para atender ao PROER. Mas sob o fundamento de sigilo bancário, não temos condições de chegar a essas respectivas fontes.

O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - Quer dizer, é uma caixa preta. Muito obrigado.

Também gostaria de fazer algumas considerações sobre o orçamento das estatais. Houve algum avanço na questão de déficits ou superávits após o Programa Nacional de Desestatização, com relação ao déficit público?

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Na exposição que fez, as estatais, que não foram privatizadas, excederam os limites que o Orçamento previa, para fazer face aos seus encargos.

O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - Das telecomunicações, basicamente.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Todas elas ultrapassaram em muito os limites. Portanto, o Governo teve que fornecer recursos a essas estatais, para fazer face aqueles encargos que elas alegavam. Então, o custo das estatais é alto e está fora das verbas previstas no Orçamento.

O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - E V.Exa. acha que depois da incrementação do PND (Programa Nacional de Desestatização), o Governo Federal está conseguindo um melhor desempenho no seu Orçamento?

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - O problema da privatização tem que ser visto sob dois aspectos. O primeiro aspecto é o saneamento dessas empresas. Nesse saneamento, o Governo injeta muitos recursos, o que é um outro aspecto. E o segundo aspecto é que, com a privatização, o Governo realmente deixou de ter encargos. Mas as estatais ainda pertencentes ao Governo são de custo muito elevado.

O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, prezado Sr. Ministro, lamentavelmente não tive condições de ler o relatório.

apresentado pelo Tribunal de Contas da União. E fiz aqui uma rápida e, com certeza, insuficiente vista naquilo que está identificado como o parecer previamente assinado pelo Sr. Ministro Paulo Affonso.

Eu queria retomar o tema abordado tanto pelo Deputado João Fassarella quanto pelo Senador Carlos Patrocínio, apenas para concluir o raciocínio. Refiro-me ao PROER. Houve uma grande disputa na sociedade, em que nós, alguns da Oposição, e até setores do Governo, da base governista, entendíamos que, para a consolidação do PROER, houve prejuízo para a União. E o Governo, principalmente o Poder Executivo e lideranças expressivas do Governo, aqui no Congresso Nacional, sempre sustentaram que não, que aquilo, de fato, era dinheiro dos próprios bancos. Mas, numa disputa que ainda vai percorrer alguns meses e anos, acho que o óbvio se impõe. Se o Tribunal de Contas da União, que tem como função, entre outras, a análise das contas do Presidente da República, tem dúvidas, porque não teve acesso às informações plenas para poder concluir, não seria óbvio que o Governo deveria ter total interesse de colocar à disposição do Tribunal de Contas da União todas as informações, para que este afirmasse, com autoridade própria, que os recursos utilizados no PROER nada têm a ver com os recursos públicos. Se o Tribunal de Contas não consegue informações para formular, evidentemente é porque o Governo não quis, e se não quis, é porque teme a verdade.

Em que pese às palavras de V. Exa., mais pela cautela, pelo rigor que V. Exa. aplica, parece-me que a conclusão é inevitável. A pergunta que eu faria — não sei se V. Exa. tem condições de responder — é a quanto monta o prejuízo da União com referência ao PROER. Presumo que V. Exa. não tenha essa informação, mas creio que ..

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - O Tribunal não tem informações sobre o assunto, ainda que tentasse obtê-las.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois é. Mas, ao final, quero fazer outra pergunta que — quem sabe — possa auxiliar-nos nessa busca, entre outras. Talvez ainda de forma um pouco desorganizada, mas enquanto procuro, eu queria fazer aqui uma brincadeira com o prezado companheiro Sérgio Miranda. A indignação que S. Exa. sentiu, ao analisar as aplicações de recursos na saúde, só me lembrou, por ironia, aquilo que foi um debate falacioso com referência à CPMF, cujos setores de Oposição, sem dúvida, de forma bem intencionada, votaram a favor e pecaram na análise política. Passaram quase dois anos, e as consequências da não-aplicação foram, como continuam sendo, trágicas. E a sociedade foi colocada diante de um falso dilema: aprovamos ou não a CPMF, porque sem a CPMF não haverá assistência à saúde, quando o recurso mais seguro, mais imediato era prever no Orçamento. Através de várias medidas provisórias se gerou recurso, por exemplo, ao Banco do Brasil, de 8 bilhões, do dia para a noite, ou da noite para o dia. Até com votos de parcela da Oposição, aprovou-se a CPMF. Prevíamos — e lamentavelmente acertamos — que, em 1997, os recursos previstos para a saúde seriam menores do que o Orçamento executado em saúde, em 1995, o ano da saúde.

Com referência a reformas do setor público. No que diz respeito à reforma da Previdência, chamo a atenção para uma informação preciosa. Em 1996, 2 milhões, 590 mil pedidos de aposentadorias foram precipitados, em decorrência da reforma. Isso com várias e danosas consequências, por exemplo, nas universidades brasileiras, em que perdemos ilhas de excelência, valores humanos insubstituíveis, pelo menos a curto prazo. Mas hoje, de forma paradoxal, até porque não há o mesmo controle na iniciativa privada, eles vão estar reforçando os quadros técnicos do setor privado. Chamo a atenção também, no relatório que V. Exa. apresenta, para o fato de as reformas não poderem ser tratadas de forma intermitente. Isso nos faz lembrar de que entre outras circunstâncias, o Governo, por meio dessa medida provisória reeditada pela nona vez, a 1.523 — se não em engano —, a qual foi apelidada como a "medida provisória das viúvas", de repente teve que vir a público e dizer que aquilo foi um descuido. Era a nona reedição. E em cada momento ela ia

sendo, digamos, "aprimorada" — entre aspas. E aqui eu quero chamar a atenção de V. Exa. para o seguinte fato: o Governo fez aquilo que nunca se ousou fazer no Brasil, nem na época da ditadura militar. Desde 1923, desde a Lei Eloi Chaves, aquela aposentadora do cônjuge sobrevivente é mal denominada. A concepção é que aquela pensão é para a família, portanto, não é um privilégio. Quando o chefe de família falece, fica a viúva. Então, ela, além do drama pessoal, sentimental, da desarticulação emocional da família, é punida, porque a família deixa de receber aquilo que era o vencimento do chefe da família. Estou falando isso não só pelo drama, mas também para chamar a atenção, talvez, de V. Exa., quando fala que, "Todavia, o desafio é encontrar a solução politicamente viável para um sistema mais eficiente do ponto de vista econômico, financeiro e atual". V. Exa. me perdoe, mas aqui falta o social. Isso daqui trai o valor maior da concepção da Previdência, da seguridade social, que é a solidariedade entre as pessoas e entre as gerações.

Então, esse discurso de que tem que ser do ponto de vista econômico e atual é o discurso do mercado. O discurso do mercado resulta em ENCOL, resulta em morte, mas não resulta em justiça, como entendi, vários momentos. V. Exa. propugna aqui

Acompanhamento da execução orçamentária. Chamo a atenção, ainda que à primeira vista, portanto, eu me penitencio. Fala "que os dispêndios com a rolagem e encargos da dívida vêm tendo, anualmente, uma participação cada vez mais significativa no total dos gastos orçamentários estatais; e que os gastos de várias empresas estatais, especialmente as do setor de telecomunicações, ultrapassaram os limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

Pergunto: têm ou não a ver com propagandas formuladas pelo Governo? Porque, com certeza, com mão-de-obra não tem. Ou tem a ver com a preparação das privatizações? Ou é uma combinação desses fatores?

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Não, Deputado, o Balanço Geral da União não esclarece isso. Na prestação de contas dessas entidades vamos analisar detalhadamente os gastos que elas fizeram com pessoal, com publicidade, com melhora dos equipamentos. Mas o Balanço Geral da União apresenta números totais e não há detalhes.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Chamo atenção também para o parágrafo seguinte. V. Exa. informa que, no exercício de 1996, dos 85 atos legais relativos à abertura de créditos adicionais, 80 foram editados no mês de dezembro, denotando aparente falta de planejamento orçamentário. Não creio que seja falta de planejamento, visto que temos aí Ministros e equipes tão zelosas num cálculo de aplicar uma matemática fria, sempre em defesa supostamente da moeda.

Portanto, pergunto a V. Exa.. Foi feita alguma análise de alguma relação disso com a aprovação da emenda da reeleição? Vocês analisaram a quem foi destinado? Se isso tem algum tipo de interferência? Porque aqui não tive a oportunidade de

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Creio que a emenda da reeleição foi votada este ano.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Mas aqui é final de 1996.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Final de 1986?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, Sr. Ministro, final de 1996 e foi votada em janeiro de 1997.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Portanto, esse exercício é de 1996 e não existia ainda a emenda da reeleição.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas existiam iniciativas tratativas, até com poucos votos para a reeleição.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Mas o Tribunal de Contas não entra nessa análise.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ao fazer a análise dessas 80, encontramos aqui a destinação delas, porque, confesso, não tive chance de pesquisar, e V. Exa. não estabeleceu nenhuma ligação criteriosa

Com referência ao PROER, já comentamos que, quando menciona o Programa Nacional de Desestatização, o valor total de todas as moedas recebidas foi de 13,6 bilhões. V. Exa. sabena nos informar quanto foi de moeda podre, de títulos e de reais?

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - O parecer prévio tem esse detalhe muito técnico.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - V. Exa. não sabena nos informar?

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Não, assim de cabeça não tenho os dados.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Porque mais para frente V. Exa. diz que não se sabe para onde foi destinado...

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Não, aí é outro aspecto. Quer dizer, o produto da venda dessas privatizações, que pela lei deveria ser abatimento da dívida pública, uma parte foi para a dívida pública e a outra parte V. Exa. sabe que nem o próprio Governo está montando uma metodologia, um sistema para conseguir detectar para onde esse dinheiro foi levado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Nem da Vale do Rio Doce aqui vocês...

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - Não, a Vale do Rio Doce foi este ano

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Aqui também V. Exa. chama a atenção para o fato de que nem no SIAF se encontram informações condizentes com a de outras fontes

Sr. Presidente, agradecendo a tolerância, estou concluindo

Chamo atenção ainda para o fato de que a privatização concentrou determinados setores da atividade econômica não mão de poucos e seletos grupos empresariais, sem nenhuma provocação. Mas é uma curiosidade que até a responsabilidade nos impinge.

Informa-se que o filho do Presidente da República é assessor bem remunerado de uma dessas empresas da siderurgia nacional.

Nesses poucos e seletos grupos, o Tribunal de Contas da União tem condições de identificar quem são os sócios, quais são os componentes desses grupos empresariais, ou não?

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - O Tribunal está impedido por lei. Quando a nossa Lei Orgânica tramitou pelo Congresso, o Senado Federal apresentou uma emenda em que admitia que o Tribunal de Contas tivesse acesso às empresas privadas nesses casos. Essa emenda foi recusada pela Câmara dos Deputados. Portanto, criou-se uma Comissão no Tribunal para se proceder a um estudo sobre isso, principalmente em matéria de privatização, porque há a preocupação de que nessas privatizações possa haver um desmonte da indústria nacional com a entrada de capitais estrangeiros. Estamos importando muitas dificuldades, porque, sendo empresas privadas, o Tribunal de Contas não tem competência para chegar a essas empresas. Através de uma medida judicial, elas realmente impediriam qualquer acesso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Finalmente, Sr. Presidente, Sr. Ministro, quero fazer uma observação no que diz respeito ao SUS.

V. Exa. faz uma série de considerações corretas, mas há uma aqui que talvez valha a pena V. Exa. refletir, até porque mesmo nas regiões — sou do Estado de São Paulo — mais ricas da Federação, onde há uma parcela significativa que tem acesso aos planos de seguro e saúde, a população mais carente vem sendo violentamente atacada exatamente por essas circunstâncias. Por quê? O hospital das Clínicas, por exemplo, é um hospital público que, também por falta de recursos,

faz convênios com essas entidades — planos seguro e saúde — e faz a chamada fila dupla. Pasmê, V. Exa., que ali tem a fila dos que têm plano de saúde e tem a fila dos que só têm o SUS. É fácil prever qual a fila que anda mais rápido. Apesar de lá haver uma lei aprovada, de nossa autoria, que prevê o ressarcimento toda vez que um órgão público atender a um convênio; cabe à empresa a qual ele é convênio ressarcir os cofres públicos. Lá está dito textualmente que não pode haver diferenciação. Portanto, há o arripio da lei

Repito, não tivemos a oportunidade de verificar as irregularidades, suspeições, dúvidas ou dificuldades de acesso que o Tribunal de Contas da União tem para exercer o seu trabalho. Mas nós, que militamos na Comissão de Fiscalização e Controle — V. Exa. é testemunha — temos nos esforçado para, junto com o Tribunal, desenvolver um trabalho no sentido do controle externo. Pergunto: Que atividades V. Exa. preconiza para que nós, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, juntamente com o Tribunal de Contas da União, deveríamos desenvolver para aprofundar, investigar e até mesmo corrigir aquilo que o Tribunal identifica como falhas ou insuficiências na realização sanitária?

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA - V. Exa. vai me perdoar por eu não avançar no meu ponto de vista, porque o Tribunal designou o Ministro Humberto Souto exatamente para ter contato com o Congresso Nacional e com as Comissões específicas de fiscalização, no sentido de melhorar e aprimorar todo esse mecanismo

Portanto, em respeito até ao meu colega, prefiro não avançar na opinião a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, não vou abusar da paciência e da boa vontade de V. Exa. nem do Sr. Ministro, mas também farei uma breve reflexão, apenas dizendo da importância do Tribunal de Contas na prestação das contas públicas, e até confessar que só tomei conhecimento de apreciação das contas do Governo ano passado, quando reiniciamos a discussão e votação das prestações do Sr. Collor de Mello. Até então, isso estava num arquivo e não tínhamos acesso ao conhecimento. Estava aqui à disposição, mas, com mil afazeres de Parlamentar, que V. Exa. muito bem conhece, essa é uma questão que estava à margem das discussões de todos nós

Hoje já nos debruçamos mais sobre a análise do parecer do Tribunal de Contas com relação às contas públicas federais. Posso confessar a V. Exa. que somos permanentemente surpreendidos. A análise dos Srs. Ministros do Tribunal corajosas no sentido de apontar desvios, irregularidades, ilegalidades, inconstitucionalidades nas prestações de contas. Inclusive esta de hoje, que V. Exa. traz a conhecimento do Congresso Nacional.

A reflexão rápida que faço é apenas uma: acho que os senhores foram extremamente zelosos nos pareceres que dão. Mas ao final — e aí me constrange dizer, mas tenho de citar — o que não consigo ainda compreender é que depois de apontar tanta ilegalidade e inconstitucionalidade, como o caso da educação, e por essas análises todas, teríamos de fazer outras reflexões — que não me cabe agora fazer — como, por exemplo, sobre os rumos deste País, que aplica menos de 1% na educação básica, não é verdade? Quer dizer, é uma agressão àquilo que prevê a Constituição de 1988. Nos últimos 8 anos — V. Exa. cita com clareza — não foram cumpridos os princípios constitucionais de aplicação de recursos no ensino fundamental. Ou seja, este País parece que não quer avançar, quer ser permanentemente tutelado. Quem não tem conhecimento será sempre tutelado por quem mais conhece. Mas parece que este Governo está fadado a nos levar a sermos escravos brancos dos países mais desenvolvidos e que tem maior responsabilidade com a sua população, educando-a, dando-lhe condições de se profissionalizar, de se formar e de construir uma vida diferente. O Brasil não caminha para isso — e aqui os

senhores nos trazem essas informações. Mas, ao final do Relatório, os senhores trazem aqui um termo dizendo que as contas estão prontas para serem aprovadas.

Quero sugerir ao Tribunal que não colocasse mais a expressão "serem aprovadas", porque não tenho condições de aprovar algo que os senhores mesmos aqui detectaram como ilegalidade de desvios, de inconstitucionalidade, não é?

Sei que V. Exa. vai me dizer que vocês analisam apenas o aspecto técnico da prestação de contas do Presidente. Mas uma coisa está vinculada à outra. Não tem como separá-las. Não tenho como dizer que podemos aprovar alguma coisa que feneu a própria Constituição. Portanto, embora eu conheça as explicações do Tribunal vagamente, não concordo ainda com elas. Mas quero até aprofundar um pouco essa discussão, porque quando os senhores falam em aprovar, estão prontas para serem aprovadas, parece que nos sentimos — eu pelo menos — coagidos. Não aprovo essas contas, porque elas feriram a Constituição. O Governo não cumpriu o PPA. O Plano Plurianual, foi violentado, os desvios regionais...

Continuo agora, Sr. Presidente, até para informar a V. Exa. que, na execução orçamentária deste ano, no que diz respeito ao GND4, investimentos, os desvios são brutais. Na Região Norte tem 2%, 1, 49% de investimentos já liberados até o dia 15 de julho. Na Região Sul, 14, Sudeste, 17,6%. Na Região Norte tem 1,49. Portanto, os desvios continuam. Ao arrepio do PPA, ao arrepio da LDO, e isso tudo nos preocupa. Na verdade, a execução orçamentária foge ao Orçamento através, inclusive, dos créditos suplementares, dos créditos especiais, que, ao final do ano, sempre vem para corrigir as distorções provocadas por ações políticas dos Ministros, na vontade de privilegiar Estado "a", "b" ou "c", em função das forças políticas que interessam ao Governo atender.

Portanto, sabemos disso, temos clareza, e os senhores nos trazem essa observação para confirmar aquilo que diariamente temos denunciado.

Lamentavelmente, como é a voz da Oposição, isso não é muito levado em conta, porque não interessa ao Governo. Eles têm a maioria, passam o trator em cima e tentam apagar uma realidade cruel que este Governo tem praticado contra o País, porque os desvios, os desníveis sociais continuam se agravando. E o que mais me constrange é exatamente isso. Os senhores têm a coragem de denunciar, mas, na hora do voto, sugerem que sejam aprovadas as contas. Esta é a minha observação.

Entendo que até certo ponto V. Exa. vai ter essas explicações que estão aprovando apenas uma peça técnica, a forma. Mas quero o mérito, e o Tribunal, então, não poderia recomendar a aprovação. Encaminhe com as análises feitas sugerindo a aprovação ou rejeição, dando-nos a condição de poder aprovar ou não as contas públicas federais.

Eram essas as considerações. Muito obrigado.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA -

O assunto levantado por V. Exa. foi por mim, num relatório anterior do Presidente Collor, profundamente examinado e provocou uma grande celeuma, porque eu entendia que ao Tribunal não cabe julgar. Ao Tribunal cabe apreciar. O julgamento é feito pelo Congresso Nacional. A Constituição diz que cabe ao Congresso julgar as contas do Presidente da República, e ao Tribunal emitir um parecer prévio.

Em relação a essas contas, conclui dizendo que elas estavam em condições de serem apreciadas pelo Congresso. Não falei nem em rejeição nem em julgamento.

O Tribunal aprovou. Houve votos discordantes, porque foi um pacto, porque desde que o Tribunal aprecia as contas do Presidente da República sempre as aprovou. Isso levou a que o Tribunal modificasse o seu Regimento Interno e dissesse expressamente que as contas devam ser conclusivas, o parecer deveria ser conclusivo sobre o que está aqui escrito, e que, no caso, atendeu aos princípios fundamentais da contabilidade, aplicados à Administração Pública referentes as contas.

Essa aprovação é estritamente em termos contábeis. Cabe ao Congresso, então, julgar as contas sobre os aspectos não só contábeis, mas também sobre os aspectos políticos.

Tenho uma posição definida a respeito do assunto, mas infelizmente fui vencido.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Cumprimento V. Exa. pela coragem de ter suscitado essa discussão, que entendo extremamente importante. Cabe a nós, ao Congresso, julgar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero primeiramente manifestar o prazer de estar conosco o Ministro Paulo Affonso. S. Exa. já foi Secretário-Geral da Mesa desta Casa e tem muita experiência na área legislativa. Portanto, é realmente um prazer ter essa aula com V. Exa.

Quero apenas dizer ao Deputado Giovanni Queiroz — S. Exa. está reclamando que 1% do total dos gastos da União foi gasto com o ensino fundamental — que o que acontece é o seguinte: constitucionalmente, a responsabilidade dos gastos com o ensino fundamental é do Município. Cada Município gasta em torno de 25% do que é arrecadado.

Acredito que o que o Governo fez aqui foi tentar auxiliar os Municípios, fazer convênios e melhorar cada vez mais o ensino fundamental. Este Governo tem dado prioridade a essa questão, principalmente o Ministro da Educação, no sentido de procurar mobilizar o ensino fundamental e melhorar o ensino fundamental, e tem melhorado.

Sou ex-Prefeito de um Município e tenho acompanhado o crescimento do ensino fundamental deste País. No nosso Município, conseguimos, de maneira importante, com a ajuda do Governo Federal, melhorar consideravelmente a qualidade de ensino, com antenas parabólicas, levando uma nova modalidade de ensino para os Municípios.

Porém, Sr. Ministro, o que eu gostaria de falar é sobre o desempenho da economia brasileira. V. Exa. diz no seu relatório o seguinte:

"A economia brasileira, no decorrer do exercício em exame, foi analisada por meio de indicadores conjunturais que registraram a retomada gradual da atividade econômica, em um cenário de queda de inflação e de crescimento de alguns setores produtivos, ainda que moderadamente. No entanto, o equilíbrio das contas do setor público e das transações correntes do balanço de pagamentos afluíram como importante à consolidação da estabilidade e à retomada sustentada da atividade econômica."

Embora a economia tenha conseguido o desempenho esperado, algumas medidas importantes foram adotadas no sentido de viabilizar a evolução das contas fiscais e externas, inclusive medidas como a renegociação de passivos do setor público e a desoneração do imposto sobre circulação de mercadorias e de exportações. Apesar de essas medidas terem ocorrido com um certo atraso, deverão incrementar as exportações a médio prazo."

A expectativa que se registrou para a economia é corroborada pela manutenção da política monetária orientada pela liberação gradual do crédito, de forma a viabilizar o crescimento, sem, contudo, permitir que pressões de demanda agregada venham comprometer o

processo de estabilização em marcha e pelo resultado positivo dos setores industrial e comercial, com ênfase para as vendas de veículos, em um contexto de níveis reduzidos de estoques.

O desempenho da economia fez-se refletir sobre os salários e o nível de emprego no setor privado, estando a inflação em índices favoráveis, com tendência de declínio. Essa situação resulta, especialmente, da exposição da produção interna a decorrência dos produtos externos.

A análise que faço disso aqui é que a economia brasileira cresceu. Ela se desenvolveu. Com a sua experiência legislativa e hoje com a sua experiência no Tribunal, pergunto a V. Exa.: nos últimos vinte anos, a economia no Brasil já se estabilizou tanto quanto se estabilizou agora?

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA -

Creio que não, porque anteriormente não foram adotadas as medidas, e algumas delas radicais, que foram adotadas a partir do Governo Itamar Franco.

Houve, no processo econômico brasileiro, no decorrer desses anos todos, problemas internos e externos. Os problemas internos podemos verificar, particularmente, a partir de 1964 ou um pouco antes. Vamos dizer que a partir da renúncia do Presidente Jânio Quadros, o processo econômico brasileiro se tornou muito difícil e de difícil condução.

Isso leva ao resultado da estabilização democrática do País, mais do que o da estabilização econômica. A estabilização democrática do País, sem dúvida alguma, dá como resultado a estabilidade econômica.

Se, historicamente, fizemos a análise de Governos passados, toda vez em que o regime democrático foi atingido, a estabilidade econômica também foi atingida, porque fica nas mãos de poucos, a opinião pública não participa e o Congresso Nacional, em determinados momentos, foi mero órgão homologador.

Portanto, o meu ponto de vista pessoal é o de que a situação econômica brasileira atual melhorou consideravelmente. Não é a ideal. Vai-se levar muito tempo para se chegar a isso, mas inegavelmente melhorou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Não há mais oradores inscritos.

Antes de encerrar, gostaria apenas de fazer uma breve consideração.

Acho que atravessando um processo de transformação neste País muito profundo. Estamos mudando radicalmente a economia, a organização social, a estrutura da sociedade brasileira está se alterando. Não conseguimos ainda alterar a estrutura do Estado, que está em desconformidade com os avanços que já ocorreram na área da iniciativa privada. Acho que, num processo de transformação, num processo de mudança, há sempre aspectos positivos e aspectos negativos. Há aqueles setores que são mais atingidos e aqueles que são menos atingidos por esse processo de transformação, que é derivado, inclusive, do código internacional em que estamos inseridos.

Agora, eu não poderia deixar de fazer aqui até um depoimento pessoal. Por exemplo, no fim de semana passada, eu estive em duas cidades do interior de São Paulo, localizadas numa área que é chamada em São Paulo, pejorativamente, de ramal da fome — cidades lá do sudoeste do Estado. Quando cheguei à cidade, pedi para visitar uma escola que estivesse mais próxima do lugar em que eu estava. Tinha lá um curso noturno. Fui lá visitar o curso noturno. E fiquei impressionado com o que vi, Sr. Ministro, porque vi lá na ponta a evolução de medidas que estão sendo tomadas aqui. Vi, por exemplo, a TV Escola instalada e vi, na biblioteca daquela escola, uma videoteca com programas não apenas da TV Escola, mas com programas de canais de televisão normal que os professores tiveram a preocupação de gravar. Visitei algumas classes, inclusive de alunos de classe de aceleração, e fiquei absolutamente impressionado com o ânimo dos

professores e com o estímulo que eles tinham para desenvolver o trabalho que estavam fazendo com pessoas que tinham passado, digamos assim, da idade do curso normal do ensino fundamental.

Essas coisas estão acontecendo. O censo escolar, o chamado levantamento feito pelo censo, revelou um número de crianças fora da escola acima do que o próprio pessoal da área da educação estava estimando. A estimativa era de quatro milhões de alunos fora da escola no ensino fundamental, na faixa de idade, e deu um número em torno de dois milhões e setecentos, o que é muito alto, porém menor do que já foi. E de algo que está, inclusive, localizado em algumas regiões, o que significa que se pode corrigir isso com uma eficiente ação governamental, não da União. Acho que, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o que percebemos é que para o ensino fundamental vai haver mais recursos. Quer dizer, claramente, nos Estados, os recursos para o ensino fundamental serão aumentados substancialmente.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - V. Exa. me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Pois, não.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Há alguns programas que estão sendo lançados pelo Governo Federal em que alguns Municípios têm se habilitado. O Programa de Erradicação do Analfabetismo e um programa excepcional. Alguns Municípios, principalmente no Nordeste, estão entrando nessa área de erradicar. Temos Municípios no Nordeste em que a população é constituída de 80% de analfabetos. Então, aquele Município que não entra num programa desse é porque o Prefeito não quer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Então, Sr. Ministro, eu costumo dizer o seguinte: um País como o nosso, que tem a dívida social que temos, é um País em que se pode ver a situação pelo menos de dois modos radicais ou se pode ter uma visão no sentido de que agora mudou, está tudo ótimo, muito bom, ou, então, está tudo péssimo, tudo ruim e nada funciona.

Acho que o meio termo é o melhor caminho. É saber identificar o momento que estamos vivendo, a enorme dívida social que temos de saldar, que a sociedade brasileira tem de saldar, e que o processo de reduzir essa dívida é complexo. Acho que os dados sobre a melhoria das condições, de forma geral, são inegáveis. Estão aí os estudos do IPEA e de diferentes instituições, estudos econômicos e sociais que estão mostrando isso.

Agora, problemas existem e vão existir durante muito tempo. Não se salda essa dívida social num período de dois, três, quatro anos. Infelizmente, isso é um desafio para uma geração.

Agora, a minha impressão e o depoimento que dou aqui é o de que o caminho geral que estamos trilhando é o correto.

Finalmente, quero agradecer a V. Exa. Não sei se V. Exa. gostaria de falar mais alguma coisa.

O SR. MINISTRO PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA -

Sr. Presidente, a convocação de um Ministro do Tribunal, não só neste momento em que há uma prestação de contas, um parecer prévio, uma análise, mas em qualquer outra oportunidade, é muito bem recebida. Agradeço a V. Exa. a oportunidade de participar de uma reunião desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Agradeço mais uma vez a V. Exa. e a todos a presença e dou por encerrada esta audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Está encerrada a reunião.

Se hoje estamos chegando a este resultado positivo , que certamente sera aperfeiçoado por esta Casa, deve-se a boa interação do trabalho do Poder Executivo, através do Ministerio do Planejamento e Orçamento com o Congresso Nacional, particularmente por via da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quena, antes de fazer a apresentação em que vou me valer de algumas transparências, expor um ponto preliminar importante.

Estamos num programa econômico que tem, basicamente, dois objetivos: o primeiro objetivo, básico, e o da estabilidade da moeda e o outro estratégico, norteador, é o de mantermos um desenvolvimento que seja sustentável. Para que possamos atingir esses dois objetivos — a estabilidade da moeda, que é condicionante do desenvolvimento sustentável — há um pressuposto fundamental: termos contas públicas robustas.

A questão fundamental não é ter ou não ter déficits, é mostrar capacidade de pagamento sustentável. É normal que ocorra déficit tanto nas contas do Governo como também no setor privado. Normalmente a ocorrência de déficit e indicação de processo de crescimento. Quando um empresário adquire novos produtos como investimento para seu negócio, num primeiro momento está gastando para, depois, ter o retorno mais do que vantajoso. Nesse primeiro momento ocorre o déficit.

Consideramos robustas as finanças públicas quando, mesmo ocorrendo déficit, o financiamento for sustentável. É uma coisa correta. O problema é termos fragilidade nas contas públicas quando os déficits não são financiáveis de forma sustentável.

Do ponto de vista de contas públicas, precisamos de uma indicação objetiva de que os eventuais déficits terão seu financiamento sustentável ao longo do tempo. O indicador que mostra se as contas públicas são perfeitamente financiáveis ou não é a relação dívida líquida pública sobre o PIB. Basicamente, se tivermos uma dívida que cresça exatamente no mesmo ritmo da produção nacional, e esta levar a um crescimento da arrecadação de impostos na mesma proporção do crescimento da dívida, a capacidade de pagamento dos juros correspondentes à dívida estará assegurada.

Por que isso é decisivo, sobretudo do ponto de vista do desenvolvimento econômico? Como todos sabemos o desenvolvimento econômico é garantido se houver investimentos, não o investimento especulativo, de curto prazo, mas o investimento de longo prazo.

O investimento produtivo de longo prazo só se realiza se o investidor privado tiver maior segurança, confiança de que não vai haver uma flutuação forte na taxa de juros.

Normalmente, procuramos enfatizar esse ponto, que é dramático, do ponto de vista do investidor privado: o problema não é ter taxa de juros alta ou baixa — lógico que taxa de juros alta não é bom — mas o que é mortal para um projeto de desenvolvimento é a flutuação forte da taxa de juros.

Se tivermos, como perspectiva, uma relação dívida/PIB crescente, a motivação para o investimento seria muito pequena. É lógico que mesmo assim ocorrem investimentos, mas só em setores onde a rentabilidade é extraordinária. A pior coisa que pode haver para um país é os investidores verem o conjunto das contas públicas e deduzirem que há uma tendência inexorável ao crescimento, não num ou outro ano, mas uma tendência da relação dívida sobre PIB crescente. Aí, realmente, as pessoas, racionalmente, decidem não investir, a não ser em setores, como eu já disse, de altíssima rentabilidade.

Quena sublinhar esse ponto porque ele é decisivo para entendermos o aspecto central da proposta. Estamos fazendo uma proposta que, junto ao processo de privatização, cria as condições para estabilizar a relação dívida/PIB.

Já comentei nesta Casa e já apresentei mais detalhadamente esses pontos, mas quero repetir temos enorme desafio para estabilizar essa relação. Temos uma dívida de cerca de 33% do PIB, baseada numa série de contratos — os mais diversos (mais de trinta tipos de contrato de endividamento do setor público) — onde a taxa de juros média é da ordem de 8%. Podemos renegociar um ponto ou outro desses contratos, mas a taxa de juros já é fixada e a negociação não vai muito além disso. E a taxa de crescimento da economia — certamente seria ótimo que

pudesse ser diferente — não se aproxima de 8% do PIB num horizonte de médio prazo. Tendo essa perspectiva, a taxa de juros superior à taxa previsível de crescimento econômico, a tendência seria de um aumento da relação dívida/PIB. Se o Governo precisar estabilizar a relação dívida/PIB, ele, Governo, é obrigado a fazer uma de duas coisas, ou as duas coisas: ou faz um movimento forte de redução de dívida, através do processo de privatização, ou gera superávits primários, nas contas não financeiras, bastante fortes para reduzir a dívida. No caso do Brasil, se quiséssemos reduzir a dívida só com privatizações, não teríamos condição de fazê-lo, mesmo com um vigoroso programa de privatizações.

Estamos fazendo privatizações que, neste ano, poderão atingir um valor próximo a 20 bilhões de reais. Já realizamos, em 1997, 11 bilhões em venda de ativos e no Governo Central devemos fazer algo em torno de 4 bilhões e os Estados, dependendo de seus cronogramas, deverão conseguir entre 5 e 7 bilhões de reais ainda este ano. No ano que vem, juntando Governo Central e Estaduais, poderemos nos aproximar de 28 a 29 bilhões de reais.

O Governo está fazendo um grande esforço na área de privatização. Como resultado, nos anos de 1997, 1998 e 1999 deverá atingir o montante de aproximadamente 70 bilhões de reais. Mesmo isso não seria suficiente para estabilizar a relação dívida/PIB. Daí a importância de o Governo consolidado, ou seja, Governo Federal, Estaduais e empresas estatais, ter superávits primários da ordem de 1,5% do PIB.

Fiz toda essa introdução para dizer exatamente o seguinte: se o País quer um crescimento mais acentuado — e todos nós queremos —, existem alguns condicionantes para isso, um deles é estabilizar a relação dívida/PIB. Para isso, além da privatização, temos que buscar superávits primários da ordem de 1,5% do PIB, em que, certamente, estatais podem colaborar com quase metade. O restante cabe ao Governo Federal, juntamente com Estados e Municípios, conseguir.

Fiz essa exposição exatamente para expor esse ponto inicial. Procuramos seguir algumas orientações para preparar o Orçamento de 1998, uma delas foi fazer com que o Governo central e as empresas estatais pudessem colaborar para atingirmos a meta de um superávit primário da ordem de 1,5% do PIB. Este é o nosso desafio. Não teremos condições de crescer mais fortemente se não atingirmos esse superávit primário de 1,5% do PIB.

A minha proposta nessa primeira conversa, é a de analisar objetivamente o que está acontecendo com as nossas contas públicas e como nelas se insere esse projeto orçamentário. A discussão sobre o Orçamento deverá nos levar a uma reflexão sobre as forças determinantes do movimento das contas públicas. Começo por aí, minha exposição.

Peço, então, que a luz seja apagada. (Pausa.)

(Apresentação de transparência.)

Farei uma exposição basicamente introduzindo a tendência das contas públicas. Depois apresentarei os grandes números do Orçamento de 1998 procurando fazer uma análise da composição dos gastos, em termos dos principais determinantes, e como isso se distribui em investimentos e na área social. Enfim, abordarei a composição do projeto.

São três partes. Primeiro, uma indicação geral das tendências das contas públicas, o seu movimento, os principais números de 1998 e depois a composição do gasto.

O ponto que comento com os senhores é qual a dinâmica do movimento das contas públicas? Essa dinâmica é explicada por dois conjuntos de forças. O conjunto de forças estruturais que apontam para uma piora progressiva das contas públicas e, de outro lado, um conjunto de forças gerenciais que procuram contra-arrastar essa tendência de piora das contas públicas.

Digo que estamos apresentando, analiticamente, o que poderíamos chamar de determinantes das contas públicas. Não vamos dizer qual o movimento, pois vou apresentá-lo aos senhores. Nos últimos tempos, temos conseguido melhorar as contas públicas contra-arrastando a essas forças estruturais

negativas uma ação gerencial que, até o momento, — digo com muita franqueza, não temos condições de afirmar mais do que isso — tem apontado no sentido da melhora das contas públicas.

Quais são essas forças estruturais negativas que, na ausência de forças gerenciais que contra-arrestassem essa tendência, levariam a uma piora das contas públicas?

Quais são os fatores que apontam na direção e que projetam contas públicas piores como tendências?

Em primeiro lugar, o fato de não ter sido realizada ainda a reforma administrativa. Vamos mais à frente decompor analiticamente os dados do Orçamento de 1998 e mostrar exatamente isso: por que a falta da reforma administrativa tende a piorar o resultado das contas públicas.

Em segundo lugar, o outro determinante de força negativa das contas públicas é a não-realização da reforma previdenciária.

Em terceiro lugar, o outro fator determinante de piora das contas públicas é a excessiva rigidez do Orçamento, ou seja, o fato de que quando, eventualmente, se encontra condições para aumentar determinada receita, e a mesma é distribuída de tal maneira ou por força de algumas vinculações — necessariamente alguns gastos são feitos — isso assinala um limite do processo de melhora nas contas públicas.

Temos, primeiramente, três conjuntos de instituições que tendem a apontar as contas públicas para um resultado negativo. Mas, ao lado disso, temos uma história de resultados negativos que se cristalizaram num nível de dívida pública projetando para sua frente uma massa de pagamento de juros importantes. Essa massa é condicionada por dois componentes: de um lado, o estoque da dívida e, de outro, a taxa de juros. Há um conjunto de determinantes dessa taxa que tomam mais rígida também a taxa de juros e tornam o espaço para a queda da taxa de uso, relativamente limitado. Esses fatores vão desde os nossos desafios, do ponto de vista de contas externas, do problema da competitividade da economia nacional, mas têm a ver exatamente com o fato de que também existem, como foi dito acima, alguns fatores que apontam numa direção de piora das contas públicas. Esse conjunto de forças, por si só, como eu disse, tende a piorar essas contas. Mas temos conseguido contornar essa situação, por hora, com um conjunto de forças gerenciais.

Em primeiro lugar, é preciso que se diga com toda clareza que a própria queda da inflação já nos ajuda a controlar as contas públicas. Hoje V. Exas. têm vivenciado isso nos debates desta Comissão. A importante redução da taxa inflação fez com que se recuperasse a noção de valores, tornou transparente as contas públicas. Não é por outra razão que hoje fica mais fácil debater os valores que envolvem não só Orçamento, mas do ponto de vista gerencial, cada ordenador de gasto, hoje tem maior capacidade de supervisionar suas contas. Por sua vez, os próprios Ministros mesmo, hoje, têm melhor conhecimento das contas e podem ter um nível de cobrança que não tinham quando a fumaça da inflação dificultava o entendimento e a comparação dos dados.

Em segundo lugar, há também, do ponto de vista do Governo, melhor gerenciamento das contas públicas. O Governo tem conseguido fazer mais com menos dinheiro e faz isso por força de vários fatores. Temos constatado isso não só com relação a contas de custeio cotidiano da máquina do Governo como também em relação a algumas despesas no que diz respeito ao pessoal. Hoje o melhor gerenciamento da conta de pessoal permite evitar, por exemplo, algumas vantagens para alguns setores, enquanto outros não tinham. É também feito muito melhor gerenciamento de atividades de alguns projetos, por força de uma nova sistemática de desembolso num subconjunto do Orçamento, os programas do Brasil em Ação.

Temos tido no conjunto dos programas do Brasil em Ação, uma sistemática de programação financeira que dá aos seus gestores tranquilidade com relação à disponibilidade dos recursos. Isso se traduz em poder de barganha junto aos fornecedores de serviços para esses projetos que têm tido como resultado importantes reduções de custos. Já realmente temos percebido resultados muito

fortes. Na área, de irrigação, por exemplo, hoje mesmo pela manhã no seminário do programa Brasil em Ação coordenado pelo Presidente, mostramos vários dados onde houve reduções de 30%, 40% em obras de irrigação, exatamente porque o número de ofertantes chegou a vinte, trinta. A concorrência tem aumentado em função da certeza da disponibilidade de recursos e tem feito com que vários itens tenham apreciável redução.

Então, melhor gerenciamento quer na conta de pessoal, quer na conta de custeio tradicional, quer nas atividades de projeto, têm permitido fazer mais com menos dinheiro.

Por último, pelas razões alegadas no início da minha exposição, o Governo sabe que o caminho para melhorar as condições de vida da população tem de ser, em primeiro lugar, a estabilidade da moeda, o que só é possível com a situação financeira bem robusta do setor público. Daí a tremenda determinação política do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso de gastar de maneira muito criteriosa.

A determinação política, melhor gerenciamento e a própria queda da inflação constituem um conjunto de forças gerenciais que têm contra-arrestado a tendência negativa das contas públicas por pressão das forças estruturais.

Observamos que no período de 1996 a 1998 — veremos nos dados logo em seguida —, apesar de um conjunto de forças estruturais que apontavam no sentido negativo, com essa proposta orçamentária, o fato de as forças gerenciais serem maiores do que as forças estruturais faz com que tenhamos um quadro de contas públicas progressivamente melhor. Portanto, conseguimos caminhar bem até agora. Isso não quer dizer que necessariamente teremos a partir, por exemplo, de 1999 resultado semelhante aos de 1996 e 1997 e que poderemos apresentar em 1998. Há espaço gerencial para melhorar ainda mais as contas públicas, pois há esforço e determinação nessa direção. Mas é forçoso reconhecer que o fato de não terem sido desmontados os determinantes das forças estruturais que apontam negativamente as contas públicas é possível que esse balanço se altere a partir de 1999. Temos de reconhecer que ainda não criamos condições objetivas para um crescimento forte e sustentável na economia brasileira.

Passo agora a mostrar o que aconteceu com as contas públicas recentemente.

Esse gráfico azul apresenta os resultados do setor público consolidado. Resultado fiscal primário, ou seja, receitas menos despesas não financeiras e aqui estamos falando do conjunto do setor público, do Governo central, de estatais e de Estados e Municípios. Os senhores percebem que ao final de 1995 ainda tínhamos um superávit. Entre 1995 e 1996 tivemos uma piora das contas públicas. Chegamos a um déficit primário da ordem de 1% do PIB. Por força da determinação política, de melhor gerenciamento e da transparência das contas públicas, decorrente da redução da inflação, conseguimos, a partir de 1996, melhorar progressivamente as contas públicas a ponto de, em junho de 1997, já estarmos apresentando superávit primário da ordem de 0,6% do PIB. Esses dados mostram claramente a tendência de melhora que ocorreu não só do ponto de vista do resultado primário, mas também do resultado nominal e operacional que incorpora a conta de juros.

Peço que seja apresentada a tabela seguinte, a qual trata do resultado fiscal operacional. Esse é o dado mais relevante do ponto de vista de contas públicas. Tínhamos um déficit operacional da ordem de 5% do PIB, mais precisamente 4,9% operacional — Houve uma queda progressiva do déficit, a ponto de já termos chegado a 3% do PIB. Isso significa que também esse processo, acompanhado da redução da inflação, levou à redução do déficit nominal do Governo de 7,1% para 4,9%, o que dá uma dimensão bem concreta da importância de se reduzir o déficit nominal de 7% para 4,9%. O nosso déficit nominal, ao longo de 1995, chegou ao montante de 61 bilhões de reais. Por volta de 1995, a demanda de recursos do Governo junto ao sistema financeiro era da ordem de 61 bilhões de reais. Com uma demanda desse valor, é realmente impossível conseguir maior redução da

taxa de juros. Hoje, a demanda do Governo ao setor financeiro é ainda importante. A demanda do Governo é de 41 bilhões de reais por ano. Notem que o esforço do Governo nesses dois anos permitiu reduzir em 20 bilhões a demanda de recursos, do final de 1996 até hoje. Isso abriu espaço para a redução da taxa de juros. É por isso que temos condições de dar passos adicionais no processo de redução da taxa de juros. Obviamente, devido ao contexto internacional, estamos vivendo um momento, que exige muita prudência. Mas a verdade é que nós, através do processo de melhoria gradativa das contas públicas, estamos abrindo espaço para a redução da taxa de juros, porque a demanda de crédito é cerca de um terço menor do que a que tínhamos há dois anos.

Com a melhoria do superávit primário e com o processo de privatização, já estamos conseguindo atingir nosso objetivo, estabilizar a relação dívida líquida sobre o PIB. É importante, aqui, sublinhar um fato que, certamente, deve chamar a atenção dos senhores na questão do Orçamento Geral da União: a dívida que nos interessa estabilizar não é a do Governo Central, porque nós, na verdade, estamos todos no mesmo barco: Governo Central, Estados e Municípios. É o conjunto dessas três esferas de Governo que pressiona o mercado financeiro. Pouco adianta ter um déficit muito pequeno no Governo central se houver enorme déficit nos Estados e Municípios, porque se os Estados e Municípios pressionarem muito o mercado de crédito — mesmo que o Governo Central não esteja pressionando — haverá as mesmas consequências negativas do ponto de vista macroeconômico. Do ponto de vista do Governo Central, o que interessa é estabilizar a relação dívida/PIB, de maneira global. Se para fazer isso é melhor, por exemplo, o Governo Central se endividar junto ao mercado financeiro, em vez dos Estados, é melhor, do ponto de vista do setor público, o Governo Federal renegociar as dívidas com os Estados, fazer relações contratuais com os Estados, onde a taxa de juros implícita seja menor do que a taxa de juros que o Governo Central é obrigado a refinaranciar. Mas se essa taxa do Governo Central for menor do que a que o Estado tem que pagar e o efeito líquido for positivo, isso é o que o Governo tem que fazer e é o que o Governo tem feito. O Governo tem trabalhado em sintonia com os Estados. Está descomprimindo a economia de juros dos Estados com o processo de renegociação da dívida, que é muito substancial. Assim aumenta a dívida do Governo Central, mas diminui o ritmo de endividamento dos Governos Estaduais. O que importa é o resultado líquido desse processo, é a estabilização da dívida global do setor público. Essa é a nossa missão e é isso que estamos conseguindo fazer, como comprovam esses gráficos: o processo de privatização, o processo de renegociação da dívida dos Estados, o processo de indução a um ajustamento maior dos Estados, o processo de privatização, o de geração do superávit primário, têm levado a isso, o que é o um indicador de que estão sendo criadas condições para o desenvolvimento sustentado. Quando começa a aparecer essa realidade palpável, começa a haver investimentos, mesmo em setores onde a rentabilidade não é tão forte, porque há segurança financeira para tanto.

Com esse espírito preparamos nossa proposta orçamentária, como disse no início, que procura indicar um superávit primário, no âmbito do Governo Central, compatível com o superávit primário no âmbito do Governo consolidado, da ordem de 1,5% PIB. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que fazemos esforços na direção das privatizações, procuramos criar condições para um superávit primário de 1,5% do PIB. Para isso, o Governo Central precisa colaborar com um superávit primário — e é essa a nossa proposta — no valor de 0,8% do PIB. É o que esses dados apresentam. Os dados estão detalhados, por isso não vou fazer uma referência detalhada a eles, mas quero chamar a atenção dos grandes números para, pouco a pouco, analisá-los.

Esta tabela é a mais importante do Orçamento, porque sintetiza as receitas e as despesas não financeiras do Governo Central e mostra o resultado que pode ser obtido do ponto de vista primário. Percebemos que a receita esperada para o ano de 1998 é de 187 bilhões de reais, e a despesa esperada é de 180 bilhões de reais. Ou seja, estamos apresentando uma proposta orçamentária para exame do Congresso em que a receita supera a despesa no montante de 7,4 bilhões de reais.

Apresentarei a próxima tabela.

Esta tabela mostra na barra amarela o montante de receitas e na barra verde o montante de despesas. Percebemos que as receitas têm crescido em um ritmo superior a das despesas, ampliando a diferença, o que fica mais claro no próximo gráfico.

Este gráfico apresenta o valor do superávit primário como porcentagem do PIB. Percebemos que em 1996 conseguimos um superávit primário de 0,35% do PIB. Nosso desejo seria que em 1997 tivéssemos um superávit primário de 0,8%. Mas, pela própria Lei de Diretrizes Orçamentárias, no momento da apresentação do Orçamento, no Congresso Nacional, temos a obrigação de indicar a estimativa mais atualizada possível da qual pode-se obter resultados. Hoje, de acordo com as informações que temos, tendo em vista problemas no âmbito da arrecadação na Previdência Social e em outras áreas o resultado mais previsível é que chegaremos a 0,6% do PIB. Mas isso não significa que estamos conformados com esse resultado. Em 1997, procuraremos atingir 0,8%. Mas no ano de 1998, já temos como meta chegar a 0,8% do PIB, o que em valores reais, em moeda, o resultado fica mais palpável para ser analisado. Em 1996, tivemos um resultado primário positivo de 2,6 bilhões de reais, em 1997, a expectativa é de atingirmos a ordem de 5,1 bilhões de reais, e nossa expectativa para o ano de 1998 é conseguir elevar para 7,4 bilhões de reais. Obviamente, essa não é a melhor forma de apresentarmos esses valores, porque estão em moeda corrente. Apresentaremos os dados em moeda constante para termos noção mais objetiva do esforço que está sendo feito.

Em termos constantes, esses seriam os resultados: o resultado de 1997 seria da ordem de 5,4 bilhões de reais, e o resultado de 98 de 7,4 bilhões de reais. Isso indica que nossa expectativa de aumento do montante do superávit primário é da ordem de 38% no ano de 1998. É importante mostrar que o esforço para atingir esse superávit primário vai criando espaço para a estabilização da relação dívida/PIB. Isso fica muito visível quando comparamos os dados do superávit primário com os juros a serem pagos. Quanto mais o superávit primário financiar os juros pagos, maior é a probabilidade da estabilização da relação dívida/PIB.

Este outro gráfico, extremamente interessante, mostra que em 1996 o superávit primário financiou 16% dos juros. Isso significa que 84% dos juros da dívida existente no período anterior a 1996 precisou ser financiado através do lançamento de novos títulos. O montante de lançamento de títulos em 1996 não correspondeu a 84% dos juros, porque, na verdade, já tivemos um esforço de privatização naquele ano. O mesmo está acontecendo em 1997, pois o superávit primário está financiando 32% dos juros, o que não quer dizer que 68% dos juros está sendo financiado por emissão de títulos, pois tivemos um resultado importante com privatização.

Do ponto de vista de performance orçamentária, é importante mostrar que estamos incrementando a participação do superávit primário no financiamento dos juros para chegarmos no ano de 1998 a 35,5%. Isso mostra que, realmente, estamos criando condições para estabilizar a relação dívida/PIB.

V Exas, que já examinaram a proposta de Orçamento, devem ter percebido que além desses dados, apresentamos outros relativos as receitas de natureza financeira. Dentre essas receitas, temos a das privatizações. A receita das privatizações somada ao superávit primário deverá dar condições para estabilizarmos o endividamento do setor público.

Até aqui, falei do esforço do Governo Central, no sentido de conseguir um superávit primário de 0,8% do PIB. Como V. Exas. sabem muito bem, junto com essa peça orçamentária, apresentamos também a programação de investimentos para as empresas estatais. Estas devem apresentar no ano de 1998 um superávit primário da ordem de 0,7% do PIB. Esse resultado de 0,7%, mais precisamente de 0,72%, cria condições para acreditarmos que em 1998 nossas chances de termos um superávit primário da ordem de 1,5% do PIB são grandes. Temos razões para acreditar que poderemos atingir este resultado.

Quero chamar a atenção dos senhores para o fato de que esta tabela apresenta somente os dados do Governo Central e das estatais federais. Quer dizer, é preciso, quando se comparar esses dados, por exemplo, com os dados divulgados pelo Banco Central, saber que, normalmente, o Banco Central, nas necessidades de financiamento, apresenta as estatais reunindo federais, estaduais e municipais. Os dados que estou apresentado aqui correspondem única e exclusivamente as estatais federais.

Muito bem, o que esses dados mostram é que o Governo Central mais as empresas estatais federais, no seu conjunto, estão apresentando resultados progressivamente melhores. No ano de 1996, a soma do superávit do Governo Central mais o superávit das estatais somou 0,8% do PIB. Em 1997, a nossa expectativa é de que esses dois componentes das contas públicas apresentem um resultado de 1,37% do PIB. E no ano de 1998, dado que o Governo Central apresenta 0,8% e as empresas estatais federais, 0,73%, teríamos um resultado de 1,53%. Isso não quer dizer, volto a insistir, que essa seja a nossa expectativa com relação ao Governo Central, ao Governo consolidado. Isso dependerá da performance dos Estados e dos Municípios. Na hipótese de eles terem um equilíbrio nas suas contas, bastaria ter equilíbrio, teríamos então um superávit primário próximo de 1,5% do PIB.

A verdade é que, infelizmente, é mais provável — tenho a obrigação de dizer isso junto aos senhores —, o resultado hoje mais provável dos Estados e de eventualmente termos um pequeno déficit e por esta razão o resultado mais provável, não o desejado, é que o resultado este ano fique mais em torno de 1% do PIB. Já no que diz respeito ao ano de 1998, pode ser diferente, pois aí há a chance de termos um resultado ligeiramente superior a 1%, quiçá 1,5%. Se houver equilíbrio nos Estados e Municípios, então, em 1998, conseguiremos chegar a esse montante.

Feita essa apresentação do que é o Orçamento na sua composição mais geral, nos seus números mais importantes, quero entrar agora em duas partes da minha apresentação. Primeiro, um ponto para o qual gostaria de chamar muito a atenção dos Srs. Parlamentares, refere-se ao que está acontecendo efetivamente com as contas que compõem o Orçamento. Depois examinaremos o modo como esta sendo feita a distribuição do gasto, particularmente na área social.

Quero chamar a atenção dos senhores para esta tabela que, do ponto de vista analítico, talvez seja a que exija maior atenção de todos os Congressistas, em função da responsabilidade que temos — estou me incluindo nisso, obviamente, sendo Deputado —, para esse desafio que temos, do ponto de vista das contas públicas.

Pedimos para que fosse feita a seguinte análise das contas públicas: em primeiro lugar, o que efetivamente vamos gastar no ano de 1998. Em 1998, vamos gastar cerca de 180 bilhões de reais. Em 1997, colocando em moeda constante, estamos gastando alguma coisa próxima a 170 bilhões de reais. A análise objetiva e fria desses números, análise superficial, mostra que o Orçamento de 1998 apresenta um aumento de gastos da ordem 10 bilhões de reais em moeda constante. Ou seja, estamos tendo um aumento de 9,8 bilhões de reais. A pergunta que se faz é onde o Governo, com a sanção do Congresso Nacional, vai gastar esse aumento tão expressivo dos gastos públicos de 170 para 180 bilhões de reais? Esta é a pergunta que fizemos na preparação do Orçamento. Primeiro, colocamos aquelas despesas que são incompressíveis. O que estamos chamando de despesas incompressíveis? São aquelas despesas cujo o movimento está condicionado por um conjunto de instituições que estão cristalizadas no texto constitucional, ou seja, ainda que exista um espaço marginal, pequeno para a administração da conta de pessoal, da conta de benefícios previdenciários e ainda que exista alguma espaço negocial, do ponto de vista de vinculações, a verdade é que existem gastos que estão fora da capacidade administrativa do Executivo. São despesas que crescem autonomamente, dada a existência de um conjunto de instituições que, como disse, estão cristalizadas no texto constitucional. Sem uma reforma administrativa, sem uma reforma previdenciária, sem um exame da necessidade de flexibilizar a estrutura da despesa orçamentária.

Existem despesas que crescem e crescem autonomamente, que chamamos de despesas incompressíveis. Muito bem, se vocês somarem gastos com pessoal, gastos com benefícios previdenciários, mais os gastos vinculados, olharem o montante desses gastos e compararem com 1997, o que vão perceber é que o aumento foi de 9,3 bilhões de reais. Ou seja, 9,8 bilhões de aumento, 9,3 bilhões decorrem de despesas incompressíveis ou despesas que crescem por força da não-reforma administrativa, da não-reforma da Previdência, da existência de determinados padrões de vinculação. Ou, dito de outra forma, 95% da explicação do aumento do gasto decorre da não-realização dessas reformas.

Se os senhores olharem, com uma perspectiva temporal um pouco mais longa, há alguns dados que realmente gritam aos nossos ouvidos. Chamo a atenção para o fato de que temos de fazer alguma mudança muito drástica em alguns determinantes do gasto. Se olharmos gastos de pessoal e benefícios previdenciários — só esses dois gastos — se olharmos o que gastamos em 1995 e o que estamos esperando gastar em 1998, veremos que o aumento é de 29 bilhões de reais. Não estou comparando com outro Governo. Estou comparando com o primeiro ano do Governo Fernando Henrique. De 1998 a 1995, o aumento de gastos em pessoal e em benefícios previdenciários foi de 29 bilhões de reais. Isso significa pressão ou no déficit público ou em outros gastos. Daí a dificuldade de apresentar um projeto orçamentário que tenha equilíbrio em um contexto como esse.

Vou dar outro dado muito interessante para os senhores. Se pegarmos a receita total, que é de 187 bilhões de reais, e tirarmos as vinculações, teremos alguma coisa em torno de 142 bilhões de reais de receita disponível do Governo Federal. Se somarmos só as despesas decorrentes das regras previdenciárias, ou seja, se somarmos benefícios previdenciários mais inativos da União, vamos chegar a um pouco mais de 71 bilhões de reais. O que significa dizer que gastamos com pensões — benefícios previdenciários mais inativos da União — cerca de 50% da receita disponível do Governo Central.

Esses são dados que mostram realmente a urgência dessas reformas. A verdade é que os gastos do Governo crescem a uma taxa de 10 bilhões por ano em função desse conjunto de instituições que fazem aquilo que apresentam inicialmente: consolidam uma força estrutural que aponta para uma tendência de piora das contas públicas. Em função disso, temos um desafio gerencial para administrar as demais contas e aí apresentamos os dados para os senhores em dois níveis. Temos, de um lado, como os senhores sabem muito bem, dentro da prática orçamentária, os projetos e as atividades. As atividades correspondem a manutenção de programas, basicamente custeio e manutenção de programas, e, de outro lado, projetos que correspondem, a grosso modo, a investimentos. O que fizemos foi separar as despesas em atividade em dois blocos. Os gastos com saúde, educação, reforma agrária e assistência social, e depois os gastos com os demais Ministérios, e, de outro lado, colocamos a conta de projetos.

O que os senhores percebem por essa conta é que nós, tendo em vista o fato de que as despesas incompressíveis cresceram 9,3 bilhões de reais, para podermos ampliar os gastos na área social tivemos de reduzir em termos reais os gastos em projetos e os gastos dos outros Ministérios. É bom que se diga aqui desde logo que isso não quer dizer que necessariamente cada um dos outros Ministérios tiveram redução. No seu conjunto tiveram uma redução. E tiveram uma redução de 848 milhões de reais em projetos e 246 milhões de reais em atividades que não fossem dos Ministérios da Educação, Saúde, Reforma Agrária e Assistência Social.

Com a redução dessas despesas, estamos abrindo espaço para aumentar as despesas na área social em 1,5 bilhões de reais. Essa, na verdade, é a composição dos gastos. O grosso do aumento dos gastos, 95% da explicação dos gastos, decorre das despesas incompressíveis; 15% do aumento dos gastos corresponde a despesas sociais prioritárias. O espaço aberto por isso foi feito a partir da contenção de gastos. Contenção de gastos que, na verdade, foi feita sem prejuízo das metas. Porque com o novo padrão de gerenciamento que estamos tendo,

particularmente nos projetos do programa Brasil em Ação, estamos tendo a oportunidade de redução de custos importantes.

Passo à próxima transparência, a qual decompõe esses gastos. Não há uma informação aqui adicional, mas somente de como foi o aumento. Ou seja, na verdade, os gastos aqui têm esta composição: com pessoal, encargos, benefícios previdenciários, e principais vinculações.

Peço a tabela seguinte.

Já havia comentado sobre essa tabela, que é muito interessante. Ela mostra a receita total de 187 bilhões de reais. Se tirarmos as vinculações, teremos uma receita disponível de 140 e, portanto, estamos financiando basicamente 50% da receita disponível, que está sendo gasta com benefícios previdenciários e com inativos do setor público.

(Não identificado) - Isso é lamentável. Isso não se faz. Como é que se gasta dinheiro do .

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Passando para o próximo ponto, vamos analisar a composição dos gastos

Quero chamar a atenção para o seguinte ponto. Daqui para a frente, vamos fazer uma análise dos gastos com atividades e projetos. Estamos tirando o gasto de pessoal, de vinculações..

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Por favor, a palavra está assegurada ao Ministro.

(Não identificado) - Ele é meu amigo. (Risos.)

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Então, aqui, a distribuição de gastos com atividades e projetos.

Pedina a atenção de V.Exas.

Estamos somando os gastos com atividades e projetos. Esses gastos chegam ao montante de 39,9, praticamente 40 bilhões de reais. Desses 40 bilhões de reais em atividades e projetos, temos 1 684 de gastos feitos pelos Poderes Judiciário e Legislativo. Aí, apresentamos em seguida os gastos que são realizados em atividades e projetos pelo Poder Executivo.

Gostaria de chamar a atenção de V.Exas. para o seguinte ponto: dos 38 bilhões de reais gastos em atividades e projetos, 60,4% são na área social.

(Fora do microfone. Inaudível)

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Pedina a V.Exa. a delicadeza de esperar que eu termine minha exposição. Depois, os Parlamentares podem comentar o assunto. Eu e V.Exa., que já tem uma grande amizade por mim, pelo que ouvi, poderíamos conversar sobre esse e outros pontos. Pediria a gentileza e a delicadeza de esperar o final da minha exposição.

(Fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Peço à Segurança que tome as devidas providências, uma vez que os Parlamentares têm que ouvir a exposição do Sr. Ministro. Só depois a palavra será concedida aos Parlamentares.

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - O gasto em atividades e projetos, cerca de 60,4%, serão realizados na área social. Desse montante de recursos, que chega a 23 bilhões de reais, a distribuição pelas diversas áreas sociais é a seguinte.

Aliás, antes de passarmos para a distribuição dos gastos na área social, vale a pena comparar a evolução do tempo dos gastos na área social e nas demais áreas.

Esse gráfico mostra uma comparação dos gastos. Na barra azul, desenvolvimento social, gastos com defesa nacional, infra-estrutura, meio ambiente, ciência e tecnologia e demais áreas. Percebe-se que não só a área social corresponde a 60% dos gastos, como, na verdade, essa participação tem sido crescente.

Na próxima transparência — peço que já mostre o gráfico — vemos o seguinte: 60% do gasto do Governo em atividades e projetos e na área

social. Agora, desse montante, 75% são gastos em educação e saúde. Aqui vale a pena mostrar, em detalhe, que a Saúde detém 54% dos gastos na área social. A educação, em seguida, detém 19%.

Então, V.Exas. vêem que o Orçamento fortaleceu muito a área social. Isso também se nota quando olhamos o conjunto dos gastos do setor público. Não estou me referindo somente a atividades e projetos. Estamos somando também o gasto com pessoal. Obviamente, o gasto na Saúde não é só com a vacina ou, eventualmente, com remédio, mas também com os médicos. O gasto na Educação não é somente com giz ou com software de computador, mas também com os professores. Somando todos os gastos, tanto em atividades e projetos na área social, mais os gastos com o pessoal envolvido, temos, no ano de 1998, um gasto de 117 bilhões de reais na área social. Um gasto muito significativo, porque a receita disponível é da ordem de 144 bilhões. Então, 117 bilhões estão voltados para a área social.

Esses dados, diga-se de passagem, não estão em moeda corrente, mas constante, ou seja, estamos comparando valores com o mesmo nível de preços.

Apresentando a tabela seguinte, vamos ver o gasto social per capita. O resultado realmente chama a atenção. Em 1998, vamos ter um gasto de 727,3 reais por habitante. Um gasto social expressivo, que certamente está acima da média.

(Fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Por gentileza, peço à Segurança que tome as devidas providências. Esta é a Casa do Povo, mas não a casa da balbúrdia. Por gentileza, retire o cidadão.

(Não identificado) - V.Exa. disse que esta é a Casa do povo e não nos deixa falar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Voltando à tranquilidade, por favor, Ministro, perdoe-nos e continue usando a palavra.

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - A despesa social per capita chega a 727,3 reais, o que representa um ganho real da ordem de 3% em relação ao ano passado.

Depois de apresentar os gastos sociais, quero fazer um breve comentário sobre os programas do Brasil em Ação.

Temos aqui uma distribuição dos gastos em atividades e projetos do Brasil em Ação. Vale a pena chamar a atenção para o fato de que, no conjunto de atividades, estão sendo gastos 2,8 bilhões de reais e 3,4 para projetos.

É muito interessante sublinhar a próxima tabela, que mostra qual o gasto social no programa Brasil em Ação. É interessante notar que em 1998 os recursos do Orçamento Geral da União gastos na área de infra-estrutura correspondem a 1 bilhão, 247 milhões. O grosso dos gastos na área de infra-estrutura são realizados ou pelo setor privado, ou por empresas estatais, ou por financiamentos que vêm para alguns desses setores. Na área social são gastos 5 bilhões e 48 milhões. O que quer dizer — e queria chamar a atenção para esse ponto — que 80% dos recursos do programa Brasil em Ação são voltados para a área social.

Na tabela anterior, apresentei a V.Exas. que dos gastos em atividades e projetos, 60% estão na área social e 75% estão concentrados em educação e saúde. Aqui, estamos dizendo o seguinte: além de no conjunto estarmos gastando 60% na área social, no programa Brasil em Ação, 80% dos recursos estão concentrados na área social.

A penúltima tabela mostra o volume de investimentos das empresas estatais — aí exigiria uma outra apresentação —, cerca de 16,5 bilhões de reais. Esse valor está predominantemente na área de telecomunicações e petróleo.

A última tabela mostra o investimento feito diretamente por esforço do Governo Central. Esses investimentos chegam a 24,8 bilhões de reais,

sendo que 8,3 bilhões de reais correspondem ao Governo Central e 16,4 a empresas estatais

Somente a título de informação adicional, e bom que se diga que, no que diz respeito aos programas do Brasil em Ação, o esforço do orçamento fiscal é muito pequeno em relação ao esforço de investimentos que compõem o programa. A expectativa no ano de 1997 e 1998 é de termos gastos, no conjunto de projetos que compõem o Brasil em Ação, alguma coisa como 65 bilhões de reais. So que desses 65 bilhões de reais, somente 14% correspondem aos recursos fiscais propriamente ditos. Na verdade, o conjunto dos programas Brasil em Ação são investimentos que catalisam e organizam outros investimentos que, como disse, são realizados pelo setor privado e com financiamentos externos.

Então, quando olhamos o esforço de investimento que está sendo potencializado pelo programa Brasil em Ação, os números são maiores. No ano de 1997, e alguma coisa em torno de 31 bilhões de reais, no ano de 1998, um pouco mais de 33 bilhões de reais, conformando 65 bilhões de reais. Porém, a participação com recursos tributários, recursos fiscais, é de apenas 14%. Por quê? Porque basicamente procuramos usar o recurso fiscal somente onde é necessário para viabilizar o investimento privado, concentrando os recursos fiscais na área social, destinando, como disse, 80%.

Para resumir — e com isso concluo a exposição — preparamos um orçamento que, em primeiro lugar, crie condições para um desenvolvimento sustentável. Para ser um orçamento que crie essas condições, tem que ser compatível com uma perspectiva de estabilidade na relação dívida/PIB ao nível consolidado. Para ser compatível com uma relação dívida/PIB, e preciso ter um superávit primário, o Governo como um todo, de 1,5% do PIB. Para isso, o Governo Central vai colaborar com 0,8% do PIB. Isso está sendo feito, não obstante a pressão de despesas incompressíveis, a não ocorrência da reforma administrativa, da reforma da Previdência.

Até hoje, a força gerencial pôde se contrapor a isso. Tenho fortes suspeitas de que isso não se sustenta. Mas, mesmo assim, para o ano de 1998, conseguimos criar condições para esse superávit primário. Isso foi feito abrindo um espaço ainda maior para a participação do gasto na área social, que chegara a 727 reais *per capita*, um nível que corresponde a um crescimento em relação ao ano passado.

Muito obrigado pela tolerância dos senhores de ouvirem essa exposição, que foi excessivamente longa. Mas eu não poderia perder a oportunidade de fazer uma apresentação bastante detalhada sobre o que é a nossa proposta.

Estou à disposição dos senhores, e, particularmente, do Relator, para as perguntas que S. Exa. deseja fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Agradecendo ao Sr. Ministro Antonio Kandir, mais uma vez pedimos desculpas pela interrupção. Mas, são fatos que ocorrem.

Damos início, então, aos questionamentos, passando a palavra, em primeiro lugar, ao nosso Relator, o Deputado Aracely de Paula.

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Exmo. Sr. Ministro do Planejamento e Orçamento, Antonio Kandir, Exmo. Sr. Dr. Martus Tavares, Secretário Executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Dr. Waldemar Gorni, Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, meu caro Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Ney Suassuna, Srs. Deputados, senhores assessores, senhores membros da Comissão, senhores da imprensa, inicialmente, gostaríamos de cumprimentar o Ministro Kandir pela sua bela e abrangente exposição a respeito da proposta orçamentária que deu entrada nesta Casa na segunda-feira, pelo seu conhecimento de causa e pelo brilhantismo da sua exposição.

Gostaríamos, entretanto, Sr. Ministro, de dizer o seguinte: esta Casa é composta de uma das mais competentes e brilhantes assessorias que lidam com o Orçamento público neste País, e tem demonstrado isso ao longo dos anos,

com um trabalho eficaz. Entendemos que se assentam, principalmente nas mãos dessa assessoria, o acerto que pretendemos deste trabalho.

Se tanto e verdade, gostaríamos de ressaltar aqui o fato de que pedimos aos senhores assessores, a assessoria técnica, que fizessem uma análise bastante aprofundada, bastante pormenorizada de todas as peças que compõem o Orçamento — e de todas elas, indistintamente —, para que pudéssemos discutir com V. Exa., discutir com a sua equipe, também brilhante, e que honra o Governo da República.

V. Exa. há de convir que o tempo é escasso e que a nossa assessoria talvez ainda não tenha todas as informações necessárias para que possam formar um juízo convincente a respeito da proposta enviada. Então, pediríamos a V. Exa. que este fosse apenas o primeiro contato de V. Exa. e do seu Estado Maior com a Comissão. E, quem sabe, tivéssemos um contato mais estreito entre a assessoria técnica da Casa e a assessoria técnica do Ministério do Planejamento e Orçamento. Este é o primeiro pedido que fazemos e a primeira observação que expomos.

Gostaríamos também de dizer que para nós é uma honra muito grande trabalhar com a Comissão de Orçamento desta Casa, que aqui representa todos os segmentos partidários que compõem o Parlamento nacional. É uma honra participar deste trabalho.

Nesta primeira reunião, gostaria de deixar bem claro que, a propósito do Relator, repassado ao Presidente e aos nossos amigos, esta Comissão haverá de fazer, sim, um trabalho sólido, um trabalho que conte com a participação, a inteligência e a disponibilidade de todos os membros. Que o resultado daquilo que nós fizemos não seja o resultado do trabalho do Relator ou do Presidente, mas que seja, acima de tudo, o fruto do esforço coletivo que, se Deus quiser, vamos imprimir aos trabalhos desta Comissão.

É com esse intuito que aceitamos essa incumbência do nosso partido, para tentarmos conduzir a bom termo e em um tempo recorde os trabalhos que, se são desafiantes e difíceis, nem por isso podem deixar de ser realizados.

A par disso, Sr. Ministro, a primeira providência que pedimos a comissão técnica, foi que fizesse uma leitura fácil, didática, muito mais do que transparente, para que pudéssemos apresentar, não apenas aos Deputados, mas a toda a sociedade brasileira, essa peça, as vezes tão contestada, mas de vital importância na condução dos destinos nacionais.

Pedimos a nossa assessoria que transformasse a complexidade do processo orçamentário em algo didático, que pudesse ser entendido, desde o pré-primário até os grandes cientistas e estudiosos da matéria, em algo bastante assimilável, bastante palatável, e diria que a Comissão assim está procedendo. Acho que devemos simplificar ao máximo, porque, simplificando, vamos dar transparência, clareza, vamos dar participação. Essa é a intenção nossa, e a intenção da Comissão.

Sr. Ministro, feitas essas observações, inicialmente, gostaríamos de perguntar a V. Exa. o seguinte:

I - As receitas de concessões de serviços públicos estão previstas em 2,0 bilhões. Há duas questões relativas a este item que gostaríamos de elucidar com V. Exa.

a) diante dos elevados ágio que vêm sendo obtidos nessas privatizações, em particular os relacionados com as telecomunicações, achamos que o valor indicado está bastante aquém daquele que efetivamente poderia ser gerado. V. Exa. poderia fornecer-nos a memória de cálculo desse valor, por operação e preço, que se espera alcançar, para que possamos fazer um juízo mais firme dessa matéria?

b) Embora medida provisória tenha incluído as concessões no programa de desestatização, achamos que a receita de concessões não é derivada de alienação de um ativo, mas é receita de privatização, algo assemelhado a uma receita de aluguel e, portanto, caracterizada como receita corrente patrimonial, ao invés de receita de capital, que é o caso da receita de privatização por meio da venda

ativos. Nesta, quando utilizada para quitar a dívida pública, troca-se um ativo por um passivo; naquela, esta-se alocando uma receita corrente para deduzir a dívida.

Esse nosso entendimento é reforçado pelo fato de que, do ponto de vista para as receitas de concessões, aproximadamente 160 milhões são destinados para custear pessoal e investimentos do FISTEL, e os restantes, 1 840 milhões para quitar a dívida.

Em resumo — e considerando-se que na Lei Geral das Finanças não há qualquer menção quanto à destinação da receita —, V. Exa. não acha que por essas razões não faz sentido alocar recursos derivados das concessões para quitar a dívida pública, como ocorre com a receita de privatização?

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Essa é a primeira questão. V. Exa. gostaria que fizessem todas as perguntas?

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Posso responder uma por uma?

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Pois não, fique à vontade, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer da minha enorme satisfação pelos contatos que tivemos até o momento com o Relator, Deputado Aracely de Paula, e com o Presidente, Senador Ney Suassuna. Realmente, como disse no início da exposição, foi muito proveitoso esse relacionamento, para que pudéssemos já apresentar um projeto com as características que estamos apresentando.

Nós, obviamente, meu caro Relator, temos o interesse de ter essa relação a mais estreita possível. Disse a V. Exa. — e repito mais uma vez — que nós estamos inteiramente à disposição, não só toda a equipe técnica, mas o Dr. Waldemar Gionvi e o Dr. Martus Tavares, assim como eu mesmo, estamos inteiramente à sua disposição, porque essa é, na verdade, matéria da maior responsabilidade nossa. Não há projeto mais importante, do ponto de vista do Ministério do Planejamento, do que o de obter uma negociação bem sucedida com o Congresso Nacional nessa matéria.

Além disso, diga-se de passagem, acho que a cada ano esta Comissão vai-se tornando cada vez mais importante. Não tenho dúvidas em relação a isso, porque agora, sim, estamos começando a ter um orçamento de verdade. E não é porque agora somos mais ou menos competentes, mas é porque agora é possível ter, o que é possível porque a inflação está mais baixa. Agora, sim, temos as condições para fazer isso.

Então, todas as discussões agora passam a ser muito mais relevantes e muito mais objetivas, e todos nós temos essa responsabilidade de ter um orçamento bem negociado e que crie condições para ser perfeitamente executado. Precisamos, sim, de um orçamento absolutamente realista, para ele ser perfeitamente executável, porque somente quando ele for perfeitamente executável é que teremos previsibilidade.

Com isso, faremos aquilo que todo cidadão brasileiro quer da classe política, do Congresso e do Executivo. O que todos querem é que possamos fazer mais com menos dinheiro, que possamos cada vez desperdiçar menos o dinheiro público. E para desperdiçar menos o dinheiro público, para termos maior eficiência do gasto, é crucial ter previsibilidade. Previsibilidade só é possível se o Orçamento for executável, e o Orçamento só é executável se for absolutamente realista.

É por isso que realmente tenho certeza de que teremos uma negociação que não será pautada por aquilo que se poderia chamar "um pacto da mediocridade", onde cada um faz de conta que está conseguindo alguma coisa de muito importante e, depois, na verdade, arma-se o terreno para se contingenciar o Orçamento. Isso gera uma série de imprevisibilidades.

Estamos aqui realmente para responder, de maneira madura, aquilo que a sociedade deseja de todos nós: usar bem o dinheiro do contribuinte.

Quero realmente parabenizar o Relator por essa iniciativa, que acho extraordinária. Desde logo, quero dizer que toda a nossa equipe está à sua disposição para essa sua iniciativa — que acho importantíssima — de criar, de desenvolver um documento, um instrumento de comunicação que torne extremamente didática a apresentação do Orçamento.

V. Exa. tem absoluta razão em dizer que, na medida em que nos simplificamos, na medida em que toda a população entenda exatamente o que estamos decidindo aqui juntos, aí o controle sobre as nossas contas, o controle sobre a nossa atuação, a garantia de uso melhor do recurso, certamente, será do maior que a compreensão da sociedade. As novas intenções em relação a novos projetos serão muito maiores. Muito da dificuldade de diálogo com a sociedade, não só em relação à questão orçamentária, mas à própria atuação do Congresso decorre da falta de entendimento, de compreensão do que estamos decidindo.

Por tudo isso, estou extremamente satisfeito. Parabenizo V. Exa. pela iniciativa, dizendo que pode contar conosco para produzir esses documentos que certamente significarão uma mudança qualitativa na forma como a Comissão atua.

Quanto às duas questões abordadas por V. Exa. sobre a receita de concessões, pedirei a minha equipe técnica, num prazo curtíssimo de tempo, talvez ainda nesta semana, a memória de cálculo da previsão em relação às concessões. Procuramos, a partir das discussões com o Ministério das Comunicações, fazer a melhor previsão possível com relação à receita de concessões esperadas.

É óbvio que, se fomos agradavelmente surpreendidos, faremos uma correção mais à frente, enviando uma mensagem de arrecadação, abrindo espaço para novos gastos.

Com relação ao uso dos recursos da concessão, observo que, quando falamos no Programa Nacional de Desestatização, não estamos falando no Programa Nacional de Privatização. A desestatização, além da venda de ativos, é também a concessão ao setor privado para a exploração de determinados ativos públicos. E, aí, a recomendação no sentido do uso mais apropriado do recurso é, do ponto de vista técnico — o Governo determinou essa orientação —, a de criar condições, como disse, para reduzir o mais rapidamente a relação da dívida pública sobre o PIB.

Desse ponto de vista, nos parece que, ao lado da receita de venda de artigos que abate diretamente a dívida, a receita de concessões deveria ser uma das fontes de geração de superávits primários, o que significa, na verdade, uma menor necessidade de endividamento. Essa é a orientação que temos no Governo. Entendemos que isso é o ideal.

(Intervenção fora do microfone, inaudível)

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - O valor é de 2 bilhões. A receita de concessões. A receita patrimonial de venda de ativos esperada pelo Governo central é da ordem de 15 bilhões de reais. Há uma expectativa, mas isso não entra no Orçamento, de que os Estados tenham eventualmente uma privatização da ordem de 14 bilhões. Mas a nossa expectativa é de 2 bilhões.

É lógico que se começarmos a ter receitas de concessões muito altas, que elevem em muito o superávit primário, poder-se-á abrir uma nova discussão. Mas enquanto não temos condições de garantir um superávit primário fortemente superior a 0,8, a orientação do Governo é a de criar condições para a estabilidade da relação dívida/PIB.

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Sr. Ministro, gostaríamos de fazer uma outra pergunta a V. Exa., até porque isso tem sido motivo de grande preocupação para todos os Parlamentares, Governadores de Estado, enfim, para todos aqueles que dependem da execução orçamentária.

Diz a mensagem que os Estados serão ressarcidos por conta da LC nº 87/96, na programação de 1997, em 1 bilhão. E, na previsão para 1998, em 2,2 bilhões. Gostaríamos de saber por que razão esses valores se encontram bastante aquém daquelas inicialmente previstos na LC, respectivamente 3,6 bilhões e 4,4 bilhões?

Nesse quadro, olhando-se os dados da execução do Orçamento para 1997, até quinze de julho deste ano, constatamos em nossas análises que tão-somente 1 bilhão foi liquidado, apesar de a autorização montara 10,5 bilhões. Qual a razão desse atraso? Esse bilhão já executado só alcança os projetos do Brasil em Ação?

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Agradeço ao nobre Relator a oportunidade que me dá de fazer um esclarecimento sobre as características da Lei Complementar nº 87.

V Exa pergunta por que a previsão de desembolsos decorrentes da Lei Complementar nº 87 é inferior aos tetos originalmente indicados.

A razão disso decorre da própria característica da LC nº 87, que diz respeito ao seguro-receita de ICMS, seguro-receita este criado no bojo da lei complementar que estabeleceu a não-cobrança do ICMS nas exportações e a possibilidade de crédito do ICMS relativo às compras de bens de capital.

Trata-se de matéria complexa, valendo a pena mais uma vez detalhar bem a questão. Ninguém, absolutamente ninguém, nenhum Governador, nenhum executivo financeiro no âmbito estadual, nenhum Parlamentar tem a menor dúvida de que, se não quisermos crescer, o caminho mais curto para isso é tornar extremamente caro o processo de investimento. Se não quisermos crescer, vamos criar um constrangimento à melhora das contas externas e encarecer fortemente as exportações.

Se queremos crescer, temos de puxar duas alavancas: a das exportações e a dos investimentos. E, se queremos puxar essas duas alavancas, temos de tornar o mais barato possível as exportações e os investimentos. Foi por essa razão que todo mundo sabia — e sabe — que obviamente a produção no País e nos Estados será muito maior se estimularmos os investimentos e as exportações.

O problema é que ninguém sabia o que poderia acontecer no dia seguinte. Os Estados queriam, obviamente, eliminar os impostos sobre as exportações e sobre máquinas, porque sabiam que a produção crescerá no futuro e que, portanto, crescerá a arrecadação. O problema é a transição. Se a arrecadação vem crescendo, e certamente vai crescer mais rapidamente, o problema é como arcar com a eventual queda da arrecadação no momento logo após.

Como esse tributo é obviamente dos Estados, esse risco caberia aos Estados se assim quisessem. Nas conversas que tivemos ano passado, acordou-se que, se todos nós queremos crescer mais e arrecadar mais e se há o risco da queda da arrecadação, o Governo Federal podia criar um seguro de receita do ICMS, o que, aliás, está claríssimo no próprio texto da lei. A Lei Complementar nº 87 cria o seguro-receita de transição para o ICMS. Não é uma lei de transferência de perdas calculadas segundo alguma metodologia de cálculo a mais diversa possível.

A discussão foi outra: vamos estabelecer uma lei complementar que, em primeiro lugar, crie condições para dar absoluta tranquilidade aos Estados. Em hipótese alguma a receita dos Estados poderá diminuir. Ou seja, há uma data, que é setembro de 1996, e comparamos o pré-lei e o pós-lei. Como comparar a receita pós-lei com a pré-lei? Se eventualmente diminuir em um único tostão a receita pós-lei, o Governo Federal faz uma transferência. E como o seguro de um carro. Compra-se o carro, faz-se o seguro e, se eventualmente batê-lo e somente nesse caso, tem-se pago o conserto do carro. Mas é preciso que o carro sofra a batida para que haja o pagamento do seguro.

Então, fazemos sistematicamente essa comparação. Mas essa comparação — vejamos que interessante — não é estática. Ou seja, pode-se comparar o cenário pós-lei com o pré-lei, mas não permanece fixo o nível do ICMS comparado.

Quer dizer, paga-se toda a diferença de uma referência que é aumentada ano a ano conforme a evolução da inflação, conforme a evolução do produto, ou seja, crescendo a inflação, crescendo o produto, vai-se tendo um seguro cada vez comparado a um nível mais alto e ainda com mais um fator de eficiência. A transferência para cada Estado é feita, mas muda na medida em que a receita fica menor que a receita antes da lei, mais a inflação, mais produção — e essa

transferência é multiplicada por um fator de eficiência tributária. Quem for eficiente na arrecadação tem essa transferência multiplicada por um fator, e esse fator corresponde ao que for maior.

Fazem-se três comparações. O ritmo de crescimento do ICMS pós-lei com o realizado na média do Estado antes da lei, o crescimento do ICMS com o crescimento dos tributos federais e, ainda, o crescimento do ICMS com o produto. O que for maior torna-se o fator multiplicativo da transferência.

Então, damos absoluta garantia. E fizemos mais, no processo de negociação — é bom lembrar isso, peguem as notícias dos jornais em junho, julho e setembro de 1996 e verão que estou certo — havia uma série de dúvidas a respeito da possibilidade de cobrança do ICMS em relação a vários fatores geradores. Havia buracos jurídicos em função de ter sido o ICMS estabelecido com base em um convênio desde 88. Não havia lei complementar, havia questionamentos na Justiça sobre a cobrança do ICMS, o que significaria que não só não crescerá, mas que, provavelmente, a arrecadação cairá em função da contestação jurídica.

Mais do que isso era preciso regulamentar a substituição tributária. E é por essa razão que a Lei Complementar nº 87 não é só uma iniciativa de um Parlamentar ou de conjunto de Parlamentares da Comissão de Finanças e Tributação. Na verdade, é algo construído sobre textos propostos pelo CONFAZ. E é por essa razão que, ao contrário do que algumas pessoas têm superficialmente considerado, o que está acontecendo com a arrecadação do ICMS é, na verdade, um crescimento da arrecadação.

Falam-se de perdas decorrentes da lei complementar. Note-se bem que, se comparamos a situação pós-lei, de setembro de 1996 a junho de 1997, com os nove meses correspondentes, de julho de 1995 a setembro de 1996, veremos que a arrecadação do ICMS no Brasil cresceu. A arrecadação do ICMS de setembro de 1995 a junho de 1996 foi de 42 bilhões de reais, enquanto a de setembro de 1996 a julho de 1997 foi de 47 bilhões de reais. Quer por fechar buracos jurídicos, quer pelo crescimento das exportações, quer pelo crescimento dos investimentos, a arrecadação do ICMS cresceu em quase 5 bilhões de reais. Mas, além disso, houve também a transferência decorrente do fato de em um ou em outro Estado ter havido alguma queda de arrecadação, porque, na verdade, como disse, estamos comparando com uma referência dinâmica, que cresce com o produto e cresce com a inflação, e essa transferência será maior.

Agora, o que são os 3,6 bilhões de reais? Diga-se de passagem que alguns, compreensivelmente, achariam estranho que algum Líder não lutasse por mais recursos para o seu Estado, que os Parlamentares não estivessem lutando por mais recursos para os seus Estados. O que alguns querem é que a transferência seja feita pelo teto. Ou seja, nós falamos o seguinte: se houver queda de arrecadação pagamos a diferença e existe um limite máximo de transferência. E como se eu comprasse um carro, fizesse o seguro, e mesmo não batendo o carro, se quisesse receber um outro de presente. É disso que se trata. É o que está acontecendo. Hoje estão reivindicando a transferência de uma perda total que não está ocorrendo. Nós estamos dizendo que é um seguro-receita.

É óbvio que se tem de prever uma hipótese de queda. E estabelecemos o seguinte: se houver queda de arrecadação em relação a esse nível dinâmico, pagamos a diferença. Mas existe um limite máximo, caso o sinistro ocorra ou seja, perde-se o carro, e há um limite máximo de transferência.

Quanto aos 3,6 bilhões reais de 4 bilhões de reais, o texto da lei é muito claro. Esse é o teto de transferência, é o nível máximo de transferência, não é a transferência automaticamente determinada para ser feita. E é por essa razão que a previsão foi feita com base nos estudos sobre a tendência do ICMS dos Estados. Fizemos essas duas previsões, que seriam, então, de 2,2 bilhões de reais no ano de 1998. Se eventualmente, por alguma razão que espero não ocorra, haja uma retração forte do nível de atividades e forte queda da arrecadação do ICMS, precisando ser a transferência superior a isso, poderíamos transferir até 4,4 bilhões de reais. Se foi necessário transferir mais, aí sim, teríamos de fazer uma mudança na lei.

Perdoem-me pela longa explicação, mas como esse é um tema que está na Ordem do Dia, era preciso fazer esse esclarecimento

Muito obrigado

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLEY - Sr. Presidente, Sr. Relator, permitam-me, pela oportunidade, perguntar se e ao Governador Mário Covas que o Sr. Ministro Antonio Kandir está se referindo quando fala sobre o automóvel, porque foi S.Exa. quem reclamou do ICMS

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Fiz apenas uma apresentação, procurando a forma mais didática possível. Não faço referência a absolutamente ninguém porque estamos tratando essa questão com a seriedade que ela merece

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Falta responder ainda sobre um item, e o Sr. Ministro vai usar a palavra para explicá-lo

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Vou ser extremamente direto. Quanto a programação, se olharmos para a experiência dos outros anos, veremos que normalmente sempre no segundo semestre o nível de desembolso é muito maior que no primeiro, porque não se tem ainda todos os elementos para a programação financeira e também vários projetos ainda estão na fase de elaboração. Isso, na verdade, ajusta-se tranquilamente no segundo semestre

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Sr. Ministro, na verdade, teríamos ainda outros questionamentos, pois diversos Parlamentares estão inscritos, mas a agenda de V.Exa. é bastante extensa. Agradeço a V.Exa. a gentileza das respostas, a segurança e fico convicto de que V.Exa. reúne a sensibilidade do homem público e a segurança do grande técnico que é. Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Deputado Arnaldo Madeira, por gentileza dos Deputados Sérgio Miranda e Paulo Bernardo, a quem solicitei a permissão

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - Vou começar atendendo o Deputado Sérgio Miranda, que me pede para defender o Governador Mário Covas

Quero esclarecer que o Sr. Ministro Antonio Kandir fez uma exposição sobre a sua interpretação da legislação e do que está ocorrendo em relação à receita do ICMS. O Governador Mário Covas tem uma posição diferente e já conversou várias vezes com o Sr. Ministro Antonio Kandir, eu, próprio, já fui várias vezes intermediário de recados e conversamos várias vezes sobre essa questão. Há realmente um ponto de divergência. O Governador de São Paulo alega uma perda nessa área de cerca de 800 milhões de reais por conta da arrecadação do ICMS.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - O Pará é muito bem defendido por V.Exa.

Então, essa é uma questão que está apresentada e é grave, politicamente delicada. Espero que no processo de conversas entre o Governo Federal e os Governos Estaduais se chegue a um entendimento sobre essa recomposição, ainda que não agrade a todos, não agrade inteiramente o Governo Federal, contemplando, pelo menos parcialmente, a reivindicação dos Governadores, inclusive do Governador Mário Covas, que foi o primeiro a levantar essa questão e que está argumentando fortemente a perda de receita por parte do Governo Estadual em relação àquilo que teria sido negociação com o Governo Federal.

Mas acho que isso será objeto de entendimento, e o Deputado Sérgio Miranda não colocará aqui uma cunha entre o Governo Federal e o Governo Estadual. Tenho certeza de que esse diálogo está se fazendo pessoalmente, por intermédio da bancada do PSDB de São Paulo e de outros Estados e também por meio da imprensa, porque uma de nossas características é a transparência, é a de mostrar claramente as divergências quando elas aparecem.

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Peço licença para fazer um comentário. É verdade o que o Deputado Arnaldo Madeira está declarando com muita ponderação, como sempre — e o Deputado Arnaldo Madeira é mais ponderado

que a media e com muita objetividade aponta essa questão, que é a absoluta verdade. Quer dizer, estamos tendo conversas cada vez mais consequentes sobre essa matéria, e a expressão disso, e o Deputado Arnaldo Madeira teve um papel importante nessa questão, foi a aprovação do crédito orçamentário, em termos de endividamento, que abriu espaço a partir de uma medida provisória, e nós já fazemos um primeiro ajuste. Estamos, desde o início, sempre discutindo e identificando quais são eventualmente as distorções, algumas delas inclusive decorrentes de sugestões de alguns Secretários da Fazenda, feitas no processo negocial e que levaram até à piora de alguns resultados do ponto de vista da metodologia de cálculo.

O tempo todo estamos absolutamente abertos a discutir. O que temos sugerido — e, graças a Deus, a coisa caminha nessa direção — é que temos de separar muito bem a realidade objetiva dos Estados e entendê-la. Como observei na própria discussão sobre o endividamento, todos os Estados, e São Paulo esteve entre eles, no processo da renegociação da dívida, tiveram realmente resultados extremamente favoráveis do ponto de vista da redução dos seus compromissos de juros. Estamos completamente em linha com essa ideia de negociar para que os Estados tenham a melhor performance possível. Não imaginamos o processo de estabilidade, de desenvolvimento com o Governo Central numa determinada situação e os Estados noutra.

Faço esta intervenção para sublinhar o que disse o Deputado Arnaldo Madeira. E são duas questões completamente separadas, uma é discutir objetivamente a situação financeira dos Estados, outra coisa é discutir os aperfeiçoamentos da lei e ver objetivamente do que trata a lei não se pedir para fazer o que é ilegal, o que não está escrito na lei, porque isso nós nem poderíamos fazer. Estamos separando bem as questões. E essa é a preocupação do Deputado Arnaldo Madeira e, obviamente, sobre isso, por várias razões, sempre há um analista ou outro, um jornalista ou outro, para vender jornal, além dos paparazzi políticos que têm outra visão e obviamente querem fazer alguns comentários, mas isso é compreensível. Não temos de prestar atenção nisso.

Por essa mesma razão faço questão explícita de dizer que os comentários aqui não têm nenhuma referência a esse ou aquele ator. Cumprindo a minha obrigação técnica, quero dizer que temos a discussão da lei complementar, que podemos aperfeiçoar, e a questão objetiva da situação financeira dos Estados. E estamos dando demonstrações inequívocas de que caminhamos para a resolução desses problemas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - Sr. Presidente, não terminei, fiz apenas uma introdução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - V.Exa. tinha 3 minutos, acredito que o tempo de V.Exa. tenha se esgotado. No início da sessão, dissemos que cada Parlamentar, exceto o Sr. Relator, tem 3 minutos para o questionamento. Mas V.Exa. poderia usar da palavra para formular suas perguntas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - Na verdade, é tão importante a matéria que mereceria voltarmos a conversar sobre ela, mas acho que vamos ficar presos à questão do Orçamento. Fica registrado, portanto, que há claramente um ponto de divergência em relação ao tema e que não diz respeito ao significado dessa medida para País, pois todos estamos de acordo com ela, dizendo respeito simplesmente ao ressarcimento ou não dos Estados, que é algo que a bancada federal do PSDB tem abordado e também o Governador Mário Covas.

Voltando à questão orçamentária, porque nesse primeiro capítulo referi-me à provocação do Deputado Sérgio Miranda, quero formular algumas perguntas rápidas a V.Exa.

Primeiro, há uma preocupação muito grande na Casa, e é legítima a preocupação de todo o Parlamento, com os contingenciamentos. Quando o Orçamento para o ano de 1997 foi aprovado, tínhamos consciência de que havia uma superestimativa de receita por conta da estimativa de inflação que estava embutida na proposta orçamentária, e nós vemos que há um contingenciamento.

Quero desdobrar a pergunta em duas. primeiro, neste momento, qual é a estimativa de déficit da receita em relação à receita estimada, ou seja, quanto vamos deixar de arrecadar este ano com a estimativa atual em relação ao que está previsto no Orçamento para 1997?

Pergunto ainda se a estimativa que está colocada para o ano que vem, de 5,5%, de acordo com as informações hoje disponíveis, já não seria uma superestimativa. Ou seja, não é possível prever-se que o ano que vem a inflação será menor do que os 5,5%, e, portanto, teremos um certo gap entre o que está previsto e o que poderá ser realizado por conta dessa possível superestimativa da inflação.

Finalmente, nesse rol de considerações, qual é a perspectiva real do Governo e do Ministério do Planejamento em relação a não fazer contingenciamento para 1998?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - O Deputado Márcio Reinaldo Moreira está perguntando se vai liberar o que está previsto para este ano Isso V.Exa. pergunta depois.

Quero dizer a V.Exa., Sr. Ministro, que esta Casa — e V.Exa. a conhece, é Parlamentar, viveu aqui o primeiro ano deste mandato — não costuma lidar muito com a estimativa de receita, mas se preocupa muito com o gasto, essa tem sido a nossa tradição. Portanto, ao se preocupar com gastos e sabendo que V.Exa. mandou para cá uma estimativa de receita, pergunto, qual é a perspectiva nessa proposta enviada de que efetivamente para 1998 não ocorra contingenciamento e, dessa forma, o Orçamento possa ser o mais possível — na expressão da realidade — praticado na íntegra?

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - O Deputado Arnaldo Madeira faz perguntas cruciais, absolutamente decisivas do ponto de vista da interpretação do Orçamento, e não poderia ser de outra forma dada a qualidade de V.Exa., com quem sempre aprendi bastante.

Com relação a 1997, como V.Exa. muito bem sabe, temos uma divisão de trabalho na composição do Orçamento. Quando falamos de gastos previstos em juros, as previsões que damos, obviamente, são as que olhamos e discutimos, e a responsabilidade pelas previsões é do Banco Central.

No que diz respeito às receitas, as responsabilidades sobre avaliações e reavaliações são feitas pela Secretária da Receita Federal. Estamos exatamente num momento em que, concluindo o processo orçamentário, fazemos uma reavaliação para o ano de 1997, da programação de disponibilidade de recursos, não só por conta da avaliação da receita, mas também em função das expectativas de uma eventual prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, proposta que está em processo de avaliação no Senado Federal. Esperamos, ao final de setembro, quiçá começo de outubro, ter uma reavaliação completa. E neste momento, exatamente um dos elementos desses é a projeção que a Secretária da Receita Federal está fazendo: uma reavaliação para o ano de 1997. Posso enviá-la imediatamente a V.Exa., assim que a Receita Federal concluir.

E V.Exa. falou muito bem sobre um dos aspectos determinantes do cenário para 1998. Realmente, a existência ou não de contingenciamento tem a ver exatamente com a expectativa de inflação. Quero apenas sublinhar o fato de que, do ponto de vista do Orçamento, a inflação relevante não é um índice de preços ao consumidor. Expectativas muito positivas com relação a preços para o consumidor, no nível do IPC, não devem indicar qual é a tendência da evolução de receitas propriamente ditas. Aliás, pelo contrário, temos sentido, por várias razões, que os preços ao consumidor estão abaixo dos índices de produtos industriais, agrícolas. Ou seja, o IGPI, por exemplo, tem de ter um nível acima do IPC.

Do ponto de vista da análise técnica, entendemos que hoje a projeção mais correta é a indicada no Orçamento. Existe o risco de haver uma surpresa nisso? Para ser honesto, o risco sempre existe. É verdade que na medida em que vai caindo a taxa de inflação, o risco vai diminuindo. Da mesma forma que,

eventualmente, essa receita pode diminuir, outras despesas podem diminuir também. Como também, eventualmente, algumas despesas podem crescer de maneira absolutamente imprevisível. Digamos que casualmente a Justiça, em algum nível, tome algumas decisões com relação a determinadas obrigações. Como costumamos dizer, o Brasil é um dos poucos países onde até o passado é imprevisível. Decisões tomadas pela Justiça eventualmente projetam gastos impossíveis de serem previstos antes. Então, por tudo isso, dependendo das contingências, pode haver um contingenciamento.

Digo, com todas as letras, que não é uma questão do Ministério do Planejamento, do Secretário da SOF ou do Ministro do Planejamento. É, na verdade, uma orientação muito clara do Presidente da República no sentido de que procurássemos ter, em 1998, um Orçamento que não fosse contingenciável, que evitasse ao máximo o risco do contingenciamento. E isso por uma razão muito clara: estamos começando a experimentar, pela primeira vez, as vantagens da previsibilidade, ou seja, estamos conseguindo ter uma redução de custos que realmente mostra o quanto é bom ter uma programação bem feita. Realmente, a determinação do Governo é essa. E foi por essa razão inclusive que começamos a preparação desse Orçamento no Executivo, a rigor, em novembro de 1996. Desde então, estamos, passo a passo, num trabalho extremamente paciente de negociação, conduzido pelo Waldemar Gíomi, com a supervisão do Martus Tavares, em cada um dos níveis para que chegassemos a uma negociação daquilo que fosse, como disse, absolutamente executável. Preferimos antecipar os conflitos a ter de, no futuro, fazer um novo Orçamento, porque, na verdade, se há algum setor que não quer um contingenciamento e a equipe da SOF. Na verdade, e como se fosse refazer um novo Orçamento.

Então, a nossa preocupação, a nossa vontade e a orientação dada pelo Presidente da República foi realmente no sentido de fazer um Orçamento que não fosse contingenciado. Digo, objetivamente, que hoje a nossa expectativa é a de que ele não tenha de ser contingenciado. O máximo que poderá ocorrer — e espero que não haja necessidade — é eventualmente, se tivermos um sucesso espetacular, em termos de inflação, de repente ela cair muito fortemente, para cerca de 1% a 2%, ter de fazer alguma forma de deflacionamento. Não acredito na mudança de metas. Quando for analisado o Orçamento pelos senhores, certamente as emendas vão indicar isso, estar-se-á pressupondo determinadas metas físicas. Acredito, sinceramente, que não vai haver alteração de metas físicas, a não ser, como disse, que haja uma surpresa extraordinária de alguma despesa absolutamente imprevisível. A nossa expectativa é a de que, de fato, não haja necessidade de contingenciamento no ano de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Sr. Ministro, quem mora na Paraíba, às vezes, tem dificuldades de transporte. Se não pegar o avião agora, so conseguirei embarcar amanhã. Por esse motivo, peço a inversão de pauta, e os meus colegas me deram permissão para convidar o Deputado Arnaldo Madeira a assumir a Presidência desta reunião. Desta forma, poderei pegar o avião, tendo em vista que estou em campanha na Paraíba.

Agradeço ao Deputado Arnaldo Madeira a colaboração. Passo a Presidência a S.Exa.

Peço desculpas a todos.

Antes de sair, passo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda, que disporá de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, nobre Ministro, Sr. Relator, Sr. Waldemar Gíomi, Dr. Martus Tavares, apenas um comentário inicial, que espero seja descontado do meu tempo. O Relator fez uma avaliação do trabalho da Assessoria e nas últimas páginas, no primeiro volume, apenas para mostrar o quanto é desigual o nosso trabalho, ressalto que V.Exa., Sr. Ministro, cita 261 técnicos da SOF que preparam o Orçamento. Se somarmos com os dezessete da SEST, que também participaram da elaboração do Orçamento, esses 261 totalizam 278 técnicos, sem incluir o Dr. Martus e o Dr. Gíomi. Temos dezesseis, incluindo o Dr.

Eugênio Greggiani, que é o Chefe da nossa Assessoria. Quando fizermos o Orçamento, deveremos levar em conta também a ampliação da equipe da Assessoria.

Sr. Ministro, não ia tratar das questões macroeconômicas, mas pela exposição de V.Exa., sinto-me praticamente obrigado a fazer alguns comentários rápidos

Quando V.Exa. expõe o gráfico do déficit do setor público consolidado e salienta o aumento do déficit a partir de 1995, chama-me a atenção a seguinte questão: por que não é respondida claramente a pergunta. Em 1994, tivemos além de superávit primário, um superávit operacional. Sobrou dinheiro inclusive para a carga de juros. O que houve, em 1995, para aprofundar esse déficit? Por favor, não diga que foi o aumento de salário que o Presidente Itamar deu. Em maio de 1995, houve alguma coisa. Houve uma taxa especulativa, e os juros foram para as alturas. Em 1994, tivemos crescimento econômico, aumento de receita, fruto do efeito Tangi. Em 1995, a partir da política monetária de ampliar a carga de juros, aumentamos o nosso déficit. A lógica do raciocínio não é responsabilizar os gastos públicos pelos juros. É justamente o inverso. Os juros são responsáveis pelo déficit.

Também sobre a questão macroeconômica — e há um primeiro documento que comprova a minha tese —, tenho discutido e discuti aqui a questão dos 103 bilhões, vou pedir inclusive auxílio a V.Exa. Diz o item XX da mensagem que, na importância do programa de apoio e reestruturação ao ajuste fiscal dos Estados, "o diferencial dos juros da dívida estadual no mercado..." — e cito textualmente: "... acresce que os acordos tendem a reduzir os gastos com juros do conjunto do setor público, visto que os passivos renegociados têm custo médio de financiamento junto ao setor privado superior ao pago pelos títulos federais." A operação do ajuste é salva mercado e enforca Estados. Essa informação o Ministério da Fazenda não nos forneceu. Espero que V.Exa. dê essa informação básica para a Câmara. Quanto da dívida mobiliária dos Estados está no mercado? Por que está sendo feito esse acordo, sem essa informação?

Senti-me instado a tratar desse assunto, não estava nas minhas questões principais. V.Exa. fala do aumento dos gastos no setor não financeiro e financeiro. Tivemos aumento dos juros em 1997. O Orçamento previa juros e encargos da dívida em torno de 25 bilhões. Prevê, para 1998, 37 bilhões. Mesmo se V.Exa. tratar do ponto de vista da necessidade de financiamento do setor público, o aumento é de 5 bilhões. Se aumentou 10 bilhões nos gastos não financeiros, se somar os 5 bilhões dos gastos financeiros, verá que um terço do aumento dos gastos é de juros. V.Exa. observa, e a própria tabela da ESAF, que é o primeiro documento que vejo analisar claramente, afirma que vai ter de demitir pessoas e cortar benefícios. Até agora o Governo justificava a reforma administrativa e não usava esses argumentos. Pela primeira vez vejo um documento oficial argumentar nesse nível: "Tem de cortar pessoal e cortar benefícios". Ora, V.Exa., ao fazer um pequeno quadro, mostra que os benefícios têm diminuído em relação ao PIB, de 51,95%, praticamente 52%, em 1998, a previsão é de 49,52%. Há uma diminuição em termos de proporção ao PIB do pagamento dos benefícios. Não calculei os outros, porque V.Exa. citou esse dado. Se V.Exa. analisar os gastos do Tesouro, a preços de hoje, é claro, comparado com os de 1996, verá que têm diminuído os gastos com pessoal. Quis apenas tratar dessas questões gerais macroeconômicas para não se dizer que deixamos as afirmações de V.Exa. sem uma outra argumentação.

Tínhamos conversado com o Deputado Arnaldo Madeira e dito que V.Exa. faria também uma exposição hoje dos vetos à LDO. Não vou tratar de todos, mas apenas de três vetos que considero um absurdo: primeiro, a questão das informações. Não se pode vetar informações.

Com relação à LDO, pedimos uma estimativa dos gastos com o PROER e seu reflexo nas finanças públicas, Sr. Ministro. O Governo faz estimativa para tudo. O Ministério da Previdência já sabe quanto vamos gastar no ano 2020 com os aposentados. V.Exa. divulgou há pouco um estudo do IPEA e já se sabe qual será o índice de crescimento da economia no ano 2010.

Aliás, faço uma sugestão a V.Exa., para que mudemos o nome do IPEA. Em vez de Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Instituto Poliana de Economia Aplicada. Seria mais adequado aos documentos que dali saem.

Em segundo lugar, a questão dos convênios. Pedimos uma informação sobre os convênios realizados entre o Governo Federal, os Estados e Municípios. Por que pedimos essa informação detalhada? Porque queremos fazer uma comparação e acompanhar esses convênios. Não há transparência nesses convênios.

O Ministério do Planejamento criou uma nova unidade gestora na Caixa Econômica Federal e, em alguns programas, o dinheiro vai todo para lá, sem que saibamos como foram realizados os convênios.

O que mais me choca é a argumentação usada pelo Ministério. Parece que não vivemos no período dos computadores. Dizem que são 15 mil convênios. Ora, Sr. Ministro, como 15 mil convênios não podem ser fornecidos para que o Congresso tenha transparência?

Por último, com relação à LDO, o mais grave é o veto que V.Exa. após V.Exa. não, mas orientou o Presidente a apor o veto à LDO, no que diz respeito ao art. 12. Considero essa questão grave e depois vou justificar. Os créditos adicionais podem ser abertos com recursos provenientes do superávit financeiro. Dizíamos que esses créditos têm de manter a ligação com a fonte original.

Aliás, Sr. Ministro, temos uma carta do Dr. Giomi, do dia 15 de maio, que nos informa claramente que as receitas do Tesouro Nacional são contabilizadas e controladas individualmente por fonte de recursos e que seus saldos são transferidos para o exercício seguinte, observadas as mesmas vinculações.

Se houve veto, se esse veto não foi por pressão da equipe técnica, porque a equipe técnica tem outra opinião, o veto se deu no âmbito do Ministro ou do Presidente da República. O que isso significa? Que se está preparando um grande bote para os recursos da Seguridade Social.

Temos o relatório da SIAFI das disponibilidades do Tesouro por fonte. O que observamos? Algumas fontes da Seguridade não estão sendo gastas. Por exemplo: Contribuição Social sobre o Lucro. Vai-se gerar um superávit financeiro com essas fontes e vai-se alterar as fontes posteriormente. Por que, se era uma prática do Ministério, do Governo, não usar esses recursos, mudando a fonte? Por que este Governo, em âmbito ministerial, está alterando as fontes, está impedindo que os créditos abertos com o superávit financeiro possam ser alterados na fonte?

Por último, Sr. Ministro, com relação à questão do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - É a terceira vez que V.Exa. fala por último.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Eu queria discutir um pouco, nobre Deputado V.Exa., que é sempre tão caninhoso comigo, vai fazer mais esse afago, (Risos) permitindo-me ..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Será apenas o último.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Pois não

Sr. Ministro, queria discutir o Plano Brasil em Ação.

Li as primeiras páginas da mensagem, que falam do Brasil em Ação doze vezes. Brasil em Ação é o nome fantasia do real programa de investimentos da União.

O Governo pegou o PPA, aprovado após ouvida a Casa, e dele retirou, sem audiência da Casa, do Congresso, alguns projetos. Não estão claros os critérios de regionalização desses projetos. Ao contrário, quando discutimos regionalização, acredito que o Plano Brasil em Ação deve ter sido feito junto com o Ministro Serra e o Ministro Kandir, nesse período de transição, porque São Paulo é extremamente beneficiado. Dos investimentos em infra-estrutura básica, cinco são de São Paulo: a famosa ponte do Olacir, a eclusa de Jupia, o Porto de Santos, parte da rodovia do MERCOSUL, parte da Fernão Dias. Não há critério de regionalização.

Quando V. Exa., nobre Ministro, discute os gastos sociais, V. Exa. discute a expectativa

Temos observado que o Governo tem feito mais solenidades, dizendo o que vai fazer, mostrando o que foi feito

V. Exa., discute os gastos sociais, a partir do Plano Brasil em Ação, na proposta de 1998. A partir do relatório de V. Exa., que não é um relatório completo, porque ainda não tivemos nem o disquete para analisar, o que vemos no Plano Brasil em Ação gasto até julho de 1997? Os programas sociais não são executados. Dos quinze programas que estão em execução — ainda não tenho o programa de execução das estatais —, dez são de natureza de investimento. Apenas cinco, chamados programas sociais, foram executados. Não adianta V. Exa. dizer na mensagem que os maiores gastos previstos são para a área social, se não se executa na área social. Por exemplo, os programas PAS e Habitar Brasil, do Ministério do Planejamento, de V. Exa., estão com zero de execução.

Há outros com zero de execução, como programas de educação. A quantidade do que foi executado na infra-estrutura até 17 de julho, a última base de dados que temos, desmente totalmente a preferência pelo social. Quando tivermos acesso ao disquete, poderemos completar esses dados e fazermos a comparação já com a base de dados de agosto.

A outra questão que também não está clara é a das concessões. O Ministério cometeu um grave erro e vai ser instado pelo Supremo a corrigi-lo.

Quanto aos recursos das telecomunicações, como a emenda foi feita aqui, não se pode usar medida provisória. V. Exas. usaram a medida provisória da desestatização para direcionar os recursos para a privatização, para a dívida. A concessão da Banda B não pode ser enquadrada na desestatização. Nem existia antes. A concessão da Banda A sim, porque a concessão está ligada ao preço da desestatização. Mas a Banda B é vento e não poderia ser usada.

O Ministro Mário Henrique Simonsen fazia a comparação de usar recursos da privatização como a venda de um apartamento. Concessão não é venda de apartamento. Concessão é aluguel de apartamento. Daqui a quinze anos haverá outra concessão para a Banda B. Vamos tratar desse assunto mais em nível de correção.

O cheque que foi pago a concessão da Banda B, nobre Ministro, era endereçado ao FISTEL. Trata-se do famoso cheque, que caiu da mão do Ministro Sérgio Motta, na solenidade do Palácio. V. Exas. fazem uma transferência, mudando apenas a fonte, sem mandar um crédito para cá, desrespeitando a Constituição, usando 900 milhões para pagar dívida.

Haverá necessidade, pela Constituição, de se fazer um crédito e aprovar esse crédito, transferindo da conta do FISTEL, já que o cheque era nominal ao FISTEL, para incluir como crédito transferido para a desestatização.

Essas eram as questões que queria fazer. O tempo é pequeno. O nobre colega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - É pequeno, mas V. Exa. consumiu quinze minutos.

(Não identificado) - Dezesete minutos, Sr. Presidente. Eu só espero que V. Exa. me dê, depois, o mesmo tempo concedido ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Pela complexidade desta matéria, fui paciente com o Deputado Sérgio Miranda. Para esclarecer as questões, temos de ter flexibilidade em matéria de tempo.

Passo a palavra ao Sr. Ministro, para que dê os seus esclarecimentos.

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Em primeiro lugar, queria dizer que, na comparação inicial numérica, independentemente da questão qualitativa, sobre o número de pessoas que trabalham no Executivo com a questão orçamentária e sobre o número de pessoas que trabalham no Congresso com a

questão orçamentária, faltou o Deputado Sérgio Miranda que, aliás, com a sua excelente arguição, mostrou que os técnicos não são somente os que assessoram.

Temos mais de quinhentos Parlamentares aqui, quase seiscentos, que, se somarmos aos dezesseis, certamente será um número muito maior, e a competência do Deputado mostrou isso.

Independentemente disso, se fôssemos só comparar, tirando os Parlamentares, dezesseis a duzentos e pouco, veríamos que — não estou estendendo aos demais Parlamentares, mas a alguns — é muito mais fácil criticar do que fazer.

O processo de elaboração orçamentária exige um contingente de pessoas muito maior, o que é próprio do processo de levantamento dos dados. A avaliação e a preparação de informações não é o mesmo trabalho que o de avaliação, análise e proposição de observações que a Comissão faz.

Em responder várias perguntas. Vou responder algumas, vou passar outras, mas queria dizer que realmente não achei, no mínimo, apropriada a afirmação do Deputado Sérgio Miranda com relação ao IPEA. Quero dizer claramente que repudio veementemente e não aceito em hipótese alguma a afirmação sobre a instituição. O IPEA é uma instituição seríssima, que faz análises judiciosas. Aliás, pelo contrário, quase sempre e muitas vezes, sobre muitas das críticas de vários setores da Oposição são feitos estudos pelo IPEA.

O IPEA tem 33 anos de contribuição ao País de estudos seríssimos. Realmente, achei lamentável essa sua observação. Tenho certeza de que não poderia, ainda mais sendo Ministro, tendo como responsabilidade o IPEA, aceitar um tipo de observação como essa, que não se justifica diante dos serviços dos técnicos durante os 33 anos na instituição.

Feita essa observação, vamos às observações propriamente ditas.

Em primeiro lugar, quero falar sobre as contas públicas, logo após o ano de 1994. Uma análise técnica sobre as experiências de estabilização certamente tornaria mais fácil esse tipo de análise.

Todo e qualquer processo radical de queda de inflação, principalmente quando a inflação navega em um nível de 40% e se reduz a 2% ou 3%, faz surgir um fato absolutamente trivial do ponto de vista da análise econômica.

Eventualmente, se pagamos algum compromisso, ou algum benefício previdenciário, ou fazemos pagamento de salários, ou de um determinado serviço e esse pagamento for feito em prazos de trinta ou quarenta dias depois do fato gerador, quando temos uma inflação alta, boa parte desse gasto se reduz de maneira importante. Basta que a inflação caia de maneira expressiva, que, em termos reais, o gasto sobe de maneira extremamente forte.

Não é por outra razão, diga-se de passagem, que para muitos pensionistas, ainda que, em termos nominais, continuaram recebendo benefícios irrisórios, o seu poder de compra cresceu de maneira expressiva.

Quando apresentei os resultados, eu apresentei os resultados do Governo consolidado do Governo Federal, dos Estados e das estatais. No caso, infelizmente, alguns Estados e também muitos Municípios não fizeram uma avaliação prudente do significado da queda forte da inflação e fizeram reajustes salariais no final de 1994, supondo que, com a corrosão natural da inflação — que ocorre como nas outras vezes —, pudesse haver uma redução. O senhor mesmo conhece alguns Estados que fizeram aumentos importantes que depois se traduziram em eventual e importante piora financeira no setor primário.

Quanto aos dados que apresentei aqui, principalmente os primários, chamei a atenção para o fato de que a queda dos primários não tem impacto na questão dos juros. É lógico que houve um crescimento da questão dos juros em função da crise externa. O senhor tem razão quanto a isso, porque não há a menor dúvida de que a crise internacional levou à elevação da taxa de juros, aumentando o grau de endividamento do Estado. No entanto, isso não afeta o resultado primário, fortemente influenciado pela acentuada queda da inflação.

V.Exa. também deve lembrar-se de que, em maio, o Congresso Nacional decidiu fazer um aumento importante do salário mínimo, que — se não estou enganado — passou de 64 reais para cem reais. Isso ocorreu exatamente no início de 1995, influenciando também essa estatística. Quer dizer, assim como alguns salários foram aumentados, tomou-se uma decisão importante em termos de elevação do salário mínimo, de 64 reais para cem reais exatamente em maio de 1995. Tal elevação, somada à redução da inflação, é o conjunto de determinantes que fizeram com que o resultado primário tivesse uma piora sensível.

V.Exa. também comentava sobre a dívida mobiliária que está nos mercados e sobre a informação que o Banco Central realmente precisa dar. Comprometo-me a conseguir tal informação junto ao Banco Central e a enviá-la ao senhor.

Ao lado disso, há pedidos de informação quanto à regionalização dos gastos e os critérios adotados. Iremos providenciar tudo isso, para que o senhor possa fazer a melhor análise possível da questão.

Outra observação que V.Exa. faz é com relação ao nível de execução de alguns projetos, inclusive os que estão sob a supervisão do Ministério do Planejamento, como o PAS e o Habitar Brasil. V.Exa. tem experiência no assunto e sabe muito bem que existe um determinado procedimento para que os projetos sejam liberados. O grosso da execução desses projetos ocorre basicamente no segundo semestre. É por essa razão que V.Exa. certamente perceberá uma evolução sensível da execução financeira entre o primeiro e o segundo semestres. Se, como espero, não tivermos o contingenciamento no ano que vem, aí, sim, teremos uma distribuição mais uniforme — talvez mais fortemente determinada a partir do segundo trimestre. No entanto, se houver o contingenciamento, isso se repetirá, mas espero que não ocorra.

V.Exa. fez duas observações em relação às questões de convênios e do superávit financeiro. Peço ao Dr. Martus Tavares que comente a questão específica dos convênios. Quanto ao superávit financeiro, já que V.Exa. referência à carta do Dr. Waldemar Gíomi, peço a ele que comente a questão.

O SR. MARTUS TAVARES — Em relação à questão dos convênios, acho importante também responder ao Deputado Sérgio Miranda questões sobre outros itens de veto da LDO, que seguem na mesma linha. Evidentemente que tem existido da parte do Governo amplo interesse de prestar todas as informações exigidas pela LDO e as informações que posteriormente lhe são solicitadas pela Comissão, durante a tramitação do projeto de lei do Orçamento.

Nesse sentido, o Governo tem apostado, já em alguns anos, veto a dispositivos semelhantes a esses, que solicitam informações e tornam difícil o atendimento, em função do prazo e de questões operacionais. Para não se descumprir a lei, tem sido necessária a aposição de vetos a tais dispositivos — e tal justificativa vale para esse e para outro conjunto de informações solicitadas em outro dispositivo, os quais foram vetados.

Adicionalmente, quanto à questão específica do convênio, acrescento o fato de que o Governo Federal não tem um sistema unificado de todos os convênios executados. O Deputado mencionou o sistema de informação. Efetivamente, cada Ministério faz o acompanhamento do convênio com um determinado detalhamento que ele achar conveniente para tal, dependendo de seus objetivos. Cada um tem o seu sistema. Portanto, é difícil consolidar as informações. Por essa razão — que está apostada nas razões de veto encaminhadas na mensagem presidencial —, justifica-se o veto apostado.

V.Exa. deve-se lembrar de que o dispositivo fala em se encaminhar quinzenalmente ao Congresso as informações sobre os convênios. V.Exa. há de convir que, em termos de execução orçamentária, é muito complicado obter-se informações quinzenais. Nós mesmos não fazemos um acompanhamento quinzenal porque, se, em um mês, o grau de variação dessas informações é muito grande, em quinze dias, será ainda pior. Essas são as razões.

No entanto, se forem solicitadas a cada Ministério informações sobre a execução de seus respectivos convênios, elas poderão ser prestadas. E a Comissão tem competência para fazer tal solicitação e de ser evidentemente atendida.

O SR. WALDEMAR GÍOMI — Com relação ao superávit financeiro, na realidade, dois dispositivos previam um caso em que, na indicação do superávit financeiro, fossem indicadas as fontes de recursos que lhe deram origem. Um segundo caso solicitava demonstrativo bimestral do segundo semestre, sendo que o primeiro demonstrativo bimestral deveria identificar os órgãos que geraram superávit financeiro.

Primeiramente, esclarecerei o que vem a ser superávit financeiro: refere-se à diferença patrimonial entre ativo financeiro e passivo financeiro apurados no ano anterior. É evidente que, como foi dito no demonstrativo, havendo um superávit financeiro, deveria indicar-se qual superávit financeiro por órgão da administração direta e indireta. Ocorre que não existe um superávit financeiro por órgão da administração direta, porque o balanço patrimonial é da União; não é cada órgão que gera um superávit financeiro. Existe um único balanço patrimonial. Então, o veto foi apostado ao dispositivo do superávit financeiro que exigia que o demonstrativo bimestral fosse feito em termos dos órgãos da administração direta, porque é absolutamente impossível contabilizar tal resultado.

Quanto ao art. 12, a que se refere o Deputado Sérgio Miranda, efetivamente a própria razão do veto aponta isso, ao dizer:

Muito embora, operacionalmente, seja possível a identificação do superávit financeiro, segundo a fonte, ainda assim o Executivo propõe o veto.

Por que isso? Há uma questão de princípios; nos entendemos que o resultado patrimonial é um resultado contábil, tendo sido, portanto, executado em exercícios passados. Pode até ocorrer que as fontes deixaram de existir, mas o superávit financeiro vem-se acumulando anos após anos. Quer dizer, trata-se de criar uma inflexibilidade adicional absolutamente desnecessária, gerando dificuldades no processo de apuração desse resultado.

O princípio estabelecido pela Lei 4 220, ao dizer que se pode usar o superávit financeiro, e de que, se houver superávit financeiro no ano anterior, ele poderá ser utilizado no ano seguinte. O Deputado Sérgio Miranda observa que se trata de saber se as fontes de recursos foram observadas no passado, mas lhe respondo que efetivamente isso pode ser feito sem se criar complexidade adicional na apuração do superávit financeiro. Basta que observemos o fluxo de receita e despesa de um determinado exercício para que saibamos se aquela vinculação foi ou não cumprida. Isso independe de se ter uma contabilização por fonte, que vem de vários exercícios.

Ademais, pode ter sobrado um saldo de fonte — e eu cito o exemplo do Ministério de Educação, onde o Governo aplica muito mais do que os 18%. Uma das fontes é carimbada como Fonte 112, da Educação, além de ter Fonte 100 ou Fonte Livre, em que também o Ministério aplica. Além dessas, também há fontes de operação de crédito que o Governo aplica na Educação.

Pelo fato de ter sobrado uma parte da 112, não significa que os 18% da Educação não foram executados e que, por essa razão, no exercício seguinte, deveremos executar aquele pedaço de fonte que pode ter sobrado até por uma questão operacional. Então, por uma questão de flexibilidade, para examinarmos se a fonte foi ou não aplicada, no caso da Educação, bastaria somarmos os impostos. Aplicamos os 18% e verificamos quanto foi gasto por tal Ministério. É por essa razão que achamos que não deve prosperar essa ideia.

Ademais, é bom salientar que, nesses três anos, somente uma vez o Poder Executivo utilizou os recursos provenientes do superávit financeiro: foi em 1995, para pagamento de pessoal. Ainda é bom salientar que a lei orçamentária exige que, para tal, haja anuência do Congresso Nacional, ou seja, não é simplesmente o Poder Executivo que faz a suplementação, através de um decreto.

Embora isso seja um caso muito raro e só tenha ocorrido uma vez em três anos, se ocorrer novamente, o Congresso terá todo o direito de solicitar as informações que achar necessárias ao exame da matéria. Por essa razão, foi àposto o veto.

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Para concluir, gostaria de também não deixar sem referência a correção de uma informação dada pelo Deputado Sérgio Miranda sobre o que está dito objetivamente na mensagem com relação a gastos de pessoal inativo. No item que faz referência a isso, diz-se o seguinte com todas as letras:

Não há como construir uma situação de superávit primário estrutural, fator chave para a estabilização duradoura do setor público, sem reduzir significativamente o crescimento dos gastos correntes, notadamente os gastos com pessoal ativo e inativo.

Não se falou em cortes, mas em reduzir o ritmo de crescimento. Vale a pena realmente reafirmar esse ponto. Apresento-lhes, muito brevemente, alguns resultados sobre o que está acontecendo com a Previdência. Se olharmos, de um lado, as contribuições e, de outro, os benefícios previdenciários, veremos que passamos de uma situação superavitária para uma situação deficitária, tendente a ser fortemente deficitária.

Até basicamente 1992, tínhamos equilíbrio, com um superávit de 8 bilhões de dólares em 1990. Caímos para 4 bilhões e 400 milhões em 1991, em 1993, 1 bilhão e 300, depois 1 bilhão e 600. Começamos a ter deficits previdenciários em 1995, o primeiro ano a ocorrer esse déficit, que chegou a 439 milhões de dólares; depois ficamos em 397, no ano de 1997, a expectativa de déficit previdenciário é de 873 milhões de dólares e a expectativa para 1998 é de um déficit da ordem de 2 bilhões e 487 milhões de dólares. Ou seja, evoluímos rapidamente de uma situação de superávit para de déficit, que, como eu disse, cresceu rapidamente, neste ano esta na faixa de 873 milhões e no ano que vem deve triplicar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Peço a palavra pelo menos para uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Deputado, pedirei a V. Exa. para ser muito breve porque, entre suas perguntas e as respostas do Ministro e da Assessoria, levamos quarenta minutos. Há oito Parlamentares inscritos. Se cada um tomar quarenta minutos...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Serei muito breve.

Ministro, considere que sou leitor do Visor IPEA, do Boletim de Conjuntura e principalmente desse último trabalho, que saiu agora em dois volumes, sobre a perspectiva da economia para o ano 2010. Sinceramente, Ministro, a visão é excessivamente otimista. A referência a Poliana é o excesso de otimismo.

Com relação à questão dos convênios, é o objetivo. Se V. Exa. se compromete a nos dar, em vez de quinze dias, todo mês os convênios, quais as emendas que deram origem àqueles convênios, por funcional programática. Não temos acesso a essa informação. Temos uma unidade gestora ampla na Caixa Econômica Federal, e o SIAFI não nos dá essa informação, como é argumentado.

Com relação ao Dr. Waldemar Giomí, só lamento a mudança de opinião tão rápida, desde a carta do dia 15 de maio até esta audiência.

Quero também afirmar ao Ministro, sobre os dados que não foram respondidos, que acho que há uma forma de construir uma situação de superávit primário estrutural, aumentando a receita, com maior crescimento econômico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Passo a palavra ao Ministro.

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Não há a menor dúvida. Nesse ponto, finalmente, estamos de acordo. É possível haver crescimento econômico. Existe algum suporte para o crescimento econômico, como, por exemplo, a tranquilidade com relação à não-evolução da dívida, daí a importância do superávit primário que está apresentado.

Diga-se de passagem, só para também não deixar no ar, que a receita de construções e prevista como um dos componentes do desenvolvimento do superávit primário e não para efeito de gasto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Com a palavra o Deputado Paulo Bernardo.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, o Deputado João Leão está me inibindo no meu direito de perguntar ao nosso Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Está V. Exa. incomodado por eu estar na Presidência? Estou atrapalhando V. Exa.?

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, desculpo-me pela brincadeira.

Sr. Ministro, é um prazer tê-lo aqui para debater o Orçamento. Quero que V. Exa. entenda que levamos uma desvantagem muito grande. O Deputado Sérgio Miranda citou o número de técnicos que assessoram o Executivo, e V. Exa. mesmo disse que, desde novembro de 1996, essa equipe trabalha numa proposta de orçamento que só recebemos antontem.

Vou fazer algumas perguntas objetivamente, considerando a exiguidade do tempo e gostaria de ter as respostas.

A primeira questão é sobre a saúde. Aprovamos, e o Presidente da República sancionou, a LDO com o art. 37, que determina que os gastos em 1998 serão, no mínimo, iguais aos autorizados em 1996. Começamos mal esse debate, porque o Governo mandou para cá um orçamento, segundo o qual o Ministério da Saúde tem 1 bilhão e trezentos a menos, o que dá pelo menos 6,5%. Se tirarmos os gastos por função na saúde, a queda nos gastos vai para 9,5%. Gostaria de entender a lógica do Governo nesse ponto. Evidentemente, sabe V. Exa. que essa questão será uma das mais polêmicas na tramitação deste Orçamento.

A segunda questão é a seguinte: estive olhando e percebi que nos gastos da Previdência, que o Governo considera crescer 10,5%, na verdade, se aplicarmos o índice de inflação do próprio Governo, teremos um crescimento de 3%.

De qualquer maneira, o que gostaria de debater com V. Exa. é entender e o seguinte: qual é o índice de correção do salário mínimo que está embutido na proposta orçamentária? Isso tem implicação direta nos gastos da Previdência. Gostaria de saber qual é esse índice e, se possível, que o Governo nos mande a memória de cálculo a respeito desse assunto.

Outro ponto é sobre pessoal. O funcionalismo federal já vai completar, no dia 29, mil dias sem reajuste. Nominalmente, há um crescimento de 6,7% nos gastos com pessoal. Sabemos que, na verdade, vai dar 1%, se aplicar a inflação do Governo.

Gostaria de entender como funcionou isso. O Governo coloca 4 bilhões a mais para 1998. Quero saber se está embutida alguma previsão de reajuste para o funcionalismo e também faço minhas as palavras do Deputado Sérgio Miranda. Parecem-me preocupantes alguns termos da mensagem do Governo, que se volta contra o funcionalismo. O gasto com o funcionalismo, no mínimo, não cresceu, mas ficou estável, senão decresceu. E o Governo faz todo esse libelo contra o funcionalismo e não fala um "a" sobre o crescimento dos juros. Então, gostaria de entender também qual é a lógica do Governo com relação a isso.

Outra questão é essa do controle dos convênios. O Governo vetou o demonstrativo. Achava até que a Comissão devia ter pedido um demonstrativo bimestral ou trimestral. O fato é que o Governo se negou. Achei até ruim a forma como foi justificado o veto, porque ele falou, em outras palavras, que o Congresso pede informações demais e, se quiser, pode fazer um requerimento. Quer dizer, o Governo nega uma informação que deveria prestar por lei e diz que o Deputado, se quiser, pode fazer um requerimento.

Na verdade, temos um boletim dos profissionais de controle interno que faz uma divulgação do SIGECONV — Sistema de Gerenciamento de Convênios. Parece-me que não seria um absurdo pedir que o Governo disponibilize isso, como faz o SIAFI, para que possamos controlar.

Entro em outra questão, Ministro. Na mensagem foi feito um auto-elogio do Governo para o gerenciamento do Plano Brasil em Ação, quer dizer, o gerenciamento foi determinante. Vi, inclusive, no item 67, 68 que "a bem-sucedida e sistemática liberação de recursos, compatível com o andamento da execução física", ou seja, em alguns casos, a redução chega a ser de 40% em relação aos preços-base dos órgãos públicos que promovem as licitações.

Ora, se isso acontece com relação aos projetos incluídos no Plano Brasil em Ação, temos de supor que pode acontecer em todo o orçamento. Se aplicado em tudo, esse sistema de gerenciamento eliminaria, sem dúvida alguma, uma série de custos. Como o Governo consegue gerenciar alguns projetos e baixar o custo em até 40% e não consegue fazer isso para tudo?

É claro que há uma dificuldade, há uma evolução, mas a participação do Congresso, o controle, inclusive da sociedade, se isso fosse aberto, sem dúvida nenhuma seria uma contribuição muito grande. É nesse sentido que cobramos também. Foi um absurdo o Governo ter vetado isso. Gostaria que o Ministro refletisse sobre a possibilidade de colocar a disposição do Congresso, para consulta, para fiscalização, para cobrança e até para o próprio Governo, a fim de melhorar a qualidade do gasto público, os convênios firmados pela União.

Outra questão que todo ano dá confusão aqui é sobre as emendas parlamentares. O nobre Deputado Arnaldo Madeira — tenho certeza de que não foi bem esse o sentido que quis dar — falou, com todas as palavras, que o Congresso só se preocupa com o lado do gasto e que com a receita ninguém se preocupa. Deputado Arnaldo Madeira, na verdade, não podemos mexer na receita. Podemos, no máximo, se tiver comprovado um erro, fazer uma discussão e eventualmente aumentar um pouquinho a receita. Isso normalmente não acontece.

Por outro lado, o Congresso realmente tem um vies de fazer muitas emendas. O que venho é o seguinte: até agora o nível de execução das emendas que o Parlamento fez ao orçamento é praticamente zero. O Governo, no correr dos anos, tem-se omitido a respeito disso. Até saudei o Deputado Madeira, há dois anos, quando S. Exa. começou a participar aqui. Finalmente, falei que o Governo vai ter um representante na Comissão de Orçamento, porque normalmente o Governo deixa isto aqui a vontade, o que me leva à suposição, a conclusão de que para o Governo é interessante. Quer dizer, ele deixa o pessoal fazer as emendas e nós não executamos nada.

Neste ano o Governo não executou nada, praticamente nada, em termos percentuais, das emendas dos Parlamentares. Não seria mais respeitoso, mais dignificante que o Governo viesse debater até se devemos fazer emenda ou não? Vamos acabar com isso! Vamos deixar de fazer emendas! Ou vamos deixar de fazer demagogia. Se as emendas são demagogia, vamos mudar essa sistemática, mas é importante que o Governo venha para este debate. Ele não pode simplesmente desconsiderar. É o que está acontecendo, conforme tenho observado. Deputado Arnaldo Madeira, sua fala acabou estimulando-me a mencionar isso. Sr. Ministro, não me quero alongar muito. Só queria levantar mais duas questões rapidamente. O Governo tem uma dificuldade visível em manter o nível de investimentos por conta do orçamento. Neste ano, inclusive, houve 20% a menos nos investimentos. As agências oficiais de fomento, conforme consta da mensagem, têm 35 bilhões de reais para investimento, mas não se fala nada, só isso. Não seria o caso de se regionalizar e mostrar qual será o impacto para o desenvolvimento regional e para a eliminação das desigualdades regionais? Isto está no ponto 159 da Mensagem e o Governo passa a largo. Há 35 bilhões que significam mais de quatro vezes o que há para investimentos no orçamento fiscal. Não sabemos nada e, pelo jeito, o Governo acha que não temos direito de saber, até porque também esse foi um item vetado na LDO. Pedimos informação sobre isso e foi vetado. O Governo disse, inclusive, que vai direcionar para as pequenas e médias empresas e prejudicará as grandes. Não entendi bem por que, mas gostaria de saber qual é a posição do Governo.

Finalmente, Sr. Ministro, outra coisa que me chamou a atenção na Mensagem foi o seguinte: o Governo fala, no item 26 da Mensagem, que fez a reestruturação do sistema financeiro de forma muito razoável, a baixos custos e que foi muito bem sucedida. Ou seja, foi uma maravilha, gastou-se quase nada com isso. Com o PROER gastou em torno de 20 bilhões. No item 51, reclama dos gastos com a LOAS, esses benefícios de prestação continuada, dizendo que os gastos estão muito altos e que ele a partir de agora determinará a revisão. O Governo tinha anunciado isso, depois voltou atrás. Eu gostaria que fosse explicitado que tipo de revisão será feita em um gasto de 800 milhões por ano. A demanda está aumentando porque está aumentando a miséria e as dificuldades.

Ministro, desculpe se fiz muitas perguntas. Tentei fazê-las de forma objetiva. Gostaria de conhecer a opinião do Governo sobre isso.

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Pretendo responder a todas as perguntas. Mas nesse período de seca os amigos brasileiros me recomendaram tomar muita água. Vou pedir licença um minuto, somente um minuto, e já volto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Deputado Paulo Bernardo, não me quero prevalecer do fato de estar na Presidência, mas V. Exa. me citou e quero deixar bem claro o que eu quis dizer quando me referi à preocupação da Comissão com as receitas.

Isso é bem claro e todos nós que trabalhamos nesta Comissão sabemos que ela dedica muito pouco tempo à apreciação do ângulo "receita", porque praticamente recebe a receita vinda do Executivo como dada e passa a trabalhar exclusivamente sobre ela. A Comissão não tem a preocupação de, por exemplo, reduzir receita quando ela está superestimada.

Nos dois últimos Orçamentos, tanto no deste ano quanto no de 1996, soubemos em tempo no Parlamento que a receita estava superestimada e que a estimada era maior do que a que iria ocorrer. Mas não discutimos esta questão. Não faço sequer uma crítica, mas uma constatação. Daí a minha preocupação de que o Governo, quando mandar a mensagem, o faça com a receita o mais próxima possível daquilo que é possível estimar como realidade a ser realizável, para evitar que haja o contingenciamento, porque este é decorrência de uma receita não realizada.

Então, como Parlamentar sempre tive essa preocupação. Antes de ser Congressista, desde a época em que era Vereador em São Paulo, sempre me preocupei com a necessidade de analisar o ângulo da receita para evitar, exatamente, o contingenciamento. Foi esta a questão. Creio que o Deputado Paulo Bernardo — sei do seu pensamento — tem a mesma preocupação que eu.

Mas o Ministro já voltou e passo a palavra a S. Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Agradeço, Deputado Madeira. Continuo saudando (Manifestação fora do microfone Inaudível). Muitas vezes nos acabávamos fazendo o papel de Liderança do Governo, porque ele se omitia, sumia e tínhamos de discutir o ponto de vista do Governo. Mas eu só queria esclarecer. Acho que estou de acordo com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Acho que V. Exa. continua muitas vezes fazendo o papel de Liderança do Governo. Tem ajudado muito.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - É uma grande Liderança do Governo nesta Casa.

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Em primeiro lugar, gostaria de dizer que é realmente uma satisfação trocar idéias com o Deputado Paulo Bernardo, que não só é uma Liderança importante, mas também realmente fez perguntas — eu acho — da maior relevância. Todas as questões merecem uma resposta correta e S. Exa. tocou em pontos importantes.

Primeiro, falo do aspecto relativo à área da saúde. Realmente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias não tinha na sua proposição original nenhuma referência a um nível mínimo de gastos da saúde. Como bem lembrou o Deputado Paulo Bernardo, no art. 37 da LDO foi introduzido um dispositivo novo, tendo em vista

a importância da área da saúde ter uma referência para os gastos a serem realizados em 1998. O Governo concorda tanto com a ideia de que é preciso garantir o montante importante de gastos da saúde, que realmente tomou a decisão de não vetar este artigo. Ele vetou alguns artigos, mas esse não.

A redação do art. 37 é muito objetiva. Não se propõe que a Lei Orçamentária referente ao ano de 1998 deva ter uma previsão de gastos idêntica à lei orçamentária de 1997. É dito no art. 37 que a lei orçamentária de 1998 deveria fazer uma previsão correspondente ao nível autorizado de gastos para 1997. Se fosse a referência da lei, realmente seria impossível. Diga-se de passagem, fizeram isso com muita sabedoria. Essa é uma redação do próprio Congresso e foi sabia porque é a única sustentável do ponto de vista técnico. Se não tivesse sido feita dessa forma, aí sim, seria necessário eventualmente vetar. Como o Deputado sabe muito bem, o Deputado Arnaldo Madeira fez observações importantes a respeito da questão da indicação de expectativa de receita e de gasto em função de variações da inflação.

O Orçamento de 1997 foi elaborado à luz de expectativas de inflação realizadas em maio de 1996. Nesta época — V.Exas. devem lembrar-se —, todos nós sem exceção, economistas da oposição e da situação, projetávamos uma inflação na faixa de 21 a 22%. E houve uma redução drástica. A inflação começou a dar alguma indicação de redução mais forte no final de 1996.

Então, o Orçamento de 1997 realmente tinha uma fumaça desse orçamento enorme, decorrente de uma expectativa que se revelou absolutamente fora da realidade com relação à evolução da inflação. Por essa razão, foi necessário fazer um contingenciamento e aí se estabeleceu uma autorização de gasto. Decomparamos um nível de deflacionamento e um de contingenciamento genuíno, de redução de gastos realmente em função de imprevisibilidade com relação a outros gastos e frustração de receitas, além da questão meramente inflacionária.

Por esse motivo, todos os itens de gastos relativos ao Orçamento de 1998 têm de ser comparados com o nível daquilo que está autorizado no âmbito do decreto e da programação orçamentária e financeira. Quer dizer, a referência da programação orçamentária e de 19,1 bilhões de reais e foi exatamente nesse nível que se estabeleceu.

Com relação ao salário mínimo, o Ministério da Previdência fez uma avaliação sobre a sua previsão de gastos na Previdência como um todo, onde há vários fatores determinantes dessa variação. Depois, poderemos passar essa memória de cálculo, mas há uma previsão de gastos da qual não necessariamente se deduz já uma projeção indicada de salário mínimo. Isto, obviamente, se expressará em um segundo momento.

Com relação à questão de gastos de pessoal, o Deputado Paulo Bernardo sabe muito bem, está-se fazendo um pedido ao Congresso Nacional de um nível autorizado de gastos de pessoal que poderão crescer por várias razões. Primeira, por sentenças que já tenham sido transitadas em julgado; segunda, uma projeção de, eventualmente, novas sentenças judiciais que ocorram; terceiro, mudanças com relação a determinadas carreiras, quer dizer, o fato de, eventualmente, ter-se ajuste de algumas carreiras especiais; e, quarta, o fato de que, — como o Deputado sabe muito bem — existe, além de tudo, um índice de crescimento vegetativo que pode ser maior ou menor, dependendo do grau de administração, da ação do Executivo em fazer alguns cortes com relação a alguns tipos de gastos.

O grande ajuste que poderia ser feito o foi, a rigor, entre 1996 e 1997. Então, em 1997, vamos assistir a um vegetativo menor do que foi a tendência, mas, provavelmente, em 1998, acabaremos percebendo uma retomada do crescimento vegetativo. Então, há a questão da retomada de um nível de crescimento vegetativo maior, carreiras que são ajustadas, sentenças judiciais e dependerá exatamente da avaliação das contas propriamente ditas em função desses fatores. Tal será feito com o objetivo de termos uma ideia de qual será a disponibilidade para uma eventual decisão de aumento.

Eu gostava de aproveitar essa observação para dizer que são palavras suas e não nossas ou de outros analistas que temos algo contra o funcionalismo. Muitíssimo pelo contrário. Justamente entendemos ser preciso avançar nas reformas nessa área, exatamente para que possa haver aumentos efetivos de salários para aqueles que trabalham e bem. Quando se tem essa mecânica que leva ao aumento dos gastos, toma-se necessário ter um tratamento quase linear e isto prejudica o conjunto do funcionalismo. É justamente porque entendemos que é preciso pagar o melhor o funcionalismo, sendo absolutamente decisiva a questão da reforma.

Por outro lado, há um ponto em que concordo plenamente com a observação feita pelo Deputado Paulo Bernardo: realmente o ideal é que tenhamos um padrão de gerenciamento que garantisse recursos claros e previsíveis para todos os setores. Isto permite a redução de custos. De conseguimos analisar o conjunto de projetos e dar-lhes uma previsibilidade maior. A consequência disto foi uma importante redução de custos.

Concordo integralmente com o Deputado que, se tivermos orçamentos que não sejam contingenciados, se dermos maior transparência, — daí a importância da iniciativa do Relator e de também aperfeiçoarmos esse relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, na medida em que se tem a previsibilidade dos gastos — certamente o nível de fiscalização aumenta e melhorará a performance dos gastos.

Acho que há espaço, sim, para a redução de custos. Entendo que devemos melhorar. Se eventualmente tivermos de apor o veto, nesse momento, pelas razões alegadas, não quer dizer que não estejamos abertos a discutir serenamente a questão e ver se poderemos fazer algum aprofundamento nessa visibilidade, no acompanhamento de partes, porque é interesse nosso. É interesse nosso poder ter uma performance melhor, quer dizer, fazer mais com menos dinheiro.

Finalmente, com relação à questão da regionalização dos fundos, concordo que é uma informação necessária. Vamos providenciar e enviar para o Relator essa questão destacada por V.Exa. que alegou com toda razão a necessidade da regionalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Por gentileza, Senador Romero Jucá.

Passo a palavra ao Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Ministro, Sr. Presidente, Dr. Martins Tavares, Dr. Waldemar Gionil, Srs. Senadores, Srs. Deputados, tenho em mãos o relatório do Tribunal de Contas da União. O Ministro-Relator Paulo Afonso fez uma grande palestra nesta nossa Comissão, trazendo alguns dados interessantes para nossa análise, abordando o desempenho da economia e dizendo o seguinte:

"A economia brasileira, no decorrer do exercício em exame, foi analisada por meio de indicadores conjunturais que registram a retomada gradual da atividade econômica em um cenário de queda de inflação e de crescimento de setores produtivos."

No entanto, o equilíbrio das contas do setor público e das transações correntes do balanço de pagamento afluíram como importante a consolidação da estabilidade e a retomada sustentada da atividade econômica."

E continua ele:

Embora a economia tenha conseguido o desempenho esperado, algumas medidas importantes foram adotadas, no sentido de viabilizar a evolução das contas fiscais e externas, inclusive medidas como a renegociação de passivo do setor público e a desoneração do imposto sobre circulação de mercadorias e de exportações. Deverão incrementar estas medidas as exportações a médio prazo."

Apesar, Ministro, do bom desempenho da economia, — e V.Exa é um dos responsáveis por este bom desempenho, fato que para nos do PSDB não é surpresa, por sermos seu colega, por ter V.Exa passado por esta Casa e ter sido tão bem encaminhado ao Ministério do Planejamento — temos algumas bombas neste País que explodem de vez em quando. É uma das perguntas que eu gostaria de fazer a V.Exa e sobre a reforma agrária, um pacto social sensível reconhecido por toda a sociedade brasileira. Qual a atenção que o Governo propõe seja dispensada ao assunto no projeto de lei do Orçamento de 1998 encaminhado ao Congresso Nacional? Esta pergunta baseia-se em função da reforma agrária que tem acontecido neste País e por anos abandonada. Qual a questão que o Governo traz para o Orçamento de 1998?

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - É uma grande satisfação conversar com o Deputado João Leão, colega, companheiro de bancada, que sempre procurou tratar as questões da maneira mais eficiente, defendendo temas da maior importância.

Eu diria que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem dado toda atenção à expressiva questão da reforma agrária. Isto se revela nos números que estão sendo apresentados e darei algumas indicações bem objetivas de como essa área tem sido tratada. Estamos com uma previsão de gastos para o ano de 1998 que chega, *so em atividades e projetos*, a cerca de 1,3 bilhão de reais. Esta previsão de gastos, no que diz respeito a atividades de projetos, faz com que hoje possamos afirmar que o programa de reforma agrária do Presidente Fernando Henrique Cardoso permitira termos um nível de assentamentos sem nenhum paralelo na história recente. A expectativa é de se realizar um total de assentamentos que deve superar 280 mil famílias. Fizemos uma comparação com a expectativa de assentamentos a serem realizados no quadriênio 1995, 1996, 1997 e 1998 com a expectativa de assentamentos em oito anos, ou seja, de 1986 a 1994. Percebemos que o número de assentamentos a serem realizados nesses quatro anos será o dobro do realizado nos oito anos anteriores, ou seja, nos três governos anteriores, formalmente falando. Nos oito anos, apesar da prioridade dessa matéria, realizaram a metade daquilo que o Governo Fernando Henrique Cardoso realizará em função da decisão de o Governo apoiar firmemente essa área. Diga-se de passagem, dentro do chamado Programa Brasil em Ação e, sem dúvida nenhuma, a área onde o Governo está disponibilizando maior quantidade de recursos do ponto de vista orçamentário. Mas não é só isto. Existe também uma ação forte em termos do financiamento à agricultura familiar.

O programa chamado PRONAF no primeiro ano atingiu 33 mil famílias. A expectativa para o ano de 1997 é atingir 600 mil famílias com financiamento à agricultura familiar, o que mostra que, realmente, apesar das dificuldades iniciais que todo programa inovador tem, o PRONAF hoje consegue, ao lado da ação mais objetiva de reforma agrária, criar condições para o essencial do ponto de vista desse processo: a emancipação progressiva desses assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Sr. Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, não tenho nenhuma pergunta a fazer ao Ministro Antonio Kandir, até porque S.Exa já, exaustivamente, explicou a proposta orçamentária e os detalhes com as perguntas que foram feitas. Quero apenas louvar o Congresso Nacional que a cada ano se aprimora na elaboração do Orçamento, o Ministério do Planejamento também articula-se melhor, abre espaço para que efetivamente o processo seja transparente e cristalino. Portanto, temos de trabalhar, procurar aprimorar a proposta, que é boa, e, sem dúvida nenhuma, encaminhar para termos um Orçamento real que não seja contingenciado — como disse o Deputado Arnaldo Madeira — e possa ser implementado nos projetos do Brasil, movendo o País para frente com a classe política dando sua contribuição.

Estou satisfeito com o debate e com as explicações que S.Exa deu.

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Senador Romero Jucá, gostaria de agradecer as palavras de V.Exa e dizer que tenho certeza de que o Congresso Nacional poderá aperfeiçoar a matéria. Esta tem sido, na verdade, a prática dos últimos anos. O Congresso Nacional sempre tem aperfeiçoado e tenho certeza, com a competência e com o entendimento que certamente teremos, poderá aperfeiçoar ainda mais as propostas.

Agradeço a manifestação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY - Ministro Antonio Kandir, a primeira pergunta é sobre algo que os Deputados Sérgio Miranda e Paulo Bernardo mencionaram, mas para que não ouvi a resposta. Refiro-me aos custos do PROER. Agradeço se V.Exa puder dar a estimativa a mais precisa possível sobre o custo do PROER, no que diz respeito ao impacto dele no Orçamento. Compreendo perfeitamente que os recursos destinados às instituições que acabam sendo considerados não saudáveis, cujos ativos são aperfeiçoados pela instituição saudável através de injeção de recursos, são de depósitos compulsórios. Não são diretamente do Orçamento. Este ponto eu compreendo, mas o PROER acaba tendo um efeito sobre o Orçamento por vezes reconhecido, mas nunca com precisão pelas autoridades monetárias. O PROER também envolve a renúncia fiscal, na medida em que as instituições financeiras que absorvem as instituições, digamos, saudáveis também absorvem aquelas que estão sendo objeto de fechamento ou pelas inúmeras formas ocorridas. A instituição saudável tem o direito de obter do Imposto de Renda que iria pagar até um certo limite, uma certa proporção correspondente aos prejuízos da instituição não saudável que acaba fechando. Tudo isso acaba tendo uma repercussão sobre o Orçamento. Até hoje temos tido enorme dificuldade para conseguir saber isso. O Deputado Sérgio Miranda salientou bem. Já na LDO, S.Exa, havia proposto, com o nosso apoio, que houvesse a discriminação, a definição, a previsão na mensagem orçamentária de quanto isso custaria. A bancada governista derrubou este ponto.

Ambos Parlamentares fizeram a pergunta, mas não ouvi a resposta. Então, eu gostaria muito de ouvir a melhor previsão possível do Ministro Antonio Kandir sobre este assunto.

A segunda pergunta refere-se ao ITR.

Lembro-me que, quando foi aqui votada a nova lei referente ao Imposto Territorial Rural, havia uma estimativa de que, para o ano de 1997, arrecadar-se-ia algo em torno de 1 bilhão e 100 milhões de reais. Reportagem recente do jornal *Folha de S.Paulo* indicou que, para este ano, foram arrecadados 65 milhões. Até liguei para o Secretário da Receita e ele me informou que só em outubro haverá o preenchimento, por parte dos proprietários rurais, daquilo que devem pagar de ITR para o pagamento ser realizado em dezembro.

A primeira pergunta é, qual é a estimativa precisa, do ponto de vista de receita pelo Ministério do Planejamento, para 1997, de arrecadação do ITR? Surpreendo-me ao ver apenas 438,8 milhões de reais previstos para 1998. Ou seja, será que, do ponto de vista da receita, a Receita Federal e o Ministério do Planejamento estão, de fato, levando em conta que o ITR não terá toda aquela função de procurar inibir as propriedades improdutivas? Parece-me uma arrecadação mais baixa do que aquela que antes mesmo se previa quando da votação da matéria em dezembro último.

A outra pergunta que gostaria de fazer é relativa à questão que mais me preocupa, Ministro Antonio Kandir. Refiro-me à erradicação da miséria e da fome neste País. Acredito que, até em termos de homenagem ao Betinho, deveríamos ter isso como uma preocupação fundamental. Está escrito na Constituição que a erradicação da pobreza é um dos objetivos fundamentais do País. Sabe V.Exa, o quanto avalio que este problema poderia ser atacado pela introdução do Brasil de uma renda mínima com direito à cidadania para todas as pessoas. Experiências desenvolveram-se nesta direção. Houve aqui, em Brasília, a

bolsa-escola. O Prefeito Magalhães Teixeira, do PSDB, introduziu o Programa de Renda Mínima relacionado a frequência à escola, em Campinas e Ribeirão Preto o seguiu. A Prefeita Tereza Jucá, em Boa Vista, introduziu no ano passado proposta semelhante. Há algo parecido em Belo Horizonte e em Belém. Hoje há dezenas de cidades no Brasil onde foram introduzidos programas dessa natureza.

O Governo Fernando Henrique Cardoso, através da Secretaria de Assistência Social, a Secretária Lúcia Vânia, passou a introduzir programas locais que foram, inclusive, objeto de citação no seu pronunciamento de rádio realizado anteontem. Disse ele que vai expandir o Programa Brasil, Criança Cidadã, um nome tal como este. São praticamente sinônimos. Mas este programa tem diferenças em relação ao adotado nas carvoanas do Mato Grosso do Sul, entre as famílias trabalhadoras no sisal da Bahia, na zona canavieira de Pernambuco, em outros locais citados ontem pelo Presidente da República. A avaliação da contribuição à família por crianças frequentando a escola varia de 25 a 125. Isto foi citado por S.Exa.

Eu gostaria de indagar a V.Exa. Vejo aqui referências ao Programa Brasil, Criança Cidadã: 109,9 milhões para o ano que vem, bem como Assistência à Criança, ao Idoso e à Pessoa Portadora de Deficiência, a extinta LBA.

Lembro que na Lei de Diretrizes Orçamentárias está previsto que o Governo poderá no próximo ano adotar projeto de renda mínima relacionado à Educação. Isto está num dos itens. Portanto, se a Lei Orçamentária aprovada contiver explicitação disso, estará de acordo.

Estão tramitando no Congresso Nacional diversos projetos sobre o assunto. Pergunto ao Ministro Antonio Kandir se V.Exa. conhece o estágio em que se encontram todos os projetos relativos a programas de renda mínima, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados? Está V.Exa. acompanhando o projeto que tramita nesta Comissão de Finanças e Tributação e o projeto que hoje está na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, projeto este que já passou pela Comissão de Assuntos Sociais e de Educação, com parecer do Senador Lúcio Alcântara, da Comissão de Assuntos Sociais, e da Senadora Emilia Fernandes e outros, da Comissão de Educação, tendo sido designado novamente o Senador Lúcio Alcântara para a Relatoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que é a terceira Comissão onde será votado?

Sabe V.Exa. exatamente o teor do que está por ser votado? Se não o souber, vou repetir o que tenho dito desde o ano passado, quando V.Exa. assumiu o Ministério. Eu gostaria que V.Exa. assumisse a responsabilidade de conhecer em profundidade o projeto que pode ser votado na semana que vem. Gostaria que V.Exa. ajudasse o Senado Federal e o Congresso Nacional a votarem um projeto que tenha consistência, racionalidade e até mesmo possa levar em conta um aspecto da introdução gradual para levar em conta a restrição orçamentária existente. Compreendo este aspecto inteiramente.

Sabe V.Exa. que um dos substitutivos aprovados pelo Governo na Comissão de Educação contém uma fórmula proposta pelo IPEA, segundo a qual uma família composta por uma mãe e uma criança se tiver uma renda de R\$112,00, salário da criança, pela equação dada, R\$15,00 vezes o número de crianças menos metade da renda familiar *per capita*? Seria R\$15,00 menos R\$28,00, que é a metade da renda *per capita* de R\$56,00 e daria menos R\$13,00 como valor da contribuição? Considera V.Exa. racional e lógica uma fórmula que dá uma contribuição negativa da União para aquele Município?

Eu gostaria de dialogar com V.Exa. para que mostre aos Senadores ser importante votar algo que tenha racionalidade para que possamos, ainda que gradualmente, caminhar na direção da erradicação da miséria do País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Lembro que caminhamos para o final da audiência, e ainda há dois oradores inscritos. Passarei a palavra ao Sr. Ministro e, em seguida, aos Deputados Darcisio Perondi e Giovanni Queiroz.

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - É um constante prazer conversar com o Senador Eduardo Suplicy que sempre tem contribuições importantes.

Realmente não respondi antes a questão do PROER por absoluta falta de anotação. Foi ótimo V.Exa. ter perguntado, pois assim posso esclarecer, não só essa questão mas também outra que havia sido feita pelo Deputado Sérgio Miranda, referente a relatórios e pedidos vetados.

Quanto ao número de relatórios e à prestação de informações pedidos por parte do Congresso Nacional ao Governo, vale a pena lembrar o que foi pedido e o que foi vetado.

Foram pedidos quarenta e dois relatórios de acompanhamento do processo orçamentário. De fato, vetamos sete relatórios, mas estamos produzindo trinta e cinco relatórios de acompanhamento de vários aspectos da questão orçamentária. Convenhamos que a produção de trinta e cinco relatórios é um número importante. Obviamente, não se deve confundir quantidade com qualidade, mas ressalto o esforço de trabalho que a Secretaria de Orçamento e Finanças tem, além de outras áreas de Governo, para prestar informações.

Além desses trinta e cinco relatórios, estamos sempre respondendo indagações de vários Parlamentares sobre aspectos pontuais da questão financeira. Então não se trata de não querer responder. Eu já quera ter dito isso antes. Na verdade, vetaram-se sete relatórios e não a prestação de informações, o que já estamos fazendo com os trinta e cinco relatórios.

Realmente, o problema é que os recursos têm um certo limite e tenho a impressão de que muitos destes trinta e cinco relatórios certamente não são lidos por boa parte, devido aos problemas de tempo, que todos têm, mesmo os mais dedicados e mais voltados a essa matéria.

Especificamente com relação ao PROER, devo dizer bem objetivamente que a razão do veto para esse relato veio do Banco Central. Este Banco pediu que fosse vetado esse ponto, com base numa argumentação que tem uma lógica importante.

O processo de identificação objetiva dos custos fiscais não é muito simples. Darei um exemplo concreto e ficará bem claro qual é a questão. No processo de negociação da relação UNIBANCO-Banco Nacional. O Banco Nacional, naquele momento, estava nas mãos do Banco Central. O Banco Central passou a parcela relativa ao Banco Nacional ao UNIBANCO. Ao fazer isto, ele realizou alguns créditos, mas ao mesmo tempo recebeu em pagamento um conjunto de ações do UNIBANCO. Ele guardou estas ações do UNIBANCO e as vendeu num momento posterior. Vendeu-as recentemente e com lucro apreciável, numa operação de venda internacional de ações do UNIBANCO. Uma vez feito o processo de ajustamento, revelou um lucro extraordinário. Então a eventual perda, de um lado, na transação foi altamente compensada por esse fator.

Da mesma maneira, eu diria que várias outras operações estão sendo realizadas com resultados negativos e positivos. V.Exa. tem absoluta razão em dizer que eventualmente pode-se ter nesse processo perdas de arrecadação que também devam ser comparadas com ganhos e arrecadações decorrentes do próprio fato da sustentação dessas instituições.

O balanço não é trivial, e eu diria que estamos — espero — já concluindo esse processo de ajuste do sistema financeiro. Ai, sim, teremos condições de fazer o balanço completo do custo fiscal e provavelmente haverá algum. Do ponto de vista da análise, deve ser comparado — como certamente o Sr. Senador — com o que aconteceria caso houvesse esse tipo de operação.

É obrigação do Governo prestar essa informação. Simplesmente não há condições de apurá-la agora. Predição por predição, não caberia a uma autoridade, fosse ela qual fosse, simplesmente dar um palpite sobre o valor. Essa é uma responsabilidade do Banco Central, que tem tido essa posição até o momento por motivos técnicos que a própria experiência mostrou.

Com relação a questão da previsão do ITR, comprometo-me, junto ao Senador, a pedir à Receita Federal o que for preciso para que possamos avaliar.

Darei uma informação que disponho no momento, mas gostaria de poder confirmá-la posteriormente. A previsão de arrecadação do ITR para este ano sena de 328 milhões e para o ano que vem de 438 milhões. Insisto em dizer: prefiro pegar a informação junto a própria Receita e a enviarei logo em seguida.

Com relação a questão da erradicação da miséria, estamos todos de acordo que este é o objetivo — e não podena ser de outra forma — de qualquer governo num país com as distorções que infelizmente o nosso possui. Realmente temos um nível de pobreza que — graças a Deus — tem diminuído mas ainda estamos muito longe de superar essa questão.

Há várias iniciativas nessa direção. Sem dúvida alguma, os programas de renda mínima têm certamente a dimensão e o desenvolvimento que têm hoje, graças em grande parte aos méritos do Senador Eduardo Suplicy. S Exa. sempre lutou a favor dessa causa, fazendo com que ações concretas, em várias Prefeituras, em vários níveis estaduais e, também agora, no nível do Governo Federal, resultem em consequências sociais importantes.

Essa matéria é tão importante que, quando tivermos oportunidade de conversar recentemente, disse que valena a pena caminhar nessa direção desde que obviamente pudéssemos avançar em programas sustentáveis. São programas que têm mais a ver com uma lógica de natureza local, onde certamente programas locais podem ter mais sucesso pela própria possibilidade de serem controlados.

Certamente, o Governo Federal também podena dar a sua colaboração que devesse ser tão maior quanto maior a eficácia dos resultados apurados no âmbito regional. Foi por esta razão que disse a V Exa. que eu orientaria o IPEA, — diga-se de passagem que, infelizmente, foi criticado por outro Parlamentar — para caminhar, no sentido de estudarmos, avançarmos e identificarmos alguma solução sustentável que respeitasse o espírito desse programa.

Não posso dizer-lhe que, neste momento, estou absolutamente atualizado sobre as discussões, até porque confesso que acabamos de preparar o processo orçamentário e, nesses últimos vinte dias, estivemos voltados para este assunto. Mas imediatamente, pedirei à minha Assessoria que me coloque a par da exata posição dessas matérias. Assim, poderemos discutir essas questões devidamente afinados e encontrar um programa que realmente ajude, seja sustentável e realizado da maneira mais consequente possível e não seja mais outra iniciativa centralizada em Brasília e não sustentável no tempo.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Então, já que a votação da matéria será nos próximos dias, antes da mesma, solicito a V Exa., apenas e urgentemente, uma audiência na próxima semana.

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Sr. Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, saúdo o Sr. Ministro Antonio Kandir por sua brilhante apresentação e pela clareza de que foi capaz.

Sou da base governista, sou Vice-Líder do PMDB e trabalho pelas reformas, como bem sabe. V Exa. e sua equipe realizam um belo trabalho no Ministério do Planejamento. Por outro lado, se a oposição tivesse cooperado conosco nas reformas previdenciária e administrativa, se as forças estruturais negativas não tivessem complicado a obtenção de resultados e atrapalhado as forças gerenciais positivas, sem dúvida alguma teríamos tido melhores resultados.

Faço uma observação em relação à Saúde. V Exa. falou em (inteligível) orçamentária, (inteligível) inflacionária ou de deflação? Sim. Mas o Planejamento retirou — e estou olhando para sua brilhante equipe técnica — 1 bilhão e 400 milhões do orçamento da Saúde. Não falarei da crise da Saúde. Posso até falar que o Orçamento deste ano terá mais 6 bilhões graças a Contribuição Provisória

Sobre Movimentação Financeira, que esta Casa aprovou, e queira Deus que se aprove também a prorrogação, porque, aí sim, o caos vai se instalar.

Mas o orçamento básico da Saúde em 1996 foi de 14 bilhões — vamos arredondar; em 1997, graças à CPMF, 24 400 a 20 400 bilhões e agora 19. V Exas. incluíram, dos 19, previsão de 8 bilhões da CPMF para o ano que vem.

Vamos olhar para a Saúde! O Conselho Nacional fez a proposta de 22 bilhões — 14 mais 8 —, V Exas. estão colocando 19 bilhões. Tenho certeza de que V Exas. vão cooperar com o Sr. Relator, que é um homem sensível, Deputado Aracely de Paula, para que possamos buscar isso.

Meu quando Ministro Antonio Kandir, analisando o orçamento do Ministério da Fazenda vê-se que não houve corte, houve aumento; o orçamento das Relações Exteriores é tão pequeno, mas houve aumento, o da Justiça é tão pequeno; o das Comunicações foi sensível, talvez em função das privatizações — não entendo de economia, sou pediatra e agora ensaiando a experiência política —, o de Minas e Energia teve um aumento sensível, talvez em função da privatização, mas cortar com as carências extraordinárias que existem! E o Ministro Albuquerque vem fazendo um esforço enorme para dar tudo aquilo que o Planejamento queria, um choque gerencial no Ministério da Saúde. Como vamos, nós da base governista, defender e aprovar a CPMF em outubro ou novembro.

Precisamos apagar, Sr. Ministro, essa fumaça inflacionária. Mas existe uma fogueira enorme de problemas na área da Saúde, que estão sendo enfrentados. Mas o Ministro do Planejamento precisa cooperar. Tenho certeza de que V Exa. que é um homem inteligente, competente, sensível, um técnico que passou para política e demonstrou ser uma revelação na política, também, vai cooperar com o Relator para corrigirmos isso.

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Meu caro Deputado Darcísio Perondi, em primeiro lugar, queria dizer que sempre respeitei muito V Exa., pela sua postura sempre muito correta, muito leal e muito franca nessa discussão. Respeito o seu ponto de vista em termos de trabalhar no sentido de cada vez mais termos uma disponibilidade de recursos maior para a Saúde. Esta corretíssimo.

Querida dizer que o Governo já deu uma indicação objetiva de que concorda com a profundidade na área da Saúde, tanto que, em primeiro lugar, não vetou, e podena ter vetado, o art. 37. A argumentação para isso não seria difícil de estabelecer.

O Ministro da Saúde me pediu, pessoalmente, para que não vetássemos esse artigo. S Exa. procurou-me para falar sobre isso e eu lhe disse que não tínhamos a menor dúvida de discutirmos esse assunto com o Presidente. A minha posição, de início, foi de não vetar, exatamente por reconhecer essa situação, essa fogueira a que V Exa. se referiu de importância decisiva na área da Saúde.

Os gastos na área da Saúde tem crescido, não obstante o fato de o próprio Ministro da Saúde reconhecer, antes de todos, que existe um espaço gerencial na área da Saúde monumental.

O Brasil, provavelmente, é um dos países com maior contingente de pessoas trabalhando no Ministério da Saúde. São cerca de 210 mil servidores no Ministério da Saúde, sendo que mais de 60 mil só no Rio de Janeiro. Curioso, aliás, haver 60 mil funcionários na área da Saúde, no Ministério. É lógico que vou fazer uma comparação muito forte e não apropriada — quero deixar registrado não apropriada —, porque o modelo, por exemplo, no Canadá é diferente. Só para se ter uma idéia, no Ministério da Saúde no Canadá são 4 mil funcionários, aqui são 210 mil funcionários. Lógico que há diversas comparações, mas dá para ter uma ideia de que realmente há um espaço gerencial que o próprio Ministro da Saúde reconhece.

Gastamos, hoje, 4 bilhões de reais com pessoal na área da Saúde. Ou seja, é um montante apreciado. Mas tirando esses 4 bilhões de reais na área da Saúde, em termos de atividades e projetos, procurei mostrar aqui que o gasto em atividades e de projetos que é da ordem de 39 bilhões, 60% são na área social e dentro da área social 54% são na área da Saúde.

Não estamos cortando gastos na Saúde, estamos mantendo o mesmo nível daquilo que está sendo realizado em 1997. Não está havendo corte, está sendo estabelecido o mesmo nível. Se não estamos aumentando ainda mais o gasto da Saúde como gostaríamos, e porque a outra fonte importante da área da Saúde é a COFINS. E a COFINS não é recurso só da Saúde, é também da Seguridade. O aumento dos gastos na LOAS, e o déficit propriamente dito na Previdência, que está saltando de 800 milhões para 2.400 milhões, acabam requerendo alguma contribuição, também, da COFINS. Seria ótimo que pudéssemos aumentar ainda mais.

Não temos dúvida, primeiro, de que há uma prioridade absoluta na área da Saúde junto com a área da educação. Todos querem, não há quem não queira isso. Segundo, há um espaço gerencial enorme. É isso que a sociedade quer — repetir mais uma vez — fazer mais com menos dinheiro e na área da Saúde dá para fazer. É preciso um tempo. O Ministro da Saúde comenta isso e estamos totalmente de acordo. Não é de uma hora para outra que vamos conseguir reduzir, em termos proporcionais, o gasto de custeio. Não podemos economizar o dinheiro da vacina, do remédio; temos que economizar alguns gastos de custeio e há um reconhecimento disso.

Temos essa programação. É um programa do Ministério da Saúde, e nós, do Planejamento, junto com o Ministério da Fazenda, que, na verdade, é o provedor dos recursos — simplesmente fazemos essa interligação — que procura compatibilizar as diversas variáveis. Estamos juntos nisso. É prioridade absoluta do Governo. Tenha V.Exa. a certeza de que vamos continuar trabalhando e, se possível, melhorar a situação da Saúde. Certamente com a colaboração de V.Exas vamos encontrar novas soluções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Ministro, recebemos, na semana passada, o Ministro do Tribunal de Contas da União que fez referência à dívida ativa da União. Trazia no seu relatório valores que chegavam à casa de 40 bilhões a dívida ativa da União. Comentava S.Exa. que havia um crescimento constante dessa dívida ativa, mas um decréscimo na arrecadação dessa dívida por parte da União.

Agora, vi aqui, na receita de dívida ativa, uma previsão de arrecadação de 26 milhões para uma dívida já em 1996 de 40 bilhões. Ou seja, parece que não está havendo um esforço do Governo Federal para arrecadação dessa mesma dívida ativa que deve ter crescido mais este ano.

Gostaria que V.Exa. me dissesse como será enfrentado esse problema pelo Governo Federal, que entendo grave, até por que esse recurso previsto, se arrecadado, poderá acabar com essa crise na Saúde, como foi muito bem assinalado pelo Deputado Perondi. Nós, da oposição, estamos aqui para ajudar e ajudar nesse sentido. Temos divergências em alguns pontos das outras reformas, mas convergimos quando se trata de educação, saúde e infra-estrutura. Queria saber de V.Exa. como o Governo vai enfrentar o problema — e em 1998 não vai haver enfrentamento — com essa previsão de apenas 26 milhões de arrecadação.

A outra questão diz respeito à autização que V.Exas pretendem ter de 25% para remanejamento de recursos nas subatividades, nos subprogramas. V.Exas propõem 25% e trabalharam com 15% este ano. Se autorizássemos — e tenho certeza de que a Casa não pode fazer isso, até por que estamos trabalhando com orçamento real, podemos agora trabalhar com orçamento real — logicamente que algumas variáveis de percurso terão que ser corrigidas. Compreendemos isso perfeitamente. Vinte e cinco por cento era o valor com que trabalhavam os Governos anteriores no período inflacionário. Entendemos isso como absolutamente legítimo. Mas 25% agora, só se esse Orçamento não for real, e até não posso concordar com V.Exa. que seja, porque não houve tempo, há pouco mais de 24 horas nós recebemos esse Orçamento.

Levantei alguns dados para discutir com V.Exa. Mas 25% é permitir ao Governo que faça um orçamento paralelo, por decreto, sem autorização do Congresso Nacional. V.Exa., Congressista também, estará do nosso lado — tenho certeza — acatando nossa posição de reduzir essa margem de manobra do Governo para ajustar, depois, os diversos programas.

V.Exa. concorda com o nosso argumento de reduzirmos isso a um patamar que seja melhor para todos nós, até para que o Congresso não seja substituído pelo Executivo?

A outra questão, ainda, diz respeito, Sr. Ministro, à execução orçamentária. Não querendo plagiar V.Exa., mas já plagiando, quero dizer que o Governador do Pará, talvez, seja mais ponderado do que a média ponderada, e V.Exa. se referiu também ao nosso nobre Presidente interno, dizendo que a execução orçamentária é outro orçamento da União. E aí argumento dizendo que da execução orçamentária, o acumulado até o dia 15 de julho — que é o que temos, a outra parte ainda não chegou, a mais recente —, podemos ver aqui um diferencial enorme, um abismo enorme entre regiões deste País.

Nesse orçamento conseguimos, com a discussão entre Parlamentares, observando critérios, e o Relator, inclusive, já se manifestou nesse sentido —, seguindo critérios, distribuir melhor a renda nacional. Isso não se dá na execução orçamentária, porque lá as forças que interferem são outras. Podemos ver, com a execução orçamentária, que, por exemplo, no GND-4 de todas as áreas já foi liberado, para investimentos, para o Sul 12,85%, para o Sudeste, 14,29%, para o Centro-Oeste, 6,7%; para o Nordeste, 9,41%; e, para o Norte, Sr. Presidente, de onde eu venho, do Estado do Pará, sacrificado, mais uma vez, danado da vida, 1,23%! Digo que o nosso Governador, talvez, seja muito mais ponderado do que a média ponderada do Presidente interno. Porque se fosse o Governador, que é do PSDB, já teria virado a mesa, porque o Estado do Pará é o mais sacrificado. É um absurdo o que se pratica contra os Estados do Norte e isso vem de todas as fontes. Por exemplo, o DNER — e nós temos uma malha rodoviária maravilhosa, V.Exa. conhece a dimensão da Amazônia, dois terços deste País — vamos ver que há uma distorção extremamente gritante. Para a Região Sudeste investimentos da ordem de 15,44%; Sul, 16,13%; Nordeste, 8,78%; Centro-Oeste, 5,89%, e para o Norte 2,7% só!

E ainda há mais, Sr. Ministro, há um crédito adicional para as Regiões Sul e Sudeste São 108 milhões de reais para o Sudeste, 241 milhões de reais para o Sul só para investimento no DNER de créditos adicionais. Para as outras regiões zero. Exatamente, zero! Ou seja, 50% a mais para Sul e 30% a mais para o Sudeste.

Então, essa ação do Governo, na hora de executarmos.. Não sei o que está prevalecendo, gostaria de saber qual é o critério do Governo para fazer essa distribuição tão desumana, aumentando o fosso das diferenças regionais já tão decantadas, que a Constituição prevê que devam ser combatidas, e que, na verdade, na execução orçamentária, não se dão.

Para concluir, Sr. Presidente e Sr. Ministro, tenho me batido muito sobre preço de custos de obras públicas no Brasil, e há muito disso. Essa é uma observação que vou fazer a V.Exa., mas, logicamente, estará aqui o Diretor do DNER e dele cobraremos mais uma vez. V.Exa. mesmo disse que com o Plano Brasil V.Exas. têm conseguido reduzir os custos com um gerenciamento mais efetivo. Tenho certeza de que isso pode se dar, sim, em todas as áreas.

Cito muito o DNER, porque tenho acompanhado esse trabalho no meu Estado; um Estado com mais dificuldades, mais distante, problemas com reposição de peças, equipamentos, é tudo mais complicado. Estamos fazendo rodovias complicadas, difíceis, com um custo de 150 mil reais o quilômetro, outras por 120 mil reais o quilômetro, e o DNER continua impingindo custos de 300 mil reais, ou seja, é o Executivo que ensaja o superfaturamento na ponta. Não somos nós, Deputados. Estamos brigando aqui para baixar esse preço, para esticar a estrada, para fazer mais rodovias. Duplicação um milhão, e se faz com 250, estão fazendo a BR- 316! Mas o Governo insiste com custos elevados, o que ensaja, na ponta, o

superfaturamento. V.Exa., Ministro Kandir, não tem culpa disso, nem pode ser responsabilizado por isso. Mas, na condição de Ministro, deve cobrar essas planilhas de custo, por que esses valores? Analisando o que aconteceu poderemos esticar mais essas obras. De repente, meu Estado tem o critério de fazer por 150 mil, mas tem outra que faz por 150 mil e embolsa mais 150, porque o preço é 300, por que vai deixar sobrar dinheiro?

Eram essas considerações que faria a V Exa

Cumprimento V Exa. por ter vindo à Casa, esperando revê-lo em outra oportunidade. Na verdade, com menos de 24 horas, não deu tempo de avançarmos em algumas análises. Tenho certeza de que V.Exa., que nunca se negou, não vai se negar, talvez, numa outra oportunidade estar aqui conosco.

O SR. MINISTRO ANTONIO KANDIR - Em primeiro lugar, em relação à dívida ativa. Esse trabalho é executado pelo Ministério da Fazenda, responsabilidade maior da Secretaria da Receita Federal, mas, também, um importante papel da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Realmente, é do nosso interesse que esse trabalho seja feito com muita profundidade. É um daqueles casos em que o fato de não termos algumas instituições adequadas nos cria problemas. Tivemos que tomar decisões um pouco mais ousadas para criar um espaço de recuperação de um contingente humano na Receita Federal, na Procuradoria-Geral da Fazenda, quer dizer, o Ministério da Fazenda tem procurado recrutar novos recursos humanos e montar uma equipe de trabalho maior, em melhores condições, para poder executar esse trabalho. Diga-se de passagem já melhorou muito a performance da cobrança dessa dívida.

Quanto à previsão para 1998 — vou pedir ao Deputado que aguarde — vamos fazer na memória de previsão da receita um detalhamento sobre essa questão, vou pedir a Receita Federal informações a respeito dessa previsão. Posso dizer que o Ministério da Fazenda tem feito esse esforço, e a equipe de Governo, quer pelo Ministério da Administração, quer naquilo que toca os demais componentes da área econômica, estamos dando uma forte ênfase a essa área, porque, certamente, teremos um retorno muito maior. O Deputado sabe muito bem disso. Uma cobrança melhor disso, dará um retorno extraordinário, abrindo espaço para maior investimento, sem que implique maior carga tributária

Em relação à execução orçamentária, queria fazer duas observações. Vou pular a questão dos 25%. Vou pedir ao Dr. Waldemar Gíomi que responda essa questão especificamente.

Quanto à execução orçamentária, farei duas ordens de observação. Primeiro, é difícil, durante o ano, fazer uma comparação regional adequada, porque eventualmente pode ter numa região ou outra uma obra — não dizendo que esse é o caso, estou dando um exemplo de análise — cuja dimensão é importante e por alguma razão a licitação teve algum problema na execução dessa licitação. Pode haver um atraso que, eventualmente, é de um projeto, mas que depois da licitação feita, faz-se o empenho, enfim, e de um mês para outro tem-se um salto muito importante. Seria grave se depois de um ano a execução, em termos regionais, não guardasse correspondência com o que foi aprovado no Orçamento.

Em todo caso, entendo, tomo dessa forma, a sua observação como um alerta. V.Exa. pode estar certo de que vou examinar isso mais detalhadamente. Acho que isso tem uma razão de ser do ponto de vista temporal, mas vale a pena examinar essa questão e não vou deixar que haja desvio nessa questão.

Finalmente, a cobrança mais forte em relação às planilhas de custo. Diria que esse trabalho interessa a todos nós. Certamente V.Exas. poderão nos ajudar muito. Faremos isso cada vez mais em parceria. Quero deixar uma mensagem de confiança, porque na medida em que a estabilidade vai se consolidando e as disparidades vão ficando transparentes, isso, naturalmente, vai contendo a própria ação tão fora da realidade que alguns setores fazem. Podemos melhorar mais esse mecanismo de controle. Sena um tipo de ação conjunta. O

Congresso e Executivo podem fazer isso. Certamente poderemos conversar um pouco mais sobre esse tema

Vou pedir ao Dr. Waldemar Gíomi completar a resposta.

O SR. WALDEMAR GIOMI - Sr. Presidente, Deputado Giovanni Queiroz, em relação ao limite de 25% para suplementação, normalmente o Congresso tem autorizado até 20%. Na última Lei Orçamentária reduziu para 15% diante do fato de uma inflação menor justificaria um percentual mais baixo, e isso tem fundamento.

Qual é a razão que leva o Poder Executivo a propor um limite maior para 1997? Como bem explicou o Ministro Antonio Kandir, para 1997 estamos fazendo um ajustamento muito forte nas despesas de custeio. Essa proposição de que possamos elevar o limite de suplementação, anulando uma dotação para passar para outra, é permitir um espaço maior para que os órgãos se adaptem a um limite menor que foi estimulado para cada órgão da Administração Pública, ou seja, dar uma flexibilidade um pouco maior para se adequar a um limite orçamentário que foi muito ajustado, permitindo, durante a execução orçamentária, que se procure o caminho da adequação do limite global. Foi essa a razão. Mas o Congresso, efetivamente, poderá aceitar ou não esse número. Essa foi a razão da proposição um pouco maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Madeira) - Srs. Parlamentares, Sr. Ministro, Assessoria, queremos, ao encerrar, agradecer a presença do Ministro Antonio Kandir, dos seus assessores — Drs. Martus Tavares e Waldemar Gíomi — e toda a assessoria do Governo nessa área e dizer que ficamos aqui por mais de quatro horas. Seguramente não esgotamos o assunto. Teremos que continuar as nossas conversas, conforme foi mencionado aqui pelos Srs. Parlamentares e pelo próprio Ministro.

Está encerrada a reunião.

Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 12/08/97

QUINTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA QUINQUAGÉSIMA LEGISLATURA

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1997.

Aos doze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas e trinta e um minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário número 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do seu titular, Senador NEY SUASSUNA. Compareceram à reunião os membros titulares, Deputados Adauto Pereira, Alexandre Ceranto, Aracely de Paula, Arnaldo Abílio, Arnaldo Madeira - Primeiro Vice-Presidente, Barbosa Neto, Basílio Villani, Cleonânio Fonseca, Danilo de Castro, Felipe Mendes, Fernando Ribas Carl, Flávio Palmier da Veiga, Giovanni Queiroz, Israel Pinheiro, João Fassarella - Terceiro Vice-Presidente, José Janene, José Rocha, Júlio César, Lídia Quman, Márcio Reinaldo Moreira, Marcus Vicente, Neuto de Conto, Odacir Klein, Oscar Goldoni, Osvaldo Reis, Paulo Gouvêa, Pedro Canedo, Pedro Novais, Rodrigues Palma, Sarney Filho, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro e Uelson Bandeira; Senadores Carlos Bezerra, Coutinho Jorge, Emandes Amorim, Flaviano Melo, Jefferson Peres - Segundo Vice-Presidente, Jonas Pinheiro, José Bianco, Lúcio Alcântara, Ney Suassuna - Presidente, e Romero Jucá; os membros suplentes, Deputados B. Sá, Laura Carneiro e Olávio Rocha. Registrou-se a ausência dos membros titulares, Deputados Albérico Filho, Aníbal Gomes, Arlindo Chinaglia, Betinho Rosado, Ceci Cunha, Chico Vigilante, Cipriano Correa, Etevalda Grassi de Menezes,

Euler Ribeiro, Francisco Rodrigues, Genésio Bernardino, João Coser, João Leão, Leônidas Cristino, Osvaldo Coêlho, Paulo Bernardo, Paulo Lima, Paulo Rocha, Pedro Henry, Pimentel Gomes, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Roland Lavigne, Serafim Venzon, Sérgio Guerra, Silverman Santos, Zé Gomes da Rocha, e Senadores Carlos Patrocínio, Eduardo Suplicy, Jader Barbalho, José Ignácio Ferreira, Júlio Campos, Marluce Pinto, Odacir Soares, Regina Assumpção, e Sebastião Rocha Justificaram a ausência o Deputado Luis Barbosa e os Senadores Antônio Carlos Valadares e Onofre Quman. **ABERTURA:** Em virtude da inexistência de quorum regimental, o Presidente, Senador NEY SUASSUNA, suspendeu os trabalhos, marcando seu reinício para o dia quatorze de agosto às dez horas e trinta e um minutos do dia marcado, havendo número regimental conforme o estipulado no inciso 3º do Artigo 32 do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente abriu a reunião, destinada à apreciação das Pautas nºs 10, 11 e 12/97. Em seguida, anunciou a apreciação das Atas da Quarta e Quinta Reuniões Ordinárias, realizadas em 17 de junho e 24 de julho, respectivamente, e da Terceira e Quarta Reuniões de Audiência Pública, realizadas em 08 e 15 de julho, respectivamente. Havendo concordância do Plenário, o Presidente dispensou a leitura das Atas, por terem sido distribuídas antecipadamente através das respectivas pautas. Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do artigo 9º do Regulamento Interno desta Comissão, o Presidente declarou aprovadas as Atas em questão. **AVISOS:** 1) O Deputado Aníbal Gomes foi designado Relator do Projeto de Lei nº 12/97-CN, 2) O Presidente informou que, conforme o prazo estabelecido na Constituição, a Mensagem do Presidente da República encaminhando o Projeto de Lei Orçamentária para 1998 deverá ser enviada ao Congresso Nacional até o final do mês. Comunicou aos presentes que, pelo segundo ano consecutivo, haverá a realização de reuniões regionais no mês de setembro, com o intuito de viabilizar a discussão do Orçamento em cada região. Finalizando, solicitou aos parlamentares que divulgassem a realização destas reuniões nos respectivos Estados e que enviassem esforços para comparecerem a estes eventos promovidos pela Comissão. A seguir, informou as capitais que sediarão as reuniões - Região Nordeste em João Pessoa - PB, - Região Norte em Belém - PA, - Região Centro-Oeste em Goiânia - GO, - Região Sudeste em Belo Horizonte - MG, e - Região Sul em Curitiba - PR. **EXPEDIENTE:** O Presidente acusou o recebimento dos seguintes expedientes: - De procedência externa 1) Em atendimento ao Ofício nº P-005/97, de 08 de julho, através do qual a Presidência solicitou às Assembleias Legislativas cópia das Leis de Diretrizes Orçamentárias Estaduais. 1) Ofício nº 374, de 16 de julho, procedente da Assembleia Legislativa de Sergipe, encaminhando cópia das LDO's para 1996, 1997 e 1998, 2) Ofício GP nº 85, de 21 de julho, procedente da Assembleia Legislativa de São Paulo, encaminhando cópia das LDO's para 1996 e 1997, 3) Ofício GP 1.432, de 25 de julho, procedente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, encaminhando cópia das LDO's para 1996 e 1997, 4) Ofício PRES 006, de 28 de julho, procedente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, encaminhando cópia das LDO's para 1996, 1997 e 1998, 5) Ofício nº 320, de 29 de julho, procedente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, encaminhando cópia das LDO's para 1996, 1997 e 1998, 6) Ofício nº 319, de 29 de julho, procedente da Assembleia Legislativa do Amazonas, encaminhando cópia das LDO's para 1996 e 1997, 7) Ofício nº 76, de 04 de agosto, procedente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, encaminhando cópia das LDO's para 1996, 1997 e 1998, 8) Ofício nº 468, de 06 de agosto, da Assembleia

Legislativa do Paraná, encaminhando cópia das LDO's para 1996 e 1997, 9) Ofício nº 1 061, de 07 de agosto, procedente da Assembleia Legislativa do Ceará, encaminhando cópia das LDO's para 1996 e 1997, 11) Resposta a Requerimentos enviados pela Comissão. - Aviso nº 476, de 23 de julho, procedente do Ministério dos Transportes, pelo qual remete as informações solicitadas através do Requerimento de Informação formulado pelo Deputado João Fassarella, - De procedência interna - Ofícios encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão - Ofício nº 158/97, de 04 de agosto, do gabinete do Senador Onofre Quman, apresentando requerimento de licença para viagem ao exterior no período de 28 de julho a 15 de agosto, - Expediente datado de 12 de agosto, do gabinete do Senador Flaviano Melo, justificando ausência à reunião do dia 24 de julho. **ENCERRAMENTO:** Persistindo a inexistência de quorum regimental para apreciação das matérias constantes da ordem do dia, o Presidente encerrou os trabalhos, às dez horas e trinta e seis minutos, convocando reunião para o dia dezoito do corrente mês, às quinze horas, no mesmo local. Para constar, eu, Myrma Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador NEY SUASSUNA Presidente

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Verificada a inexistência de quorum regimental, vamos deixar em aberto a presente reunião a qual será dada continuidade na quinta-feira, pela manhã, às 10 horas

Está suspensa esta reunião

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das Pautas 10, 11 e 12

Apreciação das Atas das seguintes reuniões 4ª Reunião Ordinária realizada em 17 de julho, 3ª e 4ª Reuniões de Audiência Pública, realizadas em 8 e 15 de julho respectivamente, e 5ª Reunião Ordinária realizada em 24 de julho

Se houver concordância do Plenário, fica dispensada a leitura das Atas mencionadas, por terem sido distribuídas antecipadamente através das Pautas 10, 11 e 12 de 1997

Não havendo discussão, e conforme estabelecido na alínea "f", do art 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro aprovadas as Atas em questão

Avisos

Informo a designação do Deputado Aníbal Gomes como Relator do Projeto de Lei nº 12/97-CN,

Conforme o prazo estabelecido na Constituição, a Mensagem do Presidente da República encaminhando o Projeto de Lei Orçamentária para 1998 deverá ser enviada ao Congresso Nacional até o final do mês. Assim, comunico aos nobres Pares que, pelo segundo ano consecutivo, faremos a realização de Reuniões Regionais no mês de setembro, com o intuito de promovermos discussão do Orçamento em cada região. Peço aos Srs. Parlamentares que divulguem a realização dessas reuniões nos respectivos Estados e que enviem esforços para comparecerem a esses eventos promovidos pela Comissão. Informo também as Capitais que sediarão as reuniões, não sendo necessariamente nesta ordem: Região Nordeste, João Pessoa; Região Norte, Belém; Região Centro-Oeste, Goiânia; Região Sudeste, Belo Horizonte; Região Sul, Curitiba

Expediente.

Acuso o recebimento dos seguintes expedientes

De procedência externa

Em atendimento ao Ofício nº P-005/97, de 8 de julho, através do qual esta Presidência solicitou às Assembléias Legislativas cópia das Leis de Diretrizes Orçamentárias Estaduais recebemos ofícios da Assembléia Legislativa de Sergipe, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Mato Grosso do Sul, do Distrito Federal, do Amazonas, do Rio Grande do Sul, do Paraná, do Ceará

Resposta a requerimentos enviados pela Comissão

Aviso 476, de 3 de julho, procedente do Ministério dos Transportes, pelo qual remete informações solicitadas através de Requerimento de Informações formulado pelo Deputado João Fassarella

Correspondência de procedência interna.

Ofício nº 158/97, de 4 de agosto, do gabinete do Senador Onofre Quinan, apresentando requerimento de licença para viagem ao exterior no período de 28 de julho a 15 de agosto

Expediente datado de 12 de agosto, do gabinete do Senador Flaviano Melo, justificando a ausência à reunião do dia 24 de julho

Ordem do Dia

Como não temos quorum para a Ordem do Dia, convocamos nova reunião para a próxima terça-feira, às 15 horas

Lamentamos a falta de quorum, e até o próximo encontro nosso

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 19/08/97

SEXTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA QUINQUAGÉSIMA LEGISLATURA

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1997.

Aos dezanove dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas e vinte minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário número 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do seu titular, Senador NEY SUASSUNA. Compareceram à reunião os membros titulares, Deputados Adauto Pereira, Albenico Filho, Alexandre Ceranto, Aníbal Gomes, Aracely de Paula, Armando Abílio, Arnaldo Madeira - Primeiro Vice-Presidente, Augusto Nardes, Barbosa Neto, Basílio Villani, Betinho Rosado, Ceci Cunha, Cipriano Corrêa, Cleonânio Fonseca, Danilo de Castro, Etevalda Grassi de Menezes, Euler Ribeiro, Fernando Ribas Carlí, Flávio Palmier da Veiga, Francisco Rodrigues, Genésio Bernardino, Giovani Queiroz, Israel Pinheiro, João Coser, João Fassarella, João Leão, José Janene, José Rocha, Júlio César, Leônidas Cristino, Luís Barbosa, Luiz Braga, Márcio Renaldo Moreira, Marcus Vicente, Neuto de Conto, Odacir Klein, Osvaldo Coelho, Osvaldo Reis, Paulo Bernardo, Paulo Gouvêa, Paulo Rocha, Pedro Canedo, Pedro Novais, Pimentel Gomes, Roberto Balestra, Rodrigues Palma, Sarney Filho, Serafim Venzon, Sérgio Miranda e Silas Brasileiro; Senadores Antônio Carlos Valadares, Carlos Bezerra, Carlos Patrocínio, Eduardo Suplicy, Emandes Amorim, Jefferson Péres - Segundo Vice-Presidente, Jonas Pinheiro, José Ignácio Ferreira, Lúcio Alcântara, Marluce Pinto, Ney Suassuna - Presidente e Sebastião Rocha; os membros suplentes, Deputados B. Sá, Benedito de Lira, Euripedes Miranda, Gonzaga Patriota, João Ribeiro, Laura Carneiro, Sandro Mabel e Yeda Crusius, e o Senador Edison Lobão. Registrou-se a ausência dos membros titulares, Deputados Arlindo Chinaglia, Chico Vigilante, Felipe Mendes, Lídia Quinan, Oscar Goldoni, Paulo Lima, Pedro Henry, Roberto Rocha, Sérgio Guerra, Silvernani Santos, Udson Bandeira e Zé Gomes da Rocha, e Senadores Coutinho Jorge, Flaviano Melo,

Jáder Barbalho, José Bianco, Júlio Campos, Odacir Soares, Onofre Quinan, Regina Assumpção e Romero Jucá. Registrou-se, ainda, o comparecimento de parlamentares não integrantes da Comissão, a Deputada Maria Valadão e o Deputado Rubens Cosac. **ABERTURA:** Em virtude da inexistência de quorum regimental, o Presidente, Senador NEY SUASSUNA, suspendeu os trabalhos, marcando seu reinício para o dia vinte e um do mesmo mês. Às dez horas e vinte e seis minutos do dia marcado, havendo número regimental conforme o estipulado no inciso 3º do Artigo 32 do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente abriu a reunião, destinada à apreciação das Pautas nºs 10, 11, 12 e 13/97. Em seguida, anunciou a apreciação da Ata da Sexta Reunião Ordinária, realizada em 12 de agosto do ano em curso. Havendo concordância do Plenário, o Presidente dispensou a leitura da Ata, por ter sido distribuída antecipadamente através da Pauta nº 13/97. Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "j" do artigo 9º do Regulamento Interno desta Comissão, o Presidente declarou a Ata aprovada. **AVISOS:** 1) Designação de relatores aos seguintes Projetos de Lei do Congresso Nacional - Projeto de Lei nº 11/97: Deputado Basílio Villani; - Projeto de Lei nº 13/97: Senador Jefferson Péres; - Projeto de Lei nº 15/97: Deputado Barbosa Neto; - Projeto de Lei nº 16/97: Deputado Serafim Venzon; - Projeto de Lei nº 17/97: Deputado João Fassarella; - Projeto de Lei nº 18/97: Deputado Paulo Gouvêa; - Projeto de Lei nº 19/97: Deputado Francisco Rodrigues; - Projeto de Lei nº 20/97: Deputado Sérgio Miranda. 2) A apresentação do Parecer Prévio às Contas do Presidente da República para 1996 está agendada para o próximo dia 28 de agosto, às 10 horas, neste Plenário, com a presença do Relator do Tribunal de Contas da União, Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira. 3) Ratificando a informação divulgada na reunião anterior, o Presidente anunciou a realização de reuniões regionais no mês de setembro, com o intuito de viabilizar a discussão do Orçamento em cada região geográfica. Solicitou aos parlamentares que divulgassem a realização destas reuniões nos respectivos Estados e que enviassem esforços para comparecerem a estes eventos. Informou as capitais que sediarão as reuniões: - Região Nordeste: em João Pessoa - PB; - Região Norte: em Belém - PA; - Região Centro-Oeste: em Goiânia - GO; - Região Sudeste: em Belo Horizonte - MG; e - Região Sul: em Curitiba - PR. **EXPEDIENTE** - De procedência interna - Ofícios encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão - Ofício nº 97, de 14 de agosto, do gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares, encaminhando justificativa de falta à reunião do dia 14 de agosto; - Ofício nº 32, de 14 de agosto, do gabinete do Deputado Luís Barbosa, encaminhando justificativa de falta às reuniões dos dias 13 e 14 de agosto; - Ofício nº 166, de 14 de agosto, do gabinete do Deputado Roland Lavigne, justificando ausência aos trabalhos até o dia 28 do corrente mês. **ORDEM DO DIA: PAUTA Nº 10/97:** - Apresentação, discussão e votação do Parecer ao Projeto de Lei nº 07/97-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito - Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R\$ 621.948.858,00, para os fins que especifica" Relator: Deputado Israel Pinheiro. Voto Favorável, nos termos propostos no Projeto. O Relator fez a apresentação do seu Relatório. O Deputado Sérgio Miranda, ao discutir a matéria, informou que a lei não constava do avulso, requerendo o adiamento da apreciação para a próxima reunião. O Presidente informou que verificaria o avulso do processado, constatando, em seguida, que havia procedência na sua afirmação. O Deputado Sérgio Miranda sugeriu ao Relator que solicitasse a legislação à assessoria do Ministério da Fazenda, tendo recebido seu acolhimento. Em seguida, o Presidente passou à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, nas respectivas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **PAUTA Nº 11/97:** - Apresentação, discussão e votação das seguintes matérias: 1) Projeto de Lei nº 08/97-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, crédito especial até o limite de R\$ 401.492,00, para os fins que especifica" Relator: Senador José Bianco. Voto favorável, nos termos propostos no Projeto, sem alterações. Em virtude do relator encontrar-se licenciado de suas atividades na Câmara dos Deputados, o Senador Carlos Patrocínio foi designado relator "ad hoc". Não havendo debate, o Parecer foi colocado em votação, tendo sido aprovado por unanimidade, nas respectivas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Projeto de Lei nº 10/97-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 3.115.162,00, para os fins que especifica" Relator: Deputado José Rocha. Voto favorável, nos termos propostos no Projeto, sem alterações. O Relator fez a leitura do Parecer. Discutiram a matéria os Deputados João Coser, Arnaldo Madeira e Sérgio Miranda, tendo sido, este último, apoiado pelo Senador Lúcio Alcântara. Manifestaram-se favoravelmente os Deputados Giovanni Queiroz e João Leão. Os Deputados Armando Abílio e Sérgio Miranda pronunciaram-se favoravelmente quanto à sua aprovação, porém com restrições. O Deputado

Alcântara. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto, sem alterações. Iniciada a discussão, o Deputado Sérgio Miranda pronunciou-se contrariamente a discussão deste Projeto de Lei. O Deputado Basílio Villani propôs ao Relator que fizesse a leitura do seu voto, uma vez que o Parecer foi distribuído antecipadamente através da Pauta. O Relator teceu breves considerações acerca do Parecer. Abertos os debates, discutiram a matéria os Deputados João Fassarella, Giovanni Queiroz e Sérgio Miranda. O Deputado João Fassarella fez encaminhamento de votação ressaltando o método e não o mérito. Em votação, o Parecer foi **aprovado contra** os votos dos Deputados Giovanni Queiroz, João Fassarella, Sérgio Miranda e João Coser, na representação da Câmara dos Deputados, e, por unanimidade, no Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, às treze horas e trinta e cinco minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata.

Senador NEY SUASSUNA, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Informo também as capitais que sediarão as reuniões, não sendo necessariamente nessa ordem. Região Nordeste. João Pessoa. Região Norte. Belém. Região Centro-Oeste. Goiânia. Região Sudeste. Belo Horizonte. Região Sul. Curitiba.

Expediente Acuso o recebimento dos seguintes expedientes De procedência interna. Ofícios encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão, Ofício nº 27, do Senador Antônio Carlos Valadares, encaminhando justificativa de falta a reunião do dia 14 de agosto, Ofício nº 32, de 14 de agosto, do gabinete do Deputado Luis Barbosa, encaminhando justificativa às faltas as reuniões dos dias 13 e 14, Ofício nº 166, de 14 de agosto, do gabinete do Deputado Roland Lavigne, justificando a ausência aos trabalhos até o dia 28 do corrente mês

A Presidência retifica, nobre Senador Carlos Patrocínio, que no dia 24 de julho foi lido na reunião ordinária um ofício do Senador Hugo Napoleão dizendo que o representante do PFL no Senado Federal seria o Senador Francelino Pereira

Ordem do Dia Apresentação, discussão e votação do Parecer ao Projeto de Lei nº 07-CN, de 1997, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de operações oficiais de crédito — recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda —, crédito suplementar no valor de R\$621 948 858,00, para fins que especifica" O Relator e o nobre Deputado Israel Pinheiro Não se encontrando presente, passo ao parecer seguinte

Pauta nº 11 Apresentação, discussão e votação das seguintes matérias Projeto de Lei nº 08, de 1997, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, crédito especial até o limite de R\$401 492,00, para fins que especifica" Relator, nobre Senador José Bianco, que está de licença Por essa razão, pediria ao Senador Carlos Patrocínio que, por gentileza, o substituisse na leitura do parecer

O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - Pois não, Sr Presidente O parecer do eminente Senador José Bianco é favorável ao projeto de lei de abertura de crédito especial para o Estado-Maior das Forças Armadas, no valor de R\$401 492,00, para os fins que especifica Foi apresentada ao projeto de lei uma emenda do eminente Deputado Edinho Bez, do Paraná O parecer é contrário à emenda e favorável à mensagem tal qual veio do Poder Executivo

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em discussão o parecer do nobre Senador José Bianco, lido e apresentado aqui no plenário pelo Senador Carlos Patrocínio

Não havendo quem o queira discutir, em votação, Primeiramente, na Câmara dos Deputados Os Deputados que estão de acordo permaneçam como estão (Pausa) Aprovado Em votação no Senado Federal Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão (Pausa) Aprovado

Passamos ao item nº 2 da Pauta nº 11 Projeto de Lei nº 10/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$3 115 162,00, para os fins que especifica" Relator, Deputado José Rocha

Com a palavra o nobre Deputado,

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr Presidente e Srs Parlamentares, passo a proferir o relatório O Exmo Sr Presidente da República, com fulcro no art 61, § 1º, inciso II, letra "b", da Constituição Federal, com a Mensagem nº 394, de 1997, CN (nº 756/97, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$3 115 162,00, para atender à programação constante do anexo I

O pedido de crédito visa a suplementar a dotação do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, TRE-BA, objetivando agilizar a construção do seu edifício-sede Segundo a exposição de motivos que acompanha o projeto de lei, "a atual sede localiza-se em prédio alugado, sem as mínimas condições de funcionamento, segurança e higiene, tendo sido inclusive condenado pelo Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia em vistoria recente"

Os recursos necessários ao atendimento do pleito correrão à conta de remanejamentos e dotações da própria unidade orçamentária e do Projeto

Censo Agropecuário da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conforme consta da programação de cancelamentos dos Anexos II e III

Ao projeto de lei sob análise foi apresentada uma emenda de autoria do Deputado Edinho Bez, com o objetivo de alocar recursos para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Gravataí, Santa Catana

Esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - O relatório, portanto, é favorável Em discussão o relatório do nobre Deputado José Rocha

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente e Srs Parlamentares, li com atenção a mensagem e o relatório do nobre Deputado e faço alguns questionamentos, buscando esclarecimento sobre esse crédito

Tenho uma posição de princípio de que créditos para investimentos são sempre positivos Acho que o País precisa de mais investimentos Se observarmos a execução do Orçamento este ano, veremos que o grau de investimento é baixíssimo.

Chamam-nos a atenção nesse crédito duas questões primeira, na mensagem que o Poder Executivo envia ao Congresso para justificar o crédito, no § 3º, há uma citação explícita da importância da obra, tendo em vista a doação do terreno pelo Governo da Bahia, a elaboração do projeto arquitetônico pela Rede Sarah, que se propõe a executar a obra em condições extremamente favoráveis

Há uma explicação de que o projeto arquitetônico é semelhante ao do hospital construído pela Rede Sarah e o fornecimento das placas de concreto são consequência da aquisição pela Rede Sarah de uma fábrica antiga na Bahia, que era da Prefeitura.

Parece-me confuso que a Rede Sarah execute a obra A empreiteira que está executando a obra e a Rede Sarah? Existe vinculação entre a Rede Sarah e a construtora para fornecer as placas de concreto? Tudo bem, a Rede Sarah acabou de construir um hospital na Bahia Acho isso estranho, porque, inclusive, não está dentro das atribuições da Rede Sarah, estabelecidas em projeto de lei aprovado por esta Casa Manifesto essa preocupação no âmbito das curiosidades, apenas Seria importante que a Casa fosse esclarecida sobre isso

Mas quero chamar a atenção sobre o Orçamento em si Peguei um relatório, infelizmente ainda está chegando ao meu gabinete, sobre a execução do Poder Judiciário no que diz respeito a TREs e Justiça Eleitoral Fiquei perplexo, porque temos um grande trabalho aqui de discutir Orçamento, de sub-relatores, e apresentamos uma proposta, ouvimos os órgãos Todo esse trabalho vai por água abaixo na hora da execução do Orçamento Temos, então, na execução do Orçamento, algumas obras que são privilegiadas. Essa obra da Bahia é claramente privilegiada Ela recebeu no Orçamento 1 milhão e 500 mil reais, recebe um remanejamento de 800 mil reais, empenha 2 milhões e 300 mil reais, executa 100%, 2 milhões e 300 mil reais, e recebe um crédito extraordinário, um crédito suplementar de mais de 3 milhões de reais

Ora, Sr Presidente, esse crédito é cortado de onde? Cortam-se duzentos e poucos mil reais de dentro do órgão e 2 milhões e 800 mil reais do IBGE, do censo agropecuario Pergunto o censo agropecuario não existe mais? Qual é a opinião do IBGE? Esse censo foi cancelado? O setor do Congresso Nacional que trabalha com a agricultura acha correto esse cancelamento? Há uma justificativa técnica para esse cancelamento?

Sr Presidente, analisando a execução, olhando outros Estados, ficamos assim perturbados. No Estado de V.Exa, por exemplo, nobre e digno Presidente desta Comissão, qual foi a execução? Nos outros Estados todos o nível de execução é baixíssimo. É o caso de repetir a pergunta do poeta da década de 50, o nosso Dorival Caymmi "O que é que a Bahia tem?" Por que esse privilégio?

Sr Presidente, esta Casa, ao discutir essas questões, não pode abstrair-se do crédito global do Orçamento. Discutimos apenas o crédito para a

construção do TRE da Bahia é plenamente justificável. Ele está funcionando no Mercado Municipal, não tem condição alguma de funcionar lá. Tudo bem, aceito plenamente. Aqui, nesta Comissão, tenho sido um defensor dos investimentos. Porém, é inaceitável, para aqueles que se preocupam com a elaboração orçamentária, o desnível nas execuções, com o favorecimento dos apadrinhados que existem no Executivo, em razão do que as emendas dos Parlamentares não são executadas, ao passo que algumas outras o são, que algumas são superexecutadas.

Sr. Presidente, o que estamos fazendo aqui? Para que o trabalho de elaborarmos um orçamento, se o Executivo vota na LDO uma regra para que haja o mínimo de homogeneidade na execução orçamentária? Peço as seguintes explicações: primeira, por que a Rede Sarah se transformou em empreiteira? Não quero discutir a elaboração do projeto arquitetônico. Mas por que a Rede Sarah agora virou empreiteira? Segunda, existe um documento do IBGE cancelando o censo agropecuário para 1997? Terceira, quantos metros quadrados tem esse TRE? Um TRE que começa no Orçamento com 1 milhão e 500 mil reais — de acordo com o depoimento do Deputado João Coser, foi a proposta do TRE da Bahia, quando da elaboração do Orçamento — e, em quatro meses, já está em 5 milhões e 400 mil reais, enquanto que na quase totalidade dos outros projetos, nessa área, praticamente nada foi executado?

Peço essas explicações ao Sr. Relator. Esta Comissão merece respeito do Poder Executivo para receber essas informações com seriedade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - O Sr. Relator pretende ouvir, primeiro, o Senador Lúcio Alcântara?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Em seguida, V.Exa. terá a palavra.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA - O Deputado Sérgio Miranda fez algumas afirmações que me deixaram em dúvida. Peço, se possível, um esclarecimento. Primeiro, S.Exa. informa que com 100% de execução gastaram-se 2 milhões e 300 mil reais. Depois, S.Exa. diz que o projeto está sendo elaborado pela Rede Sarah. Então, como gastaram 2 milhões e 300 mil reais e ainda estão fazendo o projeto? Não entendi isso.

Em segundo lugar, conheço a Rede Sarah, o Hospital da Bahia, que tem, numa ampla área, uma fábrica de peças pré-moldadas. Todos os hospitais da Rede Sarah são construídos pela própria Rede Sarah, não há contrato com empreiteiras. Ela produz essas peças. É usado um sistema especial de construção desenvolvido por um grande arquiteto — alguns o consideram o maior arquiteto brasileiro —, que é o João Figueiras Lima, o "Lelé". Possivelmente, o que está acontecendo aqui é que a Rede Sarah desenvolverá o projeto, e a construção do TRE da Bahia se dará com base nessas peças pré-moldadas. O Deputado João Leão está dizendo que é vizinho à Rede Sarah. Então, se é vizinho, ainda há mais economia, porque a vizinhança facilitará não só o projeto, como a própria construção.

Quero esclarecimento sobre como foram executados os 100% com mais de 2 milhões e ainda estão fazendo o projeto. Realmente, não entendi.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, passo às mãos de V.Exa. o relatório da execução de obras de Tribunais Regionais Eleitorais. O TRE da Paraíba, que recebeu recursos maiores do que o TRE da Bahia, quando da aprovação do Orçamento, 1 milhão e 800 mil reais, infelizmente, nobre Senador, só executou 0,25%, executou 4 mil reais, dos 1 milhão e 800 mil reais que o Estado de V.Exa. recebeu; o TRE do Espírito Santo executou 1,28%; o TRE de Rondônia, 0%; o TRE de Sergipe, 1%; o TRE do Amapá, 0%; o TRE do Distrito Federal, 0%; e o TRE da Bahia, 100%.

Passo, portanto, a V.Exa., Sr. Presidente, esses dados que considero importantes, pelo menos para informação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, devo esclarecimentos ao ilustre Deputado Sérgio Miranda quanto à sua intervenção. Peço permissão ao Deputado Sérgio Miranda e aos demais Parlamentares desta Comissão para ler um relatório do Centro de Tecnologia da Rede Sarah, o CTRS, nos seguintes termos:

Sediado em Salvador, o Centro de Tecnologia da Rede Sarah, o CTRS, é um setor fundamental para a expansão e a consolidação da rede nacional de hospitais do aparelho locomotor. O CTRS é responsável pela integração das áreas de medicina, de arquitetura hospitalar e pela gestão de implantação de novas unidades da rede, abrangendo todos os seus planos: concepção arquitetônica, projetos, construção, instalação de equipamentos e formação de mão-de-obra operacional para o funcionamento do futuro hospital. Cabe ao CTRS, ainda, o planejamento e execução de obras adicionais ou de reformas requeridas pelas unidades já existentes. Organizado sob regime de administração direta, todos os trabalhos do CTRS são realizados a partir de uma tecnologia própria de construção industrializada desenvolvida pelo Arquiteto João Figueiras Lima, o Lelé, que reduz não só os prazos de execução como os custos das obras. O CTRS responde, também, pela área de projetos e produção de equipamentos hospitalares, através de suas oficinas localizadas em Salvador e em Brasília.

Em 1996 houve sensível modificação do perfil da atuação do CTRS, devido à drástica redução do plano de obras em decorrência dos cortes financeiros efetuados pelo Ministério da Saúde ao longo do segundo semestre. Em consequência, as principais mudanças estratégicas foram as seguintes: grande desmobilização de pessoal de obras, sobretudo em Fortaleza, em Belo Horizonte e em Salvador, reduzindo-se o quadro total de operários de 2.400 para 1.600; concentração dos recursos financeiros em obras de reforma e manutenção do Sarah/ Brasília, a fim de atender aos programas de treinamento de pessoal; aumento da produção de equipamentos e mobiliário para atender à implantação dos novos hospitais e manutenção da unidade Brasília; implantação de oficina de serralha fina, plástica, carpintaria, visando à diversificação do potencial industrial do CTRS. Além disso, o CTRS também firmou convênios com outras instituições públicas para a produção de prédios, instalações industrializadas, aproveitando o seu potencial ocioso. Os principais convênios foram os realizados com o Tribunal de Contas da União para a implantação das Secretarias Regionais de Salvador, Natal e Aracaju.

Quanto à construção, pelo Sarah, do Tribunal de Contas da União, também o Sarah publicou, no seu documento "Papel Fundamental na Difusão do Modelo Sarah de Saúde", uma carta do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Homero Santos, com o seguinte teor:

Sr. Presidente, dirijo-me a V.Sa para manifestar o reconhecimento deste Tribunal pelos excelentes resultados alcançados com a inclusão dos convênios firmados com

essa entidade que, através do seu Centro de Tecnologia da Rede Sarah, o CTRS, projetou e construiu as Secretarias Regionais de Controle Externo nos Estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe. A edificação em tempo recorde das sedes dessas secretarias, média de quatro meses, já inauguradas e em pleno funcionamento, representa importante realização do TCU. Graças a esses empreendimentos, foi-nos possível proporcionar às unidades de controle nos citados Estados instalações dignas, modernas, sóbrias e funcionais. É de destacar, sobretudo, a economicidade alcançada mediante refendos convênios. Os custos finais daquelas obras, comparativamente aos métodos convencionais da construção civil, resultaram em valores muito abaixo do mercado. Julgo oportuno ressaltar que tal cooperação está embasada no art. 9º da Lei nº 8.246, de 22 de outubro de 1991, que trata do contrato de gestão firmado entre a Associação das Pioneiras Sociais e a União e do qual o TCU é o competente órgão fiscalizador. Além disso, convém lembrar que essa colaboração está perfeitamente ajustada aos superiores objetivos do Tribunal de Contas da União, sempre empenhado na racionalização e uso dos dinheiros públicos — e seguem outras considerações. Assina o Presidente Homero Santos

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Nobre Deputado, V Exa. pode me dar um esclarecimento?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Pois não, Excelência.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Levantei a questão da Rede Sarah por curiosidade. Inclusive respeito o trabalho da Rede Sarah. Quem está construindo é a Rede Sarah?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Exatamente. O CTRS faz parte da Associação Pioneiras Sociais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Do serviço social autônomo, a Associação das Pioneiras Sociais?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - V Exa. está correto.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Então, quem está construindo é o CTRS?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Exatamente, e com tudo: mão-de-obra, todo o material.

Ilustre Deputado Sérgio Miranda, quanto às outras explicações que V Exa. me solicita em relação a metro quadrado e valor da obra, devo esclarecer que a área do terreno é de 19 mil e 15 metros quadrados; a área a ser construída será de 14 mil 104 metros quadrados. Dessa área, foi construído o equivalente a 46,43%. Falta concluir o equivalente a 53,57%. O valor do metro quadrado dessa obra está, mais ou menos, estimado em R\$412,30. O valor, em média, de construção na Bahia está em torno de 450 reais o metro quadrado.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA - Permita-me V Exa. um pedido de esclarecimento?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Pois não, Excelência.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA - A obra já está sendo executada pelo Centro de Tecnologia da Rede Sarah?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Exatamente. Já foram gastos na obra 2 milhões e 700 mil reais. Faltam pouco mais de 3 milhões de reais para a conclusão da obra, recurso que está sendo pleiteado nesse projeto. A obra abrange: bancadas, instalações, rede lógica, informática, cartório de capital, acessório, instalações necessárias, mobiliário, etc. Enfim, vão entregá-la completa.

Em síntese, se esse recurso não for liberado, teremos mais uma obra inacabada neste País, tenham certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Continua a matéria em discussão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Permita-me, ainda, nobre Deputado José Rocha, um último esclarecimento, sobre a questão do cancelamento. Qual é a opinião do IBGE? Foi cancelado o censo agropecuário para retirar 2 milhões e 800 mil?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sinceramente, não tenho condições de dar essa informação a V Exa.

Sr. Presidente, para concluir, peço aos Srs. Parlamentares apoio a esse nosso relatório e, em seguida, o voto favorável, por todas essas condições que aqui foram expostas, por ser uma obra que está sendo feita pela Rede Sarah. Trata-se de recursos para conclusão da obra. O custo é mais baixo, haja vista que o Sarah tem construído outras obras, como aqui foi citado, no Estado. Solicitaria a compreensão dos Srs. Parlamentares para aprovarmos projeto tão importante para o TRE do Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tem a palavra o nobre Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, apenas a título de informação, realmente, no processo de elaboração do Orçamento — e chegou aqui o Relator-Geral —, tivemos uma série de dificuldades. Uma delas foi na elaboração do orçamento dos Tribunais, do TST, do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Eleitoral. O Governo, através da Secretaria de Orçamento, não conseguiu fechar um orçamento com esses órgãos e encaminhou para cá valores fechados. Tivemos que fazer a distribuição na Comissão. Recebemos um primeiro documento desses Tribunais no qual os recursos que eles solicitavam eram superiores aos recursos que tínhamos à disposição. Solicitamos um novo documento, que nos foi encaminhado, e realmente o Estado da Bahia, no caso do TRE, tinha um milhão e meio. O que nos foi solicitado naquele momento, tanto pelos Parlamentares da Bahia como pelo Presidente do órgão, foi exatamente a manutenção daqueles recursos, manifestando preocupação por saber que faríamos um corte, como foi feito, de até 30% em várias destinações de recursos. No debate que tivemos com o Ministro e com os assessores do Tribunal Eleitoral, foi por eles dito que o Tribunal da Bahia era prioridade número zero do órgão, porque eles funcionavam em condições extremamente precárias.

Minha posição é menos pelo que se está gastando na Bahia e mais pelo que não se está aplicando nos outros Estados.

Portanto, acresço minhas reclamações às do Deputado Sérgio Miranda no sentido de que existe um tratamento, de fato, diferenciado, porque já estamos no segundo semestre e não chegamos à aplicação de 10% do Orçamento da União, e o nosso trabalho pode ser colocado, talvez, em uma caixa de lixo. Isso me preocupa muito. Essa obra, particularmente, está recebendo um tratamento extremamente diferenciado. Mas, só para efeito de informação, o órgão declarou naquele momento que era obra considerada prioridade deles e, portanto, devem estar correndo atrás de recursos para sua conclusão.

Gostaria apenas de fazer esse esclarecimento. As dificuldades de recursos não nos permitiram alocar os valores necessários para a conclusão das obras. Sabíamos que esses recursos alocados eram insuficientes. A partir daí, certamente, houve a pressão política, o trabalho feito pelos Parlamentares da Bahia e pelo Tribunal. Mas o cancelamento do censo agropecuario me preocupa muito. Precisariamos saber se houve e qual foi a justificativa para o cancelamento desse censo agropecuário. Isto porque poderemos estar comprometendo uma outra área importante, a da agricultura, em função dessa obra. Talvez se devesse fazer o remanejamento de recursos do próprio órgão.

Essas informações seriam importantes para votarmos com maior tranquilidade. Mas eu, particularmente, não vejo nenhuma objeção nem pela empresa

que está tocando a obra, nem pela alocação do recurso. Está caracterizado que é um tratamento extremamente diferenciado em função dos outros investimentos que têm que ser feitos e que foram também aprovados no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Continua em discussão.

Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, tenho a mesma preocupação dos companheiros. Colocamos, inclusive, uma emenda na LDO que garantia a liberação de recursos de forma a atender a Federação como um todo, ou seja, nenhuma liberação de recursos em obras similares poderia ser superior a 30%. O liberado para a Bahia não poderia ser superior em 30% ao liberado para Alagoas ou para o Pará. Mas esse princípio foi vetado na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nosso objetivo era exatamente o de não permitir distorções que levassem a procedimentos como esse no Estado da Bahia. Logicamente, pode ser um caso excepcional. Sabemos — V.Exa. acabou de dizer aqui — da precariedade do prédio onde está instalado hoje o Tribunal. Nesse caso, teremos que admitir que, realmente, devemos avançar.

A outra questão seria a do censo. A agropecuária é extremamente importante para o País, e é de onde se está subtraindo valor substancial. Oitenta por cento dos recursos estão sendo disponibilizados para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Apesar de tudo isso, gostaria de saber de V.Exa se os recursos que estão sendo propostos agora são suficientes para a conclusão da obra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - São suficientes.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Tudo bem. Pelo preço de 430 reais o metro quadrado, pergunto-me como ficam os companheiros que aprovaram obras superfaturadas, que ainda estão sendo construídas neste País, ao preço de 2.800 reais o metro quadrado, objeto de denúncia que à época fizemos nesta Casa. Como ficam os companheiros de São Paulo, às vezes ruborizados até por estarem vendo a construção de um prédio semelhante a esse, que já vem dotado de toda infra-estrutura de comunicação, de informática, de transmissão de dados, tudo montado, liberando dinheiro ainda para São Paulo para a construção de um prédio a 1.600 reais o metro quadrado? Quatro vezes mais caro do que o metro quadrado dessa obra do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia!

De forma que nós, da Oposição, que tínhamos preocupações com esses dados, com os esclarecimentos de V.Exa, não temos a fazer senão votar favoravelmente, até para estimular obras sérias, com preços sérios, com preços que respeitem o cidadão.

Eu, por exemplo, que vim para cá disposto a questionar muito mais ainda essa obra, já fiquei desarmado até pelo preço que V.Exa nos informa, porque de repente aqui se está aprovando recursos para uma obra pelo preço compatível com o do mercado. Que fique claro: 412 reais o metro quadrado.

Sr. Presidente, é importante registrar isto nesta Casa. Quando falamos sobre preços unitários de construção civil, de construção de estradas, sabemos, mais ou menos, o que estamos falando. Ninguém vem para cá fazer ilações infundadas ou por levianidade. Estamos aqui com seriedade. Quando falamos de preço de prédio público, em torno de quatrocentos a seiscentos, com uma tolerância maior para os prédios mais sofisticados, isso não se justifica em termos de prédio público, porque a suntuosidade agride a miséria brasileira.

Por isso, quero cumprimentar a Bahia por estar construindo os prédios por esse preço, esperando ainda que os companheiros votem favoravelmente, porque assim estaremos votando.

Apenas registro a preocupação com o censo agropecuário, mas destacando que oportunamente poderemos até suplementar. Cabe ao Governo, depois, essa definição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Deputado Armando Abílio

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, de antemão, quero formalizar o meu voto pela aprovação do projeto.

Mas quero deixar registrada a nossa preocupação no que diz respeito ao nosso Estado, a Paraíba. Ano passado conseguimos fazer um trabalho junto ao Sub-Relator, Deputado João Coser, e S.Exa, atendendo a nossa justificação, a nosso apelo, alocou 1 milhão e 800 mil reais para a construção do TRE da Paraíba. Votaremos, mas queremos deixar registrada a nossa preocupação, porque estão dando tratamento diferenciado às construções em nosso País.

Sr. Presidente, votarei a favor, mas fica registrada a nossa preocupação no que diz respeito a esse tratamento diferenciado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado João Leão

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, gostaria de dizer ao nobre Deputado Giovanni Queiroz que a diferença fundamental em função dessa obra é o sistema que é utilizado pela Rede Sarah.

O arquiteto Lele, juntamente com o Dr. Francisco, dirigente do Centro Tecnológico da Rede Sarah na Bahia, utilizam a tecnologia de pré-moldados em concreto, sem o acabamento suntuoso que se pode ver em alguns prédios que, às vezes, o Governo faz, no meu entender, erroneamente. Acho que o acabamento em concreto é excepcional.

Voto plenamente favorável ao relatório do Deputado José Rocha e gostaria que o TRE da Bahia, inclusive, se inspirasse na Rede Sarah, que as decisões do TRE da Bahia passassem a ser justas, sérias, honestas, instalando-se no novo prédio uma nova instituição, passando, portanto, o TRE da Bahia a ser uma nova instituição, que aí, tenho certeza, proferirá decisões sérias, honestas, como esse prédio que está sendo construído pela Rede Sarah.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado Paulo Bernardo

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, Srs. Congressistas, só quero passar para a Comissão algumas inquietações. Tenho acompanhado esse debate, prestei atenção aos argumentos do Relator e de alguns Parlamentares, como os Deputados Sérgio Miranda, João Coser e Giovanni Queiroz.

No entanto, Sr. Presidente, quero fazer algumas ponderações. tivemos, na votação do Orçamento para este ano, um affair bastante tumultuado com relação ao orçamento da Rede Sarah. Todo o mundo lembra que houve um problema, porque a Comissão votou contra a transferência do Sarah para o Ministério da Saúde, fomos vencidos, foi vetado pelo Presidente da República, e a Rede Sarah foi recolocada na órbita do Ministério da Saúde. Parece-me que foi um episódio interessante, porque o Sarah é emblemático. Houve uma discussão interessante sobre a privatização ou não privatização, transferência para a Fundação das Pioneiras Sociais, e este Congresso, desde 1991, debate o grau de autonomia que deve ser dado a uma entidade como ela, que é regida por contrato de gestão. Causa-me espanto que a Rede Sarah tenha uma construtora, um centro tecnológico para construir prédios não apenas para a Rede, mas para outros órgãos, como está ocorrendo agora no caso do TRE. Acho que deveríamos indagar, Sr. Presidente, quanto do Orçamento da União que vai para a Fundação das Pioneiras Sociais está sendo alocado para esse centro tecnológico. Pode ser, inclusive, algo com tecnologia comprovadamente positiva, pode ser que todos os argumentos aqui estejam corretos e os preços sejam excelentes, mas, certamente, esta não é a função de uma fundação a quem foi delegada a tarefa de cuidar de uma rede de hospitais e que tem um orçamento, votado aqui, grande, maior do que o que muitos Estados recebem do Sistema Único de Saúde.

Portanto, parece-me que esta Comissão tem a obrigação de também zelar pela aplicação desses recursos. Acho inusitado que o Sarah tenha a capacidade de desenvolver não apenas um projeto arquitetônico para construir um tribunal, mas que se proponha a tocar essa obra. Quero estabelecer essa discussão.

aqui; quero saber se votamos o orçamento da Rede Sarah para que construa o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia ou de qualquer outro Estado. Não entrarei no mérito. Parece-me que os argumentos são bastante eloquentes, até porque o prédio está sendo construído em boas condições, a um preço justo. Mas quero saber se é função da Rede Sarah fazer isso. Acho que essa questão é pertinente, Sr. Presidente, porque vivemos, nesta Casa, no Senado, no Congresso, um debate constante sobre o papel do Estado, sobre quanto deve ser a dotação dos órgãos públicos, a possibilidade de enxugar ou não a máquina do Estado. E aí temos uma rede de hospitais que tem uma construtora. Do jeito que vai, pelo que estou vendo, o Governo manda para cá uma mensagem dizendo que o hospital oferece condições excelentes, e daqui a pouco teremos uma megaempreiteira mascarada por uma rede de hospitais.

Sr. Presidente, gostaria de manifestar à Comissão esta minha inquietação. E, mais ainda, acho que deveríamos procurar saber se não há um desvio na aplicação dos recursos do Orçamento elaborado pelo Executivo e aprovado pelo Congresso. No mínimo, esta Comissão deveria designar uma subcomissão para verificar esse centro tecnológico ou pedir explicações à Fundação das Pioneiras Sociais, à Rede Sarah, porque, certamente, não é para isso que estamos votando o Orçamento para essa rede de hospitais. Não é essa a finalidade da Rede Sarah de Hospitais. Com toda sinceridade, acho que seria um absurdo que isso passasse debaixo das nossas vistas sem tomarmos alguma providência, sem fazermos o questionamento devido.

Portanto, Sr. Presidente, faço uma proposta de que o Presidente designe quatro, cinco membros para, em contato com a Rede Sarah, verificarem esse tal centro tecnológico, que pode virar uma megaempreiteira para a construção de prédios pelo Brasil inteiro, debaixo de nosso nariz, sem controle, sem que tenhamos votado dinheiro para essa finalidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Ao final da discussão, colocaremos em votação a proposta de V.Exa.

Com a palavra o nobre Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, gostaria de me somar à inquietude do Deputado Paulo Bernardo. Realmente, creio que o Tribunal Eleitoral da Bahia está tendo uma oportunidade rara de, pela proximidade das bases e oficinas do Sarah, utilizar a sua tecnologia e a sua metodologia. Mas é evidente que, no momento em que trazemos esse custo médio por metro quadrado — de que o Deputado Giovanni tanto gosta —, estamos com uma base deturpada, porque, naturalmente, esse centro tecnológico do Sarah está sendo subvencionado pela Rede Sarah, com recursos advindos da União. Não tenho dúvidas quanto a isso. Efetivamente, nesse custo, se é que ele está sendo subtraído do preço final para o Tribunal, realmente está caracterizado aí um desvio do processo preço/custo. No momento em que privatizamos tantas estatais e o Estado começa a se enxugar de tantas formas, desativamos tantos centros, no setor agrícola, no setor energético ou em outras áreas, até no setor de saúde e educação, vemos uma unidade desse porte prestar não eventualmente um serviço ao Tribunal Eleitoral, porém, pelo que foi lido e descrito, também é o Tribunal de Contas da União.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Deputado Márcio Reinaldo, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Eu gostaria de explicar o seguinte: o que está acontecendo na Bahia é que a construção do hospital da Rede Sarah foi feita há poucos dias, há cerca de um ano. Então, o que o Tribunal e a Rede Sarah estão aproveitando é uma fábrica de pré-moldados utilizada para a construção da Rede Sarah. Pelo fato de o terreno do Tribunal ser próximo ao terreno da fábrica

de pré-moldados da Rede Sarah, está sendo, logicamente e com toda a seriedade, no meu entender, utilizada uma fábrica que estava lá perdida, usando aquelas formas que foram feitas. Foi adequado o projeto ao projeto da Rede Sarah para o Tribunal. Louvo o Tribunal da Bahia no sentido de ter feito esse aproveitamento e realizar uma obra mais barata.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Tudo bem, Deputado João Leão. Concorde em parte com isso. Mas não é só o Tribunal da Bahia. Foi dito aqui o Tribunal de Contas da União de vários Estados: da Bahia, de Sergipe, etc.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não, Deputado Reinaldo, só para a Bahia, para o Tribunal de Contas da Bahia.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Só da Bahia?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Só.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Então, acho que realmente, mesmo que existam essas máquinas, existem também recursos humanos por trás disso que estão envolvidos dentro da folha Sarah, e os recursos para o Sarah estão saindo muitas vezes até com reclamos de vários segmentos. Sou um dos defensores da Rede Sarah. Acho que é um dos hospitais que merece todo o respeito da população brasileira. Vejo nisso um desvio de função. Acho que o Sarah precisa efetivamente, ou precisamos, deixar bem claro isso. O questionamento do Deputado Paulo Bernardo é altamente relevante, e esta Comissão precisa marcar pontos dessa natureza para que inclusive não tenhamos surpresas futuras.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Acho que é uma contribuição, Deputado. É uma contribuição que a Rede Sarah está dando a Bahia numa construção, porque a fábrica está lá.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Bem, de qualquer forma, gostaria de deixar registrada essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Deputado Arnaldo Madeira.

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, estou acompanhando atentamente os debates e queria prestar alguns esclarecimentos. Primeiro, é preciso ter claro que, quando aprovamos o Orçamento para 1997 — e disto todos os Srs. Parlamentares se lembram —, havia embutida uma estimativa de inflação da ordem de 10,5% para o período. Esta inflação não se confirmou. Estamos hoje com uma estimativa de inflação da ordem de 6 a 6,5%. Portanto, temos aí, do ponto de vista da estimativa de receita, uma perda por conta da estimativa inflacionária da ordem de cerca de quatro pontos percentuais.

O Executivo está procurando ajustar os seus gastos de maneira a adequar os gastos à receita que efetivamente ficará disponível ao final desse exercício. A questão do IBGE se enquadra exatamente nesse processo de preocupação com a economia de gastos.

O censo agropecuario, em verdade, foi realizado no ano passado, e a verba que estava inserida no Orçamento para este exercício era para ações complementares do próprio censo agropecuario. O Executivo, nas conversas internas sobre economia de recursos, discutindo com o órgão, verificou inclusive que algumas das ações complementares previstas em relação ao censo agropecuario tinham sido antecipadas no ano anterior. Daí a disponibilidade desses recursos. Os vários órgãos do Governo estão fazendo o esforço nas suas atividades, no sentido da contenção de despesas para que tenhamos o equilíbrio orçamentário.

Então, o contingenciamento, de cerca de 4 bilhões, exatamente corresponde ao excesso de estimativa de receita, algo da ordem de 3 bilhões para atividade, custo, e cerca de 1 bilhão para a área de investimentos. Este é o quadro, e não há nenhum prejuízo para o censo agropecuario na definição, então, desta verba para o terreno da Bahia. No mais, acho que o assunto já foi suficientemente discutido, o Relator e outros Deputados expuseram bem a questão das condições absolutamente precárias do terreno da Bahia.

Quanto à distribuição de recursos ao longo do ano para diferentes atividades e investimentos, há processos de trabalho diferentes mesmo. Alguns são mais ágeis, outros são mais lentos. É impossível termos um Orçamento aplicado *linearmente*, na medida em que sabemos que há eficiências e problemas diversos na execução de cada projeto e de cada atividade.

Eram esses, Sr. Presidente, os esclarecimentos que queria prestar, já que, em relação à necessidade da obra, não há nenhuma dúvida aparentemente por parte daqueles que expuseram anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Encerrada a discussão, passamos a votação.

Primeiramente, na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, apenas quero orientar a bancada do Bloco. Vamos votar a favor do crédito, mas queremos que fique bem marcada a nossa posição de crítica, a falta de homogeneidade na execução orçamentária. Esperamos contar, também, com esse protesto, que já foi feito pelo Deputado Armando Abílio, da Paraíba. O seu TRE recebeu uma dotação de 1 milhão e 800 mil, executou apenas 0,25%.

Chamamos a atenção para o fato de que os Deputados e Senadores de Goiás receberam a dotação de 3 milhões e 550 mil e apenas executaram 20%.

Marcando nosso protesto, votamos a favor desse crédito suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente, também o meu voto é a favor, mas quero deixar registrada em ata a minha inquietação e a minha preocupação no que diz respeito ao tratamento dado pelo Poder Executivo no que diz respeito ao TRE da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Aprovado o projeto, passamos ao item 3.

Requerimento de autoria do Senador Jefferson Peres, pelo qual, na qualidade de Relator, solicita a prorrogação, por sessenta dias, do prazo para apresentação do parecer as contas do Presidente da República relativas ao exercício financeiro de 1996.

Passo a palavra ao nobre Relator para defesa do seu requerimento. (Pausa.)

O Senador Jefferson Peres se ausentou, mas, não sendo um assunto problemático, pediria a todos que concordassem.

Então, em votação o requerimento.

Os que estiverem de acordo na Câmara permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Os que estiverem de acordo no Senado permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao item 4, da nossa Comissão, sobre as modificações a serem realizadas em seu Regulamento Interno, com vistas a compatibilizá-lo com as disposições da Resolução nº 02, de 1995, e com as necessidades operacionais da Comissão e de suas Subcomissões. O Relator é o Deputado João Fassarella.

Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, com a incumbência de relatar esse Regulamento, digo que ele obedeceu, primeiro, a necessidade de se ajustar um novo regulamento da Comissão de Orçamento às normas estabelecidas pela Resolução nº 02.

Gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados e Senadores, em primeiro lugar, para o fato de que nesse ajuste não foram introduzidas mudanças significativas quanto ao conteúdo do Regulamento. Havia um Regulamento anterior que não se ajustava perfeitamente ao que estabelecia a Resolução nº 02. Então, como norma geral, ele se restringiu a adaptação simples do texto às normas da Resolução.

Como método, foi elaborada uma versão preliminar distribuída a todos os Srs. Deputados e Senadores membros da Comissão. Foram colhidas sugestões, quase todas elas acatadas, que deram origem ao relatório.

O novo Regulamento é apresentado de forma que seja possível a cada Parlamentar identificar, pelo negrito ou pela redação tracejada, as alterações, qual era a redação original e quais eram as alterações que estão sendo postas.

Não vamos fazer a leitura inteira do relatório. Vamo-nos limitar a destacar alguns aspectos que nos parecem importantes.

Antes disso, não poderia deixar de externar primeiro a grande contribuição que diversos Parlamentares nos deram, em especial agradecer a participação ativa e dedicada a Assessoria da Casa, em especial ao Sanches, que, de uma maneira artesanal e até minuciosa, pôde fazer esse cotejamento entre a Resolução nº 02 e o Regulamento que está sendo proposto.

A principal alteração feita é em relação ao art. 5º, em que se permite a permanência de Parlamentares na Comissão por mais de um período, o que era negado pelo Regulamento anterior e era permitido pela Resolução nº 02. Em seguida, a definição mais clara, através do art. 5º, § 3º, do art. 7º, sobre o mandato da Comissão, deixando mais claras as formas de instalação e o início e o término de cada Comissão anual.

A explicitação, no inciso III do art. 16, "Das Competências das Subcomissões", se dá de forma mais clara, de forma a explicitar melhor os poderes da Comissão, no sentido de acompanhar e fiscalizar a área de execução orçamentária, o que se justifica pelo fato de ter se extinguido a Subcomissão de Fiscalização, transferindo, portanto, essas atribuições a cada Subcomissão temática.

O art. 19 da melhor caracterização aos Relatores adjuntos, os arts. 18º e 20 estabelecem normas mais claras para designação dos Relatores, setoriais e adjuntos. Os arts. 21 a 28, "Da Estrutura e Controle Mínimo dos Relatórios e dos Pareceres", deixaram isso claro. O art. 31 normatiza melhor a elaboração e a apreciação do parecer preliminar. Os arts. 44, § 2º, e 49 referem-se às normas sobre as emendas, correção de erros e omissões nas estimativas de receita, consoante o que já estabelece a Resolução nº 2.

As demais alterações visam apenas a ajustar o regulamento às normas, ou constitucionais, ou do Regimento Comum, tanto da Câmara quanto do Senado, e, por último, algumas alterações apenas quanto ao ordenamento do Regulamento, sem mudança de conteúdo, alterando a ordem de alguns capítulos e artigos.

Algumas mudanças mais profundas que considerávamos necessárias não poderiam ser feitas devido ao limite estabelecido para a própria Resolução nº 2, que deveria servir de parâmetro, mas são indicadas, ao final, algumas sugestões de mudanças, e aí elas não estão incorporadas ao relatório, pelo fato de exigirem mudanças na Resolução nº 2.

Este é, Sr. Presidente, o conteúdo do relatório que apresentamos à apreciação, pedindo apoio para a sua aprovação aos Srs. Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em discussão o relatório do Deputado João Fassarella.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação, inicialmente na Câmara.

Os Srs Deputados que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs Senadores que estão de acordo permaneçam como estão (Pausa)

Aprovado

Passamos ao item nº 1 da Pauta nº 12

Projeto de Lei nº 9/97-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Amazônia Legal, crédito especial até o limite de R\$10 623 202,00, para fins que especifica"

Com a palavra o nobre Deputado Armando Abílio

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr Presidente, como não houve alteração, eu pediria a V Exa para ler só o voto do Relator.

O voto do Relator é do seguinte teor

O exame da proposição quanto a sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 9 293, de 15 de julho de 1996 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), a percepção deste Relator é de que as modificações pretendidas por esse crédito adicional não contrariam as vedações expressas em tal Lei

Constatou-se, igualmente, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária

Quanto às emendas apresentadas, Sr Presidente, foram no total de 164.

Quanto às emendas apresentadas, em que pese ao mérito e à relevância dessas proposições, decidi pela rejeição das mesmas. O montante de recursos objeto do crédito, cujas fontes de recursos são compatíveis com a nova programação proposta pelos Parlamentares, é muito inferior ao necessário para o atendimento das solicitações. Além disso, esses recursos estão comprometidos com programações aprovadas na Lei Orçamentária e destinam-se à manutenção e à operação de perímetros de irrigação nos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará. O crédito decorreu da necessidade de ajustes entre grupos de natureza da despesa, não se tratando, portanto, de recursos adicionais.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 9, de 1997, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das emendas apresentadas.

Este é o voto, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em discussão o voto do nobre Deputado Armando Abílio

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, o Executivo não perde a mania de mandar, na mesma mensagem, no mesmo projeto, créditos para diferentes órgãos, o que faz com que tenhamos dificuldade em fazer um voto consciente e de forma separada.

Tenho algumas questões para tratar com o Relator. A primeira é uma questão mais geral. O Executivo está financiando, desestatizando todo o sistema

ferroviário nacional, e voltamos ao debate do processo de desestatização. Aqui se pede uma autorização para a emissão de 8 milhões, 246 mil e 202 reais de títulos do Tesouro para pagar juros e encargos, em função do processo de privatização da Rede Ferroviária Federal.

Mais uma vez, o Tesouro fica com a banda podre e privatiza o setor rentável. Os custos dessas privatizações, nobre Presidente, são cada vez mais altos. Recentemente, ao se analisar o encerramento das atividades da SIDERBRÁS, observamos que esta empresa ficou com um mico nas mãos de 15 bilhões de reais! Este mico é do Estado, e as empresas que foram privatizadas estão agora rendendo um lucro fabuloso em função desse processo.

Feita essa ressalva em relação a questão do Ministério dos Transportes, pergunto ao nobre Relator qual a explicação para o crédito para o Ministério do Meio Ambiente. O que o Governo faz? Em alguns perímetros de irrigação, ele retira recursos de custeio e passa para investimento, em outros, ele tira de investimento e passa para custeio. Por que isto? Qual a explicação que o Relator nos dá para essa alteração de grupo de natureza de despesa? É uma curiosidade salutar, porque isso diz respeito à própria aprovação do Orçamento nesta Casa, em que essas questões são muito debatidas, e quando chega ao Executivo, há essas alterações sem explicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Sr Relator.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr Parlamentar Sérgio Miranda, tivemos exatamente essa preocupação, até mesmo estivemos no Ministério do Meio Ambiente levantando algumas questões. No Ministério, exatamente nos foi feita a afirmação de que seria só para fazer algumas acomodações. Então, baseados nesse fato, apresentamos o nosso voto sem alteração.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Posso fazer uma pergunta, nobre Relator?

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Pois não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Por exemplo, todos esses perímetros de irrigação no Piauí, no Maranhão e no Ceará, esses projetos de irrigação não precisam mais de investimentos?

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Já estão sendo executados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Já estão prontos?

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sim, já estão prontos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Os Deputados concordam? Então, já estou alertando os Deputados: se vier mais investimento para esse período de irrigação no Orçamento de 1997, será recusado pela Comissão Mista.

Quero frisar mais uma vez os Deputados e Senadores do Ceará, do Piauí e do Maranhão estão aceitando retirar verbas de investimentos do perímetro de irrigação Jaguaribe-Apodi, do perímetro do Piauí, tabuleiros litorâneos, Platô de Guadalupe, Baixada Ocidental Maranhense? Se concordam que se retirem investimentos para pôr em custeio, não precisam mais de investimentos para o Orçamento de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA - Sr Presidente, temos que dar um crédito à administração do Poder Executivo. Se ele está fazendo esse remanejamento, e porque é da conveniência da administração. Imagino que o Relator, o Deputado Armando Abílio, teve a cautela, o cuidado de consultar o Ministério. Portanto, não é uma questão de optar por uma ou por outra. Se o Ministério está fazendo esse remanejamento, é porque há necessidade, em alguns casos, é de investimentos, em outros, é de custeio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em discussão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - E as vezes, meu caro Senador, em determinada obra, se não se está precisando daquele recurso imediato, pode ser utilizada aquela dotação orçamentária para outra obra. Não vejo nada de mais nisso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Deputado Sarney Filho

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, confesso que, pela enorme carga de trabalho que temos na Câmara, as vezes deixamos passar uma matéria que, de certa forma, é importante para o nosso Estado. De certa forma, não é importante. Embora o volume de recursos seja muito aquém da necessidade, e importante.

Portanto, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Deputado Sérgio Miranda por ter-nos alertado a respeito disso. Eu, como representante do Estado do Maranhão, não posso votar a favor desse parecer, sem que receba explicações condizentes por parte do Ministério. É bem verdade que estou falando em nome próprio.

Mas quero também fazer um alerta aos companheiros de outros Estados dos quais estão sendo retirados recursos. É muito estranho estarem sendo retirados recursos para irrigação de um Estado do Nordeste. Não tenho conhecimento desse assunto. Vou-me aprofundar, no entanto. Peço a V. Exa. e ao Relator que, se for possível, o retiremos de pauta por uma sessão. Mas, se a matéria for a votação, o meu voto será contra, e o meu apelo aos companheiros é de que votem contra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Deputado Sarney Filho, o problema não é retirar do Nordeste.

Inclusive, fica no Maranhão também. O que existe é que se retira de investimento para custeio. Então, se não se precisa mais de investimentos, se já acabaram as obras, é só o custeio que tem necessidade de recursos, tudo bem, é a opinião do Ministério. Mas que não se venha no próximo ano fazer novos investimentos, se os estão cancelando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Deputado Israel Pinheiro.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Com todo o carinho que tenho pelo eminente Deputado Sérgio Miranda, S. Exa. está querendo ser executivo, nós somos legislativos. Vamos aprovar o parlamentarismo, aí poderemos ter o gabinete, etc. O Deputado está-se imiscuindo na Administração Pública, quer decidir, sem conhecimento nenhum, que o Ministério do Meio Ambiente está gastando, retirando, passando investimento para custeio. Deputado, não se pode decidir isto aqui, sem conhecer a fundo a parte do Executivo, isso deixa muito mal a Comissão de Orçamento. Às vezes, o projeto não tem orçamento aprovado, e pode haver dificuldades administrativas. O Governo faz muito bem em cancelar uma rubrica e passar para outra, e V. Exa. o está criticando sem saber. Eu reclamo. Sou favorável às críticas, mas se tem de criticar com os dados. É necessário chamar-se o Ministro, o Diretor, senão fica muito exótico para a Comissão de Orçamento entrar na parte executiva do Governo.

É o apelo que faço ao eminente Deputado Sérgio Miranda, que em muito está contribuindo para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Mas é preciso haver limites, senão passaremos por levianos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Com todo o prazer.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Ora, nobre Deputado, V. Exa. está sendo contraditório. Estamos votando isso. Se não nos podemos imiscuir, por que vamos votar? Estamos votando uma transferência de recursos.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - V. Exa. não entendeu o que eu disse. Quando eu disse "imiscuir", foi no sentido de saber o porquê de o Governo estar tomando essa medida, as razões técnicas dele. V. Exa. está discutindo

o operacional. Indago sobre as razões de mérito por que o Governo propôs essa mudança? V. Exa. não sabe responder.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Concorde com a proposta do Deputado Sarney Filho de retirarmos o assunto de pauta, para que o Executivo o esclareça.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Deputado Basílio Villani.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, parece-me que a questão é bastante simples. É evidente que nós, da Comissão, não podemos interferir no sentido do Governo. Qual foi nossa interferência, no sentido de um estudo? A nomeação de um Deputado competente para Relator, que é o Deputado Armando Abílio. S. Exa., representando-nos junto aos organismos do Executivo, manteve contatos, obteve os esclarecimentos necessários e os colocou muito bem em seu relatório.

Em razão disso, acho que não existe a menor dúvida. Acompanho o Relator. Estou satisfeito com os esclarecimentos dados pelo representante da Comissão, no caso o Deputado Armando Abílio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente, atendendo inclusive ao pleito do Deputado Sarney Filho, peço a retirada de pauta desse projeto, para que tenhamos condição de aprofundar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Retirado de pauta, a pedido do Relator, o Projeto de Lei nº 09.

Passemos ao Projeto de Lei nº 12, que "autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor global de R\$105 373 700,00, para os fins que especifica".

Com a palavra o Deputado Aníbal Gomes.

O SR. DEPUTADO ANÍBAL GOMES - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores.

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 12, de 1997 - CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor global de R\$105 373 700,00, para os fins que especifica".

RELATÓRIO

O Senhor Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, e através da Mensagem nº 417, de 1997, do Congresso Nacional — nº 818/97 na origem —, submete a apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$105 373 700,00, para os fins que especifica".

A exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento informa inicialmente que o montante global supracitado destina-se aos órgãos abaixo discriminados:

a) Ministério dos Transportes:

- a 1) Fundo da Mannha Mercante -R\$86 383 500,00,
 a 2) Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - R\$966 817,00,
 b) Ministério de Minas e Energia
 b 1) Departamento Nacional de Produção Mineral - R\$12 947 500,00,
 b 2) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - R\$3 353.317,00; -
 c) Ministério da Ciência e Tecnologia - R\$1 722 566,00;
 Total R\$105 373 700,00

No Ministério dos Transportes, serão suplementadas dotações do Fundo da Mannha Mercante, destinadas ao financiamento de grandes comboios fluviais, a serem empregados nas hidrovias dos Rios Araguaia, Tocantins e Madeira, ao financiamento de embarcações para exportação, e a capacitação tecnológica dos estaleiros nacionais. Já o crédito em favor da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A —TRENSURB— destina-se a despesas com assistência médica e odontológica aos servidores.

Esclarece a exposição de motivos que os recursos, necessários ao atendimento do pleito do Ministério dos Transportes, decorrerão da anulação parcial de dotações, originalmente destinadas ao financiamento de embarcações para navegação marítima no Fundo da Mannha Mercante e a manutenção e operação do sistema de transporte ferroviário metropolitano de passageiros de Porto Alegre, na TRENSURB.

No âmbito do Ministério de Minas e Energia, informa a exposição de motivos que o crédito em favor do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, destina-se ao atendimento de despesas com manutenção da própria unidade; à quitação de passivo contratual referente a serviços prestados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, CPRM, o custeio das Delegacias Regionais, o aumento do controle e da fiscalização da exploração mineral, a intensificação da prospecção mineral e da avaliação de depósitos minerais e o desenvolvimento e a adaptação de tecnologias mais apropriadas a exploração mineral. Esclarece, ainda, que as despesas serão atendidas com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados.

A exposição de motivos supracitada informa também que o crédito solicitado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia objetiva incorporar ao Orçamento vigente os excessos de arrecadação de recursos diretamente arrecadados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE. Tais recursos serão destinados à manutenção dos serviços de administração do INPE e do CNPq, ao desenvolvimento e manutenção de pesquisas de diversos institutos e a manutenção das linhas de comunicação utilizadas pela Rede Nacional de Pesquisas.

Foram apresentadas duas emendas ao projeto de lei em exame pelos Senadores Jonas Pinheiro (nº 00001) e Júlio Campos (nº 00002).

E o relatório

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Relatório favorável do Deputado Aníbal Gomes

Em discussão (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passa-se a votação

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs Deputados que aprovam permaneçam como estão

(Pausa)

Aprovado

Em votação no Senado Federal

Os Srs Senadores que aprovam permaneçam como estão

(Pausa)

Aprovado o projeto do Deputado Aníbal Gomes

Passamos ao Projeto nº 07/97, da Pauta 10, que "autoniza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de operações oficiais de crédito — recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda —, crédito suplementar no valor de R\$621 948 858,00, para os fins que especifica".

Concedo a palavra ao Deputado Israel Pinheiro

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr Presidente, Srs Deputados, Srs Senadores, o projeto procura abrir crédito suplementar para atender às despesas relativas a compromissos com pagamento de principal e juros de contratos que a União fez com os Estados e Municípios.

Como foi subestimada a receita, o Governo houve por bem, por impositivo legal, enviar ao Congresso Nacional pedido de autorização para abrir o crédito suplementar necessário a fazer os pagamentos devidos às entidades financeiras que adquiriram os títulos dos Estados e Municípios. A explicação aqui está muito clara. Não lerei o relatório, pois já foi divulgado e distribuído. O resumo e o seguinte há um excesso de arrecadação de 621 milhões. O Governo precisa da aprovação congressual para fazer o pagamento devido aos bancos e entidades financeiras, que estão com esses títulos em carteira.

Somos favoráveis

Esse é nosso parecer

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em discussão

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr Presidente, peço a palavra pela ordem, para discutir

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em discussão o projeto

Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Miranda

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr Presidente, eu levantaria uma questão preliminar. No avulso desse projeto, não consta a legislação citada, a Lei nº 8 727, de 5 de novembro de 1993, que justifica a negociação da dívida contratual de Estados, fruto da qual redundou esse excesso de arrecadação.

Queria fazer esse comentário e discutir o projeto. Em primeiro lugar, chama-nos a atenção o fato de que esse é o segundo erro. Quando o Executivo erra duas vezes num mesmo problema, fico desconfiado de que não seja propriamente um erro. Já no ano passado, eles também esqueceram dessa receita e enviaram para cá um crédito de 936 milhões. Neste ano, também esqueceram essa receita. Dizem que se esqueceram.

E de onde vem essa receita? Ai deparamos com a crise dos Estados. O Executivo fez essa negociação da dívida contratual. Não tive conhecimento das condições dessa renegociação, mas fico perplexo, porque o Executivo dos Estados e Municípios já previu o recebimento de 2 bilhões e 937 milhões. Com esse crédito, receberá 4 bilhões de reais. Apenas porque há um diferencial de juros, não foi computado, quando do envio do projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional, o total das taxas de juros que deveriam ser pagas pelos Estados e Municípios, nem foi avaliado o que eles chamam de carência parcial.

Ora, Sr. Presidente, é de espantar que Estados e Municípios, além da renegociação da dívida — que vamos discutir —, já estejam pagando 4 bilhões de reais em renegociação antiga. Discute-se a capacidade de pagamento desses Estados. Não tenho conhecimento — porque, inclusive, não a solicitei antes — de que, se o Relator sabe desses 4 bilhões e 256 milhões recebidos pelo Executivo de Estados e Municípios, qual a parcela correspondente a cada Estado. Com quanto Minas Gerais contribuiu dentro desse montante de 4 bilhões? Sera que houve uma avaliação conjunta desse projeto com o projeto de renegociação da dívida que discutisse a capacidade de pagamento, por Estados e Municípios, desses montantes cada vez mais vultuosos?

Eram essas as observações que queria fazer

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos passar a votação

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para responder ao eminente Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra V. Exa.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - O que não tem resposta passa por verdade

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Eu não falei alguma verdade?

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Não. Falou meia verdade. V. Exa. tem razão em dizer que o Governo errou. Devemos evitar que o Governo cometa erros. V. Exa. tem toda a razão. A Presidência da Comissão deveria até reclamar a SEPLAN, ao Ministério da Fazenda, no sentido de que não cometam mais esse erro. Nisto V. Exa. tem toda a razão. Mas, a medida que V. Exa. quer entrar na parte político-partidária, querendo questionar minha fidelidade a Minas Gerais, sabendo quanto Minas já pagou desses 4 bilhões, aí diz meia verdade. Por quê? Porque o Governo Federal fez um favor aos Estados e Municípios, incapacitados de pagar suas dívidas internas com essa lei. Os Estados e Municípios emitiram títulos a mais e, depois, não tiveram capacidade de pagar. Isto faz parte do vitorioso Plano Real. Com o Plano Real, foi aprovada a encampação das dívidas estaduais e municipais pelo Governo Federal. V. Exa. deveria agradecer a Deus, porque o Governo Federal recomprou todas as dívidas dos Estados e Municípios. Mas V. Exa., ao contrário, critica.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Não. Deixe-me terminar. V. Exa. não sabe o que está dizendo. Isso aqui é uma beleza! Está ajudando os Estados e Municípios! O Governo errou no cálculo dos juros da amortização. Está entrando mais do que o Governo calculou.

Eminente Deputado Sérgio Miranda, V. Exa. defende que não devemos utilizar o orçamento fiscal para pagar a rolagem da dívida. Esse dinheiro está aí para a rolagem da dívida.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Deputado Israel Pinheiro, V. Exa. me permite um aparte.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - federal. É preciso que fique bem claro: rolagem da dívida federal.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Deputado Israel Pinheiro, V. Exa. me permite um aparte.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - A meia verdade é muito desagradável.

(Não identificado) - Sr. Presidente, quero dizer ao Deputado Israel Pinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Somente o nobre Deputado Israel Pinheiro poderá conceder ou não o aparte.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - A verdade é irrefutável. Concedo um aparte ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - A meia verdade também foi dita agora, porque o Deputado disse que tem de agradecer a Deus porque a União está resgatando as dívidas dos Estados e Municípios, que já não têm capacidade de sanear, de pagar seus juros.

Mas quem gerou essa dívida desgraçada e miserável para os Estados e Municípios foi o próprio Governo com a política de juros altos.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Deputado, V. Exa. está totalmente enganado. A rolagem foi de 1993.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Deputado, garanta-me o aparte.

(Apartes paralelos, ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - A Presidência solicita aos Srs. Parlamentares que fale um por vez.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Não fosse o Governo Federal, o Estado do Pará estaria falido. Como V. Exa. está coligado com o PSDB, dê graças a Deus, senão o Governador Almir Gabriel estaria de joelhos, implorando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Deputado Israel Pinheiro, V. Exa. concedeu um aparte.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Quero abordar duas questões em primeiro lugar, o Estado do Pará deve 233 milhões de dólares. O Fundo de Estabilização Fiscal, que o Governo que está aí saqueou do Estado do Pará, representa 187 milhões.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Ele não tirou, mas deixou de dar.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Deixar de dar não é tirar?

(Apartes paralelos, ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - A Presidência solicita aos Srs. Parlamentares que fale um por vez.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, solicito um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Segundo o Regimento, não há aparte. Seria melhor que o Deputado Sérgio Miranda se inscrevesse para falar, bem como o Deputado Giovanni Queiroz. Dessa forma, cada um faria uso da palavra por vez.

Encerrada a intervenção do Deputado Israel Pinheiro, concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz. Como o Deputado Giovanni Queiroz não quis fazer uso da palavra, concedo-a ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, levanto uma questão de ordem anterior. Se do avulso não consta a lei citada, de número 8.727, de 5 de novembro de 1993 — e' requereiro a V. Exa. que complete essa informação para que possamos votar de forma clara e evidente —, proponho que se renove o avulso e que deixemos essa matéria para a próxima sessão. Esta é uma questão de ordem que levanto a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Mandamos buscar o processo para conferir se o avulso está incluído.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para esclarecer ao Deputado Israel Pinheiro, que está com a sensibilidade a flor da pele, que não fiz nenhuma alusão a sua relação com Minas Gerais. Sei que V. Exa. é um Deputado que tem tradicionais e históricas ligações com o Estado de Minas.

O que me chama a atenção, Sr. Presidente, são essas dívidas contratuais. Tive uma informação, divulgada pela imprensa, de que, em 1991, a Prefeitura de Belo Horizonte, sob a administração do atual Governador do Estado,

Eduardo Azeredo, fez uma dívida com o CREDIREAL, no final daquele ano, no último ano, cujas condições de pagamento eram a TR mais 5% de juros ao mês!

Sr. Presidente, vou concluir meu raciocínio. Por essa dívida, que era de quinze milhões de reais, já foram pagos, até 1997, mais de trinta milhões de reais e ainda são devidos cerca de cinquenta milhões. Já foram feitas, posteriormente, pelo novo Prefeito, Patrus Ananias, várias renegociações desses juros. Muitas dessas dívidas contratuais, que estão penalizando Estados e Municípios — e tomo como exemplo essa dívida da Capital de Minas Gerais, Belo Horizonte —, são feitas com juros extorsivos.

Fico surpreso, Sr. Presidente, em saber que, além do pagamento dos juros dessa nova repactuação da dívida mobiliária, além dessa negociação, os Estados e Municípios já estão pagando, neste ano, quatro bilhões de reais por uma dívida contratual renegociada pela União em 1993!

O Deputado disse que vai para o debate geral porque não se quer fazer o debate concreto. E dizem que a culpa é do Plano Real. Ora, Deputado, o Plano Real começou em 1994. Não vamos tentar mudar a ênfase da discussão.

Não sou contra, não posso ser contra um projeto como esse, Sr. Presidente. Há um excesso de arrecadação que deve ser colocado dentro da sua definição. Mas eu queria utilizar esse debate aqui para tratar da questão das finanças de Estados e Municípios.

Espanta-me também saber de onde surge esse excesso de arrecadação. Vamos ler aqui a justificativa:

“Os saldos devedores desses refinanciamentos estão sujeitos a taxas de juros equivalentes à média ponderada das taxas anuais dos contratos.”

Quando foi assumida essa dívida pela União? Os contratos foram rediscutidos, bem como essas taxas de juros?

Então, há o pagamento do saldo devedor. E quem é mutuário aqui? Os Deputados e Senadores que são mutuários sabem que isso é uma bola de neve.

O mais grave, Sr. Presidente, é que a atualização monetária desses empréstimos tem vários critérios. Ora, estamos vivendo agora um período em que a atualização monetária dos contratos, pelo menos os públicos, tem sido feita pelo IGPDI. Quais são os outros índices de correção monetária? Há índices de correção monetária que distorcem o montante do pagamento?

Eu queria, quando fiz esta abordagem, ao discutir um projeto como esse, aprofundar a visão das finanças de Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - A Presidência responde à questão de ordem de V.Exa. Realmente, no processo, não está a legislação. Mas isso é feito pela Mesa do Congresso Nacional. Portanto, não é erro da Secretaria, mas nosso. Isso também não nos inibe de votar, uma vez que cada Deputado e Senador tem sua assessoria. Cabe ao Relator acatar ou não. Se se quer que seja posto em votação, será posto em votação, o que não constitui motivo para que retiremos o projeto.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Eminentíssimo Deputado Sérgio Miranda, peço a V.Exa. que abra mão da questão de ordem. Eu me comprometo a prestar todos os esclarecimentos. Esse assunto é burocrático, sem qualquer envolvimento político, sem qualquer discussão quanto ao mérito.

V.Exa. tem meu apoio. V.Exa. está valorizando a Comissão de Orçamento. Apelo a V.Exa. no sentido de que continuemos a discutir.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Nobre Deputado, gostaria que V.Exa. se compromettesse comigo. Então, retiro minha questão de ordem. Peço a V.Exa. que solicite — e deve ser um pedido prontamente atendido pelo Ministério da Fazenda — informações de uma divisão por Estados e Municípios que repactuaram suas dívidas contratuais sobre o montante que cada Estado está pagando desses quatro milhões.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Com todo o prazer.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - A Presidência havia concedido a palavra a V.Exa., que não quis dela fazer uso.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, não devo ter compreendido bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, vou falar serenamente. Não há por que eu me excitar tanto. Foi jocosa a forma colocada pelo Deputado Israel Pinheiro de os Estados agradecerem a Deus — e ao Presidente, o que está logicamente subentendido — por S.Exa. ter abarcado as dívidas dos Estados e dos Municípios.

Sr. Presidente, darei um dado de Minas Gerais ao Deputado Israel Pinheiro. No dia 31 de janeiro de 1995, Minas Gerais tinha uma dívida mobiliária de quatro bilhões e seiscentos milhões. Dois anos depois, ela foi para oito bilhões, novecentos e vinte e seis, sem emissão de títulos. Apenas juros em função de uma política desastrosa deste Governo, que transformou a dívida mobiliária pública federal interna de 56 bilhões em 165 bilhões de reais em apenas três anos. Agora, agregando a dívida pública mobiliária dos Estados e Municípios, e elevada para 290 bilhões de reais, fruto de uma política desastrosa de juros praticada por este Governo.

Agora, deve-se agradecer a quem tira dos Estados a responsabilidade pela rolagem de suas dívidas mobiliárias e contratuais, transforma tudo isso em títulos públicos federais e dá subsídios aos Estados, inclusive aqueles que são os piores gestores, uma vez que, nisso, só o Estado de São Paulo leva 49,5% de subsídios da União.

Sr. Presidente, não há o que agradecer. Muito pelo contrário, a dívida do Estado do Pará, que é de 233 bilhões, é fruto exatamente dessa política desastrosa de juros altos. E mais fruto do Fundo de Estabilização Fiscal, que arrancou, roubou o que é constitucionalmente do Estado do Pará. Enfim, tirou, não devolveu e fez com que essa dívida fosse a de 233 bilhões.

O Estado do Pará não é dos piores Estados do Brasil. É dos melhores na relação da dívida com a receita líquida arrecadada. Portanto, fica claro que não há que agradecer a ninguém. Há que se contestar contra o diabo, que foi quem atuou, elevando as dívidas dos Estados e Municípios, tornando-os insolventes e dependentes da União, permitindo que lhes colocassem um freio à boca e não permitindo que os Governadores pudessem gritar contra o Fundo de Estabilização Fiscal. Essa é a realidade. Qualquer outra leitura é equivocada, é meia verdade, como disse V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como

estão.

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como

estão.

Aprovado.

Passamos ao item seguinte:

Requerimento, de autoria dos Deputados João Fassarella, Sérgio Miranda e Giovanni Queiroz, solicitando o desdobramento, no mínimo, em dois, do Projeto de Lei nº 14, por tratar de assuntos diferentes.

Com a palavra o Deputado João Fassarella.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr Presidente, Sras e Srs Deputados, Sras e Srs Senadores, o pedido de desmembramento desse crédito, que soma 104 bilhões, sendo o maior crédito especial que já tramitou na Casa, justifica-se por diversas razões

O projeto trata de matérias totalmente distintas. O primeiro crédito, de 103 bilhões, visa tratar da renegociação da dívida mobiliária e da dívida contratual dos Estados. O segundo crédito, de 900 milhões, tem por objetivo o ressarcimento dos Estados pelos efeitos da Lei Complementar nº 87, a chamada Lei Kandir.

Não é conveniente que assuntos tão dispares e tão contraditórios sejam tratados no mesmo pedido de crédito.

Além disso, chamamos a atenção para o fundamento de um e de outro. O pedido de crédito de 103 bilhões tem como fundamento as Medidas Provisórias de nº 1 556 e 1 570. A aprovação do crédito de 103 bilhões significa, por antecipação, a aprovação das duas medidas provisórias.

Temos uma posição que já externamos aqui por diversas vezes, a saber que, para ser coerente em relação à posição do Congresso Nacional relativamente à emissão exagerada que ameaça a autonomia do Congresso Nacional com medidas provisórias, não podemos, a não ser que aceitemos a submissão, que aceitemos ver usurpado nosso poder de deliberar, que decidamos, primeiro, sobre o crédito e, por antecipação, aprovemos as duas medidas provisórias. É uma incoerência, e uma submissão inaceitável do Congresso Nacional exatamente no momento em que há um esforço de ambas as Casas — pelo menos através do que foi dito pelos seus respectivos Presidentes — no sentido de que o Congresso Nacional se posicione mais firme e contundentemente em relação ao que é considerado um abuso na emissão de medidas provisórias pelo Governo.

Chamamos a atenção de V.Exas porque este abuso tende a avançar cada vez mais. Na sexta-feira passada, através das Medidas Provisórias nº 1.581 e nº 1 582, foi aberto um crédito extraordinário — não é crédito especial nem crédito suplementar — para adquirir 61 milhões de ações da Companhia Energética de Alagoas. O crédito extraordinário é destinado para uma situação de emergência pública, guerra e calamidade. Pode-se alegar que Alagoas está em estado de calamidade, mas ela tem de ser decretada e não se pode abrir um crédito desta natureza por meio de medida provisória.

Portanto, é de fundamental importância que o Congresso Nacional coloque um limite ao avançar preocupante da emissão de medidas provisórias. Este é o momento de não se pronunciar quanto ao crédito de 103 bilhões, sem antes apreciar as medidas provisórias que lhes dão sustentação.

É um caso diferente do crédito de 900 milhões, que tem como fundamento não duas medidas provisórias, mas uma lei complementar já aprovada e que, portanto, não pode ter o mesmo tratamento de um crédito, cuja base de sustentação é uma medida provisória.

Existe uma nota técnica, produzida pela assessoria da Casa, já distribuída para os Srs Deputados e Srs Senadores, recomendando — é a esta conclusão, do ponto de vista técnico, que ela chega ao final — o desmembramento. Por esta razão, não faz sentido que os dois pedidos de crédito especial tramitem conjuntamente, na forma de um mesmo projeto de lei. Assim, sugere-se o desmembramento do PL 14/97, do Congresso Nacional, em duas partes: uma referente à Lei Complementar nº 8 796, quanto ao crédito de 900 milhões, e a outra referente às medidas provisórias ainda em apreciação no Congresso Nacional, que é o restante do crédito de 103 bilhões.

Deixamos claro à Casa que a questão do desmembramento é inegociável e intransponível para a discussão e apreciação desse projeto.

Fazemos um apelo para os Srs Deputados e Srs Senadores, a fim de que, em nome da autonomia do Congresso Nacional e da necessidade de não se deixar avançar e de se estabelecer um limite à questão das medidas provisórias —

que não só estão servindo de fundamento para a abertura de crédito, como também começam a avançar já em matéria orçamentária, como é o caso da medida provisória a que já nos referimos relativamente à autorização para comprar ações da CEAL — Companhia Energética de Alagoas —, que aprovelem o requerimento e deliberem sobre o desmembramento do PL. Por se tratarem de assuntos diferentes e com fundamentos diferentes, que cada um deles possa ser tratado e examinado também de forma diferente e própria.

O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA - V.Exa me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Pois não.

O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA - Quero entender melhor V.Exa quando diz que é condição *sine qua non* aprovar primeiramente a medida provisória para depois votar o crédito. Esta é uma das condições que V.Exa apresenta. A outra é que haja o desdobramento.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Para que isso seja possível, é necessário desmembrar, porque um tem como fundamento uma lei complementar — ele não entra nesse aspecto — e o outro tem como fundamento medidas provisórias. Se embolarmos as duas coisas, seremos obrigados, por esta colocação que fizemos, a ...

O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA - Além do desmembramento, V.Exa quer que o crédito suplementar só seja aprovado depois de aprovada a medida provisória da rolagem da dívida mobiliária e contratual?

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - O de 103 bilhões.

O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA - Somente após a aprovação da medida provisória?

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - É o caminho lógico. Não podemos aprovar um crédito para algo que ainda está tramitando no Congresso Nacional.

O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA - Quero entender bem a argumentação de V.Exa. Sr Presidente, depois pedirei a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Então, são essas as ponderações que fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, é preciso que fique muito claro o que estamos discutindo. Não estamos discutindo nenhum dos dois mentos, mas uma manobra solerte. Os Deputados e Senadores têm consciência do que aconteceu? Havia um PL em discussão aqui na Casa, com Relator designado e relatório apresentado, que sena votado e discutido. O que o Governo fez? Ele retirou essa mensagem, invalidou o relatório do Senador Lúcio Alcântara e agregou ao projeto uma outra questão: a desoneração do ICMS.

Sr. Presidente, todos nós representamos o povo de nossos Estados. Aprovaríamos, em dois dias, a desoneração do ICMS. Qual foi a manobra do Governo? Ele juntou uma determinação, que exige aprovação urgente, que são os 900 milhões para compensar os Estados da desoneração do ICMS, a uma matéria complexa, que são os 103 bilhões de emissão de títulos para poder, de cambalhada, aprová-los.

Ora, Sr. Presidente, existe algo nesta Casa independente de posição partidária de Governo ou não, que eu chamaria de dignidade do poder. Se fizemos isso, iremos aceitar também uma manobra desse tipo? Por que o Governo não enviou um PL sobre esse crédito? Eu ficaria de plantão, assim como todos os Deputados e Senadores. Votaríamos em dois dias por causa da compreensão de que os Estados estão sendo prejudicados. Mas ele retira a mensagem original, junta um outro PL, um outro crédito para forçar a Casa a aprovar os 103 bilhões? Não aceito isso.

Faço um apelo para os nobres Deputados e Senadores no sentido de que votem, tendo em vista a dignidade da Casa, contra esta manobra do Poder Executivo, independentemente do conteúdo dos projetos em discussão

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado João Leão. Em seguida, o Senador Carlos Bezerra

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, solicito ao nobre Deputado Sérgio Miranda que preste um pouco de atenção às minhas palavras. Por ser cristão novo na arena, pediria explicação ao Deputado Sérgio Miranda para me orientar: o requerimento dos Deputados Sérgio Miranda e João Fassarella baseia-se no art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, pedindo o desmembramento em dois projetos totalmente distintos

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há cinco minutos, esta Comissão aprovou, por unanimidade, um projeto de lei que trata de cinco assuntos diferentes: Ministério dos Transportes, Fundo de Marinha Mercante — 86 milhões 383 mil e 500, Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre — 966 mil, Departamento Nacional de Produção Mineral... São cinco assuntos diferentes, repito. Não entendo por que outro projeto teria de ser desmembrado em dois projetos diferentes. Se for possível, gostaria que o Deputado Sérgio Miranda ou o Deputado João Fassarella, com suas experiências, explicassem-me isso, porque para mim este projeto é tão legal quanto o outro aprovado por unanimidade, inclusive por V. Exas.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - O art. 312 diz que se pode desmembrar se a matéria for polêmica.

Deputado João Leão, tanto no primeiro projeto, a que V. Exa. se referiu e que teve a nossa aprovação, quanto no segundo houve o alerta de que, no nosso entendimento, não seria conveniente — e o Deputado Sérgio Miranda o fez...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Houve. Não estava V. Exa. tão atento quando o Deputado Sérgio Miranda, ao iniciar a sua discussão, falou que o Poder Executivo não perdia a mania de enviar para esta Casa, no mesmo projeto, assuntos que tratavam de temas diferentes.

Pode-se exigir ou não o desmembramento. Se houvesse concordância quanto aos fundamentos e não houvesse discordância quanto ao mérito dos projetos, poder-se-ia até deixar que este empecilho fosse levado adiante. Entretanto, Deputado, quando se trata de projetos que, além de tratar de questões diferentes, têm fundamentos legais diferentes e mexem com aquilo que, para nós, representa a autonomia do Congresso Nacional, devemos ter a competência e a prerrogativa de requerer o seu desmembramento. Caberá a Casa deliberar sobre ele.

Não há contradição no nosso pedido porque as razões de mérito, de conveniência e de entendimento são diferentes. E a conveniência, no nosso entender, é a autonomia da Casa. Quem deverá decidir sobre isso é o plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Senador Carlos Bezerra.

O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, fui Relator, no Senado, da questão do endividamento dos Estados. Trabalhamos vários meses em cima deste assunto. O que me preocupa na posição do Deputado João Fassarella não é o desmembramento, que, para mim, é até uma questão secundária. O que me preocupa é a posição de V. Exa. de não aprovar o crédito suplementar enquanto as medidas provisórias não forem aprovadas. Isto, sim, é gravíssimo, porque traz um prejuízo incalculável para os Estados.

Agora mesmo ouvi aqui o Deputado Giovanni Queiroz corretamente bravejar contra os juros altos. Tem razão V. Exa. Também creio que a política de juros do País tem de mudar o mais rápido possível. Os Estados estão pagando os juros. Enquanto este projeto não for aprovado, os Estados serão

obrigados a rolar suas dívidas, pagando juros elevadíssimos. Depois de aprovado, os Estados pagarão uma taxa de juros ínfima, de 6% ao ano, rolando a dívida por 30 anos. Este é o "x" da questão.

No Senado Federal, todos os dias chega um novo pedido de rolagem de dívida dos Estados. O meu Estado teve um prejuízo enorme na semana passada. O Governador e toda a sociedade estava aqui para pedir que rolássemos, de qualquer modo, a dívida do Estado, que ainda teve um dispêndio enorme, sem condição nenhuma, porque não tem dinheiro sequer para pagar o funcionalismo público.

A questão grave é esta: não podemos, de modo algum, esperar a aprovação dessas medidas provisórias para depois aprovar esse projeto de lei complementar. Estamos imputando aos Estados prejuízos enormes. Para nós, que combatemos os juros altos e queremos mudar o perfil dessa dívida, não só dos Estados, mas da União — e o Brasil começa a fazer isso colocando bônus lá fora, tentando mudar o perfil de sua dívida interna —, isso é de fundamental importância e devemos colaborar.

Então, quero fazer uma pelo ao Deputado João Fassarella, em nome do meu Estado, Mato Grosso, que está vivendo esse drama, e de muitos outros Estados. Queixou-se aqui da situação do Estado de São Paulo, que está com quase 50% desse crédito. São Paulo fez esse endividamento até mais competentemente que os outros Estados. Através de um banco poderoso, o BANESPA, arramou muito bem essa dívida, que está aí para ser negociada com as demais para viabilizar o Estado de São Paulo, inviabilizado como os demais Estados brasileiros.

Essa é uma das questões mais graves que esta Comissão está tratando neste ano. Além do Orçamento de 1998, esta é uma das questões mais sérias e mais graves porque envolve interesses de todos os Estados.

Esse projeto, essa lei complementar tem de ser aprovada o mais rápido possível para terminar o procedimento de negociação dos Estados, senão vamos continuar pagando juros de mercado, que estão com taxas exorbitantes, aumentando geometricamente o perfil dessa dívida.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - V. Exa. me permite um aparte?

O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA - Pois não, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Vamos propor um acordo. V. Exa. defende o desmembramento?

O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA - Não defendo o desmembramento. O Líder do Governo está aqui. Podemos discutir com ele. Acho que, se aprovarmos tudo, podem até desmembrar. Mas, se for para aprovar um e deixar outro para as calendas. Se o acordo for para votar as duas matérias, tudo bem. Não vejo nenhum empecilho nisso. Mas fazer o acordo, desmembrar, para não votar essa matéria da rolagem dos Estados, complica.

Deputado Sérgio Miranda, desde que o acordo seja nesse sentido...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Proponho que nos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Lembraria que, pelo Regimento, não há apartes. V. Exa. está inscrito, Deputado Sérgio Miranda, depois do Líder Arnaldo Madeira.

O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA - Mas eu gostaria, Sr. Presidente, para facilitar, de ouvir a proposta do Deputado Sérgio Miranda sobre o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Se o nobre Deputado que está inscrito ceder a vez, V. Exa. pode falar. (Pausa.)

Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda. Em seguida, o Líder Arnaldo Madeira.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Queria discutir e que a Comissão tivesse consciência de que são dois problemas distintos: um é o conteúdo

de cada um dos projetos O PL determina a renegociação dos Estados e abre em 103 bilhões de reais a emissão de títulos da dívida Esse é um projeto Quero discutir o seu conteúdo Participei, propus ao Presidente, que aceitou, fizemos um debate amplo na Câmara e convocamos pessoas dos Estados para discutir esse assunto

O outro problema é a questão da desoneração do ICMS O que estamos criticando, Senador, é o fato que estava havendo um projeto em tramitação, com Relator designado e parecer divulgado na pauta da sessão, e o Governo o retirou e mandou junto a 900 milhões, que qualquer Deputado, qualquer Parlamentar se sente na obrigação de aprovar Se acharmos que isso é correto, que o Governo pode fazer isso, ele vai fazer sempre

O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA - Não acho correto, Deputado

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Ele vai fazer isso sempre Vai dizer assim "Você está com problema nesse projeto, retire-o e coloque-o junto a outro que toda a Casa precise da aprovação" Ai, Senador, sinceramente, torna-se uma atitude mais do que infeliz e menos do que desonesta Esta no meio entre infeliz e desonesta É uma postura arbitrária do Executivo É isso que estamos discutindo e não o conteúdo dos projetos

O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA - Qual é a proposta de V Exa ?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - A proposta é que aprovemos o desmembramento Tenho disposição em sentar para discutir os dois projetos Vamos discutir-lós

O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA - Sem a condição de somente votá-lo depois de aprovar as medidas provisórias?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Não posso impor isso a V Exa, porque essa é a condição de uma das bancadas que compõem a Casa Mas acho que a própria bancada está disposta a discutir

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Líder Arnaldo Madeira

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - Sr Presidente, acho que se está fazendo um cavalo de batalha em relação à questão dos 900 milhões É preciso ficar claro o seguinte o Governo tinha aqui o projeto de lei relativo aos 103 bilhões Ele quis aproveitar a convocação extraordinária para inseri-lo na pauta Por isso pediu a retirada dos 103 bilhões e incluiu os 900 milhões de reais Foi simplesmente esta a razão

Vejam bem o seguinte, reporto-me ao que disse o Senador Carlos Bezerra Na verdade, há uma situação dramática nos Estados Ainda ontem vieram aqui nove Secretários de Estado fazendo um apelo para que votássemos esta matéria o mais rápido possível, porque esta renegociação da dívida, em verdade, esta sendo feita no geral, nos mesmos termos em que foi feita a renegociação da dívida externa brasileira O que o projeto aprovado aqui está fazendo? Esta possibilitando aos Estados imediatamente ter uma taxa de juro substancialmente menor no pagamento de suas dívidas. Quer dizer, é algo por que todos os Governadores dos Estados estão esperando ansiosamente

Estamos aqui há mais de um mês discutindo, e o Deputado propõe "Quero separar Vamos discutir de novo" Já discutimos esse assunto aqui, em audiências públicas, várias vezes O que os Governadores estão esperando? A aprovação tanto da renegociação da dívida, que é fundamental, como também, embora não estejam satisfeitos, essa parcela dos 900 milhões para o ressarcimento das perdas com o ICMS

Então, o pedido que

(Não identificado) - Mato Grosso está perdendo 80 milhões e vai receber 27 milhões de reais. O Governador não está de acordo com isso

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - Exatamente O Governador de São Paulo também não está de acordo, mas sabe que é importante vir esse recurso e continuar a briga dos Estados para ter um ressarcimento maior Essa é a questão. A urgência é devido a isso É uma situação dramática a que estão vivendo os Estados brasileiros, quando se fez uma negociação com o Governo Federal para renegociar a dívida e tem-se, com esse crédito de 900 milhões, a possibilidade, de imediato, se aprovado aqui, de a União começar a ressarcir os Estados, ainda que parcialmente, porque essa discussão sobre o nível de ressarcimento vai continuar Mas se vai dar uma parte do ressarcimento com esse projeto Portanto, é essa a razão do projeto.

Não vejo por que separar Se for para separar por uma tecnicidade e formos todos votar a favor, tudo bem Mas o espírito não é esse O espírito é separar e continuar discutindo Ora, o assunto está claro e foi discutido aqui em várias audiências públicas, em sucessivas reuniões Acho que está na hora de tomarmos uma decisão e votarmos Não há por que separar

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz Em seguida, o Deputado João Fassarella e, depois, o Deputado Basílio Villani

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Srs Deputados, o que o Deputado Sérgio Miranda defende aqui é uma postura ética do Governo De repente o Governo, tramitando um projeto de 103 bilhões para rolagem da dívida dos Estados e Municípios, retira esse projeto já no avançar da discussão, avançar esse que se deu principalmente em função da omissão do Governo em não nos informar, não melhor esclarecer como esses títulos estariam descansando no mercado, na mão de quem estão esses títulos e se estão sendo adquiridos com os deságios que o mercado está impondo aos diversos títulos dos Estados

Então, são vanos os questionamentos que foram colocados pelo Governo e ele não nos informou Entendemos que é importante a rolagem da dívida dos Estados, que o Governo Federal deve assumir parte do ônus do custo da rolagem desses títulos, até porque ele que impôs os juros exorbitantes aí praticados e esta mantendo os juros altos Entendemos tudo isso Mas queremos melhores informações

Precisamos ver o caso de São Paulo, relatado pelo maior jornal do seu Estado, dizendo da supervalorização dos títulos do Banco do Estado de São Paulo, que já cresceram, apenas neste ano, 980%, em função da possibilidade de a dívida ser assumida pela União Federal Cresceram 980% só neste ano, mais de 1000% se considerarmos de novembro do ano passado para cá

A outra questão são os 900 milhões que entendemos serem legítimos, mas queremos ainda discutir Nota técnica da assessoria, provocada por dois Parlamentares desta Casa, mostra que o Governo já pagou 800 milhões de reais sem autorização orçamentária Ou seja, já está incorrendo em crime de responsabilidade

Então, essas são matérias polêmicas Esta Casa está sendo atropelada. Não temos informações para votar os 103 bilhões Os senhores querem que votemos Temos informações de que já gastaram aproximadamente 800 milhões de reais do crédito de 900 milhões de reais que estão solicitando, o que é crime de responsabilidade

Temos de separar as duas coisas e continuar discutindo, até para que possamos ter clareza sobre os fatos que envolvem os dois créditos Esta Comissão não pode se omitir, ou então seria uma Comissão do faz-de-conta Precisamos de esclarecimentos, precisamos melhor nos informar para votar com seriedade, até para que o Governo Federal venha a nos respeitar

O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA - Deputado, V Exa me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Pois não, Senador.

O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA - Calcule os juros diários de 100 bilhões que os Estados estão pagando a cada dia que discutimos aqui? Essa

questão foi discutida no Senado exaustivamente pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão Especial. Os Estados estão pagando juros absurdos, uma das maiores taxas de juros do mundo para rolar essa dívida. E a cada dia que passa o ônus vai para o Estado, o buraco vai-se tornando maior. Então, não podemos continuar discutindo indefinidamente aqui. Temos de resolver o mais rápido possível, sobre Deputado. Sei que V.Exa. tem um espírito público muito grande e vai ajudar a resolver a questão desses Estados o mais rápido possível.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Senador Carlos Bezerra, concordo com V.Exa. Esse é o nosso espírito. Mas queremos votar conscientes. O Governo está negando informações ao Congresso Nacional e não está preocupado em melhor nos informar sobre a que preço está comprando esses títulos. Ele está querendo pressionar para que aprovemos, e faz isso através dessa manobra, retirando o projeto e retornando-o agregado a um crédito suplementar de mais 900 milhões de reais para pressionar-nos a votar. Somos favoráveis a tudo isso. Só queremos votar conscientes, para não permitir engordar o bolso de meia dúzia, Senador Carlos Bezerra. Essa é a grande verdade. Os banqueiros estão engordando. O deságio dos títulos no mercado está sendo considerado? São essas as informações que queremos ter.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado João Fassarella. A Presidência faz um apelo pessoal.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção do Deputado Arnaldo Madeira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Deputado João Fassarella, permita-me fazer um apelo. Pedina que as idéias fossem expostas da maneira mais clara possível, diante do adiantado da hora, para que possamos ouvir todos aqueles que querem falar. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sempre procuro ser claro, Senador. Mas, atendendo a solicitação de V.Exa., farei um esforço para sê-lo ainda mais.

Primeiro, não concordo com o argumento de que a aprovação do projeto posterior a apreciação da medida provisória é um problema. Não podemos admitir que a Casa continue entulhada de medidas provisórias sem que o Congresso as aprecie. Acho que isso é grave. Medida provisória é um instrumento que deveria vigorar durante trinta dias. Qual o tempo que já se passou nessas medidas provisórias?

Faço um acordo com o Senador: faremos todo o esforço para votar logo a medida provisória. Acho que esse é o caminho correto. Ela não deveria ter ultrapassado trinta dias.

Quero chamar a atenção do Deputado Arnaldo Madeira. Gostaria de, primeiro, refutar a idéia, a afirmação de que a inclusão do crédito de 900 milhões não se para que ele pudesse ser tratado durante as reuniões extraordinárias.

Ele chegou aqui quando já não havia mais tempo. Chegou no dia 23 e a sessão extraordinária terminava no dia 25. Nem tempo para ser distribuído. Então, os próprios dados não comprovam essa afirmação.

Mas em relação ao crédito de 900 milhões, eu gostaria de chamar a atenção da Casa, porque a armadilha em relação a eles é maior do que foi aparentemente colocada. Quando se aprovou a Lei Complementar 87/96, em outubro de 1996, foi aberto um crédito, um pedido especial de aproximadamente três bilhões, para atender às despesas da Lei Complementar.

O que todos aqui sabem é que o crédito especial aberto nos quatro últimos meses do exercício, ele pode ser reaberto para o exercício seguinte. Eu pergunto: por que o Executivo não abriu? Por quê? Por que ele não abriu? Ele não precisava estar mandando agora à Casa um pedido de crédito especial, porque ele tinha todos os instrumentos legais para, através de decretos, ter aberto um crédito, ter reaberto o crédito, no seu saldo, saldo este do qual haviam sido gastos aproximadamente 400 milhões. Que há um saldo aí de mais de dois bilhões que

poderiam ser abertos para o exercício de 1997, e ele não o fez. Por quê? Porque não queria pagar os Estados? Não queria ressarcir os Estados, para agora querer colocar no Congresso Nacional a responsabilidade pelo aperto financeiro dos Estados? É injusto! Não podemos colocar essa responsabilidade nas nossas costas. A responsabilidade é do Poder Executivo. E não do Congresso Nacional. Ele poderia ter reaberto não o de novecentos, mas mais de dois bilhões. Por que ele não o fez? E agora, de afogadilho, estão com a faca no nosso pescoço, querendo colocar o Congresso Nacional sob pressão. Não podemos submeter-nos a esta pressão, a este jogo que nos humilha, que nos coloca de joelhos, coloca-nos prensados diante da situação dos Estados.

Quem manteve essa política de juros alta? Quem forçou os Estados a se endividar, quem forçou os Estados a ter aumentada geometricamente a sua dívida, pela política de juros altos? Não foi o Congresso Nacional. Foi o próprio Poder Executivo. Não é justo que nesse contexto nos nos coloquemos submissos e de joelhos.

Quanto à questão da Medida Provisória, de renegociação da dívida, temos que discuti-la. Não se trata apenas da questão de juros. Trata-se de impor aos Estados condições que, no nosso entender, ferem a autonomia dos Estados.

Quanto à obrigação de demitir, quanto à obrigação de privatizar, todas essas são questões que estão na Medida Provisória. E queremos discuti-las no seu mérito, não queremos aprovar essas matérias das quais temos discordâncias profundas de mérito, embutidas em uma medida provisória, que é achar que o Congresso Nacional amesquinha o seu Poder e a sua autonomia.

São essas as nossas razões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que estejam de acordo permaneçam como estão. Perdão, estamos votando o Requerimento que desmembra. Então, os Deputados que estejam a favor, permaneçam como estão. Os Deputados que estão contra, queiram se manifestar.

(Pausa)

Rejeitado na Câmara dos Deputados.

(Não identificado) - Solicito verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Vai-se proceder à verificação.

Peço o apoio a V.Exa. Não há liderança da Comissão, então, seriam quatro, apoiados por Deputados Sérgio Miranda, João Coser, Serafim Venzom, Paulo Bernardo. Então, há apoio.

Portanto, vamos proceder à verificação de quorum.

Chamamos um Parlamentar para ajudar-nos a secretariar. O Senador Coutinho Jorge poderia dar-nos esta honra.

(Pausa)

Atenção.

Vou chamar por partidos os titulares. Depois, os suplentes.

PFL

Adauto Pereira Ausente

Alexandre Ceranto Presente

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CERANTO - Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - É não, então?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CERANTO - Voto com o requerimento. Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Quem vota "sim," vota a favor do requerimento. Quem vota "não," é contra o requerimento. Portanto, contra o desmembramento.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CERANTO - Voto contra o requerimento

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - E "não", portanto,

Aracely de Paula.

Betinho Rosado Ausente

Euler Ribeiro Não

Francisco Rodrigues

O SR. DEPUTADO FRANCISCO RODRIGUES - Não, contra o desmembramento

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Não

José Rocha Não

Júlio César Ausente

Luiz Braga Não

Osvaldo Coelho Ausente

Paulo Gouvea Não

Paulo Lima Não

(Não identificado) - V Exa. está fazendo o anúncio dos nomes, seguindo a ordem alfabética dos membros da Comissão ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Não, estou chamando de acordo com o partido. PFL, por enquanto

(Não identificado)- Muito obrigado a V Exa

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Paulo Lima Ausente

Sarney Filho Não

Passarei agora para os suplentes

Benedito de Lira. Ausente.

Laura Carneiro

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Não

Roberto Pessoa Ausente,

Valdomiro Meger

Nesta folha um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove

"não". Abstenção nenhuma

Sim nenhum

Agora chamarei o Bloco PMDB/PSD e PSL

Albérico Filho Não

Anibal Gomes Ausente

Armando Abílio Não

Barbosa Neto Ausente

Genésio Bernardino Não

Lídia Quinan Ausente

Neuto de Conto Não

Odacir Klein Não

Oscar Goldoni. Ausente

Pedro Novais Ausente

Silas Brasileiro Ausente

Udson Bandeira Ausente

José Gomes da Rocha Ausente

Suplentes

Hélio Rosas. Ausente

Jose Chaves Ausente

Sandro Mabel Ausente

Total Não Cinco Sim: Nenhum Abstenção nenhuma PSDB.

Arnaldo Madeira Não

Basílio Villani Não

Ceci Cunha Não.

Cipriano Correia. Ausente

Danião de Castro Não

Flávio da Veiga Não

João Leão Não

Leônidas Cristino. Não

Marcus Vicente Ausente

Pedro Henry Ausente

Pimentel Gomes. Não

Roberto Rocha Ausente.

Suplentes

B Sá Não

Emerson Olavo Pires Ausente

Olavio Rocha Ausente

Yeda Crusius Não

Total Não dez

O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO - Pela ordem, Sr Presidente Quero que conste o Deputado Pedro Canedo

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Não, ainda estamos no PSDB

Abstenção nenhuma

Bloco PT/PDT/PC do B

Arlindo Chinaglia. Ausente

Chico Vigilante. Ausente

Fernando Ribas Carl Ausente

Giovanni Queiroz Ausente

João Coser Ausente

João Fassarella Sim

Paulo Bernardo Ausente

Paulo Rocha Ausente

Serafim Venzon Ausente

Sergio Miranda Ausente.

Suplentes

Eurípedes Miranda Ausente

Inácio Arruda Ausente

Maria Laura Ausente

Renan Kurtz Ausente.

Total Sim um Não. nenhum Abstenção Nenhuma PPB

(Não identificado) - Cai o Requerimento, Sr Presidente É uma questão de ordem Então, não houve apoio, porque quem deu o apoio deve dar presença Então, eu acho que se não está presente para votar, como podera estar presente para dar o apoio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - V. Exa poderia entrar com recurso, se assim o quisesse, porque lógica faz, mas no Congresso Nacional também e esse o comportamento. V Exa. poderá entrar com recurso, porque quem fez o pedido tem que estar presente Como o pedido foi feito por dois, está faltando um

V Exa esta apresentando um recurso?

(Não identificado) - Estou apresentando um recurso verbal no sentido de que os que deram o apoio, tem que dar presença

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - A Mesa acata o recurso e vai coloca-lo em votação nesta Comissão, no sentido de que os que estão fazendo apoio deveriam estar presentes

Não identificado - Como é uma questão de recurso, não e para ser votado em plenário Ou V Exa. acata-o e manda-o ao Presidente do Congresso Nacional, pois não há como o Plenário apreciar o recurso feito pelo ilustre Parlamentar

Não identificado - Posso continuar, Sr. Presidente?

PPB, Cleonacio Fonseca "Não"

Felipe Mendes Ausente

José Janene Ausente

Luiz Barbosa Ausente

Márcio Moreira "Não"

Osvaldo Reis (Pausa)

Roberto Balestra (Pausa)

Silvio Emani Santos Ausente

Augusto Nardes (Pausa)

Suplentes Carlos Ailton. Ausente

João Ribeiro "Não"

PTB Etevalda Grassi de Menezes. "Não"

Israel Pinheiro "Não"

Rodrigues Palma Ausente

Suplente - Paulo Cordero Ausente

Sérgio Guerra Ausente

Pedro Canedo "Não"

PSB -Suplente - Gonzaga Patriota Ausente

Algum Parlamentar deixou de votar? Do PPB, PTB, PSB, PL,

qualquer partido?

Somatório desta folha

Deputado Carlos Ailton "Não"

Reconferindo "não" 8, abstenção, nenhuma

Total Bloco/PMDB/PSDB/PSL, total "não" 5,

PFL "não" 9, Bloco "sim" 1, PSDB "não" 10, PPB/PTB/PSB/PL,

"não" 8, total 33

Sr. Presidente, 33 Deputados votaram, sendo que 32 deram voto

"não" e um voto "sim" Total 33 Deputados

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Há numero regimental. Vamos, então, dar por rejeitado o requerimento na Câmara

Em votação no Senado

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham (Pausa)

Aprovada a negativa ao requerimento.

Vamos entrar na pauta seguinte

Apresentação, discussão e votação do parecer do projeto de lei.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tem V Exa a palavra

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Ha nesta pauta ainda uma outra proposição

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - V Exa tem razão. É o item nº 4, do relatório sobre a execução do plano plurianual para 1996/99, relativo ao exercício 96, Mensagem nº 244, do Senador Coutinho Jorge Houve um lapso de memória, porque o Senador Coutinho Jorge solicitou a retirada do processo, uma vez que S. Exa não se encontra em condições de relata-lo no momento

Por esta razão pulamos o referido item

Pauta nº 13, de 1997

Apresentação, discussão e votação do parecer do Projeto de Lei nº 14, de 97, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento fiscal da União, em favor de encargos financeiros à União, recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, e transferência para Estado, Distrito Federal e Municípios, recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, crédito especial para o limite de 104 bilhões, 244 milhões, para os fins que especifica

Em discussão

A Presidência informa que vai cronometrar o tempo de cinco minutos, para cada Deputado. A matéria já foi discutida anteriormente. Quem quiser fazer uso da palavra, está autorizado..

Com a palavra o Deputado Sergio Miranda

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, não vou discutir o projeto. Eu digo que nunca vi uma Comissão se humilhar tanto. A mesma força que o Governo teria de colocar os 33 Parlamentares aqui, ele podia ter para votar o projeto original, que estava aí. Mas o Governo, além de ser vitorioso, ele quer humilhar, quer esmagar os Deputados que estão aqui. Por que não colocou, quando do projeto original, os 33 Deputados aqui? Por que não colocou? Mas não. Ele retira o projeto, coloca um outro projeto junto e a Casa toda se humilha, se torna capacho do Governo

Não vou discutir esse projeto, Sr. Presidente, mas acho que deve ficar marcado aqui na Casa o seu comportamento servi e subserviente. Por que não separar os dois projetos? Coloca maioria na Casa e vota. Mas não. Além de votar a favor, tem de se submeter a essa humilhação

O Deputado Arnaldo Madeira diz "não, foi para aproveitar a convocação extraordinária". Ora, senhores, enviou-se a mensagem no dia 23, havia apenas dois dias para distribuir a matéria, sendo que acabava a convocação extraordinária no dia 25. Por que não votou até duas semanas atrás? Não. Eu acho que a Comissão mais importante do Congresso Nacional se comporta nesses assuntos sem saber se é oposição ou situação, Sr. Presidente. A Comissão mais importante do Congresso se comporta

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - V Exa pediu pela ordem e pergunto se V Exa já concluiu

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Já, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Não estamos discutindo ainda

Com a palavra o Relator para emitir parecer

(Não identificado) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, acho que é próprio dos Parlamentos e dos seus órgãos técnicos a ampla discussão, apresentação do contraditório, enfim, para que todos

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - O que está em pauta é exatamente o Projeto de Lei nº 14. O do Relator Coutinho Jorge foi retirado de pauta, por solicitação de S. Exa

(Não identificado) - Todos se posicionam, apresentam seus pontos de vista, mas evidentemente, há um momento em que temos que nos submeter ao processo democrático da votação

Tenho uma enorme admiração pelo Deputado Sérgio Miranda, pela dedicação que S. Exa tem ao exercício do seu mandato, inclusive nesta Comissão Mista de Orçamento. S. Exa é um talento que o Ceará exportou para Minas Gerais, mas S. Exa comete um equívoco, acho até que é uma injustiça, com o Governo, porque esse projeto

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Começou a pauta na Câmara e proponho que seja suspensa esta sessão. A Ordem do Dia já começou e está sendo votado o requerimento de minha autoria. No processo de quê?

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - A Câmara está em sessão ordinária e com pauta. A Presidência pediu para a assessoria fazer a conferência, para verificar se começou a Ordem do Dia, e terá a resposta num minuto

(Não identificado) - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, a primeira coisa que gostaria de fazer, era justamente dizer ao Deputado Sérgio Miranda que votei "não". Por isso, senti-me também diretamente atingido pelas suas palavras

emocionais, e isso até entendo. Tenho conhecimento da sua competência, da sua inteligência, já que juntos fizemos grandes trabalhos e vamos fazer muitos ainda, mas não posso concordar que uma votação em que pontos de vista diferentes são postos, por isso mesmo esta Casa, bem como esta Comissão, sejam chamadas de subservientes. Ela tem agido algumas vezes com subserviência, mas ela tem cada vez mais se firmado como uma Comissão independente. E é nesse rumo que vamos caminhar.

Portanto,...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Quais eram os pontos de vista opostos, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Nobre Deputado Sérgio Miranda, a primeira colocação da Presidência é para dar uma informação. Já abriu e já fechou na Câmara dos Deputados. Portanto, não está havendo Ordem do Dia. Segunda coisa: asseguramos a palavra apenas para a contradição à questão do Deputado Sarney Filho, e, em seguida, darei a palavra ao Relator, que estava promovendo o seu relatório.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, é apenas para fazer um registro: precisamos do comunicado oficial. V. Exa. já fez o comunicado, mas quero deixar registrado que não sinto-me atingido pessoalmente pelas palavras do Deputado Sérgio Miranda, que, entendo, foram de cunho emocional e certamente expressam a sua justa revolta por uma questão de foro íntimo. Na realidade, aqui se tomou uma posição política e essa posição política tem que ser respeitada.

Era este o registro.

(Não identificado) - Sr. Presidente, nos conhecemos profundamente o relatório, que foi distribuído há uma semana. Só queríamos o final e o voto do Relator, para podermos acompanhar.

(Não identificado) - Sr. Presidente, a crítica ácida do Deputado Sérgio Miranda é compreensiva, mas S. Exa. comete uma injustiça, porque várias vezes vieram aqui representantes do Governo, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, fizemos audiência pública, convidamos um professor da Universidade Federal de Minas Gerais, indicado pelo próprio Deputado Sérgio Miranda, ouvimos a Deputada Conceição Tavares, enfim, estamos absolutamente informados sobre o teor, sobre o conteúdo desse projeto, que visa justamente reestruturar as dívidas dos Estados.

O Senador Carlos Bezerra falou aqui enfaticamente o que é verdade. Depois, o projeto não discrimina. Estão contemplados Governadores dos mais diferentes partidos políticos. Portanto, ninguém pode dizer que o Governo está agindo com parcialidade nessa matéria.

Ainda mais: todos os Estados têm que preencher aqueles requisitos que constam das duas medidas provisórias. Uma que trata da redução da presença do Estado no sistema financeiro, e a outra que trata do programa de reestruturação financeira dos Estados.

O Deputado João Fassarella parece que não está presente, mas comungo com S. Exa. dessa mesma ojeriza em relação à medida provisória. Tem sido um dos temas constantes da minha atuação no Senado. Querida até que a Câmara aprovasse o projeto que o Senado já aprovou, há meses. Porque não é o ideal, mas significa um freio na edição de medidas provisórias. Mas o projeto se encontra na Câmara e não ouço falar dele. Gostaria que votassem.

(Não identificado) - Não foi votado no Plenário do Senado.

(Não identificado) - Foi votado no Plenário, sim.

(Não identificado) - Não, não votou não. Medida Provisória?

(Não identificado) - Claro.

(Não identificado) - No segundo turno?

(Não identificado) - Em todos os turnos.

(Não identificado) - A informação que tínhamos.

Então, peço desculpas e me penitencio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - A palavra está assegurada ao Relator.

(Não identificado) - Mas, veja que a Emenda Constitucional nº 1 de 1994, a aberração das aberrações, no seu art. 72, inciso II, diz: "Decorrente das alterações produzidas pela Medida Provisória nº 41 — colocado na época em que eu não era nem Deputado e nem Senador, mas quem votou o Fundo Social de Emergência colocou medida provisória numa emenda constitucional. Quer dizer, a emenda constitucional faz referência a uma medida provisória. Ora, se colocaram isso na Constituição, como é que vamos agora, com toda a ojeriza que tenho à medida provisória, achar que não se poderia referir a medida provisória no caso desse projeto?"

Gostaria de dizer que cada Estado vai ter sua ação examinada, caso a caso. O Senado vai se pronunciar em cada caso, Estado por Estado, depois de assinado o protocolo com o Governo Federal, com o Ministério da Fazenda. Falam aqui sobre a questão dos juros elevados, que foi isso que induziu a ruína dos Estados. Não é só isso. Mas leva em conta o seguinte: medidas macroeconômicas são medidas a cargo da União, quem executa o Plano Real é a União. Não sou defensor de juros altos e ninguém aqui também o é, mas é lógico que essas ações têm repercussão sobre os Estados e nesse caso é onde deve haver ação política dos Governadores e deve haver remédios como este, que a União está agora aplicando, que é rolar as dívidas dos Estados em 30 anos com assunção dos encargos decorrentes de dívidas de emissão de títulos, salvo os dos precatórios e de dívidas contratuais desses Estados. Então, é uma correção de rumos que a União está fazendo para que os Estados possam, em 30 anos, pagar as suas dívidas e chegar àquela relação ideal de um para um entre dívida e receita líquida anual.

Era isso, Sr. Presidente, porque o relatório fala por si mesmo. Seria tedioso me alongar sobre os comentários que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Aberta a discussão.

Com a palavra o Deputado João Coser.

(Não identificado) - Sr. Presidente, Srs. Congressistas a Mesa insiste em informar que nós temos um tempo de cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, gostaria, lamentavelmente, de registrar também a minha preocupação: acredito que com essa postura, não sei se ela será muito forte algum dia — dificilmente seremos respeitados naquelas questões essenciais que discutimos ainda há pouco, como a questão na aplicação do orçamento, pelo projeto aprovado aqui e em outras ações, que esta Comissão tem a responsabilidade de representar bem o Poder Executivo.

Precisaríamos de pensar, neste momento, como Poder que somos, porque, se analisarmos as consequências e a motivação desta reunião, veremos que ela já é fruto de equívocos de projetos do próprio Executivo. A famosa Lei Kandir, projeto de desoneração das exportações, é a causa dos famosos 900 milhões. Porque todos os Estados — e, efetivamente, falou bem o Senador — são vítimas, e, portanto, dependem da aprovação desse projeto, e aqui não interessa a coloração partidária, pois todo mundo depende dele. Só que precisamos analisar as consequências, porque tudo, no fundo, acaba tendo uma justificativa. Os 900 milhões, deve-se à Lei Kandir; os juros altos são fruto de endividamento dos Estados, porque todos os nossos Estados, infelizmente, na grande maioria, são Estados falidos.

Agora, temos uma medida provisória, que não precisava ser editada, no caso das ações da Companhia de Energia de Alagoas. Isso desautoriza a nossa Comissão, desautoriza o Congresso Nacional. Temos a questão do FEF, do CPMF. Portanto, na minha avaliação, se não assumirmos posições difíceis e duras, muitas vezes até de devolver ao Executivo os seus projetos, não vamos conseguir ser respeitados como Poder. Acredito que deveríamos analisar a questão. Vamos dar um basta ao papel que o Executivo desenvolve, que desmoraliza o Congresso. A

imprensa exerce uma fiscalização dura em cima do Congresso Nacional, portanto, não há código de ética que nos livrará dos 98% de rejeição da população se não desempenharmos efetivamente o nosso papel, q, porque há muita gente que quer um Congresso enfraquecido, e muitas vezes, nós, os próprios membros do Congresso, não temos consciência do nosso papel. Infelizmente, às vezes, vamos desagradar até nossos aliados para garantirmos ao Poder Legislativo, realmente, o desenvolvimento do seu papel.

Não vou entrar no mérito do projeto. É verdade que esse projeto já foi muito discutido, há coisas negociadas e não negociadas, há juros diferenciados, há uma mistura de coisas que não vêm ao caso, pois tudo isso poderia ser discutido caso a caso e efetivamente no momento certo. Esse projeto poderia até ter evoluído com quorum, com negociações, enfim, tudo.

Então, a minha preocupação é no sentido de resguardar esta Comissão, o Congresso Nacional. Tivemos exemplos muito ruins, como o que ocorreu com o Senado, que, de forma equivocada, acabou sendo responsabilizado no caso dos precatórios. Vai-se aprovando projetos em nome de salvar Municípios, Estados, e depois a população paga um preço muito alto por isso. Não podemos permitir que isso se repita no Congresso Nacional e muito menos nesta Comissão.

Tenho certeza de que os Senadores, todos eles, quando aprovaram aquelas precatórias, achavam que aquilo era uma forma de ajudar os Municípios e os Estados. A intenção foi boa, mas nem sempre a intenção justifica o que estamos fazendo.

Portanto, gostaria de colocar aqui apenas essa preocupação, infelizmente, temos de desagradar a muitos para defender o nosso Poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado João Fassarella.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, efetivamente, não há o que discutir nesse projeto. Pergunto se alguém e contra a renegociação das dívidas dos Estados? Não. O crédito de 103 bilhões é suficiente? Está para mais, está para menos, deveria ser aumentado, deveria ser diminuído? Não, bô, como discutir isso. O que está em discussão é aquilo que não podemos discutir aqui. É esta a razão do meu inconformismo. O que está em discussão, o que está por trás desse crédito, é o mérito dele, que não está contido nele. Está contido nas medidas provisórias que nos negamos a apreciar antes, não é outra coisa. Estamos aprovando, de fato, por antecipação, e no mérito, as medidas provisórias que lhe dão sustentação. É isso que quero discutir. Quero discutir se as condições que estão impostas aos Estados, eles a suportam, porque já houve uma renegociação em 1995, e na época era dita que era a solução, e ela se mostrou inadequada. Agora, está sendo posta outra essa e a solução!

Queremos discutir o mérito dessa renegociação. Queremos uma renegociação que possa ter um tempo de duração maior, e a discussão sobre isso só cai na discussão das medidas provisórias.

Crédito de 103 bilhões para renegociar as dívidas dos Estados, ao quero discutir, pois não há o que esta Comissão discutiremos relação a isso. A insatisfação e, ao mesmo tempo, o desabafo do Deputado Sérgio Miranda, demonstra isso. O sentido de dizer que o Congresso acaba se humilhando não é uma revolta em relação ao resultado democrático da votação, porque nós o acatamos. Estamos aqui para acatar. Ao entrar no jogo, na democracia, teremos de aceitar o resultado favorável e o resultado adverso. Mas não podemos nos calar diante da simbologia do fato e do seu significado mais profundo. Não debatemos o mérito desse projeto, porque o mérito não está nele. Então, aceitamos que podemos ficar empurrando medidas provisórias indefinidamente, porque esse é o recado que estamos dando, e que o Poder Executivo pode continuar fazendo-as e editando-as, que terá o nosso beneplácito. E não terá o nosso empenho, com a rapidez e a presteza necessária para a preservação do nosso Poder, para que as apreciemos.

Essas são as colocações que fazemos, essa e a razão do nosso inconformismo. Quanto ao projeto em si, não tenho o que mencionar com relação a ele, porque, na realidade, o seu conteúdo não merece uma discussão maior, mas sim na discussão do mérito, das medidas provisórias que a Casa se recusou a apreciá-las antes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Continua em discussão. (Pausa)

Tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos move na discussão dessa matéria e nos preocupa mais, ainda é o fato, Sr. Presidente, de estarmos aqui apenas dando analgésico para uma dor que não vai cessar enquanto não se mudar essa política louca, enlouquecida deste Governo.

A dívida mobiliária pública federal chega, no final deste ano, a 315 bilhões, assumida a dívida pública mobiliária e contratual dos Estados. Isso representa, Sr. Presidente, uma situação de penúria para o Governo Federal, sendo que o Governo Federal não está disposto a modificar a sua política de juros que hoje é praticada neste País, fazendo deste País o paraíso dos banqueiros, paraíso da usura contra o cidadão, contra a Nação, comprometendo, de receita fiscal, 27 bilhões só para pagamento de juros e encargos da dívida ainda neste ano. O que vai significar mais de seis vezes o investimento que a União vai fazer em todo o País, seis vezes o total de investimentos passíveis de serem concretizados e efetivados este ano. A exemplo do ano passado, o Governo, embora tivesse uma previsão orçamentária de 10 bilhões, na verdade só investiu 7. Neste ano, a previsão deveria ser em torno de 4 a 5 bilhões. Então, significaria um desgaste ainda maior para o País, não vendo concretizados investimentos em infra-estrutura e de outros setores indispensáveis para o crescimento do País, para acudir a saúde, a educação, os diversos setores que estão à mingua, neste País.

Então, Sr. Presidente, o que mais nos preocupa é que não tomou nenhuma iniciativa nesse sentido, não acenou, em nenhum momento, com a diminuição do custo da rolagem dessa dívida. E mais: nos contratos que estarão assinados, estão firmando com os Estados, impõem aos Estados um comprometimento de 10 a 12% das suas receitas próprias, o ICMS, sem uma análise aprofundada de que se esses Estados tenham ou não a capacidade e a condição de assumir essa sangria também nas suas receitas próprias, já permitindo — e permitido foi — que se sangrasse desses, através do Fundo de Estabilização Fiscal, uma grande parcela do repasse federal do FPE.

Por isso, Sr. Presidente, nós da Oposição estamos aqui zelosos pelos interesses nacionais, zelosos de preservar o princípio federativo, quando se impõe aos Estados o comprometimento de parcelas do seu ICMS sem melhor aprofundar as suas condições reais para assumi-lo. Estamos aqui zelosos, Sr. Presidente, porque queremos saber do deságio havido na colocação de títulos do mercado, como interpretou e como estão sendo negociados esses títulos quando resgatados pelo Governo Federal para a rolagem da sua dívida.

Estamos aqui preocupados é com o País, Sr. Presidente. Não fazemos oposição por fazer. Estamos aqui interessados em saber como foi analisada a má gestão da dívida, que elevou-a a 45 bilhões de dólares no Estado de São Paulo, a 17 bilhões de dólares no Estado de Minas Gerais. Foi apurada a má gestão desses governantes anteriores, que já há muito vêm praticando esse descontrole total nas suas dívidas internas?

Em 1993, é bom lembrar, Sr. Presidente, já foram feitos acertos das dívidas. No entanto, não foram respeitados acordos. Os acordos só são respeitados quando o Governo Federal quer punir determinado Governador, quando quer coagi-lo, intimidá-lo, neutralizá-lo, aí são realmente cumpridos. Afora isso, o desmando é total. A ponto de vermos agora que vários Estados, depois do acordo de 1993, multiplicaram as suas dívidas contratuais e mobiliárias por até quatro vezes.

Por isso, Sr. Presidente, o protesto nosso é legítimo porque trata da defesa dos interesses nacionais, do interesse do povo brasileiro, que não sabe interpretar o que aqui estamos discutindo, mas que vai pagar caro — e já está pagando — com falta de escolas, de estradas, de infra-estrutura, de desenvolvimento. Por isso que aqui estamos agora permitindo que, mais uma vez, o Governo faça o que quer, sem aprofundar na discussão da motivação maior dessas grandes dívidas, que é a prática de juros exorbitantes e irresponsáveis assumidos por ele.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Continua franqueada a palavra.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda, que dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, considero que a discussão sobre esse crédito de 103 bilhões foi feita, aqui nesta Comissão, com um grande esforço. V. Exas. devem se recordar que o Executivo, quando enviou a mensagem, justificou esse crédito em meras duas páginas, uma página completa e outra pela metade. Foram feitas três audiências. A primeira audiência, com o Secretário Pedro Parente, quando houve uma discussão inicial, ainda com pouca informação. Posteriormente, o Secretário Pedro Parente veio à Comissão, adotou uma postura, diria, olímpica, porque disse que não ia falar nada, mas esperar as perguntas dos Parlamentares. E tivemos uma outra, talvez o momento de maior debate, quando foi feita uma audiência pública com a presença da Deputada Maria da Conceição Tavares e do Prof. Cláudio Gontijo, da Universidade Federal de Minas Gerais, quando compreendemos com mais profundidade os fundamentos dessa dívida que está sendo renegociada com a União. As informações também saíram a conta-gotas. Talvez, a informação mais substancial seja essa resposta a uma carta ao Ministério da Fazenda, encaminhada pelo Senador Lúcio Alcântara, elaborada por nós junto com outros Parlamentares.

O que fica patente nesse processo, — e acho que é uma das grandes dúvidas que existem — e como será feita, — o que também essa nota técnica não informa — a negociação dos títulos da dívida mobiliária que estão em poder de particulares, não os títulos que estão no Banco Central. Quando se compra um título da dívida de Alagoas, por exemplo, o deságio é muito grande. A troca pelo título federal será feita por valor de face? O relatório que nos chegou as mãos diz que essa relação dos proprietários, quem detém em seu poder os títulos, o Ministério da Fazenda não tem condições de informar, o Banco Central é que tem que dar essa informação. Grande parte desses títulos estão nas mãos do setor público, do Banco Central principalmente, mas existem títulos também nas mãos do setor privado. O setor privado se beneficiou quando comprou esses títulos com deságio, vai recebê-los pelo valor de face? Aí é como passar a faca quente na manteiga, é mole.

O que mais impressionou foi o crescimento da dívida dos Estados e a responsabilização por isso. Há uma política do Governo Federal desde a gestão Collor, a partir de 1991, de juros reais positivos permanentes. Isso levou que a dívida de Minas Gerais passasse de 2 bilhões, de 1992, para quase 9 bilhões, apenas rolando, sem emitir nada novo.

Outra questão que está em pauta e diz respeito a Minas Gerais também. O Governo faz a privatização do CREDIREAL e se prepara para fazer a privatização do BEMGE. Faz um empréstimo, participa também nessa negociação, em torno de mais 2 bilhões de reais. Recebeu, pela privatização do CREDIREAL, no leilão, 130 e poucos milhões e acumula uma dívida de mais de 1 bilhão. O argumento de que seria para pagar a folha, o sistema de aposentadoria não é relevante, porque isso atinge apenas 200 milhões. O que é real é que o Estado pega os ativos podres e encobre, com essas privatizações, uma série de negociações que até hoje são obscuras. Primeiro, a falência da MINASCAIXA. Segundo, o processo de privatização da AÇOMINAS, onde o Estado de Minas Gerais bancou, através de seus órgãos financeiros BEMGE e CREDIREAL, a privatização. Era uma privatização que estava sendo comprada pelo setor estatal ou seja, desestatizada pelo Estado.

Agora mesmo vendemos lá o CREDIREAL, apuramos 135 milhões. E desse dinheiro, Sr. Presidente, 37 milhões; e mais 3 milhões agora, que saiu hoje no jornal, vão para comprar ações da AÇOMINAS. Quer dizer, privatizamos e estamos lá comprando ações da AÇOMINAS.

Quero dizer a V. Exa., encerrando, que vou ver se tenho condições de elaborar uma análise mais aprofundada desse crédito para o debate no plenário. Também alerto ao Governo, que não se preocupou em conversar conosco. Não tivemos um diálogo sobre isso. Aqui na Comissão o que está valendo é a imposição. O Governo não conversou conosco sobre esse projeto, não conversou. Teve agilidade para trazer 33 Deputados aqui ao plenário da Comissão, e espero que tenha a mesma agilidade para colocar 257 Deputados no plenário do Congresso. Espero que tenha a mesma agilidade.

O Governo sabe que a nossa atuação na Comissão é aberta, não procuramos radicalizar. Radicalizamos no discurso, na defesa de posições políticas, mas estamos abertos para discutir questões concretas. Estamos abertos. Podíamos negociar o que nós poderíamos ter feito. O Governo demonstrou agilidade, traz 33 Deputados, aumenta a presença nesta Comissão. Não passemos a vergonha de discutir projetos com dois ou três Deputados aqui. Traga os 33 em todas as sessões, aprova tudo, e fica tudo bem.

Mas o que estava em pauta não era a questão do conteúdo desses projetos. Não estava em pauta isso, quero dizer aos colegas. Se falei emocionado, é porque isso não estava em pauta. O que estava em pauta era uma manobra para juntar dois projetos, dois créditos que não diziam respeito entre si. Um é fruto da Lei Complementar nº 87 e o outro é fruto dessas duas medidas provisórias. Esse é o nosso compromisso com as finanças públicas que haja uma presença grande de Parlamentares no Congresso. E fazemos referência explícita a essa postura, arrogante e autoritária, de não conversar. Se a oposição não existe nem para conversar, como é que podemos aprovar esse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - O tempo de V. Exa. está esgotado. V. Exa. já ultrapassou dois minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Já encerrei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, apenas para encaminhar a votação em nome do Bloco.

O Bloco vota contra, não por razões de mérito do projeto, mas especialmente pelas razões de método, por estar embutido uma medida provisória, por estarem embutidos dois projetos que tratam de questões diferentes. Essas são as razões do voto contrário do Bloco de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Aprovado na Câmara dos Deputados, contra os votos dos Deputados João Fassarella, João Coser, Sérgio Miranda e Giovanni Queiroz.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Peço aos senhores assessores que sempre compareçam aqui de paletó e gravata, como manda o Regimento da Casa, e que também não se sentassem nos lugares reservados aos Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Ata da 8ª Reunião Ordinária, realizada em 04/09/97

SEXTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA QUÍQUAGÉSIMA LEGISLATURA

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 1997.

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas e quarenta minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário número 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do seu titular, Senador NEY SUASSUNA. Compareceram à reunião os membros titulares, Deputados Aduino Pereira, Aníbal Gomes, Arlindo Chinaglia, Armando Abílio, Arnaldo Madeira - Primeiro Vice-Presidente, - Basílio Villani, Chico Vigilante, Cipriano Corrêa, Cleonânio Fonseca, Danilo de Castro, Etevalda Grassi de Menezes, Felipe Mendes, Fernando Ribas Carli, Francisco Rodrigues, Genésio Bernardino, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Israel Pinheiro, João Fassarella, João Leão, Júlio César, Leônidas Crstino, Lídia Quinan, Luís Barbosa, Márcio Renaldo Moreira, Marcus Vicente, Odacir Klein, Paulo Bernardo, Paulo Gouvêa, Paulo Rocha, Pedro Canedo, Pedro Novais, Sarney Filho, Serafim Venzon, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Silvério Santos e Udson Bandeira; Senadores Antônio Carlos Valadares, Carlos Patrocínio, Coutinho Jorge, Eduardo Suplicy, Flaviano Melo, José Bianco, José Ignacio Ferreira, Marluce Pinto, Ney Suassuna - Presidente, Onofre Quinan e Romero Jucá. Registrou-se a ausência dos membros titulares, Deputados Alexandre Ceranto, Aracely de Paula, Augusto Nardes, Barbosa Neto, Betinho Rosado, Ceci Cunha, Euler Ribeiro, Flávio Palmer da Veiga, João Coser, José Janene, José Rocha, Luiz Braga, Neuto de Conto, Oscar Goldoni, Osvaldo Coelho, Osvaldo Reis, Paulo Lima, Pedro Henry, Pimentel Gomes, Roberto Rocha, Rodrigues Palma; e Senadores Ademur Andrade, Casildo Maldaner, Fernando Bezerra, José Alves, Leomar Quintanilha, Ludio Coelho e Romeu Tuma. Justificaram ausência os Deputados Albérico Filho e Roberto Balestra. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme o estipulado no inciso 3º do Artigo 32 do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente abriu a reunião, destinada à análise das Pautas nºs 12 (remanescente), 14 e 15/97. Em seguida, passou à apreciação das Atas da 7ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de agosto e da 5ª Reunião de Audiência Pública, em 28 de agosto de 1997. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura das Atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "j" do artigo 9º do Regulamento Interno desta Comissão, o Presidente declarou as Atas aprovadas. **AVISOS:** 1) Leitura do cronograma de tramitação do Projeto de Lei Orçamentária para 1998 - Leitura em Sessão do Senado Federal - 29/08, Distribuição de avulsos - 03/09, Realização de Audiências Públicas - até 17/09; Apresentação, pelo Relator-Geral, do Parecer Preliminar - até 22/09, . Apresentação de emendas ao Parecer Preliminar - até 25/09, . Votação do Parecer Preliminar com as emendas - até 01/10, . Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 1998 - de 02 a 16/10, . Publicação e distribuição de avulsos das emendas ao Projeto de Lei - até 21/10, Apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais nas Subcomissões - até 11/11, . Apresentação, publicação, distribuição e votação do Parecer Final, na Comissão - até 26/11; . Sistematização do Parecer sobre o Projeto e encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do Congresso Nacional - até 05/12; Sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do autógrafo - até 15/12. 2) O Presidente ratificou a presença do Ministro do Planejamento e Orçamento, Deputado Antônio Kandir, naquele dia, às 14h30min, em reunião de audiência pública, a fim de promover esclarecimentos iniciais acerca da Proposta Orçamentária para 1998. 3) Realização das reuniões regionais com o seguinte roteiro Dia 11 de setembro João Pessoa/PB; Dia 15 de setembro: Curitiba/PR; Dia 16 de setembro Belo Horizonte/MG; Dia 17 de setembro: Belém/PA; Dia 18 de setembro Goiânia/GO. **EXPEDIENTE:** O Presidente acusou o recebimento dos seguintes expedientes: 1) De procedência interna. a) Ofícios encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: - Expediente de 25 de agosto, do gabinete do Senador Flaviano Melo, encaminhando justificativa de falta à reunião do dia 21 de agosto; - Ofício nº 37, de 14 de agosto, do gabinete do Deputado José Janene, encaminhando justificativa de falta no período de 25 a 29 de agosto; - Expediente

de 28 de agosto, do gabinete do Senador Romero Jucá, justificando ausência aos trabalhos do dia 19 de agosto, - Expediente nº 381, de 04 de setembro, do gabinete do Deputado Alexandre Ceranto, comunicando ausência aos trabalhos nos dias 02 a 05 do corrente mês. II) De procedência externa: - Em atendimento ao Ofício nº P-005/97, de 08 de julho, através do qual esta Presidência solicitou às Assembleias Legislativas cópia das Leis de Diretrizes Orçamentárias Estaduais 1) Ofício 688, de 14 de agosto de 1997, da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, encaminhando cópia das Leis nºs 11 218/95, 11 360/96 e 11.445/97, que tratam sobre as LDO's daquele Estado; 2) Ofício 076, de 13 de agosto de 1997, da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, encaminhando cópia das Leis nº 93/95 e da Lei Complementar 019/96, 3) Ofício nº 715, de 19 de agosto de 1997, da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, encaminhando cópia das LDO's para 1996 e 1997; 4) Ofício nº 1709, de 18 de agosto de 1997, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, encaminhando cópia da documentação solicitada, bem como de outras matérias de interesse da Comissão. **ORDEM DO DIA:** Remanescente da Pauta nº 12/97 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 09/97-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito especial até o limite de R\$ 10 623 202,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado Armando Abílio. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto, sem alterações. O Relator explicou que as informações solicitadas ao Poder Executivo foram enviadas e responderam plenamente aos seus questionamentos. Tendo sido discutido na reunião anterior, não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, nas respectivas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA nº 14/97 - Apresentação, discussão e votação dos Relatórios aos seguintes Projetos de Lei 1) Análise do Relatório sobre a execução do Plano Plurianual para o período 1996/1999, relativo ao exercício de 1996 (Mensagem nº 495, de 30/05/97). Relator: Senador Coutinho Jorge. O Relator apresentou a sua análise. Discutiram a matéria os Deputados Israel Pinheiro, Giovanni Queiroz e João Fassarella. O Deputado Sérgio Miranda registrou que encontrava-se no Plenário da Câmara dos Deputados, tendo portanto, se ausentado do recinto da reunião durante a os debates. O Presidente esclareceu a discussão acerca da matéria e solicitou à Secretaria que acompanhasse o desenvolvimento dos trabalhos no Plenário da Câmara dos Deputados. 2) Projeto de Lei nº 11/97-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 44 434.211,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado Basílio Villani. Voto: Favorável, nos termos propostos no Projeto, sem alterações. Discutiram a matéria os Deputados Giovanni Queiroz e João Fassarella. Em votação, o Relatório foi **aprovado** contra o voto do Deputado Giovanni Queiroz, na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal. 3) Projeto de Lei nº 13/97-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Marinha, crédito suplementar no valor de R\$ 17 115 000,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado Francisco Rodrigues. Voto: Favorável, nos termos propostos no Projeto, sem alterações. Estando o relator inicialmente ausente, o Deputado Sérgio Miranda foi designado relator "ad hoc", tendo feito a apresentação do Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Israel Pinheiro, Giovanni Queiroz e Francisco Rodrigues, fazendo-se presente no momento. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, nas respectivas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA Nº 15/97 - Apresentação, discussão e votação dos Relatórios aos seguintes Projetos de Lei 1) Projeto de Lei nº 17/97-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, crédito especial até o limite de R\$ 331.118,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado João Fassarella. Voto: Favorável, nos termos propostos no Projeto, sem alteração. O Relator fez a apresentação do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, nas respectivas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Projeto de Lei nº 22/97-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, crédito suplementar no valor de R\$ 221 162 205,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado Genésio Bernardino. Voto: Favorável, nos termos propostos no Projeto, sem alterações. O Relator fez a apresentação do Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, nas respectivas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** Para finalizar, o Presidente agradeceu os Coordenadores das reuniões regionais nos Estados, quais sejam, Deputado Armando Abílio, em João Pessoa/PB; Deputado João Fassarella, em Belo Horizonte/MG; Deputada Lídia Quinan, em

Goiânia/GO, Deputado Paulo Bernardo, em Curitiba/PR e o Senador Coutinho Jorge, em Belém/PA. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, às onze horas e cinquenta e dois minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador NEY SUASSUNA, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para apreciação da Pauta nº 14, de 1997, com alguns itens remanescentes das Pautas nº 12 e nº 15.

Apreciação das Atas da 7ª reunião ordinária, realizada em 19 de agosto, e da 5ª reunião de audiência pública, realizada em 28 de agosto de 1997.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura das Atas, por terem sido distribuídas antecipadamente, juntamente com a pauta dos trabalhos.

Se alguém não concorda com a decisão queira manifestar-se.
(Pausa) Todos concordam.

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro aprovadas as Atas em questão.

Avulsos

Passo à leitura do cronograma de tramitação do Projeto de Lei Orçamentária para 1998:

Leitura da sessão do Senado, em 29 de agosto, que já ocorreu, distribuição de avulsos, em 3 de setembro, que já ocorreu, realização de audiências públicas até 17 de setembro — hoje, às 14h30min, teremos a primeira reunião com o Ministro Kandir, que virá prestar seu depoimento sobre o Orçamento; apresentação, pelo Relator-Geral, de parecer preliminar até o dia 22 de setembro, apresentação de emendas ao parecer preliminar até o dia 25 de setembro, votação do parecer preliminar com as emendas até 1º de outubro, apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Orçamentária para 1998, de 2 a 16 de outubro, publicação e distribuição de avulsos das emendas ao Projeto de Lei até 21 de outubro, apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais nas Subcomissões até 11 de novembro, apresentação, publicação, distribuição e votação do parecer final até 26 de novembro, sistematização do parecer sobre o projeto e encaminhamento do parecer da Comissão à Mesa do Congresso Nacional até 5 de dezembro, sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do autógrafo até 15 de dezembro.

Está confirmada para hoje a presença do Ministro do Planejamento e Orçamento, Deputado Antonio Kandir, às 14h30min, em reunião de audiência pública. Esta é a primeira reunião de audiência pública que realiza esta Comissão para os esclarecimentos iniciais acerca da Proposta Orçamentária de 1998.

Ratifico a realização das reuniões regionais com o seguinte roteiro: dia 11 de setembro, quinta-feira próxima, João Pessoa, dia 15 de setembro, Curitiba, dia 16 de setembro, Belo Horizonte, dia 17 de setembro, Belém, dia 18 de setembro, Goiânia.

Não haverá mais modificações, porque ontem representante do Ministério da Aeronáutica conversava conosco sobre as dificuldades do cronograma anterior. Então, esse cronograma já é definitivo, se Deus assim o permitir.

Expediente

Acuso o recebimento dos seguintes expedientes.

De procedência interna

Ofícios encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: expediente de 25 de agosto, do gabinete do Senador Flaviano Melo, encaminhando justificativa de falta à reunião do dia 21 de agosto, Ofício nº 37, de 14 de agosto, do gabinete do Deputado José Janene, justificando as faltas no período de 25 a 29 de agosto, expediente de 28 de agosto, do gabinete do Senador Romero

Juca, justificando ausência aos trabalhos do dia 19 de agosto, Expediente nº 381, de 4 de setembro, do gabinete do Deputado Alexandre Ceranto, comunicando ausência aos trabalhos dos dias 2 a 5 do corrente mês.

De procedência externa

Em atendimento ao Ofício nº P-005/97, de 8 de julho, através do qual esta Presidência solicitou às Assembléias Legislativas cópia das Leis de Diretrizes Orçamentárias estaduais, temos: 1) Ofício nº 688, de 14 de agosto de 1997, da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, encaminhando cópia das Leis nºs 11.218/95, 11.390/96 e 11.445/97, que tratam das LDO daquele Estado; Ofício nº 076, de 13 de agosto de 1997, da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, encaminhando cópia da Lei nº 93/95 e da Lei Complementar nº 019/96, Ofício nº 715, de 19 de agosto de 1997, da Assembleia Legislativa do Estado de Tocantins, encaminhando cópia das LDO para 1996 e 1997, Ofício nº 1.709, de 18 de agosto de 1997, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, encaminhando cópia da documentação solicitada, bem como de outras matérias de interesse da Comissão.

Ordem do Dia

Remanescente da Pauta nº 12/97: Projeto de Lei nº 09, de 1997, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, crédito especial até o limite de R\$ 10.623.202,00, para os fins que especifica.

Com a palavra o nobre Deputado Armando Abílio, que exera voto favorável, nos termos do projeto, sem alterações, o qual passa a descrever:

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, eu não recebi essa pauta. Tenho apenas as de nºs 14 e 15.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Está no avulso.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente, na sessão anterior, tivemos a oportunidade de ler não só o relatório, mas também o voto. Inclusive, o Deputado Sérgio Miranda levantou algumas questões. Estivemos, novamente, tanto no Ministério dos Transportes como no do Meio Ambiente, e recebemos esta nota. Já a entregamos ao Deputado Sérgio Miranda, que, inclusive, concordou com a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tendo em vista as explicações e a informação sobre os dados transmitidos ao Deputado Sérgio Miranda, abro a discussão do projeto.

Não havendo quem queira discuti-lo, colocoo em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que com ele estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa).

Aprovado

Em votação no Senado Federal

Os Srs. Senadores que com ele estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa).

Aprovado

Passa-se ao Item nº 1 da Pauta nº 14/97, análise do relatório sobre a execução do Plano Plurianual para o período de 1996/1999, relativo ao exercício de 1996, cujo Relator é o Senador Coutinho Jorge.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, o relatório que apresentamos é produto exatamente do art. 2º da Lei nº 92, de 1976, que aprovou o Plano Plurianual. E o Plano Plurianual, como todos sabem, sintetiza as despesas de capital e os investimentos do Governo durante os quatro anos de sua ação administrativa.

Quero também lembrar a V Exas que encaminhei esse relatório — e é a primeira vez que esta Comissão faz isso —, ao qual anexei uma alteração, com uma série de recomendações

Quero dizer rapidamente que a avaliação deste PPA deveria ter uma profundidade muito maior, o que não foi possível em função da forma como foi avaliado e analisado neste Congresso — e no meu entender a metodologia de apresentação do PPA no Congresso piorou, levando-se em conta o que veio do Governo Federal

Em relação aos transportes, por exemplo, o Governo definiu objetivos claros, como adequar a capacidade de tráfego, e todas as BR que deveriam ser recuperadas ou duplicadas, por região. Este é o objetivo do PPA definir projetos regionalizados e a sua execução nos quatro anos

Em função do não-entendimento, nesta Casa, das prioridades do PPA, o que foi feito? Na área de transportes, pegou-se o mesmo projeto "adequar a capacidade de tráfego" e, ao invés de definir todas as BR por região, determinando quantos quilômetros seriam recuperados em cada rodovia, o PPA colocou como meta adequar ou duplicar 2.249 quilômetros de rodovia e definiu o percentual por região

A forma como o PPA foi concebido no Congresso, na tentativa de simplificá-lo, complicou seriamente a própria avaliação. Então, eu quero dizer que a própria metodologia utilizada na concepção do PPA trouxe uma série de problemas de avaliação

Além disso, quero lembrar que há um problema sério na linguagem do PPA, no que diz respeito à sua compatibilização com o Orçamento anual.

Vou dar o exemplo concreto da eletrificação rural no PPA, a meta é a implantação da rede de eletrificação rural em 3 milhões de propriedades rurais, no Orçamento anual, a meta é implantar 5.171 quilômetros

Eu quero dizer que o Orçamento anual e o Plano Plurianual têm critérios diferentes para a avaliação de metas, de programas e de projetos. Há, portanto, uma falta de compatibilização na linguagem. O próprio Governo reconheceu isso, fez críticas, e isso dificultou mais uma vez a nossa avaliação

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Senador, permita-me um aparte, por favor

O que V Exa está falando é da maior importância. Mas vamos ver soluções..

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Eu vou sugerir no final

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Esta bom. Obrigado

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Segundo, ausência de regionalização das metas físicas executadas. Lamentavelmente, colocamos uns (ininteligível) de meta física aqui por região, e o Governo não informou realmente a sua execução física financeira, regionalizada.

Em função de todas essas dificuldades, fizemos uma avaliação da execução físico-financeira das ações e metas do PPA, como a própria legislação exigia. O que o Congresso exigiu o Governo mandou

Por exemplo, em relação às metas acumulativas, 217 tiveram execução física superior a 25%, mas deixaram de ser cumpridas também 33% das metas. E o Governo alega que foi difícil mensurá-las. Com respeito às chamadas metas não-acumulativas, ocorreu o mesmo: algumas metas foram rigorosamente cumpridas, outras não foram cumpridas e outras não foram informadas

Ora, em relação a execução físico-financeira, é importante lembrar que o Governo encaminhou um relatório, segundo o qual, dos 8 bilhões programados para 1996, foram gastos 84 milhões de reais, representando 85,2% do total executado. Deixou, portanto, de cumprir 14 bilhões e 600 milhões de reais na sua execução financeira. Isso significa dizer que ele deixou de aplicar, sobretudo, na infra-estrutura e no desenvolvimento social, que são áreas carentes

Se analisarmos a execução financeira do PPA por grandes temas, verificaremos, por exemplo, que em comunicação, energia, trabalho, previdência, mais de 90% das metas foram cumpridas. No entanto, se analisarmos áreas como assistência social, transporte, recursos hídricos, meio ambiente e habitação, verificaremos que menos de 60% das metas foram cumpridas a pior performance e da habitação, com 31%

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Senador, permita-me um aparte.

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Pois não

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - O assunto é muito importante. Vou interromper V Exa, que está muito entusiasmado. V Exa falou na execução financeira, mas eu preciso entender um pouco como estão amarradas a parte financeira com a física. Se a meta financeira não acompanhou a física e bom sinal, sinal de que ficou menos oneroso para o Tesouro, às vezes, ocorre o contrário. V Exa tem algum quadro comparativo entre a física e a financeira?

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Não. Separamos, porque .

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Para nós é só financeira. Não há como ter meta física.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Não, ele estava falando de metas físicas também

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - A execução física tem dois tipos

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Tem de ter. Como não tem? Com o Deputado, surgiu outra discussão. Como não tem meta física?

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Tem execução física

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Vamos esclarecer isso. Senão, estaremos falando chinês aqui

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - O Senador me permite um aparte? Senador, na verdade, o que eu entendi...

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - A Mesa pedina aos Parlamentares que discutissem depois. Daqui por adiante vamos pedir a S. Exas que se inscrevam para falar, a fim de podermos ordenar os trabalhos

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, o assunto é correlato. Eu estava apartando o eminente Senador .

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Nós entendemos, Deputado. Por isso é que dissemos que .

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Se eu não entender o que S. Exa está dizendo, não poderei acompanhar o seu raciocínio. Eu gostaria que S. Exa explicasse a conexão entre físico e financeiro

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Eu vou explicar. Voltando àquele exemplo dos transportes, o correto seria adequar a capacidade de tráfego das BRs. Por exemplo, a BR 040 recuperar 78 quilômetros. A meta física aqui é 78 quilômetros

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Claro. E a financeira é tanto, correspondendo .

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Acontece que não foi. Este é o erro. A minha crítica começa é à concepção e à análise feita pelo Congresso. Ao invés de aprimorarmos o quadro oriundo do Governo, detalhando por programa, projeto, amarrando as metas física e financeira, nós as separamos

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Então a culpa é nossa

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - A culpa é nossa

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Ah, bom. E a Comissão é que deu o parecer, aprovou-o?

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Não, piorou. Eu insisto: piorou o PPA

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - É bom registrar isso nos Anais desta Casa, Sr. Presidente, para que na próxima vez O PPA so volta agora no ano 2000 Qual e o prazo?

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Não Ele será avaliado anualmente, e nós temos sugestões de alterar isso No final, vou propor essas mudanças

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Quer dizer, a execução financeira aqui é muito empírica. Ela não tem uma análise profunda porque não está vinculada à execução física Não há como comparar É isso que V Exa quer dizer?

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Eu quero dizer o seguinte no global, é possível fazer Por exemplo, em relação à execução física de 1996, eu posso fazer uma análise por setor, avaliando o que o Governo executou e deixou de executar Eu disse, por exemplo, que comunicação e energia cumpriu 100% do que estava programado.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Da meta física

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Não, da meta financeira A meta física

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Não, estou lendo o quadro que V Exa fez Eu indago se há um quadro sobre a meta física programada e não cumprida

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Sim Na avaliação da execução físico-financeira há dois tipos de metas A acumulativa representa uma sequência dos anos; a meta não-acumulativa é aquela realizada no ano É uma terminologia complicada. Então, nos estamos mostrando quantas metas não-acumulativas foram cumpridas, o percentual de cada uma delas.

E fiz uma crítica Uma parte dessas metas não foi informada pelo Governo, porque era difícil de ser mensurada em virtude dos próprios critérios metodológicos adotados para a elaboração do Orçamento. Isso precisa ser corrigido também Por isso, estamos propondo alterar essa metodologia na próxima apresentação do relatório do Governo para este ano.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção para a gravidade do assunto A meta de habitação Vamos pegar

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Eu gostaria de dizer ao nobre Deputado que a palavra é assegurada ao Relator, que estava fazendo seu relato Logo em seguida, abriremos inscrição e V Exa .

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Não precisa Vamos ter um pouco mais de flexibilidade, porque é só um questionamento

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Excelência, permita-me presidir Esta é a norma, e eu tenho de segui-la

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Então, para que a Comissão, se não podemos falar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Está assegurada a palavra ao Relator Após a conclusão do seu relato, abriremos a discussão.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, V Exa. me vai perdoar, mas esta discussão é importante Eu não estou discutindo coisa à-toa, não. O que o eminente Relator está falando e da maior importância. Faço um apelo a V Exa. no sentido de ter um pouco de paciência, para que o Relator possa explicar melhor essa questão. Depois, não vai ter sentido eu falar. A minha pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Mas V Exa...

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Um minuto, Sr. Presidente. Que falta de paciência!

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - O Relator está... não é falta de paciência, não

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Eu estou questionando o Relator Se V Exa não me tivesse interrompido, eu já teria conseguido minha resposta

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Perdão, Excelência

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Perdoe-me também

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - V Exa. é de uma família tradicional de Parlamentares Sabe que, segundo o ritual desta Casa, quando se esta relatando, tem de se esperar a conclusão do relatório para ter início a discussão

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Não tem, não Eu estou apartando, Sr. Presidente V Exa acha que tem, mas não tem Eu estou discutindo a matéria, o que é normal nesta Casa

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Este é o Regimento da Casa

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Não tem, não. Essa é uma decisão errônea

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Não vamos entrar em discussão com a Presidência, por favor

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Eu só estou tentando ajudar, para melhorar o nível desta Comissão Não tem nada errado em discutir com S Exa Eu não incomodo ninguém

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Esta assegurada a palavra ao Relator, que, se quiser conceder o aparte, por favor

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Eu gostaria de dar uma explicação

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Vamos parar de slogan, Sr. Presidente Vamos ser realistas, racionais A minha pergunta é a seguinte

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Deputado, V Exa não precisa ensinar-me

(Apartes paralelos, ininteligíveis)

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Eu gostaria só de esclarecer V Exa tem toda a razão

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Eu tenho razão, o Presidente não deixa eu falar Parece que esta sabotando a Comissão. Eu quero discutir a matéria e não posso

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Eu quero explicar que uma das dificuldades mais graves no PPA é sua própria forma de elaboração O Governo mandou realmente as metas físicas e financeiras regionalizadas Nós, ao invés de melhorarmos, pioramos Ou seja, se temos de recuperar as rodovias, precisamos definir quais serão recuperadas e determinar a quilometragem e o valor financeiro Isso veio do Governo O que nos fizemos? Sintetizamos, colocamos rodovias "X" quilômetros por região Isto é um absurdo, pois não foram definidas as rodovias, o que não permitiu a vinculação do valor financeiro ao físico Começou daí.

Ora, o Governo simplesmente cumpriu o que esta no PPA aprovado por nós O que estamos fazendo é mostrando a dificuldade de se avaliar a execução financeira pela forma como o próprio PPA foi aprovado Isso é difícil

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Isso é o que eu indago Foi proposital? Foi acidental? Tudo isso nós temos de examinar.

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Mas a culpa é nossa.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - V Exa. tem de entender, porque às vezes o próprio Governo ou o Ministério, não sei, tem a intenção de criar tumulto, a fim de que o Congresso não possa fiscalizar. É muito importante saber quem é o responsável, porque, na hora em que se comparam valores diferentes, não há como fiscalizar

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Inclusive aqui eu fui voto vencido. Rigorosamente, a minha tese é que o plano deveria ser mais detalhado, regionalizado. Isto é o que se chama de Plano Plurianual. Lamentavelmente, nós fizemos a síntese de um plano que não foi culpa do Governo. Eu insisto: nós pioramos a proposta do Governo.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Às vezes, propositadamente. Temos de apurar quem foi o Relator, por que fez, senão, não moralizamos isso. Eu tenho experiência nesta Casa. Temos de apurar isso.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Desculpe-me. Não posso conceder-lhe a palavra pela ordem, no momento, porque o Relator está com a palavra.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI - E para pôr ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - O Relator está com a palavra, e V. Exa., conhecedor dos nossos rituais, sabe que, quando o Relator está dando seu parecer, não posso conceder a palavra a outro Parlamentar, antes que S. Exa. conclua sua fala.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI - É para pôr ordem, não é pela ordem. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Eu entendo a sua colocação, mas como V. Exa. é uma pessoa ponderada, eu lhe pedira que permitisse ao Relator concluir o relatório.

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Sr. Presidente, eu concluo, dizendo que, pelas dificuldades já expostas, concordo plenamente com o Deputado e entendo a sua inquietude. Nós temos de mudar realmente a metodologia de análise e de apresentação do próprio relatório.

Nós temos dados para a execução financeira global. Não podemos dizer, por exemplo, a relação da performance da habitação, que foi a pior, com 31%, com a meta física regionalizada. Nós podemos dizer que o Governo cumpriu realmente o programado financeiramente em termos percentuais. Sim. O que falta definir é uma análise regionalizada, detalhada, o que não foi possível em virtude do relatório apresentado e, sobretudo, do próprio conteúdo do Plano Plurianual.

Já falei sobre a linguagem inadequada e incompatível entre os dois instrumentos: Plano Plurianual e Orçamento Anual. É o próprio Governo reconhece que é muito difícil fazer uma análise desse tipo.

Em função disso tudo, concluímos o relatório com uma série de propostas, de recomendações e de sugestões. O que está no meu projeto não está valendo. Quero informar ao Presidente que foi alterado o relatório de análise com conclusões e recomendações. Quero lembrar também que o Governo, no PPA, encaminhou uma série de informações importantes quanto aos agregados macroeconômicos. E, lamentavelmente, o que nós fizemos? Nós não exigimos o envio das informações dos agregados macroeconômicos, como produto interno, necessidade de financiamento do setor público, contas correntes do balanço de pagamento, dívida externa líquida, dívida total líquida do setor público e investimento. Ora, a própria legislação aprovada por nós não exige isso. E o Governo também não mandou, ele cumpriu o que estava previsto. Isso significa dizer que temos de alterar o PPA também, o próximo relatório. Precisamos ter também as variáveis macroeconômicas do comportamento do PIB, da necessidade de financiamento, que não vieram porque a própria Comissão excluiu tal exigência dessa legislação, e o Governo mandou. Mesmo assim, nós fizemos uma análise rápida dos agregados macroeconômicos.

Por tudo isso, fizemos uma série de recomendações e conclusões no nosso relatório. Em primeiro lugar, quero informar que as conclusões e as recomendações constantes do relatório foram alteradas e ampliadas, estão distribuídas a parte.

As conclusões e recomendações ausência de uma avaliação das metas macroeconômicas, falta de referência a regionalização de suas metas, inadequação com a linguagem classificatória do Plano com a Lei Orçamentária. São alguns pontos fundamentais.

No nosso entender, a proposta encaminhada pelo Governo, embora criticada por muitos Parlamentares, apresentava uma formatação mais adequada do que a que foi aprovada pelo Congresso. O detalhamento facilita em muito o acompanhamento, o controle e a execução das ações. Acreditamos que a limitada experiência do Congresso em trabalhar com esse instrumento fez com que a opção se desse em direção ao formato aprovado, que no nosso entender foi errado.

Para isso e por isso mesmo, na impossibilidade de revisão de uma magnitude maior do Plano, sugerimos, além da reestimativa dos fundamentos macroeconômicos do plano, as seguintes providências:

1- Incluir na próxima LDO normas para assegurar maior compatibilidade entre a estrutura programática e metas dos setores e as ações dos subprogramas, objetivos e metas fixados pelo PPA para cada setor e detalhadas no Anexo de Metas da própria LDO.

2- Disciplinar melhor o conteúdo dos próximos relatórios, contemplando, especialmente a regionalização dos resultados alcançados, inclusive a de 1996, o acompanhamento das metas macroeconômicas, explicações sobre as discrepâncias observadas entre valores ou metas projetados e realizados, inclusive em nível de objetivos, e indicação, se for o caso, das providências adotadas para recuperação da programação, e uma distinção mais clara, em nível das Ações ou Subprogramas, entre os elementos relativos às programações executadas com recursos orçamentários e aquelas relativas às programações executadas com recursos de outras fontes.

3- Modificar a Resolução 295 do Congresso Nacional, de modo a estender aos projetos de Lei da Diretriz Orçamentária e do Plano Plurianual a faculdade de apresentação de emendas coletivas de Comissões Permanentes, bancadas regionais e bancadas estaduais, bem como definir, pelo menos no que se refere ao Plano Plurianual, sistemática de apreciação que mobilize as subcomissões temáticas.

4- Com relação aos problemas e objetivos identificados no relatório sob análise do Congresso Nacional, propomos a formulação pela Comissão Mista de um projeto de decreto legislativo com a recomendação do relatório de execução e sua remessa à deliberação do plenário do Congresso Nacional.

Isso significa dizer que a própria Resolução nº 2 tem de ser alterada para que todos os anos, a partir de agora, seja apresentado o relatório desta forma.

E, por último, tendo em vista a tramitação no Congresso Nacional do projeto de lei complementar estabelecendo novas normas de direito financeiro, visando a regulamentar o disposto no art. 165, recomendamos que a cópia deste relatório seja enviada ao Relator, para que, a seu critério, sejam considerados os pontos aqui tratados.

Estas são, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, as minhas conclusões e recomendações desse primeiro relatório de avaliação da execução do PPA 96/99 que faz o Governo Federal ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - O Relator, tendo concluído o seu relatório, oferece sugestões à Casa. Informamos os Srs. Parlamentares que as sugestões não terão força de lei, mas poderão ser discutidas e melhoradas. Inclusive, como o assunto não está sendo concluído, porque este é apenas o primeiro relatório, até sugerimos que, se alguém tiver sugestões ou dúvidas a respeito do assunto, procure diretamente o Relator, para que possa aperfeiçoar o seu segundo relatório.

Colocamos em discussão o assunto.

Com a palavra o Deputado João Fossarella.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr Presidente, Sras e Srs Deputados e Senadores, inicialmente eu gostaria de parabenizar o Senador Coutinho Jorge pelo trabalho cuidadoso, minucioso, que apresenta falhas e limitações, algumas da própria estrutura do PPA, que dificultam a sua compreensão e o seu acompanhamento, especialmente no que diz respeito às metas físicas executadas e a análise do desempenho regional das metas estabelecidas. Mas S. Exa indica também algumas sugestões que levariam ao aprimoramento do processo orçamentário, ao mesmo tempo em que criariam condições mais efetivas para que o Congresso Nacional cumpra seu dever de acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária.

Chama-nos a atenção — acho que esta é uma questão sobre a qual nos devemos debruçar com bastante atenção —, a análise da execução financeira, apesar de que esta, por si só, deveria estar acompanhada da execução física. Mas ela dá uma visão mais adequada, talvez, do desempenho e da execução orçamentária. Mas há o aspecto financeiro. Ela significa, sem dúvida alguma, um indicativo. O fato, por exemplo, de a habitação ter tido uma execução financeira de apenas 31,15% do previsto indica que não conseguimos admitir que não existe fator que indique que o custo das construções devesse ter baixado, tanto que com 70% a menos de recursos se conseguia realizar a mesma meta física.

Então, sem dúvida alguma, estava havendo na execução do PPA um desequilíbrio. Chamo a atenção para a execução além das comunicações, o fraco desempenho da saúde, da educação, com apenas 76,3%, da agricultura, com 65%, do desenvolvimento urbano, com 65%, da assistência social, com 58%. Se levarmos em conta o aumento das desigualdades sociais, o aumento do desemprego, o aumento da exclusão social, verificaremos que uma redução de cerca de 50% na execução de programas de assistência social é extremamente preocupante em nosso País.

Acredito que temos de aprimorar os mecanismos da Comissão para que possamos ter condições de fazer, não só um acompanhamento, mas também uma cobrança, para que as metas estabelecidas e aprovadas pelo Congresso Nacional no Plano Plurianual não sejam apenas uma intenção, uma sugestão, uma indicação ao Executivo, que as cumpre, se quiser, quando quer e como quer, sem que se sinta, de alguma forma, comprometido com a sua execução.

Esta é a questão que trazemos ao debate. Acho que as indicações e as sugestões são oportunas, para que avancemos nesse trabalho de aproximação. Acho que esse é um trabalho que não se consegue fazer de uma vez. Temos de trabalhar intensamente na Comissão para que as metas estabelecidas sejam mais adequadamente cumpridas e o Orçamento não seja apenas uma carta de intenções, mas se transforme num programa, num planejamento de metas que o Congresso Nacional possa, de fato, acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - A matéria continua em discussão.

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Sr Presidente, eu queria levantar uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Pois não.

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Para tornar operacional a recomendação de V. Exa., poderíamos elaborar o referido decreto legislativo com essas recomendações sintéticas, que incorporariam, a partir de agora, uma obrigação do Governo Federal. Depois, trabalharíamos no sentido da mudança da própria Resolução nº 2 do Congresso Nacional. Mas, em princípio, poderíamos aprovar um decreto legislativo com essas recomendações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - A Presidência da Mesa não só encampa essas sugestões como designa V. Exa. para dar continuidade a elas. Ao mesmo tempo, solicita à Secretaria que faça chegar às mãos de V. Exa. o PLC que estabelece normas de direito financeiro, que foi votado ontem.

Passamos para o item seguinte, que trata do Projeto de Lei nº 11, de 1997, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da

Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 44 434 211,00, para os fins que especifica.

Passamos a palavra ao nobre Deputado Basílio Villani, que deu parecer favorável nos termos propostos pelo Projeto, sem alterações.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Eu quero lamentar que estejamos realizando nossa reunião durante a Ordem do Dia da sessão da Câmara. Estava no plenário, exercendo a Liderança do Bloco, e me ausentei de uma discussão que considero importante.

Quero apenas que fique registrado que desejávamos fazer uma análise do Plano Plurianual, mas, infelizmente, não por desleixo ou descaso meu, não pude participar dessa discussão. Eu estava cumprindo a obrigação, como vice-Líder do Bloco, de encaminhar a pauta da Câmara. E a matéria foi discutida enquanto eu estava votando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - A Mesa quer dizer a V. Exa. que não somos informados da pauta da Câmara, e eu pediria à Secretaria até que buscasse verificar isso, embora tenhamos obrigação com a Ordem do Dia da Câmara ou do Senado. Mas fica registrada a questão de ordem de V. Exa.

Informamos que este é o primeiro relatório, que V. Exa. terá oportunidade de debater numa próxima reunião. Inclusive, o nobre Senador Coutinho Jorge encontra-se inteiramente aberto a discuti-lo com cada Parlamentar.

Está assegurada a palavra ao Relator, Deputado Basílio Villani.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI - Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados e Senadores, a mim foi dada a incumbência de emitir parecer ao PL nº 11/97, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 44 434 211,00.

O exame da proposição levou-nos à não-apresentação do parecer na semana anterior, uma vez que surgiram alguns problemas registrados pelo Ministério da Educação e por vários Deputados, no sentido de que pudéssemos fazer alteração das receitas. Em consulta à nossa assessoria, ficou definido que haveria novo crédito especial.

O exame da proposição quanto a sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo Plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 9.293, de 15 de julho de 1996 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), a percepção deste Relator é a de que as modificações pretendidas por este crédito adicional não contrariam as vedações expressas em tal Lei.

Constatou-se, igualmente, que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Ao projeto foram apresentadas duas emendas, sendo recusadas por esta Relatoria. A primeira, por considerar, Sr. Presidente, que consta do Projeto de Lei Orçamentária o valor de 200 mil reais, não usado até agora. Então, decidimos não acatá-la, uma vez que estamos esperando que se efetue o pagamento desses 200 mil reais. Esse valor ainda nem foi empenhado.

Com referência à emenda nº 02, nós a rejeitamos em razão de contrariar o exposto no art. 47, inciso I, alínea a, do Regulamento Interno desta Comissão.

Pelo exposto, somos favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 11, de 1997-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo e pela rejeição das emendas apresentadas

É este o Relatório, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tendo o nobre Deputado Basílio Villani exarado seu parecer, coloco em discussão a matéria.

Pede a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Deputado Basílio Villani, eu queria fazer uma observação no sentido de que sempre temos criticado este Governo pela falta de seriedade quando manda para cá o Orçamento. Sempre fazemos essa denúncia porque eles precisam, pelo menos, já que têm um computador à mão, não ter preguiça de analisar essas execuções orçamentárias dos anos anteriores. Gasta 100 mil reais numa ação qualquer de Governo num ano e, no outro, pede 2 bilhões, para depois fazer cortes, remanejamentos. Trata-se daquela reserva de caixa medíocre que todos sabemos que existe, e o Governo continua insistindo, pensando que somos "bestas".

Para comprovar o que acabo de dizer, agora, mais uma vez, o Governo -- e o Deputado Basílio Villani deve ter detectado isso -- cancela 1,77 milhão de reais do Ministério do Trabalho, transferindo de um GND para outro, vamos assim dizer, porque não tem acesso a essa programação antes. É uma vergonha! Este Governo é fraco, os técnicos não prestam, alguma coisa está acontecendo lá. Os nossos são competentes, porque antecipam todos esses desmandos, esses desvios.

Por exemplo, do MEC, na "Formação do Patrimônio do Servidor Público", que tem no Orçamento previstos 493 mil reais, estão cancelando 324 mil, 80% do valor. Deputado Basílio Villani, V. Exa. deveria fazer este relatório, mas também dizer a esse pessoal que vamos aprovar isso, sim, mas que eles precisam ter mais seriedade ao enviarem para cá o Orçamento. Senão, todo ano teremos de fazer esses remanejamentos, através de créditos suplementares, etc.

E o pior, Sr. Presidente, é que eles estão fazendo uma suplementação, nas ações de informática do Ministério da Previdência e Assistência Social, de 900 mil. Mas já há uma dotação no Orçamento de 7,45 milhões, e até o dia 15 de julho, dia em que finda o nosso acompanhamento da execução orçamentária, gastaram 0,39%. Se eles têm 7,45 milhões e gastaram 0,39%, por que querem mais 900 mil? Está faltando escola por aí, está faltando atendimento médico! Vamos, então, remanejar esse dinheiro para o outro lugar.

Deputado Basílio Villani, V. Exa. pode responder-me esta pergunta, Sr. Relator? Se eles já têm 7,45 milhões e ainda não gastaram o valor de que dispõem, por que estão pedindo mais 900 mil? Gastaram apenas 0,39%, ou seja, 29 310 mil reais. Então, não estou entendendo o que este Governo quer.

Sr. Presidente, eu até estava disposto a votar a favor da matéria, mas vou votar contra. Sei que vou perder, não vou pedir verificação, mas vou fazê-lo para marcar posição. Acho que não faz sentido aprovarmos essa matéria, a não ser que o Relator possa fazer a justificação de tudo isso. Eram estas as considerações que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Deputado João Fassarella.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Presidente, Sr. e Srs. Deputados, Srs. Senadores, faço, inicialmente, um reclamo, como frequentemente fazemos. Não seria de boa técnica legislativa agruparem-se, no mesmo pedido de crédito, questões totalmente distintas, com problemas e questionamentos diversos. Temos aqui um pedido de crédito que envolve os Ministérios da Educação, do Trabalho, da Cultura e da Previdência e Assistência Social. Englobam-se, no mesmo pedido de crédito, vários temas, problemas distintos, o que frequentemente nos tem causado dificuldades quanto à análise dos projetos e ao tratamento adequado que possamos dar a cada caso.

Em segundo lugar, trata-se de crédito para o Ministério da Educação e do Desporto, no valor de R\$ 36 544 320,00 para o atendimento do pleito dos hospitais-escola, com relação ao recebimento de recursos próprios.

Aproveito a oportunidade para manifestar minha preocupação quanto à situação dos hospitais-escola de nosso País. Foi destinada verba para a Universidade Federal de Minas Gerais no valor de 17 milhões, na realidade para que o Hospital das Clínicas possa receber receita própria dos serviços hospitalares. Mas todos sabemos que, há poucos meses, aquele Hospital de Belo Horizonte, que é um instrumento de aprendizado, esteve fechado, teve seu atendimento paralisado, o pagamento do SUS atrasado, e os seus funcionários estavam sem condições de receber salários. Além de um grave prejuízo para a atividade educativa, isso representou grave prejuízo para a população, especialmente a mais carente, que acaba recorrendo ao hospital-escola para receber o tratamento adequado para seus males.

Aqui fica o registro da nossa preocupação com a situação dos hospitais-escola do País. Já que a verba não é suficiente para atender aos hospitais-escola, que se abra uma rubrica para que, por intermédio de sua receita de serviços hospitalares, eles possam atender as necessidades do ensino e, ao mesmo tempo, da saúde da população.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Não havendo mais quem queira discutir a matéria, passa-se à sua votação.

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram (Pausa)

Aprovada, com o voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz

Em votação no Senado Federal

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram (Pausa)

Aprovada

Próximo item 3. Projeto de Lei nº 13/97, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Marinha, crédito suplementar no valor de R\$ 17 115 000,00, para os fins que especifica.

Com a palavra o nobre Deputado Francisco Rodrigues, que exara parecer favorável, nos termos propostos no projeto, sem alterações (Pausa.)

Não se encontrando presente o nobre Deputado, passamos para a Pauta nº 15, item I. Projeto de Lei nº 17/97, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, crédito especial até o limite de R\$ 311 118,00, para os fins que especifica.

Com a palavra o nobre Deputado João Fassarella, que exara parecer favorável, nos termos propostos pelo projeto, sem alteração.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - O Exmº Sr. Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, e através da Mensagem nº 430, de 1997, submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto, crédito especial até o limite de R\$ 331.118,00. A exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento informa que o crédito especial destina-se a atender despesas não previstas na Lei Orçamentária, na forma do quadro a seguir.

Apresentamos, a seguir, o programa que envolve a Escola Técnica Federal de São Paulo, a Fundação Universidade Federal do Maranhão, a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, no Rio Grande do Sul, e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

O crédito pleiteado pelo Ministério da Educação e do Desporto tem por objetivo a inclusão do programa de trabalho "Assistência Médica e

Odontológica a Servidores" no orçamento da Escola Técnica Federal de São Paulo, decorrente de convênio firmado no exercício de 1996 com a Fundação de Seguridade Social, GEAP, objetivando a prestação de assistência médica aos servidores da instituição

Segundo informações do próprio Ministério da Educação e do Desporto, o recurso havia sido alocado dentro da atividade "Coordenação e Manutenção do Ensino", em virtude da ausência de conta específica para a execução. Neste caso, faz-se necessária a abertura da referida programação para atender a assistência médica e odontológica aos servidores, embora não se justifique a inclusão dessa despesa naquela atividade.

No tocante à inclusão de "Manutenção de Restaurante", pela Fundação Universidade Federal do Maranhão, o atendimento se comprova pela existência, no orçamento da unidade, de recursos próprios, oriundos de "Serviços de Alimentação", gerados pela atividade de exploração do restaurante universitário. Também segundo informações do Ministério da Educação e do Desporto, a alocação de tal recurso visa a corrigir erro na época de elaboração do orçamento da unidade.

Quanto à inclusão do grupo de natureza de despesa "Inversões Financeiras" no programa de trabalho da Escola Agrícola Federal de Alegrete e do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, trata-se da necessidade de aquisição de linhas telefônicas para novos centros que estão sendo implantados nas mencionadas instituições.

Lida na sessão do Senado de 24 de julho de 1997, a mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde foi aberto prazo para emendas, de acordo com o art. 166, § 2º, da Constituição, de 5 a 12 de agosto de 1997 e designado este Parlamentar para relatar a matéria na forma regimental.

É o relatório

EMENDAS

Não foram apresentadas emendas ao presente projeto.

VOTO DO RELATOR

O exame da proposição quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual mostra que esta se ajusta ao estabelecido pelo plano.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei nº 9 293, de 15 de julho de 1996 — a LDO —, a percepção deste Relator é de que as modificações pretendidas por esse crédito adicional não contrariam as redações expressas em tal lei.

Constatou-se igualmente que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 17, de 1997, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Executivo.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tendo o Sr. Relator, Deputado João Fassarella, exarado seu parecer, passa-se à sua discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, passa-se à sua votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao próximo item: Projeto de Lei nº 22/97, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, crédito suplementar no valor de R\$ 221.162.205,00, para fins que especifica.

O Relator e o nobre Deputado Genésio Bernardino, que exara voto favorável, nos termos propostos no projeto, sem alterações.

Passamos a palavra ao nobre Relator.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO BERNARDINO - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, este é um projeto específico. Portanto, não é gerador de qualquer polêmica. Tendo origem no Poder Executivo, abre crédito que visa a reforçar as dotações orçamentárias para atender às despesas com pessoal e encargos sociais da Câmara dos Deputados.

Por se tratar de proposta que não gera polêmica alguma nem levanta qualquer dúvida, dispense-me da leitura do relatório na íntegra. Leio apenas o voto desta Relatoria.

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes, não apresenta incompatibilidade com o Plano Plurianual, bem como não incide nas vedações expressas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias para 1997.

As programações de suplementação e de cancelamento encontram-se previstas na lei orçamentária do exercício.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 22, de 1997, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões

Relator Genésio Bernardino

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em discussão o parecer do nobre Deputado Genésio Bernardino. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, passa-se à sua votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Voltamos ao item nº 3 da Pauta nº 14/97: Projeto de Lei nº 13/97, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Marinha, crédito suplementar no valor de R\$ 17.115.000,00, para os fins que especifica.

O Relator é o Deputado Francisco Rodrigues, mas peço ao Deputado Sérgio Miranda que faça as vezes de Relator.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, o Deputado Francisco Rodrigues elaborou relatório sobre esse crédito, exarado nos seguintes termos.

"O referido crédito visa a eliminar insuficiência de dotação orçamentária para cobertura de despesas relacionadas com a atividade Patrulha Costeira. Os recursos necessários ao atendimento do pleito correrão à conta de incorporação ao orçamento vigente de recursos provenientes de superávit financeiro do Tesouro, oriundos da receita 1220 22 03 — extração do óleo bruto, xisto betuminoso e gás —, vinculada ao Ministério da Marinha para atender aos encargos de fiscalização e proteção de atividades econômicas nas áreas onde se realiza a produção.

VOTO DO RELATOR

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes; não apresenta incompatibilidade com o Plano Plurianual, bem como não incide nas vedações expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1997.

O programa de suplementação encontra-se previsto na lei orçamentária do exercício.

Pelo exposto, o Deputado Francisco Rodrigues opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 1997, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Lido o relatório, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Israel Pinheiro.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, é interessante analisar esse parecer, porque envolve alguns aspectos importantes da política adotada pelo Governo.

Aprovamos a lei que cria a Agência Nacional do Petróleo, e houve um aumento substancial dos royalties do petróleo da plataforma marítima

Eu tinha uma emenda, Sr. Presidente, para distribuir em todos os Estados, que foi derrotada. Foi aumentada a parte da Marinha, que já tem participação no royalty do petróleo. Agora aprovamos um aumento substancial na quota da Marinha. O argumento que estava na justificativa é o de que a Marinha precisava de instrumento militar, de navios costeiros, para proteger as plataformas submarinas. O argumento tem a sua razão de ser, mas verifico aqui — só estou querendo chamar a atenção para o fato de que é importante analisarmos bem o assunto — que houve um superávit do Tesouro. Então, estamos criando a rubrica fiscal, orçamentária para gastar o dinheiro

A Marinha diz, na sua justificativa, que dos 17 milhões solicitados, 10 milhões são para despesas correntes e 7 milhões para investimentos. Então, não são apenas para comprar proteção, porque 10 milhões são para outras despesas, e isto significa custeio, Sr. Presidente. É isso que acho errado, pois se trata de custeio normal, e não há como separar compra de embarcações de custeio. Investimento é uma coisa, despesa corrente é outra. Isso é com a legislação anterior, claro, porque a Agência foi aprovada há dois meses e ainda não está produzindo os royalties.

Então, o que vai acontecer? Os recursos vultosos que virão para a Marinha serão para custeio, e não para investimento. Chamo a atenção para este fato porque, quando vier o orçamento da República, vou discutir o submanio nuclear, as despesas absurdas do Brasil para investimentos que não têm nenhum sentido, enquanto se poderia pegar esses royalties do petróleo e distribuí-los entre os Estados brasileiros. Por quê, Sr. Presidente? Porque na hora em que se privatizar — e chamo a atenção do eminente colega Sérgio Miranda para isso —, a exploração do...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - O Deputado quer privatizar a Marinha?!

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Não. Deixa eu terminar, Sr. Deputado. Não tenho a rapidez nem a inteligência do eminente colega. Eu ia dizer quando se privatizar a exploração de poços de petróleo. Peço desculpas se não tive a capacidade de articular essa frase, demorei um pouco, não acompanhei a velocidade do raciocínio! (Risos.)

Não hora em que houver a concessão, a privatização dos poços — que vai chegar um dia, pois a PETROBRAS um dia será privatizada, terá de ser para poder defender-se da concorrência —, quem terá a responsabilidade serão os concessionários, e não a Marinha. A Marinha tem o poder de polícia — aliás, discutimos isso ontem, quando da votação do Código Nacional de Trânsito. Estão fazendo uma confusão muito grande no que se refere à concessão. A Polícia Rodoviária Federal vai ter o poder de polícia, mas quem vai fornecer os veículos para a polícia exercer essa tarefa, pode e deve ser o concessionário, como ocorre, aliás, na Europa. Tive o prazer de examinar isso in loco. Quem deve fornecer os veículos para a Marinha fiscalizar deve ser, no futuro, as concessionárias. E há certa lógica, isso entra no preço do custo da exploração do petróleo. E a Marinha entra com o próprio poder de representação do Governo, poder de policiamento, de segurança, e é

evidente que esta é a função da Marinha, se o eminente colega Sérgio Miranda me permite falar isso

Só queria fazer um comentário para mostrar que esses royalties realmente vultosos estão sendo mal gastos, na medida em que vão para despesas correntes, e não para investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Continua em discussão a matéria

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer ao nobre Deputado Israel Pinheiro — muito atento às questões debatidas nesta Comissão e um exemplo que deveria ser seguido por um número maior de Parlamentares —, que, na minha opinião, S. Exa. obra em equívoco, porque os custos pretendidos por essa suplementação estão vinculados ao Programa de Patrulha Costeira. O que adianta ter a embarcação se não tem o óleo diesel para colocá-la em funcionamento? Que adianta fazer o investimento, sem propiciar as condições básicas para que a Marinha possa exercer a sua atividade fim, que é proteger as nossas costas?

Chama-me a atenção o fato de que o Governo — e acho que ele age corretamente —, talvez, não faça isso no Orçamento de 1998, porque vetou na LDO, quando vinculamos os recursos do superávit financeiro às fontes que deram origem a esse superávit. Neste caso o Governo agiu corretamente. Houve um superávit financeiro, que é oriundo de uma receita — extração de óleo bruto, xisto betuminoso e gás. Essa fonte é vinculada ao Ministério da Marinha, e no superávit financeiro ele abre um crédito suplementar, vinculando esse superávit ao Ministério da Marinha

Então, os recursos são vinculados pela sua fonte de origem, e considero importante o debate posterior com o Deputado Israel Pinheiro em relação a essas questões

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - V.Exa. me permite um aparte? Gostaria que o Deputado refletisse sobre o que eu falei. O crédito é de 17 milhões: investimento, 7 milhões; outras despesas, 10 milhões. Estou impressionado como pode o Deputado Sérgio Miranda admitir que precisa gastar 10 milhões de óleo diesel para sustentar 7 milhões de embarcações! O pessoal já está incluído, está em outra rubrica. Trata-se, portanto, só despesa de custeio, que é óleo diesel. Ele tem toda a razão, é só óleo diesel. Ou então, deve ser algum armamento. Chamo a atenção para isto: gasta-se mais em custeio, em óleo diesel, do que na compra de embarcações

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Eu dei o aparte ao Deputado Israel Pinheiro, mas essa é a realidade do orçamento da União, meu caro Deputado. Se gasta muito mais em custeio do que em investimento. O investimento programado para o exercício de 1998 chega a 8 milhões, o custeio chega a quase 30 bilhões. Gasta-se mais em custeio do que em investimento para, inclusive, utilizar o investimento de forma correta. Não acho que seja despesa excessiva comprar balas, porque há muitos invasores nas nossas águas territoriais, que aqui chegam de forma sorrateira, e a Marinha, além de intimidar, talvez deva usar, também, esse armamento

Há os pesqueiros americanos que ficam explorando o camarão na costa do Pará

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Mas Deputado, é preciso entender a razão do royalty. Expliquei, mas vou explicar de novo. O royalty foi aprovado, partindo-se do princípio de que — está na lei — a Marinha precisa de recursos para comprar embarcações, para proteger as plataformas submarinas. Portanto, so para proteção das plataformas, não é para dar dinheiro à Marinha para reinventar a lagosta. Está escrito na lei "necessidade de proteção das plataformas submarinas". Senão, não havia sentido dar o royalty à Marinha, porque a plataforma é patrimônio da União, e a União é composta de Estados federados. Os Estados é que tinham o direito de receber esses royalties, e não a Marinha.

Este é o meu questionamento, eminente Deputado Sérgio Miranda

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Lamento que em Minas não haja mar, porque se houvesse. (Risos)

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Eminente Deputado, vou repetir a plataforma e da União, e esta é composta de 28 Estados

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Imaginem, se Minas tivesse mar, quanto o Deputado Israel Pinheiro estaria brigando!

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr Presidente, Srs Deputados, acho que vamos aprovar o parecer, logicamente, porque queremos ver a nossa Marinha mais fortalecida. Na verdade, esses 7 milhões não são para comprar as embarcações que vão consumir os 10 milhões de óleo diesel ou para as reformas e manutenções que as embarcações exigem naturalmente; esse valor e para custear, também, as embarcações já existentes. Talvez, 7 milhões são tão pouco que nem uma embarcação de grande porte possa ser comprada. É para custear, também, as demais. E o Deputado sabe disso. S. Exa está cismado com a Marinha. Há dez anos, talvez, o debate não fosse esse, o Deputado Israel Pinheiro estaria defendendo a Marinha. Mas o Deputado Sérgio Miranda tem a consciência clara da necessidade de fortalecermos a Marinha brasileira, que está sendo sucateada, como todas as outras Forças. E precisamos, realmente, respaldá-la.

É legítimo o projeto de lei, a que somos favoráveis, sem maiores discussões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Continua em discussão o projeto.

Com a palavra o Deputado Francisco Rodrigues.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO RODRIGUES - Sr Presidente, Sras. e Srs Deputados, parablenzo o nobre Deputado Sérgio Miranda pelo alto espírito público ao demonstrar que, independente do seu partido, tem a sensibilidade política para o momento e para a aplicação desse crédito suplementar, que é fundamental para as atividades da Marinha. Obviamente, o Deputado Israel Pinheiro mostra que a sua preocupação não é com a votação ou o questionamento desses recursos, mas com Minas Gerais, não recebe royalty de petróleo. Então, talvez, S. Exa tenha utilizado essa discussão de forma inoportuna.

Mas gostaríamos de dizer que, acompanhando os assessores e verificando a importância da Exposição de Motivos nº 076, que tinha sido apresentada pelo MPO, o que entendemos e que a Marinha, na verdade, encontra-se numa situação extremamente difícil, como se encontram, também, as demais instituições militares, Exército e Aeronáutica. Só para se ter uma idéia, fala-se que ganha-se por ano em torno de um bilhão de dólares com a pesca ilegal nos 8 500 quilômetros, mais ou menos, de costa brasileira. Na verdade, esse recurso, além da finalidade específica, entendemos que é fundamental para a operação e as atividades desenvolvidas pela nossa Marinha brasileira.

Quero aliar-me também, como Relator, ao colega Deputado Sérgio Miranda e dizer que, na verdade, essas são questões literalmente defensáveis, sem questionamento, tanto que não foi apresentada nenhuma emenda a esse parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação a matéria

Os Srs Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram (Pausa.)

Aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram (Pausa.)

Aprovada

Queremos agradecer ao Deputado Eurico Miranda a ajuda que nos deu, fazendo as vezes do Relator, enquanto o Deputado Francisco Rodrigues chegava, assim como à Deputada Lúcia Quinan, penhoradamente, o auxílio que nos está dando, em virtude da ida da Comissão a Goiânia. Muito obrigado também ao Deputado João Fassarella, que está tomando as providências para que Minas Gerais também receba bem a Comissão, ao Deputado Paulo Bernardo, que está tomando as mesmas providências com relação ao Paraná e ao Deputado Armando Abílio, que está tomando as mesmas medidas em relação à Paraíba.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr Presidente, ontem ao fim do dia, parece, houve a possibilidade de uma reformulação do calendário. Gostaria de saber se ele já está decidido e qual será?

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - No começo desta reunião definimos o cronograma, que faremos chegar às mãos de V. Exa, para que possamos ter encontros regionais produtivos nesta Comissão. Também já obtivemos a concordância do Ministério da Aeronáutica, que pôs aeronaves à nossa disposição, para que possamos ir a todos esses lugares.

Nada mais havendo a tratar, agradecemos a presença a todos e anunciamos que às 15h teremos a presença do Ministro Kandir na primeira reunião de audiência pública desta Comissão para a apreciação do Orçamento de 1998.

Está encerrada a reunião

XXX

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 18/09/97

SEXTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA QUINQUAGÉSIMA LEGISLATURA

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1997.

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas e quarenta e quatro minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário número 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do seu titular, Senador NEY SUASSUNA. Compareceram à reunião os membros titulares, Deputados Albérico Filho, Alexandre Ceranto, Aníbal Gomes, Aracely de Paula, Armando Abílio, Arnaldo Madeira - Primeiro Vice-Presidente, Barbosa Neto, Basílio Villani, Ceci Cunha, Cipriano Corrêa, Cleonânio Fonseca, Danilo de Castro, Felipe Mendes, João Fassarella, Jose Rocha, Júlio César, Luis Barbosa, Luiz Braga, Marcus Vicente, Odacir Klein, Osvaldo Coêlho, Paulo Bernardo, Paulo Gouvêa, Paulo Rocha, Pedro Novais, Sérgio Miranda, Silvério Santos, e Senadores Antônio Carlos Valadares, Carlos Patrocínio, Coutinho Jorge, Jefferson Peres - Segundo Vice-Presidente, Jose Bianco, Marluce Pinto e Ney Suassuna, Presidente, e o membro suplente, Deputado Benedito de Lira. Foi registrada a ausência dos membros titulares, Deputados Adauto Pereira, Arlindo Chinaglia, Augusto Nardes, Betinho Rosado, Céla Mendes, Chico Vigilante, Etevalda Grassi de Menezes, Euler Ribeiro, Fernando Ribas, Flávio Palmer da Veiga, Francisco Rodrigues, Genésio Bernardino, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, João Coser, João Coser, João Leão, José Janene, Leônidas Cristino, Lúcia Quinan, Márcio Reinaldo Moreira, Neuto de Conto, Oscar Goldoni, Osvaldo Reis, Paulo Lima, Pedro Canedo, Pedro Henry, Pimentel Gomes, Roberto Balestra, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Rodrigues Palma, Samy Filho, Serafim Venzon, Silas Brasileiro e Uilson Bandeira, e Senadores Carlos Bezerra, Edison Lobão, Eduardo Suplicy, Ernandes Amorim, Flaviano Melo, Jader Barbalho, Jonas Pinheiro, José Ignácio Ferreira, Júlio Campos, Lúcio Alcântara,

Onofre Quinan, Romero Juca e Sebastião Rocha **ABERTURA:** Havendo numero regimental conforme o estipulado no inciso 3º do Artigo 32 do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente abriu a reunião destinada a apreciação da Pauta nº 16/97. Em seguida, anunciou a apreciação da Ata da Sexta Reunião de Audiência Pública, realizada em 04 de setembro do ano em curso. Havendo concordância do Plenário, o Presidente dispensou a leitura da Ata, por ter sido distribuída antecipadamente através da Pauta. Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do artigo 9º do Regulamento Interno desta Comissão, o Presidente declarou a Ata aprovada. **AVISOS:** O Presidente notificou aos presentes acerca do Relatório contendo o Resumo da Fiscalização de Obras Prioritárias de 1997, entregue pessoalmente pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Homero Santos, e pelo Ministro Humberto Souto. O Presidente determinou à Secretaria que providenciasse o envio da síntese do documento aos gabinetes dos membros da Comissão. **EXPEDIENTE. I -** De procedência interna - Ofícios encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão. 1) Expediente de 03 de setembro, do gabinete do Deputado Roberto Balestra, encaminhando justificativa de falta às reuniões marcadas entre 02 e 10 de setembro, 2) Ofício nº 44, de 11 de setembro, do gabinete do Deputado Albérico Filho, justificando ausência aos trabalhos no período de 01 a 03 de setembro; 3) Ofício nº 393, do gabinete do Deputado Luiz Durão, justificando ausência aos trabalhos, por cerca de 15 dias, a partir de 15 de setembro. **II -** De procedência externa: 1) Aviso 1649, de 29 de agosto, do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado Federal, relatório das atividades referente ao 2º trimestre de 1997, e 2) Expediente remetido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, solicitando empenho da Comissão para conclusão das obras do Tribunal. O Presidente encaminhou o expediente ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 1998, Deputado Aracely de Paula. **ENCERRAMENTO:** Às dez horas e cinquenta minutos, em virtude da inexistência de quorum para deliberação, o Presidente encerrou os trabalhos, antes, porém, convocando reunião no dia 23 do corrente, às quinze horas. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador NEY SUASSUNA. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Nos termos regimentais, declaramos aberta a Nona Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação da Pauta nº 16/97.

Antes da apreciação da Ata, informo aos senhores membros da Comissão que recebemos ofício do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, solicitando a atuação da Comissão no sentido de que se possa concluir obras do citado tribunal, uma vez que necessita não só de reparos, como também reformas e adaptação do imóvel. Passo as mãos do Relator-Geral este expediente e peço à Secretaria que promova a resposta, informando o recebimento e encaminhamento ao Relator-Geral.

Em apreciação a Ata da 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 04 de setembro de 1997. Se houver concordância do Plenário, fica dispensada a leitura da Ata por ter sido distribuída antecipadamente através de pauta (Pausa).

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro aprovada a Ata em questão.

Avisos

Acuso o recebimento dos seguintes expedientes

- De procedência interna, encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão

- Expediente de 03 de setembro, do gabinete do Deputado Roberto Balestra, encaminhando justificativa de falta às reuniões marcadas entre 02 e 10 de setembro,

- Ofício nº 44, de 11 de setembro, do gabinete do Deputado Albérico Filho, justificando ausência aos trabalhos no período de 01 a 03 de setembro;

- Ofício nº 393, do gabinete do Deputado Luiz Durão, justificando ausência aos trabalhos por cerca de 15 dias a partir de 15 de setembro

- De procedência externa

Além daquele que antecipei para dar conhecimento aos membros da Comissão e ao Sr. Relator, recebemos o Aviso nº 1.649, de 29 de agosto, do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado Federal relatório das atividades referentes ao 2º trimestre de 1997.

Informamos aos senhores membros da Comissão que recebemos hoje o Presidente do Tribunal de Contas da União, acompanhado do Ministro Humberto Souto, que trouxeram a esta Comissão um relatório preciso sobre 100 obras inacabadas no País. É um relatório preliminar muito bem instruído, com fotografias mostrando o estágio em que se encontra cada obra e seu cronograma físico e financeiro, se já pode ser utilizada parcialmente, se tem indícios de irregularidades, se tem irregularidades ou se a obra está em todo o seu roteiro cumprindo a legislação. Há uma síntese em que traz a ficha de cada obra dando esses dados, e há todo um material vasto sobre cada uma dessas obras citadas.

Esta Presidência solicitou que a Secretaria providenciasse cópias dessa síntese, que serão distribuídas entre os senhores membros. Qualquer desejo de informação maior, o material poderá ser solicitado a Secretaria, que esta autorizada a tirar cópias do material relativo à obra de interesse do Parlamentar. Então, este será o procedimento em relação ao referido relatório.

Parabenizamos o Tribunal de Contas da União pelo procedimento *sui generis*, único no País. E o Presidente do Tribunal acabou de nos informar que pretende dar continuidade a esse trabalho, não só de 100 obras, mas de todas as obras federais existentes no País até dezembro deste ano.

Esse material, como disse, irá chegar às mãos dos senhores membros, e o material de consulta estará à disposição na Secretaria, com permissão da Presidência, para que seja retirada cópia se houver interesse do Parlamentar.

Também queremos informar que foi acertada entre a Presidência da Comissão e a Presidência do Tribunal de Contas, que se houver interesse dos Srs. Parlamentares, promoveremos uma reunião conjunta em que o aprofundamento, além do que foi trazido até nós, será buscado, através de informações mais precisas do Tribunal de Contas da União para nos assessorar. Essa reunião acabou de acontecer, e dessa forma gostaria, mais uma vez, de enfatizar que os senhores estarão recebendo as sínteses e estará o material de consulta à disposição na Secretaria.

Não temos quorum para deliberação. Por esta razão, vamos encerrar a reunião, convocando outra para terça-feira, à tarde, e quarta-feira, pela manhã, a fim de darmos andamento a esses processos que estão em nossas mãos.

Não tendo nada mais a tratar, damos por encerrada a reunião.

Muito obrigado.

xxx

Ata da 10ª Reunião Ordinária, realizada em 25/09/97

SEXTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA QUINQUAGÉSIMA LEGISLATURA

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1997.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas e cinquenta e cinco minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário número 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do seu titular, Senador NEY SUASSUNA. Compareceram à reunião os membros titulares, Deputados Alexandre Ceranto, Aníbal Gomes, Aracely de Paula,

Armando Abílio, Arnaldo Madeira - Primeiro Vice-Presidente, Augusto Nardes, Betinho Rosado, Cipriano Corrêa, Cleonânio Fonseca, Danilo de Castro, Etevalda Grassi de Menezes, Fernando Ribas Carli, Flávio Palmier da Veiga, Francisco Rodrigues, Genésio Bernardino, Giovanni Queiroz, Israel Pinheiro, João Coser, João Fassarella, João Leão, José Janene, José Priante, José Rocha, Júlio César, Leônidas Cristino, Luis Barbosa, Luiz Braga, Márcio Reinaldo Moreira, Marcus Vicente, Neuto de Conto, Odacir Klein, Osvaldo Reis, Paulo Gouvêa, Paulo Lima, Paulo Rocha, Pedro Canedo, Pedro Novais, Pimentel Gomes, Roberto Rocha, Rodrigues Palma, Sarney Filho, Serafim Venzon e Silveriani Santos, e Senadores Carlos Bezerra, Carlos Patrocínio, Coutinho Jorge, Eduardo Suplicy, Flaviano Melo, Jefferson Péres, Jonas Pinheiro, José Bianco, Júlio Campos, Lúcio Alcântara, Marluce Pinto, Ney Suassuna e Romero Jucá, os membros suplentes, Deputados Benedito de Lira, João Ribeiro, Laura Carneiro, Paulo Cordeiro, Roberto Pessoa, Sandro Mabel e Valdomiro Meger. Foi registrado o comparecimento de Parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Ezídio Pinheiro e Paulo Cordeiro. Foi registrada a ausência dos membros titulares, Deputados Adauto Pereira, Albérico Filho, Arlindo Chinaglia, Barbosa Neto, Basílio Villani, Ceci Cunha, Célia Mendes, Chuco Vigilante, Euler Ribeiro, Felipe Mendes, Gonzaga Patriota, Lídia Quinan, Oscar Goldoni, Osvaldo Coêlho, Paulo Bernardo, Pedro Henry, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro e Udson Bandeira, e Senadores Antônio Carlos Valadares, Edison Lobão, Ernandes Amorim, Jader Barbalho, José Ignácio Ferreira, Odacir Soares, Onofre Quinan e Sebastião Rocha. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme o estipulado no inciso 3º do Artigo 32 do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente abriu a reunião destinada a apreciação das Pautas nºs 16, 17, 18 e 19/97. Em seguida, anunciou a apreciação das Atas da Sexta Reunião de Audiência Pública, realizada em 04 de setembro do corrente e das Oitava e Nona Reuniões Ordinárias, realizadas em 04 e 18 de setembro do corrente, respectivamente. Havendo concordância do Plenário, o Presidente dispensou a leitura das Atas, por terem sido distribuídas antecipadamente através das Pautas. Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do artigo 9º do Regulamento Interno desta Comissão, o Presidente declarou as Atas aprovadas. O Deputado Israel Pinheiro formulou questão de ordem acerca do critério adotado para designação dos relatores setoriais. O Presidente respondeu ao seu questionamento de acordo com o estabelecido no § 3º do artigo 18 do Regulamento Interno da Comissão. **AVISOS:** 1) Designação dos Relatores Setoriais do Orçamento para 1998: Subcomissão I - Poderes do Estado, Representação e Defesa: Deputado Cleonânio Fonseca, Subcomissão II - Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio: Senador Flaviano Melo, Subcomissão III - Infra-estrutura: Deputado Pedro Novais, Subcomissão IV - Educação e do Desporto, Cultura, Ciência e Tecnologia: Deputado Giovanni Queiroz, Subcomissão V - Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social: Senador Romero Jucá, Subcomissão VI - Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal: Deputado Luiz Braga, Subcomissão VII - Planejamento, Urbanismo e Integração Regional: Deputado Danilo de Castro. 2) Prazo final para apresentação de emendas ao Parecer Preliminar encerrar-se-ia naquela data. **EXPEDIENTE:** O Presidente acusou o recebimento dos seguintes expedientes: I) De procedência interna, encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão: 1) Ofício 66, de 04 de setembro, do gabinete do Senador Lúcio Alcântara, comunicando ausência à reunião realizada no dia 04 de setembro, 2) Expediente de 18 de setembro, do gabinete do Senador Romero Jucá, justificando ausência à reunião realizada no dia 18 do mesmo mês; 3) Expediente de 23 de setembro, do gabinete do Senador Flaviano Melo, comunicando que, embora presente à reunião do dia 18 do corrente, deixou de fazer o devido registro no Livro de Presença, 4) Ofício nº 1443, de 23 de setembro, do gabinete do Senador Lúcio Alcântara, comunicando ausência aos trabalhos realizados no período de 27 de setembro a 03 de outubro. II) De procedência externa: 1) Ofício nº 1.843, de 12 de setembro, procedente da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS, comunicando ausência à Segunda Reunião Regional, realizada em 15/09, em Curitiba/PR, 2) Ofício 503, de 16 de setembro, procedente do gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, comunicando impossibilidade de comparecimento à Segunda Reunião Regional, realizada em Curitiba/PR, 3) Expediente de 17 de setembro, procedente do gabinete do Presidente da Associação Comercial de Governador Valadares/MG, comunicando impossibilidade de comparecimento à Terceira Reunião Regional, realizada em Belo Horizonte/MG, 4) Fax nº 450, de 19 de setembro, do gabinete do Ministro dos Transportes, comunicando impossibilidade de comparecimento às Reuniões Regionais de 1997, 5) Expediente de 22 de setembro, procedente da Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental, em Florianópolis/SC, referente ao corte orçamentário proposto pelo Governo na Mensagem Orçamentária para 1998, na área do Ministério de Ciência e Tecnologia; 6) Fax enviado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 22 de setembro, solicitando que não sejam feitos cortes no orçamento da área de Ciência e Tecnologia bem como a manutenção do orçamento de bolsas de estudo do Ministério da Educação. **ORDEN DO DIA:** PAUTA Nº 16/97 -

Apresentação, discussão e votação dos Relatórios aos seguintes Projetos de Lei. 1) **Projeto de Lei nº 15/97-CN**, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 610 234,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado Barbosa Neto. Voto Favorável, nos termos propostos no Substitutivo. Ausente o Relator, o Deputado Armando Abílio foi designado relator "ad hoc", tendo feito a apresentação do relatório. Discutiram a matéria os Deputados Israel Pinheiro e Odacir Klein, este último posicionando-se pela rejeição do Relatório. Em virtude da ausência do Relator, o Presidente retirou a matéria de pauta. 2) **Projeto de Lei nº 16/97-CN**, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial até o limite de R\$ 2 600 000,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado Serafim Venzon. Voto Favorável, nos termos propostos no Substitutivo. O Deputado Jose Alves sugeriu a leitura do voto constante do Relatório, uma vez que o mesmo foi distribuído previamente, obtendo acolhimento da Presidência. Discutiram a matéria, manifestando-se contrariamente, os Deputados João Coser, Jose Rocha, Israel Pinheiro, Betinho Rosado, Alexandre Ceranto e Armando Abílio. Solicitado posicionamento do Relator acerca da manifestação contrária ao seu Relatório, o mesmo opinou pela sua manutenção. Em votação, o Relatório foi rejeitado na representação da Câmara dos Deputados. O Deputado João Coser registrou abstenção de voto. A matéria não foi ao Senado Federal. A seguir, o Presidente designou o Deputado Israel Pinheiro como relator do Vencido. 3) **Projeto de Lei nº 20/97-CN**, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito no valor de R\$ 4 120 720,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado Sergio Miranda. Voto Favorável, nos termos propostos no Projeto, sem alterações. Em virtude da ausência do Relator, o Deputado Israel Pinheiro foi designado relator "ad hoc". Após a apresentação, tendo em vista a inexistência de debatedores, o Relatório foi colocado em votação, tendo sido **aprovado** por unanimidade, nas respectivas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4) **Projeto de Lei nº 21/97-CN**, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito especial até o limite global de R\$ 500 600,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado João Coser. Voto Favorável, nos termos propostos no Projeto, sem alterações. O Relator apresentou o Relatório e, não havendo oradores inscritos para os debates, o mesmo foi colocado em votação, tendo sido **aprovado** por unanimidade, nas respectivas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **PAUTA Nº 17/97** Apresentação, discussão e votação do Relatório ao **Projeto de Lei nº 23/97-CN**, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 14 161.896,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado Arnaldo Madeira. Voto Favorável, nos termos propostos no Substitutivo. Em virtude da ausência do Relator, o Deputado Alexandre Ceranto foi designado relator "ad hoc". Após a leitura do Relatório e não havendo discussão, o mesmo foi colocado em votação, tendo sido **aprovado** por unanimidade, nas respectivas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **PAUTA Nº 18/97** Apresentação, discussão e votação do Relatório ao **Projeto de Lei nº 24/97-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento, em favor do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, empresa do Sistema Eletrobrás, crédito especial no valor de R\$ 9 700 000,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado João Leão. Voto Favorável, nos termos propostos no Projeto, sem alterações. O Relator fez a apresentação do Relatório. O Deputado Israel Pinheiro discutiu a matéria. Em votação, o Relatório foi **aprovado** contra o voto do Deputado Israel Pinheiro, na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. **PAUTA Nº 19/97** Apresentação, discussão e votação das seguintes matérias: 1) **Projeto de Lei nº 18/97-CN**, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de R\$ 26 897 396,00, para os fins que especifica". Relator: Deputado Paulo Gouvêa. Voto Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo apresentado. O Relator fez a apresentação do Relatório. Não havendo debate, a matéria foi colocada em votação, tendo sido **aprovada**, por unanimidade, nas respectivas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) **Requerimento** de autoria do Deputado João Fassarella, solicitando que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de fiscalização no Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - DNER, para esclarecimento acerca do projeto 16 088 0537 2424 - Indemnização e Desapropriação de Imóveis. O autor apresentou o requerimento e, tendo finalizado, o debate foi iniciado. O Deputado Paulo Gouvêa sugeriu que fosse feito, inicialmente, pedido de informação ao órgão. Manifestando-se, o autor informou que o referido pedido havia sido solicitado através da Mesa da Câmara dos Deputados e manteve o seu requerimento. O Presidente passou à votação do Requerimento, tendo sido **aprovado** contra os votos dos Deputados Paulo Gouvêa e Alexandre Ceranto na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, no Senado Federal.

ENCERRAMENTO: As doze horas e sete minutos, o Presidente encerrou os trabalhos e, para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador NEY SUASSUNA. Presidente. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Declaro aberta a **Décima Reunião Ordinária** Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para a apreciação das Pautas nºs 16 e 17, de 1997, a apreciação das atas das seguintes reuniões: sexta reunião de audiência pública, realizada em 4 de setembro de 1997, oitava e nona reuniões ordinárias, realizadas em 4 e 18 de setembro de 1997, respectivamente.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente, com as pautas (Pausa.)

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro aprovadas as atas em questão.

Avisos

Comunico a designação de Relatores Setoriais do Orçamento de 1998

Subcomissão 1 - Poderes do Estado, Representação e Defesa, Deputado Cleonânio Fonseca, Subcomissão 2 - Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio, Senador Flaviano Melo, Subcomissão 3 - Infra-estrutura, Deputado Pedro Novais, Subcomissão 4 - Educação e Desporto, Cultura, Ciência e Tecnologia, Deputado Giovanni Queiroz, Subcomissão 5 - Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, Senador Romero Juca, Subcomissão 6 - Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Deputado Luiz Braga, Subcomissão 7 - Planejamento, Urbanismo e Integração Regional, Deputado Danilo de Castro.

Comunico a V Exas que o prazo para a apresentação de emendas ao parecer preliminar encerra-se hoje.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tem V Exa a palavra.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, quero levantar a seguinte questão de ordem: a Constituição diz — não vou citar o artigo, porque realmente não o sei — que tem de haver uma proporcionalidade entre os partidos nas designações dos Relatores, sempre que possível. Está na Constituição. O Regimento Comum do Congresso determina o mesmo procedimento, assim como o Regimento da Câmara dos Deputados. Gostaria de indagar de V Exa a respeito da expressão "sempre que possível". Ora, não foi o que aconteceu na Comissão de Orçamento, quando se distribuíram as Relatorias. Adotou-se um critério separado na Câmara e no Senado, isto é, considerados os partidos da Câmara e os partidos do Senado.

Afirmo, e estou de acordo com o espírito da Constituição, que os partidos valem tanto para a Câmara quanto para o Senado. Se adotarmos esse critério, no sentido de que os partidos valem tanto para a Câmara quanto para o Senado, vamos permitir que os partidos menores também possam entrar na Relatoria. Logo, atende-se ao espírito da Constituição, que é "sempre que possível", facilitando o surgimento a presença de Relatores de outros partidos.

É uma questão de ordem que levanto para que fique claro que o critério adotado não foi constitucional nem regimental, na medida em que se adotou um critério de partidos para a Câmara e um critério de partidos para o Senado. É evidente que, adotando-se esses critérios, não vamos ter Relatorias em número suficiente para atender aos partidos menores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Comunico a V Exa que o critério admitido foi o de alternância de Casa e de partido.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Eu concordo, mas a alternância de Casa e de partido não significa alternância de proporcionalidade para a Relatoria. É um pouco diferente. Poderia ser, por exemplo, o partido maior teria direito a dois Relatores, sendo um do Senado e um da Câmara. Está certo. Mas não poderia ser primeiro distribuir as Relatorias pela Câmara e depois pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Mas não foi assim.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Foi feito assim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Permita-me esclarecer: houve uma troca entre Líderes, que a Presidência não tem como obstruir. Caberia, por exemplo, a Infra-estrutura ao PMDB do Senado, mas ele abriu mão, admitindo que o PMDB da Câmara trocasse com ele. Essa foi a única troca que houve.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Isso pode. Eu não sou contra isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Mas foi o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Isso é interna corporis dos partidos. Não é sobre isso que estou falando, Sr. Presidente. É um pouco complexo entender.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Entendi.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Nas Comissões das Câmaras, a proporcionalidade é obtida juntando-se a Câmara com o Senado e faz-se uma proporcionalidade só, e não separar a Câmara do Senado. Há uma diferença sutil e eu faço um apelo a V Exa, para que possa entender.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Queria apenas que V Exa soubesse que foi muito difícil manter esse critério de alternância e de Casa. Houve uma hora em que eu disse "Muito bem, ponham outro Presidente, porque eu não aceito que mudem o critério, que vigora permanentemente na Comissão". Cheguei até a ameaçar sair da Presidência, porque faço questão de cumprir o Regimento. Graças a Deus, os Líderes entenderam-se e foi cumprido esse mandato, exceto a troca feita pelo PMDB do Senado e da Câmara.

Sou um seguidor fiel do Regimento e não admito um risco fora, porque, senão, nunca teremos a clareza. Estou dando esta explicação a V Exa apenas para fazer justiça, pois eu tive três semanas de atraso na indicação, exatamente por essas discrepâncias, o que não permito. A única discrepância havida foi essa.

Com relação às Relatorias, também estou seguindo o ordem dos partidos. Inclusive, um pequeno partido me procurou anteontem e me disse "Nós não recebemos". Recebeu o que está na vez de receber.

Estamos buscando a observância permanente, porque quero que esta Presidência passe pela minha mão e que não fique um arranhão sequer. Essa é a nossa intenção.

Agradeço a V Exa pela lembrança, mas queria dar esta informação, para V Exa tomar conhecimento de que, realmente, estamos levando muito a sério essas normas.

Acuso o recebimento dos seguintes expedientes de procedência interna, encaminhando justificativa a falta em reunião da Comissão: Ofício nº 66, de 4 de setembro, do Gabinete do Senador Lúcio Alcântara, comunicando ausência à reunião realizada no dia 4 de setembro, expediente de 18 de setembro, do Gabinete do Senador Romero Jucá, justificando a ausência à reunião realizada no dia 18 do mesmo mês, expediente de 23 de setembro, do Gabinete do Senador Flaviano Melo, comunicando que, embora presente à reunião dia 18 do corrente, deixou de fazer o devido registro na lista de presença, Ofício nº 1 443, de 23 de setembro, do Gabinete do Senador Lúcio Alcântara, comunicando a ausência aos trabalhos realizados no período de 27 de setembro a 3 de outubro.

De procedência externa Ofício nº 1 843, de 12 de setembro, procedente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, comunicando a ausência à segunda reunião regional, realizada em 15 de setembro, em Curitiba, Paraná, Ofício nº 503, de 16 de setembro, procedente do Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, comunicando a impossibilidade de comparecimento à segunda reunião regional, realizada em Curitiba, Paraná, expediente de 17 de setembro, procedente do Gabinete do Presidente da Associação Comercial de Governador Valadares, Minas Gerais, comunicando a impossibilidade de comparecimento à terceira reunião regional, realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais; Fax nº 450, de 19 de setembro, do Gabinete do Ministro dos Transportes, comunicando a impossibilidade de comparecimento a reuniões regionais, de 1997; expediente de 22 de setembro, procedente da Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental, de Florianópolis, referente ao corte orçamentário proposto pelo Governo na Mensagem Orçamentária para 1998, na área do Ministério de Ciência e Tecnologia, fax enviado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, de 22 de setembro, solicitando que não sejam feitos cortes no Orçamento na área de ciência e tecnologia, bem como na manutenção no Orçamento de bolsas de estudos do Ministério de Educação

Ordem do Dia

Pauta de 16 de setembro de 1997 apresentação, discussão e votação dos relatórios dos seguintes projetos de lei

O primeiro projeto é do Deputado Barbosa Neto, que não está presente. Por isso, vamos passar para o Projeto de Lei nº 16, de 1997, do Deputado Serafim Venzon S Exa está presente? (Pausa) Sim

V Exa tem a palavra para falar sobre o Projeto de Lei nº 16, de 1997, que autoriza o Poder Executivo a abrir no Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial, no limite de 2,6 milhões de reais, para fins que especifica.

De antemão, informo que o voto do Deputado é favorável, nos termos propostos no substitutivo

Com a palavra o Relator Se V.Exa puder sintetizar, seria melhor, porque daqui a pouco vamos ter discussão no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - V Exa sugere que eu leia apenas o voto, sem o relatório?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney-Suassuna) - Tem V.Exa a palavra

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr Presidente, sugiro que, em virtude da sessão que está ocorrendo no Plenário da Câmara dos Deputados, S Exa. leia apenas o voto

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Do exame da proposição verifiquei que a iniciativa do Poder Executivo se enquadra nas disposições do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1964(?), obedecidas as prescrições do art 167, incisos V e VI da Constituição, e não apresenta incompatibilidade com o Plano Plurianual, bem como não incide nas vedações expressas da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1997

Das emendas apresentadas acredito que o expressivo número de emendas foi motivado pelo profundo conhecimento que os Parlamentares possuem das necessidades das comunidades que representam Com efeito, a tarefa de, ao mesmo tempo, representar sua comunidade no Parlamento, sem descuidar do convívio semanal com a sua base, propicia o conhecimento dos verdadeiros problemas que ela enfrenta Associa-se a esse conhecimento a prerrogativa constitucional de apresentar emendas, que é assegurada aos Parlamentares

Esses fatos levaram-me a prestigiar a atividade parlamentar, às vezes até pouco compreendida. Motivou-me também a adotar esta linha, à falta de

informações do Poder Executivo, tanto na sua mensagem, que encaminhou o projeto, quando da exposição de motivos do Ministério de Planejamento.

A limitação de recursos, entretanto, não me permitiu o atendimento de todas as emendas. O volume de recursos solicitados pelas emendas foi quatro vezes superior à dotação prevista no projeto, que estabelece 2,6 milhões de reais, enquanto a soma das emendas passam de 10 milhões de reais.

Em vista disso, procurei estabelecer critérios justos, que procurassem atender tanto aos anseios dos Parlamentares, quanto o projeto original do Governo Embasaram-se nesses critérios, principalmente, as informações técnicas da execução orçamentária de 1997.

Assim, das 93 emendas apresentadas, estou aprovando três integralmente e 35 parcialmente, totalizando 38 com parecer favorável. As demais 55 tiveram que ser rejeitadas pelos motivos já comentados.

As decisões sobre as emendas encontram-se no anexo deste relatório, a seguir

Com o objetivo de atender ao pleito de Parlamentares, com vistas a correção de títulos de alguns subprojetos propostos, bem como a aglutinação de algumas emendas, estou apresentando seis emendas de Relator, cujo resumo acha-se também anexo

Pelo exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 16, de 1997, na forma do substitutivo anexo

Na página seguinte, temos as emendas aditivas, que foram apresentadas justamente para valorizar a intenção do Deputado que apresentava a emenda, porém a forma ou o endereço da emenda desobedecia à legislação Por isso, foi apresentada em forma de emenda de Relator, para atender ao desejo do Parlamentar, que via a necessidade Assim também ocorreu com a Emenda nº 2, a Emenda nº 3, a Emenda nº 4 e a Emenda nº 6, totalizando seis emendas aditivas Há as demais emendas, que foram aprovadas parcialmente, totalizando 38.

Há um detalhe importante, Sr. Presidente. Se observarmos o valor do PL do Poder Executivo, que era dirigido ao Estado, e o valor final do substitutivo, vemos que mudou muito pouco, de forma que um Estado de que eu tenha retirado determinado valor do projeto do Poder Executivo, na verdade ele voltou ao mesmo Estado, em forma de emenda, através do Parlamentar.

Acredito e afirmo aos Parlamentares, que já vêm com certo prejuízo à sua imagem, porque é praxe a mídia até "bater" — esse e o termo — no Deputado, que a minha intenção foi valorizar o projeto do Executivo, mas também a emenda do Parlamentar

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em discussão o parecer favorável

Com a palavra o Deputado João Coser.

Em seguida darei a palavra ao Deputado José Rocha e, depois, ao Deputado Israel Pinheiro.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, com a devida vênia ao Relator, gostaria de levantar uma preocupação. Não vou fazer nenhuma afirmação contrária ao parecer, mas levantar uma preocupação, de fato, do ponto de vista da nossa possibilidade de viabilizar a contribuição que o Relator tentou dar aos outros colegas.

Examinando o relatório das emendas aprovadas, tive uma preocupação Por exemplo, o Deputado Chico da Princesa teve quatro emendas parcialmente aprovadas S Exa. apresentou emendas de 50 mil, que, na minha avaliação, são pequenas, mas foram acolhidas proporcionalmente 10 mil para reforma e ampliação de uma cadeia pública. Pela dificuldade que se tem de tirar dinheiro aqui em Brasília, se tiver que vir aqui, já gastou mais de 10 mil, porque os gastos são de passagem e hotel já ultrapassam esse valor.

O Deputado Chico da Princesa, por exemplo, tem cinco emendas de dez. Na minha avaliação, a forma de ajudar seria perguntar qual a emenda que S Exa. quer, de fato, se para construir ou reformar a cadeia e liberar 50 mil E aqui

poderia citar outro exemplo o Deputado Cláudio Cayado, de 55 mil para construção, reforma e ampliação da cadeia pública de Riachão das Neves, conseguiu 10 mil Para mim — estou dizendo isso com todo o respeito —, a intenção é boa, sou a favor de acolher o máximo de emendas dos Deputados. Porém, deve ser aprovado o que é possível se viabilizar

Aprovamos aqui as emendas dos Parlamentares e até no Orçamento da União elas são de valores tão pequenos que não conseguem ser viabilizadas. A elaboração de um projeto para se buscar o recurso é difícil. É verdade que, nesse caso, por ser através do fundo, é um pouco diferente. Mas, mesmo assim, é muito difícil, na minha avaliação, viabilizar uma série de projetos de 10, 15 ou 20 mil reais. Então, quando é apresentada uma emenda maior, há a possibilidade de ela ser retirada. Até o empenho do Parlamentar, da autoridade do Município e a própria burocracia, que é a mesma — tanto para tirar dois milhões quanto 10 mil —, vai acabar priorizando a emenda maior.

Louvo a idéia e a intenção do Relator de atender aos colegas, mas a essa forma não me parece eficiente do ponto de vista da realização do investimento. Quero apenas abordar esse aspecto. Não analisei com detalhes se mexeram no Estado. Não quero entrar nesse mérito, porque acredito no Relator e na sua intenção. Mas tenho uma preocupação com relação ao método de contribuir com os colegas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tem V. Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, sou da mesma linha de raciocínio do Deputado João Coser. *Data venia* a boa intenção do Relator de querer atender às diversas emendas dos diversos Parlamentares, fica totalmente inviável a construção, ampliação e reforma de cadeia pública no Município de Medianeira com 25 mil reais. É a pulverização de recursos que vai deixar mais obras inacabadas. Sabemos que não se constroem cadeias com 25 mil reais em lugar algum. Dez mil reais não dão nem para reforma quanto mais para ampliação de cadeias. Os recursos foram pulverizados para diversos Parlamentares e não vão atender às necessidades até do próprio Parlamentar.

Portanto, acho que seria inútil aprovarmos essas emendas, porque haveria pulverização de recursos. Dessa forma, não atingiremos o objetivo do próprio Parlamentar, que seria o de ver a sua obra concluída, ou receber recursos no montante da conclusão ou da construção da obra que ele pleiteia nessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado Israel Pinheiro.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o eminente Relator teve uma intenção muito boa, mas não corresponde a realidade brasileira e orçamentária.

Aliás, indago da assessoria por que há dois projetos de lei, um de *crédito suplementar* e outro de *crédito especial*, tratando do fundo penitenciário. Não entendi. O Executivo pode dar uma explicação.

Há no PL nº 15 o Orçamento de 610 mil reais. Só que é um crédito especial. O que está número em pauta, que estamos discutindo, o PL nº 16, abre 2 milhões e 600 mil de crédito suplementar. Não entendo isso. Peço que a assessoria nos dê uma explicação posteriormente.

Mas, eminente Relator, é preciso acompanhar o seguinte raciocínio. Quando o crédito é suplementar ou especial, é porque o Governo já o tem comprometido. Esse recurso já é comprometido. Já existem programas em andamento e construções de cadeias no Brasil inteiro. Isso está muito claro na proposta do Governo, o qual distribui recursos aos Estados. Por que Minas Gerais, por exemplo, está recebendo 350 mil reais? Porque já há projetos e obras em andamento, etc. Isso é para complementar o orçamento das obras em andamento. S. Exa., talvez bem-intencionado, querendo atender aos Deputados, aceitou emendas.

Faço um apelo a V. Exa. para que retire essas emendas. Vamos aprovar o projeto na sua originalidade. As emendas não têm nem sentido nem critério de justiça nenhum. Percebemos isso claramente na hora que lemos os anexos sobre as emendas aprovadas parcialmente. Deveria ter um critério justificativo. Por que foram aprovadas umas e rejeitadas outras? Tinha que ser dito o seguinte: o orçamento da obra é tanto. Não existe projeto, não existe licitação. Enfim, teria que ter uma explicação técnica para justificar a aprovação de algumas emendas e rejeição de outras. Não me parece que há, porque vejo a coisa muito aleatória.

Cuiabá, por exemplo, dispõe de 350 mil reais para a conclusão de cadeia pública, conclusão de complexo de perícias e identificação. Ora, Cuiabá é capital do Estado. O Estado já recebe. Isso não tem sentido. Além de emendas individuais de Deputados, temos a construção e reforma do sistema no Estado do Paraná com o custo de 200 mil reais. Na mensagem do Governo já estão contidas as verbas para o Paraná. Não tem sentido aprovar emendas sobre a proposta do Governo, que é a mesma coisa.

Não quero reclamar para não ser muito regionalista, mas o eminente Relator deu duas emendas para Minas Gerais, uma para Salinas, de 50 mil reais, e corrigiu, dando um acréscimo, com a emenda de Relator, — não sei como foi feito esse jogo —, para Minas Gerais, de mais 70 mil. Minas, que tinha 350 mil, menos 100 mil, teria que ter 250 mil e não tem. Está simplesmente com 70 mil. O relatório final diz: construção de cadeias em Minas Gerais, 100 mil. Então, não há critério, não há custos; não há avaliação; não há orçamento, não há andamento das obras, há puramente vontade política de atender aos Srs. Deputados. Isso não é bom para a Casa.

Faço um apelo ao eminente Relator para que abra mão das emendas. Faço um requerimento de preferência para colocarmos em votação o projeto original do Governo, sem prejuízo, depois da votação — se for, por acaso, reprovada —, do parecer do eminente Relator.

Essa é a minha proposta e o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tinha solicitado ao Relator que não respondesse antes de ouvir as manifestações. Temos mais três oradores inscritos e talvez seja melhor ouvir a todos. Se todos estiverem a mesma linha de raciocínio, S. Exa. poderá responder de uma vez só, porque os Parlamentares estarão mais ou menos no mesmo tom.

Com a palavra o nobre Deputado Betinho Rosado.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - Sr. Presidente, inicialmente, parabeno o Relator pelo procedimento de prestigiar os seus pares, o que é muito necessário nesta Casa Legislativa.

Entendo que nessa tentativa de prestigiar os colegas, houve algumas mudanças significativas na dotação orçamentária inicial, prevista no projeto de lei encaminhado pelo Governo.

O Estado do Rio Grande do Norte, que tinha uma dotação orçamentária de 350 mil reais na proposta governamental, terminou com 100 mil reais, segundo a proposta do Relator. Dessa forma, mantido o projeto do Relator, votarei contra o projeto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado Alexandre Ceranto.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CERANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parabeno o Relator pela maneira como distribuiu as verbas para os Parlamentares. Mas, no caso do Paraná, é muito bem-vinda a proposta de essas verbas irem para as reformas de delegacias de polícia. De fato, 10 mil reais não é grande importância, mas serve para se reformar um banheiro, ou uma parede, porque a segurança pública dos pequenos Municípios está em péssimas condições. Mais uma vez, ratifico que essa verba para a reforma dos pequenos Municípios é bem-vinda.

Estou de acordo com o Relator. Peço aos pares que analisem bem essa matéria, pois, apesar de ser pouca a verba, é uma maneira de se atender

aos Parlamentares e ter um respaldo perante os Municípios.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado Armando Abílio

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero me acostar ao sentimento e à preocupação da maioria dos Parlamentares. Acho que a intenção do Sr. Relator foi muito boa e inclusive merece respeito e aplauso. Mas os critérios utilizados para a aprovação das emendas, tecnicamente, não me convenceram, por isso sou contra o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Relator, Deputado Serafim Venzon

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. Presidente, mais uma vez, agradeço a todos a colaboração.

Rapidamente, respondo a cada um dos Parlamentares, iniciando pelo Deputado João Coser, o qual elogia a minha intenção, mas faz uma observação quanto à dificuldade de aplicar essa verba. Também pude observar isso durante o trabalho que elaborei. No entanto, o sistema penitenciário brasileiro está totalmente ruim; de ponta a ponta, no Brasil, não existe um Estado que tenha um serviço presidiário a contento. Inclusive, não existe justificativa do Governo, por exemplo, quanto à não inclusão de diversos Estados, incluindo outros. Apenas, imagino eu que, como a verba não é muito grande, ela foi alocada em dez Estados, deixando outros dezessete de fora.

A ideia da pulverização não é exclusivamente minha. No PL nº 15, o Governo encaminha 610 mil, no outro PL, há exatamente o mesmo princípio, só que usa percentual. Para quem o Governo já mandou, manda 15% para todo mundo. E, para fechar a conta, como ela não fecha redondo em 15%, somente um Estado ganha 3,3%. É uma pulverização com critérios menos justificáveis ainda. Nessa pulverização que fiz — respondendo ainda ao Deputado João Coser —, tive o cuidado de ligar e conversar com todos os Deputados que apresentaram emendas.

Sendo assim, no exemplo do Deputado Chico da Princesa, onde priorizei 5 de 10 mil emendas, S.Exa considera que, se a cadeia pública de Jacarezinho receber 10 mil, vai fazer muito com esse dinheiro, vai melhorar sensivelmente a condição daquele lugar. Igualmente ocorre com as outras Prefeituras que citei. Quanto ao Deputado Cláudio Cajado, foram valorizadas também as suas emendas, conforme conversa pessoal com cada Deputado.

Não acho que a ideia da pulverização seja genuinamente minha, porque, no outro projeto, o Governo fez exatamente igual, só que pulverizou em percentuais e não através do Deputado. O valor dessa minha relatoria é exatamente o de ser o colaborador, considerando que todo o sistema presidiário, na sua infra-estrutura, está prejudicado. Em qualquer lugar, um tostão será bem-vindo. Seguramente, vai faltar em todos. Se pensarmos em deixar um Estado bem feito, ainda assim com 2 milhões e seiscentos mil não seria possível, até porque o próprio Governo, no seu projeto original, também não fez. Então, o critério que usei, basicamente, foi pulverizar a pequena verba, no Brasil, através dos Deputados.

Igualmente, o Deputado José Rocha, a quem pediria a consideração sobre a minha relatoria, talvez não tivesse esse conhecimento. O Relator conversou com todos os interessados. De forma, essa pulverização não é ideia exclusivamente minha. Se diminuí algumas emendas — deixei dez, quinze mil, ou para alguns Parlamentares deixei uma maior, cinquenta, sessenta — foi fruto de um acordo que tive com o Deputado que apresentou a emenda. De forma que, se ainda, regimentalmente, me for pedido, se algum Deputado quiser fazer o inverso, também estou acatando.

Deputado Israel Pinheiro, com relação aos critérios que V.Exa citava no caso de Minas Gerais, o projeto original era de 350, mas vai ficar com 220. Quer dizer, ficaria com 220.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Está tirando de Minas Gerais. Não é critério.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado, mas os Estados do Acre, Ceará, Goiás, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins não tinham nada no projeto original. Naturalmente que, para distribuir alguma coisa para aqueles Estados, tenho que tirar de alguém, porque o valor original é o mesmo.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Falei no início e vou repetir o Governo, quando envia ao Congresso o crédito suplementar, é porque o órgão executivo, o Ministério da Justiça, no fundo, já tem os compromissos todos feitos com os Estados, como obras em andamento. Normalmente, esses recursos vão pagar obras já executadas. É o normal, porque é um crédito suplementar, um crédito especial.

É isso que quero que V.Exa entenda. Não quero discutir as emendas. V.Exa vai interromper a construção de cadeias públicas, penitenciárias, que estão em andamento, porque o Poder Executivo é o responsável por isso. Não somos nós. O Governo sabe onde precisa pôr dinheiro, por isso enviou o crédito suplementar.

Não podemos emendar aqui, Deputado. Não é problema de emenda de Deputado. Não é esse o problema. O problema é o seguinte: crédito suplementar só se V.Exa tivesse o cuidado de chamar o Ministro da Justiça, o responsável, para explicar o andamento das obras. Ai, sim, V.Exa. poderia dizer, vamos atrasar essa obra aqui e vamos começar uma nova. Ai, tem uma lógica. Mas não está sendo assim.

O apelo que faço a V.Exa, apelo de um Parlamentar para outro Parlamentar, é o seguinte: abra mão do parecer, vamos votar o original do Governo e fica a intenção de V.Exa registrada nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Continua com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado Israel Pinheiro, como ia respondendo, em princípio, a obra, nesses Estados, não está feita, até porque, se tivesse, seria alguma coisa extremamente grave. Para que mandar aqui aprovar? Quer dizer, se o Congresso Nacional e um órgão extremamente autorizativo, ao menos a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não poderia partir desse princípio de estar autorizando alguma coisa que o Governo está fazendo ou já fez?

De forma que essa é a imagem, Deputado, que pediria a V.Exa que nos ajudasse a mudar, seja na valorização da emenda dele, seja na valorização do Parlamentar. Se ele manda um projeto para ser relatado, pensado, não adianta buscarmos uma assessoria inteira para auxiliar a relatoria, ter uma Comissão inteira a disposição, uma vez que tudo isso gera um custo. Se e apenas para dizer "sim", que se diga sem essa estrutura toda até para diminuir custos, já que esse é o princípio básico de todos nós.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, gostaria de pedir um aparte ao Relator. Fui Relator desse setor do Orçamento. Existe, no Ministério da Justiça, um plano nacional. Não sou de elogiar muito este Governo, mas uma das poucas áreas que tem um projeto para o País, atendendo a todos os Estados, é através desse fundo, porque tem objetivos traçados de médio prazo. Todos os Estados têm penitenciárias sendo construídas ou reformadas através desse fundo. É um recurso que sai.

No Estado do Espírito Santo, cujo Governo era do PT e tinha dificuldades para tirar dinheiro, nunca tivemos dificuldade para tirar dinheiro nesse fundo para as poucas obras que continuam andando lá. Há mais um detalhe: não tem nenhum recurso para o Estado do Espírito Santo aqui. Não vem ao caso. Não estão nem colocando nem retirando, e também não chegaria ao extremo de que as obras estão feitas, mas, com certeza, uma grande parte desses investimentos, se são para dez Estados, é porque tem algum encaminhamento avançado nesses Estados.

Dois milhões e seiscentos mil é insuficiente para tentar atender a demanda da questão dos presídios no Brasil. Então, não adianta a boa intenção.

Infelizmente, a boa intenção de V Exa é insuficiente para resolver o nosso problema. Acredito que tirar 1 milhão e 700 mil do projeto original complica mais, porque não se vai fazer o que está em andamento e não se vai atender às emendas aqui.

Então, de fato, a intenção é boa, mas a forma, na minha avaliação, não é. Poderia até tirar de um Tira 100 de Santa Catarina e pôr em Minas Gerais. Um ou outro caso poderia ter sido analisado do ponto de vista do mérito, porque, se num Estado que tem uma demanda e não está sendo tocada a obra, aí valeria a pena. Tinha que haver uma justificativa. Mas, da forma como está apresentado, a intenção de atender aos colegas Parlamentares é muito importante. Mas, no mérito, não é positivo, na minha avaliação.

Vamos acabar tendo que votar contra. Então, é ruim. Não sei se o Relator tem condições de fazer um novo relatório, alterando do ponto de vista de conteúdo ou se vamos, realmente, ter que derrubar o relatório. Não sou de fazer isso, derrubar o relatório, contra os Deputados e a favor do Governo. Mas, nesse caso, sinto-me extremamente convencido de que o melhor caminho não é aprovar esse relatório.

Então, estou fazendo um apelo. Não sei se há outro jeito. De fato, o Governo não colocou muito. Colocou 100 mil, 80 mil, 50 mil, que é o suficiente para tocar o que tem de ser reformado no final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - A Presidência indaga do nobre Relator se mantém o relatório ou se pretende retirar o projeto.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estão fazendo justificativas, queria mais uma vez enfatizar um princípio: as emendas dos Deputados são boas e necessárias. Os Deputados têm a intenção de resolver um problema também emergencial para as cidades e para os Municípios para os quais fizeram as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - V Exa mantém o relatório?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Mantenho o relatório e volto a enfatizar 2 milhões e 600 mil, mesmo que se mantivessem no projeto original, não serão suficientes para resolver o problema naqueles Estados. Então, por isso, mantenho o relatório. Acho que é um princípio que esta Casa está precisando muito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Passamos à votação. Os Srs. Deputados que estão de acordo com o relatório do nobre Relator mantenham-se como estão. (Pausa.)

Rejeitado o parecer.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, gostaria de me abster de votar por uma questão partidária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Perfeito. Está registrada a abstenção de V Exa. Então, será designado novo Relator para fazer um segundo relatório com o voto do parecer vencedor. Designo o nobre Deputado Israel Pinheiro.

Passamos ao projeto seguinte, do Deputado João Coser. Projeto de Lei nº 21, de 1997, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito especial até o limite de 500 mil e 600 reais para os fins que especifica.

Com a palavra o Deputado João Coser. S. Exa. emitiu parecer favorável, nos termos propostos no projeto, sem alterações.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, há necessidade de fazer relatório geral? O referido crédito visa atender às unidades orçamentárias da Justiça Eleitoral, Tribunal Regional do Rio Grande do Norte, no valor de 130 mil, recursos para ampliar seu edifício-sede, objetivando reduzir despesas com aluguel de três imóveis, ao Tribunal de Mato Grosso, no valor de 120 mil, e ao Tribunal do Distrito Federal, no valor de 250 mil.

Foi apresentada uma emenda, mas realmente ela não atende ao ponto de vista legal. Então, ela não pôde ser contemplada por problemas de ordem legal.

Então, o nosso parecer é pela aprovação na forma do projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em discussão o parecer favorável do Deputado João Coser.

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao projeto seguinte. Projeto de Lei nº 20/97, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito no valor de 4 milhões, 120 mil, 720 reais para os fins que especifica.

O Relator e o Deputado Sérgio Miranda. Peço que o Deputado Israel Pinheiro leia o parecer do Deputado Sérgio Miranda, que é favorável, nos termos do projeto.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sras. e Srs. Parlamentares, o Governo propõe o cancelamento dos recursos orçamentários para aumento de capital na CODOMAR, Companhia Docas do Maranhão, e transfere esse dinheiro para a construção de um píer petroleiro. A proposta atende aos interesses nacionais porque, em vez de aumentar o capital, aplica na construção de um píer petroleiro no próprio cais. Somos a favor dela.

Foi apresentada uma emenda, que foi rejeitada. O parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em discussão o parecer do Deputado.

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão.

Aprovado.

Passamos à pauta nº 17/97.

Apresentação, discussão e votação do relatório ao Projeto de Lei nº 23, de 1997, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, crédito no valor de 14 milhões, 161 mil, 896 reais, para os fins que especifica.

O Relator e o Deputado Arnaldo Madeira.

Pedina ao Deputado Alexandre Ceranto que, por favor, lesse o relatório do Deputado Arnaldo Madeira.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CERANTO - Sr. Presidente, lerei so o voto do Relator.

Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes; não apresenta incompatibilidade com o Plano Plurianual, bem como não incide nas vedações expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1997.

As programações da suplementação e de cancelamento encontram-se previstas na Lei Orçamentária do exercício

Após o encerramento do prazo para a apresentação de emendas, recebemos do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região o Ofício GP nº 467/97, de 11 de setembro de 1997, no qual solicita que seja excluído do Anexo I, (Suplementação) do projeto de lei, na parte relativa àquele Tribunal, a subatividade Capacitação de Recursos Humanos com a dotação de 200 mil reais e que o seu valor seja acrescido à dotação da subatividade Manutenção dos Serviços de Administração Geral, elevando, assim, de um milhão, setecentos e trinta e seis mil reais para um milhão, novecentos e trinta e seis mil reais o valor originalmente proposto. O pedido é justificado pela necessidade de mais recursos para atender as necessidades mais prementes com despesas de locação de imóveis das Juntas de Conciliação e Julgamento, serviços postais, contratos de limpeza, vigilância etc.

A fim de atender a solicitação do Presidente do Tribunal, estamos apresentando uma Emenda de Relator

Quanto à Emenda apresentada, de nº 023-0001/9, de autoria do Deputado Luis Barbosa, conflita com o art. 47, Inciso II, alínea "b", do Regimento Interno da Comissão Mista, que proíbe a aprovação da emenda que proponha a suplementação de dotação de unidade orçamentária não contemplada no projeto de lei de minha apreciação.

Assim, propomos a sua rejeição

Pelo exposto, opino pela aprovação do Projeto de lei nº 19, de 1997, nos termos do substitutivo em anexo

Sala da Comissão, Deputado Arnaldo Madeira, Relator

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Em discussão o parecer (Pausa)

Não tendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram (Pausa)

Aprovado

Em votação no Senado Federal

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram (Pausa.)

Aprovado

Passamos ao último processo da pauta nº 16, o Projeto de lei nº 15/97, cujo Relator seria o Deputado Barbosa Neto. Trata-se de um crédito suplementar ao Ministério da Justiça no valor de R\$ 610.234,00. Eu pedira ao Deputado Armando Abílio, também do PMDB, para que fizesse a leitura.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Voto do Relator

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo se enquadra nas disposições do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI da Constituição, e não apresenta incompatibilidade com o Plano Plurianual, bem como não incide nas vedações expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1997.

Os subprojetos suplementados encontram-se previstos na lei orçamentária vigente

Quanto às emendas apresentadas, a Emenda nº 015-0001-9, de autoria do Deputado Nelson Meurer, não pode ser aprovada, tendo em vista as disposições do regulamento interno da Comissão que, em seu art. 51, inciso I, alínea "a", proíbe a aprovação de emendas que criem subprojetos novos em projetos de lei de crédito suplementar.

No que concerne à Emenda nº 15-003-5, do Deputado Gonzaga Patnota, que suplementa o subprojeto de construção da cadeia pública de Salgueiro, Pernambuco, acolhemos, parcialmente, com R\$ 67.000,00. Ressalte-se que, para

atender a essa emenda, estamos propondo um cancelamento em torno de 11% nos subprojetos propostos pelo Poder Executivo

O subprojeto proposto na emenda consta da lei orçamentária vigente, devendo os recursos a ele alocados serem repassados ao respectivo Estado mediante convênio, conforme estabelece a legislação do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), Lei Complementar nº 79, de janeiro de 1984, e Decreto nº 1.093, de 21 de março de 1994.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de lei nº 15, de 1997, na forma do projeto do substitutivo anexo, e pela rejeição da Emenda nº 015-001-9.

Sala da Comissão, Deputado Barbosa Neto, Relator

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Em discussão

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Tem V. Exa. a palavra

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, é o caso que acabamos de votar. So que aqui o Relator apresenta uma argumentação que, ate, em sendo verdade, prevalece para argumentação do relatório anterior, que derrubamos.

Diz, aqui, que ele aprovou a segunda emenda, porque consta da lei orçamentária vigente.

Mas se a emenda consta da lei orçamentária, não precisa de crédito suplementar. Não entendi. Como é que pode? Pelo que entendi, a primeira emenda não constava do Orçamento. Como não consta do Orçamento, ele a rejeitou, porque o nosso Regimento proíbe. A segunda emenda ele aprovou, porque ela consta do Orçamento. Mas se ela consta do Orçamento, não precisa de recurso. Gostaria que me explicassem isso.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente, só sou o leitor da matéria.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Não tem V. Exa. nenhuma culpa. Estou dizendo que tínhamos que chamar a atenção, porque não pode haver pareceres contraditórios.

O SR. DEPUTADO ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, embora o Relator esteja ausente, isso é fácil de se explicar: trata-se de crédito suplementar. Só pode suplementar o que existe. Não se pode suplementar o que não existe. O Relator está rigorosamente certo. Rejeitou a emenda, aquilo que não existe, porque não poderia suplementar, e aprovou a emenda ao que existe, porque pode suplementar. O relatório está rigorosamente certo.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Qual é a razão do suplementar? Se existe a verba orçamentária, para que suplementar? Qual é a razão de suplementar, se tem a verba no Orçamento?

E essa é a pergunta que faço.

Estou de acordo com V. Exa. Se o projeto está no Orçamento, por que suplementar? Estando no Orçamento, já tem verba correspondente no Orçamento.

(Não identificado) - (Intervenção fora do microfone)

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Ah, bom! Ele quer aumentar. Isso eu entendo. Mas para ele aumentar o que já existe, aí, sim, teria que ter um parecer técnico do Ministério da Justiça, dizendo que a obra está incompleta, que faltam R\$ 67.000,00. Mas não é este o caso. Aqui, está-se atendendo a um pedido político.

Eu proponho tirar de pauta e mudar o parecer.

O SR. DEPUTADO ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, proponho a rejeição do parecer pelos motivos anteriores, que é a pulverização. Quer dizer, não há nenhum inconveniente técnico em que se acate uma emenda suplementar. Agora, que se rejeite o parecer, aprovando o projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - A Presidência decide essa situação, retirando a matéria de pauta para que o Relator, presente, possa esclarecer. Ai, a rejeitaremos ou não.

Essa é a decisão da Presidência.

Para dar continuidade, apreciaremos o Projeto de Lei nº 20, de 97, que autoriza o Poder Executivo abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito no valor R\$ 4 120 720,00, para os fins específicos. O Deputado Sérgio Miranda - Perdão, deixei de assinalar...

(Não identificado) - Agora e o dezoito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Perdão.

Projeto nº 24, cujo Relator sena o Deputado João Leão — está presente? —, que abre ao Orçamento

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Estamos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Muito bem,

Deputado

Projeto nº 24, cujo Relator e o Deputado João Leão, que abre ao Orçamento, em favor do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (CEPEL), empresa do Sistema ELETROBRÁS, crédito especial no valor de R\$ 9 700 000,00, para os fins que especifica.

O parecer é favorável, e o Deputado João Leão o relatará.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria dispositivos constitucionais nem os preceitos legais pertinentes, em especial no que se refere à sua compatibilidade ao Plano Plurianual e ao disposto na Lei nº 9 293, de 15 de julho de 1996 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1997).

Pelo exposto, somos favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 24/97, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Em discussão o parecer do Deputado.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Tem V Exa a palavra.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, estavam sendo discutidos aqui anteriormente recursos de 2 milhões para cadeias públicas. É um assunto da maior importância. Todos os Deputados têm problemas nos seus Municípios com relação a necessidade de reforma e ampliação das cadeias. Por outro lado, votamos aqui rapidamente R\$ 9 700 000,00, sem nenhum conhecimento.

Em primeiro lugar, quando se fala de Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, acho um assunto extremamente delicado. Pesquisar energia elétrica nessa altura da vida é complexo, porque já se descobriu quase tudo sobre energia elétrica. Não sei o que ainda vão descobrir.

A explicativa do Relator, que li, diz o seguinte: gastar 2 milhões para reequipamento de laboratórios. É um convênio do Ministério de Minas e Energia que não explica para quê.

Programa energético dos Estados e Municípios - 3 milhões.

Sr. Presidente, veja bem o que está escrito aqui: "programa de desenvolvimento energético dos Estados e Municípios". O que significa isso?

Precisamos discutir o que isso significa!

As companhias estatais têm recurso próprio. Pagamos tarifa de energia elétrica. Não entendo. Para aplicar em quê? Desenvolvimento energético? Isso precisa ficar mais claro, mais lógico.

Terceiro, Centro de Referência e de Energia Solar Eólica Sérgio de Sávio Brito, 700 mil reais. Isso ainda se justifica. Energia solar e eólica têm que ser pesquisadas. Há lógica.

Programa de Conservação de Energia Elétrica - um milhão e meio.

Programa de Pesquisa e Infra-estrutura Tecnológica do CEPEL.

Enfim, não está claro. Temos que entender. A Câmara, o Congresso tem que participar, decidir se isso está sendo bem aplicado, se isso é prioridade para o Brasil, Sr. Presidente, e não ficar aqui emendando, a fim de dar 10 mil, 20 mil para cadeia pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Deputado Israel Pinheiro, V Exa está coberto de razão.

Lerei alguma coisa do nosso relatório.

O Congresso Nacional decreta o que veio do Governo:

"Os recursos necessários a execução do disposto no artigo anterior são provenientes da geração própria do CEPEL, conforme indicado no anexo II desta lei."

Esses são recursos próprios do órgão.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Mesmo assim, temos que discutir. Recursos próprios do órgão, significam tarifas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Nobre Deputado Israel Pinheiro, não deixei o Relator atrapalhar V Exa. Agora, peço a V Exa que ouçamos o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Tenho toda a paciência do mundo para ouvir o Deputado Israel Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Mas a palavra está assegurada a V Exa. Se V Exa quiser dar aparte, que o faça.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Se V Exa quiser um aparte, eu dou.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Eu não estou discutindo se está cancelando verba orçamentária. Não é essa a discussão. A discussão é a aplicação de R\$ 9.700.000,00 de recursos próprios da ELETROBRÁS. Sei que são, porque li aqui. Mas isso não invalida o nosso direito de Parlamentar de discutir a aplicação desses recursos. É nisso que estou entrando. Não é para cancelar. Sei que não cancelou nada. Senão teria que haver aqui os cancelamentos. Entendeu, eminente Deputado?

Eu discuto, repito, o mérito. Vale a pena gastar R\$ 9.700.000,00 em pesquisas de energia elétrica? Energia elétrica é conhecida há trezentos anos. Não entendo. Pesquisar o quê? A tecnologia é mundial, o Brasil não inventará novas tecnologias. Aqui, diz o seguinte: "Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios: R\$ 3.500.000,00". O que significa isso? Vai-se dar dinheiro para Municípios? Quais Municípios? Ai, sim, temos direito de emendar.

Todos os Estados têm as suas empresas estatais de energia elétrica. Quem tem, cobra tarifas. Não tem sentido a ELETROBRÁS dar dinheiro para Estados e Municípios desenvolverem o setor energético. É preciso ficar claro o que é desenvolvimento energético.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Posso responder, se V Exa deixar.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Apelo para V Exa no sentido de que explique o que é desenvolvimento energético, além de outros investimentos, que são seis.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Explicarei a V Exa., nobre Deputado. O CEPEL é uma empresa que desenvolve diversos sistemas de energias alternativas. Esse programa de desenvolvimento energético dos Estados e Municípios é de energias alternativas. Por exemplo, determinada comunidade, lá no interior de Minas Gerais, necessita de energia solar. Atualmente, o CEPEL está fazendo esses sistemas energéticos a título de experiências para, depois, serem incrementados. É

esse o objetivo do CEPEL. Espero que o Estado de Minas Gerais seja devidamente atendido.

Devo dizer que V. Exa. poderia ter inserido uma emenda destinando parte dos recursos para determinada cidade de Minas Gerais. Não alocuei nenhuma emenda — e tinha até vontade de fazê-lo —, respeitando o programa do CEPEL, pois já está definido. Um técnico, o Diretor do CEPEL, em conversa conosco, nos mostrou todos os programas definidos, que na sua maioria são para a Amazônia, em locais de difícil acesso, para onde não é possível chegar a energia definida, de cabo e elétrica, mas que farão esses sistemas na Amazônia funcionarem em algumas cidades do interior do País, como as do Piauí e de alguns Municípios, localidades que realmente são de difícil acesso. Portanto, e nisso que se funda o programa de desenvolvimento energético dos Estados e Municípios.

O Centro de Referência de Energia Solar e Eólica Sérgio de Silva Brito é um centro de energia solar do CEPEL que faz experiências. O Programa de Conservação de Energia Elétrica é um programa de conservação desses centros já implantados. Um milhão e quinhentos mil foram destinados para esses programas. Se houver uma deficiência em determinado programa, deve haver algum recurso disponível.

Aqui já estão definidos os projetos de pesquisa e infra-estrutura tecnológica do CEPEL. Cabe a alguns Parlamentares alocar emendas. Como nenhum Parlamentar da Casa alocou qualquer emenda, o Relator ficou até envergonhado de alocar uma emenda. Algumas regiões do meu Estado, a Bahia, necessitariam de alguns empreendimentos dessa natureza. Mas, como nenhum Parlamentar alocou qualquer emenda, não me senti com vontade de fazê-lo. Por isso aprovei o projeto do Governo na íntegra.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tem V. Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, não sei se falo chinês. Às vezes, fico pensando se tenho linguagem diferente dos meus eminentes colegas. Estou tentando explicar — e vou explicar mais uma vez — que não estou discutindo emenda. Não é esse o assunto, eminente Deputado. Mais uma vez, trata-se de 9 milhões e 700 mil reais. Não estou preocupado se esse valor vem de recursos próprios da ELETROBRÁS ou onde será aplicado. Procure entender, nobre Deputado. Se V. Exa. não me ouvir, não me entenderá, pois essa será uma discussão de surdos. Discuto aqui a aplicação do dinheiro. Repito, a aplicação, no fundo, custa ao Brasil.

De onde a ELETROBRÁS, uma estatal, tirou dinheiro? Tirou da tarifa pública, do povo, do favelado, do pobre, do sofrido, que realmente pagam. Todo mundo paga tarifa. E esses recursos são das tarifas públicas, eminente Deputado. Esse dinheiro não caiu do céu.

Estamos aqui aprovando a destinação desse dinheiro. Essa é a função, a competência da Comissão Mista de Orçamento. Mas temos que discutir onde e por que estamos aplicando. V. Exa. diz — e peço que preste atenção — que esse valor será destinado para energia alternativa. Concorde. Sou engenheiro e entendo um pouco dessa matéria, pois já dirigi obra de energia elétrica. Portanto, tenho algum conhecimento. Talvez seja pequeno, mas o tenho. Energias eólica e solar ainda estão em estudo no mundo. Os americanos têm laboratórios, têm pesquisas, o Brasil os tem também, a CEMIG também, em Minas.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - É o CEPEL no Brasil.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Calma, Deputado. Eu concordei com o valor de 711 mil reais. V. Exa. deve ter humildade para ouvir, senão ficamos com impressão ruim. Aqui constam 711 mil para o Centro de Referência de Energias Solar e Eólica. Já concordei com 711 mil para o Centro de Referência de Energias Solar e Eólica, talvez V. Exa. não tenha prestado atenção. Não concordei —

não que eu não tenha concordado, mas é que quero explicação de V. Exa. — em dar 3 milhões e meio para o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios. V. Exa. respondeu que esse valor é para pôr energia eólica na Amazônia. Perdoe-me V. Exa., mas isso é uma balela. Não há como pôr energia eólica lá na Amazônia. Com energia eólica, a capacidade é mínima. Ainda não se encontrou no mundo geradores de energia eólica com grande capacidade. As energias eólica e solar podem ser empregadas em alguns transmissores de telefone, em alguns pontos isolados no meio da floresta, com pouca capacidade de energia, mas não para abastecer uma cidade. Sou obrigado a dar esse esclarecimento para discutirmos como e onde aplicaremos 3 milhões e meio de reais.

E esse o meu questionamento. Não estou dizendo que sou contra. Que fique claro isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Meu caro Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Como acho que o assunto já está esclarecido, podemos colocar em votação.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Quero fazer somente um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Pois não, Excelência.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - O Deputado diz que a energia eólica pode servir a uma geladeira, para segurar a vacina, pode acender uma lâmpada numa determinada localidade do interior da Amazônia, onde o sujeito vai dormir de noite e só vê grilo cantar. V. Exa., Deputado, está acostumado com a vida boa das Minas Gerais. V. Exa. chega na sua casa, acende o interruptor e pronto. Na Amazônia, ocorre diferente, nobre Deputado. Sinto muito, mas continuo favorável ao meu projeto.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Esquecendo a indecência, eu perdoo o eminente Deputado pela ignorância.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Peço que mantenhamos o nível da gentileza entre todos nós.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Sr. Presidente, o meu voto foi contrário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Aprovado, com o voto contrário do Deputado Israel Pinheiro.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Pelo mérito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Vamos relatar o último projeto, o Projeto de Lei nº 18, porque é muito urgente. Em seguida, teremos que ir para o plenário da Câmara dos Deputados, pois haverá votação.

O SR. DEPUTADO ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, a informação que tenho é que há processo de votação nominal, neste momento, no plenário da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Acabei de receber informações de que será iniciado o processo de votação. Como será rápida a votação do projeto de S. Exa., poderemos fazê-lo e, em seguida, sairemos.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Paulo Gouvêa. Peço que V. Exa. seja o mais sintético possível.

O SR. DEPUTADO PAULO GOUVÊA. - O projeto se refere a uma implementação, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de 26 milhões, 897 mil e 396 reais, para atender ao Departamento Nacional de Águas e Energias Elétricas, o DENAE. E distribui por diversos itens. Fiz um substitutivo, porque a Lei nº 9 433, que regula a aplicação desses recursos, prevê uma limitação para pessoal e custeio. O projeto do Poder Executivo estava com valor excedente a essa limitação, que é de sete e meio por cento. Por isso, realoquei o excedente, anulei, cancelei as dotações superiores àquilo que estava pessoal e realoquei nos mesmos itens de investimento que eram previstos. Basicamente, em termos de valores, de itens, é a mesma coisa. O meu substitutivo apenas realoca dentro desses itens para cumprir a disposição legal.

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, peço que votemos o meu requerimento, pois ele é útil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em votação o requerimento de autoria do Deputado João Fassarella, solicitando que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de fiscalização do Departamento de Estradas de Rodagens, DNER, para que explicita a execução do Projeto nº 16 088 0537 2424, sobre indenização e desapropriação de imóveis.

Com a palavra o Sr. Relator. Peço que S. Exa. seja extremamente sucinto.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Serei breve, Sr. Presidente.

Pelo SIAFI de hoje, a dotação inicial para esse programa é de 1 milhão e 194 mil reais. O empenhado até essa data alcança 9 milhões e 469 reais, e o liquidado alcança 6 milhões e 65 mil reais. Portanto, 507% acima do autorizado.

Estou solicitando ao Tribunal de Contas que analise a matéria e tome as providências.

O SR. DEPUTADO PAULO GOUVÊA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Pois não, Excelência.

O SR. DEPUTADO PAULO GOUVÊA - Sr. Presidente, realmente, se configurado, o caso é de preocupar a Comissão. No entanto, antes de levar a sugestão ao Tribunal de Contas, poderíamos fazer um pedido de informação ao órgão para entendermos quais as razões que levaram a que isso acontecesse. Se é que, efetivamente, aconteceu.

Deveríamos transformar isso num pedido de informação ao órgão respectivo, ao Ministério dos Transportes ou ao DNER.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Quanto ao pedido de informações, já o encaminhei ontem, através da Mesa da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO PAULO GOUVÊA - Então, perfeito.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Quanto ao Tribunal de Contas, nada impede que ele, ao mesmo tempo, verifique e analise a matéria. Os dados são claros. Não há qualquer outra indicação de algum crédito adicional que foi

aprovado. Não há qualquer decreto abrindo nova rubrica. Já fiz todas as consultas que poderiam ser feitas em termos de SIAFI. Os dados sempre se repetem a uma execução de 507% acima do autorizado. Quanto a isso, a Comissão Mista de Orçamento não pode ficar omissa.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Quinhentos e sete por cento ou quinhentos mil reais?

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Quinhentos e sete por cento acima do autorizado.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Isso é crime.

O SR. DEPUTADO PAULO GOUVÊA - Nobre Deputado, é algo que a Comissão não examinou. Claro que confio nas informações trazidas pelo Deputado João Fassarella, mas é uma informação trazida individualmente por um Deputado. Não a examinamos na Comissão. Não podemos tomar a medida de acionar o Tribunal de Contas da União antes de receber um mínimo de informação por parte do Poder Executivo. Primeiro, deveríamos ter essa precaução.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - As informações estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - O signatário mantém a solicitação?

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Mantenho. O documento está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Então, cabe a Mesa pôr em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com a solicitação do requerimento queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO PAULO GOUVÊA - Por essas razões, justificando o meu voto, voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com os votos contrários dos Srs. Deputados Paulo Gouvêa e Alexandre Ceranto, aprovada.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Está encerrada a sessão.

Ata da 1ª Reunião Regional, realizada em 11/09/97

SENTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA QUINQUAGÉSIMA LEGISLATURA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO REGIONAL DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1997, EM JOÃO PESSOA-PB

Aos onze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e sete, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Auditorio do Hotel Tambau, em João Pessoa-PB. Compareceram a reunião as seguintes autoridades: - Parlamentares: Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão, Deputado Aracely de Paula, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 1998, Deputado Armando Abilio, Coordenador da

Reunião e o Deputado Cipriano Correia, - outras autoridades Itapuan Bôto Targino, Chefe de Gabinete do Governador do Estado, Mário Silveira, Secretário de Planejamento do Estado da Paraíba, representando o Governador José Targino Maranhão, Cicero Lucena, Prefeito de João Pessoa, Deputado Nominando Diniz, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, Mônica Clack Cavalcante, Secretária de Planejamento do Estado do Ceará, representando o Governador Tasso Jereissati, Eduardo Paiva, Secretário-Adjunto do Planejamento de Pernambuco, representando o Governador Miguel Arraes, Vereador Eváriso Bezerra, Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, Dr. Marcos Melo, Secretário de Planejamento de Sergipe, representando o Governador Albano Franco, Marcos Ubiratan, Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, Leonardo Moura Teixeira, Delegado do Ministério da Agricultura da Paraíba, representando o Ministro da Agricultura: José Rafael Neto, da SEPLAN/Ceará, Maria do Carmo C. Moura e Newton N. de Lacerda Neto, do Tribunal de Justiça, Jurandir Antônio, da Secretaria de Planejamento, Alcides Jansen e Marcelo F. Andrade, do TRE-PB, Gilberto de Sa Sarmento, Procurador-Geral da Defesa Pública/PB;

Paulo César Medeiros, da Secretaria de Finanças de Natal/RN; Neusa Moraes Costa, do SETRAS/PB, Francisco de Assis, da EMPRAPA/Brasília, Edilson Batista Azevedo, da Prefeitura Nova Floresta/PB, Elizabeth Cunha, da Prefeitura de Recife/PE, Katia Born, Prefeita de Maceró/AL, João dos Santos, Vereador de João Pessoa/PB, Francisco Medeiros, da EMATER/PE, Vicente Chaves Araújo, da SEFIN/PB, Paulo Ziulkoski, da Confederação Nacional dos Municípios; Paulo Vinícius A. Medeiros, da SUDENE; Mário Cabrino, vereador; Manoel Alves da S. Júnior, Prefeito; Manoel Brandão Farias, Superintendência do Banco do Nordeste; Gilberto Cavalcanti Farias, Prefeito de Serra Redonda; Luciano Castro, da Câmara Municipal de João Pessoa/PB; Rubens G. Costa, da P.M. de Picuí/PB, Ricardo Henrique Padilha de Castro, do Sindicato dos Economistas do Estado da Paraíba-SINDECON, José de Oliveira Costa, da Secretaria de Agricultura da Paraíba, Liana Rabay, da SETRAS/PB; Mônica Cavalcanti, da Fundação Joaquim Nabuco.

ABERTURA: A mesa foi composta pelas seguintes autoridades: Dr. Mário Silveira, Secretário de Planejamento do Governo da Paraíba, representando o Governador José Targino Maranhão, Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão, Dr. Cicero Lucena, Prefeito da capital, Deputado Nominando Diniz, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Federal Aracely de Paula, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 1998, Deputado Federal Armando Abílio, Coordenador da reunião, Deputado Federal Cipriano Correia, Vereador Eváriso Bezerra, Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, Dr. Marcos Melo, Secretário do Planejamento de Sergipe, representando o Governador Albano Franco, Mônica Clack, Dra. Kátia Born, Prefeita de Maceró/AL, Secretária do Planejamento do Estado do Ceará, representando o Governador Tasso Jereissati, Eduardo Paiva, Secretário-Adjunto do Planejamento de Pernambuco, representando o Governador Miguel Arraes, Dr. Marcos Ubiratan, Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, Dr. Leonardo Moura Teixeira, Delegado do Ministério da Agricultura da Paraíba, representando o Ministro da Agricultura. O Presidente declarou aberta a Primeira Reunião Regional de 1997, tecendo as seguintes considerações: 1) Pleno êxito na realização das Reuniões Regionais de 1996, ressaltando que reivindicações apresentadas foram incorporadas ao Orçamento para 1997, 2) Enumeração de

objetivos a serem alcançados: iniciar o desenvolvimento de um sistema descentralizado de discussão do Orçamento da União, e criar vínculo direto entre a Comissão e as diversas lideranças e comunidades das regiões do País afetadas pelas ações previstas no Orçamento. 3) O Projeto de Lei Complementar previsto no art. 165, § 9º da Constituição Federal, destinado a disciplinar o processo orçamentário e financeiro, apresentado por este Órgão Técnico do Congresso Nacional, foi aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, em reunião de 4 de setembro do corrente ano, com poucas alterações em relação ao projeto original. O Projeto tramitará pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados e, após, será apreciado no Plenário da Câmara dos Deputados para depois iniciar a tramitação no Senado Federal. O texto aprovado está disponível na *home page* da Câmara dos Deputados. Em seguida, o Deputado Aracely de Paula, na qualidade de Relator-Geral, enfatizou a importância de proporcionar transparência no processo de análise do Orçamento para 1998. Dando continuidade, a palavra foi assegurada aos Assessores Técnicos do Congresso Nacional, Sr. Eugênio Greggrain, que discorreu acerca dos grandes números do Orçamento e dos Investimentos e aos Srs. José Batista da Costa Filho e Ilvo Debus, que explanaram acerca da distribuição dos gastos regionalizados do País. Iniciados os debates, discutiram o assunto os Senhores Mário Silveira, Cicero Lucena, Eduardo Paiva, Mônica Clack, Kátia Born, Deputado Armando Abílio, Paulo César Medeiros, Maria do Carmo, Alcides Jansen, Júlio Rafael, Expedito Pereira.

ENCERRAMENTO: O Sr. Mário Silveira, em nome do Governador do Estado, manifestou satisfação em sediar a Primeira Reunião Regional, ao tempo em que agradeceu o comparecimento das autoridades. Às onze horas e cinquenta minutos, o Presidente encerrou os trabalhos e, para constar, eu, Myrma Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador NEY SUASSUNA, Presidente

1ª Reunião Regional, em 11/09/97 - em João Pessoa/PB

O SR. APRESENTADOR - Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores, Srs. Secretários de Estado, Srs. Secretários-Adjuntos, Srs. Diretores de empresas do Estado, Srs. Representantes de autoridades, Srs. Presidentes de órgãos federais, demais autoridades presentes neste evento.

Neste momento, convocamos as autoridades que vão compor a mesa: Dr. Mário Silveira, Secretário do Planejamento do Governo da Paraíba, aqui representando o Governador José Targino Maranhão, Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Dr. Cicero Lucena, Prefeito da capital, Deputado Nominando Diniz, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Federal Aracely de Paula, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 1998, Deputado Federal Armando Abílio, Coordenador desta reunião, Deputado Federal Cipriano Correia, Vereador Eváriso Bezerra, Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, Dr. Marcos Melo, Secretário do Planejamento de Sergipe, representando o Governador Albano Franco, Mônica Clack, Secretária do Planejamento do Estado do Ceará, representando o Governador Tasso Jereissati, Eduardo Paiva, Secretário-Adjunto do Planejamento de Pernambuco, representando o Governador Miguel Arraes, Dr. Marcos Ubiratan, Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, Dr. Leonardo Moura Teixeira, Delegado do Ministério da Agricultura da Paraíba, representando o Ministro da Agricultura.

O objetivo desta reunião é divulgar e aprofundar a discussão do processo orçamentário junto à sociedade, com ênfase nas formas de inter-

venção dos atores institucionais envolvidos, demonstrar e discutir a realidade e a escassez de recursos e as limitações do processo orçamentário para suprir essas carências; iniciar o desenvolvimento de um sistema regional de discussão do Orçamento da União, incorporando-o à rotina do exame pelo Congresso Nacional do projeto elaborado pelo Poder Executivo, criar um vínculo direto entre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização com as diversas lideranças e comunidades das regiões do País, afetadas pelas ações previstas no Projeto de Lei orçamentária anual.

Senhoras e Senhores, passamos a palavra ao Secretário de Planejamento do Estado da Paraíba, Dr. Mário Silveira, aqui representando o Governador José Targino Maranhão, para fazer a saudação às pessoas presentes e, especialmente, à comissão mista que realizará os trabalhos a partir de agora.

O SR. MÁRIO SILVEIRA - Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senhores membros que compõem a Mesa, demais presentes, por se encontrar doente, o Governador José Maranhão me fez seu representante.

Considero aberta a reunião da Comissão Mista de Orçamento e Tomada de Contas do Congresso.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna, presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Meu amigo Mário Silveira, aqui representando o Governador José Maranhão, meu amigo Cícero Lucena, prefeito da capital, em nome de quem saúdo todos, todos os prefeitos aqui presentes, meu caro Deputado Nominando Diniz, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, minha saudação a todos os Deputados aqui presentes, meu amigo Deputado Aracely de Paula, Relator da Comissão de Orçamento, que está fazendo um trabalho organizado, bonito, que vai dar frutos e transparência ao Orçamento nacional, meu amigo Deputado Federal Armando Abílio, da Paraíba, membro da Comissão, a quem tive a honra de nomear coordenador deste encontro e que tomou todas as providências para a sua instalação.

Neste momento, em que abrimos a reunião, saúdo todos os membros da Mesa já citados, saúdo todos os presentes e, com certeza, serão citados dentro de poucos minutos todas as autoridades que estão no plenário.

Agradecemos muito ao Governador José Maranhão por ter nos dado todo apoio solicitado pelo Deputado Armando Abílio e ter permitido a realização deste encontro, que faz com que João Pessoa esteja capitaneando todo o processo de discussão orçamentária do Nordeste.

Realmente, o Governador José Maranhão tem prestigiado não só o Parlamento, por meio do apoio aos seus representantes no Congresso, mas em eventos como esse tem feito todo o possível para que bem executemos a nossa missão.

Convido para fazer parte da Mesa, com muita honra, a Dr^a Kata Born, Prefeita de Maceió.

No ano de 1996, por feliz iniciativa do então Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Deputado Sarney Filho, a comissão que hoje tenho a honra de presidir deslocou-se para cinco capitais de Estados da Federação, nas cinco regiões do País, para apresentar e discutir o Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Executivo da União ao Congresso Nacional com a Proposta Orçamentária daquele ano de 1997.

Na Proposta Orçamentária de 1997, foram apresentadas e ouvidas as manifestações de autoridades políticas e entidades da sociedade civil sobre os principais problemas e reivindicações da população. Nossa avaliação do resultado daquelas reuniões foi de que representaram um marco na evolução dos hábitos e procedimentos brasileiros no tratamento das questões orçamentárias e até mesmo na renovação dos costumes públicos dos políticos do País.

Pela primeira vez, um órgão técnico do Poder Legislativo Federal, a citada Comissão Mista, deslocou-se de Brasília para discutir democraticamente o objeto de seu trabalho a Proposta Orçamentária da União. Começava-se, então, a retirar-se o véu de mistério e segredo que sempre rondou a questão dos orçamentos públicos no Brasil. Aquela iniciativa de fato inaugurou uma nova era.

No que tange aos resultados práticos, muitas das reivindicações apresentadas naquelas regiões regionais foram, posteriormente, na fase de exame da proposta, formalmente apresentadas por meio de emendas pelas bancadas estaduais e incorporadas ao Orçamento da União de 1997, encontrando-se nesse exato momento em diferentes estágios de execução.

Em anexo, apresentamos relatórios das emendas aprovadas pela Comissão Mista e incorporadas ao Orçamento de 1997. Está no relatório que os senhores receberam.

Podemos afirmar que todos os Estados foram de alguma forma contemplados, todos tiveram acréscimo nos investimentos originalmente previstos na Proposta Orçamentária, por inclusão de ações e obras apresentadas e discutidas nas reuniões regionais de 1996.

O contato direto e pessoal dos Parlamentares e técnicos do Congresso Nacional com representantes das Unidades da Federação cria, evidentemente, uma nova forma de relacionamento, uma nova dinâmica de ação, amplia consideravelmente os canais de comunicação da sociedade com o Poder Público, particularmente com o Legislativo Federal, responsável pela elaboração final da Lei Orçamentária anual. A iniciativa, portanto, pode ser considerada eficaz e vitoriosa.

O Congresso Nacional, de maneira geral, e esta Comissão em particular, estão atentos para isso.

Sabemos que é possível aprimorar os mecanismos que garantam a execução das reivindicações contempladas no Orçamento.

Existem reclamações, pelo País afora, no sentido de que muitas das ações previstas no Orçamento não estão sendo executadas pelo Governo Federal. O Congresso está atento para isso e trabalhando para garantir que isso não mais aconteça. No entanto, devemos igualmente alertar para o fato de que o País atravessa uma fase de reorganização de suas finanças públicas, em que a consolidação do real como moeda estável exerce papel fundamental como pré-condição para todas as demais ações de interesse da sociedade.

Por isso, embora o Congresso esteja atento à necessidade de criar mecanismos que tornem o Orçamento, pelo menos em parte, de execução obrigatória, toda cautela é necessária para não inviabilizar objetivos maiores e de interesse geral, dentre eles o efetivo controle da inflação.

Estamos aqui, portanto, para dar continuidade a uma prática que já provou ser útil e meritória, no que diz respeito ao Orçamento-Geral da União, e certos de que todo o País tem muito a ganhar se conseguirmos aproximar os cidadãos das decisões que são tomadas nas várias etapas do processo orçamentário, apesar da complexidade e aparente aridez do tema em si.

O País ganha também com uma interação mais próxima e consistente entre os orçamentos das três esferas: União, Estados e Municípios, que ainda é muito pequena.

As reuniões regionais podem cumprir o decisivo papel de dar publicidade ao Orçamento da União, de chamar a atenção das populações locais, além das autoridades públicas, para a importância do assunto e da necessidade de se promover maior interação sem prejuízo da autonomia das unidades federadas, mas com o sentido de dar aos recursos públicos, de qualquer esfera do Governo, a melhor destinação possível.

Originalmente, as reuniões regionais foram concebidas com os seguintes objetivos: iniciar o desenvolvimento de um sistema descentralizado de discussão do Orçamento da União, incorporando a rotina do exame pelo Congresso do Projeto de Lei remetido ao Poder Executivo, criar vínculo direto entre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização com as diversas lideranças e comunidades das regiões do País afetadas pelas ações previstas no Orçamento.

Esperamos, com esse trabalho, obter grandes benefícios para o processo de elaboração da lei orçamentária, ampliando, pela descentralização da discussão, o caráter democrático e aberto da elaboração do Orçamento.

Podemos dizer com segurança que os objetivos das reuniões regionais estão sendo alcançados e merecem ser continuamente perseguidos.

No decorrer das reuniões de 1996, surgiram fortes e claros sinais de que um tema de maior relevância era o forte movimento no sentido de se rediscutir a Federação do Brasil. E dizia-se, então:

"De fato, é preciso dar à Federação brasileira um impulso maior, transferir ações e recursos para Estados e Municípios e deixar que as populações locais interajam de perto com os seus governos locais na definição de prioridades, na alocação de recursos e na fiscalização das ações. Para alcançar esse objetivo, teremos de agir em duas grandes frentes: na reforma do nosso atual sistema tributário e no redesenho da forma como são discutidos os orçamentos públicos."

No que tange ao Orçamento da União, a Comissão Mista dá o primeiro passo, trazendo-o para conhecimento e discussão de todas as regiões dos Estados do País antes que seu trâmite legislativo inicie de fato no Congresso.

As transcrições de todas as reuniões regionais serão distribuídas aos relatores setoriais, que, assim, terão melhores condições de fazer o seu trabalho.

Hoje estamos dando continuidade a todo esse processo, queremos torná-lo perene e incorporá-lo aos procedimentos da Comissão, como fizemos com todas as audiências públicas com representantes do Poder Executivo responsáveis pela proposta, que podem ser acompanhadas por qualquer cidadão ou entidade interessada.

No esforço pelo aprimoramento do processo orçamentário, não só da União mas de todos os entes da Federação, incluindo Estados e Municípios, informamos que o Projeto de Lei Complementar previsto no art. 165, § 9º da Constituição Federal, destinada a disciplinar o processo orçamentário e financeiro, apresentado por esta Comissão Mista, foi aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados em reunião de 4 de setembro do corrente ano, com poucas alterações em relação ao projeto original. O projeto tramitará pela Comissão Constituição, Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados e finalmente irá ao plenário da Câmara para depois iniciar sua tramitação no Senado Federal.

Aqueles desejosos de consultar o texto aprovado, informamos que podem fazê-lo visitando a **home page** da Câmara dos Deputados.

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, juntamente com o Relator, Deputado Aracely de Paula, orientamos as assessorias técnicas da Casa - tanto da Câmara quanto do Senado - que realizassem análise detalhada dos principais pontos da proposta, inclusive contemplando a regionalização dos gastos, cujo resultado está sendo distribuído a todos os interessados.

Encerrando a minha oração, mais uma vez saúdo todos os que compõem a Mesa, saúdo todos os que vieram à reunião e passo à parte oficial.

Feita a abertura, declarada instalada a primeira reunião regional de 1997 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional referente à região Nordeste, cuja capital sede é a cidade de João Pessoa, passo, a palavra ao Deputado Aracely de Paula, relator-geral da proposta orçamentária de 1998, que disporá de 20 minutos para as suas considerações acerca da matéria.

Antes, porém, solicito aos senhores presentes que façam o registro de seu comparecimento na folha de frequência e ainda informo que a lista de inscrições para debate está aberta.

Deixo agora a condição de Presidente para me manifestar. Espero que não sejam cortadas verbas da Paraíba; espero, sim, que se façam acréscimos a essas verbas, não é, Prefeito Cícero Lucena?

Com a palavra, portanto, o Deputado Aracely de Paula, relator.

O SR. RELATOR (Aracely De Paula) - Sr. Governador do Estado, Sr. Prefeito da Capital, Srs. Deputados Federais e Estaduais, demais Prefeitos presentes, meu caro Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Vereadores, Prefeitos, imprensa, senhores membros da assessoria técnica do Congresso Nacional, iniciando nossas palavras, gostaríamos de ressaltar que chegamos ontem a João Pessoa às duas horas da manhã para estarmos aqui com V. Ex^{as}.

Gostaríamos de dar um testemunho vivo e presente de que é uma honra para o Congresso Nacional e para esta Comissão ter na sua presidência a figura dinâmica, impoluta e canismática do ilustre Senador que representa o Estado da Paraíba, o meu amigo, Senador Ney Suassuna. É graças ao seu espírito aberto, a sua visão ampla que esta Comissão inicia os seus primeiros passos tentando olhar este País como um todo. E neste olhar faz uma introspecção para entrar dentro de si mesma e se medir perante os desafios que nos conclamam neste final de milênio.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, antes de ser uma peça de retórica fria, fechada, hermética, deveria ser, sim, uma peça aberta, leve, para ser discutida e dissecada por toda a Nação brasileira. Antes que acontecesse qualquer tragédia, teríamos que romper as paredes que prendem essa caixa preta, para depois descobrirmos o porquê de determinadas tragédias. É bom que a caixa seja transparente, para que a tragédia seja evitada.

Senhores, essa é a maior proposta que fazemos, quando instituímos dentro da Comissão a participação de todos, a participação de uma assessoria que consideramos uma das mais competentes das que lidam com orçamento público neste País. Falamos da assessoria do Congresso Nacional, tanto a do Senado, quanto a da Câmara, a qual é dirigida pelo competente Dr. Eugênio, a quem saúdo neste momento. (Palmas)

Ao lado dele, existe uma gama de pessoas preocupadas, no sentido de que essa peça reflita e consiga demonstrar para a Nação aquilo que o País realmente é, aquilo que o País realmente pode e quer.

Foi trabalhando assim que pedimos à assessoria que desnudasse essa esfinge, para que pudéssemos decifrar aqui a realidade dura

que nos assola neste momento, para que, juntos, pudéssemos encontrar soluções. Dessa forma, todas as pessoas, em todos os quadrantes e em todas as regiões deste País, poderiam efetivamente participar desse processo, não apenas tomando conhecimento dessas questões, mas fazendo, sugerindo, trazendo testemunho e dando subsídios à Comissão naqueles poucos momentos em que compete a ela, na solidão de Brasília, decidir a respeito de determinados projetos.

A visão maior que temos desta reunião é justamente a de convirmos, pelo menos por poucos momentos, com a visão de cada um. Diríamos que esse não deve ser apenas um Orçamento transparente, mas - quem sabe - um Orçamento andarilho, que possa penetrar em todos os bolsões, que possa passear por toda a vastidão do território nacional e conhecer as nossas potencialidades e, antes de tudo, as nossas deficiências, para que, juntos, possamos buscar soluções.

Depois, vamos passar a palavra aos nossos técnicos que demonstrarão, por meio de transparências, a realidade dura dos números. Eles têm, apesar do pouco tempo em que o Orçamento deu entrada na Comissão, uma visão analítica, genérica, numérica e subdividida de toda a profundidade do Orçamento, da sua proposta e da sua incapacidade. Eles vão demonstrar isso.

Na condição de Relator, gostaríamos de dizer, interpretando um sentimento que hoje domina a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que há uma necessidade de transparência, mas não uma transparência, não uma transparência retórica, mas uma transparência que se inicie pela transparência visual, do fácil entendimento, do fácil conhecimento.

É necessário desmistificar o Orçamento, trazê-lo para discussão na praça pública, na escola, nos clubes de serviços, nos segmentos sociais que compõem a nossa sociedade, é necessário, no nosso entendimento, que esse Orçamento seja, na verdade, simples, porque, assim sendo, ele vai ser conhecido, vai ser entendido, vai ser fiscalizado, terá a participação da sociedade, será julgado, e, sendo julgado, vai julgar aqueles que o elaboraram.

Essa é a nossa preocupação nesta apresentação inicial, quando esta Comissão dá os seus primeiros passos na realização do seu trabalho.

Encerramos as nossas palavras, afirmando que se trata de um Orçamento que contempla grandes números, números ilusórios, números que mentem por si e pela sua grandeza, que falam de um Orçamento de R\$476 bilhões, mas esconde, no seu bojo, no seu todo, uma dívida de investimento, uma rolagem de dívida, um pagamento cruel de um endividamento que nos asfixia e vai, por aí afora, nesse processo de decantação, até chegarmos a um poder de investimento da ordem de R\$8,5 bilhões, 20% a menos do que foi investido no ano passado, para não dizermos que nesse investimento está embutido o Programa Brasil em Ação do Governo Federal.

A visão panorâmica que se tem desse Orçamento é sagrada para nós. A Nação inteira vai tomar conhecimento dos recursos que vão entrar e dos que vão sair, vai saber que trabalhamos com recursos escassos, mas com uma vontade férrea de os reproduzirmos por meio do exemplo e da boa aplicação.

Encerramos, trazendo o nosso abraço aos amigos do Nordeste e ao Presidente da Comissão, Senador Ney Suassuna. Colocamo-nos à disposição dos senhores não só aqui, mas também durante todo o tempo em que tivermos a honrosa e difícil missão de relatar, para o Brasil e para a História, esse Orçamento transparente e andarilho. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Depois das palavras do nosso amigo, o grande Deputado mineiro Aracely de Paula, passamos a palavra aos assessores técnicos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que farão a exposição dos grandes números da proposta orçamentária para 1998, dos investimentos previstos para a Região Nordeste e, caso o público tenha interesse, os das outras regiões.

Com a palavra os nossos coordenadores da assessoria da Câmara e do Senado.

O SR. EUGÊNIO - Srs. Deputados, prezados senhores, por indicação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e do Sr. Deputado Relator-Geral, foi solicitado à Assessoria que realizasse um trabalho de levantamento geral do Orçamento, o seu significado, como ele tramita no Congresso, qual é a verdade sobre ele - a mesma questão de hoje são os investimentos. E a pergunta que todos fazem é a seguinte: o Orçamento é para valer ou não? Basicamente, o ajuste das contas públicas se dá em cima dessa variável, sobre a qual o Relator chamou a atenção: os investimentos.

E o Senhor Presidente também nos orientou no sentido de que, além da visão regional com o perfil ideal das finanças. Não se pode concentrar só no nacional, isto é, não é possível examinar folha do regional sem perder de vista o todo.

Vamos fazer uma apresentação rápida, mas todas as informações estão no material distribuído aos senhores, o qual está dividido em duas partes: a geral, a dos grandes números, que estabelece os limites e condicionantes; e a parte dos investimentos, que explica como esses R\$8,4 bilhões chegam em cada Estado e qual a proposta do Governo em termos de Orçamento Fiscal para segurança e de Orçamento de Investimentos para cada Estado.

Quanto ao Orçamento de Investimento, além desses R\$8,4 bilhões, temos R\$16 bilhões das estatais. Vamos à proposta do Governo não dá para discutir Orçamento de maneira isolada do todo. O Orçamento faz parte, é intrínseco da política fiscal.

Então, em sua proposta, na mensagem do Governo, o Senhor Presidente da República chama atenção para o que Sua Excelência considera problema chave da economia, a saber: o controle da dívida, cujo valor vamos quantificar depois; a balança de pagamentos, cujo saldo hoje está em torno de R\$60 bilhões, mas há um receio potencial com relação a sua manutenção; a estratégia para reduzir as despesas orçamentárias - vamos verificar que as despesas orçamentárias, tais como, pessoal, Previdência, juros, têm que ser reduzidas para podermos fazer esse ajuste.

No entanto, as despesas com a Previdência e pessoal exigem uma reforma constitucional, uma vez que há limitações na Constituição.

Outra providência que se deve tomar é aumentar o superávit primário para podermos saldar a dívida. Veremos depois o que significa superávit primário para que possamos simplificar esses conceitos.

O Senhor Presidente da República prevê obter R\$16 bilhões com as privatizações dos setores elétrico e de telecomunicações e, em sua mensagem, afirma que a obtenção desses recursos é uma das maneiras de financiar o déficit corrente.

Quanto às contas externas, à medida que boa parte dos recursos das privatizações vêm do exterior, isso alivia o problema na balança de pagamentos. Deve, também, haver incentivo às exportações no sentido de se tentar resolver o problema da balança de pagamento.

Os parâmetros de crescimento de 4% do PIB - que é de R\$930 bilhões - mostram o grande número da Nação, esse número dá uma idéia de ordem de grandeza do País. E isso é importante no Orçamento porque permite que sejam feitas associações, sejam tiradas conclusões e elaboradas políticas. Há a inflação de (?) e o superávit primário de 0,8%.

Eu falava que não dá para discutir o Orçamento de forma isolada. Primeiramente, deve-se saber como ele se relaciona com as contas externas. Eu não vou me deter muito nesse assunto, mas queria fazer uma comparação: imaginem que as contas externas sejam vários comunicantes com três tanques: um seria a balança comercial, outro, a balança de serviços e as transferências unilaterais, e o terceiro, a balança de capital. Existe um fluxo que entra e outro que sai. Na balança comercial, existe um pouco mais de importação do que de exportação, na balança de serviços, existe um rombo, estão saindo mais recursos do que entrando, que correspondem justamente às viagens ao exterior, juros e fretes pagos, na balança de capital, existe uma entrada positiva, principalmente em função do capital externo aplicado no Brasil, aplicações em bolsas e empréstimos externos, o que equilibra essa segunda balança que está tendendo a se esvaziar. O resultado desse fluxo, desse estoque ao longo do tempo, é o saldo das reservas cambiais.

O que tem isso a ver com o Orçamento? O problema básico e a questão da taxa de juros, uma vez que existe uma relação com a taxa de juros, que é o principal problema do Orçamento. No entanto, se eu diminuí-la, terei um problema nas contas externas. Qual seria basicamente esse problema? A piora na balança de capital, porque é a taxa de juros que atrai o capital externo e este estava equilibrando a balança. Baixando-se a taxa de juros, há piora no saldo. Melhora-se a parte fiscal, mas piora-se a parte externa e a balança comercial, porque, diminuindo-se a taxa de juros, aumenta-se a demanda interna, afetando, por conseguinte, a balança comercial. Há necessidade de se importar mais, ao mesmo tempo em que se exporta menos. E melhora as contas orçamentárias, esse é um efeito positivo. Não entrarei no assunto de taxa cambial. Mas, quanto à taxa de juros, tem ela vinculação com as contas externas.

O Orçamento é um grande número e precisa ser analisado mais profundamente. Falávamos do PIB, R\$933 bilhões. Se abrimos o Orçamento, são R\$439 bilhões. Parte dele, no entanto, pode ser isolada, que é referente a R\$173 bilhões e se constitui justamente no refinanciamento, isto é, na rolagem da dívida mobiliária em poder do público, que é velada diariamen-

te. Os títulos captam o dinheiro ao público, quando vence o prazo, o público traz o título e recebe os seus recursos com juros. Existe essa velagem.

O Orçamento da Nação, então, não significa apenas despesa, já que é similar ao orçamento de pessoa física, de um condomínio ou mesmo de uma empresa. Há duas operações básicas: receita e despesa. Eles têm de se equilibrar de algum modo.

Desconsideremos essa parte de R\$173 bilhões, fixando-nos naquele montante que sobra, isto é, na parte da receita tributária - que é a parte de cima - e na receita de contribuições. A primeira é composta basicamente pelos impostos: o imposto de Renda retido na fonte de pessoa física e jurídica, que corresponde a R\$33,8 bilhões; temos o IPI, que é um imposto razoável - são quase R\$20 bilhões, o imposto de importação; o IOF e o ITR. No total são R\$65,9 bilhões.

Quanto às receitas de contribuições, que perfazem R\$103,8 bilhões, um número importante de se ter em mente é relativo ao INSS, que tem uma receita de R\$48 bilhões e uma despesa - veremos depois - de R\$51 bilhões. O INSS está começando a apresentar déficit.

O COFINS é uma receita importante, e a CPMF, muito falada, perfaz R\$8,3 bilhões, tendo, então, relevância no contexto geral e principalmente para a saúde, cujo orçamento - do qual sai o SUS - é R\$19 bilhões, dos quais R\$8,3 bilhões advêm da CPMF. Quanto à receita oriunda da contribuição dos servidores públicos, colaboram estes com R\$4,1 bilhões, um valor muito reduzido em relação ao que é pago aos inativos.

Tínhamos, tanto na receita como na despesa, uma parte que deveria ser esquecida, que era o refinanciamento. No que tange à despesa, seus grandes números, ou seja, seus maiores problemas de orçamento - penso que essa realidade deve ser semelhante, talvez, nos Estados e Municípios - são referentes a área de pessoal, que absorve R\$48,1 bilhões; juros e encargos, R\$37,1 bilhões, outras despesas correntes, que constituem um grupo geral, R\$120 bilhões, nos quais são importantes os benefícios previdenciários, que são R\$51 bilhões - ressalte-se que a receita do INSS era de R\$48 bilhões, a transferência de Estados e Municípios, R\$26,5 bilhões, as demais totalizam R\$42 bilhões - além dos investimentos, como foi falado, no montante de R\$8,4 bilhões.

Esse gráfico elaborado pelo Ministério da Previdência demonstra que a arrecadação sempre foi reconfortável à Previdência, tanto é que, na Constituição Federal de 1988, aquele conceito de segurança foi uma maneira de saúde e assistência se prender à Previdência, porque a Previdência tinha a fama de caixa-forte, de ter dinheiro.

Na época do Ministro Antonio Brito, quando ele segurou os recursos destinados à saúde, verificava-se que essa situação já não era mais a mesma. De fato, o que era uma situação confortável representa agora déficit para a Previdência. Como resolver o problema? Com recurso fiscal, não recurso da contribuição previdenciária.

Eu mostrei que as despesas com pessoal estão em torno de R\$48 bilhões. Mas queria mostrar um outro gráfico que analisa mês a mês, com valores constantes. Por aqui vemos que a União tem basicamente controladas as despesas com pessoal. Essa foi a média dos 12 últimos meses. Percebemos que os ativos estão controlados e até com uma leve queda, enquanto os inativos crescem vagarosamente.

O que chama atenção é que a despesa com inativos está na ordem de quase R\$20 bilhões - lembrem-se de que a receita com arrecadação dos inativos é de R\$4 bilhões. Há, dessa forma, uma distorção, que é, inclusive, objeto da reforma previdenciária que tramita no Senado Federal.

Deste valor que colocamos, R\$430 bilhões, tiramos a parte da rolagem, a parte da dívida. O que interessa é o seguinte: se há uma receita não-financeira, que se associa ao conceito de receita corrente, de R\$187,6 bilhões e uma despesa de R\$180 bilhões, há, então, um resultado primário positivo de R\$7,6 bilhões. Se não houvesse dívida, teríamos um orçamento superavitário. Quando entra a dívida, composta de R\$300 bilhões, vemos que evoluiu - já que, anteriormente, estava na faixa de R\$200 bilhões, por ter absorvido a dívida dos Estados.

Recentemente, votaram na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional um crédito adicional. Há um juro líquido de R\$21 bilhões, diferente daquele outro. É isso que causa o déficit operacional, que tem que ser financiado.

O orçamento de uma pessoa ou de uma empresa tem de se equilibrar. Se a conta estoura, alguém precisa bancar, e quem o faz é geralmente o público. Lançam-se novos títulos, assim como acontece com uma pessoa física quando está em dificuldades e toma dinheiro emprestado para equilibrar seu orçamento. Mas, evidentemente, essa pessoa endivida seu estoque.

Esse estoque da dívida está ligado às contas externas. A taxa de juros do mercado é muito importante e sofre variações de acordo com a

expectativa do público. Uma descrença na economia faz aumentar a taxa de juros.

O FEF foi muito discutido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. É importante para os Estados e Municípios, saber a engenharia básica desse fundo, que tem, basicamente, duas retiradas. Desconsiderando-se o FEF, há os impostos e as contribuições da União, tendo-se, do Fundo de Participação dos Estados, do Fundo de Participação dos Municípios e dos fundos do Centro-Oeste e Norte, uma retirada de 47,9% do imposto de Renda e do IPI. Tem mais 10% de IPI dos Estados exportadores e 50% do ITR.

O FEF faz uma retirada antes e uma depois. A primeira provoca um efeito negativo na transferência. Se você retira antes, quem vem depois fica prejudicado. A votação do FEF, que suscitou muita discussão, traduziu-se da seguinte forma: se não houvesse esse fundo, haveria essa primeira situação. Com o FEF, há uma perda de 8% que se mantinha até 1999. A forma, então, encontrada pela Câmara dos Deputados foi o ressarcimento dessa perda – apenas no FPM, fazendo com que a perda no FPM se reduza de 8% para 3,7%, para 1,25% ao longo do tempo.

É milenar a participação do Parlamento na questão orçamentária. No Brasil, o Parlamento só ficou afastado do Orçamento sempre em períodos de fechamento político. Isso ocorreu em 1937 e 1964, quando o Congresso não alterou o Orçamento.

Resumidamente, o Poder Executivo elabora a proposta orçamentária e a encaminha ao Congresso Nacional, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional é o órgão técnico do Congresso encarregado de apreciar o Orçamento. Esta Comissão tem subcomissões da educação, da saúde, da Previdência etc. Cada qual analisa uma parte, havendo, depois, o retorno. Está tudo detalhado no documento. Quais são as possibilidades de remanejamento no Congresso?

Não poderia ser diferente a dificuldade que tem o Executivo da que tem o Legislativo, porque o Orçamento é o mesmo. Por exemplo, a despesa com pessoal, R\$48,1 bilhões, não podemos remanejar, não podemos cortar, juros, também. Não podemos cortar para colocar em outra área.

Esse grupo – despesas correntes – é dividido em três partes: a parte da Previdência, que são os benefícios – R\$51,2 bilhões, os quais a legislação interna do Congresso não deixa cortar, a parte da transferência dos Estados também não pode ser cortada por causa da determinação da Constituição Federal. Daquilo que sobra, no custeio, uma parcela pode ser cortada, a outra parte pode ser cortada com restrições relativas. Pode-se cortar, desde que o Congresso concorde com isso na apreciação do mérito. O que exatamente faz o Congresso? Na prática, com base nos dois últimos anos, tudo o que pode ser cortado e o que tem restrições relativas formam um grupo de custeio na faixa de R\$20 a 30 bilhões. Temos investimentos na faixa de R\$6 bilhões. O Congresso Nacional corta 3% desse primeiro grupo de custeio e 30% do outro, e faz o que chamam de um "banco de fonte", um bolão. Com isso, são atendidas as emendas de Bancada, que são as principais reivindicações dos Estados, que carregam mais ou menos R\$1,5 bilhão, as emendas individuais, que hoje tem um teto – nenhum parlamentar pode ultrapassar o teto –, e as demais emendas.

O Orçamento é um projeto de lei, e a emenda é a maneira técnica, a única maneira de modificar um projeto de lei.

Que tipos de emendas existem? Temos a emenda individual, que é aquela apresentada pelo Parlamentar que a assina. Existe a emenda coletiva, que foi introduzida em 1995, cujo principal subgrupo é a emenda de Bancada. A Bancada de cada Estado se reúne e pode apresentar até dez emendas. Essas emendas têm que ser acompanhadas da ata da reunião. Há também as emendas de Bancada regional, de comissão, ou seja, apresentadas pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e (falha na gravação).

que basicamente se reduziram a erros e omissões de ordem técnica e legal.

Quanto aos investimentos, em relação a essa questão da execução, pode verificar que a execução nesse primeiro semestre está muito pequena. O Poder Executivo, por tradição, executa muito pouco no primeiro semestre. Geralmente, são orçados R\$10 bilhões em investimentos. No final ano, executa-se R\$5 bilhões, mas no primeiro semestre não chega a R\$1 bilhão. Isso se repetiu em 94, 95 e 96. Eu perguntei para os responsáveis da área do Executivo por que isso ocorria. Eles alegam que a questão não é tanto do recurso e, sim, um problema administrativo mesmo, uma questão da licitação, da eficiência do gasto.

A lei complementar é muito importante porque é ela que vai disciplinar todos esses instrumentos que apareceram com a Constituição de 1988: o Plano Plurianual, a LDO e a Lei Orçamentária.

Vou finalizar e para nos situarmos, quero dizer que temos um Plano Plurianual, temos o Governo Fernando Henrique Cardoso 95-98. Existe o Plano Plurianual vigente, 96-99, e todos os anos é feita uma LDO e uma Lei Orçamentária, que se repetem. Portanto, a LDO e a LOA são apreciadas todos os anos em relação ao exercício anterior. A Lei Orçamentária chega ao Congresso em 31 de agosto e tem que ser finalizada até o final do ano. O Orçamento é para 1998 e, por isso, é discutido no ano anterior. Vou passar aos Assessores Batista e ao Ilvo para tratarem da parte regional do gasto.

Muito obrigado (Palmas). *وحياتي لكم*
G-SR (Não identificado) - Veremos, a seguir, algumas explicações sobre a forma de execução ou de apresentação dos números na proposta orçamentária do Poder Executivo, no que diz respeito à sua regionalização, ou seja, à distribuição dos gastos por regiões do País.

Nesta primeira transparência, vemos os grandes números, que correspondem à soma dos valores dos três orçamentos: o fiscal, o da seguridade social e o de investimentos.

Na região Norte, temos um total de R\$4,298 bilhões, na região Nordeste, R\$9,918 bilhões; no Centro-Oeste, R\$8,770 bilhões, no Sudeste, R\$17,6 bilhões e, no Sul, R\$5,3 bilhões, totalizando R\$281 bilhões, que seria a parte de investimentos e custeio, ou seja, essas duas categorias de despesas somadas.

Na parte de investimentos, inversões financeiras e outras despesas de capital, que seria o que se usa para realizar obras, temos por região, separadamente, orçamento fiscal e seguridade, e orçamento de investimento, para que se possa ter uma idéia melhor. No caso do Nordeste, o orçamento fiscal e da seguridade está com o valor maior, algo em torno de R\$270 milhões, ao passo que o orçamento de investimento está com o valor um pouco menor, na ordem de R\$1,8 bilhão.

O razão de o orçamento fiscal estar maior são os grandes investimentos feitos, como por exemplo o Porto de Pecém, com R\$100 milhões, e o Porto de Suape, que também está com um volume razoável de investimentos de recursos.

No que se refere ao Plano Brasil em Ação, temos uma apresentação dos setores e os respectivos números. Na primeira coluna, vemos o biênio 97/98 e, na segunda coluna, o total previsto para 1998. Vemos que uns números crescem e outros decrescem. Isso é porque, no plano Brasil em Ação, alguma coisa já foi realizada, então, determinados setores, em 1998, receberão menos recursos que outros.

Há uma outra apresentação do Plano Brasil em Ação por região. Temos os valores: o Nordeste com cerca de R\$1,2 bilhão, e aquela parte maior que não está regionalizada refere-se àquelas ações que serão realizadas no âmbito do território nacional.

Veremos agora uma seleção que fizemos, por Estado, dos principais sub-projetos, em termos de investimento nos orçamentos fiscal e da seguridade social. Selecionamos apenas os itens maiores para que os senhores possam ter conhecimento.

No caso do Estado de Alagoas, a adutora Pão-de-Açúcar para as obras previstas na proposta para 1998, com R\$13,4 bilhões, ações de saneamento com R\$7,7 bilhões, restauração da rodovia – BR-101 com R\$7,2 bilhões, eliminação de pontos críticos em rodovias também e, finalmente, os programas de melhoria de condições habitacionais com R\$4,5 bilhões.

Em seguida, no Estado da Bahia, o valor maior está concentrado em ações de saneamento com R\$26,5 milhões, o metrô sistema de Salvador com R\$23,3 milhões, recursos para o desenvolvimento do turismo com R\$20,5 milhões, melhoria das condições habitacionais com R\$19,7 milhões, e programa de fortalecimento da agricultura familiar com R\$18 milhões, que também faz parte do plano Brasil em Ação.

No Estado do Ceará, temos R\$100 milhões para o Porto de Pecém, o metropolitano de Fortaleza com R\$28,2 milhões, o perímetro de irrigação do Baixo Acaraú com R\$27,8 milhões, a Barragem do Castanhão com R\$25 milhões, e o perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas com R\$24,7 milhões.

No Estado do Maranhão, temos como principais ações a implantação de projetos de reforma agrária no âmbito do INCRA com R\$27,9 milhões; o pier petroleiro do Porto de Itaipu com R\$19,6 milhões, experimentos em irrigação do Tabuleiro de São Bernardo com R\$17,4 milhões, ações de saneamento em R\$15 milhões e habitação com R\$14 milhões.

No Estado da Paraíba, o subprojeto Canal Adutor do Sistema Curema/Mãe D'água/Várzea de Souza com R\$18 milhões; adequação da BR-230 com R\$10 milhões – a adequação seria a duplicação, melhoria das condições do tráfego, o programa de fortalecimento da agricultura familiar com R\$7,9 milhões, ações de saneamento com R\$6,7 milhões, e melhoria das condições habitacionais com R\$5,4 milhões.

No Estado de Pernambuco, temos a construção da Adutora do Oeste com R\$29 milhões, o Metrô de Recife com R\$23,1 milhões; o perímetro de irrigação do Pontal com R\$23,1 milhões; ações de saneamento com R\$15,6 milhões, e construção do Porto de Suape com R\$15 milhões

No Estado do Piauí, temos para a irrigação do Platô de Guadalupe R\$10,6 milhões, tabuleiros litorâneos com R\$10 milhões, a Barragem da Pedra Redonda com R\$8 milhões, construção do Açude de Salinas em R\$8 milhões, e o Açude de Jenipapo também com R\$8 milhões

No Estado do Rio Grande do Norte, o perímetro de irrigação do Baixo Açu com R\$9,4 milhões, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar com R\$7,9 milhões, a Adutora Trairi com R\$7 milhões; a construção de melhoramentos no Porto de Natal com R\$5,2 milhões, e ações de saneamento com R\$5 milhões

O Estado do Sergipe está contemplado na proposta com R\$8,1 milhões para o projeto de irrigação de Jacarecica, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar com R\$5,3 milhões, a construção de penitenciárias federais com R\$4 milhões, a construção do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral com R\$3,1 milhões e ações de saneamento com R\$2,5 milhões.

Lembro que essas são as principais ações, mas existem outras menores que deixamos de apresentar. Mostramos apenas os valores maiores para que os senhores tenham conhecimento

Essa era a nossa participação

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Temos a satisfação de passar a palavra ao representante do Governador, Sr. José Targino Maranhão, representado aqui pelo Sr. Secretário do Interior, Sr. Mário Silveira

O SR. MÁRIO SILVEIRA - Sr. Relator da Comissão Mista, Srs. Técnicos que elaboraram a proposta do Poder Executivo para o Congresso Nacional, em nome do Governador da Paraíba temos que estranhar que não houve um princípio de equidade. Não se respeitou o princípio de equidade com relação ao Orçamento de 1997. Há Estados que quintuplicaram as dotações na proposta executiva, mas a Paraíba nem sequer dobrou em propostas do Executivo

Enão, faz-se oportuno uma advertência e um apelo ao Sr. Relator, a fim de que corrija essa tremenda injustiça e tente sanar a disparidade que existe com a Paraíba. Não podemos admitir que Estados ricos quintuplicuem as dotações de iniciativa do Executivo e a Paraíba nem sequer duplique em relação a 1997. Portanto, aqui fica o nosso protesto, a nossa advertência e o apelo ao Sr. Relator para corrigir essa tremenda distorção.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Tenho a honra de conceder a palavra, neste momento, ao Exmo. Sr. Prefeito da capital, Dr. Cícero Lucena

O SR. CÍCERO LUCENA - Sr. Presidente da Comissão, Senador Ney Suassuna, nobre Relator, Deputado Aracely de Paula; Deputado Armando Abílio, Secretário Mário Silveira, demais membros da Mesa, minha companheira, Prefeita de Maceió, Srª. Cátia, meus senhores e minhas senhoras, eu gostaria de acrescentar, às palavras do Secretário Mário Silveira, a nossa preocupação e a nossa estranheza, uma vez que o Brasil, cada vez mais, clama por uma maior justiça social, cobra uma maior integração deste País, ou seja, deseja que sejam quebrados os muros de Berlim e as fronteiras internas que existem, já que está buscando estabelecer uma relação internacional sem fronteiras.

Como está chegando a hora em que começamos a disputar pequenos recursos entre as regiões, gostaria de parabenizar a iniciativa do Congresso Nacional, do Presidente da Comissão, Senador Ney Suassuna e do Relator por levarem o Orçamento a várias regiões do País a fim de que possa ser discutido e para que possam ouvir, de viva voz, o clamor, as reclamações e a realidade em que vive este País

Estranho profundamente quando se fala em ações que cada vez mais estão sendo transferidas para os municípios que, hoje, arcam com as responsabilidades que antes eram do Governo Federal e dos governos estaduais, uma vez que estão passando somente os ônus para os municípios, esquecendo de passar as fontes de recursos, para que venham a estabelecer uma melhor condição de trabalho e de realização

Temos um item onde podemos demonstrar isso muito claramente, a LBA foi extinta e, em alguns casos, as ações foram repassadas para os Estados, ou seja, para os municípios e para as capitais dos Estados principalmente, que estão assumindo todos os ônus sociais que antes eram executados pelo Governo Federal. No caso específico da Paraíba, o orçamento proposto para o Fundo de Assistência Social é de R\$593 mil para o ano de 1998

Só posso pensar que isso é, no mínimo, um erro ou uma brincadeira de muito mal gosto, pois destinar um recurso no valor de R\$593 mil

para a área social, para o Fundo de Assistência Social da Paraíba, não é nem para a cidade de João Pessoa, é brincadeira. Da mesma forma, o Fundo Nacional de Saúde destina ao Estado da Paraíba R\$600 mil

Para onde estão indo os nossos recursos do FEF, do CPMF? Pergunto e fico estarelecido, Sr. Presidente. Onde está a sua responsabilidade como Senador, que tem o compromisso para com o País como um todo? Como paraibano, esperamos que V. Exª defenda o seu Estado a fim de que não aumente essa desigualdade que existe no nosso País. Digo isso porque o Congresso Nacional tem um compromisso para com os mais necessitados

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Dr. Cícero Lucena, acredito que tenha sido um erro de impressão, até porque onde deveria sair "Paraíba", saiu "Campina Grande". Talvez isso tenha ocorrido porque a gráfica teve apenas um dia para fazer isso, ou seja, fez a toque de caixa

No ano passado, da Fundação Nacional de Saúde, a Paraíba teve cerca de R\$21 milhões. Portanto, não poderia haver, de maneira nenhuma, essa redução. Imagino que deva ser R\$50 milhões. Peço, portanto, ao Relator que me auxilie nesta missão, porque com certeza deve ser um erro gráfico

O SR. CÍCERO LUCENA - Há um outro detalhe. Aí, extrapola a condição de prefeito da cidade de João Pessoa, mas, sim, do cidadão nordestino, paraibano e sertanejo

Parabéns pela indicação de um investimento de mais de R\$100 milhões para o porto de Pecém, no Ceará, haja vista que são investimentos que vão proporcionar o desenvolvimento da região, do porto Suape e de outros. No entanto, fica uma pergunta: onde está a transposição das águas do rio São Francisco?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Prefeito Cícero Lucena, a Assessoria acaba de me informar que os R\$600 mil são apenas investimentos, mas a verba de que estávamos falando se encontra em custeio, e custeio não está nessa síntese

De qualquer maneira, vamos verificar, porque o Governo do Estado fez chegar ao Governo Federal várias reivindicações, como a duplicação da rodovia Campina Grande/João Pessoa, a adutora do Cariri, a Coremas/Mãe D'Água, o recapeamento das estradas paraibanas etc.

Com certeza vamos verificar isso. E aqui estou falando como Parlamentar paraibano que vai lutar como os outros Parlamentares pelos seus respectivos Estados

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Paiva, Secretário-Adjunto de Planejamento de Pernambuco, representando o Governador Miguel Arraes

O SR. EDUARDO PAIVA - Bom-dia a todos. Agradeço a oportunidade de estar presente a esta reunião

Como só muito recentemente tomamos conhecimento do que está aportado no Orçamento, fica um pouco difícil fazer uma análise mais profunda. No caso de Pernambuco, especificamente, apenas aponta um assunto que, na semana retrasada, veio à baila e provocou uma reação extremamente negativa da classe política e de todo o Estado de Pernambuco

Refiro-me ao valor que, no Orçamento da União, está aportado para o porto de Suape. Conforme já foi apresentado, foi destinado para o porto de Suape, no Orçamento de 1998, o valor de R\$15 milhões. Esse valor já se mostra absolutamente insuficiente, se por outra razão não fosse, pelo próprio ritmo das obras que vêm sendo feitas no porto

Há um outro argumento de o porto de Suape contaria com um empréstimo do BID. É lembrar que quem está tomando um empréstimo do BID não é o Governo Federal, mas o Governo do Estado de Pernambuco. As obras no porto, mais uma vez, continuam a ser feitas pelo Governo do Estado.

Eu reputa esse argumento de ridículo. O Estado de Pernambuco vai se endividar em R\$170 milhões em Suape e não precisa da participação da União para a construção do porto

Gostaria apenas de ressaltar esse ponto. Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Com a palavra a Drª Mônica Clack, Secretária de Planejamento do Estado do Ceará, representando o Governador Tasso Jereissati

A SRª MÔNICA CLACK - Bom-dia! Nesta oportunidade, gostaria de parabenizar a iniciativa da Comissão Mista do Congresso Nacional em discutir o Orçamento da União por região, iniciando pela região Nordeste

Recentemente, ou melhor, ontem, recebi a proposta do Orçamento da União, entretanto, não tivemos oportunidade de fazer uma avaliação mais profunda sobre a alocação de recursos. Portanto, é muito oportuna a reunião de hoje

Parabenizo, mais uma vez, esta iniciativa e, também, o trabalho da assessoria que explanou com muita clareza a questão. Este documento

e uma peça muito importante porque vai subsidiar a análise, por parte de cada unidade da Federação, da alocação dos recursos

Em princípio, diante das apresentações, sentimos quão pequena é a margem do próprio Congresso, tendo em vista o nível de amarração e as vinculações constitucionais impostas ao próprio Executivo na elaboração do Orçamento. Sendo assim, todo esforço do Congresso se concentra numa margem muito pequena. Isso foi apresentado nas palavras introdutórias do Relator e do Presidente: o grau de vinculação amarra muito o Orçamento e deixa uma margem pequena para qualquer alocação e priorização dos programas em nível nacional e estadual.

Um outro assunto que chama atenção é o baixo nível de execução orçamentária. No caso do Ceará, especificamente, apenas 13% do que está orçado para 1997 foi executado, e já estamos em setembro. Isso também foi exposto pela Presidência.

Sendo assim, gostaríamos de saber até que ponto o Legislativo pode impor um nível de execução maior. No entanto, esse é um assunto que exige cautela em sua avaliação, na medida em que é o Plano Real que está em risco, é a exigência do ajuste fiscal, enfim, tudo isso tem que ser levado em consideração para a execução do Orçamento. Por outro lado, um nível de execução baixo como esse compromete, inclusive, a fidelidade e a credibilidade do Orçamento como uma peça de planejamento.

Penso, portanto, que estas reuniões são importantes e oportunas, porque podemos trazer para cá para uma discussão conjunta - Legislativo e Executivo -, por intermédio dos representantes dos Estados, assuntos tais como: nível de execução, nível de amarração, vinculações constitucionais etc. Até que ponto isso pode ser aperfeiçoado para que o Orçamento passe a ser, de fato, uma peça de planejamento importante, clara e discutida?

Não me deteria, neste momento, em comentar a alocação, já que não tivemos tempo de fazer uma análise mais profunda do documento. Considero esta reunião muito oportuna porque, neste momento, os Estados estão fechando as suas propostas orçamentárias e esse relatório, com certeza, vai subsidiar muito o fechamento dessas propostas. Os Estados incorporam nos seus orçamentos as fontes de receita que vão ser transferidas do Orçamento da União, e essas propostas deverão ser encaminhadas ao Legislativo até o dia 30 de setembro, na maioria dos casos.

Eram essas as minhas palavras, para congratular, mais uma vez, a iniciativa, especialmente do alto nível do relatório, que vem subsidiar a análise por parte de cada região.

Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Com a palavra a Prefeita de Maceió, Dr^a Katia Born.

A SR^a KATIA BORN - Em primeiro lugar, gostaríamos de parabenizar o Senador Ney Suassuna e o Deputado Aracely de Paula, que começaram a discutir o início do Orçamento participativo.

Uma das bandeiras de luta dos Prefeitos, no ano passado, foi exatamente essa: começar a discussão do Orçamento participativo. Vemos isso como um avanço porque nós, Prefeitos, podemos estar aqui, junto com o Presidente da Comissão de Orçamento e o Relator, começando a discutir essa questão. Não se trata ainda do orçamento participativo, mas pelo menos conseguimos expor nossas posições. Esperamos que, para o ano que vem, esse processo avance a ponto de começarmos a discussão do orçamento participativo - Municípios e Estados -, no início do ano, o que, aliás, os Municípios já estão começando a fazer.

Outro assunto que desejamos abordar é a nossa preocupação com o Orçamento na área de saúde. A CPMF está para ser votada ou não? Vi, na apresentação do Orçamento, que sua arrecadação equivale a R\$8,3 bilhões. Isso significa que, para o ano que vem, se não for aprovada a CPMF nem a PEC nº 169, teremos quase 40% a menos no Orçamento da Saúde, no momento do processo da municipalização.

Nós, Prefeitos, estamos assumindo todos os ônus, inclusive a municipalização plena, que é quando o Município assume da rede hospitalar as ações básicas e as ações de prevenções. Então, é preciso que o nosso querido Presidente Ney Suassuna esteja atento.

O outro ponto é a questão política. Fico muito preocupada em relação às emendas de Orçamento. No meu caso, não tenho nenhum Senador e nenhum Deputado Federal. Já vi que o Cícero foi adotado e quero ser adotada também. Por que isso?

A única emenda que Maceió tem é uma emenda de saneamento básico, porque o ex-Prefeito Ronaldo Lessa conseguiu assinar um convênio com o Banco Interamericano. Mas não tenho dinheiro de contrapartida para o Orçamento do BID - são R\$44 milhões. Trata-se de verba para realizar a despoluição de uma área. Com esse recurso do BID vamos ter quase 30% da cidade saneada.

A única emenda do Orçamento que eu tinha era a de R\$5 milhões para este ano. Aí levei um susto, porque, por questões políticas, iam cortar a minha emenda, já aprovada, do Orçamento. Procurei a Bancada, fui atrás do Deputado Sérgio Guerra, de Pernambuco, que é do meu partido, para me socorrer, depois liguei para o Senador Teotônio Vilela, que marcou uma audiência com o Ministro Kandir. Na realidade, há um sobressalto político.

É preciso entender-se que, quando se melhora o Município, está-se melhorando toda a sociedade, não é a Prefeita Katia Born nem o Prefeito Cícero Lucena.

Então, pedina ao Presidente da Comissão de Orçamento e ao Relator que pelo menos os prefeitos das capitais tivessem condições de colocar uma emenda no Orçamento, independente do apadrinhamento de Senadores ou Deputados Federais. Se tivéssemos essa condição, ficaríamos mais descansados, pois não precisaríamos ficar ligando para os parlamentares. Se se corta uma emenda do Orçamento, a Prefeita diz: "O Deputado tal botou uma emenda aqui que vai melhorar Maceió". Ganha-se votos. Acho uma bobagem essa história de partido político. Se eu chegasse a ser Presidente da República, não tenho dúvida nenhuma, nós distribuiríamos os benefícios com a sociedade, porque quem ganha é o povo.

É por isso, Senador Suassuna, que o parabeno por esse evento de hoje, que é o primeiro regional, principalmente no Nordeste, porque temos condições de estar com V. Ex^a e com o Relator discutindo as nossas angústias.

Quero dizer que essas emendas de Orçamento, na verdade, suprem um pouco do FEF, que está sendo expirado. Então, é preciso que essa nossa proposta tenha um atendimento próximo.

(corte na gravação.)

O SR. ARMANDO ABÍLIO - Planejamento, Dr. Mário Silveira, que nesta sessão representa o Governador José Maranhão, o Presidente, Senador Ney Suassuna; o Relator, Deputado Aracely de Paula, demais componentes da Mesa, meus senhores e minhas senhoras, queria dividir a minha participação em três blocos.

No primeiro bloco, quero deixar registrado o nosso agradecimento ao Governador José Maranhão pela autorização que deu à Casa Civil e à chefia de gabinete para que todas as condições necessárias para a realização desse evento fossem providenciadas.

Inclusive, Sr. Presidente, faço questão de divulgar um depoimento que ouvi dos técnicos da comissão. Eles afirmaram que na Paraíba foi o local onde a equipe da comissão recebeu o melhor tratamento. Fica, portanto, registrado esse nosso agradecimento.

O segundo bloco, Sr. Presidente, eu o utilizo para parabenizar a sua feliz iniciativa de escolher a Paraíba para ser a sede, na região Nordeste, do encontro desta comissão. Aqui temos a oportunidade de discutir, de debater, de chorar, de reclamar a respeito do Orçamento enviado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo.

O terceiro bloco, Sr. Presidente, é para deixar registrada a minha frustração no que diz respeito ao Orçamento da União de 1998. Como médico, tenho condições de deixar registrada essa minha preocupação, essa minha intranquilidade no que diz respeito ao Orçamento do Ministério da Saúde.

Lembro-me muito bem, e não poderia deixar de me lembrar, da época em que fiz parte da comissão especial que iria estudar a criação da CPMF - na ocasião, era Ministro o Professor Adib Jatene. E, durante as audiências, Deputado Cipriano - V. Ex^a - que também é médico e fazia parte daquela comissão -, o Ministro Adib Jatene dizia que seria um instrumento a aprovação da CPMF. E tivemos a oportunidade de enfrentar uma séria oposição, inclusive comandada pelos bancos, que não concordavam com a aprovação da CPMF.

Durante aquela discussão, o Sr. Ministro assumiu o compromisso de que a aprovação da CPMF representava um aumento do Orçamento do Ministério da Saúde. Inclusive tivemos a oportunidade de ouvir a explanação de um dos técnicos da comissão dizendo que essa aprovação representava recursos da ordem de R\$8,3 bilhões. E assumia o compromisso de que todos os débitos que o Ministério tinha até aquela época seriam quitados pelos recursos do Tesouro.

Na ocasião, durante a discussão, tivemos a chance de apresentar dados que até humilham a classe política. Por que humilham a classe política? Enquanto os países da América Latina, Secretário Everaldo, gastam US\$200 a US\$300 habitante/ano na saúde, o Brasil, o país mais rico da América Latina, atualmente gasta em torno de US\$90 a US\$100 habitante/ano na saúde.

Naquela época, tomamos conhecimento de um quadro interessante. Foi a primeira vez que uma comissão especial aprovou uma propos-

la por 30 a 0. Uma comissão especial é formada de 30 parlamentares, e todos rigorosamente todos os companheiros - votaram. Secretário Máno Silveira, pela aprovação da CPMF. Frustrou, porque não conseguimos aumentar o Orçamento do Ministério da Saúde.

Portanto, fica registrado esse nosso protesto no que diz respeito à utilização dos recursos oriundos da aprovação da CPMF.

Eu quero juntar a minha preocupação à do Prefeito Cícero Lucena. No Orçamento não há recursos para a transposição das águas do São Francisco. O que é e no que a transposição das águas do São Francisco representa para o meu Estado da Paraíba? Fala-se - e como se fala -, do fenômeno El Niño. Em todos os cantos, em todas as esquinas, levanta-se essa preocupação. E verdade. Os indicadores mostram que o ano de 1998 vai apresentar uma seca muito grande.

Senador Ney Suassuna, onde o paraibano vai ter água para beber? Não vai ter água para beber. Atualmente, várias cidades já têm o seu abastecimento d'água feito por carro-pipa. Mas, neste ano, ainda temos água para distribuir, e no próximo ano? Não iremos ter mais água para ser transportada por carro-pipa. Fica esse registro.

Agradeço, volto a repetir, o apoio decisivo e efetivo que o Governador José Maranhão forneceu para a realização desse evento. Também volto a repetir os parabéns ao Senador Ney Suassuna, extensivos ao Relator da Comissão, Deputado Aracely de Paula.

E, por último, fica registrada a nossa preocupação com esses dois setores. No que diz respeito aos recursos do Ministério da Saúde, Senador Ney Suassuna, o povo brasileiro está morrendo por falta de assistência. Inclusive alguém levanta até a questão que diz respeito à falta de gerenciamento, à existência de "ralo". Não existe "ralo", o que existe é falta de recursos, com a consulta por R\$2,00 e uma diária hospitalar por R\$3,26. Com esses recursos não pode haver "ralo", não pode haver mau gerenciamento. O que falta, sim, são recursos.

Senador Ney Suassuna, vou fazer questão de colocar no nosso relatório o nosso protesto pela falta de recursos para a construção da transposição das águas do São Francisco.

Era essa a minha participação e muito obrigado a todos (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Apenas para uma informação, Deputado Armando Abílio, o dinheiro que existe para a transposição e apenas para a efetivação do planejamento e acho que até mesmo para esse planejamento o dinheiro foi pouco. Temos pressa, não resta dúvida, porque outros Estados têm necessidade de água para irrigação. Mas no caso específico da Paraíba, passando do Cariri, onde temos o Planalto da Borborema, passando dali para lá, não temos água há muito e muito tempo. Há cidades que há muitos anos vêm sendo abastecidas por pipas. E neste ano ainda está fácil, porque temos água em outros lugares. No futuro, vai ser um pouco mais complicado.

Passo a palavra ao Dr. Paulo César Medeiros, Secretário de Finanças da Cidade de Natal. V. S^a poderá fazer uso da tribuna que está aí.

O SR. PAULO CÉSAR MEDEIROS - Em nome da Prefeita Wilma Farias, quero parabenizar a Comissão pela iniciativa de escutar dos municípios seus anseios no que diz respeito ao Orçamento Federal. Depois, dizer da minha preocupação e conclamar, desde já, o Deputado Cipriano para defender os interesses da Cidade de Natal.

Ficamos surpreendidos com o fato de a cidade, que tem pelo menos 1/4 da população do Estado e que certamente tem quase a metade do Produto Interno do Estado, ser praticamente esquecida no Orçamento da União. Uma cidade que tem problemas diários sérios, problemas de exclusão social sérios e que precisa ser atendida com obras. Este ano, se não foi o CEO, pelo menos se teve algum aporte de recurso. Mas, por essa proposta que veio do Executivo, Natal é simplesmente esquecida. Certamente a Comissão, na pessoa do Deputado Cipriano, na pessoa do Deputado Bentinho, que são do Rio Grande do Norte, não esquecerá a Cidade de Natal (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra à Sr^a Maria do Carmo, do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

O SR. MARIA DO CARMO - Com relação aos quadros que se encontram à página 5, a necessidade de financiamento do setor público, e no verso da página 7, com relação ao Fundo de Estabilização Fiscal, no meu entendimento, discutir a lotação de recursos e regionalização de orçamento passam por esta questão profunda que está colocada na página 5. A receita que está aqui colocada do lado esquerdo não incorpora as operações de crédito, e do lado direito, que incorpora as despesas, contendo as despesas, não incorpora os juros da dívida.

Quando se faz - e o técnico ali questionou - a relação entre a receita e a despesa, o Orçamento da União tem um superávit da ordem de

R\$7,5 bilhões. Quando se passa a pagar os juros da dívida interna mobiliária federal e da dívida externa, o déficit é de R\$21 bilhões, o valor dos juros, o déficit operacional é de R\$3,5 bilhões.

A política de juros do Governo Federal faz manter a estabilidade da moeda, o Real. E o que está previsto como inflação para o exercício de 1998, em torno de 6%, certamente é responsável por esse volume de juros. Quer dizer, enquanto o Governo mantiver essa taxa de juros nesse nível, você terá sempre esse problema de déficit operacional, que, como dizem os economistas, é a melhor forma de medir a necessidade de financiamento.

Logo embaixo, tem o estoque da dívida de R\$356 bilhões, mas o quadro aí apresentado só deu R\$300 bilhões. Para um estoque da dívida deste porte, esse problema não tem solução no curto prazo.

A privatização, que o Governo defende e está praticando, é para resolver essa questão. Nós já privatizamos, não com moeda podre, mas com moeda efetiva, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, para resolver esse problema que parece não ter solução. Enquanto se mantiver essa prática de juros, não só se prejudicará o Orçamento Federal, mas também o Orçamento dos Estados e dos Municípios, daqueles que contraíram dívidas em exercício anteriores. Todos os dias dorme-se com a dívida de um tamanho e acorda-se no outro dia com uma dívida maior, por conta dessa prática de juros.

Quero saber como a Comissão Mista do Orçamento vai regularizar isso.

Outro fato - que está na página 6 - refere-se ao Fundo de Estabilização Fiscal. O Fundo de Estabilização Fiscal foi uma forma encontrada para alterar o princípio de redistribuição da receita fiscal que estava colocada na Constituição. O Governo alardeou que perdeu a receita por conta de uma insipiente distribuição da receita fiscal para os Estados e Municípios. Então, esse FEF foi uma forma de se voltar à situação anterior, retraindo receita dos Estados e dos Municípios para esse fundo. Quero dizer, os Deputados e Senadores aprovaram na Constituição a redistribuição da receita fiscal e, logo em seguida, aprovaram o Fundo de Estabilização Fiscal, fazendo voltar a receita que havia sido redistribuída aos Estados e Municípios para o Orçamento Federal.

São essas as colocações que eu queria fazer. Muito obrigada (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Muito obrigado, Dr^a Maria do Carmo, que foi por muito tempo responsável pelo Orçamento aqui do Estado.

Pego à assessoria que, por gentileza, responda.

O SR. (Não Identificado) - As observações foram muito importantes.

Aquele valor de 300 - estou aqui com uma média - não é correto. O valor correto, pelos dados da Secretaria do Tesouro, e 356, o estoque. Nossa intenção é fazer um documento simples, neutro o máximo possível. Agora, concordo com V. S^a em relação a todas essas colocações. É um juro realmente alto. Se comparada com a do mundo inteiro, a taxa de juros e uma das mais altas do mundo. Então, alguma coisa não deve estar muito certa. E verdade que a taxa de juros real está baixando muito pouco. Parece-me que ela está baixando lentamente. Geralmente, os economistas lidam com a questão do tamanho da dívida comparando-a com o Produto Interno Bruto. Quer dizer, a possibilidade de uma pessoa conseguir pagar uma dívida no ano tem a ver com o que ela ganha, porque aquela dívida é grande ou pequena de acordo com o que a pessoa ganha. Se a pessoa ganha R\$20 mil por ano, uma dívida de R\$5 mil é 25%, uma dívida de R\$10 mil, 50%. Então, faz-se uma explanação em relação a essa questão.

Em relação a outros países, o total da dívida, em relação ao Produto Interno Bruto, não é considerado grande. Mas se a dívida vence a curto prazo - e por isso eles medem o tempo médio -, o problema maior, dizem, é essa falta de credibilidade.

Sobre a questão do FEF, o Congresso praticamente ficou três ou quatro meses discutindo. Os Deputados fizeram um trabalho com o cálculo das perdas que os municípios vão sofrer, mas de concreto o que precisamos levar é que o FEF, matematicamente, é aquilo que mostramos retirar a base de cálculo do FPE e do FPM, retira uma parcela que era de 5,6% do Imposto de Renda, uma parcela determinada. Dessa forma, diminuem-se as transferências. Foi uma solução negociada, para que pelo menos nos Municípios houvesse esse ressarcimento, o que alivaria essa perda.

Outro Fundo importante, que vai afetar muito a vida dos Estados e Municípios é o Fundo de Valorização do Magistério do Ensino Fundamental. Ainda não o estudamos com detalhes. Tudo foi muito corrido, mas basicamente se pega 15% do FPE de cada Estado, 15% de todo o FPM,

faz-se uma média com o número de alunos matriculados e, se o custo ficar abaixo de 300, a União suplementa. No orçamento de 1998, quatro Estados têm previsão de suplementação. Vamos ver, o senhor vai entender aí?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Com a palavra o Sr. Luciano C. Pires de Sá, Vereador de João Pessoa.

Com a palavra o Dr. Alcides Jansen, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

O SR. ALCIDES JANSEN - Sr. Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Sr. Deputado Aracely de Paula, Relator-Geral, trago a esta Comissão duas preocupações da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

A primeira diz respeito diretamente à preservação e, se possível, à ampliação dos valores alocados para que as obras de construção do nosso edifício-sede aqui na Paraíba tenha um curso normal em 1998. O Tribunal se ressentido, há muito, de uma sede própria e hoje gasta uma fortuna com locação de imóveis. Quem conhece o tribunal da Paraíba sabe que isso está plenamente justificado.

A outra, Sr. Presidente e Sr. Relator-Geral, é uma preocupação não só do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, mas de toda a Justiça Eleitoral brasileira. Refere-se ao processo de informatização do voto. Segundo as últimas notícias, 50% do território brasileiro, segundo a vontade do Poder Executivo, estaria para ser informatizado nas eleições de 1998. Isso em relação à Paraíba é desastroso, porque teremos apenas 28% aproximadamente do nosso eleitorado informatizado, o que representará a preservação das duas cidades que já tiveram eleições informatizadas em 1996, Campina Grande e João Pessoa, e apenas o acréscimo de mais duas, que seriam Santa Rita e Baié. Nenhuma cidade do sertão, nenhuma cidade do brejo e nenhuma cidade do Cariri.

Mas a preocupação ainda é maior com a operacionalização do pleito e a coexistência da forma informatizada com a forma tradicional, a forma manual. Os problemas que daí advirão, agravados inclusive pela aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 16 que encurtou o lapso temporal da realização do primeiro para o segundo turno - antes era de quarenta e três dias, agora tem apenas vinte e um dias - são muito graves, e me parece que estão a merecer uma profunda reflexão desta Comissão que, com muita responsabilidade, promove neste instante este evento, iniciando aqui pela Paraíba.

O problema da coexistência do processo manual com o processo informatizado é de extrema gravidade também para os próprios agentes políticos. Os Srs. Parlamentares candidatos a cargos eletivos nas próximas eleições terão dificuldades iniciais até de convencimento dos seus eleitores, ora ensinando-os a votar na forma manual, ora ensinando-os a votar na forma informatizada.

Acredito que esse assunto merece profunda reflexão, para que possamos ampliar o quanto possível essa informatização que é pretensão da Justiça Eleitoral.

Era essa, Sr. Presidente e Sr. Relator, a minha participação. Deixei consignados, portanto, esses dois pontos que afligem a Justiça Eleitoral da Paraíba.

Muito obrigado (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Muito obrigado, Dr. Alcides Jansen.

Com a palavra o Dr. Julio Rafael, Vereador da Cidade de João Pessoa.

O SR. JULIO RAFAEL - Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão, Deputado Aracely, Relator, e demais autoridades presentes, minhas saudações.

Apesar de reconhecer o aspecto positivo da iniciativa, quero só destacar que, na realidade, nós da "classe política" já estamos atrasados, porque a regionalização desse debate sobre o Orçamento é um dispositivo constitucional que já deveríamos estar realizando e providenciando. Espero que na aprovação da nova lei dos processos orçamentários possamos ter a realização do seminário de finanças públicas mais amarrado, consolidando a participação da sociedade e dos agentes políticos - isso foi enfatizado pela Prefeita Katia Born, de forma mais efetiva - extrapolando os limites do Congresso Nacional.

Sugiro que se faça uma discussão no sentido de se amarrar bem todo o processo orçamentário porque, por exemplo, a transposição das águas do rio São Francisco foi uma promessa de campanha eleitoral do atual Presidente da República. E, ao que me consta, está no Plano Plurianual, acrescentado pelo Poder Executivo e aprovado pelo Congresso Nacional.

Esse controle dos processos orçamentários deve estar amarrado nessa nova legislação que está indo para a Comissão de Constituição e

Justiça. De forma que ainda teremos condições de ter acesso e apresentar sugestões das Bancadas, se necessário. É dessa forma que vamos consolidar a nossa iniciativa.

Eu fecharia com um apelo que não diz respeito às questões regionais. Creio que esse processo de elaboração de participação da sociedade e dos agentes políticos no processo orçamentário vai-se aperfeiçoar na medida em que tenhamos o aperfeiçoamento das nossas representações. Nesse sentido, faço um apelo ao Senador e ao Deputado para que mantenham o financiamento público das campanhas eleitorais, porque entendo que com esse financiamento vamos melhorar a representação pela diminuição da força do poder econômico, garantindo condições de igualdade a todos em disputa. Assim, o financiamento é positivo - estranha-me que o Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, já tenha dito que é inviável porque não há recursos orçamentários. Ora, estamos começando a discutir o Orçamento - creio - aqui e agora. Então, não dá para dizer que não há recursos orçamentários. Portanto, fica o apelo para que seja mantida a proposta de financiamento público das campanhas eleitorais.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Obrigado Sr. Vereador. Com a palavra o nobre Prefeito de Baié, Sr. Expedito Pereira.

O SR. EXPEDITO PEREIRA - Sr. Secretário Mário Silveira, aqui representando o Governador José Maranhão, Presidente da Comissão do Orçamento do Congresso, Senador Ney Suassuna, demais autoridades que compõem a Mesa, Senhores e Senhoras, concordo com a Prefeita Cátia Borges quando propõe que os Prefeitos das capitais tenham direito de apontar e sugerir, pelo menos, uma emenda. Só que eu, Prefeito de uma cidade da periferia de capital, creio que é na periferia em que estão os maiores bolsões de miséria.

A história de cidades periféricas de capital é decorrência do êxodo rural que tangeu o agricultor para capital, e foi a periferia o local onde encontrou melhor acolhida. Creio que, como em minha cidade, Baié, isso é o que acontece com todas as outras cidades da periferia de capital.

Baié não teve R\$1,00 para o orçamento de 1997. Por quê? Não vou aqui falar do meu antecessor, mas o fato de não termos tido um Parlamentar que se interessasse em apresentar nenhuma emenda direcionando recursos para Baié fez com que minha cidade fosse prejudicada. Como Baié, devem existir outras cidades na Paraíba e, quem sabe, no Nordeste. Então, por que não se dá oportunidade para que todos os Prefeitos apontem uma proposta para a emenda do Orçamento? Por quê?

Outro ponto pelo que sei, todas as capitais estão abrangidas pelo Programa Comunidade Solidária, que, entre outros benefícios, dispensa as contrapartidas de convênios com o Governo Federal. No entanto, nenhuma, ou quase nenhuma, das cidades de periferia de capitais está incluída no Programa Solidário. Portanto, somos obrigados a desembolsar aqueles 10% e, muitas vezes, somos impedidos de fazer determinados convênios exatamente por falta desses 10%.

No caso da nossa cidade, em que o Prefeito anterior contraiu empréstimo para o programa Pró-Moradia, nossa gestão arcou com toda contrapartida. Como ainda estamos pagando, encontramos impedimentos de apresentar novos projetos à Caixa Econômica. Eu disse isso ao Ministro da Saúde, acompanhado do Senador Ney Suassuna, quando estive em Brasília recentemente. Disse também ao Ministro da Educação que as cidades de periferia das capitais deveriam ser vistas com outros olhos: como locais onde, na verdade, estão os bolsões de miséria das capitais.

Concordo, Prefeita, com o que disse V. Sª, mas gostaria de entender a idéia aos demais Prefeitos. Seria uma forma de democratizar as emendas para o Orçamento da União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Antes de passar a palavra ao Dr. Mário Silveira para promover o encerramento, gostaria de dizer que foi muito produtiva nossa reunião e que, em análise rápida, constatamos que existem tratamentos diferenciados entre as várias unidades da Federação e, até mesmo, na execução do Orçamento em vigor.

Há poucos dias um Deputado protestava, mostrando que um dos Estados do Nordeste havia recebido, na proposta orçamentária, R\$1,5 milhão para construção da sede para o tribunal, enquanto a Paraíba tinha recebido R\$1,8 milhão. Esse Estado recebeu o R\$1,5 milhão, mais R\$800,00 e, também, mais R\$2,3 milhões. Recebeu integralmente o dinheiro e mais esses acréscimos. A Paraíba, que tinha R\$1,8 milhão na Proposta Orçamentária, recebeu apenas 0,5% desse valor.

O Deputado Armando Abílio protestou. Protestamos. E creio que assim devem proceder todos os Estados que se sintam discriminados. A mãe não pode tratar bem um filho em detrimento dos demais. Isso é discriminação. Vamos buscar, por meio da comissão, fazer, na medida do possível, a maior justiça.

[illegible]

2ª Reunião Regional, em 15/09/97-Curitiba/PR

O SR. APRESENTADOR- Convidamos para compor a Mesa o Secretário-Chefe da Casa Civil do Paraná, Dr. Rafael Greca de Macedo, Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Giovanni Gionerdis, Registramos a presença do Secretário Especial para Assuntos de Previdência, Renato Fioladov, do Secretário-Chefe da Casa Militar, Coronel Luiz Antônio Borges Vieira, do Assessor Especial do Governador, Luiz Alberto Martins de Oliveira, do Secretário Especial do Governador, Coaraci Andrade, do Delegado do Ministério da Agricultura, Amário Bezerra, do Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Prefeito de Cambé, José do Carmo Garcia, do Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral, Ivan Gradaski. Demais autoridades, senhoras e senhores, neste momento, fara uso da palavra o Governador do Paraná, Jaime Lerner.

O SR. JAIME LERNER - Ao saudar a nossa Vice-Governadora, Emília Belinati, o Vice-Governador de Santa Catarina, os Srs. Deputados que compõem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, quero também registrar a satisfação de recebermos aqui tão ilustre comitiva e dar-lhes as boas-vindas.

Agradeço a presença aqui, no Paraná, de todos os Deputados que fazem parte desta Comissão o Relator geral da proposta orçamentária para 1998, o Deputado Federal Aracely de Paula, o membro da Comissão que preside esta reunião, Deputado Federal Paulo Gouvêa, o Coordenador, Deputado Federal Paulo Bernardo, Deputados Federais do Paraná e de Santa Catarina e os nossos Secretários de Estados aqui presentes.

Passo, neste momento, a palavra ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouvêa) - Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Vice-Governadora, Sr. Vice-Governador do Estado de Santa Catarina, Srs. Secretários da Casa Civil, do Planejamento e demais Secretários de Estado aqui presentes, Sr. Deputado Relator do Orçamento, Deputado Aracely de Paula, demais Deputados Federais, Parlamentares, autoridades, senhoras e senhores, no ano de 1996, por iniciativa do então Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - conhecida como Comissão do Orçamento -, foi feito um roteiro semelhante a este que estamos fazendo neste ano. Foram visitadas cinco capitais de Estados da Federação, cinco regiões, para discutir e apresentar aspectos do projeto de lei encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional referente ao Orçamento de 1997. Nessas excursões, foram ouvidas manifestações de autoridades públicas e de lideranças da sociedade. E a avaliação do Presidente da nossa Comissão, Senador Ney Suassuna, e de toda a Comissão é de que essas reuniões foram, na verdade, um marco na evolução dos hábitos e procedimentos no tratamento das questões orçamentárias no Brasil. Pela primeira vez, aconteceu de um órgão técnico, por meio de seus membros, componentes, Deputados, Senadores, assessores técnicos, deslocar-se de Brasília para ir ao resto do País para discutir democraticamente a proposta orçamentária.

Na verdade, na nossa avaliação, começou-se a retirar o véu do mistério que de certa forma, cercava habitualmente as discussões do Orçamento da União. Digo ate entre parênteses, que nesta preocupação de modificar os hábitos, também pela primeira vez, nesta Legislatura, tomou-se a iniciativa de fazer reuniões da Comissão de Orçamento apenas durante o dia. Pode parecer algo, à primeira vista, curioso, mas parte desse véu de mistério que cobria as ações da Comissão de Orçamento devia-se às famosas reuniões feitas durante a noite, de madrugada, tomando decisões que, no fim, pouca gente tinha conhecimento. Por decisão desta Legislatura, todas as reuniões começam e terminam a luz do dia. Devemos parabenizar essa democratização, essa transparência na discussão do Orçamento.

A avaliação do Presidente da Comissão é a de que esse tipo de procedimento foi uma evolução e teve resultados realmente positivos, tanto que grande parte das reivindicações apresentadas naquelas reuniões regionais do ano passado acabaram sendo incorporadas ao Orçamento da União de 1997.

Fundamentalmente, as reuniões regionais tinham dois objetivos: iniciar o desenvolvimento de um sistema descentralizado de discussão do Orçamento da União, incorporando esse tipo de discussão à rotina dos procedimentos pelo Congresso do projeto de lei remetido pelo Poder Executivo, e criar esse vínculo, o vínculo direto entre a Comissão de Orçamento e as diversas lideranças de comunidades das diversas Regiões do País.

O Presidente da nossa Comissão, o Senador Ney Suassuna e o Deputado Aracely de Paula, Relator-Geral, orientaram as assessorias técnicas das Comissões no sentido de que realizassem uma análise detalhada dos principais pontos da proposta do Orçamento de 1998, inclusive contemplando sua regionalização, material que está sendo ou foi distribuído a todos os participantes.

Penso que esse é um procedimento altamente positivo e exatamente por isso se está repetindo. No caso da Região Sul, fez-se no ano passado em Porto Alegre. Esta-se fazendo agora em Curitiba. Presumivelmente, no ano que vem, sera no meu Estado, em Santa Catarina, em Florianópolis.

Com essas palavras, em nome do nosso Presidente, Senador Ney Suassuna, declaro instalada a 2ª Reunião Regional de 1997 da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, referente à Região Sul e passo a palavra ao Deputado Aracely de Paula, Relator-Geral da proposta orçamentária para 1997, que disporá, segundo o nosso roteiro previamente elaborado, de 20 minutos para suas considerações acerca da matéria.

Antes, porém, do início das palavras do nosso Relator, solicito aos senhores presentes que façam o registro de comparecimento na folha de frequência e ainda informo que a lista de inscrição para debate, que será feita logo após a apresentação daqueles que estão previstos para falar aqui, está aberta. A lista se encontra com os funcionários da Comissão.

Concedo a palavra o Deputado Aracely de Paula.

O SR. ARACELY DE PAULA - Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Jaime Lerner, Sr. Vice-Governadora, Sr. Vice-Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. Deputado Paulo Gouvêa, que preside esta reunião, Srs. Deputados Basílio Villani, Alexandre Ceranto, Fernando Ribas, Luciano Pizzatto, Antonio dos Santos, Paulo Cordeiro, Abelardo Lupion, meu caro Coordenador desta reunião, minhas senhoras e meus senhores, senhores da imprensa, Srs. membros da Comissão Mista de Orçamento aqui presentes, Srs. membros da assessoria técnica da Casa, entendemos que, realmente, foi um avanço técnico um avanço extraordinário, a iniciativa do Deputado Jose Sarney Filho, quando no ano passado, sentindo o anseio da Nação de participar mais decididamente do processo orçamentário que nada mais e do que uma intropesção da Nação, do que o conhecimento da Nação do seu âmago, instituir as reuniões regionais para discutir na fonte, na origem, os problemas sentidos pelas populações tão diversificadas do nosso País.

Por delegação do nosso Partido, recebi a incumbência de ser o Relator-Geral da proposta, e o anseio maior de todos, que impera no Congresso, e de que a Comissão seja transparente. Mas, para isso, é necessário que antes seja simples. Não há transparência se não houver simplicidade. E a simplicidade é a conversa do Governo com a população, é o encontro democrático de cada região com aqueles que em Brasília às vezes decidem, sem conhecer e sem saber, o destino de determinado segmento por imposição de determinadas normas ou de forçar determinadas obras.

Esse contato é salutar, democrático e necessário. Tanto é, Sr. Governador, que pedimos à nossa assessoria para criar um documento que estivesse ao alcance não dos grandes estudiosos, dos cientistas da matéria, mas que pudesse começar a ser ensinado, ministrado nas escolas para que o brasileiro começasse efetivamente a participar.

A nossa missão não é defender o Orçamento, não é defender a proposta do Executivo, mas trazê-la para discutir com a sociedade, com as várias regiões, porque, quem sabe, por meio dessa discussão, possam surgir luzes para aperfeiçoar aquilo que pode ser aperfeiçoado, mudar aquilo que o Congresso, dentro das suas limitações, tenha condições de mudar.

Gostaria de dizer que dentro dessa busca de contato com a sociedade, por meio da simplicidade, é justo que se faça uma referência a um dos segmentos que eu mais respeito e admiro dentro do Congresso Nacional. Trata-se da assessoria técnica daquelas duas Casas Legislativas que cuidam do Orçamento Público da União. São pessoas competentes, compenetradas, serias, cõscias de seus deveres, tanto que, recebendo este Orçamento, apenas em uma semana, conseguiram, com reuniões que atravessaram noites e finais de semana, trazer dados analíticos comparativos, quadros demonstrativos, enfim, condições para que a Comissão pudesse, com a sociedade, debater os primeiros problemas surgidos na proposta do Executivo.

Nessa sequência de reuniões aqui no Paraná, tenho a honra e a satisfação de anunciar ao Governador e aos Srs. Deputados que, atendendo a uma solicitação nossa, a Comissão de Orçamento acaba de lançar na Internet o processo orçamentário do Brasil. Dessa forma, é possível acompanhar não apenas o desenrolar dos trabalhos da Comissão mas acima de tudo, é possível acompanhar o desempenho do Executivo pelo direito da sociedade.

Encerrando minhas palavras, gostaria de dizer que é uma satisfação estar aqui no Paraná e declarar que esta reunião, tão bem coordenada pelo Deputado Paulo Bernardo, haverá de render frutos sim, porque existem distorções. Haverá de produzir frutos porque existem projetos, existem determinadas prioridades, que devem ser oriundas do seio da população da Região Sul. Perguntaram-me os membros da imprensa se seria possível mudar as previsões que vieram a partir do Executivo. Em parte, sim. Muda-se a bancada de cada Estado principalmente por meio da ação solidária, colegiada e participativa.

Como Relator-Geral aproveito para fazer esse apelo às Bancadas do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, aqui reunidas para que realmente juntos consigamos minimizar alguma falha acontecida e modificar alguma coisa dentro das limitações que sabidamente são reservadas ao Congresso Nacional.

Para encerrar, gostaria de dizer, ainda mais, que as vezes, e fantasioso para quem não entende, para quem não vive o dia-a-dia do Orçamento, os números que são apresentados. Numa proposta orçamentária de quatrocentos e setenta e seis bilhões existem diversos artifícios embutidos como a rolagem da dívida, o pagamento de juros e a despesa de custeio. Enfim, chegamos ao número para o investimento da ordem de 8,5 bilhões, inferior a dois bilhões, previstos no Orçamento para 1977. Dentro desse número ainda está embutido 6,3 bilhões do programa "Brasil em Ação".

Faço isso para dizer que o Congresso Nacional está cumprindo com sua parte, discutindo dentro do seu campo, daquilo que lhe compete, e do que for possível realizar, para corrigir alguma distorção sem com isso, também, penetrarmos na política do Governo para tentar deturpá-la. Dentro desse raciocínio estamos aqui, agradecendo a acolhida que tivemos em nosso nome, em nome da Comissão, em nome do Presidente Ney Suassuna que, não podendo estar presente, está representado pelo Deputado Paulo Gouvêa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouvêa) - A seguir, passo a palavra aos assessores técnicos da Câmara dos Deputados e Senado Federal que farão uma exposição dos grandes números na proposta orçamentária para 1998 e dos investimentos previstos para cada uma das regiões.

Com a palavra os senhores assessores.

O SR. EUGÊNIO BUCHANANI - Sr. Governador, Srs. Parlamentares, Srs. Secretários e demais autoridades, por solicitação do Presidente da Comissão e do Relator foi solicitada a nossa assessoria que fizesse uma rápida explanação do processo orçamentário no Congresso Nacional, já observando o Orçamento da União, de 1998 que acabou de chegar em 31 de agosto, sob o aspecto geral e regional, separando num documento o que está previsto para cada região.

Vamos começar a explanação da parte geral a fim de termos uma visão estrutural das finanças federais porque é importante. A visão regional não subsiste sem a visão estrutural, tem que estar "casada" porque a solução do problema do Estado passa, também, pela solução do problema geral do Governo Federal.

Nesse sentido, gostaríamos de iniciar, fazendo um rápido apanhado sobre o papel do Congresso Nacional que foi renovado a partir da Constituição de 1988. O Congresso, as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais, de repente, se viram atrás de documentos pouco conhecidos, que foram introduzidos pela Constituição como o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária.

Rapidamente, vamos ver como esses instrumentos de planejamento e orçamento foram introduzidos na Constituição Federal e, depois, praticamente copiados por todas as Constituições Estaduais. Basicamente, uma lei complementar das Finanças Públicas, que acabou inclusive de ser aprovada na Comissão de Finanças da Câmara, vai definir o conteúdo mais específico desses documentos, mas já estão sendo colocados em prática.

Temos o Plano Plurianual cuja duração é de um mandato presidencial, a LDO que é uma Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual que é dividida em três orçamentos: o orçamento de investimento das estatais que prevê 16,5 bilhões das estatais, o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade. Estes Orçamentos, na verdade, são da Administração Direta e compõem um documento único. Todos esses instrumentos têm que ter uma coerência, estão articulados no tempo.

Por exemplo, o Governo do Presidente é no período de 1995 a 1998. No primeiro ano de Governo, em 1995, Sua Excelência preparou o Plano Plurianual de 1996/99. Em cada ano, 1996, 1997 e 1998, temos uma LDO e uma Lei Orçamentária. E todo o ano se discute LDO e Lei Orçamentária. No Congresso Nacional, a LDO é discutida no primeiro semestre. No primeiro semestre deste ano, de 1997, discutimos a LDO para 1998. No segundo semestre de 1997 estamos discutindo o Orçamento de 1998.

Cronograma básico a data que chega a LDO ao Congresso Nacional é 15 de abril. Dia 30 de junho, no primeiro semestre, a LDO deve ser votada no Congresso Nacional. Se não o for, aquela Casa não interrompe a Sessão Legislativa. Em 31 de agosto, o Orçamento já chegou ao Congresso e 15 de dezembro, que é o encerramento da Sessão Legislativa, é a data limite para a aprovação. Em 1995, o Orçamento foi votado em abril, em 1996, foi votado em janeiro. Respectivamente, houve um atraso de quatro meses e de um mês.

Basicamente, a Lei Orçamentária é elaborada pelo Executivo e apreciada pelo Legislativo. Essa nova configuração política se deu com a Constituição de 1988 que permite, agora, o Legislativo emendar. Na questão de poder o Executivo faz a proposta e o Legislativo de alterá-la por meio de emenda. Os Ministérios, os órgãos do Executivo em articulação com a SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças, do Ministério do Planejamento e Orçamento, montam a proposta, enviam-na ao Presidente da República que, por sua vez, a remete ao Congresso Nacional. Esta Casa a envia para a Comissão Mista de Orçamento, que é o órgão técnico legislativo encarregado de apreciar o Orçamento. Imediatamente, o Orçamento é enviado à Comissão Mista que também opera com subcomissões. Existem sete subcomissões: agricultura, saúde, etc.

Cronograma básico dentro do Congresso Nacional. Em 31 de agosto o Executivo o enviou para o Legislativo que deve remeter até o dia 15 de dezembro. A proposta chega ao Congresso Nacional no início de setembro, dia 31 de agosto, quando estamos na fase de audiências públicas e regionais, que foi um procedimento novo. Em seguida, temos o parecer preliminar que é um documento que vai traçar os parâmetros de cancelamento e os tipos de emendas que poderão ser apresentadas, que é um documento do relator-geral. A época de emendas, é muito importante, já destacamos e cujo período é de 2 a 16 de outubro. É a época em que a bancada de cada Estado se reúne e aprova dez emendas por bancada.

Temos a votação dos relatórios setoriais e do relatório-geral na Comissão Mista e, no final de dezembro, o relatório-geral no Congresso. Se tudo correr bem, o prazo fecharia em três meses e meio. As queixas são generalizadas de que o prazo é muito curto para a complexidade decisória do Orçamento no Congresso Nacional.

Entre os vários tipos de emendas existentes, uma que é básica é a emenda individual, cuja história evoluiu de 1988 para os dias de hoje. Havia uma época em que não havia limite para ela, depois passou para cinquenta e atualmente cada Deputado e Senador pode apresentar até vinte emendas. Existe um limite financeiro no valor aprovado do total das emendas individuais.

Temos, também, a emenda coletiva, onde mais importante são as emendas da bancada estadual que tem carregado a maior parte dos recursos. Cada bancada pode apresentar dez emendas que deve ter um caráter estadual e deve ser acompanhada da ata da reunião com três cópias da aprovação da bancada de Parlamentares daquele Estado. Há a emenda de bancada regional que tem menos importância e as emendas de Comissões do Congresso. Existem também as emendas de correção de erro e omissão de ordem técnica e legal que não tem muita importância para nós, que são as emendas de relator.

O que o Congresso Nacional faz basicamente em cima da proposta? Se eu abrir a proposta nos seus itens - depois vamos especificar melhor -, nota-se que o primeiro montante é pessoal, juros, a parte da Previdência, a parte das transferências a Estados e Municípios, o FPE e o FPM, uma boa parte do custeio da máquina e uma parte do investimento de recursos externos em contrapartida e uma parte da inversão financeira, que o Congresso Nacional não pode alterar, assim como a amortização da dívida no processo orçamentário.

O Congresso Nacional pode atuar nessas questões pelo processo legislativo, reformas política, administrativa ou previdenciária, mas não no processo orçamentário. A Constituição veda o cancelamento de qualquer dotação em pessoal, em

juros etc. Existe uma parte de recursos que podem ser manejados com restrições relativas, ou seja, podem ser remanejados desde que seja para uma determinada finalidade como, por exemplo, para a educação. Apenas podem ser remanejados se continuarem dentro da educação.

Essa parte amarela é onde o Congresso pode alterar com restrições uma parte do custeio, uma parte do investimento e uma parte das inversões financeiras. Há uma outra parte que é livre para o remanejamento, desde que apreciado o mérito, evidentemente. O fato de ser livre não quer dizer que não esteja alocado. Ele está alocado e teria que ser realocado.

Passando adiante, da parte do custeio que é livre ou com restrições relativas, é uma quantia da ordem de R\$20 a 30 bilhões. Com base nos últimos dois anos, o corte que se tem feito é em uma faixa de 3% dessa fatia e no investimento da parte livre e remanejada com restrições tem-se cortado em torno de 30%. Isso dá um banco de fonte de R\$2,5 a 3,5 bilhões. Com isso são atendidas as emendas de bancada estadual principalmente e que dão de R\$1,5 a R\$2 bilhões, as emendas individuais que ficam na ordem de R\$0,8 bilhões e as demais emendas. Basicamente é esse o tipo de intervenção disponível no Congresso.

Com relação aos investimentos federais, na questão da execução, a grande preocupação é a de que ou o Orçamento é para valer ou não é. Na verdade, ele é executado. Daquilo que é orçado, aproximadamente 50% tem sido executado, em nível federal. Um aspecto também interessante é que o nível da execução geralmente é muito pequeno no primeiro semestre. Ele acelera bastante no segundo semestre.

Temos 94, 95 e 96. O que esse gráfico apresenta é a execução acumulada, como ele vai acumulando. Podemos notar que em 1996, a execução orçamentária já se aproximou um pouco mais daquilo que seria desejável, que é uma linha de execução uniforme com bases em cronogramas de desembolso mensal ou trimestral. O Congresso Nacional, através da LDO tem reiterado a colocação no sentido de existir um cronograma para dar maior estabilidade nessa questão da execução.

Na segunda parte, vamos tratar do Orçamento para 1998. Damos uma visão geral das relações macroeconômicas básicas, receitas, despesas, déficits, o SEF(?) e o FUNDEF que é um fundo recentemente aprovado que começa a alterar a questão dos estados e municípios na relação com a educação.

A mensagem presidencial situa os problemas-chave das finanças federais nas seguintes linhas: controle da dívida e o balanço de pagamentos. O Governo Federal coloca como principal seu o controle da dívida.

Como estratégia para combater esses dois problemas que são o controle da dívida e o balanço de pagamentos propõe redução das despesas orçamentárias principalmente da reforma constitucional e previdenciária, o aumento da receita de privatizações - pretende arrecadar R\$16 bilhões - e, com isso, financiar uma parte do déficit corrente do balanço de pagamentos. Vamos ver depois qual a relação dessa questão com o balanço de pagamentos.

Como estratégia propõe também o incentivo às importações. Os parâmetros assumidos na proposta são basicamente os seguintes: um crescimento da ordem de 4% do PIB, um PIB de R\$933 bilhões, o maior número da Nação, a inflação de 6% e um superávit primário de 0,8% do PIB - vamos ver posteriormente qual o significado disso.

Vamos ver rapidamente, uma vez que o objetivo é dar uma visão estrutural, mas a questão das contas externas que têm uma relação importante com o orçamento. Quem teve idéia da dificuldade do orçamento sabe que ela começa nas questões externas. Foi colocado de uma maneira muito simplificada, mas o saldo que o País hoje tem de R\$60 bilhões, na verdade, é resultado de uma série de movimentos de entrada e de saída. Se colocarmos uma imagem figurada, digamos assim, três tanques ligados como vasos comunicantes, o resultado do fluxo em cada tanque dá um resultado global. Na balança comercial e na balança de serviços é o que se chama de conta corrente e há também a balança de capital.

Veremos que a balança comercial aumenta com as exportações. Quanto mais exportações, melhor para a balança comercial e quanto mais importações, pior. A balança de serviços tem uma relação. Ela melhora com o turismo estrangeiro no Brasil, mas ela esvazia com viagens ao exterior, juros, dividendos e fretes pagos. A balança de capital aumenta muito com o capital externo no Brasil, aplicações de bolsas que procuram os juros altos pagos no nosso País, ela esvazia com a amortização de empréstimos externos no exterior.

O resultado desse movimento tentamos caracterizar com o tamanho da seta mais ou menos o que está acontecendo. Esse equilíbrio mais ou menos se mantém porque há a entrada na balança de capital de capital externo que compensa aquilo que está saindo basicamente.

Vamos pegar receitas orçamentárias. Quais são as receitas mais importantes? Vamos nos fixar em duas: primeira, a tributária - R\$65,9 bilhões vêm dos impostos -, segunda, a receita de contribuições - R\$103,8 bilhões. Quanto às outras receitas, que fecham aqueles R\$264 bilhões, um destaque que se dá é que nas concessões, que estão dentro da receita patrimonial, se prevêem R\$2 bilhões, e nas privatizações, que estão dentro de uma receita de capital, prevêem-se R\$16,4 bilhões.

Quais são as receitas de contribuições sociais mais importantes? A receita do INSS, dos empregadores e empregados, que são R\$48 bilhões, o COFINS, R\$20 bilhões e a CPMF, que são R\$8,3 bilhões, a qual é muito importante para a saúde, cujo Orçamento é de R\$19 bilhões. Como a CPMF corresponde a R\$8,3, sem ela a saúde fica com um compromisso sério no seu financiamento.

A contribuição social sobre o lucro líquido é de R\$8,1, o PIS/PASEP é de R\$9,1, a contribuição do servidor para a Previdência do servidor é de R\$4,1 bilhões, e outras, R\$6,7. O total é de R\$103,8.

Na receita tributária, temos, o Imposto de Renda, que é de R\$33,9 bilhões, o IPI, R\$19 bilhões, o Imposto de Importação, R\$6,4, o IOF, R\$5,3, o ITR, R\$0,4 e as demais.

Então, essas são as receitas mais importantes. Essa ordem de grandeza é importante para que se tenha uma visão geral de como anda a questão do Orçamento federal.

Com relação às despesas, separamos a parte do refinanciamento e o que sobrou - que são R\$264,9 - foi separado em pessoal e encargos - R\$48,1 bilhões, um valor bastante alto -, R\$37,1 de juros e encargos no Orçamento, e R\$120,4 correspondem às chamadas outras despesas correntes. Dentro dessas outras, a Previdência, que arrecada R\$48, tem de benefícios, R\$51, as transferências constitucionais são R\$26,5 bilhões e as demais, R\$42,7. E os investimentos, em que aos poucos vamos nos aprofundando, estão com o valor de R\$8,4 bilhões. As inversões financeiras, que são empréstimos, basicamente, R\$21,8, e a amortização líquida, exceto o refinanciamento, perfaz o total, até fechar os R\$264,9.

Os juros e encargos da dívida estão subindo nessa relação de 16, 19 em 96, pularam para 37,1 no Orçamento da União para 1998.

Uma questão importante é o equilíbrio da Previdência. Esse gráfico mostra, desde 1984, como tem sido a arrecadação líquida da Previdência e as despesas com benefícios, e mostra que a partir de 94/95 a tendência, que era boa, positiva, se inverteu e hoje há um déficit dentro das contas da Previdência.

As despesas com pessoal e encargos hoje, temos os ativos, que consomem cerca de R\$27 bilhões, e os inativos, na faixa de R\$20 bilhões. A folha dos inativos vem crescendo um pouco mais que a dos ativos, a preços correntes. Se colocarmos a evolução mensal a preços constantes, dá para concluir, em 1995, 1996 e 1997, que as despesas da União com pessoal estão controladas, pois ela não dá aumento ao funcionalismo desde há muito tempo, ou seja, três anos. Então, as despesas com pessoal estão sob controle, embora sejam consideradas altas.

A necessidade de financiamento. Quando limpamos tanto a receita quanto a despesa, vem aquilo que interessa mesmo para o gerenciamento do Orçamento. E fazemos a seguinte conta: quais são as receitas não financeiras, as despesas não financeiras - esse é o conceito da necessidade de financiamento do setor público.

Quando comparo receita não financeira com despesa não financeira, aquele resultado azul é positivo e é chamado de superávit primário. Agora, quando tenho um estoque da dívida e ele sobe para R\$356 bilhões, principalmente em função da absorção da dívida dos Estados, a União ficou, agora, evidentemente, detentora de quase toda a dívida nacional. Tenho um juro que me pesa na despesa e que me obriga a financiar esse desequilíbrio causado por ele.

Como é financiado? Esse financiamento ocorre principalmente através da emissão de novos títulos, o que, evidentemente, vai pressionar ainda mais o estoque da dívida. Então, quando o Governo diz que a sua estratégia é aumentar o superávit primário, significa aumentar aquela parte azul até o ponto de cobrir, digamos, todo esse juro que é gerado pela incidência de uma taxa de juro alta em cima do estoque da dívida.

Esse mesmo quadro com números de 98, daria R\$187,6 bilhões na receita, R\$180,1 bilhões na despesa, um superávit primário de 7,5 e um estoque da dívida, jogando um juro líquido - já descontados a inflação e aquilo que é recebido -, de R\$21 bilhões. Isso é diferente daquele juro de 37, que é orçamentário, esse já é um juro líquido, aquilo que interessa mesmo. Essa taxa de juro dá um déficit operacional de 3,5.

Bom, aqui é o seguinte: onde é que está o investimento? O investimento é aquilo que sobra da política do Governo que decidiu que o resultado primário tem que ser R\$7,5 bilhões. Bom, se o resultado tem que ser R\$7,5 bilhões, o investimento ficou reduzido a 8,4. Mas se ainda se quisesse aumentar esse superávit ou diminuir

lo, aí variaria, digamos, a política fiscal poderia dar diferentes valores nos investimentos. Então, essa questão das contas externas, a questão da dívida, a questão dos investimentos, está toda ligada. É uma política externa, uma política fiscal e que se traduz, enfim, em que o que sobra vai para os investimentos. E na execução orçamentária, se erra a conta da receita e da despesa, o primeiro a sofrer também é o investimento, que é onde ocorreria corte. Então, na prática, o Congresso tem orçado valores de R\$10 bilhões no investimento e o Governo tem executado na faixa de R\$5 bilhões, nos últimos dois anos.

Um rápido esclarecimento sobre o FEF, que alterou bastante, e vai alterar as finanças dos Estados e dos Municípios. E o seguinte: dos impostos e contribuições que vão para a União, o FPM e os Fundos de financiamentos são um percentual do Imposto de Renda. E no caso do FEF, o que é que ele faz? Antes da distribuição desse percentual para o FPE, ele tira uma parte e, depois, tira outra. Então, a parte de baixo é mais conhecida como desvinculação. Em função dessa parte que é retirada antes, a parte de cima, há o efeito negativo nas transferências do FPM. O gráfico seguinte ilustra melhor.

Vamos supor que a transferência teórica seria essa barra amarela. Isso é o que iria, normalmente, para um determinado Estado ou Município. Muito bem! Sem o FEF.

Com o FEF, essa perda, em função da retirada que se dá naquela linha, ocorre no primeiro semestre de 97, segundo de 97, 98 e 99. Então, isso é o que foi aprovado - em torno de 8%.

No caso dos Municípios, houve um ressarcimento - depois de muita discussão, essa matéria é muito polêmica, absorveu uns três meses de Congresso - aos Municípios, que aos poucos recuperam essa perda no segundo semestre de 97, em 98 e 99. Então, o FEF causa o efeito de 8% de redução no FPM. No caso do FPM, esses 8% são reduzidos, uma vez que há um ressarcimento, o que faz com que ele se reduza a quase 1% no final do período. E o Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, começa a ter seus efeitos em 98. A gente ainda não tem muita informação, porque sua análise é complexa, mas trouxemos o básico, o que podemos atender. Ainda não deu tempo de estudar muito, mas, basicamente, ele prevê uma equalização dos gastos, por aluno,

dos alunos matriculados da 1ª a 8ª série. E a finalidade é reduzir as disparidades na qualidade do ensino.

O que faz, basicamente? Vejam bem: a União transfere aos Estados o FPE, o IPI das exportações e aquele ressarcimento da Lei Complementar nº 87. Os Estados remetem aos Municípios, por determinação constitucional, 25% de tudo que arrecadam de ICMS da parcela dos Municípios. E os Municípios recebem o FPM.

Então, esse Fundo pega 15% de tudo que ia da União para os Estados, 15% do ICM próprio dos Estados, 15% daquela parcela de 25% que ia para os Municípios, 15% do FPM que ia para os Municípios e joga tudo no Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Diz a lei que a União complementará os recursos do Fundo sempre que em cada Estado o seu valor não alcançar o mínimo de R\$300,00 por aluno/ano. Diz, também, que a distribuição entre Estados e Municípios será proporcional ao número de alunos das respectivas redes, e que no mínimo 60% do Fundef serão destinados ao pagamento dos professores do ensino fundamental.

As complementações previstas para 98 irão para os Estados que ficaram abaixo da média de R\$300,00. Bahia, Maranhão, Para e Piauí.

Vejam bem que esse mínimo é de R\$300,00 por aluno/ano. Houve uma confusão, ao que me consta, com relação a professor e, teoricamente, isso não tem relação com salário de professor, é o mínimo gasto por aluno, para efeito de critério na distribuição desse Fundo.

Vou passar à parte regional, agora, para ver os investimentos previstos para região Sul e, especificamente, para o Paraná. Batista, por favor.

O SR. JOSÉ BATISTA DA COSTA FILHO - Exmº Sr. Governador do Paraná, Srs. Vice-Governadores, Deputados Federais, demais autoridades presentes, falaremos, agora, sobre a regionalização e não vou tomar mais do que dez minutos para isso.

Começando com os grandes números, vamos excluir dessa análise a parcela de recurso que está destinada ao refinanciamento da dívida. Então, o nosso Orçamento não será aquele de 473, mas, sim, o de cerca de 260, do Orçamento Fiscal e Seguridade, mais 16,5 do Orçamento de Investimentos.

Então, o primeiro passo é ver por região o total de cada um dos três Orçamentos, excluída a rolagem da dívida. A região Norte tem um total aproximado de 4 bilhões e 200 milhões, nos três Orçamentos, incluindo investimentos, custeio, pessoal, outras despesas de capital e variações financeiras, enfim todos os grupos de natureza despesa; a região Nordeste, 9 bilhões e 900, a região Sudeste, um total de 17 bilhões e 700 milhões, a região Sul, 5 bilhões e 300, a região Centro-Oeste, um total de 8 e 770.

Esse é o total que é regionalizado na proposta orçamentária e podemos, da proposta, tirar o que vem para a região. O grosso da proposta, como vemos ali, é uma soma muito superior à soma dessas partes. Vamos ver isso um pouco mais detalhadamente depois.

A proporção de investimentos nos Orçamentos: amarelo, regionalizado, vermelho, o que está nacional. No Orçamento de Investimento, aquele da esquerda, o total nacionalizado, que não está descrito para que local vai, é pequeno. Por quê? Porque, na realidade, é do Orçamento de empresa que estão localizadas no Estado. Então, esse total que não é regionalizado é o de empresas financeiras e de alguns projetos de empresas que têm subsidiárias em vários Estados em que não foi possível essa regionalização.

Caso contrário, acontece no Orçamento Fiscal da Seguridade, que é esse retângulo a nossa direita, onde apenas uma pequena parcela do Orçamento está regionalizada, esta identificada para onde vão os recursos. Então, quando falamos em regionalização, a seguir, vamos estar falando apenas dessa pequena parcela que está ali.

Com relação aos investimentos e inversões, nos Orçamentos de Investimentos, que é esse azul, e Fiscal e Seguridade, que é o outro mais escuro, vemos que na região Sudeste a parcela maior é a do Orçamento de Investimentos. Era para ser mesmo, porque nessa região temos Telesp, Telcel, Telemig, Petróbras, na bacia de Campos. Então, o grosso do investimento das estatais está na região Sudeste.

A região Nordeste concentra a maior parte dos investimentos do Orçamento Fiscal e da Seguridade. Isso tem uma explicação, em parte, porque os investimentos na área de Inca de reforma agrária, estão mais concentrados na região Nordeste.

Na Região Sul, a parcela tanto do Orçamento de investimentos é menor de todas, porque tem poucas estatais, como a parcela do Orçamento Fiscal e Seguridade.

O GND-3, que é outro de despesas correntes, e a manutenção da máquina. Na manutenção da máquina temos apenas 12%. No final, vamos passar dados por Unidade da Federação e estaremos falando desses dados apenas naquela parcela amarela de 12%. A maior parte dos gastos dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade com a manutenção da máquina e outras despesas correntes está em nível nacional na proposta orçamentária.

A distribuição regional dessas despesas correntes está aí. O Sudeste pega a maior parte, juntamente com o Nordeste, o Norte tem uma parcela razoável proporcionalmente aos órgãos do Governo Federal que existem lá, o que se deve a despesas dos extintos territórios, temos a Região Sul como a terceira Região a receber recursos em custeio do Orçamento Fiscal e de Seguridade.

Vamos falar um pouco do "Brasil em Ação", porque tenho uma leve sensação generalizada de que os investimentos do "Brasil em Ação" deverão ser aqueles que terão maior índice de execução. A proposta do Poder Executivo está distribuída por setor e o total para o biênio em 1997/98 autorizado, considerando apenas que quando o Deputado Aracely falou que existiam 6,2 bilhões no "Brasil em Ação", ele estava se referindo apenas aos investimentos dos Orçamentos Fiscal e Seguridade.

Além disso, temos a parcela de investimentos em energia, que são ações em linha de transmissão Norte-Nordeste que elevam recursos na base de 1,2

bilhões. Então, temos para o ano de 1998 o "Brasil em Ação" se concentrando na política fundiária, onde já vimos antes que o Nordeste leva uma boa parte disso a parte energética, que está concentrada no Norte e Nordeste em transporte 1,2 bilhões onde a Região Sul tem um bom aqinhamento com as rodovias do Mercosul e a BR-101 e 116.

Temos depois o setor saúde que foi muito bem contemplado no Orçamento Fiscal e de Seguridade, meio ambiente planejamento, educação, agricultura, indústria, comércio, turismo e trabalho. No "Brasil em Ação" falta a parte de telecomunicações e outras que não estão codificadas, porque inclusive a maior parte dos investimentos vem de recursos dos Estados, Municípios de recursos externos e participação privada. Então, isso é apenas o que e concenrente ao Orçamento da União nos seus três orçamentos.

Quais são os projetos do "Brasil em Ação" e como estão distribuídos geograficamente pelas cinco regiões. Mesmo no "Brasil em Ação", a parte nacionalizada e muito superior a parte que é regionalizada. Quando isso for efetivamente aplicada talvez essas proporções percam um pouco de sentido, porque existem projetos que não estão definidos no local de aplicação, a proposta orçamentária vem aqui e essa parte pequena somada vai dar quase que o todo. Vemos que o Nordeste pega o "Brasil em Ação", principalmente a parte da política fundiária. Sul e Norte são equivalentes, Centro-Oeste está um pouco descentralizado nesse projeto e em nível nacional tem uma grande proporção. Inclusive, um projeto muito polêmico e muito comentado, o da ponte rododferroviária que liga Mato Grosso do Sul a São Paulo, está em nível nacional. Neste ano não terá um grande de investimentos mas no ano passado, veio com 179 milhões para aplicação.

Vamos ver os principais programas que estão no Orçamento Fiscal e da Seguridade. O principal programa basicamente é o de saúde. Nordeste, Sudeste e Sul são os programas que levam a maior parcela de recursos.

O segundo programa basicamente é o de administração para a manutenção da máquina direta e indireta dos órgãos da União. Na região Centro-Oeste ele é o maior programa porque lá estão concentrados a administração e os gastos embora não necessariamente eles sejam realizados lá. Temos o ensino superior que também é um programa de relevo - aqui na região Sul, é o segundo programa -, e a administração financeira no Norte entra, em função de encargos dos extintos territórios.

No caso de Orçamento de Investimentos, os principais programas são o de telecomunicações, sempre, energia elétrica, serviço financeiro entra em função do Nordeste - tem Banco do Nordeste, Caixa Econômica e Banco do Brasil -, e o petróleo entra nas regiões Sudeste e Norte, porque é exatamente onde tem petróleo mesmo.

Então, basicamente em Orçamento de Investimento o principal programa é o de telecomunicações, seguido logo pelo de energia elétrica.

Agora, vamos ver por Estado, quase que encerrando os cinco principais projetos do Orçamento Fiscal e Seguridade. Não passamos o Orçamento de Investimentos porque é uma questão interna de cada estatal e não é, no Congresso Nacional, um Orçamento que receba muita atenção em termos de emendas, porque ele só pode alterar a programação dentro de uma própria empresa e não pode tirar recursos de um lugar para o outro. Se houver telecomunicações do Paraná no Orçamento de Investimentos o máximo que se pode fazer, dentro de um limite que é estabelecido pelo parecer preliminar, é uma realocação interna tirar um pouco de celular para interiorização, ou coisa assim. Então, não é um Orçamento que demande muita alteração legislativa.

O Orçamento Fiscal e o de Seguridade são os principais.

Estamos assim o total que está lá em cima e o global de investimentos do Orçamento Fiscal e Seguridade para o Estado.

Então, os cinco principais projetos no caso do Paraná, o principal projeto é o Contorno Leste de Curitiba, em milhões de reais, com 36 milhões e 900, o segundo é a Adequação da 116, com 29 e 300 o terceiro é o de agricultura familiar - Pronaf -, de 11 e 800 o quarto ações de saneamento em Municípios do Estado e o quinto projeto é o de restauração da BR-116. O Contorno Leste de Curitiba e adequação, ou seja, duplicação, alargamento, reforço da via.

No caso de Santa Catarina, o total é de 171 milhões e 700 e os principais projetos são Adequação da BR-101 que levou 108 milhões e 900, com a maior parte de recursos do Banco Mundial, agricultura familiar se repete, também, 11 milhões e 800, construção de penitenciárias, melhorias habitacionais e, finalmente as ações de saneamento, com 5,2.

O Rio Grande do Sul foi contemplado com 211 milhões em projetos dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade. Temos na expansão Sapucaia/São Leopoldo que é praticamente para finalizar o projeto dessa linha Transurb - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre, com 43, a recuperação dos moinhos, que é uma obra gigantesca, dura muito tempo e tem que se fazer uma movimentação imensa de pedras para recuperar o mole, que está em uma grande buraco, então 40 milhões a expansão da linha 2 da Transurb vai começar a linha 2, com 3,5 a agricultura familiar novamente e também ações de saneamento, com 9,9.

Agora vamos ver rapidamente, para encerrar os gastos com custeio. Vemos os gastos com investimentos, gastos que têm efeito multiplicador, expandem a capacidade ou criam novas facilidades e agora despesas com a manutenção da máquina do Governo no Estado lembrando bem que estamos falando de uma pequena fatia que está estadualizada. A maior parte mais de 80%, está no Orçamento da União, em nível nacional. Depois dos gastos e que vamos ver, na execução, o que foi estadualizado.

O SR. (Não Identificado) - (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. JOSÉ BATISTA DA COSTA FILHO - São 144 milhões com o Paraná, o DNER com três projetos, o Inara com um projeto e Ações de Saneamento com um projeto.

Esses dados estão desagregados, estão com muito mais informações no documento que foi distribuído. Pegamos apenas os cinco principais. No entanto,

no documento distribuído existe uma relação de todos os projetos para todas as unidades orçamentárias.

Em Santa Catarina, praticamente as mesmas unidades orçamentárias, entrando mais o Ministério da Justiça, com a construção de penitenciárias.

No Rio Grande do Sul, o Inara é só saneamento, o resto é Ministério do Transporte - recuperação da Transurb.

Com relação a manutenção da máquina administrativa, os valores são bem maiores.

As principais subatividades.

No Paraná, chega a quase R\$1 bilhão o total do custeio, sendo que mais da metade é para assistência médico-sanitária. Existe a cota parte do tratado de Itaipu, manutenção de hospital de ensino, alimentação escolar e atendimento à criança carente em creche.

Essas subatividades, basicamente, repetem-se em três ou quatro em quase todas as regiões em quase todas as unidades da federação - vimos antes um pouco rápido - em termos de saúde. Em BH, aquela parte de assistência médica, manutenção de hospital de ensino, é o principal programa em todas as regiões. Portanto, esse tipo de ação irá se repetir como principal em todas as regiões do País.

Em Santa Catarina, o total é um pouco menor, quase um terço, R\$361, de novo, assistência médico-sanitária para os municípios, a coordenação e manutenção do ensino, atendimento à criança carente em creche, alimentação escolar e manutenção de hospital de ensino.

Finalmente no Rio Grande do Sul, com R\$1,38 bilhão, de novo, em assistência médico-sanitária a manutenção do Grupo Hospitalar Conceição, a manutenção de hospital de ensino. Temos, neste caso, o programa de ensino superior, alimentação escolar também e coordenação e manutenção de ensino.

Bem rapidamente, já que os dados estão bastante desagregados nesse documento distribuído. Esses são os grandes números de regionalização, focalizando com mais detalhe a Região Sul.

Temos aí todos os dados para todas as regiões e temos projeto a projeto, atividade a atividade da parte regionalizada.

O SR. (Não Identificado) - (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. JOSÉ BATISTA DA COSTA FILHO - Tem, assistência médico-sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouvêa) - Antes de dar prosseguimento, quero lembrar mais uma vez, que as inscrições estão abertas para aqueles que quiserem fazer pronunciamentos após encerrada essa fase.

Gostaria que se identificasse quem está coletando essas inscrições, porque estou vendo que há pessoas aqui que querem se inscrever. É com a Dona Mirna.

Dona Mirna, há pessoas aqui que já querem fazer inscrições. Solicitarei que circule por aqui para fazermos essas inscrições.

A seguir, segundo o planejamento da reunião, devem-se manifestar os representantes do Executivo de cada um dos Estados. Convidamos o Vice-Governador de Santa Catarina, José Augusto Ilze, para fazer a sua manifestação.

O SR. JOSÉ AUGUSTO ILZE - Exmº Sr. Governador Jaime Lerner, Srª Vice-Governadora Drª Emilia, Srs. Deputados Federais Paulo Gouveia e Aracely de Paula, em nome dos quais saúdo os integrantes da Mesa e as autoridades presentes, senhores profissionais de imprensa, distintas senhoras e senhores, visto pela metodologia e pela forma, com que são apresentados aqui esses dados, para que, na reunião regional, faça-se a apresentação da proposta orçamentária da União para 1998.

Ja comparando, também, os dados aqui oferecidos, posso dizer, de forma muito didática e, por que não considerando o berço da universidade brasileira, a aula magna sobre Orçamento, pois é importante que se desmistifique essa peça, que sempre foi tão inacessível, e que comecemos a comparar alguns pontos. Sabemos dos investimentos feitos durante os últimos dois anos e meio no Governo Fernando Henrique, sobretudo em Santa Catarina e, em nome do Estado, aqui estou, na companhia dos técnicos, para dizer das obras que estão sendo realizadas. A conclusão da Usina Jorge Lacerda IV é um dado importante para Santa Catarina e para a economia do País. A retomada de obras consorciadas como a Usina Hidrelétrica de Itá e, particularmente, a duplicação da BR-101, que é a obra mais emblemática, todos nós estamos acompanhando muito de perto.

Na verdade, o Brasil não está em Brasília como o Paraná não está apenas em Curitiba, as coisas estão onde elas efetivamente acontecem, ou seja, no município onde esta o cidadão que lá vive, trabalha, produz e desenvolve o País.

Tudo isso que foi mostrado condensa as ações e o trabalho de 160 milhões de brasileiros em tantas Unidades da Federação. Particularmente, aqui na Região Sul e no Estado de Santa Catarina, alegro-nos bastante ver a forma pela qual começa-se a discutir e apresentar o Orçamento, de forma participativa e descentralizando o próprio real, discutindo isso em todos os níveis, com todas as organizações, e a forma pela qual entendo e posso enfatizar aqui esse meu breve comentário.

O nosso fórum de representação parlamentar, após o Orçamento, da forma pela qual nos é trazido, e as emendas coletivas que discutirão os interesses comuns dos nossos Estados, tenho certeza de que irão contemplar e fazer aparecer ainda mais números aqui que podem não ter ficado já definitivos, mas mostram a grandeza com que essa questão deve ser tratada por todos nós, nas instâncias dos governos que representamos.

Esta é apenas uma revisão dos dados que nos foram por último aqui oferecidos para Santa Catarina. Dos investimentos previstos, dos R\$ 171 milhões, temos na BR-101, 108, na agricultura familiar, mais 11 8; no sistema penitenciário, 7 0; em habitação e saneamento, mais 11 0.

A BR-101 sem dúvida, é a que vai requerer maiores investimentos, o que é perfeitamente compreensível, pois essa será a rodovia que vai nos integrar definitivamente permitindo também que o corredor do próprio Mercosul, ao qual também estamos inseridos possa receber, durante os próximos dois anos, os investimentos para a sua conclusão.

Para fornecer também um dado interessante, a exemplo do que também já fez o Paraná, em Santa Catarina, nos últimos governos, precisamente nos últimos quinze anos, foram investidos, por delegação, em rodovias federais, cerca de US\$ 400 milhões, cerca de US\$ 25 milhões por ano, ou seja, praticamente US\$2 milhões por mês. É expressivo para um Estado, embora modelo na sua atividade, na sua economia, na sua diversificação e na sua regionalização.

Certamente poderemos, em conjunto com as Bancadas, para as emendas coletivas, para os interesses regionalizados, entregar a nossa apreciação e as propostas para que o Fórum Parlamentar Catarinense, constituído por dezesseis Deputados Federais e três Senadores, faça chegar as emendas que restabeleçam esse equilíbrio que buscamos, para que tenhamos em cada Estado o essencial e acompanhamos as propostas do próprio Brasil em Ação. Que o Orçamento possa permitir essa discussão e, com isso, possamos dar às vinte e sete Unidades da Federação condições de igualdade para participarmos do trabalho que desenvolve cada uma delas.

Com isso, meus caros integrantes da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, o Estado de Santa Catarina tem plena confiança nas propostas aqui que nos são trazidas e das emendas que de agora ensejarão as nossas ações. Cada Estado será grande no Brasil e o Brasil maior em cada um de nós.

Obrigado (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouvêa) - Esclareço que as inscrições estão sendo feitas com a Dr^a Mirna, Secretária-Executiva da Comissão.

Concedo a palavra ao Governador do Paraná, Sr. Jaime Lerner.

O SR. JAIME LERNER - Sr. Presidente, serei direto. Em primeiro lugar, desejo elogiar o esforço do Congresso no sentido da democratização das discussões sobre Orçamento, colocando, em poucas palavras, os nossos comentários sobre a proposta orçamentária da União para 98.

Na proposta orçamentária enviada pelo Executivo, a redução de investimentos no Paraná é de 53%, uma das maiores efetuadas em âmbito nacional. Em termos absolutos, em relação ao montante aprovado para 97, R\$397 milhões, a proposta do Executivo é de R\$ 179 milhões, representando um corte de R\$200 milhões apenas em investimentos, ficando com o menor Orçamento entre os Estados da região Sul.

É bom que se ressalte aqui a importância do Estado do Paraná no contexto da Federação. Evidentemente, não queremos aqui estabelecer diferenças entre todos os brasileiros, mas é importante destacar a posição do Paraná em relação às exportações de produtos agrícolas, com forte contribuição para o desempenho da balança comercial, e a geração de energia elétrica, fator primordial para o desenvolvimento do pólo industrial da Região Sul-Sudeste.

Por outro lado, a participação do Paraná em investimentos de competência da União sempre foi muito significativa. Praticamente foi o único Estado da Federação que construiu ferrovias a Central do Paraná e a Ferroeste, em rodovias a sua participação tem sido também expressiva, tendo inclusive construído, com recursos próprios, parte da rodovia do Mercosul, a BR-376, divisa do Paraná com Santa Catarina, além de outros importantes trechos. Vale ressaltar que esse esforço do Paraná não tem tido retribuição por parte do Governo Federal, mesmo na alocação das contrapartidas devidas.

O montante dos recursos que estão sendo destinados ao Paraná, na atual proposta orçamentária não condiz com a importância social e econômica do Estado e com o esforço que tem empregado na contribuição para o desenvolvimento do País. Enquanto a redução média do Orçamento 98 em relação a 97, em todo o País, foi de 20%, para a região Sul foi de 44%, e o Paraná sofreu uma redução de 53%, ficando com o menor Orçamento de todos os Estados do Sul, ou seja, de uma contribuição ao PIB de 6,9%, o Paraná recebe, do Orçamento real, 1,3% e de investimentos, 2,6%. Soma-se a essa situação a distorção já existente no Plano Brasil Em Ação, onde o Estado do Paraná ficou claramente prejudicado, uma vez que, excetuando-se os investimentos previstos para a BR-101 e 116, Rodovia do Mercosul, que beneficia os Estados da região Sul, nenhum outro investimento significativo contempla o Estado do Paraná, ao contrário do que se verifica para grande número de Estados que foram beneficiados com vultosos investimentos.

O Estado de São Paulo, por exemplo, foi contemplado com investimentos para o Porto de Santos, para a Hidrovia Tietê-Paraná, para a duplicação da Rodovia Fernão Dias, para a ponte Rodolfo Ferri e para a própria Rodovia do Mercosul, que liga esse Estado a Florianópolis.

Esse tratamento que o Paraná está recebendo na Proposta orçamentária para 98 necessita ser corrigido por ocasião da aprovação do Orçamento 98 pelo Congresso Nacional, por meio de atendimento a projetos importantes para consolidação do processo de desenvolvimento do seu território, da região Sul e do País, como um todo, como é o caso, por exemplo, dos investimentos no Porto de Paranaguá, do aeroporto de Londrina, do trecho rodoviário Cascavel-Foz do Iguaçu, do contorno Norte Curitiba, da BR-153 Alto do Amparo-Ventania, da BR- 476, Adrianópolis-Bocaiuva do Sul, da BR 487, Rodovia Boiadeira, da ponte sobre o Rio Paraná, no trecho 487, em Porto Camargo, da terceira pista do Aeroporto Afonso Pena.

A população do Paraná conta com elevado espírito público, sensibilidade, competência da sua Bancada Federal para reverter essa situação desfavorável. E, nesse sentido, é fundamental o esforço dos parlamentares na viabilização dos investimentos para os projetos estratégicos do Estado, notadamente na elaboração e aprovação das emendas de Bancada.

Era esse o essencial que tínhamos. Entretanto, gostaria de também ressaltar um aspecto do que se tem verificado, enquanto não há aprovação da reforma tributária, daqueles pontos que têm contribuído para grandes dificuldades para todos os Estados.

Quero ressaltar a perda que a Lei Kandir trouxe a todos os Estados brasileiros.

O Paraná alertou todos os Estados. Fizemos uma correspondência para todos os governadores, três meses antes, alertando para o esvaziamento que iria ocorrer e o prejuízo que seria acarretado, se não fosse feita a necessária compensação real que tinha sido assegurada por ocasião da proposição da Lei Kandir. Esses prejuízos têm-se verificado em todos os Estados brasileiros, notadamente no Paraná. Esses dados que levantei alertam para os pontos que consideramos fundamentais para o nosso Estado.

Gostaria de aproveitar para dizer, mais uma vez, que contamos realmente com a competência e a sensibilidade da nossa Bancada Federal para reverter essa situação desfavorável.

Muito obrigado (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouvêa) - Antes de passar a palavra ao coordenador da reunião, Deputado Paulo Bernardo, ouviremos o Relator da Comissão, Deputado Aracely de Paula.

O SR. ARACELY DE PAULA - Governador Jaime Lerner, gostaríamos de louvar a presença de V. Ex^a e as justas reivindicações que traz e dizer que os números levantados por V. Ex^a correspondem perfeitamente ao que consta do relatório apresentado pela nossa Comissão.

E, para desencargo de consciência, quero dizer-lhe que houve um erro de digitação quando do levantamento dos dados referentes à Região Sul, o que realmente deixou uma grande distorção entre o Estado de V. Ex^a e os demais.

Eu gostaria de explicar detalhadamente esse desencontro e, para tanto, convoco os Drs. Leubel e Eugênio para que expliquem a distorção ocorrida.

O SR. LEUBEL - Neste quadro sete, que mostra Paraná e Rio Grande do Sul, o autorizado em 97, com R\$379 milhões, na verdade o número foi copiado do Rio Grande do Sul. O valor de R\$379 refere-se ao Rio Grande do Sul, o do Paraná é de R\$273. Em 98, realmente é R\$179, está correto, mas isso muda o cálculo da perda, que em vez de 53, passa a ser 35%, que continua sendo maior que a média, que foi de 20%. De qualquer maneira o número é 35%. Em vez de 379, é 273.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouvêa) - Concedo a palavra ao coordenador desta reunião, Deputado Paulo Bernardo, membro da Comissão de Orçamento.

O SR. PAULO BERNARDO - Sr. Governador, Sr^a Vice-Governadora de Santa Catarina, Emília Belinatti, companheiros parlamentares, secretários, prefeitos, na verdade, a função de coordenador se resumiu a fazer uma ponte para ajudar a organizar a reunião e a coordenar o relatório que vamos fazer depois, que subsidiará o Relator com sugestões e reivindicações apresentadas aqui.

Eu queria acrescentar alguns dados a última fala do Relator, porque ouvi o pessoal comentando que Santa Catarina tem, este ano, um montante maior para investimentos do que o Paraná. Isso porque o Orçamento foi suplementado durante este ano, principalmente a rodovia do Mercosul, onde entraram recursos do BID para os três Estados, mas em maior proporção para Santa Catarina.

Fizemos um levantamento, que pode ser consultado nesse caderno distribuído. As emendas de bancada do ano passado resultaram para o Paraná em 51 milhões, Santa Catarina, 46 milhões, e Rio Grande do Sul, 87 milhões.

Se considerarmos o número de Parlamentares, o peso dos Estados, parece-me que o Paraná, nesse caso, entrará na discussão que, teremos que fazer entre os nossos Parlamentares. O pessoal de Santa Catarina, que é pouco mais da metade do número de Parlamentares, conseguiu quase o mesmo valor para as emendas parlamentares. Essa é a discussão que temos que fazer.

A outra desvantagem se deve porque o Governo Federal fez uma suplementação para o Orçamento deste ano, aprovado com recursos externos, inclusive.

Acho que a grande importância que esta reunião tem é justamente a possibilidade de estarmos aqui nesta Comissão, frente a frente. Há técnicos e Parlamentares dos dois Estados, já que do Rio Grande do Sul não veio ninguém. O pessoal de Santa Catarina se deslocou para cá, Paulo Gouveia, que coordena a reunião inclusive, juntamente com representantes dos governos, dos municípios, de entidades convidadas. Vamos fazer um relatório dessa reunião ao Relator-Geral. As demandas colocadas aqui serão, depois, evidentemente discutidas na continuidade do Orçamento.

Quero destacar um aspecto que o Eugênio mencionou referente ao esforço que temos que fazer para o Orçamento deixar de ser a ficção que é. Estamos falando dos investimentos autorizados para este ano. O Governo Federal efetivamente executou, nesse período somente 9,5% na média. Já, também, o Paraná leva uma desvantagem, porque temos uma execução de cerca de 11%, enquanto o Rio Grande do Sul tem 17%. Assim mesmo, é um índice muito pequeno, uma execução muito baixa para quase sete ou oito meses.

É importante destacar que os investimentos caíram 20%. Isso se deve a um fato inevitável - e qualquer Parlamentar sabe disso, seja da situação, seja da Oposição - de que o Governo Federal está atolado em dívida pública, que aumentou tremendamente, e o volume de juros que está no Orçamento aumentou, este ano, de 25 bilhões para 37 bilhões ano que vem. Essa é a verdadeira razão por que os investimentos estão caindo. O volume apostado no Orçamento para juros soma mais do que os Orçamentos da saúde e da educação juntos. Essa é uma situação que teremos que discutir. A Comissão de Orçamento, o Congresso Nacional e a sociedade têm que tomar conhecimento e discutir essa questão.

Sr. Coordenador, Deputado Paulo Gouveia, parece-me que estamos discutindo pouco aqui, mas o Orçamento também tem um caráter geral, que teremos que trabalhar para mudar. Por exemplo, o orçamento da saúde para 98 é menor do que o deste ano em 6,5%, mesmo a despeito de a Comissão e o Congresso Nacional terem aprovado de que tem de ser igual ao deste ano. O Presidente da República sancionou a LDO, dizendo que o orçamento da saúde tinha que ser igual, pelo menos em volume de recursos, ao de 97. Assim mesmo, o Orçamento chegou com R\$1,3 bilhão a menos para a saúde.

Cabe agora ao Congresso Nacional - a bola está conosco - reverter essa situação. Vamos ter que dizer se queremos manter ou mudar a LDO. Inclusive,

acho que o Governo Federal de certa forma, montou uma armadilha. Se for feita uma discussão da ilegalidade dessa medida, dirão que proposta é somente uma intenção. Se o Congresso Nacional aprovar e isso virar lei, aí sim estará caracterizada a ilegalidade. Portanto, o Congresso Nacional, nesses três meses, terá que fazer a alteração. Temos três meses, até quinze de dezembro, para fazer as modificações e a aprovação final da Lei Orçamentária. O prazo de emendas vai de 2 a 16 de outubro.

Portanto, essa reunião significa uma possibilidade concreta de influenciar o rumo das discussões. Nem começamos a fazer as emendas ainda. É claro que a discussão que será feita aqui hoje e as demandas colocadas terão a possibilidade de influenciar nas emendas e na votação do Orçamento.

Governador, faíei apenas da posição da execução, até o final de julho, de investimentos, 9,4%. Foi 9,45% a média nacional.

O SR. JAIME LERNER - (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PAULO BERNARDO - Foram 11%. Podemos depois fornecer Estado por Estado.

Encerro dizendo aos participantes que vamos relatar ao Deputado Aracely de Paula. E esta reunião sem dúvida nenhuma, não ficará apenas na conversa, vamos transformar isso em alterações que serão feitas posteriormente no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouvêa) - Passamos, então, a palavra aos oradores inscritos. Os primeiros cinco inscritos são todos Deputados Federais. Chamarei por ordem de inscrição. O primeiro é o Deputado Luciano Pizzatto.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Boas-tardas a todos. Sr. Governador, Vice-Governador de Santa Catarina, caro Relator.

Antes de uma maneira geral, falarei em relação ao nosso Orçamento. Não há a menor dúvida de que as palavras do Governador do Paraná deixam evidente que o nosso Estado precisa de uma visão melhor de participação no Orçamento da União. Esperamos que agora o Legislativo, em especial com o apoio de V. Ex.^a Relator do Orçamento, possamos resgatar aquilo que não foi possível ser feito no Executivo.

Eu gostaria também, por uma questão de justiça, de dizer que muito já foi feito. No final do último Governo no Paraná, participávamos com o percentual equivalente ao último Estado brasileiro em relação ao Orçamento da União, se não me engano, igual ao Amapá. Hoje superamos 16 Estados brasileiros, graças ao esforço do nosso Governador Jaime Lerner em coordenação com a nossa Bancada, mesmo assim, está muito longe de ser resolvido.

Na proposta orçamentária de 98, para investimentos no próximo ano, somos o quarto maior Estado do Brasil em investimento. São 400 e poucos milhões. Perdemos apenas para três Estados, graças ao esforço da nossa Bancada e do nosso Governador. Portanto, para resgatar aqui o espaço político do Paraná, algo já foi feito. Só que esse algo já feito, Sr. Relator, está muito longe da justiça que deve ser feita com o nosso Estado, em especial na prioridade de investimentos e resgate de investimentos que foram antecipados pelo Paraná. Duplicação de BRs, ferrovias, etc.

Nesse aspecto precisamos que o Relator tenha sensibilidade para limitação da Bancada na apresentação de suas propostas. Dez emendas de Bancada coletivas, para um Estado como o Paraná, não podem ser comparadas como dez emendas de um Estado que tenha a menor dimensão física, territorial e populacional no mínimo. Estou fazendo comparação política. Ficamos limitados a esse número dez, famoso número que a Comissão estipulou. Um Estado com a pujança do Paraná, com uma agricultura avançadíssima não pode ficar limitado a dez prioridades.

Portanto, dependendo da boa vontade e da compreensão do nobre Relator para que, além das dez emendas coletivas, ele estude a possibilidade de nos ajudar a resolver problemas estruturais fundamentais, anexando uma parcela maior de investimentos para o Estado. Ano passado ficou nesses 273, este ano a proposta já está em cento e poucos milhões, com mais 45 milhões que normalmente a Bancada Federal poderá colocar nas suas emendas parciais, com mais uns 50 ou 60 milhões, que normalmente conseguimos nas emendas coletivas, vamos voltar aos 270 milhões. Precisamos de no mínimo chegar a 350 milhões para podermos ter um pouco de recuperação das perdas do Estado.

É nesse sentido que, antes que V. Ex.^a tenha a dificuldade de dividir tão pouco com tantos, pedimos que reserve um pouco mais ao Paraná desse pouco, porque somente mediante sua ação direta é que nós poderemos resgatar.

Além desse aspecto genérico, eu quero deixar a V. Ex.^a o posicionamento, a pedido do Vale da Ribeira do Estado de São Paulo e do Estado do Paraná, quanto à Rodovia 476, que é uma vergonha nacional, o Governador do Estado não tem condições de agir por ser esta uma rodovia federal, já licitada. A questão orçamentária é o básico para que se possa fazer a pressão política para que a obra continue depois. Sem orçamento, não há nem o que fazer, posteriormente, porque não há nem a rubrica.

Nesse ano que passou, tivemos a existência da rubrica. Precisamos que V. Ex.^a, por gentileza, atenda a esse pedido porque essa é uma região no Paraná de absoluta miséria, e precisa, no mínimo, desse resgate social. No mais, tenho certeza - temos um companheiro do PFL na relatoria que vai lembrar do nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouvêa) - Com a palavra o Sr. Deputado Ricardo Gomide. (Pausa)

S. Ex.^a estava inscrito mas, neste momento, não se encontra presente.

Com a palavra, o Sr. Deputado Paulo Cordeiro.

O SR. PAULO CORDEIRO - Sr. Governador, Srs. Sr. Vice-Governador, Sr. Deputado Aracely de Paula, Sr. Relator Paulo Gouvêa, presidindo a sessão, Sr. Coordenador Paulo Bernardo, Srs. Secretários, Srs. Deputados, autoridades aqui presentes: o Vice-Governador de Santa Catarina e também o nosso Governador do Paraná fizeram algumas considerações no que diz respeito ao que a região Sul já fez de investimentos em obras federais aqui no Sul. Todos nós sabemos, até o presente

momento, o que vem sendo feito. Entendo que esse modelo se esgotou. A capacidade dos Estados em investirem em obras federais está totalmente esgotada. Nós, com muito esforço, estamos construindo a ponte de Guaíra, construímos a Rodovia 376 - a Rodovia da Morte - de Curitiba até Garuva, divisa com Santa Catarina, mas não é isso que a população da região Sul deseja. Não deseja ser vista como uma região rica do País porque não é. Nós temos aqui tantos problemas como qualquer outra região brasileiras tem. O Paraná, mais especificamente - porque eu conheço melhor os números, contribui com quase 7% do PIB nacional - está recebendo para investimentos nessa proposta do Executivo, apenas 0,6%; se considerarmos os investimentos das estatais, são investimentos lucrativos. A Telapar, até junho do ano que vem, será privatizada - está recebendo R\$360 milhões. O Banco do Brasil, o Banco Meridional e a Caixa Econômica Federal são agências que irão gerar receita e lucro para esses bancos, e temos a Petrobrás que aqui está instalada. Portanto, o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social destinam apenas R\$183 milhões ao nosso Estado e, desses R\$183 milhões, que é 0,6% de todo o Orçamento Geral da União, nós teremos aí o corredor São Paulo/Porto Alegre que não interessa apenas ao Paraná, já fizemos um quarto dessa obra, quando duplicamos a 376, de Curitiba à Garuva. É uma obra que interessa a todo o Brasil, e aí estão alocados, praticamente, 75 milhões e mais o contorno leste de Curitiba.

Então, o que o Paraná recebe nessa proposta orçamentária, são R\$11 milhões para o Pronaf e R\$4 milhões para a Universidade Federal do Paraná, o que é muito pouco. O que a sociedade paranaense vem fazendo para sustentar o Hospital das Clínicas do Paraná supera, no mínimo, 5 vezes o que está alocado aqui, por ano, para a manutenção do Hospital do Ensino da Universidade Federal do Paraná. O Ministério do Meio Ambiente, num Estado como o nosso, que preserva as suas florestas e tem o maior parque nacional brasileiro mais lucrativo e que mais recebe visitantes e dá lucros para a União, está recebendo apenas R\$1 milhão, além da área de saúde. Enfim, nós sabemos e aqui foi dito que existem dois caminhos-chave para que a Bancada possa trabalhar as emendas coletivas - nas quais poderemos aumentar os investimentos no Paraná em até 60 ou 70 milhões, e não mais do que isso, e as emendas individuais, se ficarem na mesma proporção do ano passado - em torno de R\$45 milhões. Mas eu acho que a nossa Bancada tem competência. Nós temos especialistas na matéria como o Sr. Deputado Basílio Villani e o Sr. Deputado Paulo Bernardo. Neste ano somos sete os Parlamentares paranaenses que ingressaram na Comissão de Orçamento para fazermos uma verdadeira ação, nesta Comissão, em prol dos interesses paranaenses. Nós vamos necessitar muito do Sr. Relator e dos sub-Relatores setoriais, pois iremos precisar de emendas de relatores, vamos ter que negociar um acordo com a Bancada do Paraná, porque quem contribui da forma como o Paraná está contribuindo e foi prejudicado da forma como o Paraná está sendo prejudicado com a Lei Kandir, com o FEF, com a centralização da arrecadação de tributos na União, terá que buscar um acordo. Queremos a compreensão do Relator, o Sr. Deputado Aracely de Paula, para que possamos trabalhar emendas de relatores e se resgate essa injustiça contra o Paraná nessa proposta do Executivo.

A sensibilidade dos Parlamentares, tenho certeza, fará com que nós possamos buscar, em parte, aquilo que nós julgamos que é de direito de um Estado que da para o Brasil o que o Paraná tem dado.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouvêa) - Com a palavra o Sr. Deputado Serafim Venzon, de Santa Catarina.

O SR. SERAFIM VENZON - Sr. Presidente, Coordenador da reunião, Sr. Governador Jaime Lerner, Sr. Vice-Governador de Santa Catarina, representando aqui o Governador Paulo Afonso Vieira, Sr.^a Emilia Bernardes, Vice-Governadora do Paraná. Gostaria de saudar todos os membros da mesa, bem como os Deputados Federais, Estaduais e demais autoridades que se fazem presentes a esta reunião.

Esse quadro que mostra a redução do orçamento, não só para a região Sul mas para todos os Estados do Brasil, de certa maneira até me conforma, porque o Orçamento era uma autorização para gastos que o Governo não alcançava, um aumento que não obedecia nada do que era prescrito e que os Deputados tanto se esforçavam para colocar no Orçamento. Como bem mostrou o companheiro Deputado, apenas 11% do Orçamento, até um mês atrás, estava sendo executado. Eu duvido que nos cheguemos a 50%.

Então, Governador, devido a essa redução de 35% que V. Ex.^a mencionou, Santa Catarina passou a ser o maior, agora com 49%, mas aí tivemos um investimento maior com relação à BR-101 que está sendo executada este ano.

O mais importante é que nós, Parlamentares, temos que fazer exigências, se tanto nos esforçamos - os de Santa Catarina que vêm aqui, os de Paraná que se deslocaram de longe. Há também o esforço feito lá no Congresso. No entanto me parece uma falta de respeito não ser seguido o Orçamento.

Então, Sr. Governador, se ao menos o que está escrito vier para o Paraná, estará muito bom, sabemos pelo menos o que caberá para Santa Catarina, apesar dessa redução. Gostaria de dizer que - na presença do Governador do Paraná e do Governador de Santa Catarina, representado pelo Sr. José Augusto Iize - quando fui Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, estive na casa do Governador, juntamente com diversos parlamentares, para fazer esta observação.

Vim de carro de Santa Catarina até aqui, saindo de Brusque, minha região. Ouvia, em diversas rádios, comentários contra a ação de Deputados, malversação do dinheiro público, mal uso do dinheiro nos gabinetes etc, mas não ouvi nenhuma particularidade, nem sobre Santa Catarina e nem sobre o Paraná.

Estive em todo o Estado de Santa Catarina, norte a sul, leste a oeste, nas reuniões regionais. Não vi nenhuma placa dizendo que dos 245 milhões, ao menos, que opinamos no ano passado para este ano, nenhuma placa citando que esses investimentos no Estado de Santa Catarina se referem a investimentos do Governo Federal, e que, por isso têm a ação e a influência dos parlamentares, Deputados Federais e Senadores, no caso, do Estado de Santa Catarina.

Vi várias placas em diversas cidades de Santa Catarina, com nomes de Deputados que votaram contrariamente a alguns interesses, ou porque votaram contra o interesse de um grupo com relação à Previdência, com relação à reforma administrativa, etc. Mas, em contrapartida, não vi nenhuma placa com o nome daqueles que votaram a favor - a outra maioria. Parece que não tem nada previsto no orçamento. Não sei em que orçamento se baseiam para colocar os nomes dos Deputados quando eles se comportam de uma forma que talvez não agrade a determinado grupo. No entanto, o grande interessado não divulga nenhum esforço dos parlamentares.

Peço desculpas aos Governadores por citar esse tema numa discussão do orçamento, porque parece uma discussão muito doméstica, mas é importante. Existe uma mobilização para destruir o Legislativo, sejam prefeituras, Governo do Estado e, principalmente - isso está consagrado - Governo Federal. Há uma orquestração para a destruição desse Poder tão importante, que, sendo destruído, aí, sim, não poderá ser seguido.

Numa outra página sobre esse relatório que a Comissão de Orçamento apresenta, 40% da aplicação do orçamento é aplicado conforme as regiões, conforme os Estados, e 60% conforme um desejo nacional. Não parece que isso combina. Defendemos uma teoria municipalista, a municipalização, que é o que reina afinal, mas, em termos de Orçamento da União, não chegamos nem à estadualização, pois 40% é conforme o desejo dos Estados, mas 60% é puramente conforme a vontade do Governo Federal, centralizado. Seria um outro aspecto que talvez devêssemos considerar, pois a maior parte do orçamento ainda é gasto conforme o Poder central e não obedecendo àqueles que mais conhecem as necessidades. Se não podemos ser, de fato, municipalistas, sejamos pelo menos estadualistas, para podermos chegar mais perto da nossa gente.

Era essa minha contribuição principal, Sr. Governador do Paraná, Sr. Governador de Santa Catarina.

Como já fiz *tête-à-tête* com o meu Governador, quando era coordenador do fórum, temos o direito de fazer críticas às ações dos parlamentares. O Paraná constou com R\$51 milhões, o que foi emendado a mais no orçamento, no ano passado, para esse ano, Santa Catarina, R\$48 milhões, Rio Grande, R\$86 milhões. Não percorri o Estado do Paraná e nem o do Rio Grande inteiro; mas em Santa Catarina, não vi nenhuma placa ao menos dizendo aos nossos eleitores que os seus parlamentares estão gastando a verba do contribuinte que tanto respeitamos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouvêa) - A seguir o Deputado Vania dos Santos, também de Santa Catarina.

O SR. VÂNIO DOS SANTOS - Queria cumprimentar o Governador do Paraná, a vice-Governadora e também o vice-Governador do meu Estado, o relator-geral da Comissão, cumprimentando toda a Mesa, o Coordenador Paulo Gouveia, Paulo Bernardo, todos os demais colegas Deputados Federais, os convidados, companheiros da Região Sul e a imprensa. Prefiro pecar pela redundância a pecar pela omissão.

Vou tratar, portanto, de algumas questões que já foram levantadas. Vivemos experiências em Florianópolis, no governo municipal. E o meu Partido tem, em outras cidades, como por exemplo Porto Alegre, a experiência do orçamento participativo.

Sr. Relator-Geral, é muito importante esse primeiro passo que o Congresso Nacional dá, ouvindo, colhendo sugestões, para depois analisá-las. Sei que V. Ex.^a o fará com todo o empenho e com toda o carinho. Mas algumas questões estruturais precisam ser mexidas. A primeira delas foi levantada pelo Deputado Paulo Bernardo. Sou membro da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara - não sou da Comissão de Orçamento - mas tive o interesse em vir aqui porque aprovamos, há 15 dias, na nossa Comissão, o Projeto nº 135, cujo Relator foi o Deputado Augusto Viveiros, do Rio Grande do Norte. E eu fui um dos parlamentares da Comissão que apresentou um conjunto de sugestões para que possamos transformar o papel do Congresso. Pretendemos que o Congresso deixe de ser coadjuvante na elaboração do Orçamento, que efetivamente o Executivo tenha um parâmetro para executar. Aliás, o projeto vai mais longe. Torna obrigatória a execução, ele deixa de ser, Deputado Paulo Bernardo, uma mera peça de ficção - meramente indicativo ou autorizativo, como gostaríamos de chamar. Se o Executivo não executar as rubricas ali colocadas, precisa encaminhar novamente ao Congresso uma mensagem, para que o Congresso possa, à luz da justificativa que o Executivo apresentar, deliberar sobre o assunto. Senão, automaticamente, aquela rubrica incorpora-se ao Orçamento do próximo ano. Essa é uma das diretrizes resultantes da discussão da nova LDO.

Essa é uma questão fundamental. É fundamental porque muitas vezes brigamos pela dotação orçamentária, pela previsão e, no momento da execução, vê-se um número desses, que, segundo a assessoria, é em média de 50%. Eu diria que em vários Estados não chega a isso. Esses dados estão à disposição no Sisti e em outros sistemas. Basta consultar. Então, muitas vezes brigamos por algo fictício. E torna-se efetivamente complicado discutir, porque não podemos trabalhar um Orçamento como uma peça virtual.

A segunda questão é a crise financeira de Estados e municípios por causa de diversos mecanismos. O primeiro deles é, "o Governo Federal não pretende realizar a reforma tributária" - palavras do Ministro Kandir na última reunião da comissão especial, que é uma subcomissão da Comissão de Finanças e Tributação, que trata da reforma tributária. Na quarta-feira da semana passada, quando nos reunimos, S. Ex.^a afirmou claramente que as prioridades do Governo são a reforma da Previdência e a reforma administrativa.

Vamos, então, costurando essa verdadeira colcha de retalhos a Lei Kandir, o CPMF, para investir na saúde; o FEF, que retira dinheiro de Estados e municípios. Isso serve para criar uma relação de dependência muito forte dos municípios e dos Estados ao Poder Central.

A terceira questão é a visão que o Governo Federal tem e que tem relação com o Orçamento, pelo que está aqui apresentado sobre o Plano Real.

Deputado Paulo Bernardo, o senhor disse que este ano o gasto com juros vai representar a somatória dos gastos com saúde e educação. Se não estou enganado, no ano passado - dados do Tribunal de Contas da União - os gastos com educação foram da ordem de 5,7% e com saúde da ordem 8,4% aproximadamente. E o pagamento de juros foi de 12,1%.

Então, já o Orçamento do ano passado, 1996, quase chegava a isso. Este ano aumentou. E para o ano que vem existe uma perspectiva, pelos dados apresentados, de que essa quantidade de juros vai de R\$ 25 bilhões para R\$ 37 bilhões.

Coloco isso porque o Plano Real deve ser uma alavanca para o desenvolvimento, para a geração de empregos, e não um fim em si mesmo. Ele não pode ser uma estratégia em si mesmo que a Nação tenha que pagar a qualquer custo pela manutenção de uma moeda, estável, porque vai ter consequências sérias. Uma delas está aí, que é a crise na própria segurança pública a nível nacional.

Tenho os olhos voltados para o Orçamento não como um elemento em que alguém detenha o poder e ele pode distribuir o resultado da arrecadação, daquilo que é pago no País inteiro, e que tenhamos que pedir. A posição que os estados devem adotar na discussão do Orçamento e das regiões, e que na verdade nós contribuimos para o PIB, pagamos impostos, portanto como representantes não estamos pedindo ao Governo Federal, estamos cobrando aquilo que entendemos cada estado tem direito. Como entendo também que não há uma questão partidária ideológica colocada no Orçamento. Temos que juntar as forças das bancadas de todas as regiões, não sou um separatista, defendo todo o País, temos que ter uma política nacional de distribuição de renda, de melhoria da qualidade de vida.

Acho importante também o papel do Executivo nesse processo, e elogio o depoimento do Governador do Paraná, porque o meu Estado mesmo abstraindo, mesmo descontando essa questão que o Paulo Bernardo colocou, de que houve na verdade uma suplementação de verba no Orçamento, se considerarmos proporcionalmente a verba referida ainda temos uma perda muito grande do ano passado para cá, acima da média. Pode perceber que a média do Ceará, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, para citar três estados cujos governadores são PSDB, é de 12 ou 13%, mas a nossa é muito maior. E aí, Vice-Governador José Augusto

Ilse?, mais que agradecer temos que cobrar a posição de Santa Catarina em função disso, são 49,15%, de 385 para 195, o que é uma diferença bastante significativa.

Esses investimentos estatais muitas vezes estão sendo aplicados em empresas que estão sendo preparadas para a privatização, e isso independe da vontade do Executivo. É bom que essa questão do investimento nas empresas estatais seja tratada separada.

Dou esse depoimento, e deixo claro, Sr. Relator, que não tenho, do ponto de vista da própria região Sul e do meu Estado, sugestões a fazer, é preciso conversarmos com o Executivo, é preciso que as bancadas possam se reunir. Desejo-me somar aos Parlamentares de todas as regiões, como coloquei muito bem o meu colega do Paraná, trata-se de uma questão de podermos valorizar uma região que produz, que ajuda na exportação, que está enfrentando dificuldades na agricultura, em vários setores, e a população espera que os represente bem.

Não se trata de "farinha pouca o meu pirão primeiro", trata-se de "dar a César o que é de César".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouveia) - Com a palavra o Deputado Basílio Villani, do Paraná.

O SR. BASÍLIO VILLANI - Sr. Governador, Sr. Vice-Governador de Santa Catarina, Secretário da Fazenda Giovanni Geonadi, Sr. Relator Aracely de Paulo, Deputado Paulo Gouvêa, que preside esta reunião, Secretário do Planejamento Miguel Salomão.

Inicialmente, presto uma homenagem ao pessoal de retaguarda da Comissão Mista de Planos e Orçamento. Eu que frequento esta comissão há aproximadamente 12 anos tenho visto o sacrifício desse pessoal. Peço uma salva de palmas para o Eugênio e para a grande secretária Mirna, aqui presente, extensivo a todos os auxiliares da comissão que têm nos tem atendido com muito amor e carinho, em altas horas da madrugada quando fazemos trabalhos diurnos. Temos pessoas que no final do ano chegam a ficar duas noites sem dormir, para que possamos dar satisfação a esse trabalho tão árduo.

Serei mais direto no assunto, o Orçamento está aí, não vamos culpar a ou b. Se a bancada articula com o governador, temos o dever e a obrigação de ajustá-lo. E ajustar de que maneira? Muito pouco se comentou, mas é importante que saibam que os subrelatores, que ainda não foram nomeados, têm um recurso que nós sabemos ainda o quanto. Através da vivência, da perspicácia junto aos subordinados descobrimos e ficamos procurando aceitar os detalhes do nosso Estado. Claro que a parcela do leão, a parcela maior está com o Deputado Aracely de Paula, o nosso amigo, que muito nos orgulhamos por estar presente em Curitiba e, diga-se de passagem, com essa humildade de mineiro. É um companheiro fantástico, já está na Câmara há muito tempo, com uma grande experiência, e tenho certeza que a União, o Congresso vai poder se orgulhar do trabalho que fará nesse Orçamento.

Temos que ser práticos agora, não adianta ficarmos pressionando e falando sobre a rubrica dos juros que são 50, 40 ou 37 milhões, daí não vamos tirar nada. Não se pode mexer, ela nos proíbe, são programas de governo que não compete a nós pressionar, talvez até por ser do Governo sim, mas é um programa de governo. Compete a nós, através de um trabalho de bancada, sentar, conversar com os interessados e, no mínimo, lançar como um objetivo de conseguir junto ao Sr. Relator o ajuste para que os percentuais de investimentos sejam idênticos ao aspecto de população e recolhimento de impostos. Todos os relatores sempre nos atenderam, tenho certeza que o Deputado Aracely de Paula também nos atenderá.

O Paraná tem 10 emendas estaduais, vamos fazer um raciocínio, quase um compromisso junto ao Coordenador, ao Relator e aos subrelatores. Compete a nós apresentarmos 10 emendas, porém quando se fala que perdemos dinheiro ano

passado temos que chegar aqui na frente e dizer nós fomos incompetentes. Fomos sim, por que não? A incompetência que exercemos no Orçamento não podemos repetir, houve briga, uma guerrilha eleitoral no sentido regional. Houve, por que não? Perdemos emendas? Perdemos. É evidente que na soma o estado perde.

Tenho convicção e certeza que com o trabalho que a Bancada está desenvolvendo com o Deputado José Borba, que tem feito todos os esforços para as terças-feiras haver reunião para ouvir, trocar idéias, conversar com bastante humildade com todos.

Há duas pessoas com quem podemos contar para que possamos ter sucesso. O primeiro é o coordenador José Borba, o segundo é o Relator-Geral. Se com esse trabalho conseguirmos no mínimo - e é possível - R\$10 milhões por cada emenda estadual, teremos um acréscimo de R\$100 milhões. Com mais duas emendas regionais no valor médio de R\$10 milhões, serão R\$120 milhões. Mais vinte emendas de Deputados vezes 33, teremos aproximadamente R\$50 milhões de acréscimo.

Então, poderemos acrescentar R\$170 milhões ao nosso Orçamento. Existe essa possibilidade? Mas de onde tirar esse dinheiro? Não vai ocorrer, como ocorreu nos anos anteriores, de um Relator-Geral acrescentar a Receita e depois o Executivo não pagar, porque não há realmente receita. Isso ocorreu neste Orçamento.

Temos experiência e sabemos que existem grandes janelas para que os Srs. Ministros possam manipular esses valores. São esses valores que, baseados na nossa experiência, iremos por meio das nossas emendas apresentar ao Relator-Geral, para que o Paraná seja atendido. Estamos fazendo um trabalho em conjunto com as três Bancadas. E peço a compreensão do Sr. Relator-Geral para um grande sonho nosso, um sonho de Alexandre Cerantó e de todo o pessoal do Paraná. Trata-se de um trabalho que estamos desenvolvendo, uma estrada que liga Mato Grosso do Sul ao Paraná.

Somaremos as três Bancadas do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas também o apoio da Bancada do Mato Grosso para por meio de uma emenda regional, conseguir recursos para a Estrada da Boiadeira. O trabalho que estamos desenvolvendo conta com a experiência de deputados da Bancada do Paraná que tem atuado e atuado muito bem.

Então, às vezes, somos simplesmente criticados. Mas o trabalho existe. Sempre digo que o Paraná deveria ter um número maior de parlamentares na Comissão Mista de Planos e Orçamento. Se não me falha a memória, são três Deputados titulares e dois ou três suplentes, somando seis ou sete no total.

Estive no gabinete do coordenador da Bancada, José Borba, e verifiquei o trabalho preliminar que ele já está fazendo sobre o assunto. Creio que S. Ex.ª está antecipando-se a todas as outras Bancadas e já pedindo aos Deputados que apresentem propostas, para que possamos discutí-las em tempo e trazer esses recursos para o Paraná.

Eram essas as minhas considerações. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouvêa) - Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI - Sr.ª Vice-Governadora, Sr. Vice-Governador de Santa Catarina, Deputado Aracely de Paula, Relator da Comissão de Orçamento, Deputado Paulo Gouvêa, representando a Presidência, Secretário Gilvan, meus colegas Deputados, Srs. secretários,

Quero aqui aproveitar, Sr. Relator, para fazer algumas observações. Se formos apenas olhar no quadro os valores consignados no Orçamento por unidade federativa ou na regionalização das despesas por esfera, vamos ver que o Paraná está contemplado com R\$612 milhões, o Rio Grande do Sul com R\$432 milhões, Santa Catarina com R\$440 milhões. Só que esses números não expressam uma realidade. Se formos a um outro quadro em que essa despesa está detalhada, observamos que - não queremos dizer que os nossos irmãos vizinhos do Rio Grande do Sul e os de Santa Catarina, por quem temos grande afeição, estejam recebendo demais - estamos recebendo pouquíssimo.

Então, se fizermos esta rápida comparação entre Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, veremos - a página ainda não está numerada, mas pode procurar, colega, na página em que os valores consignados para o Paraná - que o total do Paraná correspondente a R\$612 milhões, para Orçamento Fiscal está consignado R\$159 milhões, Seguridade Social, R\$25 milhões e no Orçamento para Investimento das Estatais, R\$428 milhões.

Está aqui a grande diferença. Como bem colocou o Deputado e colega Paulo Corderiro, no caso das estatais, quem está investindo no Paraná é a Telepar. Essa estatal investe pouco mais de trezentos milhões, em rede de fibra ótica, em modernização do sistema. Mas isso não melhora a qualidade de vida daquele povo que precisa do Governo.

O Deputado afirmou que a Telepar será privatizada, porque, a Lei Geral das Telecomunicações, já aprovada, assim o determina. Por outro lado, vemos investimentos na refinaria da Petrobrás, e aprovamos a regulamentação no setor do petróleo, o que também não traz ganhos efetivos a população do Paraná.

No quadro referente ao Rio Grande do Sul, estão consignados R\$432 milhões, para o Orçamento Fiscal, R\$250 milhões, para Seguridade Social, R\$24 milhões e para Investimento das Estatais, R\$157 milhões. Está aqui a grande diferença.

Quero deixar claro que, como membro efetivo da Comissão de Orçamento, estarei insistindo com o Relator-Geral, com os demais Deputados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul para obter mais recursos para o meu Estado.

Se compararmos os valores consignados para área da educação, o Paraná está com, apenas, R\$5 milhões consignados no orçamento. E o Rio Grande do Sul, R\$25 milhões. Essa é uma diferença brutal, se formos analisar detalhadamente essas rubricas. Discordo, aí, do colega, Deputado Basílio Villani, sobre não poderemos discutir essas rubricas orçamentárias.

Se fizermos uma leitura rápida dos números totais, vamos ficar, até, satisfeitos, porque o Paraná tem um valor maior que esses outros Estados. Mas desejamos que esses investimentos sejam feitos em áreas básicas. O Paraná, Sr. Relator, faz a manutenção de quatro universidades estaduais e de apenas uma federal.

A Bancada do Paraná está lutando por maiores verbas para as escolas agrotécnicas federais, que, aqui no Orçamento, dispõem somente de R\$500 mil, como, por exemplo, para a compra de equipamentos da Escola Agrotécnica de Dois Vizinhos. Só que o Governo Federal construiu 3 escolas agrotécnicas federais no Paraná, e agora simplesmente baixou uma medida provisória, determinando que não vai fazer a manutenção dessas escolas. Entretanto, vai continuar fazendo a manutenção das outras 46 escolas agrotécnicas federais existentes no Brasil.

Veja, Minas Gerais tem 11 escolas agrotécnicas federais, mas, para o Paraná com apenas 3, não tem previsão orçamentária para a contratação de professores e funcionários.

Então, faço aqui essas colocações, Sr. Relator, para informá-lo da situação do Paraná, principalmente no setor da educação, que considero fundamental, em que o Paraná é muito discriminado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouvêa) - Esgotada a lista de oradores inscritos, passo a palavra ao Relator-Geral do Orçamento, Deputado Aracely de Paula, para suas considerações finais.

O SR. ARACELY DE PAULA - Em rápidas palavras, gostaríamos de agradecer a gentileza, o cavalheirismo da gente do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, que entendeu o alto espírito público e a disponibilidade dos membros da Comissão Geral do Orçamento em vir discutir com os senhores as apreensões não são apenas dessa região, mas as de caráter nacional.

Penso que podemos ter sim, como foi dito aqui, divergências ideológicas, partidárias, podemos ter divergências regionais, mas temos um fator muito maior que nos une, e é esse fator que nos trouxe aqui: o amor à esta entidade maior que se chama Brasil.

E, em face dessa convergência, estamos aqui reunidos, cada um analisando, dentro da sua ótica, problemas nacionais que se estendem por toda a vastidão do País. Estivemos no Nordeste na última semana, as prioridades são outras, os argumentos são outros, mas a preocupação é a mesma.

Dentro dessa ótica, justifica-se, mais uma vez, a presença aqui da comissão. Quisera Deus que no futuro isso pudesse ser estendido, que não se fizesse em cada região, mas que se fizesse em cada Estado no momento hábil e oportuno, e que essas prioridades pudessem ser levantadas e discutidas antecipadamente.

Penso que esse conhecimento de nós mesmos e que vai nos tornar fortes, é esse conhecimento do Brasil que vai nos engrandecer.

Agradeço os oradores pela gentileza, todos eles, destacando a participação da comissão e reconhecendo que essa é uma peça do Executivo e que a nossa preocupação não é sermos melhores do que o Executivo, mas é a de adequar aquilo que pode ser modificado.

É com esse espírito que agradecemos a todos, principalmente nos solidarizando com aqueles que reconhecem que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal possuem a melhor e a mais competente Comissão Mista de Orçamento, eu não diria da América do Sul, como foi dito, mas de todas aquelas que lidam com uma proposta tão séria.

Tenho certeza de que vamos nos somar as bancadas que discutirão o Orçamento, que não é nosso. E gostaria de colocar aqui que, ao pregarmos a simplicidade, queremos discutir cada Real que sair e entrar nesse Orçamento, não por obra do Relator, mas por obra da vontade do colegiado, do qual é composta a Comissão Mista de Orçamento. Será uma decisão solidária, coletiva, e o Relator sentir-se-á recompensado se tiver a colaboração dos senhores para levar a bom termo esse trabalho, que, entendo, haverá de nos recomendar pelos resultados que obtivemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouvêa) - Acho que tudo que foi dito aqui ilustra magnificamente a importância desse tipo de reunião, a abertura, a democratização, a transparência da discussão e duas coisas fundamentais: a informação para o Relator. Quer dizer, o que se tem é uma oportunidade única, ter o Relator-Geral do Orçamento aqui, cativo, ouvindo tudo aquilo que se diz a respeito da peça orçamentária enviada pelo Executivo, as reclamações, as restrições que o Estado, que a região faz.

Não tenho conhecimento de que antes de estabelecido um processo como esse, que começou ano passado, tivesse havido essa chance de o Relator ouvir assim, com tanta insistência, aquilo que uma região e, na sequência das reuniões, todas as regiões, tenham a dizer a respeito do Orçamento. E o conhecimento público do Orçamento, que é uma coisa também única, nova, todas as pessoas que quiserem vir aqui, as lideranças políticas, administrativas, todo mundo tendo conhecimento dos números, daquilo que se discute no Orçamento, podendo, portanto, cobrar, criticar, opinar ou não.

O Relator, o Deputado Aracely de Paula, está lembrando, que a partir dessa semana qualquer pessoa que quiser informação sobre a execução do Orçamento da União, poderá fazê-lo pela Internet. O endereço na Internet está no documento que foi distribuído, e cada um pode fazer suas consultas. Na página 19 desse documento está o endereço da Internet para acesso ao Orçamento da União. Isso realmente parece-me uma coisa magnífica.

Quero destacar que esse processo de reuniões faz parte de uma estratégia, adotada pela Comissão de Orçamento do Congresso Nacional que objetiva, entre outras coisas, o cumprimento dos prazos.

Foi dito aqui, durante a reunião, por um dos nossos assessores, que, em 1995, o Congresso só aprovou o Orçamento em abril. Após o Executivo fazer o QDD(?), a implantação no sistema de informática do Executivo, o Orçamento começou efetivamente a ser executado na metade do ano. Uma coisa fantástica, um País

passar metade do ano sem ter o Orçamento votado pelo Congresso Nacional, quer dizer, foram executados apenas os duodécimos da proposta original do Poder Executivo. No ano seguinte, esse prazo foi reduzido para janeiro. Temos a esperança de, neste ano, aprovar o Orçamento no próprio ano, o que é uma coisa inédita.

Outro fato que considero importantíssimo é intenção de - Executivo, Comissão, Congresso Nacional - ter-se um Orçamento de verdade, que não seja uma mera peça de ficção. Foi dito aqui que o Orçamento da União é virtual, eu diria que ele tem sido menos do que virtual.

Na verdade, esse trabalho de colocar coisas no orçamento, esse esforço de Deputados, Senadores tem sido uma coisa ilusória, adicionam-se valores aos que o Executivo já havia colocado, e, no fim, vemos os resultados modestíssimos da execução, mostrando que aquele trabalho na verdade foi infrutífero.

É preferível, às vezes, Sr. Governador, ter-se a metade daquilo que habitualmente está no papel, mas que essa metade desses valores fosse efetivamente repassada aos Estados, porque de nada adianta ter um grande volume estimado no Orçamento e depois 10%, 15% executado, o que é uma coisa frustrante para todo mundo.

Penso que essa meta de se ter um orçamento que reflita a realidade, que não tenha mais despesa do que receita, sem que na sua execução tenha contingenciamento, bloqueios, mas que se possa executar, na plenitude, o Orçamento, seja uma grande meta e que todos nós devemos nos empenhar para alcançá-la.

Finalizando, quero fazer aqui alguns agradecimentos. Em primeiro lugar, ao governador do Paraná, Dr. Jaime Lerner, pela sua presença, pela sua participação nesta reunião. A presença aqui da vice-governadora, secretários de Estado do Paraná, que prestigiaram amplamente nossa reunião. A presença do vice-governador de Santa Catarina.

Permito-me lamentar que não tenhamos tido a oportunidade da presença de alguém do Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, certamente pela dificuldade de locomoção para cá.

Agradeço pela participação ativa nos debates a um grande número de deputados da Comissão de Orçamento e de outros que nem pertencem à Comissão. Dentre essas pessoas, quero destacar a presença do nosso Relator-Geral, Deputado Aracely de Paula, que participou ativamente, que teve boa vontade de receber, de ouvir, de se informar, e que, dessa forma, contribuiu de forma inestimável para a elaboração do Orçamento.

Agradeço ao Deputado Paulo Bernardo, organizador da reunião aqui no Paraná, pela participação, bem como às assessorias técnicas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e à assessoria administrativa da própria Comissão. Agradeço também a todos que vieram aqui prestigiar a nossa reunião.

Consulto o Governador, antes de declarar encerrada a reunião, se S. Ex.^a quer dizer algo.

O SR. JAIME LERNER - Agradeço a presença dos Deputados Federais, que, por meio da Comissão Mista de Planos, Orçamento e Fiscalização, prestigiaram o Paraná. Aguardo, como disseram os Deputados em intervenções, a chegada do orçamento real, para podermos, pelo menos, ter uma base firme. Confiamos cada vez mais que nossas Bancadas atuem no interesse dos nossos Estados, da nossa região. Tenho certeza disso.

Fico realmente muito grato a todos por seu comparecimento e deixo aqui os meus agradecimentos em nome do Estado do Paraná. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Gouvêa) - Muito obrigado a todos. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h08min.)

Ata da 3ª Reunião Regional, realizada em 16/09/97

SEXTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA QUINQUAGÉSIMA LEGISLATURA

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO REGIONAL DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1997, EM BELO HORIZONTE-MG

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e sete, às nove horas e cinquenta minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Auditorio da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte-MG. Compareceram à reunião as seguintes autoridades: - Parlamentares: Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão; Deputados João Fassarella, Sérgio Miranda, Ronaldo Perim, Carlos Mosconi, Genésio Bernardino e Aracely de Paula, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 1998; - outras autoridades: Eduardo Azeredo, Governo do Estado de Minas Gerais; Walfrido Mares Guia, Vice-Governador do Estado de

Minas Gerais; Edgar Monteiro Gonçalves da Rocha, Secretário de Estado do Planejamento e Controle do Rio de Janeiro; Sandra Carvalho de Berredo, Secretária de Estado de Ações Estratégicas e Planejamento do Espírito Santo; Cristiano Canedo, da Secretaria de Estado da Saúde; Sérgio R. Queiroz, do SEAM; Albertina Pacheco Guimarães, Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Turismo; Marcel de Paoli, da Secretaria de Transporte e Obras, Antônio Aureliano, do SETOP; Célio Ferraz, do AMPAR; Carlos Pimentel, João José, Gilmar Mello e Antônio Andrade, da ALEMGO; Sandra C. Bedredi, da Secretaria de Planejamento do Espírito Santo; Antônio Maria, Professor, José V. de Rose, de Tocas de Moji; Margarete Gelmini, de Governador Valadares/MG; Moizes Júnior da Costa, da Câmara Municipal Ibirá; Hailton Curi, da Secretaria de Planejamento/MG; Geraldo B. Leão Júnior, da AMPLA; Pedro Paulo F. dos Santos, da COPASA/MG; Miguel Júnior, Edna Castro e Cidinha Rios, Vereadores de Araxá; Marcus V. Santos, Professor, Roosevelt Porto e Adão Antônio Pereira, da Prefeitura de João Pinheiro/MG; Marina Coelho Xavier, da Prefeitura de Belo Horizonte/MG; Jeraldo de Vasconcelos, da AMECO; Geraldo Rezende, Deputado Estadual; José Ronaldo da Cruz e Neusa Soares de Almeida, da SETASCAD; Antônio Bom, da Polícia Militar de Uberaba/MG; João Alberto Assis Moreira e Ana Beatriz C. Freitas da FEMAM; Wander Borges, Prefeito de Sabará/MG; Patrícia C. B. Ataíde Ribeiro, da SES; Marinho Francisco, do INCRA/MG; Adelmo Carneiro Leão e Sabino Fleury, da ALMG; Deputado Paulo Piau Nogueira, da Assembleia Legislativa; Alencar Bueno, Alcides Freitas de Oliveira, Rubens José, Vereadores de São Gotardo; Paulo Passos, da FIEMG; e Deputado Dilton Melo, da Assembleia Legislativa. **ABERTURA:** O Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Romeu Queiroz, declarou aberta a Terceira Reunião Regional, referente à Reunião Sudeste, convidando as seguintes autoridades para comporem a mesa: Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais; Walfrido Mares Guia, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais; Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão; Deputados Aracely de Paula, Relator-Geral do Orçamento para 1998 e João Fassarella, Coordenador da Reunião e Terceiro Vice-Presidente da Comissão; Edgar Monteiro Gonçalves da Rocha, Secretário de Estado do Planejamento e Controle do Rio de Janeiro, representando o Governador Marcelo Alencar; Sandra Carvalho de Berredo, Secretária de Estado de Ações Estratégicas e Planejamento do Espírito Santo, representando o Governador Victor Buaiz. O Presidente da Assembleia Legislativa teceu breves comentários acerca da Matéria Orçamentária. O Governador Eduardo Azeredo teceu considerações acerca do assunto, ao tempo em que saudou a iniciativa da Presidência em promover as reuniões regionais. O Senador Ney Suassuna manifestou contentamento em realizar as reuniões e, em seguida, passou a palavra aos assessores técnicos da Comissão. Primeiramente, o Dr. Eugênio Greggiani, Assessor-Chefe da Assessoria Técnica da Câmara dos Deputados, apresentou estudo sobre o Orçamento para 1998, nos contextos regional e geral. Continuando, o assessor Éber Zoeler Santa Helena teceu explicações acerca da página da Comissão na Internet, apresentando o "Orçamento Fácil 1998" e o "Acompanhamento da Execução Orçamentária para 1997". Em seguida, o assessor José Batista Costa Filho fez a explanação dos valores previstos na Proposta Orçamentária para o ano seguinte, bem como a regionalização dos programas orçamentários. O Deputado Aracely de Paula, na qualidade de Relator-Geral, manifestou suas expectativas em relação às reuniões.

regionais, quais sejam, a discussão do Orçamento a nível regional e colher subsídios para a confecção do Relatório Final. Neste momento, o Deputado João Fassarella assumiu a condução dos trabalhos. Usaram da palavra para discutir o Secretário Estadual de Planejamento e Controle do Rio de Janeiro, Dr. Edgar Monteiro Gonçalves; a Secretária de Planejamento do Estado do Espírito Santo, Dra. Sandra Carvalho Berredo; Marcos Sant'Anna, Vice-Prefeito da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG; Dr. Juarez de Oliveira Castro, diretor do Hospital das Clínicas de Belo Horizonte/MG; Dr. Renato Fraga, Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares/MG; Deputados Estaduais Carlos Pimenta, Miguel Martini, Gilmar Machado e Gil Pereira, o Deputado Federal Sérgio Miranda; Professor Aluizio Pimenta, Reitor da Universidade Estadual de Minas Gerais; Dr. Roosevelt Porto, Prefeito de João Pinheiro e Dr. Marcos Pestana, Secretário Adjunto de Planejamento. **ENCERRAMENTO:** O Coordenador encerrou os trabalhos, às doze horas e vinte minutos, agradecendo o comparecimento das autoridades e, para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador NEY SUASSUNA, Presidente

Estado de Minas Gerais; o Exmo. Sr. Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; o Exmo. Sr. Deputado Federal Aracely de Paula, Relator Geral da Proposta Orçamentária de 1998; o Exmo. Sr. Deputado João Fassarella, Coordenador da Reunião e Vice-Presidente da Comissão; o Exmo. Sr. Dr. Edgar Monteiro Gonçalves da Rocha, Secretário de Estado do Planejamento e Controle do Rio de Janeiro, representando o Governador Marcelo Alencar; e a Exma. Sra. Dra. Sandra Carvalho de Berredo, Secretária de Estado de Ações Estratégicas e Planejamento do Espírito Santo, representando o Governador Vítor Buaiz.

Destina-se esta reunião à realização da Reunião Regional da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para discussão do orçamento da União para 1998, referente à Região Sudeste.

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Sr. Governador, Sr. Vice-Governador, autoridades que compõem esta Mesa, senhoras e senhores convidados, Srs. Deputados.

"A acolhida que nossas Audiências Públicas Regionais têm recebido em todos os quadrantes do território mineiro é reveladora do interesse da população em participar do planejamento do Estado e da formulação das políticas públicas estaduais. Tal interesse é um fato relativamente novo, que deve ser saudado com otimismo e esperança. Essa vontade de participação é o sintoma evidente de que nosso povo, a cada dia, adquire uma consciência mais profunda sobre os direitos e obrigações inerentes ao exercício maduro da cidadania.

Diante desse contexto, nada mais oportuno que a iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que vem até a Região Sudeste para aprofundar a discussão do processo orçamentário com a comunidade regional.

Esta Casa, expressando os sentimentos da gente mineira, sente-se honrada em receber, pela segunda vez, um dos mais relevantes órgãos do Parlamento da União e os ilustres convidados de outros Estados. Vai-se assim consolidando uma tradição importante para assegurar ao planejamento estatal mais transparência e mais lastro de realidade.

Minas é a segunda economia do País e contribui substancialmente para a formação da riqueza nacional. Nossa situação geográfica, a meio caminho entre o Norte e o Sul, nos coloca numa posição estratégica enquanto elemento dinamizador do desenvolvimento brasileiro. Somos uma síntese do Brasil. Em consequência, temos buscado caminho para superar as disparidades regionais e caminhar rumo a um modelo de crescimento com justiça social.

por essas razões, fazemos um apelo à bancada mineira no Congresso, ao Governo estadual, às classes política e empresarial. Temos que organizar um verdadeiro mutirão cívico para que Minas Gerais participe no orçamento da União com um montante de recursos compatível com nossa estatura no contexto da Federação brasileira, um montante que faça jus ao tamanho de nossa economia e a nossas necessidades.

Aprovada na Câmara, vai para o Senado uma proposição que inclui novas cidades do Vale do Jequitinhonha na área da Sudene. Este órgão foi criado por Juscelino, um mineiro do Vale. Nada mais justo que a região, uma das mais pobres do Brasil, talvez do mundo, receba esse incentivo.

Entretanto, para que não tenhamos uma vitória de Pirro, é indispensável que seja aumentada a dotação orçamentária da Sudene, para

GERÊNCIA-GERAL DE TAQUIGRAFIA E PUBLICAÇÃO - GTP

3ª REUNIÃO REGIONAL, EM 16-9-97 BELO HORIZONTE - MG

NOTAS TAQUIGRÁFICAS
60ª REUNIÃO ESPECIAL
REUNIÃO REGIONAL DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO
NACIONAL
16/09/97

Obs.: Notas taquigráficas sem revisão de orador.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
REUNIÃO DE PLENÁRIO

60ª REUNIÃO ESPECIAL

16/09/97

09h50min

2

Taq.: MÍRIAM

Rev..

Red.

Nome do documento: E00600950.TPP

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. A Presidência convida a tomarem assento à mesa o Excelentíssimo Senhor Doutor Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais; o Exmo. Sr. Dr. Walfrido Mares Guia, Vice-Governador do

que ela possa ser efetivamente um fator de redenção para os nossos irmãos do Nordeste

Quando nos foi dado o privilégio de presidir pela segunda vez a Assembleia de Minas, inscrevemos, entre nossas prioridades, a interiorização das ações deste Poder. Ele tem que se tornar acessível à totalidade dos cidadãos e se fazer presente nos lugares mesmos onde os problemas são experimentados, sob a pena de isolar-se e trair sua missão precípua, que é representar os anseios populares e transformar em lei a vontade geral.

Pela vivência do dia-a-dia, o povo acumula uma sabedoria única, indispensável ao planejador que deseje dar à sua atuação o peso da concretude. Por isso, multiplicar os canais de comunicação com a sociedade, e chegar até as comunidades locais mais distantes são condições essenciais para uma prática política que se queira democrática.

Com satisfação, vemos que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional partilha nossas convicções. Ao fazer-se itinerante, deslocando-se para diversos pontos do território brasileiro, ela cria um instrumento institucional valioso, que lhe permite exorcizar os riscos de isolamento do Planalto Central e abrir-se à manifestação das forças vivas do País.

Por esse exercício de democracia que oferecerá, sem dúvida, importantes colaborações para a apreciação do orçamento da União para o próximo ano, queremos felicitar o Presidente, Senador Ney Suassuna, e o Deputado Aracely de Paula, nosso ilustre coestadano e Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 1998.

Que encontros como este se tornem uma rotina no âmbito do Poder Legislativo federal. Colocando-se cada vez mais perto das comunidades regionais, ele terá sucesso crescente no esforço para sintetizar a riqueza cultural e humana de vários brasis, numa expressão única e coerente dos legítimos interesses nacionais."

Esta Presidência deseja a todos, então, um bom trabalho neste dia de hoje. (-Palmas.)

* * *

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Com a palavra, o Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Eduardo Azeredo.

O Governador Eduardo Azeredo - Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Romeu Queiroz, Dr. Walfrido dos Mares Guia, Vice-Governador; Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Aracely de Paula, relator-geral da proposta orçamentária para 1998; Sr. Deputado João Fassarella, Vice-Presidente da Comissão e Coordenador desta reunião; Dr. Edgar Monteiro Gonçalves da Rocha, Secretário de Planejamento do Rio de Janeiro, que aqui representa o Governador

Marcelo Alencar, Dra. Sandra Carvalho de Berredo, Secretária de Estado de Ações Estratégicas e Planejamento do Espírito Santo, que aqui representa o Governador Vítor Bualiz, Srs. Deputados Federais aqui presentes, Eliseu Resende, Sérgio Miranda, Antônio Aureliano, Carlos Mosconi; Srs. Deputados Estaduais; senhoras e senhores, o Governo do Estado, neste momento, quer cumprimentar o Parlamento brasileiro pela iniciativa de realizar as audiências regionais na busca da opinião, de onde está a dificuldade, de onde estão os problemas.

Dessa maneira, Senador, Minas Gerais, que já vem também trilhando passos nesse mesmo sentido, através da realização das audiências públicas realizadas pela Assembleia Legislativa com o apoio do Governo do Estado e do Poder Judiciário, evidentemente vê uma

sintonia nessa preocupação de levantamento dos desejos e das necessidades de cada região

Evidentemente, todos nós sabemos que o momento brasileiro, o momento de consolidação do Plano Real, o momento em que temos aí uma inflação anual, até este momento, inferior a 4% - três e pouco por cento - mostra que, cada vez mais, a peça orçamentária se transforma em verdade. Já foi o tempo em que os orçamentos eram feitos e nunca eram realizados, em que os números eram apenas peças de ficção. Já foi o tempo em que a receita financeira superava em muito a própria receita orçamentária.

Hoje, não há mais como discutir as finanças públicas a não ser entendendo que um mais um é igual a dois. Isso tem acontecido no Governo Federal, nos governos dos Estados, em todos eles, e nas prefeituras municipais. Este momento, portanto, de transição da economia sem rumos que tínhamos com o regime inflacionário para uma economia estável nos leva a uma definição mais adequada das prioridades e do sentimento de que não é possível fazer tudo de uma vez, já que os recursos são extremamente limitados.

Mais uma vez, Senador, quero ainda lembrar a nossa defesa de que as reformas que ainda estão por ser aprovadas pelo Congresso possam significar exatamente um alento importante para essa viabilidade e governabilidade em todo o País.

(Segue)

O Governador Eduardo Azeredo - (Continuando) - A mudança da economia sem rumo que tínhamos no regime inflacionário para a economia estável nos leva a limites partidários. São dificuldades que permeiam qualquer tipo de governo, seja de que partido for. Portanto, o excesso que temos na legislação em relação à precocidade de determinadas aposentadorias, ou a valores absurdos em alguns outros casos, ou ainda a questões extremamente burocráticas que prejudicam a administração pública no processo de licitação, faz com que tenhamos alguns projetos que nunca se realizam, tão forte é o emaranhado de questões legais e recursos. Essas questões estão dentro da reforma previdenciária, outras, dentro da reforma administrativa. Os super-salários, evidentemente, precisam também ser corrigidos.

Terminando as reformas, poderemos ter o orçamento mais verdadeiro ainda.

Sr. Presidente Deputado Romeu Queiroz, tenho, como V. Exa., os números levantados em relação ao orçamento nacional para Minas Gerais. Vemos nele alguns pontos positivos e outros que precisam de um melhor acompanhamento.

Se tomarmos os dados de 1996, veremos que, entre o que foi autorizado para Minas, na ordem de R\$629.000.000,00, R\$420.000.000,00 foram liquidados. Tivemos, assim, uma realização de 67%. O ideal é que tivéssemos realizado 100%, mas, quando vemos que a média do Brasil foi de 54%, concluímos que Minas não foi tão mal assim. Acima de Minas, vêm alguns poucos Estados, como o Acre, que teve 73% de realização, e Mato Grosso, que teve 68%. Os grandes Estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, tiveram uma realização de 48% e 53% respectivamente, inferior à de Minas Gerais.

Com relação a 1997, estamos em setembro e com os números extremamente curtos até esse momento, apesar do orçamento deste ano ter até sido aprovado mais cedo que o do ano passado.

Assim, daqueles R\$625.000.000,00 autorizados para Minas Gerais apenas R\$92.000.000,00 já foram liquidados, significando 15%

apenas. Mas aí também vem o consolo: em nível nacional, apenas 9%, em média, é que foram liberados.

Para 1998, temos uma perspectiva menor, de R\$528 000.000,00, mas também, outra vez, significando menos 16%, e, em nível nacional, significando uma média de menos 20%.

Esses dados nos mostram exatamente que existe uma grande diferença, especialmente na questão dos orçamentos estaduais. Apesar da justificativa de que temos, no Rio de Janeiro, recursos da ordem de R\$1 300 000.000,00 para a PETROBRÁS, da ordem de R\$700.000 000,00 para a NUCLEN, e da ordem de R\$114 000 000,00 para Docas, que são atividades que não temos em nosso Estado, vemos ainda que existe um orçamento bem superior, em termos de telefonia, de telecomunicações, em relação ao orçamento para Minas Gerais. Esse é um assunto que me parece merecer atenção especial, apesar de Minas Gerais, felizmente, ter também um sistema de telefonia que está bem e que talvez exija menos melhorias do que o do Rio de Janeiro. Está aqui o nosso Secretário, que sabe bem que a situação é um pouco essa.

Esse é um ponto que nos chama a atenção, e, do ponto de vista do orçamento das estatais, a posição de Minas Gerais é bem mais modesta.

No caso específico do orçamento fiscal de seguridade, do orçamento de investimentos em si, tivemos, nos dois últimos anos, de 1995 para 1996 e de 1996 para 1997, um entendimento muito positivo com a bancada federal. Ela teve um sentimento muito forte de entendimento, e, com isso, conseguimos uma aprovação dos interesses básicos do Estado, que, basicamente, são conclusões de obras.

Não existe quase nada novo em relação às pretensões de Minas Gerais. Quase tudo se refere a conclusão de obras que foram iniciadas, como é o caso da FERNÃO DIAS, que está na sua fase final, começando o seu último trecho há 15 dias, com a perspectiva de conclusão, se Deus quiser, até dezembro do próximo ano.

O Governador Eduardo Azeredo - As obras do metrô, no trecho até Venda Nova, foram iniciadas agora. Nessa questão do metrô é importante a colocação de alguma emenda de bancada. Essa é uma demanda do trecho que estava previsto desde o início do projeto, em 1982. Há 15 anos iniciou-se esse projeto do metrô em Belo Horizonte, que é o trecho Barreiro-Calafate.

Há também outros projetos de estradas que estão em fase de conclusão. Há alguns pontos a serem concluídos na área hospitalar, de saneamento, e algumas ações em áreas de risco, especialmente na Região Metropolitana, que é bastante atingida por tragédias na época das chuvas. Serão necessárias algumas obras e ações do ponto de vista legal para impedir esse risco.

Portanto, o que vemos, senadores e deputados, é uma perspectiva positiva de entendimento, a exemplo do que aconteceu em anos anteriores, em que os interesses maiores do Estado estavam colocados.

Com essa iniciativa do Congresso brasileiro, poderemos demonstrar que Minas Gerais tem uma noção clara das dificuldades, mas, ao mesmo tempo, não pode abrir mão de investimentos fundamentais por se tratar do segundo Estado brasileiro em população, com seus 16.500.000 habitantes. Também na questão econômica, disputa com o Rio de Janeiro e está alguns décimos à sua frente. O Rio de Janeiro não concorda muito com essa colocação.

O fato é que alguns dados não podem passar despercebidos. Minas Gerais, por sua posição geográfica, tem aqui cerca de 25% ou 28%

das estradas federais, porque Minas é passagem para o Centro-Oeste, Nordeste e Sul. Portanto, não é válido o argumento de que Minas não tem muitos benefícios em estradas. Tem porque é um Estado central e as nossas estradas não atendem somente ao Estado, atendem o Brasil como um todo, são estradas de interesse nacional. Portanto, é razoável e correto que Minas tenha no setor rodoviário e no setor de infraestrutura um percentual superior ao percentual da população brasileira.

Por outro lado, Minas é um Estado emergente, é um Estado que está crescendo e precisa de investimentos nacionais, lembrando, evidentemente, que São Paulo é um Estado mais avançado, que já tem a maior parte dos recursos do País, do ponto de vista da sua estrutura de tributos, e já tem a sua estrutura de estradas praticamente pronta. Aqui, não. Ainda estamos buscando a ligação asfáltica a vários municípios. Ontem, ao entregarmos o asfalto a Itacarambi, uma cidade do Norte de Minas, passou a ser nove o número de cidades com mais de 10 mil habitantes que não têm asfalto. Abaixo de 10 mil habitantes, o número ainda é significativo. Muitas dessas cidades dependem da ligação de rodovias federais.

Nessas minhas palavras iniciais de abertura deste encontro, quero deixar o meu sentimento de confiança no entendimento e confiança em que possamos chegar a um orçamento melhorado em relação ao que foi colocado, em respeito à participação que o nosso Estado tem nas relações gerais do Brasil. Meus parabéns ao Congresso Nacional, e à Assembleia Legislativa, por estarem envolvidos nesse objetivo maior do interesse público. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - A Presidência convida a tomar assento à mesa o Dr. Marcos Sant'Anna, Vice-Prefeito de Belo Horizonte, que representa o Prefeito Célio de Castro.

Neste momento, tenho o prazer de passar a palavra ao Exmo. Sr. Senador Mey Suassuna, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Senador Mey Suassuna - Exmo. Sr. Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, estamos sendo muito bem-recebidos na sua Casa, Exmo. Dr. Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais, que tem feito todo o possível para que o Estado se desenvolva cada vez mais, porém, o cobertor é curto, e quando puxa para um lado, falta para o outro, meu caro companheiro educador Walfrido dos Mares Guia, que é o Vice-Governador do Estado, conhecido de todos; Deputado Aracely de Paula, nobre relator da Comissão Mista de Orçamento, que nos tem dado uma contribuição grandiosa. Homem incansável, que tem cumprido sua obrigação com muito brilho, sempre defendendo Minas Gerais acima de qualquer coisa. Espero que ele não esqueça a Paraíba. Deputado João Fassarella, também nosso Vice-Presidente, homem ponderado, que tem assumido a Presidência inúmeras vezes. Temos plena confiança no seu trabalho, pois, como qualquer mineiro, trabalha sempre com muita ponderação e com poucas coisas com certeza; Exmo. Dr. Marcos Sant'Anna, Vice-Prefeito de Belo Horizonte; meu amigo Edgar Rocha, Secretário de Estado do Planejamento e Controle do Estado do Rio de Janeiro, representando o Governador Marcelo Alencar; Dra. Sandra Carvalho, Secretária de Estado de Ações Estratégicas e Planejamento do Espírito Santo, representando o Governador Buaiz; nobres Deputados Federais Sérgio Miranda, Eliseu Resende, Carlos Mosconi, Antônio Aureliano, Ronaldo Perim e Genésio Bernardino; senhores parlamentares; demais autoridades presentes; minhas senhoras e meus senhores, a Comissão de Orçamento não está

fazendo mais do que a sua obrigação, quando se desloca por este país-continente, e vai a cada região ouvir, dar informações, receber sugestões e buscar, desta forma, fazer a necessária interação em um país que precisa ser homogêneo.

Fomos ao Nordeste, na primeira reunião, realizada na minha querida Paraíba, e ouvimos muitas reclamações. Reclamações de que um Estado tem mais percentual do que outro; que os Estados que têm mais ligação com o Governo recebem certa simpatia no orçamento feito pelo Ministério do Planejamento. É legítimo que essas considerações sejam feitas e, com toda a certeza, em nossos relatórios, a Comissão vai se debruçar sobre esses assuntos e buscar soluções.

Assim foi no caso do Nordeste, em relação aos Estados da Bahia e do Ceará. Na realidade, são Estados que possuem mais estatais e, por essa razão, também recebem maior quantidade de investimentos, porque soma-se ao investimento do Estado o das estatais.

Depois, a Comissão deslocou-se ao Sul, indo a Curitiba, onde também recebeu reclamações mais ou menos da mesma ordem, algumas muito bem colocadas e justas, uma vez que há Estados que, em termos de percentual, ficaram muito abaixo do nível nacional, que foi de 20%, como bem disse o Governador.

O Senador Ney Suassuna - Aqui já ouvimos informalmente - e com certeza ouviremos oficialmente - a Secretária do Espírito Santo dizer que aquele Estado está com 35% a menos de investimento, quando a média nacional é de 20%. Os demais Estados do mesmo bloco, do Sudeste, não tiveram o mesmo percentual.

Claro que todas essas ponderações vão ser revistas e discutidas pela Comissão. Como eu disse, o entendimento - palavra chave do Governador - é o que vamos buscar. Vamos tentar fazer justiça da melhor forma possível, porque, como disse, o cobertor é curto e o usuário é bem maior que ele. Em administração e em economia, não existem milagres, Governador. Este ano, o orçamento apresenta uma falta de R\$29.000.000.000,00 referentes exatamente à Previdência, que não teve ainda sua reforma decidida, e à reforma administrativa. A folha de pessoal, feita para um regime inflacionário, continua apresentando, em relação à arrecadação dos Estados, além do crescimento normal, um crescimento vegetativo da ordem de 4%. Essa tem sido a média. Aqui é de 2,5%, portanto está melhor.

Então, existem muitos problemas, e é exatamente para anotá-los, discuti-los e aprofundar a discussão que temos ido a todas as áreas deste país continente, para obter informações e destiná-las ao debate desta Comissão. Quería agradecer muito a recepção que estamos tendo. Devo dizer que não estamos aqui apenas para realizar um ato, mas para mostrar a realidade. Por isso, peço a quem se manifestar que use da maior sinceridade, pois aqui estamos em busca de soluções. Quero agradecer a toda a equipe da Comissão, que tem enfrentado grandes viagens - estamos na iminência de ir ao Pará - em aviões da nossa Força Aérea, que também reclama por investimentos. Às vezes, gastamos

horas num percurso que é feito em duas horas e meia em avião de carreira, mas isso faz parte do nosso sacrifício. É a nossa contribuição a um orçamento que, com toda a certeza, será o melhor e o mais próximo possível da realidade. A realidade ocorrerá mesmo quando esse orçamento for deliberativo e decisivo. Por hora ele é autorizativo, e não deliberativo. Mas estamos a caminho desse ponto. Este ano o investimento é menor, Governador, para todos os Estados, mas o Presidente da República promete que não haverá contingenciamento. Não

se vão contingenciar verbas, absolutamente. E a partir de janeiro esse dinheiro está saindo.

Outra reclamação é sobre a execução deste ano. Na execução deste ano, garante o Ministério do Planejamento que, a partir de outubro, começará a liberar as emendas que ainda não saíram. Agora, vendo como foi o comportamento, ele começa a soltar essas emendas, o que vai ser de grande valia para os Governos estaduais.

Eram essas as colocações que queria fazer. Queremos agradecer, Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, a recepção que tivemos e dizer que estamos aqui para levar um pouco mais de informações. Já tivemos algumas informações de Minas. Já recebemos lá uma delegação de Deputados mineiros, capitaneados pelo Deputado Miguel Martini, e trocamos muitas idéias. Mas, com certeza, hoje sairemos com informações de toda a Região Sudeste, o que será de grande valia para a nossa Comissão. Muito obrigado. (-Palmas)

* * *

O Senador Ney Suassuna (Concluindo) - Declaro instalada a 3ª Reunião Regional de 1997 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional referente à Região Sudeste, cuja sede é a Cidade de Belo Horizonte. Antes, gostaria de dizer ao Sr. Governador do Estado que, se tiver algum compromisso e quiser ser liberado, entenderemos.

O Deputado Aracely de Paula pede para falar em último lugar e solicita ainda que os técnicos de nossa assessoria mostrem as palestras e deem explicações sobre os investimentos. Com a palavra, os assessores técnicos da Câmara Federal e do Senado Federal, que farão exposição dos grandes números da proposta orçamentária para 1998 e dos investimentos previstos para a Região Sudeste.

O Sr. Engênio Groggiani - Sr. Governador e demais autoridades aqui presentes, por orientação do Presidente da Comissão Mista de Orçamento e Fiscalização e do Relator-Geral foi feito um estudo sobre o orçamento de 1998. A assessoria preparou uma exposição rápida sobre o orçamento de 1998; no contexto regional e no contexto geral. Essa visão estrutural e geral dos grandes números do orçamento é considerada importante, uma vez que as consequências das macro políticas dos grandes agregados se refletem em cada região e em cada Estado.

Antes de entrar na parte geral, gostaria de começar esclarecendo sobre quanto foi destinado a Minas Gerais. São vários enfoques, e vamos esclarecê-los em seguida. Mas podemos dizer que temos o orçamento fiscal e de seguridade, que é o orçamento da administração direta. Para investimentos, Minas Gerais ficou com R\$528.000.000,00, para o custeio, basicamente para a manutenção dos órgãos federais em Brasília e em Minas Gerais, ficou com R\$1.400.000.000,00, sendo que para o custeio da saúde o sistema SUS fica com cerca de R\$1.000.000.000,00. No orçamento fiscal e de seguridade, isso dá um total de R\$1.900.000.000,00. (-Segue.)

O Sr. Eugênio Groggiani - Não sei se dá para enxergar direito, mas, basicamente, as emendas individuais hoje estão limitadas por uma resolução de 1995 que alterou profundamente os procedimentos na Comissão Mista. Ela limitou em 20 as emendas individuais, não só na quantidade, como no valor total delas.

Temos as emendas coletivas cujo principal trunfo são as emendas da bancada estadual - são, no máximo, dez -, que são votadas numa reunião com, no mínimo, 3/4 dos seus representantes. No início

desse relatório que foi distribuído, está a relação das emendas da bancada estadual aprovadas para cada Estado. Além das emendas da bancada estadual, temos emendas de menor importância no que se refere aos recursos. São as emendas da bancada regional e as emendas das comissões permanentes, tanto da Câmara como do Senado. Existem, também, as emendas de relator, cuja importância foi diminuída e restringida nessa resolução de 1995, e que hoje limitam-se a correções e erros de ordem técnica e legal.

Com relação à questão da possibilidade de remanejamento, de acordo com os vários itens, iria separar os seguintes valores para o Orçamento de 1998: pessoal, R\$48 100.000 000,00, juros, R\$37.100 000.000,00; a previdência, os benefícios, R\$51 200.000 000,00; as transferências a Estados e municípios, R\$26.500.000.000,00. Temos uma parte do custeio, dos investimentos e das inversões financeiras que não podem ser alteradas.

Queremos fixar que tudo o que está em vermelho não pode ser cancelado, remanejado, porque o procedimento de realocação basicamente é um cancelamento e uma suplementação. As restrições são constitucionais e legais.

Existe uma outra parte de recursos que pode ser remanejada, mas dentro de determinadas restrições de fonte, que é essa parte em amarelo. É uma parte do custeio, uma do investimento e outras das chamadas inversões financeiras. Existe ainda outra parte, que, teoricamente, pode, ser remanejada. Na prática, o que se tem feito é um corte de aproximadamente 3%, com base na média dos dois últimos anos. Ou seja, 3% no custeio e 30% de remanejamento no investimento. Isso compõe um banco de fonte de recursos que depois são repriorizados para as emendas de bancada entre R\$1.500.000 000,00 e R\$2.000 000.000,00. Todas as emendas individuais juntas levam cerca de R\$800 000.000,00. Esse é o quadro geral da atuação do Congresso. É o quadro das possibilidades, dos limites e condicionantes que, nos dois últimos anos, geraram esse quadro que foi colocado.

A sazonalidade dos investimentos federais na execução. Esse gráfico mostra, mês a mês, os valores acumulados, como é que foi a liberação dos investimentos do Governo Federal em 1994, 1995 e 1996. Fizemos uma linha da execução uniforme, mostrando, teoricamente, qual seria a execução se ela fosse linear. E essa linha que está aparecendo levemente aí. Como já foi falado, o Governo Federal tem executado em torno de 50% dos valores orçados nos investimentos. Outra conclusão é que a execução é bem maior no 2º semestre do que no 1º semestre. Desde 1994, 1995, a execução aumenta bastante no 2º semestre.

O Sr. Eugênio Greggiani - As razões disso são desde o atraso na votação, até as dificuldades no próprio gerenciamento, nas contratações de licitação, etc. Vamos dar uma lida, rápida, nos grandes números da proposta de 1998.

A finalidade de se mostrar esses grandes números é entender como se chega ao valor que foi colocado para os investimentos, de R\$ 4, o que está acima desse valor de o que o condiciona valor considerado pequeno.

Então, basicamente, os problemas-chaves são colocados na mensagem, como o controle da dívida, o balanço de pagamento. O governo coloca os dois principais problemas que ele tem, que são a dívida e o balanço de pagamento, que são as contas externas. O Governo, na mensagem, propõe a redução de despesas orçamentárias através das reformas constitucionais, previdenciária, e do aumento de receitas com a privatização. Estão previstos R\$ 16.000.000 000,00 em privatizações. Propõe também o incentivo às exportações.

Os parâmetros assumidos na proposta mostram um crescimento do PIB de 4,1%; um Produto Interno de R\$ 933.000.000 000,00; uma inflação de 6%, e um superávit primário - cujo significado vamos ver depois - de 0,8% do Produto Interno Bruto.

Essa questão das contas internas está colocada de maneira simplificada. O entendimento é importante, porque a política fiscal depende bastante da política cambial e das contas externas.

A taxa de juros no orçamento foi uma das vilãs que reduziram os investimentos nos orçamentos públicos e também privados.

Basicamente, as contas externas se requezem numa reserva, que é o resultado da balança comercial, da balança de serviços e da balança de capital.

Esses segmentos, essas partes, têm uma dinâmica, aumentam ou diminuem. No caso da balança comercial, quanto mais exportações, mais aumenta o saldo; quanto mais importações, mais diminui esse saldo.

No caso da balança de serviços, temos, como entrada, como conta positiva, o turismo de estrangeiros no Brasil, os juros recebidos e as transferências de residentes do Exterior para o Brasil. E temos como conta negativa, de saída, as viagens dos brasileiros ao Exterior, fretes pagos, etc. Essas duas primeiras são chamadas de balança corrente.

Na balança de capital, o que é positivo, o que é entrada é o capital que entra no Brasil para aplicações na bolsa, empréstimos externos. É o capital que procura juros altos. Como saída, temos as amortizações de empréstimos externos.

Bom, tudo isso foi colocado para mostrar que a questão da taxa de juros é importantíssima no orçamento, tem uma vinculação forte com as contas externas.

Se se diminui a taxa de juros, piora a balança de capital. Aumentando-se a demanda interna, a balança comercial tende a piorar, mas melhoram as contas orçamentárias. Então, o juro é bom porque capta capital. Ele proporciona esse equilíbrio que, hoje, não há na balança de serviços.

O Sr. Eugênio Greggiani (Continuando) - Mas ele é ruim para as contas orçamentárias.

Quanto ao orçamento, em primeiro lugar, temos de limpar um pouco os números. São R\$437.900 000 000,00 no orçamento fiscal e da seguridade, na administração direta, lembrando que há o orçamento dos investimentos. Por agora, vamos considerar apenas o orçamento fiscal e da seguridade. Em primeiro lugar, orçamento não é só despesa, mas receita e despesa. Teoricamente, esses valores devem ser iguais. Vamos analisar esses dados, retirando, em primeiro lugar, aquilo que é chamado de refinanciamento, que é a rolagem da dívida, o pagamento do principal com a emissão de novos títulos. Então, em primeiro lugar, tiramos essa parte e, depois, vamos decompor a receita e a despesa, abrindo um pouco esses valores, para entender melhor como isso, posteriormente, traduz-se no investimento de R\$8.400.000 000,00.

Na parte da receita, nesses R\$264 000 000.000,00, vamos pegar o que é mais importante e conhecido: a receita dos impostos - imposto de renda, IPI, etc. - e a receita das contribuições que basicamente financiam a seguridade social, que é de R\$103 000 000 000,00. As receitas de contribuições no Brasil aumentaram bastante após a Constituição de 1988.

Quanto às outras receitas, o destaque que queremos fazer é o das concessões (estão previstos R\$2.000.000.000,00 do Governo Federal em concessões, que são aquela parte dentro da receita patrimonial) e

também o valor das privatizações na receita de capital. Então, para alienação de bens, que são as privatizações, temos R\$16.000.000.000,00. E temos a emissão de títulos também nessa receita de capital. Essa emissão de títulos é necessária e será entendida na sequência. Mais adiante vamos falar da necessidade de financiamento do setor público.

Falamos nas receitas de contribuições, e agora, rapidamente, vamos ver quais são as principais, para que se tenha uma idéia da importância de cada uma. A receita do INSS, dos empregadores e dos empregados, é de R\$48.100.000.000,00. O COFINS é a segunda contribuição mais importante, com R\$20.400.000.000,00. A CPMF é um valor razoável, se considerarmos que a saúde tinha R\$8.300.000.000,00. Bem, a saúde consome R\$19.000.000.000,00, então, a CPMF é de R\$8.300.000.000,00, num total de R\$19.000.000.000,00. Ou seja, é um valor muito importante para o financiamento da saúde. Há ainda a Contribuição Social sobre o Lucro e o PIS/PASEP, ambos na ordem de R\$8.100.000.000,00. Essa CPSSER é a contribuição do servidor inativo; ele contribui com R\$4.100.000.000,00. Os gastos com os inativos, como vamos ver depois, ficam em quase R\$20.000.000.000,00. Essas são as contribuições sociais.

No que se refere à receita tributária, são aqueles R\$65.900.000.000,00. O imposto de renda é o mais importante, com R\$33.000.000.000,00. O IPI, também muito importante, é de R\$19.000.000.000,00. Em seguida, vem o imposto de importação. O imposto de exportação é inexpressivo; não existe. O IOF é de R\$5.300.000.000,00; o ITR é de R\$400.000.000,00. Então, essa é uma visão geral das receitas dos impostos.

Quanto às despesas orçamentárias, vamos decompor aquele valor de R\$264.900.000.000,00, para ver quais são os itens mais importantes. O pessoal, R\$48.100.000.000,00, como já falei inicialmente; juros e encargos, no conceito do orçamento, R\$37.100.000.000,00. As outras despesas correntes formam um grupo grande. Há uma parte dos benefícios previdenciários, com R\$51.000.000.000,00; as transferências, R\$26.500.000.000,00; e as demais, R\$42.700.000.000,00. E os investimentos, com R\$8.400.000.000,00. E por que são R\$8.400.000.000,00, e não R\$9.000.000.000,00 ou R\$5.000.000.000,00? Vamos ver, na sequência, o que condiciona esse valor.

Além disso, temos as inversões financeiras, que são empréstimos, e a amortização líquida, que é a amortização exceto aquele refinanciamento que já havíamos tirado no início.

Uma rápida observação dos juros e encargos mostra que eles evoluíram muito em 1995, 1996 e 1997. É por isso que o gerenciamento da dívida talvez seja a prioridade do Governo.

Na Previdência, podemos juntar a parte da receita, que, como vimos, ia atingir R\$48.000.000.000,00, com a parte de benefícios.

O Sr. Eugênio Greggiani (Continuando) - Ao longo do tempo, podemos ver que a Previdência já teve uma situação de superávit entre sua arrecadação e sua despesa, mas, nos últimos anos, ela apresenta um déficit. O déficit previsto para 1998 é da ordem de R\$2.500.000.000,00, e esses recursos sairão do orçamento fiscal para o orçamento da Previdência.

No caso do pessoal, decomparamos aqueles R\$48.100.000.000,00 em ativos e inativos, o que mostra que em 1995 e em 1996, aparentemente, há um crescimento em preços correntes das despesas. Se fizermos a

conta em preços constantes, descontando a inflação que existe, embora seja pouca, mostra que as despesas com pessoal, no que se refere à sua execução, estão constantes na faixa de R\$45.000.000.000,00, mas o Governo prevê R\$48.000.000.000,00 para o ano que vem. Uma parte desse

valor é uma reserva com relação àqueles 28% de aumento que estaria sendo estendido ao Executivo.

Falamos do que condiciona os investimentos. Basicamente, quando limpamos o orçamento, pegamos só a parte que interessa mais na questão da necessidade de financiamento corrente, pegamos a receita não financeira, pegamos a despesa, e isso dá uma diferença positiva, que é chamado superávit primário. (Mostra na transparência: "essa parte em azul que não está claro é o chamado superávit, é o resultado primário").

Temos o estoque da dívida, que cresceu muito. Ele pula para R\$356.000.000.000,00, porque absorveu principalmente os R\$100.000.000.000,00 da dívida dos Estados. A previsão do Tesouro Nacional é que fique na ordem de R\$356.000.000.000,00. Sobre esse estoque da dívida incide uma taxa de juros que tem relação com as contas externas. Como já vimos, é uma relação dinâmica, viva, envolve expectativa do público, envolve uma série de variáveis, e com isso tem-se um juro líquido. Esse juro é líquido, não é aquele juro orçamentário de R\$37.000.000.000,00, é um juro líquido de R\$21.000.000.000,00.

Esse juro líquido absorve aquele resultado primário e faz com que se tenha que gerar emissão de títulos para cobrir essa diferença.

É importante fixar que existe um superávit primário, e que a incidência do juro, é que determina um déficit depois da incidência desse juro. Nesse caso, colocando os números, temos uma receita não financeira, quer dizer, limpando aquilo que não interessa, de R\$187.600.000.000,00. A despesa é de R\$186.100.000.000,00, e aí temos o superávit primário. Lembro-me que colocamos no início que aumenta 0,8% do PIB. Está aí um superávit de R\$7.500.000.000,00, mas, ao haver a incidência da taxa de juro sobre a dívida, um juro líquido de R\$21.000.000.000,00, este absorve esses R\$7.500.000.000,00 e ainda faltam R\$13.500.000.000,00. Esses R\$13.500.000.000,00 têm que ser financiados. Ele é financiado com a emissão de novos títulos.

Uma questão que interessa muito aos Estados e municípios é exatamente o que é o FEF, o Fundo de Estabilização Fiscal, e qual é a influência que ele tem sobre as finanças estaduais e municipais.

O FEF, basicamente, faz uma retirada antes da dedução do FPE e do FTN, e uma depois. Essa retirada, que é feita antes, causa um efeito negativo no FPE e no FTN.

No caso, simplificado, esse efeito negativo significa, em relação ao valor normal, 8%.

O Sr. Eugênio Greggiani - E o que se fez? No caso dos municípios, prevê-se um ressarcimento - e isso foi feito no Congresso Nacional - que aos poucos diminua essa perda. Então, essa perda de 8% é permanente para os Estados. Para os municípios, ela é atenuada com esse ressarcimento.

Finalizando, o FUMDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - foi criado recentemente, passa a ter vigência em 1998 e prevê a equalização dos gastos por aluno de 1ª à 8ª séries, tendo como finalidade reduzir as disparidades na qualidade de ensino. Nós queremos só dar uma idéia do seu funcionamento. É o seguinte: a União transfere aos Estados basicamente o FPE, o IPI da exportação e os recursos do Complementar nº 87. A União transfere aos municípios o FPM. Os Estados, por determinação constitucional, transferem 25% do que arrecadam do

ICMS aos municípios. Esse Fundo - FUMDEF - tira 15% de cada um desses segmentos, ou seja, ele tira 15% de tudo o que sai da União para os Estados, como já vimos, o FPE, o IPI e a Lei Complementar, tira 15% do ICMS próprio dos Estados; tira 15% daquela parcela de 25% que ia dos Estados aos municípios, e tira 15% também do FPM, que vai para os municípios. Diz a lei que a União complementará os recursos do Fundo, sempre que em cada Estado o seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido, que são R\$300,00 por aluno/ano, e que a distribuição entre Estados e municípios será proporcional ao número de alunos das respectivas redes. Ele também diz que, no mínimo, 60% do FUMDEF será destinado ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício. As complementações previstas para 1998 envolvem quatro Estados, que são os que ficaram, nos cálculos do Tesouro Nacional, abaixo.

Queríamos, então, dar essa rápida idéia. Vou passar a palavra agora ao Eber. Preparamos o orçamento, que foi jogado na INTERNET, num programa desenvolvido por nós. Passo, então, a palavra ao Eber, para que ele possa explicá-lo.

O Sr. Eber Zoeller Santa Helena - Bom dia. A nossa intenção aqui é exatamente disponibilizar aos Srs. Parlamentares e aos senhores ouvintes todas as informações que foram dadas em caráter macroeconômico pelo nosso colega Eugênio e as que, posteriormente, serão dadas pelo nosso colega Batista, já no nível regionalizado. Todas essas informações e a proposta orçamentária para 1998 podem ser acessadas na INTERNET, através do "site" da "homepage" da "Câmara dos Deputados gov.br". Encontramos ali o chamado por nós "Orçamento Fácil 1998". Pode também ser acessado o chamado "Acompanhamento da Execução Orçamentária para 1997". Inclusive, o temos atualizado até julho, encerrado. Então, é possível acompanhar-se a execução, mês a mês, do orçamento da União, no âmbito das esferas fiscal, de segurança e das estatais. Gostaríamos de dar uma mera pincelada com relação ao que seria disponibilizado nessa "homepage" e vamos mostrar um exemplo de como se apresenta, na proposta para 1998, as ações de adequação de tráfego de rodovias em Minas Gerais. Então, teríamos um investimento de MB4(?), no Estado de Minas Gerais, e teríamos o Projeto n° 1.296, relativo à adequação de capacidade de rodovias, a famosa duplicação de rodovias. Aqui em Minas há um projeto de grande vulto, que é a Fernão Dias.

O Sr. Eber Zoeller Santa Helena (continuando) - Temos, então, essa possibilidade de você também baixar esse programa no seu próprio "Winchester", para você poder consultá-lo, para que, a qualquer momento, você possa acessá-lo. São mais de 40 modalidades diferentes de relatórios disponíveis. Você pode fazer todos os cortes possíveis e imagináveis, em termos da proposta para 1998.

Isso está aqui, e se alguém não estiver conseguindo ver muito bem, não tem importância, porque isso é somente em caráter demonstrativo. Vocês vêem o valor total, e lá está a divisa, com a Fernão Dias em cima. E, para a Fernão Dias, estão previstos no orçamento R\$149.000.000,00, e para a adequação do Estado de Minas Gerais R\$168.000.000,00 serão disponíveis para 1998.

Então, aqui está somente uma pequena demonstração das possibilidades desse sistema, que já vai estar disponível para todos os ouvintes.

Agora, passo a palavra ao nosso colega Batista, que faz uma explanação acerca de detalhes sobre os valores que já estão previstos

na proposta e que, com certeza, serão acrescidos pelos senhores parlamentares para os Estados da Região Sudeste. Muito obrigado.

O Sr. José Batista Costa Filho - Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista, Exmo. Sr. Relator-Geral; demais autoridades da Mesa; demais autoridades presentes, senhoras e senhores, vamos dar uma idéia da regionalização dos programas orçamentários nos três orçamentos e vamos partir de uma pirâmide invertida, falando primeiro sobre os números gerais, para depois chegar, pontualmente, em cada unidade da Federação, aos cinco principais projetos. Os cinco principais por atividade estão alocados no orçamento para cada unidade.

A primeira visão que temos é uma visão global, e temos de ver o seguinte: vamos falar sobre os dispêndios globais dos orçamentos fiscal, de segurança e de investimento em conjunto, excluindo a rolagem da dívida naquilo que é possível regionalizar da proposta.

A Região Norte tem um total de R\$4.300.000.000,00, aproximadamente, nos três orçamentos, a Região Nordeste, um total de R\$9.900.000.000,00; a Região Sudeste tem um total alocado de R\$17.700.000.000,00, a Região Sul, R\$5.400.000.000,00 aproximadamente; a Região Centro-Oeste, R\$8.800.000.000,00; no Brasil, o total dos três orçamentos, sem a rolagem da dívida, dá R\$281.000.000.000,00. É bom notar que a soma disso aqui é muito aquém desse total. E vamos ver exatamente o porquê, um pouco a seguir.

Vamos começar a ver: os orçamentos fiscal, de segurança e de investimentos pode-se ver onde serão aplicados os recursos que vêm no orçamento; é a destinação do projeto para o Estado, para a unidade da Federação. Uma outra parcela de recurso vem como sendo aplicação em âmbito nacional. Então, não é possível identificar, "a priori", onde serão aplicados os recursos.

No caso do orçamento de investimento, cujo montante é de R\$16.500.000.000,00, pouco mais de R\$10.000.000.000,00 é regionalizado, isso porque são investimentos de empresas estatais, e estando elas localizadas nos Estados, é fácil verificar onde ele é feito.

Esse vermelho daqui, em princípio, são as estatais do sistema financeiro, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e mesmo aquelas de regionais, onde não se identifica a unidade da Federação. Então, não é possível identificar a aplicação de uma parcela menor do Orçamento de Investimento, caso contrário ocorre nos Orçamentos fiscal e de Segurança, onde a parcela identificável regionalmente da aplicação dos recursos é muito inferior à parcela que está definida como de aplicação nacional.

Então, quando formos falar em dados regionais, vamos estar nos referindo a um orçamento de investimento a essa parcela, que no caso da Região Sudeste é quase de 100%, e no Orçamento Fiscal e de Segurança vamos estar nos referindo apenas a uma pequena parcela dos recursos.

O Sr. José Batista Costa Filho (Continuando) - Com relação apenas aos investimentos e inversões financeiras, tiramos da análise desse Orçamento Fiscal de Segurança, que são esses retângulos mais escuros, todos os recursos referentes a pagamento de pessoal e manutenção da máquina administrativa. Estamos falando apenas dos investimentos, dos gastos que vão ampliar a capacidade de, pela atividade-fim, atender a um maior número de pessoas, ou melhor, à comunidade.

No Orçamento de Investimento estamos falando, evidentemente, apenas dos investimentos. Nesse orçamento, a região mais aquinhada é a

Sudeste, como não poderia deixar de ser, pois é nela que se localizam as principais empresas de telecomunicação TELES, TELEMIG e TELERJ, além dos investimentos da Petrobrás, que são elevados

Embora a Constituição determine que a União, através do Orçamento Fiscal e do Orçamento de Investimento, promova uma diminuição dos desequilíbrios regionais, no Orçamento de Investimento isso não é muito possível, porque a empresa já está localizada naquele Estado, e não há como transferir recursos de uma sociedade anônima para outra, apesar do Governo ser acionista majoritário em tudo

Esse quadro, na parte azul, demonstra um estabelecimento das estatais de acordo a (?) (Pequena falha no som) dos setores produtivos nas regiões.

No Orçamento Fiscal e de Seguridade, o Nordeste, em princípio, aparece com uma alta proporção de investimentos. Isso se explica, porque, desses dois bilhões e alguma coisa do Nordeste, R\$890.000.000,00, mais ou menos, referem-se ao Fundo Constitucional do Nordeste. São recursos que são transferidos para aplicação pelo Banco do Nordeste do Brasil. Disso aqui, R\$100.000.000,00 vão para o Porto de Suape, e o restante é distribuído entre as demais unidades da Federação e na própria região, em outros projetos.

Se tirarmos o Fundo do Nordeste e o Porto de Pecanha, a proporção do Nordeste cai um pouco abaixo da proporção da Região Sul.

Fora isso, a Região Sudeste, como a região mais populosa e onde mais se concentram unidades do Governo Federal, da administração direta e indireta, recebe uma parcela maior do Orçamento Fiscal e de Seguridade.

Agora vejamos os gastos com outras despesas correntes, que são aqueles realizados com a manutenção da máquina, pagamento de serviços de terceiros, pagamento de material de consumo, gasolina, diárias e viagens.

No orçamento, essas despesas correntes têm uma regionalização menor ainda do que aquela que mostramos em barras, que era do total do orçamento. Apenas em 12% é possível identificar onde serão aplicados os recursos. O restante está nesse amplo guarda-chuva, que é nacional, embora muitas das subatividades em outras despesas correntes, que não estão regionalizadas, pudessem sê-lo.

Existem muitos projetos e muitas atividades, e poderia, então, haver uma regionalização, mas o Executivo não manda dessa maneira, por diversos motivos, e até um pouco evidentes.

Nessa regionalização, estamos vendo apenas uma pequena parte do orçamento. Nessa pequena parte regionalizada, a Região Sudeste continua tendo uma grande participação, a Região Nordeste vem em segundo lugar, e, em seguida, a Sul, a Centro-Oeste e a Norte.

Vou lhes dar agora uma idéia do que seja o documento "Brasil em Ação". É composto apenas por projetos, por investimentos. O total do "Brasil em Ação", no Orçamento Total de Seguridade, está em torno de R\$6.200.000.000,00.

A parte de energia corresponde a aplicações, que estão discriminadas no Orçamento de Investimento das Estatais.

Com relação à saúde, temos aqui uma coluna prevista para o biênio de R\$1.900.000.000,00. Foram autorizados para 1997 R\$1.000.000.000,00, e para 1998, R\$945.000,00. Vai dar, mais ou menos, o que foi previsto para o biênio aplicado nesses dois anos.

Para o transporte, há uma ultrapassagem da meta inicial, em que o "Brasil em Ação" previa um total de .

O Sr. José Batista Costa Filho - R\$198.000.000,00. Em 1997, ficou com R\$1.236.000.000,00, para 1998, R\$1.218.000.000,00. Somados os dois, a meta será ultrapassada.

Em energia também há a ultrapassagem da meta de R\$1.719.000,00 em 1997 para R\$1.400.000,00 em 1998, porque aqui foi feito um grande esforço na área da ELETRONORTE para completar a linha de transmissão Norte-Nordeste.

Em relação à política fundiária, uma das principais metas do "Brasil em Ação" são os investimentos necessários para a Reforma Agrária, em torno de R\$13.800.000.000,00, com R\$1.100.000.000,00 em 1997 e R\$1.697.000.000,00 em 1998, tentando atingir a meta.

No Meio Ambiente também houve uma ultrapassagem razoável do que foi previsto inicialmente, 387, (?) e em 1998 está em 736 (?)

No Planejamento, são ações a cargo do Ministério do Planejamento e envolvem ações de saneamento com um valor de R\$1.100.000.000,00. Isso ficou um pouco abaixo R\$430.548.000,00. A Educação ficou bastante abaixo. Inicialmente, estavam previstos R\$1.170.000.000,00 e foram autorizados, para 1997, R\$283.000.000,00 e na proposta R\$452.000.000,00. A Agricultura também ficou bastante abaixo, dando um total de R\$7.700.000.000,00 sendo que R\$6.200.000.000,00 são do Orçamento Fiscal da Seguridade, e essa parte de Energia é totalmente relativa ao Orçamento de Investimentos.

Nas últimas 16 páginas desse documento, estão discriminados subprojetos por unidade da Federação do "Brasil em Ação". Aqui, consolidamos em regiões. Novamente no "Brasil em Ação", vemos que a maior parte de seus projetos é em nível nacional, não é possível regionalizá-los. Isso é mais ou menos a metade, e a outra metade está no Nordeste, pegando a maior parte. Isso entra na parte de política fundiária. A Região Sudeste, com a segunda parte das rodovias, a FERNÃO DIAS, as rodovias em São Paulo, a 101, 116, o Porto de Sepetiba, o Porto de Santos. E a Região Centro-Oeste é a menos aquinhoadada no "Brasil em Ação".

No Orçamento Fiscal de Seguridade, antes de chegarmos no projeto e na atividade em si, vamos ver, em termos globais, quais os principais programas. De longe, o principal programa é o de saúde nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Depois é o programa de administração, principal no Sudeste e no Nordeste. E na região Sudeste, o terceiro programa em relevância nos orçamentos fiscal e de seguridade é o de ensino superior. Isso englobando todos os gastos do programa com investimentos e custeio.

No Orçamento de Investimentos, o principal programa é o de Telecomunicações, exceto para o Norte, onde a energia elétrica, em função daquela linha de transmissão, assumir maior relevância.

No Sudeste, a Telecomunicações é o programa mais relevante, seguido pelo petróleo, que tem aplicação básica no Rio de Janeiro, depois energia elétrica.

Em serviços financeiros, o Nordeste e o Sul, isto é, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. Em todas as unidades, vamos ver depois, em termos do Orçamento Fiscal e de Seguridade, o custeio dá mais ou menos as mesmas subatividades e as de principal relevância.

Vou começar com subprojetos dos orçamentos fiscal e de seguridade, porque achamos que seria desnecessário trazer qual o principal projeto da TELEMIG, porque esse é um orçamento muito específico. Vamos ver no Orçamento Fiscal e de Seguridade, quais os principais investimentos.

Em cada Estado, esse número será o total de investimentos nos orçamentos fiscal e de seguridade para as unidades da Federação. Vamos ver os cinco mais relevantes subprojetos de cada um.

O Sr. João Batista Costa Filho (Continuando) - No Espírito Santo, o principal é a restauração da BR-101, com R\$19.900.000,00. Depois, o programa de agricultura familiar, com R\$9 200 000,00, lembrando que esses são os investimentos, ou seja, os gastos que vão produzir alguma coisa física, e que ampliam a capacidade de atendimento. A construção de penitenciárias, com R\$7 000.000,00. Obras no Cais de Capuaba, com R\$4 100.000,00. Construção e Ampliação do sistema de abastecimento d'água, com R\$3 700 000,00. No total do Espírito Santo, com R\$61.000.000,00. Esses são os principais.

Em Minas Gerais, o total de investimentos desse orçamento é de R\$438.400.000,00, e o DNER assume uma relevância muito grande. A Fernão Dias, sozinha, R\$149.200.000,00, equivalente a recursos de operações de crédito externo, na sua maior parte. O segundo é o sistema de metrô. O Governador falou sobre os dois, há poucos momentos. São R\$77.200.000,00. Em terceiro lugar, volta o PRONAF, já Espírito Santo, um dos maiores, com R\$20.300.000,00. A melhoria de condições habitacionais, o Habitar Brasil, com R\$16 500 000,00, e ações de saneamento, com R\$15.800.000,00.

No Estado do Rio de Janeiro, o total de investimentos será de R\$289 600.000,00. A modernização do sistema Rio, que, embora já esteja privatizado, o Governo ainda investe por força de contratos antigos com financiadores externos. Também pode investir no sistema de São Paulo. A modernização do sistema Rio (CBTU) será o principal projeto, com R\$126.500.000,00. O segundo é o de construção do terminal de minérios do porto de Sepetiba, que está no Brasil em Ação, com R\$47 800 000,00. O terceiro é o de ampliação de contêineres do Cais do Caju, porto do Rio de Janeiro, com R\$18.000 000,00. Melhoria das condições habitacionais, novamente Brasil em Ação, com R\$17.900.000,00, e a construção, equipamento e reforma da FIOCRUZ, que é uma antiga reivindicação do Rio, para que a FIOCRUZ não sucumbisse, com R\$15.000 000,00.

São Paulo. Total. R\$473.500.000,00. Adequação da BR-116, R\$100 700 000,00, a BR-381, na parte paulista, com R\$71 900.000,00, porque lá houve uma aplicação razoável - e está havendo - este no desenvolvimento do AMX, com R\$68 000 000,00. Embora a EMBRAER tenha sido privatizada, o Ministério da Aeronáutica ainda participa no que diz respeito ao avião militar. São R\$68.000.000,00. Contêineres de Cais de Santos, R\$40.000.000,00, também um programa do Brasil em Ação, e também a BR-381 e a BR-116. Temos três rodovias dentre os cinco principais projetos de São Paulo, na faixa de R\$30.000.000,00.

Agora, para finalizar a parte de regionalização, vamos ver o custeio, em termos de outras despesas correntes. Eliminamos o pessoal, porque não é possível constitucionalmente alterá-lo. Vamos ver o custeio do orçamento fiscal e de seguridade para as unidades da Região Sudeste.

Espírito Santo. O gasto é bem maior. Estamos sempre relembrando que estamos vendo apenas uma pequenina parcela de 1% do que é regionalizável. Assistência médica e sanitária, R\$122 600.000,00. Alimentação escolar, R\$12 800 000,00. Coordenação e manutenção no ensino, R\$10.700.000,00. Manutenção de Hospital de Ensino, R\$6 600 000,00. Atendimento de criança carente em creche, R\$6.600.000,00. Isso é mais ou menos: assistência médica, sanitária, alimentação escolar, atendimento de criança em creche, manutenção de

hospital de ensino serão as principais atividades em quase todas as unidades da Federação. Já tínhamos visto antes que a saúde é o principal programa, a principal função onde são gastos os recursos do orçamento fiscal e de seguridade.

Minas Gerais. Total do custeio. R\$1 346.800 000,00. Assistência médica, R\$1 000 900.000,00. Alimentação escolar, R\$71.600.000,00. Coordenação do ensino, R\$44 200 000,00. Manutenção do hospital de ensino, R\$31.300.000,00. Atendimento de criança carente em creche, R\$26.000 000,00. É quase repetitivo em relação ao Espírito Santo, no que diz respeito às prioridades das principais...

Rio de Janeiro. Total do custeio. R\$1.605 700 000,00. Assistência médica, R\$825 700 000,00. Manutenção do Instituto Nacional do Câncer, R\$50.000 000,00. No Rio, foram feitas duas prioridades pontuais: na área de investimento, na FIOCRUZ e na área de custeio no Instituto Nacional do Câncer.

Depois temos a fabricação de combustível nuclear, R\$46.700.000,00, o que existe, agora, devido à cisão de Furnas (- Inaudível.) Alimentação escolar, R\$29.100 000,00. Manutenção de ensino, R\$28.400 000,00. (-Segue.)

O Sr. José Batista Costa Filho - Finalmente, temos o Estado de São Paulo. O custeio é de R\$2.700.000.000,00. Continua com a assistência médica e sanitária, como não poderia deixar de ser, pois é a principal subatividade com R\$12 400.000 000,00 aproximadamente. Alimentação escolar, de novo em segundo lugar, com R\$66 400 000 000,00, a manutenção do Hospital do Ensino, com R\$57.000 000.000,00. Embora os números sejam baixos para as necessidades dessas unidades, são os mais relevantes nas subatividades regionalizáveis. Execução de sentenças judiciais - R\$39.700.000.000,00. E atendimento de crianças carentes em creches - R\$27 800 000.000,00.

Esses dados estão discriminados no documento. Na parte de investimentos, existem 72 páginas por unidade da Federação, em que encontramos todos os subprojetos. Minas Gerais está na página 10, em que vemos os subprojetos dos três orçamentos. Então, demos uma visão agregada dos principais. Os senhores encontram tudo discriminado, item a item, nesse documento. Futuras consultas podem ser feitas em nossa "home page", através do endereço do "e-mail" que também está no documento referido, e teremos grande prazer em responder. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Coordenador (Deputado Federal João Fossarella) - Com a palavra, o nobre Deputado Aracely de Paula, relator-geral da Proposta Orçamentária de 1998, que disporá de 20 minutos para suas considerações. Antes, porém, peço a todos os presentes que, ao saírem, não deixem de assinar o registro de comparecimento na folha de frequência. Informo que a lista de inscrição para os debates está aberta. Após a fala do Deputado Aracely, daremos a palavra ao Secretário de Planejamento, Dr. Edgar Monteiro de Carvalho Gonçalves da Rocha, e à Secretária de Planejamento, Sandra Berredo, respectivamente dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Com a palavra, o Deputado Aracely de Paula.

O Deputado Federal Aracely de Paula - Sr. Presidente da Mesa e representante do Presidente da Assembleia neste momento, Deputado Ajalmar Silva, Sr. Vice-Governador e Secretário do Planejamento de Minas Gerais, Dr. Walfrido dos Mares Guia; Sr. Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Ney Suassuna, senhor representante do

Governador do Estado do Rio de Janeiro, senhora representante do Governador do Estado do Espírito Santo, senhor representante do Prefeito de Belo Horizonte, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores e demais autoridades - faço uma saudação especial à imprensa de Minas Gerais -, gostaria de ressaltar, inicialmente, a nossa satisfação pelo trabalho do ilustre Vice-Presidente, Deputado João Fassarella, que coordenou esta reunião, e a quem agradeço neste momento

Sr. Presidente, em rápidas palavras, gostaríamos de ressaltar alguns pontos. O primeiro é o nosso orgulho e a nossa satisfação de estarmos em Minas Gerais, no coração da Região Sudeste, trazendo, não num gesto de pioneirismo, mas, quem sabe, num gesto de humildade, o sequenciamento

O Deputado Federal Aracely de Paula (Continuando) - É uma ação que deu certo no ano passado - e porque deu certo, deve ter continuidade. Esta é uma oportunidade feliz de levar a todas as regiões do País aquilo que o Congresso Nacional tem de mais importante, o mais motivador, aquilo que realmente é o dinamismo que move o processo administrativo do País e que constitucionalmente exige a participação do Congresso Nacional, que é a sua peça, que é a sua Lei Orçamentária. Pensando assim, entendemos que, pela sua importância, a lei deve ser transparente e clara, não apenas como uma figura de retórica, mas, principalmente como uma ação dessa comissão, em contribuição ao momento que estamos vivendo agora e, quem sabe, como alicerce para os dias do futuro

No meu entendimento, para ser transparente é necessário ser simples, para ser simples é necessário ser humilde, para ser humilde é necessário conhecer, para conhecer é necessário buscar. Por isso, estamos, enquanto a proposta vem pronta do Executivo, antes de analisá-la, discutindo em cada setor, em cada região, em cada Estado, conversando e colhendo subsídios para que, quando tivermos que exercer a nossa missão de emitir o parecer, o façamos com o mínimo de conhecimento possível para termos pelo menos a tranquilidade de que estamos votando não apenas um programa oriundo do Executivo, mas que nasce principalmente do seio e da vontade do povo deste país. Esta é a finalidade de nossa presença aqui

Gostaria de dizer que pedimos à brilhante assessoria ao Congresso Nacional, ao Dr. Eugênio e ao Dr. Robson, da Câmara Federal e do Senado Federal, e à Dra. Mirna, que traduzissem na linguagem mais simples possível a apresentação do orçamento de 1997, previsão para 1998. Assim, o orçamento poderia ser entendido, assimilado e discutido, para que fosse realmente uma peça integrante do cotidiano de cada um, que esse orçamento fosse, na realidade, um motivo de reflexão, uma introspecção do País nos seus problemas, estudando suas dificuldades e tentando buscar soluções dentro das alternativas possíveis. Isso é o que representa esse orçamento neste momento. Desmistificado, se quiserem, desmascarado - porque se trata de uma peça simples, didática, sendo algo que pode ser lido e entendido. Não tenham dúvidas de que vamos aprimorá-lo mais. Pedimos à assessoria que fizesse algo que pudesse ser distribuído nos grupos escolares, em todos os graus de ensino, para que o orçamento fosse uma peça para ser discutida, primário aos grandes estudiosos e aos grandes elementos que lutam normas em questões financeiras e orçamentárias. Creio que a inclusão da peça orçamentária na INTERNET é o início de uma revolução neste país, a revolução do conhecimento, a revolução do saber, a revolução do

acompanhamento, porque dizem que, meu caro Presidente da Mesa, querer é poder, mas saber é muito mais poder. As pessoas vão podendo mais na medida em que sabem, e o país que se conhece e o povo que se conhece, que sabe de suas disponibilidades e que conhece as suas perspectivas realmente vai aumentando o seu poderio. (-Segue -)

O Deputado Federal Aracely de Paula (Concluindo) - Se outra contribuição não pudéssemos dar nessa nossa passagem pela relatoria do orçamento, daríamos a contribuição do mineiro, da segurança, da paciência e da humildade. Queremos levar para a discussão, no Congresso Nacional, todas as alternativas que visem minimizar algum desacerto desse orçamento, que visem socorrer áreas esquecidas, quem sabe, bolsões abandonados. Vamos, sim, estudá-lo, mas com a participação de toda a nossa bancada, com a participação unânime da Comissão Orçamentária. As decisões que saírem, as decisões oriundas da Comissão serão decisões coletivas e solidárias. Elas haverão de refletir, antes de tudo, não o pensamento do relator ou do setorial, mas haverão, se Deus quiser, de representar a vontade da maioria do poder nacional existente nas nossas bases. Essa é uma determinação do Presidente do Congresso Nacional, Deputado Antônio Carlos Magalhães, essa é uma determinação do ilustre Presidente desta Comissão, Dr. Ney Suassuna, enfim, essa é a vontade do povo. Este quer trazer luzes para a peça do orçamento, simplificá-la para que possa fazer parte do nosso cotidiano. O nosso orçamento hoje está ao alcance de todos, basta acessar a INTERNET. Ele está ao alcance de qualquer um que já tenha conexão com esse avanço tecnológico. Acho que é uma contribuição que fará escola

Neste momento, gostaria de agradecer ao Governador de Minas, Dr. Eduardo Azeredo, ao Vice-Governador, Walfrido dos Mares Guia, ao Presidente da Assembleia, Deputado Romeu Queiroz, pelo apoio que nos têm dado. Da mesma forma, gostaria de agradecer à bancada mineira a unanimidade com que nos tem apoiado, na certeza de que a nossa missão de relatoria, antes de ser uma missão de um Deputado isolado, é a missão de um Estado que pretende não se impor, mas caminhar lado a lado na hora das grandes decisões nacionais. Em nome da Comissão, gostaria de cumprimentar todos os membros da Assessoria Técnica desta Casa, sem exceção, e fazer a entrega do primeiro disquete que haverá de ser acionado para que se possa acompanhar, a partir de hoje, a execução do orçamento de 1997 e a proposta Orçamentária de 1998. Pediria ao Vice-Governador, Dr. Walfrido dos Mares Guia, que fizesse em nosso nome, em nome da Comissão do Orçamento, a entrega desse disquete ao Governador Eduardo Azeredo. Agradeço a atenção dos senhores. Digo que esta é a terceira reunião que realizamos. Estivemos no Nordeste, no Sul e no Sudeste. As contribuições de Minas serão levadas em conta. O relator, ao lado dos membros da Comissão, fará prevalecer a vontade da nossa gente, fará prevalecer o interesse de Minas e do Sudeste. Muito obrigado

O Deputado Federal João Fassarella - Gostaríamos de justificar a necessidade do Presidente da Comissão, Senador Ney Suassuna, retornar mais rapidamente a Brasília. Na qualidade de Vice-Presidente, incumbe-nos, neste momento, assumir a direção dos trabalhos. Com a palavra, o representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Edgar Monteiro Gonçalves da Rocha, Secretário de Estado do Planejamento e Controle do Rio de Janeiro

O Secretário Edgar Monteiro Gonçalves da Rocha - Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sr. Vice-Governador do Estado de

Minas Gerais Walfrido dos Mares Guia, Senador Ney Suassuna, Deputado Federal Aracely de Paula, Deputados presentes, senhoras e senhores, em primeiro lugar quero demonstrar a posição de apoio e entusiasmo do Governo do Estado do Rio de Janeiro em relação a esta reunião. É uma reunião extremamente positiva, pois tivemos uma informação geral da proposta orçamentária em discussão no Congresso, de maneira inédita. Essa abertura, essa participação e discussão permitem uma compreensão mais ampla dos Estados com relação à sua realidade nos contextos regional e nacional. Isso é muito importante no momento em que se discute um projeto de desenvolvimento nacional, regional, com a realidade que enfrentamos desde o Plano Real. Quer dizer, os Estados precisam trabalhar com uma base de informação muito clara, muito realista e, logicamente, precisam ter acesso a essa informação visando garantir que sejam feitos os investimentos e as contrapartidas necessárias ao desenvolvimento específico da nossa região.

O nosso Estado requer uma atenção especial, na medida em que, como antiga Capital Federal, abrigou e abriga um grande contingente de empresas estatais. Temos o maior contingente de funcionários federais. O Rio de Janeiro necessita que sejam feitos investimentos para fazerem frente à sua demanda, principalmente com relação a equipamentos públicos federais, nas áreas hospitalar e de segurança.

A partir da análise do documento exposto, que já recebemos, verificamos que alguns pleitos do Estado do Rio de Janeiro ainda devem ser considerados, tanto no tocante à programação para empresas, órgãos federais e programas federais situados no Rio, como também aos pleitos que foram apresentados pelo Governo do Estado, especificamente na parte rodoviária, na parte portuária, que, no nosso entender, era um pouco maior, e nos programas na área de saneamento, habitação e segurança, que são prioridades muito importantes para o Estado do Rio de Janeiro.

Com essas informações, tivemos uma visão de como encaminhar - no âmbito dos trabalhos que se apresentam no Congresso - as nossas solicitações. Isso, em outros períodos, era muito difícil, porque só para destrinchar as informações gastava-se um tempo enorme.

Quero parabenizar a equipe técnica que apresentou e desenvolveu esse trabalho de alto nível. Nós, que somos da área técnica, sabemos da dificuldade não só de manipular as informações como de sistematizá-las e torná-las transparentes, a fim de que se tenha uma apresentação objetiva, permitindo que todos compreendam esse quadro tão difícil das propostas orçamentárias.

O Secretário Edgar Monteiro Gonçalves da Rocha - Vamos, então, a partir dessas informações, estudar melhor a nossa proposta e, depois, entrar em contato com a Comissão, para encaminhar os pleitos mais específicos do Estado do Rio de Janeiro.

Desde já, quero agradecer à comissão, à equipe técnica, pelo excelente trabalho apresentado.

O Coordenador (Deputado Federal João Passarella) - Agradecemos a manifestação do Secretário do Planejamento, Edgar Rocha, e passamos em seguida, a palavra à representante do Governador do Estado do Espírito Santo, Secretária de Planejamento, Sandra Berredo.

A Secretária Sandra Carvalho Berredo - Uma boa tarde para todos, à Mesa, e a todos do Plenário. Pelas exposições brilhantes dos técnicos, colocadas aqui, em relação ao Orçamento da União, verificamos, mais uma vez, que o Estado do Espírito está sendo prejudicado nessa questão dos recursos da União.

Hoje, todos os Estados estão passando por uma crise financeira muito grande. E, se não tivermos uma colaboração, uma parceria, na questão do Orçamento da União, não vamos ter condição de

fazer um trabalho de desenvolvimento, o mínimo necessário, para continuidade ao desenvolvimento do Estado.

O Estado do Espírito Santo, potencialmente, tem em sua parte portuária o seu grande potencial. É o que proporciona o nosso desenvolvimento e nossos serviços. É o que gera a nossa receita. E não fomos contemplados, basicamente, com nada. Temos sete portos. Então, a questão portuária do Espírito Santo é importantíssima. E precisamos de um mínimo de infra-estrutura até para que a questão das concessões possam ter uma valorização maior.

O nosso Estado, para vocês que não conhecem, praticamente não tem nada para ser privatizado. Ficamos, cada vez mais, com dificuldades na questão de receitas para que o Estado possa se recuperar.

Na questão do orçamento regionalizado, penso que é importantíssima essa transparência que está sendo colocada aqui, essa integração que passa a ter com Minas e o Rio de Janeiro, que são os nossos Estados limítrofes - na verdade, estamos trabalhando mais próximos. Já tivemos, da outra vez, uma emenda de bancada e de regional, em relação a uma rodovia, que hoje vai continuar sendo um pleito, tanto do Estado do Espírito Santo quanto do Estado de Minas. Gostaria de reforçar que precisamos de outros investimentos. Já fomos prejudicados na questão do FPE, quando fomos colocados no 5º lugar, de baixo para cima, na questão da distribuição de receitas. Então, fica difícil, porque não temos receita tributária, não temos recursos da União e nada para privatizar. Como é que o nosso Estado vai poder sobreviver na questão que está sendo colocada aqui, e no desenvolvimento? Peço a sensibilização dos Deputados que aqui estão no sentido de incluir mais recursos de investimento na nossa área portuária e rodoviária. E também um maior incentivo para o nosso turismo. Temos um litoral maravilhoso e montanhas, que podem contribuir para o nosso desenvolvimento. Precisamos da ampliação do aeroporto. Nessa questão, também não fomos contemplados. Ela precisa ser incluída no orçamento. As nossas rodovias, que seriam a BR-262, importantíssima para o turismo, e a BR-259, que já está incluída, vão precisar de mais um pouco de recurso.

A questão energética para o Estado também é fundamental. Temos a proposta do Gasoduto Vitória-Campos. Penso que deveria ser contemplado com parte do recurso, não a totalidade, porque vai ser um investimento privado. Mas, para que o processo se realize, é importante a posição do Governo Federal em relação a ele. Esse processo todo deveria ser iniciado no Executivo.

A Secretária Sandra Carvalho Berredo (Concluindo) - Penso que a questão regional deve ser tratada em nível de formulação do orçamento, para, depois... Bem, acho brilhante esta discussão que estamos tendo, mas penso que a questão pode ser discutida regionalmente, primeiro, na hora de ser encaminhada ao Congresso.

Fica aqui o nosso pleito. Acho que sempre tivemos perdas, no ano passado, já tivemos perda em relação à média dos Estados e, neste ano, estamos perdendo mais uma vez. Em relação ao Brasil em Ação, não somos contemplados em praticamente nada. Podemos verificar que o Nordeste, na verdade, é o grande contemplado de todo esse processo. Acho que esse desequilíbrio já foi fomentado, em nível de Nordeste, agora, precisamos recuperar um pouco de alguns Estados integrantes e outras regiões, que precisam do apoio do Governo Federal. Obrigada.

O Coordenador (Deputado Federal João Passarella) - Agradecemos a manifestação da Secretária de Planejamento do Estado do

Espírito Santo, Sandra Berredo, e, neste momento, passamos a palavra ao representante da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Vice-Prefeito Marcos Sant'Anna.

O Vice-Prefeito Marcos Sant'Anna - Caro Deputado Ajalmar, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, presidindo esta sessão, Deputado João Fassarella, Presidente da Comissão Mista de Orçamento; Sr. Vice-Governador e Secretário de Planejamento de Minas, Dr. Walfrido dos Mares Guia; Srs Secretários de Planejamento dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, Deputado Aracely, relator da Comissão, Srs Deputados Federais e Estaduais, Secretários de Estado, em primeiro lugar, eu queria justificar a ausência neste momento do Prefeito Célio de Castro, que, embora houvesse agendado para aqui comparecer, não o pôde fazer, por um motivo pessoal relevante neste momento, ele está no enterro de seu irmão. Por esse motivo, não podendo aqui comparecer, pedi-me que o representasse.

Em segundo lugar eu gostaria de, em nome da Cidade de Belo Horizonte, dar boas-vindas aos membros da Comissão Mista de Orçamento, aos Secretários e representantes dos Estados da Região Sudeste que aqui estão para esta sessão muito especial. A Capital do Século os recebe com muita alegria, honrada por sediar esta Reunião Regional da Comissão Mista de Orçamento.

Embora redundante, não posso deixar de registrar a satisfação de ver o Orçamento Geral da União descendo ao chão do nosso território, da nossa Pátria. A peça que poucos entendiam começa a chegar aqui, traduzida e colorida com o entendimento de todos nós, mortais. Os cumprimentos à equipe técnica são redundantes, mas necessários. Como necessário é ressaltar a importância da Comissão para as regiões, quem nos dera isso possa chegar a níveis ainda mais elementares. A Prefeitura de Belo Horizonte se orgulha de, assim como outras, discutir uma boa parcela de seu orçamento com o cidadão, por meio do orçamento participativo, que, se não representa todo o orçamento, representa aquele processo extremamente educativo e criador de cidadania, em que cada cidadão tem uma cota de responsabilidade nos destinos de seu país e no dinheiro que os cidadãos recolhem aos governos. Portanto, é um cumprimento com toda sinceridade do povo de Belo Horizonte a esse procedimento da Comissão Mista de Orçamento.

Abordado aqui, cabe-me ressaltar um pequeno ponto. É importante perceber na proposta orçamentária que, apesar das dificuldades que todos conhecemos - não precisamos questionar isso -, as propostas e os projetos apresentados realmente estão investidos do conhecimento das sérias demandas de todas as regiões e, falando mais particularmente do que conheço, do Estado de Minas Gerais - não posso falar pelos outros. De qualquer forma, não se percebe intenção de aplicações suntuosas ou desnecessárias, quando tantas são as nossas necessidades. Mas, ainda assim, melhor do que os técnicos que a propõem, é importante que se perceba nas bases as necessidades mais prementes.

O Vice-Prefeito Marcos Sant'Anna (Continuando) - Como representante de Belo Horizonte, eu teria motivos e razões de sobra para também fazer uma série de solicitações para a cidade que representamos e em que vivemos, e muitos aqui que nela vivem sabem das demandas importantes que ela pode ter. A cidade tem projetos de muito alcance. Todos esses projetos atenderiam a milhares de pessoas e a uma importante demanda da sociedade. São projetos que dariam retorno econômico e social visíveis em curto prazo.

Sequer estou fazendo um pedido meramente sentimental, mas seria muito justo, no momento em que Belo Horizonte comemora seu centenário, assim como qualquer ente também se sentiria recompensado ao receber o seu presente de centenário.

Mas é mais importante dizer que Belo Horizonte não pode abrir mão da sua característica de ser a Capital do Estado de Minas Gerais, portanto, a síntese do segundo Estado da Nação, pela sua população, pela sua importância econômica, e também pelas suas carências. A cidade sintetiza esses problemas. Darei respaldo ao que disse aqui o Governador Eduardo Azeredo, que já interpretava muito bem essa necessidade.

Em nome da Cidade de Belo Horizonte, estamos conclamando o apoio da Bancada Federal mineira, Deputados e Senadores - felizmente temos tido deles a melhor receptividade -, e formalmente relatamos à Comissão Mista do Orçamento a importância das emendas de Bancada, que serão apresentadas. O problema é realmente geral e interessa ao Estado como um todo.

Solicitamos toda a atenção para dois aspectos muito importantes, todos dois já abordados pelo Governador. Um deles, a do trem metropolitano, visando à sua conclusão e extensão até uma das regiões mais densas de Belo Horizonte, que é o Barreiro. Um pouco mais e será permitido concluir esse investimento. Ele é importante para a população da região metropolitana como um todo. Ainda tem um aspecto econômico de muita profundidade, porque ele só cumprirá realmente seu papel, dará seu retorno econômico e social quando estiver ligando as duas pontas mais densas.

Portanto, todo esse investimento de recursos públicos só realmente começará a dar retorno no momento em que estiver concluído. Então, é muito pouco para que todo esse esforço seja recompensado.

A outra solicitação tem uma importância muito grande, é a demanda das nossas áreas de risco. Por razões compreensíveis, a Capital do Estado, centro da região metropolitana, vem atraindo, há muitos anos, e continuará atraindo, não somente por sua beleza mas até pela infra-estrutura de serviços que oferece, populações de outras regiões do Estado e até de outros Estados que aqui vêm em busca de suporte de saúde, de educação, ou da ilusão, talvez, da oportunidade de emprego, de trabalho. Muitos deles chegam e aqui se instalam em condições precárias.

Temos hoje uma carência de mais de 40 mil habitações só em Belo Horizonte, fora a região metropolitana. Pessoas que chegam e se instalam aqui nos talvegues dos córregos, nas encostas perigosas, em situações de risco as mais graves. Temos estruturadas, catalogadas e registradas 84 áreas de risco, sendo 15 delas de risco grave e iminente. Então, a solicitação que fazemos é que possamos ter uma emenda de bancada que possa atender de vez e resolver a curto prazo esse problema.

Os números são relativamente grandes. Temos estruturada uma demanda perto de R\$70 000 000,00 para as áreas de risco. Mas, para acentuar a importância disso, só nas chuvas do princípio deste ano, exatamente os três primeiros dias da nossa administração, as chuvas custaram e estão custando para o município R\$17 000.000,00. Foram mais de 400 famílias desalojadas, 16 mortos e um transtorno total na cidade, que muitos conhecem.

O Sr. Vice-Prefeito Marcos Sant'Anna - porque isso não ocorreu exclusivamente em Belo Horizonte. O Estado de Minas foi bastante castigado. Portanto, por muito pouco, isso pode estar

resolvido a curto prazo. É importante - e ficaremos felizes - vermos os resultados dos investimentos na nossa região e no nosso Estado. Não é justa razão de imaginarmos que exatamente as famílias mais carentes e mais pobres, que já têm durante todo o ano uma vida sacrificada e difícil, possam também sobreviver para comemorar os investimentos e os resultados positivos que esperamos para a nossa região e para o nosso país. Essa é a solicitação de Belo Horizonte, que, na verdade, está representando mais dos que os seus 2 100.000 habitantes. Ela está representando os 4 milhões da Região Metropolitana e uma boa parcela do Estado de Minas Gerais, que têm nessas chuvas de fim de ano um momento de desespero. Esse é o apelo de Belo Horizonte à Comissão Mista do Orçamento, através da Bancada Federal Mineira. Muito obrigado. (Palmas)

O Coordenador Deputado Federal João Passarella - Agradecemos a participação e a manifestação do Sr. Marcos Sant'Anna, Vice-Presidente de Belo Horizonte. Passaremos agora a participação daqueles que se inscreveram para o debate. Em primeiro lugar, observada a ordem de inscrição, vamos convidar para se manifestar o Prof. Juarez Oliveira Castro, Diretor do Hospital das Clínicas de Belo Horizonte.

O Sr. Juarez de Oliveira Castro - Bom dia. São membros da Mesa, Comissão de Orçamento, Presidente da Câmara, Sr. Vice-Governador, autoridades presentes. Venho, na qualidade de Diretor do Hospital das Clínicas, que passou por uma crise de conhecimento de quase três anos, tendo a sua solução atenuada com a participação ampla supra-participaria e na qualidade de Presidente do Colégio de Diretores de Hospitais Universitários das Universidades Federais Brasileiras, apresentar uma proposta de emenda para que, se possível, seja atendida pela bancada apoiada pela Bancada de Minas e pela Comissão de Saúde e Seguridade da Câmara Federal. Essa proposta de emenda foi apresentada pela Comissão de Saúde, foi aprovada no Conselho Nacional de Saúde. Em 15 de agosto, e foi aprovada pela Comissão de Seguridade.

R\$90 000.000,00. Mais tarde, esse valor foi retirado pela SEPLAN e não se encontra aqui incluído no orçamento. Solicitamos que esse valor seja, através de proposta de bancada ou da Comissão de Seguridade, incluído no Orçamento na União, na Comissão de Saúde. Meu muito obrigado. (Palmas)

O Sr. Coordenador (Deputado Federal João Passarella) - Agradecemos a participação do Prof. Juarez Oliveira Castro. Passamos, em seguida, a palavra ao Dr. Renato Fraga, Presidente da Câmara do Município de Governador Valadares.

O Sr. Renato Fraga - Sr. João Domingos Passarella, que preside esta seção, demais autoridades da mesa, Srs. Deputados Federais e Estaduais, senhores representantes aqui, nesta proposta orçamentária. Na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares e representando também o Executivo daquela cidade, Prefeito João Bonifácio Mourão, e demais prefeitos do Médio e Baixo Rio Doce, estamos aqui para trazer a proposta daquela região. Pela nossa cidade passam a Rodovia 259 e a 381. Ligando essas duas rodovias à BR-116, existe um anel de contorno que se chama Anel Rodoviário Deputado Federal Pedro Tassis. Esse Deputado foi um dos que lutaram pela sua construção.

O Sr. Renato Fraga Valentim - Uma vez que esse anel retira de dentro da cidade, que é uma cidade com quase 300 mil habitantes, todo o tráfego pesado que vem da 259, no Espírito Santo, cortando Minas Gerais.

Já tivemos acidentes sérios naquele trecho da cidade. Aliás há poucos dias, houve uma morte que resultou no esmagamento total de

uma criança de 16 anos. Então, é necessário que essa obra seja terminada, uma vez que 70% dela já está concluída, faltando 30%, fim da estrada e uma ponte. Assim, o pedido da nossa região, o item prioritário dessa região é a conclusão desse anel rodoviário. Deputado Tassis, para cuja conclusão falta, mais ou menos, a construção de 30% da obra.

Então, gostaríamos que se acrescentasse no orçamento esse recurso da ordem de R\$5 000 000,00 para a sua conclusão. Queremos, neste momento, também parabenizar o Congresso Nacional por estender a discussão do orçamento federal às lideranças regionais. Isso é um avanço, e fazemos votos de que esse trabalho continue, para que realmente a população possa, por meio de seus representantes, trazer as suas reivindicações e os seus problemas, a fim de que eles sejam discutidos e solucionados.

Essas são as nossas palavras. Agradecemos, inclusive, ao João Domingos Passarella, que realizou, na Câmara Municipal de nossa cidade, uma reunião, de onde saiu essa proposta para o orçamento federal. Muito obrigado. (Palmas)

* * *

O Sr. Coordenador (Deputado Federal João Passarella) - Agradecemos a participação do Presidente da Câmara de Valadares, Renato Fraga, e, em seguida, passamos a palavra ao Deputado Estadual Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Queremos cumprimentar o Deputado João Passarella, que é o Vice-Presidente da Comissão; cumprimentar o Presidente da Mesa, Deputado Ajalmar Silva, o Dr. Marcus Pestana, representando aqui a Secretaria do Planejamento, os representantes do Rio de Janeiro e do Espírito Santo; o representante do Sr. Prefeito Célio de Castro, os Deputados Federais e Estaduais presentes e os Secretários de Governo.

Gostaria de tocar num ponto que considero essencial para aqui do Estado de Minas Gerais. Estamos analisando o orçamento - foi com surpresa que tivemos o conhecimento de que o orçamento do ano passado não foi, na sua totalidade, executado, e a surpresa agradável de que Minas Gerais, mesmo não conseguindo todos os recursos previstos, foi um dos Estados de vanguarda. Acredito que isso ocorreu devido à presença constante do Governador e do Vice-Governador, Dr. Walfredo dos Mares Guia, em Brasília, numa pressão e num acompanhamento, de perto do orçamento.

Mas preocupa-me também que o orçamento de 1997 até hoje 16 de setembro, tenha sido apenas 15% executado. Esperamos que as emendas de bancada e as emendas individuais possam realmente ser liberadas a partir de outubro, porque, senão, vai acontecer um acúmulo no ano que vem, que é um ano eleitoral, e temos prazo regimental para que os projetos, os recursos possam ser liberados, devido à própria legislação eleitoral.

Mas, observando o orçamento de 1998, gostaríamos de tocar no assunto, Deputado Passarella, relativo às medidas de combate à seca no nosso Estado. Minas Gerais, da metade para cima, se equivale a equipara ao Nordeste brasileiro. Não folheando rapidamente esse livro da proposta orçamentária, notamos, por exemplo, que a CODESAF Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, que é extremamente importante para nós, prevê um recurso da ordem de R\$12 000 000,00 para 1998. Para dois outros Estados que passam pelas mesmas dificuldades, temos a Bahia, com R\$44 000.000,00, e Pernambuco,

com R\$45 000.000,00. E, deasse R\$12.000 000,00, a própria proposta do orçamento vai beneficiar apenas, ou dar continuidade apenas ao Projeto Jaíba, deixando de fora um outro grande projeto, uma grande inspiração de Minas Gerais, que é o Projeto Jequitaiá, na verdade um dos melhores projetos de irrigação, devido à proximidade dos grandes centros e devido à facilidade de construção das barragens do Projeto de Irrigação do Jequitaiá, que não é contemplado no orçamento de 1998

(Segue)

O Deputado Carlos Pimenta (Concluindo) - E para outro órgão, o DENOCS, Departamento Nacional de Obras contra a Seca, a Bahia prevê, em investimento, R\$22.000.000,00; Pernambuco, R\$43.000 00, e Minas Gerais, apenas R\$200.000,00, o que viria a inviabilizar totalmente o DENOCS em nosso Estado

O DENOCS, para quem não conhece, já representou, num passado recente, o principal órgão de combate à seca em Minas Gerais. R\$200 000,00 de investimento vai decretar tranquilamente a falência daquele órgão, que conta hoje com técnicos de altíssimo gabarito e de altíssima qualidade

Gostaria de saber do Deputado como poderíamos reverter essa situação. Gostaria de saber se a própria Comissão tem condições de reparar esse erro - erro histórico em Minas Gerais -, ou se teremos que recorrer à bancada de Deputados Federais de Minas Gerais para que possamos ter novamente recursos para esse órgão, que tem sempre atendido à Região Norte e Nordeste do nosso Estado

O Coordenador (Deputado Federal João Fassarella) - Ao final das manifestações, para ganhar tempo, iremos, diretamente ou através da Assessoria da Casa, responder aos questionamentos que foram apresentados.

Em seguida, passamos a palavra ao Deputado Estadual Gil Pereira.

O Deputado Gil Pereira - De início, cumprimentando o Coordenador desse encontro, Deputado Federal João Fassarella, o Sr. Presidente, Deputado Ajalmar Silva, o Sr. Marcos Pestana, o Sr. Vice-Governador e Secretário Walfrido dos Mares Guia, e os Srs. Secretários do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Na verdade, minhas palavras vêm complementar as do Deputado Carlos Pimenta. Somos os dois da Região Norte do Estado e anotamos os dados em relação à CODEVASF: Bahia, R\$44 937,00, Minas Gerais, R\$12.000,00, e Pernambuco, R\$45 835,00

O Rio São Francisco nasce em Minas Gerais, e está recebendo aproximadamente apenas 25% do que os outros Estados estão recebendo

Com relação ao DENOCS, está pior ainda: Bahia, com R\$22.484,00, Minas Gerais, com R\$200.000,00, simbólicos; Pernambuco, com R\$43 000,00, e Piauí, com R\$22.302,00. Isso não se justifica se o Norte de Minas e a área mineira da SUDENE fossem um Estado do Nordeste, este seria o quarto maior Estado em extensão territorial. Diante disso, concluímos que as verbas são muito poucas.

O que venho pedir é que se aumente a verba da CODEVASF. Venho também testemunhar que o que está reservado ao DENOCS não dá nem para perfurar 10 poços artesianos.

Pergunto ao Coordenador se estão previstos no orçamento, para o ano que vem, apenas R\$3.000 000,00 para a duplicação da BR-040 até o entroncamento com a BR-135, que já está chegando a Sete Lagoas, e se essa duplicação poderá chegar a Curvelo ainda no próximo ano.

O Coordenador - Agradecemos a participação do Deputado Gil Pereira e, em seguida, passamos a palavra ao Deputado Federal Sérgio Miranda

O Deputado Federal Sérgio Miranda - Sr. Coordenador, eu queria, antes um esclarecimento por que o Estado de São Paulo não está fazendo parte da Mesa. Temos o Estado do Espírito Santo, carente de recurso; o Rio de Janeiro e Minas Gerais, representada pelo Governador. Parece-me estranho que São Paulo não esteja presente. Ele não foi convidado?

O Coordenador (Deputado Federal João Fassarella) - Todos os Governadores e representações dos Estados foram convidados. Tanto São Paulo como Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

O Deputado Federal Sérgio Miranda - Também tenho outra interpretação, Sr. Presidente, São Paulo não está presente porque não precisa debater, porque no Brasil em Ação, que é o nome fantasia das grandes obras que serão efetivamente executadas, na questão de infraestrutura, São Paulo tem cinco grandes projetos: tem a ponte do Olacii, que liga a FERRONORTE à FEPASA, tem a Jupia, na hidrovía Paraná, tem Porto de Santos; tem parte da rodovia MERCOSUL e tem parte da rodovia Fernão Dias. Esses privilégios que ocorrem não apenas em nível da elaboração orçamentária, mas principalmente da execução, dificultam a transparência do debate sobre as finanças públicas no País

Quis apenas fazer um comentário rápido, Sr. Presidente, sobre a questão do orçamento público. Acho que devemos cumprir uma função pedagógica e esclarecedora, primeiramente mostrando que o dinheiro público não passa preferencialmente pelo orçamento. Deveria passar, mas não passa. Questões como o PROER não passam pelo orçamento. Tem reflexos no orçamento, mas não passam por ele

Mesmo se observarmos as aplicações das agências de fomento, hoje o verdadeiro Orçamento da União em nível de investimentos se realiza pelo BNDES, e nós, no Congresso Nacional, que teríamos obrigação constitucional de definir as prioridades da aplicação dos recursos, mesmo colocando algo bem genérico, somos vetados pelo Governo. Transferência patrimonial não passa pelo orçamento. O que passa pelo orçamento?

Digo que orçamento não é peça de ficção. Se nós aprendermos a caminhar entre as trevas, a tirar leite das pedras, identificamos efetivamente onde está a alma do orçamento. A alma do orçamento, Sr. Presidente, está no custo financeiro do chamado Projeto Macroeconômico Brasileiro

Há uma nova unidade orçamentária e os encargos financeiros da união praticamente dobraram. Passaram de R\$33 000.000.000,00 para R\$67.000 000.000,00. Mais do que dobraram. Todo o dinheiro das privatizações está ali. Há uma amortização líquida, pagamento de dívida que vem dos R\$15.600 000 000,00 das privatizações, os R\$2.000.000.000,00 das concessões do setor elétrico, que não são privatizações, Sr. Presidente.

Se utilizarmos a imagem do Prof. Henrique Simonsen, que justificava a venda de um ativo para abater dívidas, que era a venda de um apartamento, a concessão é o aluguel do apartamento. Daqui a 15 anos vamos ter novas concessões do setor elétrico. A FCC transferiu para o tesouro americano U\$80.000 000.000,00 no ano passado. E os juros, R\$37 000.000.000,00 de juros? Ali a gente pode identificar o ralo efetivo onde escora o dinheiro público, nessa questão. É o custo invisível do plano.

A solução da questão orçamentária, da questão previdenciária dos investimentos ficaria em um ponto muito fácil, o crescimento da economia. O déficit orçamentário era o grande problema dos Estados Unidos. De repente, em um passe de mágica - e não foi o acordo entre

Partido Republicano e o Partido Democrático no Congresso. A economia americana não pode crescer. Mas nós não podemos crescer, Sr. Presidente. A economia está amarrada, não pode crescer, não pode se desenvolver porque não tem o equilíbrio externo, a balança comercial vai lá para baixo.

Então, existe um custo efetivo nesse processo. E aí se corta. Aí vem o orçamento, e o mais grave é que as emendas que apresentamos e discutimos, depois de ouvirmos opiniões dos interessados, que convivem com os problemas do povo, não são executadas.

O Deputado Federal Sérgio Miranda (Concluindo) - Nenhuma emenda de nenhum Deputado do Brasil foi executada. Alguns executam pelas genéricas. Os afilhados do rei executam as suas emendas. Transmitem os seus favores por meio do Orçamento. E as emendas das bancadas de Minas? Quanto às emendas sociais, praticamente nada foi executado. Onde está o (- Inaudível) E o Habitar Brasil? Quanto foi executado? Zero. O setor rodoviário em Minas está sendo executado.

Então, deveríamos utilizar esse período de debate das audiências regionais para ouvir as opiniões dos representantes do povo. Deveria ter sido mais ampla esta audiência, com um maior número de pessoas dando opiniões sobre gasto público, como os representantes das áreas de risco de Belo Horizonte. Ao mesmo tempo, essa audiência deveria funcionar como uma forma de debate com a Nação sobre as finanças públicas do País. Deveriam ser debatidas as finanças públicas, pondo a nu o custo efetivo desse plano macroeconômico e esclarecendo, no final das contas, quem está pagando por ele, e também a pressão para a execução do orçamento.

Tenho uma notícia importante. Há uma grande pressão na Casa para aprovarmos a lei complementar sobre a proposta orçamentária. Já foi aprovada na Comissão de Finanças e Tributação, e está em debate na Comissão de Constituição e Justiça. Aprovada este ano, já teria efeito no próximo ano, e diz respeito a uma execução homogênea do orçamento. Era essa a minha contribuição, Sr. Presidente.

O Coordenador (Deputado Federal João Passarella) - Queremos agradecer a contribuição do Deputado Federal Sérgio Miranda, que também é membro da Comissão do Orçamento.

Em seguida, passamos a palavra ao Deputado Estadual Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado - Gostaria de fazer uma indagação referente a esse debate. É extremamente salutar que tenhamos acesso às informações, porém, sentir que esta é uma audiência de informação. Não temos condição nenhuma de interferir, porque já recebemos uma proposta de orçamento em que não há espaço para que tenhamos condições de apresentar alguma sugestão ou alguma contribuição. É de se registar que a exposição foi muito bem feita. Aliás, tive o privilégio de visitar, juntamente com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa, presidida pelo Deputado Miguel Mattar, a Comissão Mista de Orçamento, onde tivemos uma exposição muito bem elaborada. Gostaria, contudo, de fazer uma sugestão e uma pergunta. Seria possível, nos próximos anos, termos audiências nos Estados, em que haja a oportunidade de apresentar contribuições, que possam ser avaliadas, chegando-se à conclusão de que terão condições ou não de entrarem no Orçamento?

Caso contrário, tudo fica muito difícil. Na verdade, temos reuniões de informações. Elas são muito importantes e representam um avanço muito grande no que diz respeito à população ter acesso à informação. Porém, particularmente, entendo que só a informação não nos

basta. Como disse o Vice-Prefeito de Belo Horizonte, ainda que haja a contribuição, a população já está tendo condições de definir a coisa no Orçamento Participativo. Aqui em Minas, não é assim.

Audiências Públicas Regionais, temos procurado, agora, definir algum percentual que, espero, seja executado no próximo ano - pelo menos alguma coisa. Vários dos pontos discutidos não são executados, mas cria-se um espaço para que a população possa apresentar sugestões.

Gostaria de saber que espaço o Congresso Nacional reservaria para que a população dos Estados pudesse manifestar-se. O Deputado Sérgio Miranda disse que os Deputados apresentam emendas que depois não são executadas, ou seja, o representante que temos no Congresso faz as emendas, mas elas não são levadas em consideração.

Se o próprio parlamentar que está lá, que tem o poder de voto, tem dificuldade nisso, e a população? O que sobraria para ela? Chamada para debater, que perspectiva poderia ter de que a sua sugestão fosse incluída no Orçamento? Essas são as considerações que eu gostaria de fazer.

(Segue)

O Deputado Gilmar Machado - Uma coisa me chamou a atenção como educador que sou. Estamos discutindo a questão do Fundo de Valorização do Magistério. Isso vai ter interferência nos orçamentos que tanto o Governo de Minas quanto os nossos municípios vão fazer. E não sabemos ainda como vai ser essa complementação. Foi dito que quatro Estados já receberam complementação. Mas sobre o quê? O valor mínimo é de R\$300,00 por aluno. Mas, aqui em Minas, achamos que o custo deve ficar em torno de R\$400,00. Eu, particularmente, acho que pagar apenas um custo/aluno de R\$400,00 não será suficiente. São necessários, no mínimo, R\$538,00. Caso contrário, vamos fazer o repasse, e acontecerá o mesmo que acontece com a saúde, ou seja, em setembro ou outubro o dinheiro já acabou. E aí, durante dois meses, não teremos dinheiro para segurar os alunos na escola. Esse é um problema.

Depois, se possível, Deputado Passarella, gostaria que fosse feita uma exposição sobre como está sendo pensada essa complementação. Estou muito preocupado, pois acho que isso vai ter um impacto significativo, principalmente nos orçamentos das câmaras e das prefeituras, que estão sendo montados agora. Sabemos que 15% serão retidos. Se não ficar muito claro o percentual de gastos com a educação infantil, com a alfabetização de jovens e adultos e também com o ensino médio, vamos ter problemas sérios, pois, agora, o percentual não entrará no cálculo total, mas depois entrará no pagamento. Aí só restará às Prefeituras fazer o que muitas já estão pensando em fazer, ou seja, acabar com a educação infantil, principalmente a pré-escola dos níveis I e II, mantendo-se apenas o nível III. E, então, passaremos àquela ideia de fazer o ensino fundamental com nove anos, dos 6 aos 15 anos de idade. Isso é um problema.

Gostaria que essas questões fossem esmiuçadas. Por que esses Estados conseguiram a complementação, enquanto os outros não? O Fundo ainda não foi constituído e vai valer a partir de 1998. Por que quatro Estados já tiveram um retorno e os demais, não? Essas são as questões que gostaria de deixar.

O Coordenador (Deputado Federal João Passarella) - Agradecemos a manifestação do Deputado Gilmar Machado. Esclarecemos que, ao final, os questionamentos levantados terão uma resposta, em alguns casos, da Mesa e, em outros casos, por se tratar de questões puramente técnicas, receberão uma resposta da assessoria técnica, que dará as informações técnicas necessárias.

Agora, passamos a palavra ao Prof. Aluísio Pimenta, Reitor da Universidade Estadual de Minas Gerais.

O Sr. Aluísio Pimenta - Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, primeiramente queria congratular-me com a excelente aula que nos foi dada sobre orçamento. Creio que essa parte é fundamental. Tenho uma proposta a esse respeito. Eu, que já fui Ministro de Estado, não tive na minha época um esclarecimento tão bom sobre orçamento como o que recebemos aqui hoje. Foi aproveitado muito bem o grande progresso da tecnologia da comunicação para que nos fosse dada uma aula brilhante. Fala aqui um professor com 54 anos de magistério. Comecei a lecionar em Belo Horizonte, ainda menino. Creio que o que tivemos aqui pode ser aproveitado em todo o Brasil e em Minas Gerais. Minha proposta é que se utilize a rede de universidades brasileiras para levar essa mesma aula à população. Em verdade, a população está desinformada, nada sabe do que se está passando. Hoje, ela tem ojeriza dessas reuniões sobre orçamento, porque as promessas não são cumpridas. Há, portanto, uma reação contrária. Talvez, Deputado Aracely, a universidade, num acordo com o Congresso Nacional, pudesse levar à população essas informações.

Assim, achei altamente positiva a reunião de hoje, mas concordo com o Deputado Gilmar Machado, ou seja, é preciso discutir

O Prof. Aluísio Pimenta (Concluindo) - É preciso discutir, porque evidentemente fica pior. As pessoas recebem as informações e daí, como fica? Esse aí é que acho importante que se discuta. Todas as universidades federais de Minas Gerais, aliás, me congratularam com os senhores, o trabalho está ótimo. As universidades públicas do Estado estão fazendo um esforço extraordinário de interiorização e não têm um centavo. Será que elas não tem nenhum merecimento nesse particular? Refiro-me, por exemplo, à UNIMONTES, de Montes Claros, que tem um esforço enorme para levar a universidade para o norte de Minas Gerais. A nossa universidade do Estado de Minas Gerais está com 10 campi, todos no interior. Será que vamos continuar a favorecer apenas as capitais?

Gostaria de insistir, como disse anteriormente, que o Congresso Nacional tem em suas mãos um material de primeira qualidade - precisamos levá-lo à sociedade. É claro que aqui vemos a liderança importante da Assembléia Legislativa e de todos os que foram convidados. Mas estamos, usando um termo técnico, mas vá lá, numa sociedade anômica, há uma anomia no Brasil, há uma anomia em Minas Gerais, há uma confusão generalizada. Evidentemente que não se dá ao Congresso Nacional o valor que ele realmente tem. Acho que esse trabalho que acabamos de ver é excelente, e o que assistimos hoje aqui foi uma verdadeira aula. Precisamos levá-la à sociedade, mas vamos deixar que a sociedade discuta porque A, porque B, porque não C e porque não D. Portanto, mais uma vez, dou os parabéns ao Senador Ney Suassuna, ao Deputado Federal Aracely de Paula e aos nossos representantes de Minas Gerais. Trata-se de uma oportunidade excelente para discutirmos sobre a matéria.

Terminando as minhas palavras - já me alonguei muito e a hora é adiantada -, acho que o que foi apresentado aqui pode muito ser utilizado, dentro do que o Vieira disse nos seus 300 anos - tenho repetido muito isso e vou repetir aqui também os discursos de quem não viu são discursos; os discursos de quem viu, são profecias. É preciso trazer para quem viu, para quem está sofrendo. Ao Prof. Mário, ao empresário, à pessoa do sindicato e aos empregados, para que possam

saber para onde está indo o dinheiro do povo. Acho que vocês tem em mão um grande instrumento pedagógico. Muito obrigado.

O Coordenador (Deputado Federal João Fassarela) - Sr. Presidente, agradeço a participação do Prof. Aluísio Pimenta e desejo-lhe uma enorme satisfação pessoal em ouvi-lo. Tive a honra de ser aluno da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais, quando o Prof. Aluísio Pimenta era seu Reitor. Passo em seguida a palavra ao Deputado Estadual Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, inicialmente gostaria de parabenizar a Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional, que se dispôs a vir às regiões para dar informações a respeito do orçamento. Espero que possamos avançar um pouco mais e ouvir as regiões antes da feitura do orçamento, ou aceitar a possibilidade de alterar o orçamento já apresentado.

Em segundo lugar, gostaria de registrar que - e eu concordo com o Deputado Nilmário Miranda - no ano passado, quando também estivemos presentes nessa discussão, São Paulo continuava ausente. É fácil ainda de se prever que no ano que vem eles também não estarão presentes - simplesmente porque realmente não precisam. Mas a preocupação que fica para esse Deputado - e acho que com a grande maioria das pessoas - é que estamos caminhando para uma crise institucional em todos os Estados e também em todos os municípios.

O Deputado Miguel Martini - Mas os municípios ainda têm alguma forma de defesa. Eu me pergunto se essa política não está na contramão da história. Estamos vivendo momentos de aperto depois do plano de estabilização. Todos os Estados estão vivendo a mesma coisa. Começam a se ajustar, mas é um esforço sobre-humano resolver o problema de déficit, que foi reduzido de R\$1.500.000,00 para seiscentos e poucos. No ano passado, ele estava em trezentos e poucos, quase quatrocentos, mas tendo que reajustar saúde, segurança, magistério, enfim, cobrir todos esses benefícios. Acho que estamos caminhando não para um regime presidencialista, mas para um regime imprevisto.

regime mais de império do que de presidente. Ele vem e coloca, tira 20% para o FEF. Resolve o seu problema e o da União. Faz reforma tributária ao avesso. Ora, com as dificuldades que os Estados e municípios têm, joga o ônus da reforma tributária, que vem vindo disfarçadamente, em cima deles, como é o caso da Lei Kandir.

Estamos esperando investimentos de R\$429.000.000,00. Vá aqui R\$491.000.000,00. Só com a Lei Kandir perdemos perto de R\$500.000.000,00. O problema é do Governo Federal, que o repassou para os Estados. E, hoje, o Ministro Kandir diz que não vai compensar as perdas. Faz o Plano Brasil em Ação, que, na verdade, é um Fernando Henrique em ação. Temos de nos perguntar se tudo isso não está na contramão da história. Os parlamentares federais devem reagir um pouco contra isso. Estávamos com uma lei eleitoral aprovada no Congresso Nacional, é verdade, com algumas discrepâncias, com alguns absurdos inconstitucionais, mas ela era menos pior. Ela vai ao Senado, mas o Sr. Fernando Henrique Cardoso faz uma lei reeleitoral. Pergunto: será que a Câmara Federal vai aceitar tudo isso? Até que ponto vamos aceitar tudo isso? Para onde vamos em nossos Estados? O Espírito Santo, se não me engano, está com três meses de atraso. Minas Gerais está caminhando com muita dificuldade. Vamos chegar a um déficit perto de R\$450.000.000,00, ou talvez de R\$500.000.000,00, por causa da Lei Kandir. O Governo fez seus reajustes, não há mais como fazer nada. Quando o Brasil todo esperava que as reformas fossem votadas, reformas da previdência

tributária e fiscal, interessava ao Sr. Fernando Henrique Cardoso a lei eleitoral, a reeleição. E com a reeleição fragilizaram-se todas as reformas necessárias, porque agora tem que negociar. Pergunto se isso não está na contramão da história, se não é realmente um absurdo termos que aceitar isso. Essa é uma inquietação que fica conosco, principalmente quando percebemos que determinados Estados, e interesses pessoais, são agraciados e beneficiados. Esses R\$429.000.000,00 talvez não sejam 1/3 do que vamos perder só com a Lei Kandir. É inquietante. Deixo aqui esse questionamento.

O Coordenador (Deputado Federal João Passarela) - Agradecemos a participação do Deputado Estadual Miguel Martini.

Não havendo nenhum outro parlamentar ou representante da sociedade civil e da comunidade inscrito, vamos proceder da seguinte maneira: farei um rápido comentário sobre algumas questões postas e, em seguida, passaremos a palavra à Assessoria Técnica para que possa responder às perguntas mais técnicas.

O Coordenador (Deputado Federal João Passarela) - Estamos sendo comunicados de que o Secretário Adjunto do Planejamento, Marcus Pestana, deseja fazer uso da palavra. Passaremos, então, a ouvi-lo, e em seguida retornaremos ao encaminhamento que havíamos feito.

O Sr. Roosevelt Porto - Sr. Coordenador, sou Prefeito de João Pinheiro e Presidente da Associação Microrregional do Nordeste de Minas. Gostaria de fazer uma colocação para o Governo do Estado, representado aqui pelo Dr. Marcus Pestana, para a questão da ferrovia que liga Pirapora a Unaí. Ela faz parte de um programa de integração e desenvolvimento do Estado de Minas e do plano de ação do nosso Presidente da República.

Gostaria de dizer que estamos bastante preocupados, porque talvez seja esse o maior programa de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, em que temos previstos recursos da ordem de US\$60.000.000,00, que viriam do Japão, perfazendo um total de US\$850.000.000,00. Maior, portanto, que o investimento previsto para o Estado de Minas Gerais, da ordem de US\$500.000.000,00.

É com muita tristeza que a gente vê que o Orçamento Geral da União não contempla essa ferrovia, que é uma componente desse plano de integração do Governo do Estado de Minas. Confio no Governador Eduardo Azeredo, porque, quando nos animamos - nós, que somos da iniciativa privada - a ser candidato a prefeito de uma cidade como João Pinheiro, que é o maior município do Estado de Minas Gerais, fomos amassados pelas propostas que o nosso Governador e o nosso Presidente da República tinham. Talvez, em função dessas propostas, na nossa campanha política, conseguimos o maior índice do PSDB em todo o Estado de Minas Gerais, com mais de 70% de aprovação dos eleitores. É uma responsabilidade muito grande para nós apresentar essa proposta, juntamente com todas as sugestões do Governo do Estado e do Governo da União.

Dr. Marcus Pestana, gostaria que o senhor e os técnicos da Secretaria de Planejamento que aqui se encontram colocassem para o nosso Governador a nossa preocupação de que esses investimentos não venham para Minas Gerais. Preocupa-nos ainda mais o fato de saber que a Companhia Vale do Rio Doce retirou do seu orçamento os recursos previstos para a construção dessa ferrovia. Também nos empenhamos, junto àqueles que acreditam em nós, na privatização da Vale do Rio Doce, desde que ela contemplasse os investimentos dessa ferrovia que liga Pirapora a Unaí. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Agradecemos a manifestação do ilustre Prefeito e queremos justificar que algumas das questões feitas por escrito foram encaminhadas diretamente ao relator e à Assessoria, que se manifestariam em seguida. Com a palavra, o Secretário Adjunto Marcus Pestana.

O Secretário Adjunto Marcus Pestana - Membros da Mesa, senhoras e senhores, vou ser muito objetivo, dado o avançado da hora. A primeira questão que gostaria de levantar para a Comissão e para a Assessoria é com relação à área de saúde. A expectativa criada pela CPMF é de um acréscimo no Orçamento, da ampliação dos gastos com saúde. Gostaria de saber qual o procedimento, em termos orçamentários, em relação ao REFORSUS? Numa primeira análise, parece-me que o REFORSUS não foi orçado.

Na questão de infra-estrutura, os valores em relação ao metrô, estradas, etc, estão adequados? Pequenos arranjos têm de ocorrer? Na questão da matriz energética, existe um componente. Isso, para Minas Gerais, desequilibra muito quando se analisa, de forma mais global, os investimentos das estatais. Creio que a frente não é propriamente o Orçamento. O que cabe é o que já está ocorrendo. O Governo do Estado de Minas está fazendo gestões junto à direção da PETROBRÁS, já que uma das questões estratégicas é a questão do gás natural e dos derivados de petróleo, com desdobramentos muito importantes no desenvolvimento econômico, na petroquímica principalmente.

O Sr. Marcus Pestana - E isso depende muito mais de uma interação do Governo com o planejamento estratégico da Petrobrás do que propriamente uma ação direta no orçamento.

Em relação ao Orçamento Fiscal de Seguridade, gostaria de chamar a atenção, só para ter um registro, para quatro programas sociais.

Quanto aos valores, durante o processo de amadurecimento da peça orçamentária, vamos discutir com os membros da Comissão, com as lideranças no Congresso, já que entendo que as audiências públicas são um primeiro momento.

É importante esclarecer que percebo que há um grande espaço de intervenção, que é o período que se abre de 2 a 16 de outubro, para emendas individuais, que são 20 emendas por Deputado, 10 emendas da bancada e duas regionais. Há, então, um espaço de intervenção. A partir dessa apresentação, as reflexões vão amadurecer e as demandas virão à tona.

Gostaria de chamar a atenção para o desenvolvimento integrado das bacias do Jequitinhonha, Pardo e São Francisco, que é um programa já em andamento e que já está em seu segundo ano.

A programação acertada com o Ministério do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos e com a Secretaria de Recursos Hídricos é algo em torno de R\$25.000.000,00. Isso é fundamental para uma das regiões mais carentes do Estado, que tem alto conteúdo social, para perenização dos cursos d'água. É um projeto muito bem concebido e para o qual consta apenas R\$2.500.000,00. Esse vai ser, então, um campo de negociação, de conversação.

Na questão de saneamento e habitação, para a população de baixíssima renda, temos o Habitar-Brasil e o PASS. As operações vão ser contratadas em setembro e outubro. Houve um corte linear em torno de

20%, mas que se deve muito mais à burocratização, à preparação do projeto, ao encaminhamento, às vistorias da caixa, até amadurecer a assinatura do contrato. Então, a notícia que se tem é de que em setembro e outubro esses recursos vão ser liberados, tanto as emendas individuais quanto as coletivas. Mas, neste ano, entre as emendas coletivas e as individuais, Minas dispõe de cerca de R\$71 000.000,00 para habitação e saneamento, o que vai beneficiar 343 cidades. Aqui no orçamento, estamos com cerca de R\$31 000 000,00. Esses programas são importantes, muito consistentes, porque são voltados para a população de baixíssima renda que não podem se candidatar a financiamentos. É um campo que o Governo, juntamente com as lideranças políticas de Minas Gerais, vamos procurar atuar.

Também na questão da Reforma Agrária, existe uma liderança erguida, com o INCRA e o Ministério da Reforma Agrária. Minas está dando exemplo de uma boa condição, em termos da negociação, do envolvimento de todos os interlocutores na questão da Reforma Agrária. Os valores orçados estão bem abaixo dos previstos nas negociações com o Governo Federal.

Seriam essas as observações que gostaria de fazer, para não perder a oportunidade desse importante registro, num espaço democrático. Já estamos com um entrosamento grande com o relator e toda a bancada. Vamos conversar e amadurecer esses pontos. Mas o que gostaria mesmo de deixar é essa questão do REFORFUS, porque queria ter uma compreensão maior.

O ramal Pirapora/Unai faz parte do PMDI, do Brasil em Ação, é um objetivo estratégico de Governo. Foi negociada previamente a privatização da Vale. Existe a perspectiva de licitação ainda em setembro, por parte do Ministério dos Transportes, só que não teria a expressão orçamentária, porque é um investimento privado.

Posso tranquilizar o prefeito de que na próxima semana estará havendo um contato do Governo de Minas com o Ministério dos Transportes, para uma discussão ampla sobre essa questão.

O Secretário Marcos Pestana (Concluindo) - Isso é prioridade do Governador Eduardo Azeredo e do Presidente Fernando Henrique, vamos nos empenhar ao máximo para viabilizar esse investimento, que é fundamental para aquela promissora região do Noroeste, que pode ser uma das grandes fornecedoras de grãos na exportação, na dinâmica exportadora. Então, a questão que deixo, de fato, é a do REFORFUS.

O Coordenador (Deputado Federal João Fossarela) - Queremos agradecer a participação do Secretário Marcos Pestana.

Retomamos agora o encaminhamento que estávamos começando a dar. Vamos fazer um rápido comentário sobre as questões que foram colocadas, do ponto de vista geral. Em seguida, passaremos a palavra à assessoria, para que ela se manifeste sobre algumas questões de caráter mais estritamente técnico. Logo após, passaremos a palavra ao relator, para suas considerações finais.

Em relação a algumas questões colocadas sobre a transparência do processo orçamentário e sobre sua execução, eu gostaria de dizer que avançamos muito na transparência do orçamento. Se compararmos o que houve após o chamado "escândalo do orçamento" - acompanhado por toda a Nação - com a posterior aprovação da Resolução nº 2 e do novo regulamento da Comissão, o que ocorreu agora, no mês de agosto, veremos que houve avanços consideráveis quanto a irmos fazendo do orçamento uma peça mais compreensível, mais divulgada e mais conhecida, não só em suas regras, mas também em seus números. Entretanto, ainda estamos

muito longe daquilo que consideramos o ideal. Devo dizer, por exemplo, que não conseguimos clarear a questão do PROER. Havíamos feito uma LDO, uma emenda (quando falo nós, refiro-me aos Deputados), mas houve o veto por parte do Executivo. Também quanto à aplicação dos recursos do BNDES, não se conseguiu uma transparência maior. Aqui mesmo fica clara, por exemplo, a falta de transparência na regionalização, quando não se consegue saber exatamente por quais critérios algumas obras ali são postas como sendo nacionais, apesar de terem sua aplicação - como todas têm - num determinado Estado ou município. Mas, quando elas são classificadas como nacionais, elas acabam trazendo uma distorção na avaliação da regionalização. Então, acho que precisamos avançar mais nesse ponto. São totalmente fundamentadas as críticas e as queixas em relação a esse aspecto.

Mas acho que temos de avançar mais ainda na questão da execução orçamentária. Temos feito um enorme esforço no sentido de ter regras claras de execução, que evitem o contingenciamento e, ao mesmo tempo, evitem que o Executivo esteja totalmente à vontade no sentido de escolher o que ele irá de fato executar ou não. Já tentamos obter isso, por meio da LDO, mas não conseguimos grandes avanços em relação a retirar do orçamento o seu caráter apenas autorizativo e de procurar dar-lhe um aspecto mais determinativo. Esperamos que, com a aprovação da lei complementar que substitui a Lei nº 4.320, possamos ter regras de execução orçamentária mais claras.

Quanto à possibilidade de intervenção, foram feitas algumas queixas no sentido de que esta reunião teria mais um caráter informativo e de que a possibilidade de interferência pareceu um pouco limitada. Quanto a isso, eu gostaria de esclarecer que a capacidade de intervenção no orçamento se dá por meio das emendas individuais. Assim, os Deputados Estaduais ou a representação da comunidade aqui presente devem fazer as gestões necessárias aos Deputados Federais, quando da apresentação de suas emendas individuais. Entretanto, também há um outro espaço de intervenção, que é o da elaboração das emendas da bancada.

O Coordenador (Deputado Federal João Fossarela) (Concluindo) - As emendas de Bancada geralmente envolvem uma ampla negociação, envolvendo a Bancada Federal e os Governos dos diferentes Estados. Acho que os governos dos Estados, de mesma bancada federal, deveriam, nesse processo de discussão, ouvir e sentir os pleitos e ao mesmo tempo os sentimentos que vêm diretamente da comunidade ou através das Assembléias Legislativas.

O momento de interferência junto ao Governo do Estado - junto aos Deputados Federais é quando da elaboração e apresentação das emendas de Bancada, que são 10 para cada Estado. Mesmo procedimento em relação às emendas regionais. Mas há um outro momento ainda, que considero pouco explorado, e pode ser utilizado.

Levantou-se aqui a situação do Hospital das Clínicas. É uma emenda, um sentimento, uma necessidade que pode chegar ao Congresso Nacional através de gestões junto, por exemplo, à Comissão de Seguridade.

Cada comissão pode apresentar até cinco emendas no âmbito específico em que ela atua, ou na saúde, ou na educação, ou na seguridade, mesmo em outras atividades. Então, um outro mecanismo de atuação são as gestões que cada segmento da sociedade, cada Deputado, cada representação aqui na Assembléia Legislativa pode fazer chegar às comissões permanentes do Congresso Nacional e da Câmara.

Essas são as considerações de caráter geral que faríamos. Passaremos, sem seguida, a palavra a alguém para, em nome da Assessoria de Casa, possa dar alguma outra explicação adicional mais específica sobre as questões que aqui foram apresentadas.

O Sr. Eber Zoeler Santa Helena - Gostariamos de colocar algumas respostas ao Secretário de Planejamento de Minas Gerais. Maírcio Pestana, que acabou de fazer algumas considerações quanto a dotações constantes do PL para 1998, com relação ao REFORSUS. Realmente, para Minas Gerais só consta a dotação de R\$100.000,00. Entretanto, existe, em nível nacional, uma dotação de R\$125.000.000,00. Esses R\$125.000.000,00, de acordo com os acordos, contratos internacionais, podem vir a ser carimbados, podem vir a ser regionalizados exatamente através da intervenção dos senhores parlamentares da Bancada de Minas Gerais. Existe, dentro do REFORSUS 1, R\$125.000.000,00 em nível nacional.

Com relação ao desenvolvimento das bacias do Nordeste - Nordeste de Minas, existe uma dotação de R\$2.500.000,00 para investimento dos rios Jequitinhonha, Pardo e São Francisco.

Com relação ao Habitar Brasil, existe também uma programação, em nível nacional, de R\$1.200.000.000,00. Claro que essas programações, que contam com recursos externos - o Secretário muito bem sabe -, dependem dos acordos firmados, dependem das vinculações contratuais e, em razão disso, há a possibilidade de os parlamentares aprovarem emendas, mas isso, claro, de acordo com pressupostos existentes nos contratos.

Com relação à Reforma Agrária, realmente existe, em nível nacional, uma dotação elevada. Para Minas, existem R\$10.710.000,00 para implantação de projetos de consolidação. Mas existem também valores e mais, nacionais, como R\$11.000.000,00, por exemplo, que podem ser alocados especificamente. Existem também ações de Reforma Agrária de R\$3.000.000,00 a serem aplicados em Minas Gerais.

Segue, mais ou menos, aquela lógica. Existe o projeto, existe a atividade, existe uma parcela que varia de acordo com uma programação, que é nacional, e poderá ser regionalizada, conforme o interesse do Poder Executivo. Existe aquela parcela que já vem regionalizada na própria proposta orçamentária. E grande parte da atuação dos parlamentares é no sentido de já regionalizar aqueles recursos. O mais importante com relação a esses questionamos foi isso.

(Segue)

O Sr. Eber Zoeler Santa Helena - Agora, com relação a essa questão levantada da Ferrovia Pirapora-Unai, penso que ela já foi bem respondida pelo Secretário de Planejamento de Minas. O Plano Brasil em Ação não é simplesmente um plano da administração pública federal. Ele abrange todas as três esferas da administração, e não só isso. Abrange ações de agências oficiais de fomento como também da iniciativa privada. Tanto a CVRD quanto a malha da Rede Ferroviária Federal, relativa à Região Sudeste, já foram privatizadas. Então, não haveria como elas constarem da dotação específica no orçamento fiscal e de seguridade e muito menos também de investimentos, tendo em vista a retirada da CVRD do orçamento de investimentos das estatais.

Com relação ao questionamento feito pelo Sr. Francisco Marín(?), do INCRA de Minas Gerais, quando ele levanta a questão das ações de reforma agrária em Minas Gerais, ele gostaria de saber o montante de 1998. Pelo nosso levantamento, os recursos para custeio sob esse título e nessa rubrica "Ações de Reforma Agrária no Estado de

Minas Gerais" alcançam R\$300.000,00 para o custeio e 3,33 milhões de investimento. Agora, com relação a sua comparabilidade com execução neste ano, ela fica um pouco dificultada, tendo em vista que é há uma nova rubrica que foi inserida na programação para 1998. Então, não temos, agora em 1997, isso sob esse mesmo título "Ações para Reforma Agrária na Programação do INCRA". Mesmo assim, existe a implantação de projetos em Minas Gerais, com R\$4.000.000,00 previstos, sendo que, desse valor, já foram executados R\$500.000,00, ou seja, 13% somente.

Existe uma outra questão que penso fugir um pouco em relação à matéria que vem sendo veiculada aqui. É com relação ao ITP - Imposto Territorial Rural, questionando-se porque a União ainda é a titular desse imposto, porque é ela que o arrecada, e porque esse imposto não é retirado da União. Na realidade, ainda que a União arrecade integralmente esse imposto, 50% do seu valor, ou seja, do produto da arrecadação, por força de dispositivo constitucional, é distribuído proporcionalmente pelos municípios.

Então, o que teríamos de mais importante é isso. Vou passar a palavra ao Dr. Eugênio, que irá comentar com relação ao Fundo de Desenvolvimento da Educação. Muito obrigado.

O Sr. Eugênio Gregazzini - Há pelo menos duas questões suscitando dúvidas sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Existem muitas dúvidas, e ele passa a rigir agora em 1998, mas basicamente ele junta 15% dessas transferências a Estados e municípios, e a União compromete-se a, se esses 15% não forem suficientes para garantir R\$300,00 por aluno matriculado em cada Estado por ano, complementá-lo de forma a restabelecer esse nível. No orçamento de 1998, quatro Estados receberiam essa complementação. Seriam aqueles Estados cujos valores que compõem o Fundo, que são 15% do FPE, 15% do FPM, etc., são pequenos e cuja rede de alunos matriculados é grande, ficando, então, abaixo da linha. Mas a dúvida principal é em nível municipal. Estava trocando uma idéia com o Dr. Noronha, que compreende mais o já estudou mais essa questão municipal aqui em Minas Gerais. Ele poderia até esclarecer sobre a Secretaria de Planejamento aqui do Estado de Minas.

O Sr. Antônio Luiz Musa de Noronha - Peço desculpas aos senhores, porque não vim preparado para falar, mas tudo bem, pois tenho condições de explicar. Em primeiro lugar, temos que deixar uma coisa absolutamente clara: não existe um fundo de valorização do magistério e não existe uma instituição que se chamará fundo, como temos hoje no MEC, que é o Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação. O que vamos ter é uma conta bancária e recursos vinculados ao desenvolvimento e valorização do ensino e do magistério.

O Sr. Antônio Luiz Musa Noronha (concluindo) - Esse fundo não é do Estado, esse fundo é no Estado.

A composição de recursos do mesmo 15% de receita das transferências de FPE, 15% das transferências de FPM, 15% da transferência da Lei Kandir, compensação pela desoneração da exportação; 15% pelo imposto de exportação também; 15% do ITR recolhido no Estado.

Esse recurso é vinculado à educação no Estado. Esse recurso, depositado numa conta bancária vinculada ao Fundo e vinculada no Fundo a cada Estado e a cada município, é dividido pela matrícula pública. O montante de recurso arrecadado é dividido pela matrícula pública. Entende-se como matrícula pública o agregado da matrícula estadual e da

matrícula municipal. O valor agregado é dividido, então, pela matrícula pública, e tem-se o número-índice é o valor - que podemos entender - que custa por cada aluno na rede pública no Estado.

Se o valor for inferior a R\$300,00, a União complementar, está previsto no orçamento para 1998. Se o valor for superior a R\$300,00, não tem o que a União complementar. A distribuição do recurso entre o Estado e o município é feita multiplicando-se esse número-índice obtido pela matrícula pública de cada município pela matrícula pública estadual, ou seja, o município que tiver um número elevado de matrícula recebe recursos do Fundo maiores inclusive do que contribuiu, e o Estado recebe recurso do Fundo proporcionalmente ao tamanho de sua matrícula.

Acho que essa é a grande questão. Não existe o Fundo.

O Deputado Gilmar Machado - A que se refere a matrícula?

O Sr. Antônio Luiz Musa Noronha - A matrícula pública de 1º grau é a matrícula pública do ensino fundamental. O Fundo se destina a valorização do Magistério, o Fundo se destina exclusivamente ao ensino fundamental.

O Deputado Gilmar Machado - E quanto ao ensino médio?

O Sr. Antônio Luiz Musa Noronha - Quanto ao médio e ao 2º grau, não há previsão no Fundo.

O Deputado Gilmar Machado - E a pré-escola?

O Sr. Antônio Luiz Musa Noronha - A pré-escola também, o ensino fundamental.

O Deputado Gilmar Machado - E a alfabetização?

O Sr. Antônio Luiz Musa Noronha - Alfabetização, essa é uma questão. A questão da alfabetização precisaria de um especialista em educação para responder. Há alguns programas de alfabetização que podem ser considerados vinculados ao ensino fundamental. Não sei qual. Apesar de ter trabalhado na educação, não é a minha especialidade, Deputado. Temos muita gente aqui que pode responder, mas não eu.

Bem, quanto à utilização do recurso do Fundo, 60% dele, obrigatoriamente, é para o pagamento de salário de professor em efetivo exercício na sala de aula no ensino fundamental, e o restante para atender a programas do ensino fundamental.

Mais alguma dúvida? Eu agradeço.

O Coordenador (Deputado Federal João Passarella) - Continua com a palavra o Dr. Eugênio. Não sei se ele já terminou. (-Pausa)

Ouvidas as explicações fornecidas pela Assessoria, retornamos a palavra ao relator, Deputado Aracely de Paula.

O Deputado Federal Aracely de Paula - Meu caro Coordenador e colega, Deputado João Passarella, Deputado Ajalmar Silva, Presidente da reunião, Sr. Secretário, Sra. Secretária que representa aqui o Governo do Espírito Santo; Deputados, minhas senhoras e meus senhores, rapidamente, quero apenas agradecer a presença de todos e dizer que esta reunião reforça o nosso pensamento de que ninguém consegue fazer qualquer caminhada sem dar os primeiros passos.

Acho que há uma evolução evidente. O Coordenador a colocou com muita propriedade. Houve uma evolução muito grande no processo orçamentário da União e, em consequência, isso se irradia através dos Estados e dos municípios. Essa abertura, essa transparência real que se pretende dar à proposta é um chamamento à brasilidade, é um chamamento a nos conhecermos, como já disse no início, a nós mesmos.

Como houve uma evolução do ano de 1996 para 1997 e de 1997 para 1998, não tenham dúvidas de que a próxima comissão vai evoluir mais.

O Deputado Federal Aracely de Paula (Concluindo) - Não sei se algum dia chegaremos ao ponto ideal, mas, pelo menos, a pontos bastante positivos, com certeza, chegaremos. Sentimos que vamos colhendo, inclusive, o fruto das intervenções.

Não vim aqui defender o orçamento - essa não é a nossa função nem a nossa pretensão. Essa é uma proposta oriunda do Executivo. O que a nossa assessoria, com muita competência, com muita lealdade, e, acima de tudo, com muita isenção, sintetizou para o conhecimento da Nação significa evolução, significa uma contribuição decisiva. Não que se ouviu aqui, embora possa parecer que não, serve de subsídio, sim, na hora das decisões.

Grande parte do orçamento já foi realizado. O próprio Governador disse isso a respeito de Minas.

Não estou aqui para fazer apologia do Ministro do Planejamento, mas tivemos um contato com ele, assim que recebemos a proposta, para sabermos a respeito das emendas parlamentares, das emendas de bancada e dos interesses dos Estados e municípios, que não foram cumpridos pela União. Ele nos garantiu que, até o próximo mês, o Governo deve cumprir todos os seus compromissos. Espero que cumpra mesmo, até porque, se não cumprir, fica muito difícil defender uma proposta abstrata.

Temos que fazer o jogo da verdade, e é dentro desse espírito que eu entendo que essa reunião é válida.

Encerrando, gostaria de dizer que ontem fizemos um debate altamente produtivo na Região Sul, com representantes do Paraná, inclusive estiveram presentes o Governador e o Vice-Governador, e com representantes de Santa Catarina. Não compareceram representantes do Rio Grande do Sul. Enfim, as questões levantadas foram quase as mesmas.

No final do debate, o Secretário do Planejamento do Paraná, que reclamou muito das distorções e das injustiças que se fazem contra o Paraná, disse-me que esse orçamento era uma das propostas mais sérias que ele havia conhecido em sua vida pública. É o testemunho dele que eu gostaria de transmitir aos senhores, sem fazer qualquer análise.

Dá-nos uma certa tranquilidade a certeza de que, embora se trate de um orçamento bastante ingrato quanto às nossas necessidades, ele é bastante real, ele é algo do nosso momento. Se é certo ou errado, não vem ao caso: é o orçamento do nosso momento.

Repito que a nossa preocupação não é fazer a defesa da proposta, mas sim abrir espaço para que todos a conheçam e que, direta ou indiretamente, possam também dar a sua contribuição.

Encerro esta reunião agradecendo ao Dr. Marcos Santana, Vice-Prefeito de Belo Horizonte, que aqui representa o Prefeito Célio de Castro, e aos demais componentes da Mesa.

Aproveito para, por último, fazer em Minas Gerais o registro de que estamos aprendendo muito trabalhando na Comissão de Orçamento. Uma das maiores virtudes que temos adquirido é a de ouvir e analisar.

Dentro dessa conceituação, afirmo que é com muita tranquilidade que estamos transmitindo para o Brasil o trabalho da nossa assessoria técnica, altamente competente e responsável, e louvo, .. (- Segue)

O Deputado Federal Aracely de Paula (Concluindo) - Inclusive a intervenção do Deputado Sérgio Miranda em uma reunião da Comissão, em

[illegible]

4ª Reunião Regional, em 29/09/97, em Belém/PA

(Início da reunião sem registro de áudio.)

O SR. APRESENTADOR - ...se encontram, especialmente o Relator, Sr. Aracely de Paula, a assessora competente da Comissão de Orçamento, e dizer que estamos no aguardo, para que todo esse debate possa ser efetivamente materializado orçamentariamente. E nos "Filhos de Nazaré", com certeza o nosso Relator irá presenciar a fé do povo paraense na expectativa de um futuro melhor para esse Estado.

Muito obrigado.

Convidamos o Deputado Federal Aracely de Paula, Relator-Geral da Proposta Orçamentária da União para 1998.

Registramos a presença das seguintes autoridades: Dr. Sérgio Leão, Subsecretário de Planejamento, neste ato representando o S. Ex.º Dr. Almir Gabriel, Governador do Estado do Pará, Deputado Federal Paulo Rocha; Deputado Federal Gerson Peres, Deputada Federal Raquel Capibembe, Deputado Federal Giovanni Queiroz, Dr. Isper Lima, Secretário de Planejamento, neste ato representando o S. Ex.º o Governador do Estado do Amazonas, Dr. Paulo Júnior, Subsecretário de Planejamento do Estado do Acre, Dr. Agnaldo Olímpio de Almeida, Diretor de Orçamento da Seplan-TO, Dr. José Ramalho, Secretário de Planejamento do Estado do Amapá, Deputado Estadual Álvaro Romero, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, Deputada Lourdes Lima, neste ato representando a Assembleia Legislativa do Estado do Pará; Deputado Estadual Adenauer Góes; Dr. Victor Mateus, Secretário de Estado de Saúde; Dr. Clodomir Araújo, Secretário de Estado de Justiça; Professora Zélia de Deus, representando o Mag.º Reitor da Universidade Federal do Pará; e Professora Maria Isabel Castro Amazonas, Mag.ª Reitora da Universidade do Estado do Pará.

Passaremos agora à condução dos trabalhos ao Deputado Federal José Priante, designado pelo Presidente da Comissão para presidir esta reunião.

O SR. COORDENADOR (José Priante) - Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a todos os convidados que participam desta reunião, muito especialmente registrar e destacar a presença do Governador do Estado do Amapá, Dr. Capibembe, e desde já agradecer a gentileza do nosso Relator-Geral da União, Deputado Aracely de Paula, por estar presente em nossa Capital prestigiando este encontro, que vem dando sequência a outros encontros regionalizados, realizados por decisão da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, que tem o propósito preliminar de fazer uma grande radiografia das demandas brasileiras.

Por conta dessa intenção da Comissão de Orçamento, por orientação evidentemente que do Congresso Nacional, estamos realizando esta reunião, que é de trabalho, com a participação de diversos Parlamentares, mas fundamentalmente de dirigentes de órgãos de Estado presentes a esta reunião, dirigentes de órgãos Federais, prefeitos, enfim, aqueles que trazem, representando determinados segmentos da sociedade, especialmente instituições, as suas demandas, as suas preocupações, nesse momento crucial da vida nacional que é a discussão da elaboração do orçamento da União.

Eu gostaria, antes de dar início mais precisamente aos trabalhos, de fazer um registro a todos que participam desta reunião, da nossa profunda inquietação com um Parlamentar representando o Pará - eu particularmente tenho sido delegado por colegas juntamente com outros companheiros, assumimos a vanguarda de coordenarmos uma mobilização regional, a fim de tentarmos otimizar os recursos para a Amazônia, e, cada vez mais, pontuarmos as nossas diferenças, as nossas desigualdades, registrar que a Amazônia tem sido objeto de profundo colonialismo nacional, de profundo desprestígio, na verdade. Quando da elaboração do Orçamento, invariavelmente, a Amazônia fica com a menor parte. Ano passado tivemos uma luta terrível quando o Orçamento Geral da União chegou ao Congresso Nacional e o Pará pôde constatar que, no campo de infra-estrutura, estava quase zerado. Fundamentalmente no plano de transporte rodoviário o Pará sequer existia. É como se fosse um Estado que não fizesse parte da Federação. No Pará todas as rodovias vinham só até o limite do Estado, como se o Pará não existisse. Entretanto, discriminações como essas que estou ressaltando, especificamente em relação ao Pará, o Amapá tem sofrido, bem como outros Estados da Amazônia, e os menores as têm sofrido multiplicadamente.

Portanto, esta reunião tem a intenção de verificar nossas dores internamente e, mais, de fundamentalmente sensibilizar nosso Relator, que está presente e que terá a responsabilidade final de dar o corpo ao Orçamento Geral da União e de apresentá-lo ao Congresso Nacional, devendo, de todas as formas, ouvir as nossas demandas, conhecer um pouco da nossa região e verificar que fórmulas gerais, invariavelmente, não dão certo na Amazônia, dadas as nossas diferenças, desigualdades, peculiaridades e particularidades.

Com essas palavras dou por aberta esta reunião, justificando a ausência do Presidente da Comissão do Orçamento, Senador Ney Suassuna, que me incumbiu de tentar representá-lo na Comissão do Orçamento em Belém do Pará. Espero que essa reunião possa ter um resultado positivo, que

possa ser proveitosa e que nosso Relator possa materializar nossas demandas no Orçamento Geral da União. Assim, dou por inaugurada esta reunião, passando a palavra ao nosso Relator para fazer suas considerações iniciais.

O Dep. PAULO ROCHA - Sei que não é o tema da discussão, mas gostaria de fazer um registro. Creio que pode ser tema da discussão da Banca de Parlamentares Federais do Pará, amanhã, às 19 horas. Quero registrar, pelo menos no Fórum da Amazônia e aqui em nosso Estado, para não passarmos por políticos omissos, sobre a questão da Vale do Rio Doce e a transferência de poder político-administrativo para o Maranhão. Vamos transformar numa briga Pará e Maranhão, mas quero fazer esse registro publicamente para que nossa geração não passe por políticos omissos na defesa dos interesses do Estado.

Amanhã, o conjunto das forças políticas do Estado haverá de se posicionar coletivamente, em Brasília, para marcar nossa posição de insatisfação em relação ao tratamento dado ao Pará, uma vez que a Vale do Rio Doce em nosso Estado é uma empresa estratégica para nosso desenvolvimento. Nosso Estado pode contribuir com seu território, com suas riquezas e o resultado do desenvolvimento econômico pode trazer graves problemas. Então, amanhã queremos nos posicionar, mas é bom registrar publicamente na nossa capital e perante os políticos da Amazônia de que não há omissão, pelo menos, desta geração.

O Dep. ARACELY DE PAULA - Meu caro Presidente, Deputado José Priante; Exm.º Sr. Governador do Estado do Amapá, Dr. João Capibembe, meu prezado amigo e ilustre Senador Coutinho Jorge, Coordenador da 4ª reunião regional da comissão, meu prezado amigo e companheiro de comissão, Relator Setorial, Deputado Federal Giovanni Queiroz, prezada Deputada Raquel Capibembe, nossa colega; prezado e estimado amigo, Senador Jefferson Péres; meu prezado amigo e colega, Deputado Paulo Rocha, Srs. Deputados Estaduais, Prefeitos, representantes de entidades, pessoas que honram com suas presenças esta 4ª região regional da Comissão Mista de Orçamento, senhores da imprensa, assessoria técnica da Comissão Mista do Congresso Nacional, que para aqui se deslocou, a todos os nossos agradecimentos.

Meu prezado Presidente, eu gostaria de iniciar as minhas palavras, da região Norte do meu País, dizendo que aqui preferimos desprezar os dados comparativos que fazem parte de um trabalho fecundo da Comissão Mista de Orçamento para tentar estabelecermos um paralelo entre aquilo que os números expressam e aquilo que, na verdade, a realidade brasileira estampa.

Eu gostaria de dizer com isso que a nossa presença aqui é um motivo de honra e de orgulho, mas, antes disso, é motivo de satisfação poderemos estar aqui neste local do País, onde sentimos pulsar com muito mais vigor, com mais intensidade a realidade nacional, a verdade brasileira. Onde o pioneirismo se junta, não há apenas a atualidade do momento, mas esta vontade irrefreável de crescer.

Temos visitado todas as regiões do País, seqüenciando uma ação do ex-Presidente desta comissão, Deputado Sarney Filho, tentando levar não a verdade do Orçamento a cada região, mas captar de cada região alguma luz de verdade para colocarmos na Proposta Orçamentária. Eu diria aos senhores que essa experiência tem sido válida e que ela nos toca e nos emociona, porque aqueles que, como nós, com sentimento de brasilidade, acompanham esse diagnóstico feito pelos números é o cotejo com o diagnóstico feito pela realidade, vão encontrando o percurso do nosso caminhar, os contrastes, as diferenciações, as distorções entre o Brasil real, entre o Brasil da atualidade e o Brasil pelo qual lutamos e com o qual sonhamos. É difícil conseguir vislumbrar na frieza e na pobreza dos números orçamentários o que estamos constatando com nossa própria experiência, com nossa vivência. É difícil chegar na Amazônia, e em especial no Pará, e sentir que aqui existe um ser superior que empolga a alma do brasileiro, alguém que se posta nesta terra como gigante, numa postura de quem diz que "esse solo é meu", "esse país é meu", com a realidade que, às vezes, os números destoam.

Ser relator de uma proposta que não reflete a realidade de um momento, às vezes, nos machuca e fere, porque o contato com essa realidade, meu caro Senador Coutinho Jorge, realmente nos leva a refletir: este é o Brasil que queremos ou o Brasil que queremos é aquele que estamos buscando?

Acredito que, da valia dessas reuniões regionais, se não nos restar algo de material, vai nos restar uma força espiritual muito forte, um arcabouço para uma discussão de idéias que, evidentemente, haverão de prevalecer sobre os números. Se não temos dados comparativos para discutir no Norte, temos razões de sobra para entender a potencialidade do Norte. Mais do que nunca, essa região é o Brasil que conhecemos, que queremos; é o Brasil pelo qual lutamos, é o Brasil multiplicado pelas suas potencialidades e representado pelo valor da sua gente.

O Orçamento distribui muito pouco, é injusto não porque ele queira ser, mas pelo que ele pode oferecer em decorrência da demanda que recebemos constantemente de um país que quer crescer.

Pedimos a nossa assessoria que fizesse um Orçamento desmistificado, desmascarado, desnudo, que pudesse mostrar ao Brasil a face clara dos

números que, às vezes, podem enganar os menos desavisados, mas que, de agora para frente, se Deus quiser, não vão enganar mais ninguém.

O Brasil numérico, contábil, econômico é esse que estamos apresentando. É o Brasil do trabalho feito pela assessoria, palatável e acessível ao conhecimento e à compreensão de todos.

O Brasil que colocamos no Orçamento é o Brasil que colocamos na Internet e que pode ser "acessado" em todos os rincões, em todos os recantos, em todos os escritórios por esse Brasil afora.

É o Brasil colocado desde a execução do Orçamento de 1995, 1996, 1997, para ser apreciado, cotejado, comparado ao Brasil do Orçamento de 1997, com as suas distorções sim, com as suas injustiças sim, mas colocadas ao alcance de todos. Esse é o Brasil "acessado", manuseado que colocamos para o conhecimento de todos.

Se outra contribuição não pudéssemos dar, estamos dando a simplicidade. Entendo que ser transparente e claro, se não for figura de retórica, é uma obrigação de quem exerce as funções que estamos exercendo. Mas transformar essa retórica, essa transparência em realidade palpável é uma ação de coragem.

Esse é o Brasil que devemos realmente procurar. Esse é o Brasil que devemos melhorar. E esse é o Brasil que não devemos ter o mínimo receio de mostrar. É o Brasil dos brasileiros. É o Brasil de hoje. É o Brasil de pés no chão. É o Brasil com seus erros e acertos.

Eu gostaria que essa peça orçamentária que relatamos, muito mais do que uma peça contábil ou econômica, se transformasse em um motivo de reflexão, em um motivo de introspecção e análise feita por nós mesmos a respeito das nossas realidades. É isso que estamos propondo.

A partir do momento em que abandonarmos as paixões e partirmos para o debate das idéias, para o debate dos grandes temas nacionais que causaram as desigualdades, a partir do momento em que deixarmos a paixão e assumirmos a razão, encontraremos o Brasil que queremos, o Brasil de todos nós.

Gostaria que o orçamento, por mais paupérrimo que pudesse parecer, fosse esse instrumento que estamos oferecendo a nosso País.

Aproveito a oportunidade para agradecer aqui de público o valor da Bancada do Norte do meu País. Em especial saúdo e agradeço a claudência de elementos que trabalham na nossa Comissão, como o Senador Coutinho Jorge, o Deputado Giovanni Queiroz, nosso caro Presidente. Agradeço a contribuição sem par que tem nos dado constantemente a visão, o dinamismo e a garra do Deputado Jefferson Pêres. Enfim, a contribuição do Norte do nosso País é correspondente à grandeza que o Norte representa não apenas a grandeza geográfica, mas também a grandeza de vontade e garra para com a nossa Nação.

O Relator pode muito pouco. Quem pode é a Comissão. Quem pode é o Congresso Nacional. E entendo que, neste momento, na proposta que fazemos, o Congresso Nacional nada mais é do que o povo representado; e, representado, transforma-se no pilar mais sólido, no pilar mais robusto do conceito de democracia.

Espero que o Congresso represente tudo isso. E, porque espero hoje daqui do Pará, solicitei o adiamento da reunião da Comissão de Orçamento que deveria votar o parecer preliminar amanhã, para uma conversa - como estamos tendo aqui agora - com o Ministro Antonio Kandir. Não uma conversa sobre números, de programas ou subprogramas, mas sobre realidades, sobre constatações, uma conversa sobre o Brasil que estamos descobrindo a cada passo, que estamos descobrindo em cada Região.

Que Deus nos dê a oportunidade de sensibilizar como estamos sendo sensibilizados com essa nova visão.

A Comissão de Orçamento é a que mais se autopolícia; é a que mais procura acertar, é a que mais divide; é que mais se expõe, porque, em vez de distribuir o que o povo quer, dissemina dúvidas, deixa incertezas. E é isso que temos que desmistificar. É com essa idéia que temos que acabar. O Orçamento tem que ser simples. O Orçamento tem que ser conhecido por todos.

O Orçamento tem que ser discutido na escola. O Orçamento tem que ser discutido nas universidades, nos grandes debates. O Orçamento tem que ser discutido dentro de casa, quando o pai e a mãe de família discutem o dia de hoje e a incerteza de amanhã. Isso é Orçamento.

Agradeço a todos essa oportunidade. Foi muito bom para mim. É muito bom para a comissão a presença dos senhores, não para defender o Orçamento, porque essa não é a nossa missão, absolutamente, mas para uma visão nova daquilo que achamos que deva ser o Orçamento deste País, que é nosso como um todo.

Muito obrigado (Aplausos)

O SR. COORDENADOR (Dep. José Priante) - Ouvimos o nosso Relator.

Anuncio que a secretária de nossa comissão e os técnicos que estão nos assessorando nesta reunião estão à disposição dos dirigentes de órgãos, dos Deputados, de todos que queiram se inscrever para posteriores

questionamentos. Para facilitar esse procedimento, solicito que a secretária designe um funcionário para passar a lista de inscrições.

Registro a presença dos Deputados Asdrúbal Bentes e Mário Martins, que também participam da reunião.

Concedo a palavra ao Governador do Estado do Amapá, Dr. João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE - Meu caro Deputado José Priante, Coordenador da quarta reunião, Sr. Relator - é uma satisfação recebê-lo na Amazônia -, Senador Coutinho Jorge, Deputados, Prefeitos e Secretários aqui presentes, vou lhes roubar apenas 10 minutos.

Preste atenção às palavras do Relator. Considero também que é necessário deixarmos de lado as paixões e usarmos a razão para os grandes temas nacionais.

Eu teria muitas lamentações a fazer, como todos nós da Amazônia. Mas está na hora de começar a definir o que queremos. É evidente que a questão das diferenças entre Norte e Sul, entre a Amazônia e o Sul do País é histórica.

Lamentamos que o recurso seja pouco; lamentamos que o dinheiro não chegue, reclamamos que, quando conseguimos incluir o recurso no Orçamento, não vem o financeiro. Primeiro, é a luta para alocar os recursos no Orçamento; depois a luta para a execução financeira desse Orçamento, muitas das vezes uma luta em glória.

Quero falar de proposta nacional.

Temos a sensação, aqui na Amazônia distante, de que o País é governado pela metade. Também tenho a sensação de que a única coisa que não pode acontecer é virar o Brasil ao contrário. E temos uma vantagem. Não é possível modificar a geografia do País. E nós estamos bem mais próximos do Hemisfério Norte, dos grandes mercados consumidores do que o Centro-Sul brasileiro. No entanto, quem formula as políticas nacionais ainda não considerou essa nossa proximidade com os grandes mercados do Norte, do Hemisfério Norte.

Vim a esta reunião em que se discute o Orçamento, as prioridades, para falar exatamente de nós - e, quando falo nós, refiro-me ao Amapá e ao Pará, pois já fazemos parte do Pará e estamos para anexar uma parte do Pará ao Amapá, um pedaço do Marajó exatamente. E preciso que nós, amazônidas, aprofundemos o debate. Ora, estamos vivendo uma guerra de mercados, de um lado o nosso País envolvido em manter o bloco econômico iniciado há poucos anos, o Mercosul; do outro lado, os americanos querendo estender de ponta a ponta o seu domínio de mercado. Temos hoje uma situação que divide os países do hemisfério norte. Os americanos crescem sem desemprego. Do outro lado, a Europa apresenta índices de desempregados, sem grandes alternativas para o seu desenvolvimento. E eles precisam de mercado.

No Amapá, somos fronteira com a União Européia. Temos ali o departamento francês da Guiana, com o qual estreitamos uma relação, e, evidentemente, com a França. No caso do Amapá, a maior parte do estado encontra-se no hemisfério norte, portanto, temos essa fronteira.

Ora, isso poderia parecer sem importância há alguns anos, é verdade. Mas, hoje, com o processo de globalização das economias, com a formação de blocos econômicos, com as disputas de mercado, temos de destacar essa vantagem.

O Brasil não pode virar mais ao contrário. Pode haver o Mercosul, é verdade, que irá nos abranger a todos, mas temos de buscar alternativas. Estamos desenvolvendo um acordo de cooperação bilateral Brasil e França, que estabeleceu a possibilidade de desenvolvermos uma cooperação regional Amapá-Guiana.

Já fizemos um primeiro encontro e definimos como fundamental para nossa integração, comunicação, a ligação rodoviária. Do lado francês, até 1999, definimos a estrada que ligará Caiena a São Jorge do Oiapoque, consequentemente à fronteira brasileira, de tal forma que estaremos ligados, em 1999, até Georgetown, na República da Guiana e, em seguida, com a Venezuela e com a Centro América.

Isso abrirá uma perspectiva de mercado para nós da Região Norte e Nordeste. Só entre os países do platô da Guiana e do Caribe são seis milhões de habitantes que têm interesse nos nossos produtos. Essa questão nos coloca na posição de estabelecer a possibilidade de uma negociação com a União Europeia, que tem interesse no Mercosul.

Penso que se tivermos dois mercados, duas possibilidades, não há por que nos mantermos presos a essa ligação com o mercado americano. A nossa visão, do ponto de vista estratégico, dirige-se à integração que envolve diretamente o Pará. Já definimos uma série de programas que envolvem a exploração dos recursos da natureza: a pesca, a indústria da biodiversidade, o turismo. O Pará, na nossa concepção, está absolutamente integrado ao processo - não somente o Pará, como também os Estados nordestinos.

Sei que o Governo Federal está fazendo grande esforço para estabelecer essa ligação por intermédio de Manaus, Boa Vista, Venezuela. Mas essa ligação não nos atende, atende possivelmente ao Centro-Sul, com a ligação de Porto Velho-Manaus, que ainda está em projeto. Para essa não, o cus-

to é baixo, os franceses já interligarão em 1999. Temos de nos preparar para isso, porque o fluxo será incessante. Haverá interligação de vários países à nossa Região.

Na verdade, uma parte do nosso projeto, das nossas propostas para o Orçamento está diretamente vinculada ao programa de desenvolvimento sustentável que estamos implementando.

Quando falo que não adianta lamentar, mas sim formular as políticas para a nossa Região, faço-o em função disso. Definimos as nossas políticas. Sabemos o que queremos e estamos implementando o que queremos. Agora, precisamos dessa integração orçamentária, dessa integração política com os estados vizinhos para que possamos aproveitar melhor essa possibilidade concreta.

Estamos em avançadas negociações com várias empresas. Pretendemos estabelecer associações empresariais para padronizar os nossos produtos a fim de colocá-los no mercado europeu. Não podemos manter essa desvantagem profunda de fornecer matéria-prima e comprar produtos acabados, deixando a população brasileira no desemprego.

Na verdade, a globalização nos levará a isso caso estejamos preparados para ela. Podemos tirar vantagem, sim, do processo de globalização. É esta a minha preocupação: definir o que queremos e trabalhar para concretizar esse plano. Queremos melhorar a qualidade de vida da população dessa região, mesmo na diversidade da discriminação, da consideração de subcolônia interna. Realmente, o meu Estado viveu como subcolônia, uma colônia interna, até poucos anos atrás, na condição de território. Isso ainda está muito caracterizado.

Temos condições - capital, recursos naturais, étnicos, humanos - de compor esses fatores econômicos, sociais, ambientais, culturais, éticos para estabelecer aquilo que queremos, um programa que nos satisfaça. Isso no meu estado está muito claro.

Eu gostaria de ter integração com o Pará e demais estados amazônicos. Isso porque estamos trabalhando de uma forma desconectada. Gostaríamos de ver, no orçamento que vai beneficiar o Pará, verbas para viabilizar, por exemplo, a hidrovía do Marajó. Essa nos interessa porque servirá ao Pará. Ela reduzirá em 50% a distância que nos separa.

Quando nos integramos aos países do platô da Guiana, o Pará estará integrado. Então, temos a saída para o hemisfério norte, temos a possibilidade de entrar no centro dessa grande disputa de mercado dos países europeus, com os problemas que têm e com a vontade que têm da nossa vizinhança com um País europeu, e, evidentemente, buscar mais opções para nós.

Vocês poderão ver na proposta do estado que temos um desenho completo de uma nova matriz econômica. Uma coisa é certa: quem nasce na Amazônia não pode perder a utopia. Temos a ousadia de propor uma nova matriz econômica para o nosso estado. Vamos começar por treinar, adquirir tecnologia. É um começo difícil, mas aqui na Amazônia temos a possibilidade de fazer isso.

Sr. Relator, entendi bem o discurso. O orçamento me parece que será escasso em recursos. No entanto, eu só gostaria de passar essa imagem das necessidades regionais para vermos e pincelarmos nas propostas de cada estado o que é possível interligar. Citei o canal, a hidrovía, mas há vários outros projetos da região que podem ser aproveitados em conjunto para começarmos a ter essa dimensão amazônica.

Esse é um processo complicado. Temos regiões, como Manaus, que se está transformando numa grande concentração urbana. Aliás, toda a região está assim. Temos problemas urbanos, porque toda a população está concentrada nas capitais. Então, esses eixos de ligação possíveis, promovidos pelos órgãos de desenvolvimento regional, têm a função de amarrar as possibilidades de integração entre todos os estados amazônicos.

Quero felicitá-lo pelas suas palavras e por sua presença na região. Gostaria também de dizer que temos uma intenção, a de construir um caminho nosso. Não vamos mais lamentar. O paraense não vai mais lamentar essa discriminação toda, porque temos que chegar com uma proposta concreta ao Governo, e precisamos ser reconhecidos nessa proposta. É preciso que se entenda que estamos no hemisfério norte, que estamos próximos aos grandes mercados e que temos um projeto para produzir e também para fazer um grande intercâmbio econômico.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Dep. José Priante) - A lista continua à disposição dos convidados.

Vamos ouvir agora a palavra da Assessoria Técnica da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que farão uma exposição dos grandes números da Proposta Orçamentária para 1998 e dos investimentos previstos para cada Região. Diante desse quadro, evidentemente, iremos promover o debate.

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN - ... do Poder Legislativo no Orçamento. Essa participação do Legislativo no Orçamento é milenar. A Constituição legítima essa participação, prevendo uma lei complementar, já em tramitação no Congresso Nacional, além de prever um plano plurianual, que são as

diretrizes e objetivos do período governamental. O Plano Brasil Ação, na verdade, é um desdobramento programático do plano plurianual.

Temos também a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, da qual todos já ouviram falar, pois é tratada anualmente, além da Lei Orçamentária Anual. Esta última é dividida, na verdade, em três orçamentos: o fiscal, o da seguridade e o de investimento das estatais. O orçamento fiscal e o da seguridade é o orçamento da administração direta, autárquica e fundacional da União, enquanto o de investimento é o orçamento das estatais.

Vejam como esses instrumentos se dão no tempo, o Governo Fernando Henrique Cardoso, cujo mandato vai de 1995/1998, no primeiro ano prepara o plano plurianual para 1996/1999, que está vigente, em cada ano, existe uma LDO e uma Lei Orçamentária. A Lei Orçamentária tem que ser compatível com a LDO, que, por sua vez, tem que ser compatível com o plano plurianual. Então, esse sistema articulado no tempo e no espaço repete-se dessa forma.

Em 15 de abril de 1997, para nos situarmos em que fase estamos hoje, chegou o projeto da LDO para 1998 no Congresso Nacional. Em 30 de junho, foi votada a LDO para 1998. Essa LDO, então, deu as diretrizes para que o Poder Executivo preparasse o projeto da Lei Orçamentária para 1998, que chegou em 31 de agosto. Finalmente, o prazo para aprovação do Orçamento de 1998 é até o final do ano, no Congresso Nacional.

Os Ministérios e órgãos setoriais, articulados com o Ministério do Planejamento e Orçamento, mais especificamente com a SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças - e com a Presidência da República, elaboram o Orçamento. Em 31 de agosto, mandam-no ao Congresso Nacional, que imediatamente o remete à Comissão Mista de Orçamento. Esta depois se divide em Subcomissões, que analisam as áreas temáticas.

Quanto ao cronograma no Congresso Nacional, como falávamos, em 31 de agosto chegou ao Legislativo, e até o final do ano, mais especificamente em 15 de dezembro, quando termina a sessão legislativa, esse projeto deve ser devolvido ao Executivo. A proposta chega ao Congresso Nacional em 31 de agosto. Estamos agora nessa fase de audiências públicas e regionais. A proposta do parecer preliminar já foi apresentada.

Em seguida, falaremos de algo muito importante - as emendas ao Orçamento. A maneira de se alterar o Orçamento, ou seja, a discordância do Congresso Nacional, da Comissão ou dos Parlamentares com o Orçamento expressa-se nas emendas. O prazo de apresentação de emendas vai do dia 2 ao dia 16. Falaremos depois da importância das emendas de Bancada, pois a força política hoje manifesta-se na emenda coletiva, a emenda de Bancada.

Depois temos os relatórios setoriais das Subcomissões, mostrados anteriormente. O relatório geral é votado na Comissão Mista e depois no Congresso Nacional.

As emendas representam o instrumento pelo qual se altera a proposta vinda do Executivo. As emendas não são apenas dos Parlamentares. Além das emendas individuais, hoje limitadas em vinte por autor, a Resolução nº 2 criou as emendas coletivas, cuja principal categoria é a emenda de Bancada estadual. Podem ser apresentadas até dez emendas por Bancada. Elas devem ter um caráter estadual e são acompanhadas da ata da reunião que as aprovou.

Vamos falar apenas rapidamente sobre os outros tipos de emenda. As emendas de Bancada regional são menos importantes do ponto de vista de recursos, e as emendas de Comissão são aquelas apresentadas pelas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Há também as emendas de Relator, limitadas hoje a correções, erros e omissões de ordem técnica e legal. Em função dessa Resolução nº 2, o Relator-Geral não tem mais a liberdade de criar coisa nova no Orçamento, ele tem que ser provocado ou por Parlamentares, que têm inclusive um limite quantitativo de recursos, ou pelas Bancadas estaduais. Então, o Relator aprova as emendas que são de autoria ou de Parlamentares ou de autoria coletiva.

Falaremos aqui em alguns termos técnicos e daremos então uma idéia a respeito do assunto. Temos dois orçamentos: o orçamento fiscal e o da seguridade, e o orçamento das estatais. Na verdade, o orçamento fiscal e o da seguridade, como falávamos, é o orçamento da administração direta, enquanto o orçamento das estatais é o das sociedades de economia mista.

A despesa do orçamento fiscal, ou seja, da administração direta da União, é toda discriminada, toda dividida. Assim como acontece na União, nos Estados e nos Municípios, a classificação das despesas é uniforme, e geralmente se classificam da seguinte forma, com algumas variações. Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As Despesas Correntes são relativas a Pessoal e aos Encargos Sociais, que constituem o GNDU, cujo valor para 1998 iremos discriminar melhor depois. Como Despesas Correntes temos também os Juros e Encargos da Dívida. Os juros pagos são considerados Despesas Correntes, mas a amortização é considerada Despesa de Capital. E existe ainda a rubrica Outras Despesas Correntes.

Entre as Despesas de Capital, o que mais interessa aqui são os Investimentos, cuja previsão no orçamento fiscal e de seguridade é 8,4 (R\$8,4 bilhões). Nas estatais, são discriminados os Investimentos das Estatais, cujo valor é de R\$16,5 bilhões. Além dos investimentos, nas Despesas de Capital há as Inversões Financeiras, que são empréstimos concedidos, a Amortização da Dívida, que em boa parte não se trata de amortização, mas de refinanciamento da dívida, ou a chamada rolagem da dívida, e há outros grupos pequenos de Outras Despesas de Capital e de Reservas de Contingência, que são de montante insignificante.

O Congresso, no processo orçamentário, é limitado nos remanejamentos ao que a Constituição Federal determina. A Carta Magna veda o cancelamento em despesas - salvo erro comprovado - com pessoal, com juros e com a Previdência. Isso é vetado no parecer preliminar.

Temos as Transferências Constitucionais, e é defeso ao Congresso cortar, remanejar uma boa parte dos gastos correntes, uma parte dos investimentos, a maior parte das inversões financeiras e, ainda, da amortização líquida (falava que aquela amortização incluía o refinanciamento).

A maior parte do Orçamento não pode ser remanejada pelo Congresso, salvo se provar a existência de erro. Se demonstrar, por exemplo, que o juro previsto em R\$37 bilhões está errado, pode então corrigir esse valor.

Esse é o orçamento fiscal e da seguridade, aberto por grupo. Dessa forma, uma parte das Despesas Correntes pode ser remanejada com restrições de fonte e com algumas vinculações. Também pode haver remanejamento de determinada parcela dos Investimentos e das Inversões Financeiras. Livres para esse fim, desde que haja concordância no mérito, quer dizer, pode-se cortar, mas não significa que isso necessariamente ocorra.

A lógica do Orçamento é a seguinte pela Constituição Federal, so há a possibilidade de incluir uma despesa se for indicada a origem desse recurso. Para isso, há de se tirá-lo de algum item livre ou com restrições. Dai a importância desse quadro geral.

Na prática, caso se some tudo que é livre ou com restrições - ou seja, a parte verde e a parte amarela - haverá no custeio - no grupo 3 - um valor da ordem de R\$20 bilhões a R\$30 bilhões. É cortada, assim, uma quantia referente a 3%. Na parte do investimento, que resulta num valor no qual se pode incidir o corte relativamente a R\$5 bilhões, 30%.

Alguns erros e omissões na receita são às vezes encontrados, de modo que, baseado no processo orçamentário 1995-1997, o Congresso remanejou de R\$2,5 bilhões a R\$3,5 bilhões. Esse recurso destinou-se às emendas de Bancada, às quais nos referíamos como as mais significativas - R\$1,5 bilhão a R\$2 bilhões - e às emendas individuais, R\$0,8 bilhão, além das outras emendas.

A título de Investimentos, que consistem no principal objeto de interesse dos Estados e Municípios, com base em 1996, no projeto de lei, o Governo propôs R\$8,1 bilhões. Houve um acréscimo de aproximadamente R\$2,5 bilhões no Congresso Nacional, no qual, na lei aprovada, os Investimentos foram a R\$10,5 bilhões.

A execução no primeiro semestre de 1996 está em cerca de 10%. No segundo semestre, alcançou - acumulada - R\$5,7 bilhões. Então, em 1996, o Governo estabeleceu um valor de R\$8,1 bilhões, que foi acrescido, e a execução ficou em 54% do montante orçado na lei aprovada no Congresso Nacional.

A questão da execução tem sido a mais preocupante quando se trata de Orçamento. Esse gráfico mostra a execução dos investimentos federais acumulada mês a mês de 1995 a 1997, além de uma parte relativa ao segundo semestre de 1994.

Podemos concluir que a execução é muito acelerada no segundo semestre. Essa linha, denominada de execução uniforme, corresponderia, digamos, ao que seria um cronograma perfeito. O orçamento é de R\$10 bilhões. Se se liberasse um doze avos daquilo que normalmente seria executado, a linha seria essa. Está-se mostrando, então, em 1995 e em 1996, o que se aproximou um pouco mais dessa linha de execução, que é sempre muito maior, repito, no segundo semestre. Assim, o problema do Governo Federal, aparentemente, não é só o da disponibilidade de recursos. Existe também a questão de operacionalidade e de execução.

Nessa segunda parte, entraremos mais no Orçamento de 1998. Daremos uma visão estrutural dos grandes números, tentando entender por que o Investimento atinge um valor tão reduzido e buscando os principais ingredientes que afetam as finanças estaduais e municipais.

Na proposta orçamentária do Governo, assevera-se que os problemas-chave da União são o controle da dívida no balanço de pagamentos, que é o saldo de divisas, propondo como estratégia a redução das despesas orçamentárias por intermédio das reformas constitucionais, previdenciárias e administrativas, além do aumento de receita de privatizações principalmente nos setores elétrico e telefônico. E afirma-se que esse aumento ajudará a financiar o déficit corrente das contas externas, cujo significado ainda veremos. Propõe-se, também, o incentivo às exportações mediante lei complementar, Proex e BNDES, que tem um financiamento especial para isso. Os parâmetros utiliza-

dos são um crescimento de 4% do PIB, que é o grande número da Nação, previsto em R\$933 bilhões, e a inflação de 6%.

Ao analisar o Orçamento, observaremos que um dos grandes problemas é que ele reflete as contas nacionais, a previsão da receita e das despesas. Percebemos que o componente financeiro é muito presente e forte; e é difícil tentar compreender o orçamento sem considerar o que está por trás em termos de economia, principalmente no que tange a essa relação com as contas externas.

Nesse sentido, de modo bastante simplificado, mostraremos que a taxa de juros, que aumentou muito os gastos financeiros, foi provocada basicamente por uma política que vem das contas externas. Se levamos em conta a questão das reservas do País, cujo saldo hoje é da ordem de R\$60 bilhões, e abrir a origem desse saldo naquilo que se chama balanço comercial, de serviços e de capital, hodiernamente a situação, de modo geral, é a seguinte: temos uma exportação, que aumenta essa reserva e que está, todavia, sendo superada pela importação, ou seja, a saída de importações é maior do que a entrada que compõe essa reserva.

Quanto ao balanço de serviços, temos uma entrada pequena, que é o turismo no Brasil. São juros recebidos e transferência de residentes de fora para dentro do País. Temos ainda uma saída grande, que são as viagens externas de brasileiros, juros e fretes pagos.

Esse balanço em conta corrente é deficitário, uma vez que as saídas são maiores que as entradas. O que faz o equilíbrio das contas externas é o capital externo no Brasil, que vem atraído pela taxa de juros e faz suas aplicações principalmente no Programa de Privatização, além disso, há os empréstimos externos.

A balança de capital é favorável uma vez que a entrada maior equilibra a maior saída que atualmente está ocorrendo. Tudo isso está sendo mostrado para dizer que o orçamento provém da taxa de juros, que aumentou as despesas orçamentárias. Temos um sistema de compromissos que faz com que, se tentarmos diminuir a taxa de juros, haja uma melhora do orçamento por um lado, mas, por outro lado, ocorrerá uma piora na balança de capital uma vez que haverá diminuição na atração de capital externo e aumento da demanda interna, com isso, a tendência é se aumentarem as importações.

Quando se tenta pegar o orçamento por inteiro e reduzi-lo ao que interessa, há basicamente uma receita. Vamos tirar a parte financeira do orçamento justamente para tentar avaliar qual é a influência dos juros da dívida nele. Se pegarmos a parte não-financeira, ou seja, as receitas e despesas não-financeiras, teremos um resultado primário positivo.

Ocorre que, em função do estoque da dívida e da incidência dos juros, há uma taxa de juros líquida que absorve esse resultado primário e desequilibra novamente o orçamento. Esse desequilíbrio conhecido como déficit operacional deve ser compensado. Normalmente essa compensação é feita com um novo endividamento, com a emissão de novos títulos, que aumenta o estoque da dívida e gera esse ciclo. Atualmente, para quebrar esse círculo, o Governo propõe, pelo menos enquanto tiver ativos para isso, diminuir parte dessa dívida por meio do Programa de Privatização.

Verifiquemos agora os grandes números do orçamento. Se olharmos para o orçamento fiscal e de seguridade, veremos R\$437,9 bilhões, tanto pela receita quanto pela despesa. Vamos tentar eliminar as partes que pouco interessam, e a primeira delas é a do refinanciamento de rolagem da dívida, cujo valor, tanto na receita como na despesa, é de R\$170,13(?) bilhões. Ficamos com outras receitas em R\$164 bilhões e outras despesas de R\$264,9 bilhões. Primeiramente vamos tirar essa rolagem. Em seguida, vamos pegar a receita, aquilo que sobrou e ver o que é mais importante. Temos as receitas tributárias, que são basicamente os impostos e as receitas de contribuições, perfazendo o total de R\$264,9 bilhões. Entre as receitas tributárias e de contribuições, vamos ver quais são as mais importantes. Primeiro com relação às receitas de contribuições, no valor de R\$104 bilhões. Temos a receita do INSS, a receita da Cofins, a CPMF, que é de R\$8,3 bilhões. Podemos verificar que o orçamento da saúde é de R\$19 bilhões. A CPMF tem um significado importante para a saúde. Há contribuição social sobre o lucro, o PIS/PASEP, a contribuição do servidor que é de 4,1(?) e outras receitas. Essas são as receitas de contribuição com R\$103,8 bilhões.

No que se refere às receitas tributárias, a mais importante é o Imposto de Renda, de R\$33,9 bilhões. Temos também o IPI que é de R\$19 bilhões, o Imposto de Importação, o Imposto sobre Operações Financeiras, o ITR e os demais.

Os impostos mais importantes são o Imposto de Renda e o IPI. A reforma tributária altera tudo isso, principalmente com relação ao ICMS que, com relação a todos os Estados, está na faixa de R\$60 bilhões. A reforma mexe com a vida da União, dos Estados e dos Municípios e deve provocar um grande debate pela sua importância, que é óbvia.

Com relação às despesas, vamos verificar que daquele valor - R\$264,9 - as despesas de pessoal correspondem a 48,1(?), juros e encargos de 37,1; outras despesas correntes, que é um grupo que tem que ser mais bem detalhado, e benefícios previdenciários, 51. Lembro que a receita da Pre-

vidência era de 48 e os benefícios são 51, ou seja, há um déficit previdenciário. As transferências constitucionais, FPE e FPM são de 26,5, as demais, de 42,7.

Os investimentos ocupam 8,4, as inversões financeiras, que são os empréstimos, são de 21,8, a amortização líquida, exceto o refinanciamento, é de 26,5. Resta um pouco que não aparece e que é a reserva de contingência. Os juros e encargos da dívida estão crescendo em função daquelas relações econômicas e atingem 37,1 no orçamento para 1998.

A questão da Previdência Social é importante uma vez que diz respeito a milhões de brasileiros. A Previdência sempre teve um situação financeira satisfatória. Se compararmos a arrecadação líquida da Previdência Social desde 1984, 1985, 1986, 1987 até 1995 e as despesas com benefícios, podemos verificar que em 1995, 1996 e 1997, essa tendência está se invertendo e isso ocorreu naquela época em que houve aquele fato político em que a Previdência Social deixou de pagar a saúde por falta de recursos financeiros. Atualmente, a Previdência Social, recebe do Tesouro Nacional essa diferença que é de R\$2,8 bilhões.

Analisemos agora as despesas com pessoal sob dois enfoques. O primeiro é o dos preços correntes, ou seja, os preços verificados sem se considerar o efeito da inflação. Vimos que o total é de 48,1, sendo que os ativos ocupam 28 e os inativos aproximadamente 20. Lembremos que a contribuição dos inativos da União para a Previdência Social é em uma faixa de R\$4 bilhões. Aparentemente, portanto, a despesa com pessoal está aumentando, mas a preços constantes, mês a mês. Esse gráfico acumulado nos últimos 12 meses mostra que o total está basicamente na faixa de R\$45 bilhões, desde 1996, que é a época da política de reajuste zero - aquele mesmo raciocínio de retirar a parte financeira e trabalhar com a parte não-financeira para ver influência.

Então, seria o seguinte: R\$187,6 bilhões, ou, conforme raciocínio dos economistas, necessidade de financiamento do setor público para 1998. Esta é a previsão. R\$187,6 bilhões de receita arrecadados pela Receita Federal; pela Previdência Social, R\$48,4 bilhões e demais. As despesas da Previdência Social são de R\$51,2 bilhões. Lembrem-se que o déficit da Previdência Social é justamente esse: Pessoal, demais vinculações, saúde, investimento, 38,3. Isso gera um resultado primário de 7,5.

Como o Orçamento é montado? Principalmente, em função da meta de se ter um resultado primário de 7,5, que é 0,8% do PIB. Essa despesa é comprimida até que se obtenha o resultado primário. Em função da dívida líquida, tenho juros líquidos, e a incidência da taxa de juros, de R\$21 bilhões. Veja bem que esse juro é líquido, não é aquele de 37 que falávamos. Esses juros líquidos geram uma necessidade e um novo endividamento de R\$13,5 bilhões, que, teoricamente, aumentaria a dívida líquida federal. Só não aumenta porque há uma privatização, e o Governo vai usar praticamente toda a receita de privatização, R\$16 bilhões, no pagamento da dívida. Esse é o raciocínio básico.

Falava-se da relação das finanças federais com Estados e Municípios, e o FEF - Fundo de Estabilização Fiscal - foi objeto de muita discussão. O FEF estabeleceu um corte antes da distribuição dos fundos de participação e um corte depois. O corte feito antes provoca uma perda daquilo que, normalmente, seria distribuído aqui - os percentuais de distribuição. Com isso, o efeito do FEF nas transferências constitucionais é, basicamente, de uma perda de 8%, tanto no primeiro semestre de 97 e em 98 e 99. No caso dos Municípios, por ação dos Deputados - foi aprovado na Câmara -, houve um ressarcimento cujo valor é crescente e faz com que essa perda diminua até 99.

Um fundo que também tem grande importância nas finanças dos Estados e dos Municípios é o chamado Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. A engenharia desse fundo, basicamente, é a seguinte: a União transfere para os Estados o Fundo de Participação dos Estados, o IPI decorrente das exportações e a lei complementar e a parcela relativa à Lei Kandir, a Lei Complementar nº 87. A União transfere aos Municípios o Fundo de Participação dos Municípios. Os Estados arrecadam o ICM e, pela Constituição, 25% desse imposto devem ir aos Municípios. O Fundef toma 15% de tudo o que a União mandava para os Estados; toma 15% daquilo que ia dos Estados para os Municípios, toma 15% do FPM que ia para os Municípios e toma 15% do ICMS de cada Estado e compõe o Fundef. O recurso próprio da União entra nessa complementação para aqueles Estados que ficam abaixo da média de R\$300,00 por aluno matriculado. A União complementará os recursos do Fundo sempre que, em cada Estado ou no DF - isso acontecerá com o Pará, na Região Norte -, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido de R\$300,00 por aluno/ano. A distribuição entre Estados e Municípios será proporcional ao número de alunos das respectivas redes. No mínimo, também diz a emenda constitucional, 60% do Fundef será destinado ao pagamento dos professores do ensino fundamental. Para 98, há previsão de R\$88,3 milhões para o Pará, na Região Norte.

Em seguida, passarei a palavra ao Batista, que falará sobre os investimentos previstos para a Região.

O SR. JOSÉ BATISTA DA COSTA FILHO - Ex-mºs componentes da Mesa, demais presentes, tomarei menos do que um quarto do tempo do Dr. Eugênio, meu assunto é mais rápido. Mas gostaria de lembrar que, na Internet,

o endereço <http://www.camara.gov.br> tem dois sistemas: o sistema que apresenta essa proposta orçamentária de 1988 de uma maneira muito amigável - posteriormente, poderemos ver aqui - e a execução de 95, 96 e a deste ano, que estamos atualizando praticamente de 15 em 15 dias. É um sistema extremamente amigável, em que se pode ver o Orçamento de uma maneira mais simplificada do que ele aparece normalmente.

A regionalização começa com o marco institucional.

O SR. (Não identificado) - ...a nossa reunião. Gostaria que os funcionários da Casa chamassem nossos convidados que ainda estão fora da sala a fim de retomarmos a reunião.

Nesta fase, iremos ouvir a manifestação de representantes de Governos de Estado, representante do Governo do Estado do Pará, o Subsecretário de Planejamento, aqui representando S. Exª Dr. Almir Gabriel, Governador do Pará. Ouviremos, posteriormente, o Secretário de Planejamento do Estado do Amapá, Dr. José Ramalho, o Dr. Paulo Bije (?), Subsecretário de Planejamento do Estado do Acre, Dr. Isper Lima, Secretário de Planejamento, neste ato representando S. Exª o Governador do Estado do Amazonas; Dr. Agnaldo Olímpio de Almeida, Diretor de Orçamento da Gabriel.

O microfone central está à disposição para as devidas exposições, e a lista de inscrição para as intervenções está aposta à mesa, com a nossa Secretária da Comissão de Orçamento, Srª Mirna.

Ouviremos o Senador Coutinho Jorge, que tem alguns esclarecimentos a fazer.

O Sen. COUTINHO JORGE - Meus amigos e minhas amigas, vamos entrar na parte, como já disse o Deputado José Priante, em que os Estados vão trazer as suas inquietações e sugestões em relação ao Orçamento de 98.

Quero lembrar que as propostas, conforme foi combinado, devem ser bastante objetivas, concretas. Foi sugerido aos Estados que entregassem documentos sucintos das propostas ao Orçamento de 98.

Tenho a responsabilidade, como Relator da reunião, de sintetizar todas as propostas a fim de facilitar a decisão do Relator-Geral aqui presente, que levará em consideração as posições de cada Estado.

Quero lembrar também que, além desta reunião global, teremos reuniões por Bancada para discutir os detalhes das emendas por Estado e por região. Portanto, as reuniões que teremos em Brasília serão objetivas e concretas em relação às emendas.

Hoje vamos ouvir as teses, as propostas e as idéias sobre cada região. Peço, portanto, a todos os companheiros dos Estados, conforme postulado anteriormente, o envio dessas propostas, de forma bastante breve, para que possamos ser objetivos e tirarmos algo concreto desta reunião regional.

Como Relator da reunião, eram essas as considerações que gostaria de fazer aos que irão apresentar as suas reivindicações.

O SR. COORDENADOR (Dep. José Priante) - Vamos chamar o representante do Estado do Acre, Dr. Paulo Júnior, Subsecretário de Planejamento.

O SR. PAULO JÚNIOR - Sr. Presidente, Deputado José Priante, Sr. Coordenador da Comissão, Senador Coutinho Jorge, Sr. Relator, Deputado Aracely de Paula, o Estado do Acre, nesses dois anos, tem trabalhado com transporte e energia no setor de infra-estrutura, o setor transporte inclui as rodovias BR-364 e BR-317. Essas são, pois, as duas prioridades do Governo Orleir Cameli.

Como foi dito pelo Governador do Amapá, naquele Estado há uma tendência de se querer fazer a ligação com o Hemisfério Norte; no Acre, no entanto, temos tendência de fazê-la com o Pacífico, fato inclusive já comentado em diversas reuniões com o Senado e a Câmara. Daí o esforço que o Governo Orleir Cameli está fazendo para executar a BR-317 na ligação com o Peru e a Bolívia. Queremos interligar todos os municípios do Estado do Acre, no entanto, a segunda cidade do Estado, que é Cruzeiro do Sul, distante 700 quilômetros de Rio Branco, ainda não está ligada rodoviariamente com a capital. Por isso, sempre temos tentado alocar recursos nos orçamentos para a execução da BR-364.

Um outro ponto que devo destacar é o setor energético: diversas cidades do Estado ainda se ressentem de falta de energia durante as 24 horas do dia. O problema que ocorreu em Rio Branco recentemente é freqüente em todo o Estado, e o setor produtivo se ressentiu demais dessa falta de energia.

No setor social temos três prioridades: educação, saúde e segurança. Apesar das ações nas áreas de saúde e educação estarem bastante adiantadas, ainda precisamos alocar recursos para o setor, principalmente para a parte física de hospitais, centros de saúde e centros escolares.

Finalmente, com relação à segurança - que hoje não é um problema só do Acre, mas de todo o Brasil -, ainda temos que recuperar a penitenciária local e construir algumas outras delegacias a fim de que possamos dar maior segurança à população.

Em resumo, esses são os pleitos mais objetivos do Estado do Acre. Com certeza, os nossos Senadores e Deputados discutirão mais detalhadamente esse assunto na Comissão.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Dep. José Priante) - Ouvimos o representante do Acre. Ouviremos, agora, o representante do Estado do Amazonas. Dr. Isper Lima, Secretário de Planejamento.

O SR. ISPER LIMA - Sr. Presidente, Deputado José Priante, Senador Coutinho Jorge, Deputado Aracely de Paula, de uma maneira objetiva o Estado do Amazonas pleiteia investimentos na área de saneamento, inclusive para a ampliação do sistema de abastecimento de água e melhora do sistema já existente no interior do Estado, na parte de infra-estrutura, pleiteamos recursos para a melhora das hidrovias do Madeira, drenagem do rio Negro e restauração de trechos da BR-319, bem como a conclusão da BR-174, na área de segurança, melhora de parte do complexo penitenciário da cidade, bem como recursos para a realização de obras em casas de detenção de algumas cidades do interior e na Casa do Albergado, na parte masculina e feminina.

Finalizando, a parte de investimentos, terceiro ciclo, que está sendo implantada há cerca de três anos no Estado do Amazonas, visa basicamente ao desenvolvimento auto-sustentável do interior do Estado, principalmente na área agrícola e de extensão rural.

Em síntese, são esses os pleitos do Estado do Amazonas que ora passo à Mesa por escrito.

O SR. COORDENADOR (Dep. José Priante) - Agradecemos a intervenção do Dr. Isper Lima. Vamos chamar o Dr. Sérgio Leão, representando o Governador Almir Gabriel.

O SR. SÉRGIO LEÃO - O Estado do Pará, juntamente com a sua Bancada, tem apresentado de maneira bastante consolidada os principais projetos, que chamamos de Projetos Estratégicos para o Estado do Pará.

Na proposta orçamentária para 1998, esses projetos estão contemplados, mas alguns precisam sofrer algumas correções. Como exemplo citamos a duplicação da BR-316, projeto que se encontra previsto no Orçamento deste ano, e cujas obras foram iniciadas, mas os recursos são insuficientes para sua conclusão. A proposta orçamentária para 1998 simplesmente prevê R\$500 mil, valor insuficiente para conclusão da duplicação desejada. O pleito é no sentido de que possamos colocar o valor necessário para a conclusão dessa obra, que já foi promissora.

O mesmo ocorre com relação à BR-230, que recebeu recursos no Orçamento de 1997 e aparece contemplada com apenas R\$1 milhão no Orçamento de 1998. Gostaríamos que pelo menos se repetissem os valores que foram alocados no Orçamento de 1997, a fim de que pudéssemos assegurar a continuidade do asfaltamento e do trabalho de implantação definitiva dessa rodovia, que é uma rodovia federal de extrema importância para o Pará.

O mesmo acontece, também, com a BR-158, para a qual necessitamos de um reforço dos recursos alocados para 1998, do contrário, não vamos conseguir concluir a obra iniciada com recursos do Orçamento de 1997.

Necessitamos, outrossim, de reforço para o projeto "Eliminação de Pontos Críticos", que aparece com valor extremamente pequeno. Precisamos fortalecê-lo a fim de que possamos garantir qualidade e condições de trafegabilidade das nossas rodovias.

Na proposta de 1998, também está prevista a recuperação da infra-estrutura do porto de Santarém, que aparece com R\$2 milhões, valor insuficiente para que possamos assegurar qualidade ao porto, haja vista que ele assume uma importância fundamental na medida em que pode carrear cargas que estão vindo pela hidrovio da Madeira até Itaquatiara. Já se construiu um terminal graneleiro naquele porto, cuja tendência é se consolidar dentro da estrutura de transporte da região Norte e não só do Estado do Pará.

Dentro do Ministério de Minas e Energia, a implantação da linha de transmissão de energia elétrica Tucuruí-região do Baixo Tocantins está contemplada no Orçamento para 1998. Já está no de 1997, mas os recursos colocados não assegurariam a conclusão da obra, que é extremamente importante para o Baixo Tocantins.

E gostaríamos de fazer a colocação de mais dois pleitos: implantação do sistema de transmissão do sul do Pará e implantação do sistema de transmissão do nordeste do Pará.

Há também um pleito para a construção e compra de equipamentos para hospitais regionais no Pará, sendo um em Marabá e outro em Altamira, e a ampliação e adequação do Laboratório Central do Estado.

Um último pleito seria para a melhora das condições habitacionais em áreas urbanas e rurais do Estado, que está contemplado no Orçamento, mas com valor extremamente pequeno.

Hoje a política do Estado é fortalecer os investimentos na área de habitação e saneamento, principalmente nos Municípios do Estado.

Esses seriam os principais pleitos. Além desses, há outros que consideramos de repercussão regional. É o caso da hidrovio Araguaia-Tocantins e outros que o Estado apóia, para os quais precisamos assegurar recursos a fim de garantirmos sua continuidade.

Passo à Mesa agora...

(Defeito na gravação. Inaudível.)

O SR. COORDENADOR (Dep. José Priante) - César Mansouto, Secretário de Planejamento do Estado de Roraima.

O SR. CÉSAR MANSOUTO - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, colegas que participam deste encontro, os pleitos de Roraima não diferem, na essência, dos apresentados pelos colegas dos outros Estados.

Gostaria de chamar a atenção dos senhores para o fato de que estamos nesta reunião procurando enfatizar o Orçamento Roraima evidentemente procura recursos para investir em sua infra-estrutura, já que é uma região extremamente discriminada em relação a outras do Brasil. Por exemplo, a BR-174, é o item número um do Brasil em Ação. Coube ao Estado quase 60% do financeiro da obra, ficando a União com 40%.

(defeito na gravação) Enquanto que, em relação à Fernão Dias, coube ao Estado apenas 25%.

Gostaria de fazer um apelo a fim de que houvesse um trabalho na região Norte à semelhança do que foi feito no Sul e Sudeste. Quando se construíram os pólos, quando se construíram as grandes indústrias, houve um investimento maciço do Governo Federal em infra-estrutura e na parte produtiva. Não adianta criar a BR-174 se não vierem, a jusante desse eixo que está se abrindo, iniciativas do Governo Federal, pois o Governo Estadual de Roraima - falo por ele - tem um custo muito elevado. Temos que segurar a educação em 25%, a saúde em quase 16%, são quase R\$50 milhões por mês porque não chegam recursos do Governo Federal no Estado.

Os eixos que se abrem na região nada significarão a não ser mais pobreza, se não houver iniciativas outras que contemplem o setor produtivo e o setor de assentamento. Roraima, a exemplo de outros Estados da região, clama por infra-estrutura, por saúde, por educação, por segurança.

Faço um apelo a todos nós que trabalhamos com Orçamento: que façamos pressão junto ao Governo Federal para tentarmos o efetivo desenvolvimento de que todos precisamos.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Dep. José Priante) - Muito obrigado ao representante do Estado de Roraima.

Dando continuidade a esta fase, chamo o Dr. Agnaldo Olímpio de Almeida, Diretor de Orçamento da Seplan do Estado de Tocantins.

O SR. AGNALDO OLÍMPIO DE ALMEIDA - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, com referência aos recursos do Orçamento da União para o Estado de Tocantins, consignado no projeto de lei ora em tramitação no Congresso Nacional, tomamos conhecimento de que o Governo Federal destinou apenas um montante de R\$197,3 milhões - inferior ao valor de 1997 -, incluindo as transferências ao Estado, aos Municípios e aplicações diretas nos órgãos federais.

É imperativo ressaltar, senhores, que o Estado de Tocantins teve emancipação direta sem ter auferido os investimentos federais que já contemplavam os Territórios posteriormente transformados em Estados e sequer recebeu as dotações constitucionais obrigatórias para a sua implantação (§ 6º, art. 13, das Disposições Constitucionais Transitórias), no valor anual de US\$100 mil durante 10 anos, a partir de sua criação, caracterizando desobediência legal e desigualdade de tratamento em relação aos Territórios, Estados e Distrito Federal, sendo que muitas das unidades federativas emancipadas, além de recursos recebidos para sua implantação, continuam tendo suas folhas de pagamento pagas pela União.

Uma evidência estatística digna de reflexão é a discriminação constante nos Orçamentos da União. O Estado de Tocantins é, na região Norte, o terceiro em área, o quarto em população e, sistematicamente, o último na alocação de recursos no Orçamento Geral da União.

Mais grave ainda, senhores, é o fato de que os recursos que lhe são destinados, além de reduzidos, não são integralmente repassados porque as liberações efetivas foram em 1995, de 83% do previsto; em 1996, de 66%, e, em 1997, até a presente data, de 32% empenhados e apenas 14% liberados.

Dentre as principais ações desenvolvidas pelo Governo de Tocantins destacamos a construção e pavimentação de 2.800 km de rodovias até o final do exercício de 1998, implantação e consolidação da capital do Estado, Palmas, aquisição de 360 máquinas para patrulha rodoviária e mais de 100 tratores agrícolas para apoio ao pequeno agricultor; assistência integral à criança e ao adolescente, com cerca de 140 sedes e 30 mil assistidos; apoio a 1.500 pessoas idosas, apoio à pessoa portadora de deficiência, descentralização nas áreas de saúde e educação, eletrificação rural, projetos de ecoturismo; desestatização de empresas públicas, além de outras.

Finalmente, esperamos contar com o apoio decisivo do Governo Federal na execução de programas fundamentais para o desenvolvimento do Estado de Tocantins em 1998 e, conseqüentemente, para toda a região Norte, cabendo destacar o início das obras da usina hidrelétrica do Lajeado, em parceria com a iniciativa privada, a conclusão da ponte ferroviária sobre o rio Tocantins, divisa do Maranhão; a construção do trecho ferroviário de Imperatriz, 150 km da Ferrovia Norte-Sul, a hidrovio Araguaia-Tocantins; recursos para geração de renda no Estado e Municípios de Tocantins, construção de unidades hospitalares, adequação da infra-estrutura dos distritos industriais em Municípios de Tocantins; construção do campus da Universidade de Tocantins; recursos para habitações populares e saneamento básico, infra-estrutura do com- -

plexo ecoturístico do Araguaia, obras comunitárias, irrigação no Programa de Desenvolvimento do Cerrado, o Prodecir 3, eletrificação rural, e; mecanização agrícola

O Tocantins se orgulha de ser o Estado da livre iniciativa e da justiça social.

Passo às mãos dos senhores nosso parecer

O SR. COORDENADOR (Dep. José Priante) - Muito obrigado ao representante do Estado de Tocantins

Chamamos o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Amapá, Antônio Gomes de Oliveira

O SR. ANTÔNIO GOMES DE OLIVEIRA - Gostaria de agradecer aos membros da Mesa Diretora o convite para aqui comparecer. Minha intervenção não é para pleitear recursos para a Universidade Federal do Amapá, mas sim para a Amazônia como um todo. Os reitores juntos se programaram e encaminharam uma proposta de emenda ao Orçamento da União, que está consubstanciada no documento que tenho em mãos e que foi enviada a todos os Parlamentares da Amazônia. E gostaria de saber, também, dado que alguns parâmetros são importantíssimos para que todos entendam as razões de um grande programa que já existe na Amazônia, que é o programa de interiorização das universidades, se seria possível que pelo menos duas transparências simples pudessem ser passadas

O SR. COORDENADOR (Dep. José Priante) - Por favor, gostaria que a assessoria pudesse colaborar com o Reitor

O SR. ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA - Essa emenda tem o total de um pouco mais de R\$39 milhões, cuja justificativa, extremamente simples, mostra que há mais de 12 anos as universidades da Amazônia se juntaram e trabalham coesas. Elas demonstram que a Região precisa - o que já foi decantado nessa reunião - nesse momento da regionalização das atitudes e dos programas. Creio eu que essa é uma proposta que deve ser apoiada por toda a Bancada amazônica

Conforme pode ser visto na primeira transparência, o Programa Norte de interiorização poderá ser medido, avaliado relativamente aquilo que existe no País. Primeiro, enquanto no Sudeste, para cada grupo de 100 jovens entre 20 e 24 anos, são oferecidas 16 vagas de ensino superior, no Norte, a oferta não vai além de 7, sendo a oferta média no Brasil de 12,25 vagas para cada 100 jovens. No Sudeste, 16 vagas para cada 100, Norte, 7 vagas para cada 100. Média brasileira 12,25 para cada 100.

A Região Norte expandiu o ensino do segundo grau muito acima da média de expansão brasileira. Entre 1991 e 1994, a expansão do segundo grau no Brasil foi de 52,2% e já na Região Norte foi de 83,4%.

O número de concluintes do segundo grau na Região Norte cresceu 56,8%. No mesmo período, no Brasil todo, esse crescimento foi de 45,7%.

No sistema brasileiro de ensino superior, somente 22% dos estudantes estão em universidades e escolas superiores federais. Ou seja, a região tem muito mais escolas federais do que particulares, e o Sul tem muito mais particulares do que federais. Na Região Norte, eles são 66%, em contrapartida, 22% no Sudeste. Lá as universidades particulares não se instalam devido ao baixo nível de renda da população

Por outro lado, as instituições federais de ensino superior são muito mais enxutas na Região Norte do que no restante do País. Enquanto que nas outras regiões a quantidade de alunos por professor é de 8 a 9, na Região Norte essa relação sobe para 13 alunos para cada professor. Isso é uma média. O Amapá tem 22 alunos por professor

Por favor, o segundo slide. Na média brasileira, as vagas universitárias estão distribuídas igualmente entre interior e capital. É interessante que o programa de interiorização está fazendo isso em nível de Amazônia. Na capital, 49,8, para o interior, 50,2. São dados de 1994

No mesmo ano, na Região Norte, onde as capitais concentram apenas entre 25% e 30% do contingente populacional dos Estados, a oferta de vaga no interior era de 18,3% no total. E isso aconteceu depois de se ter registrado um aumento de oferta, entre 1991 e 1994, de 190,3% de vagas no interior, graças ao programa de interiorização.

Até agora, a interiorização voltou-se para o atendimento de uma prioridade: o ataque às deficiências do ensino do primeiro e segundo graus. A quase completa eliminação da figura do professor leigo, em uma década de esforços, é um resultado espetacular, mas insuficiente. Torna-se necessário, agora, investir na formação de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável.

A nossa proposta, então, é de que seja vista com bons olhos a emenda ao Orçamento; caso contrário, as diferenças nossas com o sul do País se aprofundarão. E, pelos cálculos que temos, levaremos 100 anos sem conseguir parar de patinar na lama. Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Dep. José Priante) - Agradecemos a intervenção do Reitor da Universidade do Amapá. Gostaríamos de chamar o Dr. Victor, Secretário de Saúde do Estado do Pará.

O SR. VICTOR - Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, meus senhores, o fato de olhar a proposta orçamentária da União para 1998, na área de saúde, leva-me a ficar preocupado, principalmente no que concerne à parte orçamentária da Fundação Nacional de Saúde.

Se pegarmos à pág. 36, relativamente à questão da proposta orçamentária do exercício, temos, na linha programática e orçamentária, que é a manutenção das unidades de saúde, R\$10 milhões, aproximadamente, para manter as unidades da fundação em todo o Brasil.

Não foi feito nenhum destaque orçamentário para a manutenção das unidades nos Estados, nas Unidades Federadas. Isso me leva a supor que não se tem nenhum tipo de viabilidade para a manutenção dessas unidades da fundação no Brasil, como um todo. Se isso acontecer, principalmente na região amazônica, estamos fadados a ter o fechamento dessas unidades sem haver uma política de descentralização efetiva, visando repasses prestados em Municípios. Se isso acontecer dentro da Fundação Nacional, na parte que concerne ao Orçamento, a região amazônica vai ser extremamente penalizada pela maneira como se está dotando em termos orçamentários. E, pela importância que tem a Fundação Nacional de Saúde na Amazônia, teremos praticamente uma solução de continuidade prestada nas partes mais rurais de cada Estado. Isso me leva a pressupor que se deve saber qual é a posição da Fundação Nacional de Saúde perante a manutenção dessas unidades. Caso contrário, teremos um certo problema de saúde pública, principalmente na região amazônica.

Levo o assunto à consideração da coordenação da Mesa e do Relator, para que houvesse um aprofundamento de como é que se vai fazer a manutenção dessas unidades referentes à Fundação Nacional de Saúde.

O SR. COORDENADOR (Dep. José Priante) - O Sr. Wagner Fontes, representando o Instituto Nova Geração Brasil.

O SR. WAGNER FONTES - Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, Srs. e Srs., inicialmente, muito embora fora do que se está debatendo e discutindo e das colocações que estão sendo feitas, gostaria de fazer aqui um rápido esclarecimento sobre o Instituto Nova Geração Brasil. Quando fomos fazer a inscrição, a secretária naturalmente não havia ainda ouvido falar sobre o instituto, como também acho que todos aqui não sabem.

O Instituto Nova Geração Brasil está surgindo. Ele já existe de fato e de direito, então logo estará no Diário Oficial para conhecimento de todos, até pelo fato que aqui muitas pessoas já colocaram. O Reitor veio aqui e muito bem fez a sua exposição, com várias outras pessoas. Agora mesmo, um representante de Rondônia falava da discriminação, das perdas e da diferença de consideração. Um jovem da área de finanças, do Estado de Tocantins, também falava da discriminação dos Estados da Região Norte. E nós estamos observando, sentindo na pele, os prejuízos e as consequências dessa diferenciação de tratamento, de consideração, com o povo da Região Norte.

No início, o Deputado Federal Paulo Rocha colocou muito bem a questão da transferência do escritório e de toda a infra-estrutura administrativa da Vale do Rio Doce para o Estado - se não me engano - do Maranhão.

Sr. Presidente, pedi para fazer umas colocações - um pouco fora da questão orçamentária, mas também de interesse - sobre a qualidade de vida do povo.

Cada Estado tem suas riquezas naturais e creio que o seu povo deve se beneficiar da exploração dessas riquezas para que possa se manter, sobreviver nos seus respectivos Estados.

No Estado do Pará, sofremos as consequências dos prejuízos com o alumínio e o ferro. Agora, estamos ouvindo conversas, embora nada oficial, que o cobre poderá ser beneficiado no Estado da Bahia.

O Instituto Nova Geração Brasil surge exatamente com o objetivo, entre outros, de lutar por essas questões e nos, da Região Norte, devemos nos unir para fazer valer os nossos direitos, para fazer com que o pessoal do Sul, do Centro-Oeste, do Sudeste ou de Brasília respeite o povo do Estado do Pará e para que o cobre daquele Estado possa lá mesmo ser industrializado, trabalhado, verticalizado, beneficiando sua população. Se levam o cobre para o Estado da Bahia, por exemplo, o povo paraense ficará apenas com o prejuízo de tudo.

E quais são as nossas riquezas? O ouro, o cobre, o ferro, a madeira de lei, como o mogno, que representam nossa sobrevivência. Por isso, temos que lutar e defender o que é nosso, para que as nossas riquezas naturais sejam beneficiadas, naturalmente dentro do possível, em nosso Estado.

Estamos nos organizando para defender o que é nosso, nem que dê sangue à altura dos joelhos, mas que o cobre não saia daqui. Não podemos ter sangue de barata. Nós, da Região Norte, temos que nos fazer respeitar, porque na verdade estamos sendo desrespeitados.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado senhores e senhoras. (Palmas)

O SR. COORDENADOR (Dep. José Priante) - Acabamos de ouvir o Deputado Wagner Fontes e agora ouviremos o Deputado Adenauer Góes.

O SR. ADENAUER GÓES - Deputado José Priante, Senador Coutinho Jorge, Deputado Aracely, ao escutarmos o pronunciamento do Deputado Aracely, ficamos realmente preocupados com os números que seriam apresentados. Vários oradores que nos antecederam já demonstraram a sua preo-

cupação com a perspectiva do Orçamento de 98. Antes de chegar lá, quero me deter no Orçamento de 97.

É claro que, muito embora reconhecendo as dificuldades que o Brasil enfrenta, particularmente do ponto de vista financeiro, nós, para o Estado do Pará, tivemos o Orçamento de 97 aprovado com algo em torno de R\$200 milhões.

Parece-nos que até agora a importância que foi liberada desse Orçamento não chega - de acordo com as informações que temos - a 3% desse total. Aí, fico ainda mais espantado!

Muito embora, reconhecendo - volto a dizer - as dificuldades brasileiras, o que é que vamos fazer em termos de Pará? Que tipo de mágica o Governo paraense fará para poder desenvolver a sua infra-estrutura e, com isso, poder propiciar o desenvolvimento do Pará? Aí, só se for milagre ou mágica!

Reconheço a capacidade, a competência administrativa do Governador Almir Gabriel e creio que até que S. Ex.^a esteja fazendo mágica, está fazendo milagre.

Ouvia - e preciso dizer isso com todo respeito, Deputado Aracely, Deputado Priante e Senador Coutinho Jorge - alguns companheiros, na questão da discussão mais paralela, sobre a maneira como podemos tornar realidade pelo menos aqueles números que são colocados no papel, porque senão acabaremos participando de um processo que nos levará do nada a lugar nenhum. E respeitando o processo, respeitando e reconhecendo o empenho dos companheiros Deputados Federais, dos companheiros Senadores, e inclusive nosso, na Assembleia Legislativa, aprovamos uma sessão especial que espera contar com a presença dos Senadores Coutinho Jorge, Jader Barbalho, Ademir Andrade e dos nossos Deputados Federais, para que possamos tomar conhecimento mais efetivo da realidade atual e das nossas perspectivas de futuro. Até, de repente, para saber como é que poderemos colaborar nesse processo, porque no duro, no duro, ainda estamos fazendo parte de uma certa Região Norte, de uma certa reserva estratégica, parece, do Brasil.

Alguns projetos que nos parecem fundamentais, como, por exemplo, a hidrovía do Araguaia-Tocantins, não são só para o Pará, mas para o Brasil. Não sei se estou errado, tenho até procurado estudar, Deputado José Priante, mas todos dizem que a maneira de conduzir a produção é muito mais barata por meio dos rios e não conseguimos pronhar isso em nosso País. Realmente, precisamos saber de que maneira isso poderá ocorrer.

Será que é a tal união que ainda falta? Tenho ouvido falar que o Nordeste tem conseguido essa união maior em termos dos seus Parlamentares. Seria isso? Diz o Deputado Priante que não. Quero crer, inclusive, que talvez tenhamos avançado nesse processo. Será que são as nossas distâncias, na Região Norte, que também dificultam esse processo de relacionamento?

Bom, na realidade, coloco aqui a ansiedade de um Parlamentar estadual, no exercício do seu mandato na Assembleia Legislativa - que aprovou essa sessão especial, já do conhecimento do Senador Coutinho Jorge, o qual aceitou dela participar, assim como também tenho absoluta certeza da participação do Deputado José Priante, na importante função que tem nesta Comissão sobre a Amazônia -, no sentido de que pudéssemos juntar esforços para sabermos que caminho poderíamos trilhar para materializar. Tem que ter dinheiro, senão tiver dinheiro, não dá.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. COORDENADOR (Dep. José Priante) - Na verdade, já ouvimos os Estados representados e alguns Parlamentares. É uma reunião em que haveremos de sensibilizar nosso Relator para o drama que estamos vivendo na Região Norte, especialmente com relação a todas essas distorções que se apresentam no Orçamento e que, muitas vezes, nos parecem mais uma peça de ficção do que algo real.

Gostaria de ressaltar, após ter ouvido e sido provocado, evidentemente de forma salutar, pelo Deputado Adenauer Góes, que podemos constatar, no Pará - apesar de no ano passado o Orçamento Geral da União ter sido encaminhado ao Congresso Nacional com poucos recursos no campo de investimentos para o Pará -, a concretização de obras fruto de ações da Bancada Parlamentar daquele Estado. Esta sendo duplicada a BR-316 até Castanhal, o Linhão, levando energia para Altamira, Santarém e Itaituba está em fase avançada, está sendo asfaltado o trecho da Santarém/Cuiabá que liga Santarém a Rurópolis, está sendo asfaltado o trecho da BR-222 que liga Dom Eliseu a Rondon do Pará, enfim, são exemplos que conseguimos materializar, finalmente, através de uma ação concreta da Bancada Federal junto ao Orçamento do ano passado. Evidentemente, de vez em quando se fala em desunião, mas não vejo como se fazer política sem colocarmos nossos cacifes na mesa. Política se faz com relação de forças. Não há dúvida, essa é a lição preliminar para qualquer célula que possa estar envolvida no processo político.

Fui incumbido, em determinado momento, de fazer um pronunciamento perante toda a Bancada da Amazônia e o Presidente da República. Neste momento, depois de um grande encontro que tivemos em Boa Vista, apresentamos a Carta da Amazônia ao Presidente da República e fiz a Sua Excelência um rápido retrospecto dos últimos investimentos de peso feitos na Amazônia. Lembrei ao Presidente que os últimos investimentos substanciais

feitos na Amazônia invariavelmente foram implementados durante o período da ditadura militar foram criados Territórios Federais, a Zona Franca de Manaus, construída a Transamazônica, aberta a Santarém/Cuiabá, construída a hidrelétrica de Tucuruí, enfim, os grandes investimentos na Amazônia foram invariavelmente firmados durante o período da ditadura. Relatei e ressaltar ao Presidente que não estávamos fazendo qualquer apologia ou arbítrio, muito pelo contrário, estávamos ressaltando ao Presidente da República que somos minora e, sendo assim, precisamos ter a solidariedade do poder central, caso contrário não ganharemos qualquer queda de braço orçamentário. Nunca!

Somamos 91 Deputados e 27 Senadores na Amazônia, o Estado de São Paulo entra com 70 Deputados. Portanto, verifica-se a dificuldade de o Norte firmar-se no Orçamento, de garantir recursos e, posteriormente, na liberação de recursos.

Particularmente, tenho que considerar e ressaltar que a unidade da Bancada tem sido fundamental para, efetivamente, consolidarmos os parcos recursos que temos hoje garantidos no Orçamento. Do contrário, haveríamos de estar patinando por completo. Perfeito?

Vou ressaltar mais um dado interessante: os Parlamentares têm a função preliminar de inserir no Orçamento os recursos, mas cabe a toda a célula política da Amazônia tentar recolhê-los e materializá-los em seus Estados.

Aqui, temos o Secretário de Saúde que é sabelo de que ano passado colocamos R\$5 milhões para a conclusão do Hospital das Clínicas no Orçamento da União. E foi liberado algum recurso? Até agora, não.

E preciso que haja uma ação concreta, não por parte do Secretário de Saúde, que não tem força política, mas para arrancar o recurso necessários a conclusão do Hospital das Clínicas.

Falo isso porque tal recurso foi fruto de uma emenda apresentada conjuntamente por mim e pelo Senador Coutinho Jorge ao Orçamento da União. Conseguimos alocar R\$5 milhões para a conclusão do Hospital das Clínicas, estabelecimento fundamental para o Estado do Pará, que não foram liberados, em que pese toda a proximidade do Governo do Pará com o Governo central da União.

Portanto, verifica-se que nem isso basta, pois política não é amizade, não é cavalheirismo, é correlação de forças. É preciso que haja unidade e pressão para que o recurso, ao invés de ter sido liberado para São Paulo ou outra unidade federativa forte, seja liberado para o Estado do Pará.

Temos feito nossa parte. Quero ressaltar que se não fora a união, a unidade em torno da Bancada da Amazônia, em torno da Bancada do Pará, pouca coisa teria sido consolidada no Orçamento da União do ano passado. Mas é difícil arrancar recursos diante de tanta desigualdade de forças que se apresenta no Congresso Nacional.

Ressalto, aqui, algumas ações que caracterizam concretamente a unidade da Bancada Amazônica, ou seja, a criação de uma Comissão temática específica para tratar dos assuntos da Amazônia na Câmara dos Deputados é um resultado concreto de unidade. Por que não criar a Comissão do Nordeste? Por que não criar a Comissão do Centro-Oeste? Por que não criar a Comissão do Sudeste? Por que não criar a Comissão do Sul? Porque tivemos a competência de convencer o Congresso Nacional da importância estratégica da Amazônia e de nele termos um fórum específico e permanente a Comissão da Amazônia, da qual tenho a honra de ser o primeiro Presidente na Câmara dos Deputados. Isso tudo foi resultado de unidade.

O maior desafio que a Bancada Amazônica enfrenta, o maior desafio que nós, Parlamentares do Pará, temos, é o pedagógico, o de convencermos as autoridades - e aqui haveremos de formar um juízo sobre a Amazônia junto ao Relator-Geral do Orçamento da União, o Deputado Aracely de Paula, e a outras autoridades que eventualmente ocupam funções estratégicas, especialmente no campo orçamentário - de que somos diferentes, de que 500 km, na Amazônia, é pouco, embora, com certeza, em outros Estados, representem muito, de que temos uma rodovia estadual, que corta de norte a sul o Pará, com mais de 1 200 km, de que a nossa malha rodoviária é algo extremamente grande, de que tudo na Amazônia é gigantesco. Assim, nossas demandas recursais são enormes. Para conseguirmos asfaltar a Transamazônica, sofreremos ainda um bocado, porque é preciso muito dinheiro, muito recurso. Nossas condições climáticas, enfim, nossas particularidades e peculiaridades são completamente distintas neste Brasil de vários Brasis.

Ressaltaremos que se fizerem políticas iguais em situações extremamente desiguais não funciona. Temos um exemplo clássico: recentemente, foi festejado o anúncio da desqualificação do preço de combustível no Brasil. O Sul e o Sudeste festejaram tal medida, mas no interior do Amazonas um botijão de gás chegou a US\$30, entre o Pará e o Amazonas. Portanto, devemos ter a consciência clara, pedagógica, de que somos diferentes e precisamos ser tratados diferentemente. É o primeiro desafio. Se não conseguirmos convencê-los disso, se não conseguirmos vencer essa etapa, como é que vamos fazê-lo diante de uma fórmula de custo-benefício - que preside, invariavelmente, a elaboração do Orçamento, a elaboração de todas as políticas públicas deste País -, como é que vamos convencê-los de que precisamos de mais recursos do que as outras unidades federativas?

É um desafio árduo, duro, mas só com persistência e efetivamente destacando a importância estratégica da Amazônia para o Brasil, de que so-

mos solução, de que nossos recursos naturais precisam ser explorados a favor da Amazônia, a favor do Brasil, conseguiremos conquistar espaço. Agora mesmo, temos uma grave discussão na Ordem do Dia a Lei Kandir, que desonera o preço dos produtos primários, o que fundamentalmente atinge o Pará de forma dura. O Governador de São Paulo, que em tese é o primeiro aliado do Governo Fernando Henrique, por ser do seu Partido e por ser Governador, digamos assim, da locomotiva brasileira, reclamar que está sendo duramente atingido por conta do confisco dos recursos feitos por intermédio da Lei Kandir.

O Pará é o Estado mais prejudicado com a Lei Kandir, houve um impacto de 35% da sua receita com a desoneração da exportação. O Pará foi usurpado em 35% da sua receita. A Companhia Vale do Rio Doce deixa de recolher quantias vultosas de ICMS para o Estado do Pará por conta da desoneração da exportação. E a compensação não vem no mesmo compasso do recurso, que deixa de entrar nos cofres do Estado do Pará.

Portanto, existe uma série de ações, de problemas apresentados que fazem com que passemos cada vez mais a patinar diante de tantas dificuldades. Ressalto que o pouco que temos garantido hoje e no ano passado foi fruto de uma ação concreta de unidade das Bancadas Amazônica e Paraense junto ao Congresso Nacional.

Com estas palavras gostaria de firmar, de forma bem clara, essa situação. Até porque aqui e acolá somos cobrados dessa falta de unidade e de ação. Agimos dobrado, porque do contrário seríamos prejudicados triplamente.

Com estas ponderações gostaria de passar a palavra ao Senador Coutinho Jorge (Palmas).

O Sen. COUTINHO JORGE - Gostaria de aproveitar o que o Deputado Adenauer Góes, com muita procedência, disse a respeito do assunto, o qual também o nosso Presidente já aduziu.

Na verdade, meu caro Relator Aracely, podemos questionar o problema da elaboração do Orçamento da União, mas queiramos ou não as bancadas estaduais, o Congresso Nacional, de uma forma coerente, tem aprimorado o Orçamento anual. Já há um avanço, um aprimoramento em relação à mensagem que vem do Executivo. E, nesse sentido, podemos citar como exemplo o nosso Estado, o Pará, já que ano passado, já foi dito pelo Deputado Priante, recebeu o Orçamento da União e o corrigiu naquilo que foi possível em favor de hidrovias, rodovias, portos e energia. Basicamente infra-estruturas fundamentais para o Pará. Conseguimos colocar recursos significativos e que realmente, se aplicados em tempo hábil, mudaria muito o Pará. Isso é verdade para o Pará, como para todos os Estados do Norte.

O Pará também é o 10º PIB do Brasil, o 9º em população, e está colocado no 11º lugar em orçamento global da União. Mas acontece que o grande problema, meus caros Aracely, Priante - e V Ex^{as} sabem disso - não é a elaboração em si do Orçamento e seu aprimoramento pelo Congresso, é a execução pelo Governo Federal que não é bem feita, ele não cumpre o cronograma-tempo como foi mostrado pela equipe. Ora, se o Orçamento fosse liberado, digamos de fevereiro em diante, durante o ano seria muito fácil, e isso não acontece só com o Governo atual, todos os Governos fazem isso. Lamentavelmente começam a liberar no segundo semestre, a partir de agosto, setembro, outubro e quando em novembro e dezembro, como aconteceu com a Bancada do Pará no ano passado, tínhamos dinheiro, meu caro Deputado Aracely para liberar, mas não havia tempo para gastar porque começou a chuva. É inviável. Então esses equívocos na execução são sérios e graves. Ora, quando foi falado e o relatório mostrou que no Brasil de modo geral, no Pará liberamos 3% até julho, foi liberado 9% como média nacional. Isso é uma vergonha como média nacional, Pará 3% e tem Estado que não tem nem 1%. Isso é mal. O importante é analisarmos o que foi empenhado, carimbado em favor dos Estados para sua liberação.

Fizemos um levantamento nessa reunião, para V Ex^{as} terem uma idéia. Até agosto cerca dos R\$72 milhões para as rodovias, só foram liberados praticamente R\$39, empenhados, digo melhor, e assim sucessivamente. Ora, significa que a execução não é boa, ela foge da realidade temporal. Se é concentrada no fim do ano, não há tempo. Às vezes se empenha em dezembro e há os famosos créditos suplementares. Isso inviabiliza a execução por parte dos Estados.

A Amazônia não é bem contemplada, mas sim mal contemplada. Se analisarmos, em relação aos 27 Estados, com exceção do Pará, Rondônia é o 17º Orçamento, o Acre é o 27º, o Amazonas é o 19º, Roraima e 24º, o Amapá é o 26º e o Tocantins é o 25º. O Pará está em 11º pelo seu tamanho, sua população e por ter alguns projetos grandes que pesam no orçamento de investimento, como é o caso do Programa da Trama Oeste, que dará um total de R\$230 milhões e que o Governo Federal está executando em favor da expansão da energia de toda a Transamazônica - Santarém/Cuiabá.

Portanto, nobre Relator Aracely de Paula, estas reuniões são fundamentais, pois estamos recolhendo subsídios para as inquietações da região. Sei que V Ex^a irá aprimorar esse Orçamento.

Está aqui o companheiro Giovanni, que tem um papel relevante de sub-relator em uma importante área, a educação. Sei que S Ex^a ainda não teve oportunidade de ouvir o reitor do Amapá - S Ex^a irá falar - que fez uma exposição com quadros muito interessantes a respeito da participação do setor educacional da Amazônia. Mas sei que pela sua experiência e vivência, S Ex^a terá um trabalho muito grande, mas que é fundamental para a Amazônia. Que-

ro repetir o que o Presidente disse a Bancada do Pará, nesse aspecto, é bastante unida, não tem problemas partidários. Nos unimos quando é para defender as emendas coletivas. Tanto que amanhã, por exemplo, depois desta reunião, Deputado Aracely, estaremos reunidos no Congresso Nacional e discutiremos, com as Bancadas as emendas coletivas. Ou seja, as dez emendas mais importantes do Pará que tentaremos incorporar, com a aquiescência de V Ex^a e dos relatores setoriais, como prioridades fundamentais para o Pará. Da mesma forma, oportunamente, faremos reuniões com a Bancada Regional. Está aqui o Priante, com o qual nos reuniremos amanhã para discutir as cinco emendas regionais mais importantes.

Concordo com o Deputado Adenauer Góes, assim como concordo com o que o José Priante disse. Não há dúvida. Algumas coisas têm que ser rigorosamente corrigidas, uma delas é a execução orçamentária que é lenta, equivocada, há um problema de contingenciamento que tem de ser superado. Realmente, temos que lutar contra isso. Por melhor que a Bancada faça, como tem feito e fará por certo, ira aprimorar o Orçamento, ouvirá as contribuições desta reunião, mesmo assim a nossa execução deixa a desejar. E um equívoco, não só deste Governo, mas de todos os governos, que eu me lembre e tenha participado no Congresso Nacional, deixar as liberações para o fim do ano. Isso é uma complicação seria, a execução fica inviabilizada e passamos por esse vexame que os próprios assessores da Comissão de Planos e Orçamentos, quer do Senado ou da Câmara, apresentaram num relatório claro, sucinto mostrado a todos.

Acredito e temos certeza, Relator Aracely, que faremos um Orçamento viável, possível, não aquele desejado, mas dentro do possível melhoraremos o Orçamento da União. Haverá uma reunião amanhã de Bancada, mas teremos até quinta-feira, que é importante, a aprovação do seu relatório preliminar, que define realmente as diretrizes, o caminho que os relatores setoriais seguirão durante a discussão de cada setor. É importante lembrar que o Relator, que falou muito rapidamente, pediu o adiamento para quinta-feira - tal sua preocupação - dessa discussão, para que possamos discutir com o Governo, porque há recursos, por exemplo, abaixo do que constava da LDO, que é a Lei de Diretrizes, que dá orientação ao Orçamento na área de saúde. Isso não podemos aceitar. Também não podemos aceitar - isso o Deputado Giovanni verá - o Fundo de Mobilização do Magistério, que é muito importante. Unir recursos do Estado, do Município com a União. Não! Podemos até falar num fundo global, mas separar claramente o que compete ao Estado e ao Município para não dizer que tudo isso é recurso da União.

Acredito que as Bancadas estão analisando todos esses assuntos, assim como os sub-relatores certamente farão o mesmo. Nesse sentido, estamos alertas, como Bancada, estamos unidos e temos certeza de que teremos a sensibilidade do Deputado Aracely de Paula, que é o homem-chave nesse processo. Excetuados os relatórios setoriais, a responsabilidade do Deputado Giovanni é muito grande, pois terá de sintetizar isso pensando não só na região, mas no Brasil como um todo. Terá, por exemplo, de analisar a problemática educacional, não tenho dúvida. Com isso, esses relatórios chegarão às mãos do Deputado Aracely de Paula, que vai fazer a síntese disso e analisar as possíveis distorções regionais que vão aparecer. Veremos, então, que o Estado A ou o Estado B são proporcionalmente discriminados e prejudicados. O papel do Relator é corrigir isso. É difícil, complexo, mas tenho certeza de que S. Ex^a fará isso.

Para sintetizar o que foi dito, estamos aprimorando a elaboração. Mas, realmente, o grande problema do Orçamento da União é a execução. O Governo tem de levar isso em consideração. Precisamos usar os meios de pressão para que essas emendas - e o Orçamento como um todo - sejam viabilizadas em tempo hábil, dentro da realidade temporal dos climas. Para o Sul, por exemplo, pode ser importante, na área de rodovias, liberá-lo do IPI; mas no Norte, a liberação precisa ocorrer, rigorosamente, de junho até outubro, antes das chuvas. Posteriormente, isso já não interessará para nós, pode ser interessante para outro Estado, mas não para nós.

Então, não podemos tratar o Brasil, que tem regiões desiguais, de modo uniforme na elaboração e, sobretudo, na execução do Orçamento. Precisamos ter uma visão regional também na sua execução, porque, na minha opinião, o grande problema do Orçamento da União é a execução, que não acompanha a realidade. Não se cumpre aquilo que o Congresso Nacional aprova em nome do povo brasileiro.

Eram estas as considerações que desejava aduzir ao que disseram Adenauer Góes e o companheiro que, brilhantemente, presidiu esta reunião.

Quanto a Lei Kandir, não tenho dúvida, não há saída. Temos de mudá-la. Somos a favor da tese de que devemos ajudar o Brasil globalmente, mas sem prejuízo dos Estados. Temos de compensá-los. Se o Estado de São Paulo, que é rico, está reclamando, imaginem o Pará! Não precisamos dizer nada. O Pará, proporcionalmente, é o mais prejudicado, não tenho dúvida disso. Estamos alerta para isso, estamos nos unindo e debatendo o assunto. Temos, realmente, de conseguir alguma coisa. O Deputado Adenauer está de parabéns por essa iniciativa. Dentro do possível, estaremos juntos, discutindo com a Assembleia Legislativa, porque é nosso interesse saber como anda o nosso Orçamento. Realmente, para o Pará é importante saber o que foi e o que não vai ser liberado. Está certa a posição dos ilustres Parlamentares do nosso Estado que aqui estão presentes.

Eram estas as considerações que eu queria aduzir
Muito obrigado (Palmas)

O SR. COORDENADOR (José Priante) - A título de curiosidade, gostaria de informar que o Ministro Eliseu Padilha me disse que no ano passado o Ministério dos Transportes devolveu R\$200 milhões em recursos que seriam investidos na Amazônia, porque foram liberados fora de época. Tais recursos foram devolvidos para o Tesouro, ou seja, para o Ministério do Orçamento e do Planejamento, porque, repito, foram liberados em época de chuva. Essa falta de conscientização das autoridades políticas de que somos diferentes, de que aqui em determinada época chove mais do que em outras, é um problema gravíssimo.

Passo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz, nosso Relator, e, na área de educação, sub-relator.

O Dep. GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Coordenador, Srs. Parlamentares, Senhoras e Senhores, faço parte da Comissão de Orçamento há cinco anos. Ali aprendi a entender como funciona o Orçamento. Hoje sei uns 3% ou 4% do que é o Orçamento e me incluo entre os que mais sabem. Neste ano, as preocupações crescem mais. Há muito tempo temos acompanhado os Orçamentos da União e verificado que a cada ano se sangra mais a receita fiscal da União em detrimento de investimentos e a favor de juros e encargos. Neste ano, não sei se o Senador, ou o Relator, no seu relatório preliminar, já fez essa análise. A proporção dos juros e encargos da dívida interna, conforme mensagem governamental, chega a 4,4 vezes mais do que os recursos previstos para investimento. Isso só para pagamento de juros e encargos da dívida interna e da externa. Significa uma sangria brutal na capacidade de o Estado investir. Este ano o Estado está paralisado e também ficará paralisado no ano que vem, porque não investiu este ano. No ano passado, havia R\$10,5 bilhões previstos para investimentos, dos quais apenas 56%, ou seja, R\$5,8 bilhões foram realmente investidos. Neste ano, também há uma previsão de R\$10,5 bilhões para investimentos, e o Governo até agora ainda não investiu mais que 18% desses recursos. A Assessoria está aqui e talvez possa melhor informar. São 15%, para o ano que vem, propõe ainda R\$8,3 bilhões.

Assim, o Relator fica sem condições de satisfazer as necessidades da região - pelo menos as documentais - e de adequar as ações ao atendimento das esperanças dos brasileiros, porque estando no papel, pelo menos o sonho existe. A execução - e aí concordo com o Senador Coutinho Jorge - é outra coisa. Realmente, este Governo nunca conseguiu executar o que foi proposto.

Estou deixando fora o orçamento das estatais, estou falando de investimento de receitas fiscais e da seguridade. Costumo dizer que temos três Orçamentos: o primeiro é o que o Governo Federal remete ao Congresso Nacional para a nossa apreciação... nós, do Congresso, fazemos o segundo Orçamento, ou seja, adequamos o que recebemos às realidades regionais dos Estados, dos Municípios, da vontade Parlamentar, da vontade política da Casa; o terceiro Orçamento é o da execução propriamente dita - refiro-me a hora de pagar aquilo que está comprometido na peça orçamentária, que autoriza o Governo a gastar aqueles recursos. Normalmente, o Governo se utiliza de alguns artifícios vergonhosos. Primeiro, quando envia o Orçamento para cá, já manda uma caixa-preta, o caixa dois, como o tenho denominado na Comissão de Orçamento. Por exemplo, há uma obra de uma ponte rodoviária sobre o rio Paraná. No ano passado, a ela foram destinados US\$150 milhões, enquanto a capacidade de investimento da empresa naquela obra não seria superior a US\$50 ou US\$60 milhões, como de fato o foi. A diferença, os US\$90 milhões, o Governo remaneja para outros projetos, para outras subatividades, porque já tem autorização da lei orçamentária para remanejar os recursos. Então, já coloca ali como reserva, para que ele, Governo, mais uma vez, venha a fazer um terceiro Orçamento. No final do ano passado, trabalhamos com US\$80 bilhões de créditos suplementares especiais, além do remanejamento feito pelo Governo por autorização prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isso vai diminuindo o poder do Executivo. Agora, o Governo nos pede uma autorização, por esse projeto de lei, para remanejar até 25% do Orçamento. Imaginem os Senhores! Com a estabilidade econômica existente, isso não poderia ser superior a 3% ou 4%, mas ele pede 25%. Logicamente, já existem emendas nesse sentido, e o Relator-geral, com certeza, vai acatá-las, e vamos voltar pelo menos ao nível do ano passado, que foi de 15%. Temo de ser reduzido a 10% para irmos nos ajustando, até porque o Ministro Kandir, quando lá esteve, disse que esse era um Orçamento realista. Se é realista, não precisa mais do que 3% ou 4%. Essa seria a oscilação que se poderia admitir. Podemos reduzir isso lentamente, chegando a 5% e depois ajustarmos melhor ainda.

Esses são os três Orçamentos.

O pior de tudo isso é que a Assessoria Técnica da Câmara e do Senado mostraram que a própria Constituição prevê que nos dez anos seguintes à Constituição de 1988 haja uma distribuição da renda nacional, por meio do Orçamento da União, que leve em consideração as populações dos Estados, para diminuir também as desigualdades regionais. Logicamente, não apenas isso viria a diminuir essa diferença, mas - quem sabe - também a agregação aos investimentos sociais da renda inversa. Aí, sim, começaríamos a fazer melhor distribuição da renda. Isso nunca aconteceu. Agora, o Senador Coutinho Jorge fez aqui o relato da distribuição da execução orçamentária.

Tenho gritado muito contra isso. Faço aqui apenas um relato breve da execução orçamentária de 1996, até porque, quando o Ministro Kandir lá esteve, eu questionei a execução orçamentária. Mostrei a S. Ex^a, naquele momento em que lá esteve, há mais ou menos vinte dias, que o Estado do Pará e a Região Norte estavam sendo boicotados pelo Governo na execução orçamentária de 1997.

Havia 1,54% de liberação orçamentária até o dia 15 de julho, segundo o último acompanhamento. Depois cresceu, foi um pouquinho mais, enquanto no sul já havia 16,4% para investimento - não estou falando de custeio nem de pessoal -, para o Sudeste havia 14%, para o Nordeste, 9%, para o Centro-Oeste, 8%, para a Amazônia havia só 1,54%.

Quando aqui esteve, o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Pedro Parente, disse que a Bancada do Pará e a da Região Norte eram um pouco tímida. Ele foi muito educado conosco. Não somos tímidos, somos incompetentes enquanto Bancada. Se individualmente, temos bravos companheiros e temos mostrado união no momento de apresentar as emendas, de defendê-las e de garantir a aprovação delas, temos sido incompetentes na hora de pressionar o Governo para liberar os recursos a que o Estado do Pará tem direito.

Para mim é difícil dizer isso, porque sou da oposição e só voto contra o Governo. Queria ser da situação para dizer: vou virar a mesa, não voto mais nada desse Governo enquanto não atenderem o Estado do Pará. Num momento como esse, repito, gostaria de ser situação para estar à vontade para dizer isso (Palmas).

No momento em que questionava o Ministro Kandir, citei os números que o próprio Governo nos havia informado. A nossa assessoria apenas nos dá oportunidade de acesso a esses números. Hoje eles já estão disponíveis em nossos computadores, graças à intervenção do Relator, que os colocou na Internet, a fim de que todos os cidadãos pudessem conhecê-los. O Ministro disse que talvez isso se desse ao de que as obras em determinada região eram executadas em época diferente, o que eu poderia até admitir, não fosse já o orçamento de 1996. Podemos pensar que o Pará recebeu mais recursos do que tantos outros Estados porque há muitos Estados no Brasil menores do que o Pará em população e área. Mas aí entra uma regra simples: dividir o dinheiro liberado pela população para ver quantos reais foram aplicados *per capita* naquele Estado, quantos reais por pessoa, por cidadão foram gastos pela União em investimento.

Tenho um quadro que mostra que no GND4, que é investimento para todas as regiões, para o Estado do Pará, em 1996, foram liberados R\$14,03 reais por habitante, o que significa colocá-lo como o Estado que menos recursos recebeu da União. Repito: se considerarmos o investimento *per capita*, veremos que o terceiro menor investimento ocorreu no Pará. Enquanto os outros Estados receberam 14, 16, 19, 24, 25, 28, 32, 34, 35, 38, 45 e até 258 reais por habitante, nós recebemos apenas R\$14,03 em 1996.

E, como disse o Senador Coutinho Jorge, nosso Estado está em 9º lugar em Produto Interno Bruto e é o 10º em população, mas na hora da execução orçamentária estamos no fim da fila. Digo isso para tomada de consciência de todos nós paraenses.

Não puxei os dados relativos aos outros Estados do Norte - deveria fazê-lo em referência aos companheiros dos outros Estados que aqui estão. Poderia fornecer esses dados para que acompanhem.

No que diz respeito a 1997, da mesma forma, até o momento, em se tratando de recursos liberados, somos o terceiro menor Estado da Federação. O Amapá recebeu R\$0,30 *per capita*, o Amazonas, R\$1,00 e o Pará, R\$1,25. Estou-me referindo aos dados publicados no dia 31 de julho.

Foi divulgado outro no dia 15/09, que ainda não vi. Somos o terceiro menor Estado em recebimento de recurso por habitante, como se tivéssemos infra-estrutura sobrando, como se fôssemos um Estado rico.

Na proposta orçamentária, da mesma forma, em termos de valores absolutos, somos o 11º no GND4, que é relativo a investimento. Quando se distribui em real por habitante, que é o que deve ser feito - alguém tem um critério melhor para medir isso? -, estamos em 18º lugar, no fim da fila de novo. Deveríamos estar em 10º lugar, porque temos a décima maior população, ou em 9º lugar, porque temos o nono maior PIB. Vamos receber na ponta, junto com os últimos, em 15º lugar - estão previstos R\$15,55 no GND4-DNER.

Os critérios utilizados para as ações de Governo constituem outra questão que tenho discutido muito na comissão. Temos a maior malha viária não pavimentada do Estado. De uma malha rodoviária total de 60 mil quilômetros, temos em torno de 9 mil quilômetros de estradas não pavimentadas. Somados todos os outros Estados, há cerca de sete mil quilômetros de estradas não pavimentadas. Tendo em vista a proporcionalidade para pavimentação, deveriam ser priorizados exatamente os Estados que tivessem mais rodovias não pavimentadas. No caso de restauração, deveria ser considerada, proporcionalmente, a malha rodoviária geral. Para a conservação de rodovias, deveria ser observada a proporção com a malha rodoviária pavimentada. Essa seria a forma mais lógica de distribuir a renda nacional para diminuir as diferenças regionais, do contrário, nunca vamos corrigir essa distorção vergonhosa, que se aprofunda mês a mês, ano a ano.

Todos precisamos estar conscientes desses valores, desses números, dessa forma como estamos sendo tratados, para que sejamos mais corajosos, menos tímidos ao defender os interesses do Estado

Com a autorização do Relator, que é meu chefe, pois sou apenas relator setorial, vou continuar

Coube-me a honra, em nome do Bloco de Oposição, formado pelo PDT, PT e PCDoB, ser o relator setorial - educação e cultura, ciência e tecnologia. Essa é uma área extremamente importante, extremamente delicada. O Governo tem dito que a educação é prioridade no seu governo, assim como a saúde, e essas são as áreas sociais consideradas mais importantes por todo governo que se preza. Embora os números, para 1998, tragam valores de crescimento em torno de 35% a mais do que o previsto na Lei Orçamentária vigente, na verdade houve uma maquiagem, já detectada pelo Relator-Geral. Nós, da comissão, na primeira leitura que fizemos com a assessoria, que está sempre atenta para nos informar, percebemos que houve uma maquiagem do Executivo, ao colocar o recurso do Fundo de Valorização do Magistério. Aqui foi colocada a forma com que saem os recursos do FTE, do FTE e do ICMS dos Municípios. O caixa único encaminha a arrecadação para a União, que a devolve como se fosse recurso federal. Retirada essa maquiagem, vemos que, na verdade, a Educação está perdendo em torno de 2,4% em relação ao ano passado. Não há nenhum investimento a maior em Educação para o ano que vem.

A situação das universidades já se sabe qual é. Faço um apelo ao Relator-Geral, dê dinheiro para que possamos melhor aplicar na área educacional, porque vai ser uma dificuldade atrás da outra. Todos sabemos que as universidades estão semi-falidas. Tenho a obrigação de tentar ajustar um pouco dessa dificuldade, mas sem recurso não tem como, é tirar de um e colocar noutro, tirar de um santo e vestir outro. O Sr. Relator geral é que vai nos socorrer, porque com o pequeno recurso que vamos ter - só mais 2% - nos ajudaria. Não peço muito, apenas 2% para que possamos acudir não só a educação como ciência e tecnologia. Esta é uma área difícil.

Vamos nos debruçar sobre isso, com a responsabilidade que temos de relatar para todo Brasil que ciência e tecnologia tem que avançar neste País, para não ficarmos sempre como escravos brancos de outros países mais desenvolvidos. O nosso Partido entende ser a educação a alavanca primeira para o desenvolvimento de qualquer país. Lamentavelmente, somos muito atrasados nessa área.

O que posso fazer é apenas tentar adequar e tentar ajustar as diferenças e aquilo que está defasado em relação a uma área e outra, tentando melhorar as condições das nossas universidades, das nossas escolas, do ensino fundamental, técnico e profissionalizante, e na área de ciência e tecnologia também melhor adequar, para que possamos sobreviver mais algum período.

Temos 8,5 bilhões para investimento e não perdemos tempo discutindo a origem, as causas dos juros, da amortização que o Governo está colocando, que são 37 bilhões. Todos esses discursos, toda essa briga nacional por recursos é para investimento, que gira em torno de 8,2 bilhões. E ninguém perde tanto tempo para discutir como é que se constituíram tamanhos juros, tamanhos encargos da dívida, que são 4,4 vezes maior do que tudo o que estamos discutindo, e que passam à margem, como se tudo estivesse passando despercebido.

Está se sangrando o País, e a causa disso está nos juros altos, na política econômica do Governo, que entendemos ser desastrosa. Talvez não estejam aqui muitos Deputados que concordem comigo, como o Deputado Paulo Rocha, mas a verdade é esta: está havendo uma sangria. Estou dizendo que não concordam mas todos os Deputados se preocupam. Essa política econômica está sangrando o País, imbuindo investimentos em infra-estrutura, condições maiores de gerar emprego. Isso tudo tem-nos atrofiado.

Coloco-me à disposição de todos que aqui estão. Logicamente terei a parceria do Relator geral. Esse é um relatório que não se faz sozinho. Temos uma assessoria na Câmara e no Senado - é importante que se ressalte - da maior qualificação do País. Vamos fazer aquilo que melhor pudermos fazer para o Brasil.

Eram essas as nossas considerações. Muito obrigado.

O SR. (Não Identificado) - Vamos objetivar a reunião. Chega-nos a informação de que o voo para retornar a Brasília está marcado para as 8 horas.

Com a palavra o Presidente da AMATE, Prefeito Alberto Branco, de Conceição do Araguaia. Posteriormente, ouviremos o Deputado Aracely de Paula, com certeza já sensibilizado com as nossas demandas.

O SR. ALBERTO BRANCO - Sr. Presidente, Deputado José Priante, Sr. Relator, Deputado Aracely de Paula, Senador Coutinho Jorge, demais Deputados federais e estaduais, companheiros prefeitos, senhoras e senhores, depois dessa palestra fica até difícil de começarmos a nos posicionar e brigar por esses cerca de 8 bilhões.

Falando em termos regionais, quero dizer, como presidente de associação, que ainda tenho mais uma crítica a respeito das perdas do Pará. O Governo Federal investiu no Pará, no ano passado, em torno de 14 reais per capita. O Estado do Pará perdeu com o FEF 20 reais per capita.

Eu gostaria que o Congresso Nacional começasse a rever essa história porque perdem os Municípios, perdem os Estados, enfim, perde todo o País.

O sul do Pará surgiu como uma nova fronteira. O País tem algumas dívidas com o sul do Pará. Inicialmente com a ocupação desordenada com a Sudam, com megaprojetos em que houve uma devastação de extrema gravidade, o extrativismo acentuado que ocorreu naquela época. Tudo isso gerou uma área de alteração de solo, uma falta de perspectiva econômica, apesar de toda falta de infra-estrutura necessária para o desenvolvimento da região.

Além do mais, se formos considerar também o extrativismo mineral, a dívida aumenta mais. Se formos considerar ainda as vidas ceifadas pela malária, essa dívida vai se acentuando ainda mais. Hoje, o sul do Pará, como outras regiões daquele Estado, estão sem perspectivas, porque não houve um plano diretor, um plano de desenvolvimento que pudesse preparar essas regiões para se integrarem à economia e preparar para também concorrer a nível econômico com essa nova ordem econômica que se chama de globalização.

Estamos com uma quantidade de migrantes não só daquele estado mas também de outros Estados, que estão à cata de uma nova ordem de vida.

Portanto, como presidente de associação e falando em nome dos Municípios, gostaríamos que o Governo pagasse a conta conosco, que revisse a história da hidrovia do Araguaia-Tocantins, que colocasse recursos para este fim, haja vista que o sul do Pará, a última fronteira a ser conquistada pela produção de grãos, em face de que Mato Grosso e Rondônia já estão ocupados nesta atividade econômica, assim como o Maranhão, através da região de balsas. Encontra-se, agora, o sul do Pará como alternativa econômica, oferecendo a perspectiva de se concorrer no mercado externo com o grão mais barato, com a viabilização da hidrovia Araguaia-Tocantins.

Peço uma emenda regional no sentido de viabilizar recursos para essa hidrovia.

O segundo seria viabilizar ou aumentar a malha energética no sul do Pará. A energia, chegando a São Félix do Xingu, pelo tronco de Xinguara, e chegando a Santana do Araguaia, pelo tronco de Redenção, teríamos condições de melhorar ainda mais a economia daquela região, haja vista que o solo permite o cultivo, com retorno, com a produção ainda maior.

Peço emendas regionais no sentido de se dotar aquelas regiões de infra-estrutura energética.

Recordo que padecemos - reforçando as palavras de Giovanni Queiroz - de infra-estrutura viária. Precisamos de estradas para escoamento da produção. Além da hidrovia, a BR-230, no trecho Marabá-Novo Repartimento, a BR-222, no trecho da BR-158 ao Município de Rondon, no Pará, e a recuperação da BR-158 representam para nós os veios principais de escoamento da produção.

Eu jamais poderia pedir para o meu Município alguma coisa se não dotasse o sul do Estado de melhora da malha energética e da malha viária e o eixo Araguaia/Tocantins de uma viabilização, para que se pudesse dar um salto na economia do sul do Pará e integrá-lo regional e nacionalmente e, e quem sabe, do mercado externo.

Outros pontos estão na relação que vou entregar. Seriam essas as principais emendas regionais que estamos solicitando.

Agradeço a oportunidade que me foi dada de estar fazendo esta solicitação ao vivo.

O SR. (Não Identificado) - Sr. Presidente, só um esclarecimento bem objetivo.

Lembro que foi contemplado, de forma objetiva, a implantação da hidrovia Araguaia/Tocantins, no Orçamento da União, com 40 milhões. O problema não são os 40 milhões. O importante - e a bancada vai referendar - é que esses recursos sejam liberados em tempo hábil. O problema continua em execução. A BR-153 tem 20 milhões do Governo, vamos manter. É fundamental que se viabilize, para inaugurar o ano que vem.

Às vezes, temos recursos no Orçamento, contemplados pelo Governo. Inclusive o Governador Almir Gabriel fez a negociação intensa desse projeto. A BR-222 tem 20 milhões, com crédito suplementar e com outros que tem este ano, dana para concluí-la ano que vem.

Meu caro Relator, se o Governo liberar esses recursos em tempo hábil, vamos ter essas três realidades viabilizadas. A questão básica não é só discutir o que colocar no Orçamento, é realmente lutar rigorosamente para execução. Não interessa execução no final do ano, como foi aprovado aqui. No ano passado, voltaram 200 milhões do Orçamento da União na área de rodovias, porque quando começaram a liberar para a Amazônia e, particularmente, para o Pará, era novembro e dezembro, quando começaram as chuvas e não interessava mais.

Este é o gargalo maior, além, é claro, da má redistribuição regional do Orçamento. Mas se os orçamentos da Amazônia e, particularmente, do Estado fossem cumpridos pelo menos em 80% do previsto, muita coisa teria mudado, não tenho dúvida nenhuma.

As reivindicações de V. Ex.^{as} são corretas, a Bancada unida vai trabalhar em torno desses projetos, lembrando que já tem vários pleitos contemplados. Mas vamos levar em consideração, e V. S.^a como presidente da AMATE?, que representa uma região importante e dinâmica do sul do Pará.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente

O SR. (Não Identificado) - Esclareço algo que me despertou na intervenção do Presidente da AMATE, com relação à expansão de energia. O Presidente Alberto Branco cita, por exemplo, Redenção Santana, que é responsabilidade das Centrais Elétricas do Pará, pela voltagem e pela carga da energia. É isso, Deputado Giovanni Queiroz?

O SR. (Não Identificado) - Não sei se aquela área seria Eletronorte ou Celpa

O SR. (Não Identificado) - É preciso que esteja atento que muitas das demandas que estão aqui colocadas, especialmente no terreno da energia elétrica, talvez seja de responsabilidade do Estado do Pará

Essa questão já foi debatida, estamos atentos a energização do sul do Pará, e me parece que não seria possível incluir Redenção /Santana junto ao programa da Eletronorte

O SR. (Não Identificado) - Mato Grosso, região fronteira à Santana do Araguaia: também interessa uma emenda regional para que pudesse

O SR. (Não Identificado) - Ressalto apenas, com relação às emendas de caráter regional, que todos os anos temos procurado atender uma demanda casada dos Estados. Temos nove Estados na Amazônia legal e cinco emendas regionais. Ano passado - se estiver errado que me corrija os colegas - houve uma emenda atendendo o Maranhão e Tocantins, que foi a expansão da Ferrovia Norte/Sul, atendendo o Pará e Mato Grosso; a segunda, a BR-163, inclusive Santarém e Rurópolis já está em obras, e um trecho dentro do Mato Grosso, a terceira, dentro do Estado do Amapá, Laranjal, Jari e Oiapoque, salvo engano, uma estrada federal dentro do Estado do Amapá, a quarta, atendendo o Amazonas e Roraima, que seria a importação da energia de Guri, que já foi inclusive anunciada pelo Presidente da República, em visita a Roraima, os primeiros passos já foram dados, é uma emenda da Bancada regional, e a quinta, uma emenda de uma ponte entre o Estado do Acre e Rondônia, sobre o rio Madeira

Foram cinco emendas casadas aos interesses do Estado. E foram colocados recursos para a hidrovía Araguaia/Tocantins, através da Comissão de Transporte da Câmara dos Deputados. Foi uma emenda de Comissão

Fui questionado pelo ex-prefeito Wagner Fontes, sobre qual teria sido o recurso liberado até hoje para o Projeto Tramoeste. Foram liberados 45 milhões de reais na construção do Projeto Tramoeste dentro do Estado do Pará, dos 73 milhões incluídos em 1997, até o dia de hoje. E tem mais previsto para o ano de 1998

Com essas considerações, passamos a palavra ao Relator-Geral do Orçamento, Deputado Aracely de Paula, registrando a importância da sua presença na Amazônia a escutar as nossas demandas, verificar que trata-se de uma região pobre, carente, mas extremamente vocacionada ao desenvolvimento.

O Dep. ARACELY DE PAULA - Meu caro amigo e presidente, Deputado José Prante, meu caro amigo, Senador Coutinho Jorge, meu prezado amigo, Deputado Giovanni Queiroz, demais autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores

Encerrando a nossa participação nesta reunião na Amazônia legal, no norte, no Para, da minha honra e emoção em poder compartilhar com V. Ex.s não apenas das apreensões, que são comuns em todos os quadrantes do País que temos visitado, mas de compartilhar principalmente da fé que sei tem movido a gente do Norte na defesa dos seus interesses, na busca dos seus direitos

Essa reunião é salutar sim, essa reunião produz frutos sim, na medida em que ela vai nos dando a certeza que o brasileiro vai tomando conhecimento da sua cidadania, do seu direito de participar, de opinar, de conhecer. Outra coisa não estamos fazendo, contribuição maior não estejamos dando do que aquela que não é a de fazer uma autópsia, mas de fazer um diagnóstico daquilo que realmente existe em termos de Brasil, em termos de orçamento

Era muito comum, até pouco tempo atrás, alguém abrir qualquer orçamento da União e nos assustarmos ou ficarmos sem entender por que uma peça orçamentária, um projeto orçamentário diz que o País tem 477 bilhões, um orçamento riquíssimo. Mas após a sua dissecação, após a sua decantação, vamos diminuindo os números e chegamos ao ridículo de termos que concordar que um País tão pobre tem que se satisfazer às vezes em distribuir o pouco que lhe sobra

Esses 8,5 bilhões, previstos para investimento, inferior a 20% do previsto no exercício anterior demonstram, com muita clareza, uma opção feita pelo Governo, pela sua política de sustentação econômica, pela sustentação do Plano Real. Mas achamos, e digo também, com muita clareza, que as vezes o preço pago é suficientemente penoso, o preço pago talvez não compense o sofrimento que se distribui como um todo pela Nação. Temos que repensar um pouco, e é por isso que estamos realizando essas audiências. Entendo claramente que tudo aquilo que foi colocado aqui no Pará, aquilo que foi colocado no Nordeste, que foi colocado na região Sul e no Sudeste, e, certamente, aquilo que será colocado no Centro-Oeste vai representar também o retrato do Brasil que estamos vivendo, que estamos trabalhando

Era necessário, sim, que abrissemos essa "caixa preta" antes que a procurássemos depois nos destroços para saber o que continua, é

necessário abri-la antes porque, quem sabe, assim vamos prever algum acontecimento que realmente pudesse fugir do nosso controle

Estamos tomando algumas medidas que creio se competência do Relator e vontade da Comissão. Ainda hoje, aqui de Belém, fizemos um contato com o presidente da Comissão, o Senador Ney Suassuna, e pedimos o adiamento da votação do parecer preliminar que deveria acontecer amanhã. Já marcamos para amanhã, no período do almoço, uma reunião com o Ministro Kandir. Vamos levar as apreensões colhidas aqui. Vamos dizer, principalmente ao Ministro Kandir, que muito mais importante - como observou o Senador Coutinho Jorge - do que elaborar a peça orçamentária é executar o Orçamento. Muito melhor do que distribuir pelos quadros, pelos projetos e subprojetos é cumprir aquilo que foi pactuado com o povo, aquilo que foi acertado. Muito mais importante - como bem salientou o Senador - é examinar as desigualdades e, dentro delas, tentar promover a justiça, até porque se comete injustiça quando se tenta tratar todos do mesmo modo. As desigualdades têm que ser levadas em conta, sim

A execução do Orçamento tem sido uma preocupação nossa. E a assessoria está estudando uma forma pela qual a Comissão de Orçamento seja também uma comissão permanente e fiscalizadora da sua execução. Caso contrário, perde o sentido aquilo que estamos fazendo aqui. Estamos trabalhando, e a Comissão já tem propostas a oferecer. Mas essas propostas não podem se perder nas sugestões. Elas têm que dar obrigações e culminar com penalização também

Recebemos do Presidente do Senado, Senador Antônio Carlos Magalhães, uma incumbência. A proposta orçamentária deu entrada em tempo hábil, dia 30 de agosto. Devemos devolvê-la no dia 15 de dezembro. Vamos cumprir todos os prazos. Vamos esforçar-nos para que realmente esta comissão faça a sua parte. Com a nova posição da LDO, no próximo exercício, apenas o mês de janeiro poderá ser subvencionado com o duodécimo, depois a Nação fica sem Orçamento. É uma condição que nos impusemos e temos que cumprir

Mas as preocupações, as reclamações têm que ser levadas em conta pelo Governo, sim. As distorções levantadas, as disparidades encontradas, o Governo tem que assumi-las. Por isso, estabelecemos o debate público. Espero que - quem sabe um dia - , antes de elaborar o projeto, o Governo tenha a sensibilidade do Congresso e venha também debater um pouco em cada setor, em cada região aquilo que realmente a região pensa, sente e quer. Assim, talvez, com o pouco que temos, consigamos realizar o Orçamento que o povo almeja conversando, exercendo a cidadania

Por isso, agradeço a comissão que se deslocou dos gabinetes de Brasília e veio a Belém - como está indo a todas as regiões do País - discutir abertamente, didaticamente todos os processos do intrincado processo orçamentário

Cumprimento e agradeço a equipe técnica comandada pelo Dr. Eugênio, a Secretaria da Comissão de Orçamento por intermédio da Dr.ª Mirna Conheço e testemunho o desempenho desses profissionais. Sei o zelo, o carinho e a competência com que trabalham a peça orçamentária

E era dever nosso mostrar para a Nação abertamente que na verdade o Orçamento é uma peça muito simples. Tentaram complicá-la, tentaram mistificá-la. Mas ela é muito simples. É simples e lamentavelmente muito pequena para um País tão grande

Eu disse em Belo Horizonte - e repito aqui - algo que alguém já disse: quer é saber e saber é querer. E as pessoas vão podendo mais na medida que vão aprendendo. Acho que quando conhecermos este País por meio dos diagnósticos que estamos traçando, vamos descobrir não apenas o Orçamento que temos mas também a potencialidade que esse Orçamento tem nas suas entranhas. Vamos descobrir as nossas alternativas. Vamos descobrir as nossas regiões. Vamos dar vazão e mostrar para o mundo aquilo que temos de mais valor: o homem brasileiro

Despeço-me, agradecendo a acolhida. Ressalto, finalizando, que conheço quase toda a Bancada da Amazônia. Em especial, conheço a Bancada do Pará, uma das melhores que existe, uma Bancada que é dita cátedra no Congresso Nacional pela sua união, pela sua garra, pelo seu cavalheirismo e, acima de tudo, pela sua capacidade de superar divergências quando está em jogo o interesse maior do Estado

Feliz do Estado que possui uma Bancada como a que os senhores possuem. Feliz do Estado que tem os Deputados e Senadores que os senhores têm. Feliz do País que pode ter homens do naipe da Bancada da Amazônia, da Bancada do Pará, para trabalhar no Congresso Nacional

Particularmente, fico satisfeito. Na Comissão de Orçamento fazem parte o Deputado Giovanni Queiroz, o Deputado José Prante, o Senador Coutinho Jorge, entre outros do Pará. O Orçamento é uma peça em que as decisões serão colegiadas, coletivas. Nenhuma decisão será tomada pelo Relator que não seja do conhecimento de toda a Comissão, que não tenha o aval de toda a Casa, que não seja publicada. Nenhum real, nenhum real sai desse Orçamento a não ser com a aprovação da Comissão e com o conhecimento do País

Essa era a contribuição que gostaríamos de dar

Foi bom estar no Pará para conhecer o cavalheirismo da sua gente, a fidelidade da sua gente. Dentro de muito pouco tempo, irei voltar, se Deus

quiser. Aqui vamos estar no Círio de Nazaré para participar com os senhores dessa festa.

Muito obrigado

O SR. COORDENADOR (Dep. José Priante) - Agradeço, em nome de toda a Bancada do Pará, a presença de todos que vieram prestigiar esse encontro. Agradeço especialmente o Relator, Deputado Aracely de Paula, e a assessora competente da Comissão de Orçamento.

Estamos aguardando para que todo o debate seja materializado orçamentariamente. No Círio de Nazaré, com certeza, o nosso Relator irá presenciar a fé do povo paraense na expectativa de um futuro melhor para esse Estado.

Muito obrigado

Está encerrada a reunião

Ata da 5ª Reunião Regional, realizada em 14/10/97

SEXTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA QUINQUAGÉSIMA LEGISLATURA

ATA DA QUINTA REUNIÃO REGIONAL DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 1997, EM BRASÍLIA-DF.

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e sete, às dezesseis horas e trinta e três minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Auditorio Planalto do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília/DF. Compareceram a reunião as seguintes autoridades - Parlamentares: Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão, Deputados Aracely de Paula - Relator-Geral do Orçamento para 1998, Chico Vigilante - coordenador da reunião, Maria Laura, Augusto Carvalho e o Senadores José Roberto Arruda e Onofre Quinan - outras autoridades: Cristovam Buarque, Governador do Distrito Federal, Ovidio de Angelis, Secretário de Planejamento do Estado de Goiás como representante do Governador do Estado de Goiás, Alexandre Botão e Lauro Ayres, do Correio Braziliense, Edgar Geraldo, do CBMDF, Eraldo José Mota Fonseca, Delegado, Verônica M.S. de Oliveira e Ilza Maria P. Santana, da Secretaria de Turismo do DF; Ordelina M. Silva, Maria Abadia N. das Dores, Ivanildo B. Souza, Maria Edite Amadado, Abimeil da Silva, Antônio Tomás, Raimundo Coelho, José Sebastião Barreto, Antônio Alves, Maria Stela Barros, Maria Iracema F. Ribeiro, Lindomar Pereira da Silva e José Pereira Lourenço, cidadãos, Alice K. de Carvalho, COTEC/Orçamento Participativo, Elizabeth Antunes e Francisco de Assis Lemos, da Embrapa, Elter Marins, do Metrô/DF, Antônio Basílio, da SEPLAN/GO, José Gerson Santana, da Administração de Planaltina/DF, Carlos Henrique dos Santos e Marleide P. Santos, da Administração Regional do Núcleo Bandeirante/DF, Carlos A. S. Campos e Maria Sílvia C. Thome, da CAESB, e Adriana Romero, da CBN. **ABERTURA:** O Presidente da Comissão declarou aberta a Quinta Reunião Regional, na cidade de Brasília/DF, referente à Região Centro-Oeste, anunciando a presença das autoridades. A seguir, teve breves considerações acerca do êxito da realização das Reuniões Regionais de 1997. O Deputado Aracely de Paula, na qualidade de Relator-Geral, manifestou suas expectativas em relação às reuniões regionais, quais sejam, a discussão do Orçamento a nível regional e colher subsídios para a confecção do Relatório Final. Continuando, a palavra foi assegurada ao Dr. Eugênio Greggianni, Assessor-Chefe da Assessoria

Técnica da Câmara dos Deputados, que apresentou estudo sobre o Orçamento para 1998, o processo de tramitação no Congresso Nacional e o seu contexto geral. Continuando, o Dr. José Rui, Consultor de Orçamentos do Senado Federal, teve explicações acerca da Proposta regionalizada. Neste momento, o Deputado Chico Vigilante assumiu a condução dos trabalhos. O Dr. Ovidio de Angelis, representante do Governador do Estado de Goiás, apresentou ponderações acerca da Proposta Orçamentária, detendo-se ao concernente ao seu Estado. **ENCERRAMENTO:** O Coordenador encerrou os trabalhos, às dezoito horas e dez minutos, agradecendo o comparecimento das autoridades e, para constar, eu, Myrma Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador NEY SUASSUNA, Presidente. xxxxxxxxxx. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

5ª Reunião Regional, realizada em 14/10/97, em Brasília/DF.

O SR. NEY SUASSUNA - Boa tarde senhores, queremos convidar o Sr. Governador do Distrito Federal, Professor Cristovam Buarque, para comparecer à mesa e presidir os trabalhos. Queremos convidar também o representante do Governo de Goiás, Dr. Ovidio de Angelis, Secretário de Planejamento do Estado, o Relator-Geral, Deputado Aracely de Paula, o Deputado Chico Vigilante, Coordenador Setorial da Reunião do Centro-Oeste, o Senador José Roberto Arruda, bem como o Senador Onofre Quinan e a Deputada Maria Laura.

O Dr. Cristovam Buarque, em sua bondade de nordestino, embora sendo Governador do Distrito Federal, declina da abertura e pede que eu já adiante.

Declaro instalada a 5ª Reunião Regional da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional referente à Região Centro-Oeste, com sede nesta Capital Federal.

Gostaria, Sr. Governador, na hora em que abro esta reunião, de dizer que a inovação de levar o Orçamento da União para cada região foi da lavra do Deputado Sarney Filho. A inovação foi tão produtiva, tão elucidativa, e recolhemos tantas informações, que resolvemos, este ano, dar continuidade a ela. Já estivemos em cinco reuniões. Os técnicos do orçamento mostraram os grandes números, quais os percentuais que tocam cada região e quais os problemas que estamos enfrentando. Com isso, depois, tivemos tempo de ouvir os interessados e de corrigir algumas coisas no andamento da elaboração do orçamento de forma que, hoje, temos certeza de que esse hábito irá permanecer. Não é o orçamento participativo, esperamos que um dia seja, mas é um orçamento onde arrecadamos, recolhemos informações e tentamos, no relatório, pesá-las e fazê-las valer. Este ano, estamos cumprindo à risca o cronograma. Acabei de conversar com o Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães sobre as emendas de bancada e as de cada parlamentar, Deputado Aracely, e S. Exª deferiu minha solicitação dos cinco dias há mais, pois encerravam na próxima quinta-feira, ficando estas, então, proteladas até a próxima terça-feira. Até a próxima terça-feira temos que ter recebido todas as emendas, não só as emendas dos parlamentares, que terão direito a vinte emendas, como as de bancada, que são as mais polpudas, as mais substanciais, e se destinam a resolver problemas conjunturais do Estado, da Região.

O Presidente da Comissão de Orçamento se sente extremamente honrado de estar aqui encerrando, com o Centro-Oeste, as reuniões regionais e também, Governador, de estar participando de uma equipe tão bem coordenada pelo Relator Geral, Deputado Aracely de Paula, que tem feito todo o possível para que cumpramos o cronograma. O Governo Federal nos assegura, e jura, que não haverá contingenciamento no próximo ano. Essa é uma boa informação. O que estiver no orçamento é para ser cumprido. Todos sabemos, também, que o orçamento do próximo ano será praticado em um espaço de tempo menor por causa da eleição do segundo semestre. É preciso que cumpramos o prazo de até 10, 12 de dezembro para estar tudo pronto, porque o pagamento da primeira cota do orçamento o Ministro do Planejamento e o Presidente da República querem fazer em janeiro.

Então, são boas novas que há muito tempo não ouvíamos. Criei o que o que depender de nós vamos cumprir.

Passo a palavra, neste momento, ao Deputado Aracely de Paula, que é o Relator-Geral da nossa Comissão de Orçamento, que, como disse a S. Exª, muito nos orgulha, porque está fazendo um trabalho brilhante (Palmas).

O SR. ARACELY DE PAULA - Inicialmente, meus agradecimentos pela generosidade do Presidente Ney Suassuna, que com brilhante

tismo, inteligência e competência vem dirigindo essa árdua missão de transformar não apenas o Orçamento, mas principalmente seu conceito perante à Nação

Ex^o Sr. Governador Cristovam Buarque, meu caro Presidente Ney Suassuna, meu caro coordenador deste encontro, eminente Deputado Chico Vigilante, prezada colega e ilustre Deputada Maria Laura, senhor representante do Governador Maguito Vilela e Secretário de Planejamento do Estado de Goiás, demais autoridades presentes - queremos ressaltar que aqui também estiveram tanto o Senador José Roberto Arruda quanto o Senador Onofre Quinan - Deputado Augusto Carvalho, senhores da imprensa, minhas senhoras e meus senhores, gostaríamos de iniciar nossas palavras dizendo que, ao lado do Presidente Ney Suassuna e dos técnicos da Comissão de Orçamento, no curto espaço que nos foi oferecido pelo calendário que deve ser cumprido até o dia 15 de dezembro, fizemos uma peregrinação por este País e, não podendo visitar cada Estado, visitamos cada Região. E visitando cada Região, até por suas peculiaridades, fomos nos familiarizando, recolhendo subsídios e sugestões, conhecendo na origem diversos problemas que, se afligem a Região, acabam por afligir o País como um todo

Estamos encerrando hoje em Brasília, graças à gentileza de V Ex^a e à disposição do Deputado Chico Vigilante, essa nossa peregrinação

Gostaria de dizer que o saldo foi altamente positivo. Apesar de sabermos que a limitação da Comissão Mista de Orçamento nos impede de atender a tudo aquilo que vimos, a tudo aquilo que sentimos, não nos impede nunca de nos sensibilizar pelo problema maior, que é conhecer este País através das suas dificuldades. Não nos impede, pelo contrário, reforçar-nos a sensibilidade necessária para, dentro desse pequeno espaço, que é reservado à Comissão, agir, visando atender, dentro do possível, aquilo que é a aspiração e o clamor maior daqueles que têm comparecido a estas reuniões

Um dos primeiros pedidos que fizemos à Comissão, que nos assessora, foi que simplificasse a proposta orçamentária, no sentido de que transformasse aquele calhamaço cheio de códigos e de números, aquele calhamaço que realmente era muito mais uma ameaça do que uma proposta; que simplificasse e tornasse a proposta orçamentária algo bastante palatável, algo que pudesse ser lido e entendido por qualquer brasileiro, por qualquer cidadão e, se possível, que essa proposta pudesse chegar às escolas, pudesse chegar a todos os níveis onde se encontra o cidadão brasileiro

E vamos simplificar mais. Não terminaremos nosso trabalho antes de distribuímos em todas as escolas brasileiras a verdade da proposta orçamentária. Porque o Orçamento nada mais é do que o reflexo daquilo que é a Nação, daquilo que é não apenas o que a Nação possui, mas principalmente aquilo que a Nação almeja

Dentro desse raciocínio, a Comissão tem se esmerado. É uma Comissão doura, esforçada, que tem se debruçado em cima das limitações que nos foram oferecidas, tentando encontrar respostas para os clamores, para as propostas que nos são colocadas

Portanto, é dentro dessa visão que estamos aqui, cumprimentando V Ex^a, Governador Cristovam, pelo brilhante trabalho que faz no GDF, cumprimentando a sua equipe, cumprimentando, por intermédio do Governo de Brasília, a legião de governadores, prefeitos, enfim, de dirigentes que entendem que quem quer o mundo melhorar deve por si começar. Brasília está melhorando e está melhorando através dos seus valores, e é com satisfação que vejo aqui hoje, nesta plateia, diversos segmentos da sociedade de Brasília altamente politizados, altamente participantes

Se esta viagem pelo Brasil não tivesse outro alcance, pelo menos seria um passo a mais que estamos dando em direção ao Orçamento real

Gostaríamos que o exemplo dado pela Comissão, que aqui representa o Congresso Nacional, fosse seguido também pelo Poder Executivo e que a sua origem fosse discutida antes com segmentos da sociedade, com as diversas unidades da federação, para que depois ela fosse apresentada ao Congresso Nacional. Mas, em assim não sendo, o Congresso está dando a sua participação e o seu exemplo

Saiba, Sr. Governador, que dentro dessa visão, com a participação de todos os membros da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a colaboração indispensável da comissão técnica da Câmara, vamos procurar traduzir em números a realidade dura que estamos recebendo neste momento de um Orçamento que está muito aquém das nossas reivindicações, mas muito próximo da nossa realidade

Com essas palavras, gostaríamos de convidar a nossa assessoria para que fizesse um relato, um levantamento que temos levado por todos os quadrantes do País, mostrando um diagnóstico sério, isento, frio da verdadeira realidade do nosso País, de acordo com os dados levantados e dos dados comparativos que elaboramos

Quero convidar o Dr. Eugênio, para fazer essa apresentação (Palmas)

O SR. EUGÊNIO - Sr. Governador, Sr. Presidente, Sr. Relator-Geral, Srs. Parlamentares, demais autoridades, senhoras e senhores aqui presentes, as Assessorias Técnicas da Comissão Mista de Orçamento foram orientadas no sentido de preparar um trabalho sucinto, que subsidiasse as reuniões regionais. Dividimos esse trabalho em três partes, a primeira dá uma idéia do processo como um todo, os prazos, qual a oportunidade de intervir no Orçamento via Congresso, as emendas. Depois, um panorama geral dos grandes números, do qual o Dr. José Rui, chefe da Consultoria do Senado, vai participar. Em seguida, detalhamos um pouco mais sobre a região específica, no caso o Centro-Oeste

O quadro jurídico hoje existente permite nos situar em relação aos instrumentos que depois da Constituição de 1988 começam a ser mais conhecidos. Temos a Lei Complementar das Finanças Públicas, que inclusive já foi votada em primeiro turno na Câmara, temos um plano plurianual, que é um instrumento de planejamento, é uma lei, não é mais um plano de desenvolvimento econômico, exige a apreciação do Legislativo, tanto no Congresso Nacional como nas Câmaras Municipais. Temos uma Lei de Diretrizes Orçamentárias, que está se tornando um instrumento cada vez mais importante no sentido de orientar, de esclarecer, de dar uma inteligência à apreciação orçamentária, temos implicações inclusive importantes na área da saúde que provém da LDO. E temos a Lei Orçamentária Anual, que é dividida na administração direta, autárquica e fundacional, que compõe o orçamento fiscal e da seguridade, que são da direta, e tem o orçamento de investimento das estatais, as sociedades de economia mista principalmente, só comparecem no orçamento através dos seus investimentos. Todos esses instrumentos de planejamento e orçamento exigem uma concatenação, uma articulação, uma lógica e uma coerência

Alguém poderia perguntar: onde está o Plano Brasil em Ação? Ele é um desdobramento programático do Plano Plurianual. Mas é verdade também que o Plano Plurianual hoje está bastante genérico, o Plano Brasil em Ação é um desdobramento programático do Plano Plurianual, é um detalhamento. Essa concatenação do Plano Brasil em Ação com o Plano Plurianual de difícil de fazer na medida em que é muito genérico

Em nível de Governo Federal, o Governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 1998, prepara o seu Plano Plurianual 1996 a 1999, que sempre invade um ano do governo subsequente. Cada ano temos uma LDO e uma Lei Orçamentária, a LDO é votada e apreciada no primeiro semestre, no segundo semestre temos a apreciação das leis orçamentárias

Mais precisamente em 1997, em 15 de abril chegou a LDO para 1998, em 30 de junho a LDO foi votada, dentro do prazo, pelo Congresso Nacional, em 31 de agosto chegou o Orçamento de 1998, que estamos discutindo. O prazo de aprovação do Orçamento de 1998 é até o final do ano

Numa visão do processo de elaboração e apreciação temos, em nível de Poder Executivo, uma interação entre o Ministério do Planejamento e Orçamento com os órgãos setoriais, onde são definidos os tetos, onde em função da receita as despesas são acomodadas. Isso é enviado ao Presidente da República, que manda ao Congresso Nacional, que envia imediatamente para a Comissão Mista de Orçamento, que distribui para as subcomissões fazerem a primeira análise. Hoje, o Orçamento já se encontra em mãos dos chamados relatores-setoriais, das subcomissões

Temos sete subcomissões e cada uma tem um coordenador. As subcomissões dizem respeito a diferentes áreas temáticas. Temos, por exemplo, subcomissões de educação, infra-estrutura e saúde

O Poder Executivo enviou o Projeto de Lei do Orçamento em 31 de agosto ao Legislativo, que deve apreciá-lo até o dia 15 de dezembro. A proposta chegou ao Congresso, estamos realizando a última audiência pública regional. Há um documento importante, que é o parecer preliminar, que, na verdade, já foi apreciado e votado. Em relação, inclusive, ao GDF, ele exclui a possibilidade de cancelamento das transferências da União ao Governo do Distrito Federal

O prazo de apresentação de emendas ao Orçamento vai do dia 12 ao dia 16, mas o Presidente ampliou esse prazo até o dia 21. Temos os relatórios setoriais, que em seguida vão ser feitos, o relatório-geral na Comissão Mista e o relatório-geral no Congresso.

As emendas que podem ser apresentadas são as seguintes:

1 - Emendas individuais. A Resolução nº 2 modificou e aperfeiçoou o processo orçamentário no Congresso Nacional. Ela definiu, além das emendas individuais, as emendas coletivas, que hoje são prioritárias. Mas as emendas individuais são limitadas a vinte por autor e existe um teto: nenhum Deputado pode apresentar emendas individuais que signifiquem gastos acima de R\$ 1,5 milhão

2 - Emendas coletivas, que podem ser de três tipos. Há as emendas de bancada estadual, as bancadas podem fazer dez emendas que devem ter caráter estadual, com ata da reunião de aprovação etc. A bancada regional pode fazer cinco emendas e as comissões permanentes da Câmara e do Senado também podem fazer cinco emendas

3 - Emendas de relator. Hoje, pela Resolução nº 2, essas emendas poderão dizer respeito apenas a erros e omissões de ordem técnica ou legal. O relator, hoje, tem uma restrição de poder em relação aos anos an-

tenores em razão do estabelecimento pela Resolução nº 2, há uma limitação da iniciativa do relator. O relator, hoje, relata as emendas individuais e coletivas que são apresentadas pelos deputados ou pelas bancadas. A bancada estadual, além dessas dez emendas, tem a possibilidade de fazer cinco indicações, cujo valor de atendimento é limitado. Essas indicações deverão ser apreciadas pelos relatores setoriais.

Empregaremos termos comumente usados no Orçamento e para facilitar o entendimento explicarei brevemente a estrutura dessa peça legal. O Orçamento é dividido em fiscal e seguridade, como falei. As despesas no orçamento fiscal e seguridade dizem respeito à Administração Direta.

Essas despesas são bem detalhadas e esse detalhamento é feito, **grossa modo**, da seguinte maneira: há o grupo de despesas correntes, que são as despesas de funcionamento - pessoa e encargos -, chamado GND1, juros e encargos da dívida são o Grupo 2, o Grupo 3, que diz respeito a outras despesas correntes, que são as demais despesas - é um grupo grande que abarca o que sobra. Há ainda as despesas de capital, que são caracterizadas principalmente pelos investimentos. Nessas despesas de capital estão previstas também as inversões financeiras, que são os empréstimos, como por exemplo o FCO - Fundo do Centro-Oeste. Esses empréstimos entram como inversão financeira. Temos também a amortização da dívida, que é uma despesa de capital - veja que o juro é uma despesa corrente e a amortização é uma despesa de capital. E há outras despesas de capital.

O orçamento fiscal e seguridade tem despesas bastante abertas e detalhadas. No orçamento de investimento das estatais, cujo valor é R\$ 16,5 bilhões só aparecem os investimentos. Então, os investimentos, no orçamento das estatais, representam R\$ 16,5 bilhões. Os investimentos no orçamento fiscal e seguridade são R\$ 8,4 bilhões.

O que o Congresso pode fazer com a proposta orçamentária? Em primeiro lugar, vamos dissecar o Orçamento naqueles grupos de despesa - despesas correntes e despesas de capital. Vamos olhar um pouco mais de perto isso.

Pessoal. Temos em despesas com pessoal o valor de R\$ 48 bilhões. Pela Constituição, o Congresso não pode cancelar essa despesa. A atuação do Congresso é sempre de remanejamento, ele não pode criar despesa nova. Uma vez que a receita está confirmadamente correta, o Congresso atua sobre as despesas e para que elas não sejam aumentadas, o único procedimento possível é de remanejamento: cancela-se em um item e cria-se outro do mesmo valor. Com relação a despesas de pessoal nada pode ser cortado, porque a Constituição veda esse procedimento. O mesmo se dá com relação a juros e encargos da dívida.

Aqueles três lá são outras despesas correntes. Aquele primeiro grupo é a Previdência. Nas outras despesas correntes - a Previdência entra nesse grupo - temos valores em torno de R\$ 150 bilhões. As transferências a Estados e Municípios representam algo em torno de R\$ 25 bilhões a R\$ 26 bilhões. Outras despesas correntes, que não podem ser cortadas, são da ordem de R\$ 23 bilhões.

O empréstimo externo e a contrapartida não podem ser cancelados pelo Congresso. O mesmo ocorre quanto a uma boa parte das inversões financeiras. Quanto a amortização da dívida, a amortização líquida, na verdade, esse valor que está aparecendo exclui o refinanciamento, porque uma parte da amortização é a rolagem da dívida. Isso está fora, só a amortização líquida, que é da ordem de R\$ 28 bilhões, e o que aparece. Então, o que está em vermelho é vedado.

Agora, o que pode ser remanejado com restrições? Aliás, antes de responder essa pergunta - o que são essas restrições? São restrições principalmente de fonte. São fontes que só podem ser canceladas para serem utilizadas com a mesma finalidade.

Uma parte das outras despesas correntes tem restrições, uma parte de investimentos e uma parte de inversões financeiras - as que estão livres para cancelamento, desde que haja uma concordância para o seu cancelamento no mérito, livre não quer dizer que possa ser cortado, e sempre preciso verificar o que vai ser cortado - é uma parte do custeio e uma parte do investimento.

Na prática o que o Congresso faz? O que aconteceu em 1996? Em 1996, da parte do custeio que é livre ou pode ser remanejado com restrições - em torno de R\$ 30 bilhões -, o Congresso cortou cerca de 3%. Da parte de investimentos, que é livre ou pode ser remanejada com restrições, foi cortado cerca de 30% de R\$ 5 bilhões. Houve também erros e omissões em alguns itens. Com isso é formado um banco de recursos da ordem de R\$ 2,5 bilhões a R\$ 3,5 bilhões que foi fonte para as emendas de bancada, que absorveram de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 2 bilhões. Essa foi a média para 95/96. As emendas individuais absorveram R\$ 800 milhões.

As modificações que o Congresso fez nos últimos dois anos, após a edição da Resolução nº 2, que introduziu novas regras, foram as que acabei de mencionar.

O grande debate hoje se dá em torno da questão da execução orçamentária. Existe um descrédito muito grande com relação à execução

orçamentária. Vamos ver os números relativos a investimentos. Orçamento 96 versus execução. Em 1996, aconteceu o seguinte. O projeto de lei veio com R\$ 8,1 bilhões e houve um acréscimo no Congresso Nacional. A execução referente ao primeiro semestre de 1996 foi de R\$ 1 bilhão - no primeiro semestre foi de 10% a execução. A acumulada no segundo semestre foi de R\$ 5,7 bilhões. Conclui-se que o Executivo executou menos do que aquilo determinado pelo projeto de lei e muito menos, evidentemente, do que aquilo que foi autorizado, incluindo-se os acréscimos do Congresso Nacional. Outra observação é que durante o segundo semestre a execução é maior.

Apresentamos em mais detalhes a questão da sazonalidade da execução dos investimentos federais. Observamos que a execução orçamentária dos investimentos é crescente durante o ano e tem seu ponto alto no segundo semestre. Aquela linha de execução uniforme representa, considerando o valor final já executado menos do que orçado, como seria uma execução na base de 1/12. Mostra o distanciamento na execução, mesmo considerando a restrição total financeira. A explicação é que os órgãos federais do Executivo dá é que o problema às vezes não é só recurso financeiro, no que se trata de investimentos, transferências para Estados e Municípios, convênios, existe também um problema de gerenciamento de efetivação dos convênios que acaba acumulando no final do ano. Vamos ver que a execução orçamentária está muito baixa no primeiro semestre, mas há promessa de que no segundo semestre ela se acelere.

O Dr. José Rui vai apresentar a segunda parte e, em seguida, faremos a parte regional.

O SR. NEY SUASSUNA - Peço desculpas ao Governador, mas está sendo votado o nome do Senador Valmir Campelo para o Tribunal de Contas, e o Senador Humberto Lucena acabou de me telefonar pedindo para eu ir votar.

O SR. SENADOR - Sr. Governador, Deputado Chico Vigilante, Deputado Aracely de Paula, demais Parlamentares e autoridades, vou comentar os aspectos macroeconômicos do Orçamento.

O Orçamento não existe separadamente de outras contas governamentais. Em primeiro lugar, na sua elaboração, são definidos parâmetros básicos que o Governo espera para o exercício seguinte. No Orçamento de 1998 está previsto que o PIB vai crescer 4%. O percentual de inflação, que é outro parâmetro básico do Orçamento, está fixado em 5,86% mas é mais aplicado ao lado da receita, ao invés da despesa. Por quê? Porque hoje, ao contrário de quando não havia estabilidade na economia, as despesas são fixadas e estabelecidas de acordo com o crescimento vegetativo de alguns itens, e outros de alguns objetivos que o Governo tem como política econômica. Hoje já não se corrigem mais as despesas simplesmente com base na inflação. Por exemplo, gasto de pessoal, que vamos comentar mais adiante, está previsto para ter um crescimento de 9,5% como decorrência de um crescimento vegetativo que existe na folha, da ordem de 3%, e de alguns problemas judiciais que o Governo vai enfrentar, tipo liminares, ajuste de algumas carreiras específicas, que estavam muito defasadas. O Governo tem esses parâmetros básicos, que fundamentam o seu orçamento.

Dentro da Mensagem Presidencial que encaminhou o Orçamento ao Congresso Nacional, o Governo elenca alguns problemas-chaves, um é o controle da dívida, o outro é o balanço de pagamentos. Eles acham que são os dois pontos-chaves para a economia brasileira a curto prazo. Entendem que a dívida tem que ser controlada de modo a que se evite o crescimento da relação dívida/PIB, que é o indicador que todos os organismos internacionais, investidores internacionais olham para a economia brasileira. Uma relação dívida/PIB, um aumento descontrolado da dívida causa uma expectativa muito ruim aos agentes econômicos, o que é ruim à economia brasileira. Então, o Governo acha que esse é um ponto a ser controlado.

Evidentemente que o aumento da dívida, todos sabem, é o déficit. Na medida em que o Governo tem um déficit na execução do seu orçamento, esse déficit se transforma em aumento da dívida. Ora, dentro do déficit, um componente importante é a própria taxa de juros. O Governo diz, na mensagem, que uma das preocupações é reduzir a taxa de juros, na medida do possível, dadas as circunstâncias do balanço do pagamento e da necessidade de manutenção do financiamento nas transações correntes do balanço do pagamento.

A estratégia para conseguir que haja um controle do déficit é a redução ou, se assim não for, pelo menos um crescimento controlado das despesas orçamentárias. Para tanto, é importante, segundo o Governo, a realização das reformas constitucionais, tanto da Previdência como a Administrativa. São importantes por quê? Para evitar que os gastos cresçam de forma descontrolada e não se obtenha a redução esperada do déficit.

A curto prazo, o Governo sabe que essas reformas não darão resultado, mesmo porque ainda não foram materializadas juridicamente dentro do Congresso, e, ainda que venham a ser, os resultados não serão imediatos. Então, o Governo entende que para fazer a ponte entre o presente e o futuro é fundamental a aceleração e a continuidade do processo de privatização. Por quê? Porque pelo processo de privatização, o Governo

obtendo receita da venda de estatais, ele vai quitar ou, alternativamente, cobrir o déficit corrente e evitar que aquela relação dívida-PIB, que falamos no início, cresça, ou seja, ele vai tentar manter estável ou cadente essa relação dívida-PIB.

Outra estratégia importante é incentivar as exportações. A receita de privatização é importante não só para fechar o déficit da conta fiscal, mas também para aumentar o nível de reservas cambiais que garantem a política cambial e a política econômica do Governo.

Para evitar que essas receitas de privatização venham a ser insuficientes, a médio prazo ou até mesmo depois que todas as empresas sejam privatizadas, o Governo tem procurado incentivar as exportações por meio de medidas legais, como a Lei Complementar, que veio desonerar o ICMS das exportações, o Governo tem linhas de crédito do Proex, para financiar as exportações de forma vantajosa, equalizando taxa de juros. São instrumentos importantes para que o Brasil aumente suas exportações e sua política cambial tenha viabilidade.

A par disso, todos sabem que o Governo vem dando um reajuste pequeno no câmbio, acima da inflação brasileira, de modo a recuperar de forma gradativa a taxa cambial, que se encontra ainda supervalorizada em decorrência do influxo de recursos externos que ocorreu após o Plano Real.

Nas contas públicas há uma questão que, do ponto de vista dos analistas econômicos, às vezes é até mais importante do que o Orçamento em si. É claro que o Orçamento em si é alimento desse indicador chamado "necessidade de financiamento do setor público". A necessidade de financiamento do setor público é construído a partir da relação de todas as receitas não financeiras, das quais são deduzidas as despesas não financeiras.

A subtração das despesas não financeiras, ou seja, pessoal, investimentos, exceto juros, porque é uma despesa financeira, a subtração dessas despesas da receita financeira dá o que se chama de superávit primário, ou seja, o superávit primário mostra como está a situação corrente das contas públicas, mostra se os gastos correntes do Governo, mais investimento, estão provocando déficit ou superávit.

O Governo tem alegado que precisa gerar um superávit primário, dentro do Orçamento, de 0,8% do PIB, para cobrir parte dos juros líquidos em que ele é obrigado a absorver a cada ano. Esses juros líquidos das necessidades de financiamento do setor público não são exatamente os do Orçamento. Os juros do Orçamento obedecem a critérios de contabilidade de regime de competência de caixa, ao passo que juros líquidos da necessidade de financiamento obedecem aos critérios de contabilização do regime de competência. Ou seja, contabilizam-se os juros nos exercícios em que são incorridos e não nos exercícios pagos.

A partir da inclusão dos juros no quadro de necessidades e financiamentos no setor público, ou seja, após o superávit primário, superávit primário menos os juros obtém-se resultado operacional, que pode ser déficit ou superávit, no caso brasileiro é déficit. Qual a relação desse déficit com o estoque da dívida? Ele aumenta o estoque da dívida. Como falamos no começo, o aumento da dívida é o déficit.

O Orçamento hoje em dia apresenta maior clareza em termos de estruturação. Mesmo na época da inflação, o Orçamento apresentava um valor, por exemplo, no caso de 1988 tínhamos um orçamento de R\$437,9 bilhões. Anteriormente esses valores eram dados e grande parte deles trata-se do refinanciamento da dívida pública. Esses valores do refinanciamento da dívida, significa o quê? Significa que, dada a falta de credibilidade que o Governo cristalizou junto ao mercado, o Governo não conseguia colocar seus títulos a longo prazo, com prazos de um, dois ou trinta anos, como os americanos, ingleses e franceses colocam no mercado. Os prazos dos títulos brasileiros colocados no mercado eram prazos muito curtos e esses títulos vencem duas, três vezes dentro do mesmo exercício. Então, fazia-se dotação orçamentária para rolar esses títulos que, na realidade, não são pagos, são pagos com a emissão de novos títulos. Quer dizer, são rolados. Mas isso inflava artificialmente o Orçamento.

Ocorre que alguns setores argumentavam, quando da elaboração do Orçamento, que representavam pouco no Orçamento, e davam um percentual bem diminuído, porque ele jogava dotação orçamentária em relação ao total do Orçamento. A comparação racional, mais clara, mais democrática e mais transparente seria pegar a dotação orçamentária do órgão e comparar com o orçamento ajustado, depurado do refinanciamento da dívida, que soma apenas 264,9 bilhões.

Esse foi um ajuste contábil feito a partir do exercício de 1997, repetido em 1998, que permitiu dar maior clareza na estruturação do Orçamento. É evidente que com o passar dos anos, na medida em que o Governo está conseguindo uma maior credibilidade, tem colocado títulos com prazos maiores, embora boa parte ainda seja girado nesse curto prazo de três, quatro meses, então a separação, com o tempo, não se tornará tão necessária. Ela, na atual circunstância, é claramente necessária.

Dentre as receitas no Orçamento Fiscal e da Seguridade, nós temos, desses 264,9 bilhões, 65,9 bilhões são receitas tributárias, de impostos, e 103,8 bilhões são de contribuições sociais, contribuições ao INSS, contribuições sobre o faturamento das empresas - Cofins, contribuições do

salário-educação, uma série de contribuições sociais que existem. As contribuições sociais ultrapassam a receita de impostos - Imposto de Renda e IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados. Há ainda receita de serviços da ordem de 17,7 bilhões, há a receita patrimonial, inclusive é onde se encontra a receita de concessões do serviço público, que é a receita de aluguéis e a receita de capital, de 66 bilhões, que decorre emissão de títulos públicos de 34 bilhões, aí a emissão líquida, não é emissão de títulos públicos para rolar dívida, é uma emissão líquida que vai, inclusive, ajudar no pagamento dos juros da dívida pública mobiliária. Alienação de bens - 16,4 bilhões, onde entra a privatização, os recursos da privatização de empresas estatais que estão estimados em 15,1 bilhões para o ano que vem, e 6,4 bilhões de outras.

Esse quadro mostra a importância das receitas de contribuições sociais em que poderão ser passadas rapidamente todas elas, porque o próprio quadro dá para visualizar a importância de cada uma, quer dizer, a maior delas é a contribuição do empregado/empregador ao INSS com 48,1 bilhões e depois vem a Cofins, que é a contribuição do financiamento da seguridade, que é um percentual de 2% do faturamento das empresas; tem a CPMF que é 8,3 bilhões, que é movimentação financeira, contribuição sobre o lucro líquido de 8,1, a contribuição do PIS/PASEP com 8,1 bilhões, a contribuição do servidor público, prevista em 4,1 bilhões e outras contribuições de 6,7 bilhões. Na tributária, o mais importante é o Imposto de Renda, que tem fonte de pessoas jurídicas e físicas, com 33 bilhões, IPI 19 bilhões, Imposto de Importação, 6,4 bilhões, IOF 5,3 bilhões, ITR 0,4 bilhões e demais 1,5.

Nas despesas contidas no Orçamento, pessoal e encargos com 48,1 bilhões; juros e encargos 37,1 bilhões e outras despesas correntes, principais delas, benefícios previdenciários do INSS 51,2 bilhões; transferências constitucionais para Estados e Municípios, decorrentes do Fundo de Participação dos Estados, Municípios e Distrito Federal, 26,5 bilhões e outras transferências 42,7 bilhões, e outros gastos. Tem-se ainda também 8,4 bilhões de investimentos, 21,8 bilhões de inversões financeiras e 26,5 bilhões de amortização líquida da dívida. Ou seja, além daquela que é chamada amortização, mas que é rolagem, aqui é amortização mesmo. Vai-se resgatar 26,5 bilhões de títulos das dívidas, dos quais 1,2 bilhão com recursos originários do Tesouro. Juros e encargos da dívida são mostrados nesse quadro, eles vêm crescendo bastante, e os juros crescem especialmente em 1998 mais em função do acordo da dívida dos Estados, que aportou uns US\$100 bilhões na troca dos títulos estaduais por títulos federais. Ele emitiu títulos, vai crescer muito a base e os juros estão previstos para 37,1 bilhões. Um grande problema que se encontra é o da Previdência. Temos a arrecadação líquida correlacionada com os benefícios previdenciários e pode-se ver que desde 1984 até por volta de 1994 era superavitária a Previdência, mas a partir de 1994 igualou-se e, nos dois últimos anos, a Previdência já está operando no vermelho, quer dizer, as despesas são maiores que a receita, precisando ter um aporte do Tesouro para completar isso.

Esses valores são importantes para mostrar a necessidade de reformas, embora nem toda a solução para esse problema advinha das reformas. Há outras soluções, outras providências que o Governo pode tomar, como melhoria da arrecadação, diminuição da sonegação, melhoria da fiscalização dos benefícios, evitar fraudes, enfim, tudo isso também pode melhorar o posicionamento das contas da Previdência.

Temos as despesas com pessoal e encargos no Orçamento mostrando a relação entre ativos e inativos. Podemos ver que antes, em 1995, para cerca de R\$22,5 bilhões de gastos com ativos, gastou-se R\$16 bilhões com inativos, preços correntes. No entanto, em 1998, para cerca de R\$26 bilhões de gastos com ativos, já se gastou R\$20 bilhões com inativos. A previsão, então, é que está estreitando. A diferença está ficando quase na proporção de um para um. Esse quadro mostra a execução de ativos e inativos e aí, com os preços constantes, consegue-se perceber melhor que o gap existente entre o gasto com ativos em relação a inativos está se reduzindo e convergindo para um valor praticamente igual.

Esse quadro, que estávamos explicando lá na frente - pensei que vinha imediatamente depois, mas que demorou para vir -, é aquele da necessidade de financiamento, que se relaciona com o Orçamento. Nesse caso, então, ele está numerando o que existe para 1998 nas necessidades de financiamento no setor público, Governo central, ou seja, Tesouro mais Banco Central no sentido dos juros. Temos, então, a receita tributária, que é a receita do Orçamento, a da Previdência e as demais R\$187,6 bilhões, ou seja, nas receitas não entram receitas financeiras, não entram receitas de juros, não entram receitas tipo resultado do Banco Central, remuneração das disponibilidades do Tesouro. Por que isso acontece? Porque essas receitas são muitas vezes o Governo pagando para ele mesmo. São, então, receitas que, se considerarmos que o Governo é um bicho só - e aí estamos considerando que é o Governo central, que é um bicho só - não se constituem em receita extraída da sociedade, mas sim em um jogo de contas do Governo. Ainda que fossem juros obtidos junto ao setor privado, não eram para estar nesse conceito, porque esse conceito é para definir super-

avít primário, ou seja, a situação corrente das contas públicas se o Governo está operando com déficit ou com superávit

No caso, consideradas as despesas da Previdência pessoal, vinculações e outras mais, vê-se que o Governo central está com superávit primário de R\$7,5 bilhões. Mas, se incluímos os juros líquidos por competência, que incluem juros do Tesouro e do Banco Central, contabilizados por competência e não por caixa, o Governo está prevendo um déficit operacional para o ano que vem de R\$13,5 bilhões. Esse déficit irá aumentar a dívida líquida do setor público federal exatamente nessa quantia, R\$13,5 bilhões

O que é a dívida líquida federal? É tudo que o Governo deve - Tesouro e Banco Central - menos o que tem. Seria, então, a dívida mobiliária e dívida contratual menos o que o Governo tem de crédito quanto ao setor privado, créditos que o Banco Central oferece ao setor privado, créditos que o próprio tesouro tem junto ao setor privado nas operações oficiais de crédito e até as reservas internacionais que são créditos do Governo. Então apura-se a dívida líquida do Governo e se calculam esses juros sobre essa dívida. Então, esse déficit de R\$13,6 bilhões, como comentei no início, está perfeitamente coberto pela receita de privatização que o Governo terá. A receita de privatização não está incluída aí, porque é considerada financeira. Se o Governo obtiver uma receita de privatização de R\$15,1 bilhões, cobrirá, então, perfeitamente o déficit operacional que está previsto

Por isso, é importante para o Governo a privatização. Com a privatização, o Governo acalma todo o mercado de investidores, agentes financeiros que estão preocupados com as contas públicas. Dessa forma, a curto prazo, resolve com a privatização, a longo prazo, precisa fazer as reformas para fazer um ajuste estrutural nas suas contas, pois, após vender todas as estatais, não terá mais para vender. Se continuar, então, com o déficit estrutural dentro do orçamento, dentro da execução orçamentária, apenas estaria adiando o surgimento do problema

Os dois últimos pontos que gostaria de comentar são a aplicação de recursos na educação e cultura e saúde

No caso da educação e cultura, se examinarmos os gastos por função programática, chegaríamos à conclusão, pelas contas enviadas pelo Governo, que o Orçamento para 1998 tem um aumento de 29,5% nos gastos com educação e cultura, ou seja, o autorizado passaria de R\$11,7 bilhões, em 1997, para R\$15,1, em 1998. Mas isso ocorreu por causa de um problema contábil que surgiu com a criação do Fundef pelo Governo. O Fundef é composto por recursos dos Estados e Municípios que já eram alocados para a educação. No entanto, o Governo incluiu na função educação dentro do orçamento federal, o que inflou os gastos federais com a educação. Na realidade, se depurarmos os gastos com a função educação do Fundef, ou seja, se excluirmos do Fundef, observar-se-á, de fato, que haverá um decréscimo de 1,9%, ou seja, de R\$0,3 bilhões nos gastos com educação para 1998

O segundo ponto é a questão da saúde

Se formos ao quadro mais adiante, todos sabem que a LDO determinou que os recursos de 1998 seriam os mesmos aplicados em 1997. Temos, então, três óticas para examinar essa situação. Na ótica ministerial, ou seja, na ótica das dotações localizadas para o Ministério da Saúde, observamos que, em 1997, lei, mais créditos, foram R\$20,4 bilhões para o Ministério da Saúde, e, no Orçamento de 1998, estão previstos R\$19,1, ou seja, com uma diferença, a menor, de R\$1,3 bilhões. Se a ótica for a da função saúde e saneamento, o déficit aumenta para R\$1,8 bilhão, ou seja, as dotações caíram de R\$20 bilhões para R\$12,2 bilhões. No entanto, se examinarmos dentro do programa saúde, de forma mais afunilada - e, no meu ponto de vista pessoal, embora haja muita discussão em torno disso, o programa saúde melhor se adequa à determinação contida na LDO -, a carência de recursos seria de R\$0,6 bilhão, o que significa que, em 1997, foram alocados R\$14,6 bilhões, em 1998, o Governo vinha com uma proposta de R\$14 bilhões

Eram essas as minhas observações

Passo a palavra ao Sr. Eugênio novamente

O SR. EUGÊNIO - Estou finalizando. São apenas quatro quadros mostrando a regionalização dos gastos

Com relação aos investimentos, esse quadro mostra que as estatais, como falávamos, são R\$16 bilhões, o fiscal e a seguridade, R\$8,4 bilhões. Uma parte no orçamento não está regionalizado, não identifica o Estado. A parte amarela identifica a região

Se abrimos, perceberemos o seguinte - da parte regionalizável - que o Sudeste concentra 63% bilhões, a grande parte do orçamento, no investimento das estatais. E que, no orçamento fiscal, o Nordeste e o Sudeste são os que mais recebem, sendo que o Centro-Oeste fica como uma das regiões que menos recebe, tanto das estatais quanto fiscais da seguridade

Os investimentos fiscais da seguridade 1995, liquidado, quer dizer, executado - 96, 97 e 98. Em 96, temos o autorizado na lei, temos o liquidado e temos o percentual do liquidado autorizado. Em 97, temos o PL - quanto foi na proposta para o Congresso, o autorizado é aquilo que resul-

tuou das emendas e também dos créditos adicionais subsequentes, em 97, e o quanto foi liquidado. Em 98, contendo o PL

Depois, se alguém quiser, foi distribuída uma série de relatórios com todos esses cruzamentos de dados, de informações, inclusive por determinação do Relator Geral. Qualquer relatório desses pode ser visto inclusive com maior nível de detalhamento pela internet, tanto na página da Câmara como na do Senado. Inclusive, há uma orientação este ano no sentido de que todas as modificações no Orçamento, assim que votarem o setorial, podem ser acompanhadas através dessa página da internet, de qualquer lugar que for acessível essa técnica de divulgação de dados

DF, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso. Então, aí estão os valores. Particularmente no DF, tivemos, ao longo de 95, 96, 97, um valor crescente de R\$112 milhões - isso em 95. Em 96, foi liquidado, baixou, foi autorizado 137 e baixou para 89. Em 97, o PL chegou com 262 no Congresso, subiu para 390, mas, até agora, só executou 49 - 12%. E, em 98, o PL tem 354, e as demais regiões podem ser analisadas

O Plano Brasil em Ação, sobre o qual falávamos antes, que é um detalhamento programático do Plano Plurianual, é quase todo nacional, não destaca uma região. Mas, no Nordeste, ele é o que mais aparece, depois do nacional

Os principais projetos, os investimentos no Orçamento Fiscal da seguridade

No Distrito Federal, aparecem principalmente os investimentos dos órgãos federais. Todos esses dados estão com muito mais detalhes nesse documento - é só procurar o Estado, inclusive compará-lo. Então, temos aí modernização da Justiça Eleitoral, construção do edifício sede do Ministério Público, edifício sede do Tribunal Superior do Trabalho, etc

Em Goiás, ações e saneamento, construção de penitenciárias R\$8 milhões, duplicação da BR-060, contorno, construção da BR-080 e da BR-158.

Em Mato Grosso também há os destaques principais, que são o projeto do INCRA, R\$24 milhões, Prodeagro, a BR-174, a BR-364, a BR-070. Isso tudo na proposta, que agora começa a ser reexaminada e potencialmente alterada pelos relatores setoriais. Em Mato Grosso do Sul, também temos o INCRA, o PRONAF, a BR-080, etc

Particularmente, as subatividades, as despesas correntes que têm mais interesse

No caso do GDF, as principais transferências ao Distrito Federal são 95, 96, 97 e 98. A Polícia Civil, R\$109 milhões, executou em 96, R\$150 milhões, autorizou, em 97, R\$154 milhões até dia 1º de outubro. Desses R\$154 milhões, foram gastos R\$103 milhões, pelo que consta no SIAF. E, em 98, a proposta é de R\$152 milhões

Polícia Militar. Temos uma evolução de 95, 96 e 97, foram orçados R\$242 milhões, o mesmo valor executado em 96, que foi liquidado, até 1º de outubro, R\$ 157 milhões. Bombeiros, educação. A educação tem um valor importante de R\$495 milhões em 95, executou R\$463 milhões em 96. Então, baixou de 95 para 96, e, em 97, foi autorizado R\$462 milhões, foram liquidados, até 1º de outubro, desses R\$462 milhões, R\$375 milhões.

Parece que a taxa de liquidação está acima do potencial do Orçamento para o ano. E, em 98, a educação está orçada em R\$448 milhões. Então, aparentemente, houve uma queda - e o assessor pode esclarecer melhor, porque ele estuda mais detalhadamente essas transferências do GDF

Na Fundação Hospitalar. Em 95, R\$355 milhões, executados R\$312 milhões em 96 - parece que houve uma queda de 95 para 96. Em 97, foram autorizados R\$377 milhões, mas já foram consumidos R\$281 milhões, e o Orçamento é de R\$369 bilhões. Então, na Fundação Hospitalar, parece-me que há também uma diferença menor em relação a 97, que foi autorizada

No metrô, foram executados R\$52 milhões, em 96, pela União, e, em 97, ao que consta também, R\$36 milhões pela União, no PL, segundo o que consta, também não veio nada. Talvez seja objeto de emenda de bancada

As principais subatividades também para Goiás - pode passar rapidamente. Neste documento, estão detalhadas todas as despesas correntes para Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Eu gostaria de pedir ao pessoal da assessoria para iluminar todo o plenário novamente para a votação

Bem, creio que acabamos de ter uma excelente aula de Orçamento. Penso que a Comissão está cumprindo o seu papel de debater, esclarecer a sociedade a respeito do Orçamento Geral da União

É uma pena, Sr. Relator, que não tenham comparecido aqui hoje todas as pessoas que convidamos. Convidamos do setor empresarial de Brasília todo, convidamos especialmente os trabalhadores. Tive o cuidado de convidar, pessoalmente, a Central Única dos Trabalhadores e os Sindicatos. Porque acho que especialmente os representantes dos trabalhadores devem saber o que está acontecendo efetivamente

A meu ver, é muito bom o comparecimento dos companheiros no orçamento participativo. Acho que os delegados do orçamento participativo, os administradores comparecerão e sairão realmente preparados para a luta que terão de travar daqui para a frente.

Eu gostaria de saber se há, em plenário, algum representante do Estado de Mato Grosso do Sul. Se houver, convido-o a participar da Mesa.

Passo a palavra ao Governador Cristóvam Buarque, que comentará a proposta orçamentária no que tange ao Distrito Federal e as principais preocupações do Governo do Distrito Federal com relação a essa proposta orçamentária.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE - Boa-tarde a todos!

Eu gostaria de cumprimentar especialmente os Deputados Araújo de Paula e Chico Vigilante pela bela apresentação dos técnicos. Em segundo lugar, quero dizer que fiquei com duas preocupações: uma, como cidadão brasileiro, e a segunda: como Governador e habitante do Distrito Federal.

Como cidadão brasileiro, é claro que não conseguiremos manter, por muitos anos, essa tendência desequilibrada de orçamento, especialmente o da Previdência. O caso do Governo Federal talvez seja ainda melhor do que as perspectivas de longo prazo do Governo local no Distrito Federal. Nas nossas projeções, em 2017, já estará superado o ativo pelos inativos que gastarão mais que os ativos. Em 2030, os inativos vão gastar duas vezes e meio a mais que os inativos, isso assumindo que a expectativa de vida seja de 75 anos. Sabemos que, dentro de mais 10 anos, essa expectativa de vida felizmente vai chegar a 80, 85 e 90 anos, o que é impossível manter.

A máquina inteira teria que existir para pagar os inativos, o que é um absurdo. Hoje, no Distrito Federal, o salário de um inativo médio é 40% maior que o salário médio de um ativo, o que é um contra-senso. Para mim, como sou do Partido dos Trabalhadores, tenho que defender que o salário seja maior para os trabalhadores do que para os aposentados, com todo o respeito que merecem.

Agora, do ponto de vista do resultado social do produto de cada trabalhador, é absurdo que o salário seja maior para cada um de nós quando formos inativos - alguns de nós o será brevemente e outros ainda demonstrarão um pouco. Esse é um desequilíbrio que não pode continuar.

O outro desequilíbrio é o absurdo da dívida. Não pode um país sobreviver muitos anos gastando uma parte tão intensa de sua receita para pagamento de dívidas, ainda mais que, por conta disso, a taxa de juros tenda a crescer, aumentando o desemprego, diminuindo a disponibilidade de habitação para população, etc. Este País terá que ter um encontro do chamado com a verdade em algum momento.

Preocupa-me também o fato de que se busca solução através da privatização, o que para mim é uma falsa solução. Por um lado, porque a privatização - que não sou contra, quando necessária, mas não necessária por razões financeiras, mas por razões estruturais. Tudo aquilo que não necessita ficar nas mãos do Estado deve ser privatizado, ainda que o Governo não precise de dinheiro. Deve ser privatizado porque funciona melhor nas mãos do setor privado.

Porém, para que a sociedade funcione bem, as empresas não têm que ser privatizadas, ainda que estejam gerando déficit. Temos que descobrir como financiar o déficit, porque, daqui a pouco, estaremos privatizando os quartéis e vendendo-os neste País! Dá uma boa fonte de dinheiro, mas ninguém vai privatizar quartel, porque quartel tem que estar nas mãos do Estado.

Então, a privatização não pode ser um instrumento de política financeira. A privatização tem que ser, quando necessária, uma política de eficiência da máquina global da sociedade. Preocupa-me que a privatização seja vista como instrumento de financiamento do déficit.

Como cidadão, manifesto essas preocupações e inquietações, não com o orçamento como esta, mas com a falta do encontro com a verdade.

Aproveito para dizer que defendo as reformas que estão por aí. Tem que haver reforma na Previdência, sim. É um absurdo ter gente achando que não precisa. A situação não resistirá, mais alguns anos, da maneira que está. Temos que fazer algumas reformas na máquina do Estado, não há dúvida nenhuma, e as reformas que estão sendo propostas não vão resolver.

Agora, como Governador, quero deixar bem claro, inclusive para o pessoal do orçamento participativo alguns pontos: em primeiro lugar, precisamos acabar com a ideia de que o Governo do Distrito Federal vive de recursos do Governo Federal. Se somarmos com cuidado tudo o que a população do Distrito Federal paga de impostos e olhar tudo que o Governo Federal transfere para nós, não há uma diferença. Não tenho dados, mas é capaz de pagarmos mais impostos, sobretudo sobre a renda, já que temos a população de maior renda **per capita** do Brasil.

Em segundo lugar, a Capital da República presta um serviço à República, que tem que ser remunerado, e não bastaria pagar o IPTU. Os

órgãos do Governo Federal não pagam IPTU. Afinal de contas, os gramados que mantemos limpos e verdes para que o Presidente Clinton veja quando vem aqui custaram muito dinheiro para a população do Distrito Federal, para que haja luz elétrica no Palácio do Planalto, o povo do Distrito Federal paga, para os filhos dos servidores públicos que aqui trabalham estudem nos pagamos. Então, o Governo Federal, no fundo, está devolvendo parte dos impostos que pagamos e pagando uma renda para que a população do Distrito Federal faça com que a República funcione bem na sua Capital. No acerto de contas, tenho certeza de que não estamos recebendo esmolas.

Agora, a maneira como se acordou isso, em vez de ser um fundo constitucional, até porque a cidade é jovem - é possível que Paris e Roma não precisem disso - temos apenas 37 anos. Então, no nosso caso, é preciso que recebamos essa verba. Por outro lado, temos impedimentos que dificultam o processo de industrialização. Não podemos trazer a indústria automobilística, que paga imposto, apesar de que não gera emprego nenhum para os gastos em investimentos.

Temos limitações pelo fato de termos Capital, que nos impede de termos receitas que outros Estados têm. Diante disso, somos o Estado que mais depende de recursos. Podemos ver que todos os Estados recebem para educação, saúde, mas não recebem, como já nos acostumamos, como se viesse para o salário dos professores e médicos.

Se observarmos o sistema de saúde do Rio de Janeiro, veremos que ele e em grande parte mantido pelo Governo Federal. Os grandes hospitais do Rio de Janeiro são das universidades, que são financiadas pelo Governo Federal e não são hospitais pagos pelo Estado do Rio de Janeiro.

O que me preocupa? Quando analisamos o orçamento proposto para 1998 pelo Governo Federal, observamos que reduziram o montante de recursos, em relação ao ano passado, para a área de educação, saúde e segurança. Isso significa que teríamos que reduzir salários ou demitir pessoal. Como iremos demitir PMs, bombeiros, policiais civis na Capital da República? Aliás, em todos os lugares não estamos no momento de demitir PMs, bombeiros, policiais civis, muito menos na Capital da República.

Recentemente, houve um sequestro aqui: que foi matéria nacional durante uma semana. No Rio de Janeiro e São Paulo são 3, 4 ou 5 por semana e não dá tanto noticiário. Em Brasília, criou-se um clima de paranoia com esse sequestro e temos que ter condições de manter a nossa polícia e nossos bombeiros com a mesma qualidade reduzindo os gastos.

Ora, os senhores já pensaram na hipótese de se demitir professores na Capital da República? Será difícil a República funcionar porque a cidade pára, não há dúvida. Os professores irão para as ruas, juntamente com os Deputados e é capaz que o Governador tenha que ir também, se tivermos que demitir professores, médicos, enfermeiros, fazendo com que o sistema de saúde quebre.

Sei que todo o Estado deve ser tratado igualmente. Quem tem um pouco mais de idade nem nasceu aqui. Mas, se der dengue em Pernambuco, meu Estado, será lá, mas se for aqui, poderá atingir o Presidente da República, ministros e técnicos que fazem o orçamento. Se o Ministério do Planejamento parar por causa da dengue, a República pára também.

Temos que ter um quadro especial por prestamos serviço à República. Não queremos privilégios, mas aqui as repercussões são diferentes. Quando falta luz em outros lugares, falta luz naquele lugar, e quando falta luz aqui, falta luz na República, o que exige um certo tratamento na relação Governo Federal e Governo do Distrito Federal, que não pode permitir ou tolerar a ideia da redução de um ano para o outro.

Na verdade, vemos que o orçamento proposto dá um aumento nos recursos de pessoal para o Governo Federal de 8% e, no nosso caso, cai a transferência. Tem sido uma tradição de quase 40 anos que o reajuste aos servidores federais vem para os servidores locais. E mais do que isso uma vez não fizeram isso, no caso de 440 médicos, e ele estão agora com um precatório de R\$ 249 milhões para receber, o que julgo um absurdo e penso que não deveria ser pago, mas a Justiça está obrigando e já sequestrou o dinheiro. Isso aconteceu porque deixaram de pagar 1 ano e 6 meses um reajuste que os servidores federais tiveram e não foi repassado para os servidores médicos do Distrito Federal.

Pergunto como vamos fazer agora, depois de 40 anos, se não repassam o reajuste que houver? Não estamos sequer pedindo que haja dinheiro de aumento, não estamos pedindo que haja dinheiro provisão para aumentar salário de acordo com a inflação que houve nesse período. Mas que seja o mesmo é o mínimo que se pode exigir. Segundo, quem começou o metrô não fomos nós do atual Governo, mas pessoas ligadas ao Governo Federal. Lamento até que o Líder do Governo não esteja aqui, ex-Secretário de Obras, em cuja gestão o metrô foi iniciado. Agora, não vêm recursos para completar a obra, está aberto esse buraco na Capital da República, depois de termos quase concluída a obra. Está faltando muito pouco. Não foi fácil fazer toda essa equação para chegarmos ao ponto em que estamos. Está aqui, aliás, presente o Presidente do metrô a quem aproveito para cumprimentar pelo trabalho que vem fazendo para que levemos adi-

ante a obra, mas a vez não é liberada. E não é só para cá, não. Aí falo já regionalmente. Não pode deixar de ter recursos no Orçamento para colocar esgoto nas cidades do entorno. Dentro de mais 15 anos, vamos ficar sem água para beber no Plano Piloto, em Brasília, por causa da cidade de Águas Lindas, cuja a população polui toda a reserva de água que temos e sequer podemos entrar lá para tirar essas pessoas, se fosse o caso.

Então, ou a República financia o esgoto dessa população ou a capital da República não terá água dentro de poucos anos. O Brasil vai querer ficar sem água na sua Capital, quando acredito deveríamos ter água em todos os lugares? Esse investimento tem que entrar.

Nesse ponto, quero dizer aos senhores que Brasília está dando o exemplo pela terceira vez consecutiva, todos os parlamentares de todos os partidos se encontram e só apresentam emendas coletivas. Duvido que algum Estado tenha feito isso. Pela terceira vez, Secretário, os deputados de todos os partidos - não estou elogiando os do meu partido, aliás, os deputados do PT até estão solidários com o Governo, algo natural -, mas os da Oposição, na Câmara Federal - na Câmara Distrital é o contrário - se unem e fazem emendas coletivas e hoje pela manhã fechamos essas emendas coletivas. Fechamos 10 emendas coletivas, o direito que tem a bancada, e ainda fechamos emendas regionais para o entorno de Goiás, para o que peço apoio do Governo de Goiás.

O que estou querendo é que essas emendas coletivas, que vêm da vontade de todos os parlamentares, sem nenhuma exceção - PPB, PFL, PT, PPS, PSDB, PC do B - enfim, todos juntos apresentaram as emendas. É um exemplo para o Brasil inteiro. Dentre esses há pelo menos três candidatos a Governador e não sei quantos candidatos a Senador, todos juntos na defesa dessas emendas. Queremos que essas emendas sejam recebidas na sua integralidade. Elas somam um valor superior a R\$300 milhões, mas se excluímos a parte retirada de 97, ou seja, se trouxermos 98 para ficar igual a 97,0 já não é tanto assim, é quase nada o aumento. Em pessoal é igual, não estamos pedindo nada mais. Pedimos muito, mas o Governo do Distrito Federal se acostumou a pagar parte dessa conta que antes não se pagava. Hoje, uma parte substancial da educação, saúde e segurança é paga pelo Tesouro do Distrito Federal, graças ao aumento da arrecadação, com uma fiscalização brutal, que tem um custo político muito alto, mas que vimos fazendo.

Vim aqui para manifestar a minha preocupação e de todos do Distrito Federal com o Orçamento de 98 para o Distrito Federal. Fico satisfeito que os Deputados e Senadores, juntos, apresentem emendas coletivas, abdicando de emendas pessoais, que tiram votos individuais para eles. Nas emendas coletivas, os nomes desaparecem, ninguém sabe se é de autoria de Maria Laura ou de Chico Vigilante. Eles poderiam apresentar emendas pessoais.

Então, peço que haja um entendimento da parte da Comissão Mista na aceitação dessas emendas que os nossos parlamentares estão levando.

E, finalmente, eu queria lembrar que todos os investimentos do próprio Governo Federal no Distrito Federal não são para o Distrito Federal, mas para o STF, para os Tribunais Superiores, para o Senado, para o Congresso. Em Goiás, tem a ver com esgoto, em outros lugares, com estradas. Aqui não tem um real para estrada ou para nada local. São gastos do Governo Federal para os três Poderes Federais. Temos a vantagem apenas de que, como estão aqui localizados, vão gerar alguns empregos, não deixando qualquer resultado para nós, pois sequer IPTU pagam. São gastos, insisto, dos três Poderes Federais para eles próprios e não para nós, população do Distrito Federal. Para nós, população do Distrito Federal, é o que já está diretamente nos tradicionais gastos e essas dez emendas apresentadas e mais as três que apresentamos, olhando para o Entorno, já que o futuro do Distrito Federal está intimamente ligado àquela área. Não o vemos como um estorvo, mas, sim, como uma solução para o crescimento do Distrito Federal em longo prazo, mas em curto prazo, se não tomarmos cuidado, é, sim, uma ameaça à qualidade de vida.

Por isso, como a solução a longo prazo e temos dificuldades hoje, vamos investir juntos para que possamos ter a República, Goiás, Minas e o Distrito Federal funcionando bem.

Lamento ter que sair para outros eventos. Já perdi um evento em que deveria estar presente, mas tem mais um a que não posso faltar.

O Governo do Distrito Federal está totalmente à disposição da comissão para qualquer informação adicional, para qualquer trabalho nesse sentido e creio que toda bancada também.

Muito obrigado por essa oportunidade. Finalmente, parabéns a Comissão de Orçamento do Congresso por estar fazendo esse trabalho de visitar as bases.

O Senador Ney Suassuna diz que ainda não é um orçamento participativo. Eu diria que já é um orçamento participativo. Pode não ser nos moldes que são possíveis nas cidades. É diferente, mas nunca vai ser um federal igual. E um salto enorme em relação àquele tempo em que Comissão de Orçamento tinha aquela fama negativa de servir para resolver o que estava escondido. Aqui, é óbvio, diante de todo mundo, nada é

escondido e, não sendo escondido, é impossível não ficar dentro dos limites da ética.

Parabéns à Comissão. Muito obrigado pela oportunidade e estou à disposição para ir buscar dinheiro lá para que o Distrito Federal funcione bem (Palmas).

O SR. CHICO VIGILANTE - Quero justificar, a pedido do Senador José Roberto Arruda, a ausência de S. Ex.^a neste momento, que teve que sair para a votação da indicação do Senador Valmir Campelo para o Tribunal de Contas da União e pediu que a Deputada Maria Laura, Parlamentares do Distrito Federal e eu o representássemos aqui, o que fazemos neste momento.

Eu queria pedir ao Sr. Relator só um minuto, pois gostaria que ouvissemos o representante do Estado de Goiás, Dr. Ovídio de Angelis, Secretário de Planejamento. Em seguida, vamos encerrar com a palavra do Sr. Relator, com a presença do Sr. Governador e do Sr. Secretário.

O SR. OVÍDIO DE ANGELIS - Meu caro Deputado Aracely de Paulo, relator do Orçamento, peço que leve o nosso abraço, o abraço do Governador Maguito Vilela ao Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão, meu caríssimo Governador anfitrião, Cristovam Buarque, amigo de Goiás, preocupado com as mesmas causas e vivendo as mesmas dificuldades, mas também alimentando os mesmos sonhos que um dia haverão de ser realidade pelo trabalho conjunto que se faz aqui no centro do Centro-Oeste brasileiro, caríssima Deputada Maria Laura, caro Deputado Chico Vigilante, ora presidindo esta reunião, Sr.^s e Srs. membros do Orçamento Participativo, das comissões do Distrito Federal, Srs. Parlamentares presentes, empresários, servidores do Senado e da Câmara.

Em toda ocasião em que a Nação passa a viver uma nova perspectiva de receitas para o ano seguinte, a sociedade se movimenta. Por certo que, hoje, se movimenta mais do que se movimentava no passado, de forma transparente e aberta. É o retrato do Brasil moderno, do Brasil cobrado pela sociedade, que não nasceu por acaso, que está surgindo pela movimentação da rua, pela articulação das ideias, e, sobretudo, porque não queremos continuar vivendo de esperanças, mas querendo que, realmente, os nossos projetos se tornem realidade.

Por isso, felicito a Comissão de Orçamento, inclusive o Deputado Federal Sarney Filho, pela iniciativa de já, a partir do ano passado, ter aberto para o Brasil os procedimentos de uma Comissão que trabalhava com espírito público, sim, mas fechada no âmbito interno do Congresso Nacional e que, agora, se abre para o conhecimento do Brasil inteiro.

Estamos vendo nesta reunião não apenas legisladores, governadores, prefeitos, vereadores, executivos públicos, mas também o povo efetivamente participando e tomando conhecimento daquilo que realmente desejamos construir para esta nação. Até concordo com o Senador Ney Suassuna que não é ainda o que esperamos construir e, também, com o Deputado Aracely de Paula, quando afirma que ainda está aquém do que esperamos fazer, mas já é um avanço. Acredito que já representa uma conquista democrática e nascida da manifestação da base. Foi a cobrança da Nação que nos deu o Brasil que estamos vivendo agora, e os exemplos que a Comissão de Orçamento dá por certo deverão ser objeto de análise e de estudo por aqueles que ainda insistem em continuar produzindo dentro de quatro paredes aquilo que a sociedade espera receber em seu próprio benefício.

Sinto que um tempo novo está nascendo, mas sinto que o nosso sonho é maior que a nossa possibilidade. Vejo também que é possível administrar esse conflito de receita com despesa. Esse é o trabalho que cabe, agora, ao Congresso Nacional fazer, e talvez seja até por isso que estamos, agora, reunidos.

Ao trazer a palavra do Governador Maguito Vilela, que tem feito um trabalho extraordinário em Goiás, ajustando a despesa pública à nossa receita, que está utilizando o desempenho da máquina pública e produzindo muito em favor do nosso povo, creio que o Orçamento da União de 98 pode nos ajudar e muito a ampliar os objetivos e a execução das metas físicas que Goiás tem para estruturar o nosso Estado. Estamos agindo de maneira a conceder objetivos estruturais, investindo na nossa infra-estrutura física, em educação, em saúde, em segurança pública, em ciência e tecnologia, em habitação, em saneamento básico, em apoio ao produtor rural, ao pequeno e microempresário urbano e rural e, também, em ações voltadas para a otimização da máquina pública, para que possamos prestar cada vez mais um melhor serviço à população. Estamos fazendo tudo isso, pavimentando rodovias, criando os nossos corredores de transporte, criando uma infra-estrutura também energética, sobretudo no campo. Goiás vai ter 100% das suas propriedades rurais energizadas até o final do Governo Maguito Vilela.

Estamos dando a nossa contribuição e temos também recebido a contribuição da Nação. O Orçamento Geral da União tem contemplado Goiás, sim, mas precisamos de mais. E, aqui, fazemos coro ao Governador Cristovam Buarque. Temos ações conjuntas, inclusive, e compromissos sérios no entorno de Brasília, que não é um compromisso, uma

responsabilidade apenas de Goiás ou do Distrito Federal, que já estão se dando as mãos, criaram Secretarias específicas para este fim, mas precisa ter também a contrapartida forte da União Federal e até dos financiamentos internacionais para sustentar um plano estrutural de desenvolvimento desta região. Queremos ser a solução, sim, melhorando a qualidade de vida pela geração do emprego e da renda, mas, para que nós, que estamos no entorno, sofrendo as dificuldades, até algumas cidades dormitórias, possamos usufruir do poder político que tem Brasília para que possa também se transformar em motivo de alegria e de felicidade para a nossa gente. Acho que é possível sonhar nesta linha dentro das metas que seremos capazes de, em conjunto, estabelecer. E, nesta hora, acredito, Governador Buarque, que, por certo, as Bancadas de Goiás e do Distrito Federal haverão de trabalhar juntas e, com o apoio de todo o Congresso, sobretudo, da Relatoria, do Deputado Aracely de Paula, do Senador Ney Suassuna e dos demais integrantes das Subcomissões, para que possamos transformar em dotações orçamentárias que, felizmente, não serão contingenciadas segundo se anunciou aqui, para podermos transformar em realidade sonhos de lutas de tantas décadas. Quantas vezes vimos o orçamento espelhar a nossa realidade, mas eles não foram transformados em realidade por meio do repasse das verbas. E os técnicos do Congresso, que, com eficiência, nos mostraram esses números, apresentaram uma transparência clara que apenas 4% do que se orçou foram até agora destinados para Goiás, e apenas 9% ao Distrito Federal. Entendemos as dificuldades conjunturais, mas sabemos que o Governo Federal ainda tem tempo de, nos meses de outubro, novembro e dezembro, concluir os repasses que os nossos Estados tanto lutaram para incluir no orçamento, pelos quais a população está ansiosamente esperando. Mas o anúncio desse não-contingenciamento para 98, por certo, nos fortalece a lutar para o que é possível em 98 possa ser realidade também em 97 e já pratiquemos o descontingenciamento já a partir deste quarto trimestre de 1997. Projetos bons, estruturantes do nosso desenvolvimento estão aguardando esses recursos, alguns até sendo executados, mas dependendo dos recursos complementares para serem finalizados ou acelerados.

Eu queria dizer também que eu gostaria de deixar aqui uma sugestão de comportamento, como Secretário de Planejamento, interpretando o sentimento da nossa Bancada Federal, Senadores e Deputados, e suprapartidariamente, manifestando-me nesta hora, dizer que nossos Parlamentares têm feito um trabalho extraordinário em favor do desenvolvimento de Goiás, têm sabido unir as suas forças nos momentos em que é preciso lutar pelo crescimento do nosso Estado. Penso que precisamos unir as forças, não apenas por ocasião das emendas de Bancada, das emendas regionais ou das emendas individuais, mas, talvez, pudéssemos mudar um pouco, aperfeiçoar ainda mais os esforços que já se fizeram este ano, para que o Executivo já remeta para o Congresso Nacional a sua proposta orçamentária contemplando, antecipadamente, os anseios dos nossos Estados, da nossa população, das nossas Lideranças. Desde que saibamos embasar com estatísticas, com uma política desenvolvimentista correta, com dados claros e que consigamos provar que esses investimentos serão capazes de modificar a qualidade de vida da nossa gente, que sejam acolhidos antecipadamente, ainda nos órgãos que gestam o Orçamento da República, não só no Ministério do Planejamento e Orçamento que nos tem acolhido tão bem, mas também nas unidades ministeriais isoladamente, setoriais, onde também temos merecido ampla acolhida e boa participação na concepção conjunta dos nossos ideais. Sentimos que o Brasil mudou, que estamos vivendo um novo tempo. O Brasil tem realmente procurado o caminho do desenvolvimento e nos cabe, como administradores públicos estaduais, contribuir com o desenvolvimento nacional, a partir do desenvolvimento das nossas unidades estaduais. Não haverá crescimento da Nação, não haverá desenvolvimento do País, se os nossos Estados, isoladamente, não se envolverem e oferecerem, assim, a partir da unidade federativa, a contribuição isolada para formar o grande desenvolvimento brasileiro.

É nesta hora que nos nos unimos no Centro-Oeste, e aqui recebemos de braços abertos a Comissão do Congresso para debater as nossas idéias. Quero crer que a oportunidade que a Comissão tem agora de manejar recursos é importantíssima para o desenvolvimento do centro do Brasil. Com certeza Goiás estará oferecendo a oportunidade para que mediante nossas emendas o nosso desenvolvimento se acelere e a felicidade realmente possa tomar conta da nossa gente.

Trago-lhes o abraço e o agradecimento do Governador Maguito Vilela pela oportunidade que dá a Goiás de oferecer a sua contribuição ao desenvolvimento nacional, por intermédio da solicitação de recursos do Orçamento da União para implementar um processo de desenvolvimento estruturado, como estamos no momento realizando em nosso Estado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE () - Passo a palavra ao Relator da Comissão Geral de Orçamento, Deputado Aracely de Paula.

O SR. ARACELY DE PAULA - Meu caro Governador Cristóvam Buarque, Sr. representante do Governador Maguito Vilela, Sr. Presidente

dessa reunião, Deputado Chico Vigilante, ilustre Deputada Maria Laura, demais participantes, encerramos aqui, nós da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, essa fase embrionária de uma nova realidade, que, se Deus quiser, nós vamos viver, aperfeiçoando-a a cada ano, talvez não chegando à perfeição, mas buscando, a cada passo, nos aprimorarmos mais. O contato com o problema, o contato com a população, o contato com a realidade é que vai fazer com que o Congresso Nacional, investido da sua maior prerrogativa, que é a representação nacional, possa refletir nas suas decisões aquilo que a população sente, aquilo que todos nós almejamos.

A partir do conhecimento que temos, vão-se diluindo e diminuindo as nossas possibilidades de erro. Acho que levando à realidade, por intermédio da simplicidade, nós vamos mostrando que na verdade a proposta orçamentária, até por ser talvez a única proposta constitucional, deve ser a mais simples, a mais transparente e a mais lúcida. Essa simplicidade nós vamos encontrando por intermédio desse intercâmbio de opiniões e de experiências.

É muito bom e muito enriquecedor o testemunho do Governador, que, com a sua experiência, tarimba, vivência e cultura invejável, nos dá realmente uma demonstração muito evidente desse papel exponencial da Capital da República, contemplada, não como devia, mas dentro das limitações da proposta orçamentária. Esse é o retrato do Brasil que nós encontramos, Governador. Deste Brasil que não é um Brasil carente, que não é um Brasil pobre, mas é um Brasil sofrido, um Brasil que busca soluções em alternativas que ele mesmo vai criando no momento em que ele se descobre. Nós nos descobrimos justamente nessa introspecção que vamos fazendo, nesse mergulho dentro de nós mesmos é que vamos buscando os nossos problemas e captando as soluções que podem levar-nos aos nossos acertos. Acho que a proposta orçamentária que queremos para o nosso País é esta: a proposta da verdade, a proposta da realidade.

Eu gostaria de dizer que não se trata apenas de um desejo do Presidente Ney Suassuna, do Relator e dos membros da Comissão, mas há um desejo generalizado de mudar, de se fazer uma verdadeira revolução em termos de Brasil. Essa revolução tem que começar em termos do dinamismo que movimenta essa máquina, que se concentra principalmente na proposta, no diagnóstico econômico que se vislumbra por meio do orçamento.

Por tudo isso, para nós da Comissão é muito bom encerrarmos, aqui, no meio da população de Brasília, no meio do povo de Brasília, que representa o povo da nossa terra, não apenas por uma questão geográfica, mas até por uma questão de sensibilidade. E é dentro disso que eu gostaria de aproveitar a oportunidade, meu caro Governador, meu caro Presidente, Deputada Maria Laura, Sr. Secretário do Planejamento de Goiás, para dizer que particularmente agradeço aos membros da Comissão Mista de Orçamento, mas agradeço principalmente aos elementos técnicos desta Comissão, que se estão esmerando, que estão realmente deixando os gabinetes de Brasília para se encontrar com os problemas que às vezes os números não refletem. Eu gostaria de dizer da competência, da responsabilidade, do zelo e da isenção com que esses rapazes se debruçam sobre as propostas que recebem, dizendo que é desejo nosso também, na nossa esfera de ação, dentro das nossas limitações, compartilhar com eles esse mesmo sonho, essa mesma esperança, traduzindo em realidade aquilo que é competência nossa.

Agradecendo, lembraria aqui, mineiro que sou, uma afirmação da romancista da Inconfidência, Cecília Meireles, que dizia que, "atrás de portas fechadas, à luz de velas acesas, aconteceu a Inconfidência". Acho que no Orçamento e o contrário é a partir das portas abertas, do sol claro, da participação de todos que vamos começar uma revolução de costumes, que haverá de salvar este País.

Eu diria ainda que essa afirmativa se assenta principalmente quando, votando o parecer preliminar na última semana, tivemos a grata satisfação de constatar uma afirmação do Deputado Sérgio Miranda, que nos tocou profundamente. Disse S. Ex.^a naquela oportunidade em que votávamos o parecer preliminar "pela primeira vez, todas as decisões foram tomadas à luz do dia, às portas abertas, com a presença da imprensa, com a presença de todos os populares. Tudo se discutiu e tudo se decidiu numa demonstração de que nada deveria ser escondido". Entendo que, dentro desse propósito, vamos perseguir a verdade deste País.

Por tudo isso, agradeço e cumprimento aqueles que nós têm ajudado nessa árdua, mas gratificante missão de darmos a nossa contribuição para a melhoria de um setor que achamos vital para garantirmos a confiança do cidadão, para garantirmos a confiança neste País. Assim, o País, encontrando a sua verdade, poderá ter o orgulho de se apresentar perante os olhos de outras nações.

Muito obrigado, Governador Cristóvam Buarque, muito obrigado, meu caro Presidente Chico Vigilante. Registro aqui os meus cumprimentos pelo exemplo belíssimo que a Bancada do GDF dá a todos nós, abdicando de emendas individuais, para somar essas emendas a uma

emenda muito maior, uma emenda coletiva, que representa o anseio e a aspiração do povo de Brasília

Parabéns Muito obrigado (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Chico Vigilante) - Sra Deputada Maria Laura, companheiro Relator, Aracely de Paula, Sr. representante do Governo do Estado de Goiás, Ovídio de Angelis; Sr Governador, meu companheiro e amigo, Cristóvam Buarque, companheiros e companheiras representantes do orçamento participativo, quero dizer, em nome da Comissão do Orçamento, que esta foi realmente uma das reuniões produtivas que realizamos ao trazer o orçamento para ser debatido com a população, esclarecer o que é o Orçamento Geral da União, dizer que vamos fazer tudo no Congresso Nacional, para contemplar esta, que é uma das regiões com menor índice de contemplação no Orçamento

Nobre Relator, muitas vezes os recursos são carreados para o Nordeste, e as pessoas esquecem que aqui, no entorno de Brasília, temos regiões idênticas ou, quem sabe, mais pobres do que as regiões do Nordeste brasileiro Por exemplo, em Águas Lindas, Grande Luziânia, Grande Planaltina de Goiás, chamada de *Brasíliazinha*, a situação e as condições de vida dessas pessoas são idênticas ou piores a de algumas regiões do Nordeste brasileiro

Por tanto, nossa esperança é que esta Comissão possa responder, dentro da realidade, aos anseios dessa população

Agradeço a presença de todos e declaro encerrados os trabalhos da nossa Comissão no dia de hoje (Palmas)

(Levanta-se a reunião às 18h25min.)

Ata da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 07/10/97

OSEXTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA QUINQUAGÊSIMA LEGISLATURA

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 1997.

Aos sete dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e sete, às quinze horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário número 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do seu titular, Senador NEY SUASSUNA. Compareceram a reunião os membros titulares, Deputados Adauto Pereira, Albérico Filho, Alexandre Ceranto, Aníbal Gomes, Aracely de Paula, Arlindo Chinaglia, Armando Abilio, Arnaldo Madeira - Primeiro Vice-Presidente, Augusto Nardes, Barbosa Neto, Basílio Villani, Betinho Rosado, Ceci Cunha, Chico Vigilante, Danilo de Castro, Etevalda Grassi de Menezes, Felipe Mendes, Fernando Ribas, Flávio Palmer da Veiga, Genesio Bernardino, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Israel Pinheiro, João Coser, João Fassarella, João Leão, Jose Rocha, Júlio César, Leônidas Cristino, Luis Barbosa, Márcio Rinaldo Moreira, Marcus Vicente, Neuto de Conto, Odacir Klein, Osvaldo Coelho, Osvaldo Reis, Paulo Bernardo, Paulo Gouvêa, Paulo Lima, Paulo Rocha, Pedro Canedo, Pedro Henry, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Rodrigues Palma, Sarney Filho, Serafim Venzon, Sérgio Miranda, Silas Brasileiro, Silvernani Santos e Udson Bandeira, e Senadores Antônio Carlos Valadares, Carlos Bezerra, Coutinho Jorge, Edson Lobão, Eduardo Suplicy, Flaviano Melo, Jefferson Pêres, Jonas Pinheiro, José Bianco, Lúcio Alcântara, Marluce Pinto, Ney Suassuna - Presidente, Onofre Quinan e Romero Juca. Os membros suplentes, Deputados Euripedes Miranda, José Borba, Laura Carneiro, Olávio Rocha, Roberto Pessoa. Sandro Mabel, Valdomiro Meger e Yeda Crusius. Foi registrada a ausência dos membros titulares, Deputados Célia Mendes, Cipriano Corrêa, Cleonânio Fonseca, Euler Ribeiro, Francisco Rodrigues, Jose Janene, José Prante, Lidia Quinan, Luiz Braga, Oscar Goldoni e Pimentel Gomes, e Senadores Antônio Carlos Patrocínio, Ernandes Amorim, Jader Barbalho, Jose Ignacio Ferreira, Júlio Campos, Odacir Soares e Sebastião Rocha. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme o estipulado no inciso 3º do Artigo 32 do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente abriu a reunião destinada à apreciação das Pautas nºs 20, 21 e 22/97. Em seguida, anunciou a apreciação da Ata da Décima Reunião Ordinária, realizada em 25 de setembro do corrente. Havendo concordância do Plenário, o Presidente dispensou a leitura da Ata, por ter sido distribuída antecipadamente através da Pauta Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do artigo 9º do Regulamento Interno desta Comissão, o Presidente declarou a Ata aprovada

AVISOS: 1) Para o recebimento das senhas dos Parlamentares, e necessário o credenciamento previo, junto à Secretaria da Comissão, de até dois funcionários do gabinete. Comunicado referente a este aviso foi enviado aos gabinetes, com o respectivo formulário anexado. 2) Para a apresentação de emendas de bancada, e necessário a indicação do seu respectivo coordenador em ata própria que o formalize. E necessário, também, a indicação, pelo coordenador, do funcionario credenciado para a entrega das respectivas emendas. 3) Designação dos Coordenadores das Subcomissões Temáticas Permanentes de que trata o artigo 13 do Regulamento Interno da Comissão - Subcomissão I - Poderes do Estado. Representação e Defesa Deputado Paulo Bernardo. - Subcomissão II - Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio Deputado Roberto Balestra. - Subcomissão III - Infra-estrutura Senador Jonas Pinheiro. - Subcomissão IV - Educação e do Desporto, Cultura, Ciência e Tecnologia Deputado Paulo Gouvêa. - Subcomissão V - Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social Deputado Cipriano Correia. - Subcomissão VI - Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal Senador Onofre Quinan. - Subcomissão VII - Planejamento, Urbanismo e Integração Regional Deputado Odacir Klein. **EXPEDIENTE:** I) De procedência interna, encaminhando justificativa de falta as reuniões da Comissão 1) Ofício 45, de 30 de setembro, do gabinete do Deputado Jose Janene, comunicando ausência aos trabalhos realizados no periodo de 30 09 a 03 10 97. II) De procedência externa 1) Expediente datado de 15 de setembro, remetido pelo Presidente do CRDI-Sistema FIEMG, de Governador Valadares-MG, através do qual solicita conclusão das obras do Anel Rodoviário Deputado Federal Pedro Tassiss; 2) Ofício nº 286, de 16 de setembro, procedente da Embrapa Algodão, solicitando envio de proposta de emenda para revitalização da cotonicultura nordestina. 3) Expediente de 18 de setembro, procedente da Prefeitura de Goiânia, comunicando impossibilidade de comparecimento à Reunião Regional a ser realizada naquela capital, ao tempo em que agradece o convite. 4) Expediente de 19 de setembro, do Conselho Nacional dos Seringueiros, solicitando que a proposta apresentada seja incorporada no Orçamento para 1998. 5) Ofício GAPRE nº 1 067, de 22 de setembro, procedente do Banco do Nordeste, através do qual encaminha ao Senado Federal, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 30 06 97. 6) Telex nº 517, de 26 de setembro, enviado pelo Ministro da Agricultura, informando impossibilidade de comparecimento às reuniões regionais de 1997. 7) Ofício 550, de 29 de setembro, procedente do gabinete do Governador do Estado do Amapá, pelo qual encaminha proposta do Estado para contemplação de recursos do governo federal no Orçamento para 1998. 8) Expediente datado de 1º de outubro, enviado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, através do qual solicita a salvaguarda dos valores destinados as bolsas de estudo e ao fomento do CNPq e do CAPES. **ORDEM DO DIA.** O Presidente anunciou que embora não havendo quorum regimental para deliberação, iniciaria a discussão das matérias constantes das Pautas, obtendo concordância do Plenário. **PAUTA Nº 20/97:** 1) **Projeto de Lei nº 15/97-CN**, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 610 234,00, para os fins que especifica" Relator Deputado Barbosa Neto Voto Favorável, nos termos propostos no Substitutivo O Relator fez a leitura do seu Relatório. A seguir, iniciados os debates, o Deputado Sérgio Miranda discutiu a matéria. O Presidente encerrou a discussão. 2) **Projeto de Lei nº 26/97-CN**, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial ate o limite de R\$ 3 034 520,00, para os fins que especifica" Relator Deputado Basílio Villani Voto Favorável, nos termos propostos no Substitutivo. Em virtude da ausência do Relator, o Deputado Arnaldo Madeira foi designado relator "ad hoc", que fez a apresentação do Relatório. Não houve discussão. **PAUTA Nº 21/97.** 1) **Projeto de Lei nº 16/97-CN**, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial ate o limite de R\$ 2 600 000,00, para os fins que especifica" Relator do Vencido Deputado Israel Pinheiro Voto Favorável, nos termos propostos no Projeto, sem alterações. Em virtude da ausência do Relator, o Deputado Sérgio Miranda foi designado relator "ad hoc", que fez a apresentação do Relatório. Não houve discussão. O Presidente propôs que as matérias fossem votadas na representação da Câmara dos Deputados, em face da inexistência de quorum regimental para deliberação na representação do Senado Federal, obtendo acolhimento do Plenário. A seguir, o Presidente anunciou a votação dos Relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 15, 26 e 16/97-CN na representação da Câmara dos Deputados, tendo sido aprovados por unanimidade. As dezesseis horas e doze minutos a reunião foi suspensa. As dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia oito do mesmo mês, o Presidente deu continuidade aos trabalhos. Havendo quorum regimental para deliberação em ambas as Casas, o Presidente anunciou a votação, na representação do Senado Federal, dos Relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 15, 26 e 16/97-CN tendo sido aprovados por unanimidade. **PAUTA Nº 22/97.** - Apresentação, discussão e votação do Relatório Preliminar, com o parecer do Relator as emendas apresentadas, ao Projeto de Lei nº 25/97-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1998" Relator-Geral Deputado Aracely de Paula. O Deputado Sarney Filho

sugeriu a leitura dos pontos relevantes do Relatório, em virtude da sua distribuição antecipada, tendo sido seguido pelo Deputado Armando Abílio. O Relator-Geral ao tecer comentários acerca do êxito na realização das Reuniões Regionais de 1997, solicitou a Mesa manifestações de agradecimento, junto ao Ministério da Aeronáutica, pela disponibilização da aeronave para transporte da comitiva de assessoramento da Comissão. O Presidente respondeu que, correspondência neste sentido foi enviada ao gabinete do Ministro. A seguir, o Relator-Geral fez a apresentação do Relatório Preliminar destacando, entre outros pontos, que as modificações introduzidas foram objeto de consenso dos representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. A seguir, os debates foram iniciados. Discutiram a matéria os Deputados Sérgio Miranda, João Fassarella, Sarney Filho, Fernando Diniz, Arnaldo Madeira, Israel Pinheiro e o Senador Antônio Carlos Valadares. O Senador Coutinho Jorge, ao tecer considerações acerca do Relatório, saudou a realização dos trabalhos das Reuniões Regionais de 1997. O Deputado Armando Abílio, na qualidade de coordenador da Primeira Reunião Regional realizada em João Pessoa/PB, agradeceu a acolhida proporcionada pelo governo daquele Estado. O Presidente encerrou os debates passando a votação do Relatório Preliminar do Relator-Geral, Deputado Aracely de Paula. RESSALVADOS os destaques, tendo sido aprovado, por unanimidade nas respectivas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. As doze horas e cinquenta minutos, o Presidente suspendeu os trabalhos para análise dos 16 destaques apresentados. As treze horas do mesmo dia, o Presidente deu continuidade aos trabalhos. O Deputado Sérgio Miranda retirou os destaques de n.ºs 10, 11 e 12. O Deputado João Fassarella retirou os destaques de n.ºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 de sua autoria. O Deputado Israel Pinheiro retirou o destaque de n.º 1, de sua autoria. Os destaques de n.ºs 13 e 14, do Deputado Arnaldo Gomes, foram prejudicados pela ausência do autor. Os destaques n.ºs 15 e 16, do Deputado Arnaldo Madeira, foram retirados. Os Deputados Sérgio Miranda e João Fassarella questionaram o Presidente acerca da prorrogação do prazo para apresentação de emendas à Proposta Orçamentária para 1998, em virtude do estabelecido na alínea "f", inciso III, art. 26, Seção II - Dos Prazos - Resolução nº 02/95-CN. O Presidente comunicou que faria consulta à Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal acerca da interpretação do referido dispositivo e comunicaria a Comissão oportunamente. A seguir, o Presidente anunciou a votação do Acordo feito com os autores dos destaques, tendo sido aprovado por unanimidade, nas respectivas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Relator-Geral fez a leitura das alterações incorporadas ao seu Relatório e, a seguir, o Presidente passou a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, nas respectivas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** As treze horas e cinquenta e três minutos, o Presidente encerrou os trabalhos e, para constar, eu, Myrma Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador NEY SUASSUNA Presidente

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Ainda não há quorum para a votação. Vamos iniciar então, a leitura da Pauta nº 20.

A Pauta nº 20 refere-se ao Projeto de Lei nº 15 de 1997 que remanesce da Pauta nº 16. Não há expediente a ser lido. Temos apenas créditos para votação o que faz com que fiquemos amarrados. Vamos ter de aguardar o quorum para votação.

Quero informar aos Srs. Parlamentares que, em relação às emendas do relatório preliminar, o Relator promoveu uma série de reuniões buscando acordo entre os vários partidos, mas ainda não conseguiu fechá-lo. Esperamos que na tarde de hoje cheguemos a um consenso de forma a que possamos fazer a votação, entre hoje e amanhã, do relatório preliminar com todas as suas emendas.

Agora, com a chegada da secretária, podemos fazer a apreciação das Atas nºs 20 e 21.

Apreciação da ata da 10ª reunião ordinária, realizada em 25 de setembro de 1997.

Se o Plenário concorda, fica dispensada a leitura da ata uma vez que foi distribuída antecipadamente, juntamente com a pauta. Se não houver discussão, e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro aprovada a ata em questão.

Avisos

Informo aos Srs. Senadores que, para entrega de emendas de bancada faz-se necessária a indicação do seu respectivo Coordenador, em ata própria que o

formalize. É necessária também a indicação, pelo Coordenador, do funcionário credenciado para a entrega das respectivas emendas.

Para o recebimento das senhas dos Srs. Parlamentares, faz-se necessário o credenciamento prévio de até dois funcionários do gabinete junto à Secretária da Comissão. Comunicado referente a esse aviso foi enviado aos gabinetes, com o respectivo formulário anexo. Asseguro ainda aos senhores que essas medidas foram adotadas há alguns anos por esta Comissão visando a salvaguardar os legítimos direitos e interesses dos Srs. Parlamentares.

Volto ao item nº 1, informando que as emendas de bancada precisam ter a indicação do respectivo Coordenador, em ata própria que o formalize, e é necessária a indicação, pelo Coordenador, do funcionário credenciado para a entrega das respectivas emendas. Para o recebimento das senhas, é preciso o credenciamento prévio de até dois funcionários. Isso nós já enviamos aos gabinetes.

Acuso o recebimento dos seguintes expedientes de procedência interna, encaminhando justificativa de faltas às reuniões da Comissão:

Ofício nº 45 de 30 de setembro do Gabinete do Deputado José Janene, comunicando a ausência aos trabalhos realizados no período de 30 de setembro a 3 de outubro de 1997.

Também há uma justificativa do Deputado Alexandre Ceranto, informando que estava impossibilitado de comparecer a reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no dia 2, amanhã, às 10h da manhã.

De procedência externa, expediente datado de 15 de setembro, remetido pelo Presidente do CRDI Sistema FIMEC, de Governador Valadares, Minas Gerais, através do qual solicita a conclusão das obras do anel rodoviário.

Item nº 2. Ofício nº 286, de 16 de setembro, procedente da EMBRAPA Algodão, solicitando o envio de proposta de emenda para a revitalização da colonicultura nordestina.

Item nº 3. Expediente de 18 de setembro, procedente da Prefeitura de Goiânia, agradecendo o convite de reunião regional naquela Capital.

Item nº 4. Expediente de 19 de setembro, do Conselho Nacional dos Seringueiros, solicitando que a proposta apresentada seja incorporada ao Orçamento de 1998.

Item nº 5. Telex nº 517 de 26 de setembro, enviado pelo Ministro da Agricultura, informando a impossibilidade de comparecimento às reuniões regionais para o Orçamento de 1998.

Item nº 6. Ofício nº 550, de 29 de setembro, procedente do gabinete do Governador do Estado do Amapá pelo qual encaminha proposta do Estado para a contemplação de recursos do Governo Federal no Orçamento para 1998.

Item nº 7. Ofício GAP nº 1.067 de 22 de setembro, procedente do Banco do Nordeste, através do qual encaminha ao Senado Federal as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 30 de junho de 1997.

Item nº 8. Ofício nº 375, do Governo de Rondônia, enviando exposição de motivos que versa sobre a programação deste Governo de Rondônia a ser inserida no Orçamento Geral da União de 1998.

Ordem do Dia

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, não prestei atenção a todos os ofícios enviados pelo Poder Executivo. Queria que V. Exa. consultasse a secretária para saber se veio algum ofício corrigindo o Orçamento de 1998, já que o Presidente afirmou que retirara dos recursos pagos pelas concessões da banda "B" 500 milhões para alocar na Educação, e o Orçamento não corresponde a essa verdade. Será que o Presidente lançou essa opinião aos ares, para dizer que o seu Governo tem uma preocupação com a Educação o que não se comprova pelos fatos?

Ficaremos aguardando esse ofício, que talvez aqui chegue na próxima semana, porque todos os recursos, fora a parte destinada ao funcionamento da ANATEL, 1,9 bilhão, vão para o pagamento da dívida e, não, para a Educação.

Fico na expectativa de que o Presidente confirme o ofício com atos concretos, corrigindo as fontes do Orçamento de 1998. Senão, ele cairá na vala comum dos que fazem uma afirmação e não a comprovam pelos atos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Nobre Deputado, o ofício a que V. Exa. se refere aqui ainda não chegou. Pode até já ter chegado ao Senado Federal e estar aguardando ser lido e encaminhado para cá, mas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não temos nada a respeito desse assunto.

Quanto às informações complementares, o Executivo já as encaminhou, mas elas ainda não foram publicadas na Comissão, uma vez que ocorreu apenas no Senado Federal a publicação. Serão encaminhadas a todos os membros da Comissão.

Faltando apenas um Senador, poderíamos ir discutindo os projetos. Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO - Sr. Presidente, V. Exa. informou que as bancadas estaduais deverão encaminhar à Mesa a indicação do Coordenador. E as bancadas regionais? Nós temos também o direito às emendas regionais. É o mesmo procedimento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - O procedimento será o mesmo. Um Coordenador para a bancada estadual e um Coordenador regional.

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Vamos, então, iniciar a discussão da matéria, que só colocaremos em votação se houver número regimental.

Pauta nº 20 da pauta: apresentação, discussão e votação de relatórios dos seguintes projetos de lei:

Item nº 1 - Projeto de Lei nº 15, de 1997, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de 610 mil e 234 reais, para os fins que especifica.

O voto do Deputado Barbosa Neto é favorável.

Tem a palavra S. Exa.

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, passo a ler o relatório do Projeto de Lei nº 15, de 1997, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, no valor de 610 mil e 234 reais, para os fins que especifica.

O Exmo. Sr. Presidente da República, com fulcro no art. 61, § 1º inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, com a Mensagem nº 428, de 1997, nº 838/97 na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de 610 mil e 234 reais, para atender à programação do Fundo Penitenciário Nacional, constante do anexo I deste projeto.

De acordo com a exposição de motivos do Sr. Ministro do Planejamento, trata-se da abertura de crédito suplementar em favor do Fundo Penitenciário Nacional, objetivando a incorporação de excessos de arrecadação de recursos oriundos de receitas diretamente arrecadadas e o reforço de dotações dos subprojetos de construção, ampliação e reforma do sistema penitenciário dos Estados nos valores seguintes: Estado do Pará, 75 mil; Espírito Santo, 45 mil; Pernambuco, 171 mil; Piauí, 90 mil; Rio Grande do Sul, 129 mil e 234 reais; Roraima, 100 mil, total 610 mil e 234 reais.

Com exceção da suplementação do Subprojeto Construção, Ampliação e Reforma do Sistema Penitenciário do Estado de Roraima, cujo valor é de 13%, os demais subprojetos estão sendo suplementados em 15% em relação aos valores constantes da Lei Orçamentária vigente.

Foram apresentadas duas emendas ao projeto de lei sob análise: a de nº 015001-9, de autoria do Deputado Nelson Meurer, que propõe a inclusão de subprojeto novo com o título Construção, Ampliação e Reforma de Penitenciária no Estado do Paraná; e a de nº 015003-15, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota,

que objetiva suplementar o projeto Construção da Cadeia Pública de Salgueiro, em Pernambuco.

É o nosso relatório, Sr. Presidente.

Passo agora a ler o voto deste relatório.

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo se enquadra nas exposições do art. 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecendo as prescrições do art. 167, inciso V e VI, da Constituição, e não apresenta incompatibilidade com o Plano Plurianual, bem como não incide nas redações expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1997.

Os subprojetos suplementados encontram-se previstos na Lei Orçamentária vigente.

Quanto às emendas apresentadas, a de nº 015001-9, de autoria do Deputado Nelson Meurer, não pode ser aprovada, tendo em vista as disposições do Regulamento Interno da Comissão, que, em seu art. 51, inciso I, alínea "a", proíbe a aprovação de emendas que criem subprojetos novos em projetos de lei de crédito suplementar.

No que concerne à Emenda nº 015003-5, do Deputado Gonzaga Patriota, que suplementa o Subprojeto Construção da Cadeia Pública de Salgueiro, acolhemos parcialmente, com 67 mil reais. Ressalta-se que, para atender a essa emenda, estamos propondo um cancelamento em torno de 11% dos subprojetos propostos pelo Poder Executivo. O subprojeto proposto na emenda consta da Lei Orçamentária vigente, devendo os recursos a ele alocados serem repassados ao respectivo Estado mediante convênio, conforme estabelece a legislação do Fundo Penitenciário Nacional. Lei Complementar nº 79, de janeiro de 1994, e o Decreto nº 1093, de 21 de março de 1994.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 15, de 1997, na forma do projeto substitutivo em anexo, e pela rejeição da Emenda nº 015001-9.

Sala das Comissões, em 7 de outubro de 1997.

Este é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em discussão o relatório.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, eu queria apenas um esclarecimento do Relator, já que S. Exa. teve a preocupação de apresentar, anexo ao seu parecer, um demonstrativo de execução do Orçamento até julho de 1997. Eu queria que S. Exa. me prestasse informações não apenas sobre as propostas de suplementação feitas pelo Executivo para esses vários Estados, mas também sobre a emenda acatada, de suplementação do Subprojeto Construção da Cadeia Pública de Salgueiro, esclarecendo-nos se já constava do Orçamento, qual era o valor e quanto foi executado. Eu acho que isso é importante para que possamos fazer uma avaliação. Quanto às suplementações feitas, elas já constavam do Orçamento? De quanto eram? Quanto foi executado? Esta-se fazendo a suplementação porque não existem recursos no Orçamento ou porque a execução está baixa? V. Exa. nos poderia dar essa informação? Se existe uma informação total, não consigo achá-la.

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO - Eu apenas acatei parcialmente a emenda. No entanto, concretamente, se V. Exa. julgar de fundamental importância e me conceder um pequeno prazo, poderei verificar se existe o valor para essa construção no Município de Salgueiro e localizá-lo. (Pausa).

Construção da Cadeia Pública de Salgueiro, Pernambuco, no valor de 350 mil reais, empenhado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Já foi todo empenhado?

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO - Isso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Então o recurso é necessário?

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO - É necessário. Nós não acolhemos a emenda totalmente, visto que.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Eu não estou lendo. Quanto foi liquidado?

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO - Não foi liquidado tudo ainda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Qual é o número?

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO - Foi apenas empenhado. Foi autorizado um crédito de 350 mil e foi empenhado o valor de 350 mil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - V Exa. está satisfeito ou ainda tem dúvidas? (Pausa)

Encerrada a discussão. Voltaremos a votação deste item logo após completado o quorum no Senado.

Passamos ao Item nº 2. Projeto de Lei nº 26/97, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no limite de 3 milhões, 34 mil e 520 reais, para os fins que especifica.

Peço ao Deputado Arnaldo Madeira a gentileza de ler o parecer, uma vez que o Deputado Basílio Villani não está presente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - Farei, então, a leitura do parecer do Deputado Basílio Villani.

Relatório

O Exmº Sr. Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal por meio da Mensagem 504, de 1997, 963/97 na origem, submete a apreciação do Congresso Nacional projeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial até o limite de 3 milhões 34 mil e 520 reais, incluindo-o na programação do Projeto de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central junto ao Sistema Financeiro Nacional e do respectivo subprojeto, Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central — PROAT —, para atender as despesas com pagamento de pessoal e encargos sociais, 624 mil, outras despesas correntes, 896 mil e 120 reais, e investimentos 1 milhão, 514 mil e 400 reais.

Os recursos necessários à abertura do crédito adicional são provenientes do excesso de arrecadação de operações de crédito externo, Fonte 148 — 2 milhões, 214 mil e 520 reais — e do cancelamento parcial de dotação constante da Lei Orçamentária em vigor, consignada ao pagamento de contribuição do Banco Central do Brasil à previdência privada dos seus servidores, com recursos diretamente arrecadados da Fonte 250 — 820 mil.

Voto

Quando da elaboração da proposta orçamentária para 1997, não havia sido aprovado, na Comissão de Financiamento Externo — COFIEEX, nem se formalizado o empréstimo do Banco Mundial ao Banco Central do Brasil, com as finalidades supracitadas. A próxima etapa consistirá na aprovação de contrato externo pertinente pelo Senado Federal.

O empréstimo monta a 20 milhões e 180 mil dólares. A contrapartida nacional, expressa na mesma moeda, importará em 2 milhões e 240 mil o equivalente a 10% do custo total do programa estimado em 22 milhões e 420 mil dólares.

Constata-se que parte da citada operação de crédito e a programação de despesas correspondentes foram incluídas na proposta de orçamento para 1998, com o valor de 6 milhões de reais, sendo, no próximo exercício, de 16,7% — 1 milhão de reais — a contrapartida a cargo do Banco Central, financiada com seus próprios recursos.

Os dados da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados indicam que dos 81,9 milhões destinados a atender, com

recursos próprios do Banco Central, as despesas com a contribuição à previdência privada, apenas 2,7 milhões — pouco mais de 3% — foram empenhados e liquidados até julho, havendo ampla folga para o remanejamento pretendido.

Isso decorre do fato de que a decisão do Supremo Tribunal Federal, confirmando os funcionários do Banco Central como servidores públicos sujeitos, doravante, ao Regime Jurídico Único, data de 29 de agosto de 1996, posterior, portanto, ao encaminhamento da proposta para o exercício de 1997. Na proposta para 1998 a dotação para a previdência privada é nula.

Sobre o programa objeto do crédito adicional, informo-nos a Mensagem que terá como objetivos viabilizar a reestruturação da Central de Gestão e Realização de Ativos, a instituição de grupos de pesquisa permanente o aperfeiçoamento técnico da Supervisão Bancária o treinamento e desenvolvimento de pessoal e a ampliação da confiança e da segurança do sistema financeiro. Soubemos também que o programa permitirá saltos tecnológicos importantes, resultantes do estreitamento de contato com os bancos centrais de outros países e da contratação de instrutores com ampla experiência internacional. São todos objetivos válidos e valiosos, compatíveis com a noção de que o Brasil deve dotar-se de instrumentos adequados de gestão macroeconômica e de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, para se consolidar como economia emergente.

Examinamos ainda os documentos contratuais, registrando-se que o empréstimo será desembolsando em até três anos, com juros anuais equivalentes ao London Inter-Bank Offered Rate — LIBOR —, mais 0,75%, podendo variar segundo a taxa de captação do Banco Mundial e prazo do quinze anos.

Não foram apresentadas emendas ao projeto. No entanto, o Relator, após contatos diretos com o Banco Central, foi por este informado de que a dotação orçamentária para gastos com pessoal, constantes do PL 26/97, poderia ser cortada. Essa possibilidade alia-se ao fato de que, por ocasião da formulação do pedido de crédito, não estava claro se seria necessária a contratação de pessoal para fins de execução do PROAT. Ocorre que posteriormente a unidade de coordenação do programa foi montada, recorrendo-se a realocação de funcionários.

Por isso estamos apresentando substitutivo que retira do projeto original a dotação para pessoal e encargos sociais, mantendo-o, de resto, inalterado.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 26, de 1997, do Congresso Nacional na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, Deputado Basílio Villani.

Segue-se a apresentação do substitutivo, que reduz o projeto de crédito especial ao limite de 2 milhões, 410 mil e 520 reais, conforme relatado.

Estes são o parecer e o substitutivo do Deputado Basílio Villani, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Em discussão o Projeto de Lei nº 26, de 1997, com parecer do Deputado Basílio Villani, lido pelo Deputado Arnaldo Madeira.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, não estando presente o Relator, fica difícil haver algum esclarecimento (Pausa)

Eu já esclareci minha dúvida apenas com uma leitura mais atenta, por isso, retiro a minha inscrição

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Continua em discussão a matéria (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerramos a discussão. Voltaremos ao projeto para votação posterior.

Peço ao nobre Deputado Sérgio Miranda que relate, da Pauta nº 21, o Projeto de Lei nº 16, item nº I, uma vez que se trata da redação do vencido e V Exa já concordou com o texto.

Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, tenho a honra de substituir o Deputado Israel Pinheiro, Relator original do projeto

Relatório

O Exmo. Sr. Presidente da República, com fulcro no art. 61, § 1º, inciso II, letra "b", da Constituição Federal, com a Mensagem nº 429, de 1997/CN, nº 839/97 na origem, submete a apreciação do Congresso Nacional projeto de lei que autiza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial até o limite de 2 milhões e 600 mil reais, para atender à programação constante no Anexo I deste projeto

O referido crédito, de acordo com a Exposição de Motivos 079/NTC, do Sr. Ministro do Planejamento e Orçamento, destina-se ao Fundo Penitenciário Nacional — FUNPEN —, objetivando a incorporação de excesso de arrecadação de recursos oriundos de receitas diretamente arrecadadas, que serão aplicadas em novos supracitados de reforma, ampliação e construção de instalações penais

Foram apresentadas 93 emendas ao projeto de lei sob análise

Tendo a Comissão rejeitado o parecer do Relator inicialmente indicado, fomos designados pelo Presidente da Comissão para redigir a redação do vencido

É o relatório

Voto do Relator

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo se enquadra nas disposições do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição, e não apresenta incompatibilidade com o Plano Plurianual, bem como não incide nas vedações expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1997

Tendo em vista a decisão da Comissão, opinamos pela aprovação do PL nº 16, de 1997/CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, e pela rejeição das emendas apresentadas

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em discussão o Projeto de Lei nº 16, redação do vencido, cujo relatório, de autoria do Deputado Israel Pinheiro, foi aqui lido pelo Deputado Sérgio Miranda

Em discussão (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerramos a discussão

Com o encerramento da discussão dos três itens, faço à Comissão a seguinte pergunta: como está faltando um Senador, poderemos iniciar a votação desses projetos na Câmara, deixando para fazer a votação dos mesmos no Senado Federal quando se completar o quorum?

Se algum Deputado se opuser à sugestão, não iniciarei a votação. Caso contrário, colocaremos as matérias em votação somente na Câmara, deixando a votação no Senado para depois (Pausa)

Não se tendo manifestado contrário à Mesa nenhum Parlamentar, vou pôr em votação na Câmara o Projeto nº 15

Os Srs. Deputados que com ele concordam permaneçam como estão (Pausa)

Aprovado na Câmara dos Deputados, ficando posteriormente para ser votado no Senado

Projeto de Lei nº 26 Parecer favorável Relatório do Deputado Basílio Villani, que aqui foi lido pelo Deputado Arnaldo Maderia

Em votação na Câmara dos Deputados Os Srs. Deputados que estão com ele de acordo permaneçam como estão (Pausa)

Aprovado, posteriormente será votado no Senado

Item nº 3 Projeto de Lei nº 16, cujo relatório, do Deputado Israel Pinheiro, acabou de ser lido pelo Deputado Sérgio Miranda.

Em votação na Câmara dos Deputados Os Srs. Deputados que com ele estão de acordo permaneçam como estão (Pausa)

Aprovado, também ficará pendente da votação no Senado

Nada mais havendo a tratar, vamos suspender a sessão, que prosseguirá amanhã, às 10 horas, e quinta-feira, também às 10 horas

Nós tentaremos votar amanhã as emendas do parecer preliminar que o nobre Relator já está finalizando. Se não conseguirmos fazê-lo amanhã de manhã, aqui voltaremos quinta-feira, às 10 horas

Nada mais havendo a tratar, suspenso a presente reunião

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Havendo número regimental, declaro reaberta a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das Pautas nº 20, 21 e 22, de 1997

Ênfase o aviso dado ontem para entrega de emendas de bancada, faz-se necessária a indicação do seu respectivo Coordenador em ata própria que a formalize. É necessária também a indicação, pelo Coordenador, do funcionário credenciado para a entrega das respectivas emendas. Para recebimento das senhas dos Srs. Parlamentares, faz-se necessário o credenciamento prévio de até dois funcionários do gabinete junto à Secretaria da Comissão

Comunicado referente a esse aviso foi enviado aos Srs. Parlamentares e já se encontra em seus gabinetes, com o respectivo formulário anexado. Asseguro ainda a V Exas. que essas medidas foram adotadas por esta Comissão há alguns anos, visando salvaguardar os legítimos direitos e interesses dos Srs. Parlamentares

Informe a V Exas. a designação de Coordenadores das Subcomissões Temáticas Permanentes, de que trata o art. 13 do Regulamento Interno da Comissão, a saber:

Subcomissão 1 - Poderes do Estado Deputado Paulo Bernardo

Subcomissão 2 - Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio Deputado Roberto Balestra

Subcomissão 3 - Infra-estrutura Senador Jonas Pinheiro

Subcomissão 4 - Educação, Desporto, Cultura, Ciência e Tecnologia Deputado Paulo Gouvêa

Subcomissão 5 - Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social. Deputado Cipriano Correia

Subcomissão 6 - Meio ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Senador Onofre Quinan

Subcomissão 7 - Planejamento, Urbanismo e Integração Regional, Deputado Odacir Klein

Ordem do Dia

Pauta nº 20, de 1997

Projeto de Lei nº 15, de 1997, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de 610 mil e 234 reais para os fins que especifica

O Relator e o Deputado Barbosa Neto A discussão já foi encerrada O projeto foi votado na Câmara dos Deputados e falta ser votado no Senado da República Faltava número regimental que agora foi complementado

Portanto, em votação no Senado da República

Os Srs Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram (Pausa)

Aprovado

Projeto de Lei nº 26, de 1997, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda crédito especial até o limite de 3 milhões, 34 mil e 520 reais para os fins que especifica

O Relator, Deputado Basílio Villani, deu parecer favorável nos termos propostos no substitutivo O relatório foi aprovado na Câmara dos Deputados e falta ser votado no Senado Federal

Portanto, em votação no Senado Federal

Os Srs Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram (Pausa)

Aprovado

Pauta nº 21, de 1997

Projeto de Lei nº 16, de 1997, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério da Justiça, crédito especial até o limite de 2,6 milhões de reais para os fins que especifica

O Relator, nobre Deputado Israel Pinheiro, deu parecer favorável nos termos propostos no projeto, sem alterações O relatório foi aprovado ontem na Câmara dos Deputados e agora procederemos a votação no Senado Federal

Os Srs Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram (Pausa)

Aprovado

Pauta nº 22, de 1997

Apresentação, discussão e votação do relatório preliminar e do parecer do Relator as emendas apresentadas no Projeto de Lei nº 25, de 1997, que estima a receita e fixa despesas da União para o exercício financeiro de 1998

O Relator-Geral da Comissão e o nobre Deputado Aracely de Paula, que tem a palavra para falar a respeito do Projeto nº 25, de 1997.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tem V Exa a palavra

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, já recebemos cópia desse projeto com a antecedência necessária Evidentemente, o ilustre Relator tem algumas observações a fazer S Exa poderá perfeitamente ressaltar aquilo que achar que deva ser ressaltado No entanto, peço dispensa da leitura integral do relatório e solicito ao Relator que se atenha apenas aos pontos que achar polêmicos para a discussão

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Concorde como Deputado Sarney Filho e quero acrescentar algo mais Antes, porém, ouviremos o nobre Parlamentar Armando Abílio

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente, quero me acostar a posição do Deputado Sarney Filho S Exa diz que já tivemos oportunidade de ler todo o projeto e aproveitamos para fazer uma sugestão ao Sr. Relator Qual sena? V Exa assinalou que essas emendas de três quartos devam ser no máximo até três Não haveria condições de aumentá-las até cinco?

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - V Exa poderia repetir a sugestão?

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Pois não No projeto, o item XXIV III prevê que somente poderemos propor até três subprojetos Estou sugerindo que, no lugar de até três, aumentemos para até cinco subprojetos

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Então, há essa sugestão do Deputado Armando Abílio Antes de franquear a palavra

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, quero dar uma contribuição também, de acordo com a sugestão do Deputado Armando Abílio S Exa deve levar em conta que as restrições em relação ao montante financeiro permanecem Apresentamos cinco emendas a mais

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Duas emendas a mais

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Duas emendas a mais, mantendo a restrição

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Peço desculpas ao eminente Deputado, mas manter as restrições não tem sentido

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - A sugestão foi feita pelo Deputado Armando Abílio e o nobre Deputado Sérgio Miranda suscita um problema nessa sugestão, o limite financeiro deve ser mantido Iniciarei uma discussão em relação a esse item, para dar a palavra ao nobre Deputado Israel Pinheiro

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - O Deputado Armando Abílio fez uma proposta muito boa, mas se não aumentarmos o limite financeiro a proposta não atingirá o seu desiderato, porque permitirá que os Estados tenham emendas — emendas de três quartos são praticamente do Estado —, e se mantiverem o mesmo limite a margem de negociação ficara mantida como se fossem três emendas A minha proposta é que subam de três para cinco e cresçam também os limites financeiros numa proporção a ser discutida

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Deixamos bem claro aos Parlamentares que é apenas uma indicação ao Relator, que permitimos fosse substanciada e mais bem esclarecida pelos outros Parlamentares.

Dando continuidade a reunião, o Deputado Sarney Filho fez uma observação com a qual a Presidência se solidariza Lembro aos Srs Parlamentares que urge a votação do relatório preliminar, porque já abrimos prazo às emendas, que estão sendo apresentadas, mas ainda não temos as regras, o que complica a nossa vida Estamos amarrados a um cronograma inexorável, inflexível É difícil qualquer mobilidade

Então, peço aos nobres Parlamentares que incluam essa premissa em seus pensamentos, para que façamos a votação do relatório preliminar com a maior urgência e dentro do espírito de unidade que esta Comissão tem tido até o momento

Com a palavra o nobre Relator para as considerações sobre o relatório preliminar

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, eminente Senador Ney Suassuna, Srs. Deputados, Senhores membros da Comissão, inicialmente gostaria de ressaltar a minha satisfação e a honra que me foi conferida por V Exa, Senador Ney Suassuna, de relatar o projeto em epígrafe.

Passamos, nos termos da Resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional, a apresentar o parecer preliminar respectivo

Esse relatório é composto de duas partes A parte geral representa uma análise das finanças públicas federais, bem como comenta os principais aspectos da proposta orçamentária de 1998 em seus vários elementos A parte especial estabelece os critérios e os parâmetros específicos a serem observados na apresentação das emendas e na apreciação da proposta pelos Relatores do Projeto do Orçamento

Gostaria, Sr. Presidente, de pedir a atenção do Plenário para um registro que julgo de suma importância Quando o Deputado Sarney Filho ocupava a Presidência desta Comissão, instituiu-se a prática das reuniões regionais e, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna, com o acompanhamento brilhante da Assessoria Técnica da Casa, percorremos todas as regiões do Brasil, tendo a oportunidade de discutir, em cada uma delas, não apenas a proposta orçamentária, mas principalmente, naquilo que tange ao Congresso e as suas limitações, o que era possível fazer após a sua apresentação

Gostaria de ressaltar que essa prática foi bastante salutar, porque na verdade discutimos a origem dos problemas com aqueles que os enfrentam Se não pudermos acrescentar nada daquilo que foi visto, pelo menos acrescentaremos o nosso testemunho e a nossa convicção de que existem distorções, de que o Brasil, visto do Congresso Nacional, é um, e o Brasil da realidade, do dia-a-dia, é outro Certamente essas implicações farão parte preponderante das decisões do Relator

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Deputado Sarney Filho e o Senador Ney Suassuna que manteve essa prática Peço de início à Assessoria Técnica da Casa, baseado na sua competência e na sua visão macro do problema,

que, para atingirmos um objetivo maior, faça do Orçamento uma simplificação, a fim de torná-lo compreensível a visão de todos. Peço à Assessoria um minuto de atenção.

Foi criado um documento que simplificou e tornou possível a todas as regiões que nos percorremos a compreensão da matéria orçamentária, porque entendemos que na simplicidade alcançamos uma transparência maior.

Gostaria de pedir ao Sr. Presidente que, em nome da Comissão, envie ao Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica o agradecimento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização pelo apoio sempre presente, pela disponibilidade da FAB, que nos deu todas as condições logísticas para percorrer este País, abrindo, escancarando o Orçamento para todas as regiões. Gostaríamos que o Sr. Presidente agradecesse, em nome desta Casa e desta Comissão, a FAB a participação.

Também gostaria de trazer ao conhecimento dos membros da Comissão que o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional, em entendimentos com o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Ney Suassuna, e com o Relator-Geral, determinou que os prazos fossem cumpridos religiosamente, a fim de que pudessemos votar esse Orçamento até o dia 12 de dezembro e o Congresso Nacional tivesse condições de iniciar o seu recesso no dia 15. Fizemos um cronograma bastante rígido, com prazos fatais, e gostaríamos de contar com a colaboração de todos, para que os mesmos sejam cumpridos.

Como disse no início, o parecer apresenta duas fases. Lerei as principais conclusões da parte A.

A I — Principais Conclusões

A proposta contempla a continuidade do processo de ajuste fiscal do Estado. O déficit operacional do Governo Central, conceito das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP), que alcançou 1,76% do PIB em 1995, caiu para 1,72% do PIB em 1996 e está projetado para 1,45% em 1998. Relativamente a 1997, cujo valor está reprogramado em 1,27% do PIB, o crescimento que se espera para 1998 deve ser o aumento de juros decorrente do acordo de renegociação da dívida dos Estados.

A melhora consistente das contas públicas, obtida em grande parte pela compressão dos gastos com investimentos, pessoal e outros, é observada no comportamento do resultado primário, que foi de 0,35% do PIB em 1996 e está programado para 0,60% do PIB para 1997, alcançará 0,80% do PIB em 1998, a despeito da piora prevista na conta da Previdência, para a qual se estima um déficit de R\$ 2,8 bilhões para 1998. Para 1997, a reprogramação indica déficit de R\$ 1 bilhão nesta função.

A despesa com juros, calculada no critério da competência, no âmbito da NFSP, embora decrescente em termos de participação do PIB, continuará absorvendo a capacidade de poupança do Estado: 2,31% do PIB, em 1995, 1,97% do PIB em 1996, e 1,87% do PIB em 1997. Para 1998, monta a R\$ 21 bilhões, correspondendo a 2,25% do PIB e significando acréscimo de 13% em relação à proposta de 1996, a despeito da queda prevista para a taxa de juros real de 13,8% em 1996 para 10,9% em 1997. O acordo da dívida com os Estados, embora benéfico para reduzir os gastos com encargos financeiros do setor público como um todo, explica o aumento com juros observado no Governo Central.

Os dispêndios com investimentos nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estão estimados na proposta em R\$ 8,4 bilhões, significando redução de 20% com relação ao autorizado na proposta de 1997. Relativamente ao Plano Plurianual de 96-99, onde está previsto um investimento médio anual de R\$ 10 bilhões, a queda é de 16%.

Para 1997, foram autorizados R\$ 10,5 bilhões em investimentos. Destes, foram executados até 31 de julho do corrente ano apenas R\$ 1,2 bilhão, significando 11,5%. Entretanto, normalmente os investimentos têm, no final do exercício, sua liberação acelerada.

Os gastos com juros representam 4,4 vezes o valor reservado para investimentos nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, indicando que aqueles dispêndios estão comprometendo de forma crescente a capacidade de investimento do Estado.

Na proposta, o valor do Orçamento da União soma R\$ 437,9 bilhões. Se ajustado, isto é, depurado do valor do refinanciamento da dívida, que alcança R\$ 173,1 bilhões, reduz-se a R\$ 264,8 bilhões. O valor do Orçamento Fiscal ajustado, que soma R\$ 158 bilhões, cresceu 32,3% e o Orçamento da Seguridade Social, também ajustado, que monta a R\$ 106,9 bilhões e já inclui transferência de R\$ 3,3 bilhões do Orçamento Fiscal, aumentará 4,7% em relação a 1997.

Os gastos na área social, representados pelas funções educação e cultura, habitação e urbanismo, saúde e saneamento, trabalho e assistência e previdência, somam 45,2% do valor ajustado da proposta. No autorizado para 1997, esses gastos representavam cerca da metade do total ajustado do orçamento.

A compressão dos gastos sociais é mais patente quando se observa que, se retirarmos a aplicação dos recursos do FUNDEF da função educação e cultura, como ocorreu no Orçamento de 1997, pois são transferências que serão aplicados pelos Estados, a evolução dos desembolsos com essa função muda de um acréscimo de 29,5% para uma diminuição de 1,9% em relação ao autorizado para 1997. É de se notar ainda que, a despeito da prorrogação da CPMF, os gastos com a Saúde cairão 8% em relação à proposta do ano anterior, contrariando a LDO/98, que determinava os mesmos montantes.

O orçamento de investimento das empresas estatais, num montante de R\$ 16,5 bilhões e representando 1,8% do PIB, crescerá em cerca de 5% em relação à proposta de 1997. Os setores mais beneficiados serão os de telecomunicações, petróleo e petroquímica, com 69% do total a ser aplicado.

Os gastos com pessoal estão previstos em R\$ 48,2 bilhões, com acréscimo de 6,9% sobre a proposta do exercício de 1997 e de 9,5% em relação à reprogramação desse mesmo ano. O acréscimo referido não contempla margem para reajuste geral do funcionalismo, sendo reservado para atender ajustes de carreiras específicas, crescimento vegetativo, liminares e decisões judiciais. A relação gastos com pessoal e receita corrente líquida continua bastante abaixo do limite de 60% determinado pela Lei Complementar nº 82/95, que ficou em 47,5% em 1996 e foi previsto para 45,2% no PLO 1997, está estimado em 44% no PLO 1998.

As transferências constitucionais para Estados e Municípios, de R\$ 26,5 bilhões, aumentam em 13,7% em comparação ao previsto em 1997, devido ao crescimento da arrecadação das receitas partilhadas e pela compensação do FEF aos Municípios.

O estoque da dívida mobiliária em poder do mercado deverá aumentar de R\$ 94 bilhões em dezembro de 1996 para R\$ 233 bilhões em dezembro de 1998, principalmente como decorrência do acordo da dívida com os Estados.

As despesas com juros no Orçamento de 1998 serão de R\$ 37,2 bilhões, superior em 46% ao previsto no Orçamento de 1997. Desse total, R\$ 2,9 bilhões serão pagos com recursos ordinários do Tesouro Nacional (fonte 100).

A previsão de aplicação das agências oficiais de fomento monta a R\$ 35 bilhões. Pela sua magnitude, superior ao FPE ou FPM, fica demonstrada a importância de o destino de tais recursos ser previamente submetido a apreciação do Congresso Nacional para fins de controle, em especial quanto à sua regionalização e setorialização.

Os recursos da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF) montam a R\$ 8,3 bilhões. Desse total, R\$ 6,6 bilhões serão destinados à Saúde e 1,7 bilhão serão apropriados pelo Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Do valor destinado à Saúde, R\$ 5,7 bilhões têm a sua programação condicionada a aprovação de legislação que prorroga a Contribuição.

O FEF está estimado em 33,9 bilhões, sendo 91% destinado para gasto com pessoal, e também depende da aprovação de emenda constitucional prorrogando a sua vigência que ora tramita no Senado Federal.

Outro mecanismo de desvinculação de receita utilizado pelo Governo consiste na utilização de recursos vinculados a fundos e autarquias (ex FUNDAF e CVM) na aquisição de títulos públicos.

No que se refere a receita de concessões de serviços públicos, a memória de cálculo enviada pelo Ministério de Planejamento e Orçamento indica que os R\$ 2 bilhões previstos na proposta referem-se apenas à área de telecomunicações. Desse modo, as receitas resultantes de concessões de outras áreas não estão

estimadas na previsão orçamentária para 1998. Assim, em obediência ao princípio da universalidade, entendemos fazer-se necessária a incorporação das receitas a serem obtidas no exercício de 1998 com a concessão e a permissão de serviços públicos federais. Para tanto, o Poder Executivo deve ser instado a apresentar as estimativas de tais receitas.

Sr. Presidente, eram essas as principais conclusões da parte A do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em discussão. Perdão, a palavra continua com o Relator-Geral, a fim de que dê entrada na parte B do relatório preliminar.

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Sr. Presidente, apresentadas as principais conclusões da parte A, quero trazer ao conhecimento de V. Exa. e dos demais companheiros que ao parecer preliminar original foram apresentadas cerca de 67 emendas, diversas delas destinadas à área de Saúde. Diversas emendas versavam sobre o mesmo tema, o que nos levou a convidar os membros representativos dos partidos e os relatores-setoriais já indicados, para discutirmos, uma a uma, todas as emendas apresentadas.

Dessa discussão, por consenso praticamente chegamos a um acordo geral a respeito do Orçamento, restando pequenos itens a serem discutidos nesta reunião plenária. Um dos principais itens, objeto de diversas proposições, refere-se ao cumprimento da LDO no que tange à Saúde. Foi acordado entre o Relator, os representantes partidários e os relatores-setoriais que estavam na reunião que algumas alternativas seriam oferecidas ao Relator-Geral, a fim de que pudesse detectar fontes para compensar o déficit quanto às ações de Saúde, uma vez que não teria sido cumprida a LDO. Mas na oportunidade encarecemos uma função do Congresso Nacional, uma vez que houve veto presidencial, este permanece e não foi apreciado por este Congresso.

Todas as alternativas apresentadas estão sendo estudadas minuciosamente pela Assessoria Técnica da Casa, que está buscando todas as fontes para conferir a veracidade das informações apresentadas na proposta orçamentária.

Sobre, essa que, na verdade, era a posição mais polêmica ficou acordado que encontraríamos as alternativas detectadas e apresentariamos ao Governo Federal.

Vale ressaltar também que, pela primeira vez, ouvindo sugestões de diversos Parlamentares para que a transparência e a verdade do que fizéssemos aqui estivessem contidas em documento oficial, convencionou-se que o valor das emendas individuais faria parte desse parecer preliminar. Assim, estipulou-se que, embora sendo do conhecimento geral que houve uma queda de 20% da proposta orçamentária com relação ao exercício anterior, seria mantido o limite de 1 milhão e 500 mil reais para as emendas individuais, que poderão ser apresentadas em número de 20. Esse foi o pedido dos componentes da reunião que discutiu o parecer preliminar a ser apresentado.

A Secretaria da Comissão fez distribuir para todos os membros o parecer preliminar. Em negrito estão as alterações acatadas e acordadas entre todos os componentes da reunião. Faço questão de ressaltar, pois considero importante, o seguinte item: nenhuma das emendas acatadas ou as modificações introduzidas no parecer preliminar foram fruto de decisão unilateral do Relator, mas do consenso de todos aqueles que participaram da reunião, em número aproximado de 30 Parlamentares.

Feito isso, Sr. Presidente, devolvo a palavra a V. Exa., para que, com sua competência de comando, dê sequência à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Agradeço ao Relator-Geral o relatório que acaba de fazer. Endosso as palavras de S. Exa., ou seja, esse foi um trabalho de consenso e exaustivo.

Mais uma vez enfatizo que estamos amarrados a cronogramas inflexíveis. Lembro que o prazo para a apresentação de emendas encerra na próxima quinta-feira, para a qual há um ritual que já esclarecemos.

Em discussão o parecer do Relator-Geral
(Apartes paralelos, ininteligíveis)

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Não, ainda estamos fazendo considerações. Depois o parecer será votado e vamos ressaltar os destaques existentes.

Tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda, para discutir. Em seguida, falarão os Deputados João Fassarella e Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados e Senadores, antes de mais nada, nessa avaliação geral sobre o Orçamento, sobre o conteúdo do parecer preliminar, que aponta claramente as graves distorções da proposta orçamentária. Centralmente identifica-se que os custos financeiros são o grande ralo do Orçamento. Os encargos financeiros da União passam de 33 bilhões para 73 bilhões, os juros e encargos vão para 37 bilhões. Os recursos provenientes das privatizações e concessões vão para a amortização líquida da dívida, o grande ralo do Orçamento da União. Não é pessoal. Como diz o próprio Orçamento, há uma queda dos recursos destinados ao pessoal em relação à receita corrente líquida e ao PIB. Não são os investimentos. Ao contrário, há uma queda nos investimentos. Ora, Sr. Presidente, enquanto a Nação brasileira não compreender que a relação entre os gastos públicos e o setor financeiro é efetivamente a grande questão do Orçamento público, vamos ficar na periferia do problema.

Para finalizar essa parte, saliento que, quanto à conclusão, ao contrário do que vem apregoando o Sr. Ministro, de que os gastos sociais aumentaram, o parecer do nobre Deputado Aracely de Paula é bem preciso: demonstra que diminuiram os gastos sociais e denuncia também a manobra em relação ao aumento artificial dos gastos sociais na Educação. Quanto aos recursos do chamado FUNDAF, frutos da emenda constitucional aprovada, e que são oriundos do Fundo de Participação de Estados e Municípios, o Governo, para aumentar artificialmente os seus gastos com a Educação, considera-os de sua propriedade. Não são recursos federais, mas de Estados e Municípios.

Corrigindo essas distorções, como o nobre Relator aceitou fazer na elaboração do Orçamento, ficará demonstrado que os recursos para a Educação, ao invés de aumentarem 29,5%, cairão 1,9%. Quanto à Saúde, já foi desmascarada a manobra do Governo. Então, onde estão os tais gastos sociais? Na Saúde, o Governo não aceitou a decisão da LDO de incluir no Orçamento os mesmos gastos autorizados no ano passado, e na Educação o Governo faz uma manobra solerte e maldosa, tentando incluir no Orçamento da União gastos já fixados para Estados e Municípios.

Sr. Presidente, encerrando essa parte da análise, que já foi discutida e debatida, espero que a imprensa leia pelo menos a parte inicial do parecer preliminar e não fique debatendo apenas qual é o montante de recursos que cada Deputado alocará em suas emendas. Essa não é a questão central do Orçamento, porque muitas vezes essas emendas nem são executadas. Leiam a análise muito competente do nobre Relator, Deputado Aracely de Paula.

Formularei três questões e farei um apelo ao Relator. A primeira e a seguinte: o Governo está elaborando, hoje ou amanhã, e depois mandará para o Congresso Nacional, a proposta de criação do quadro efetivo da ANATEL. Acabamos de aprovar uma lei referente à Lei Geral das Telecomunicações, que fixa a competência e a origem dos recursos para a FISTEL, Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Num passe de mágica, o Governo eliminou o FISTEL do Orçamento. Por que o Governo faz isso? Para poder fazer o que fez há um mês: os recursos da privatização da banda B, que pela lei deveriam ir para o FISTEL, e, a partir daí, por uma decisão da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, serem alocados para qualquer outro setor, por iniciativa do Governo. Eu não quero mudar nada no Orçamento, mas peço que se inclua o FISTEL, em cumprimento à lei aprovada. O Governo argumenta que vai haver dupla contagem, porque o FISTEL vai financiar a ANATEL. Mas o FISTEL não apenas financia a ANATEL, como também transfere recursos para o Orçamento. Para não dar transparência e que o Governo quer cancelar o FISTEL.

Faço um apelo: acho que a Assessoria pode fazer uma emenda. Não é nada mais do que o cumprimento da lei, ou seja, dizer que vai haver a unidade orçamentária FISTEL. Apenas isso. Esse é o apelo que faço ao Relator. A outra questão refere-se aos recursos do FUNDAF, da SUSEP e da CVM.

Sr Relator, Sr Presidente, V Exa, um homem de cultura, de certo conhece aquela poesia de *autôda de um poeta da África portuguesa* que diz que "primeiro eles entram no nosso jardim, pisoteiam nossa grama, e não dizemos nada, depois arrancam as flores e não dizemos nada; depois matam o nosso cachorro e não dizemos nada e quando invadem a nossa casa para nos matar não temos mais condições de dizer nada"

O Governo começou ano passado a incluir os recursos da FUNDAF, que é um fundo para combater a sonegação, para aparelhar a receita. O Governo começou a desviar recursos do FUNDAF para o custo financeiro, para comprar títulos. *Uma combinação do Governo com os sonegadores. Não podemos aumentar o número de fiscais, não tem dinheiro, não podemos comprar um aparelho para que os fiscais possam ir a essas superempresas com laptop para ajudar na fiscalização, não, tiraram no ano passado R\$ 700 milhões dos recursos vinculados ao FUNDAF para comprar títulos da dívida. Este ano aumentaram para R\$ 1,100 milhões*

Ora, Sr Presidente, por que aceitar esse desvirtuamento do FUNDAF? E não satisfizessem em retirar recursos do FUNDAF para comprar títulos, este ano eles ampliaram. CVm, que tem recursos vinculados, também para comprar títulos, SUSEP, que tem recursos vinculados, também para comprar títulos. Vamos aceitar isso, Sr Presidente?

Apresentei uma emenda, confesso que um pouco radical, mas eu queria pelo menos uma autorização para que o Relator Setorial pudesse, se quiser, mexer nisso. Vou apresentar uma emenda de cancelamento. Não concordo, não concordo absolutamente com essa manipulação, esse conluio do Governo com os sonegadores. Não concordo com essa proteção aos grandes empresários para impedir o aprofundamento da fiscalização no Brasil.

E nos vamos aceitar isso? Eu acho, Sr Relator, que nos poderíamos apresentar uma emenda de redação — não aprovar a minha emenda — permitindo ao Relator Geral, ao Relator Setorial realocar esses recursos. Eu não tenho condições de apresentar uma emenda individual de R\$ 1 bilhão para destinar a construção de um posto de fiscalização na fronteira do Brasil com a Venezuela, Brasil com a Bolívia. Eu não tenho condições de encomendar a compra de mil laptops para os fiscais. Eu não tenho condições de apresentar essas emendas. O Relator Setorial ou o Relator-Geral podem fazê-lo. Se quisessem referendar a conciliação com a sonegação, tudo bem, mas nós, da Comissão, estaríamos trancados, porque colocamos o dedo na ferida.

A última questão, Sr Relator, é um assunto incômodo. Diz respeito a uma emenda da minha autoria. É incômodo porque revela o que está por trás de certas questões que debatemos aqui. Estão todos os Deputados preocupados com as suas emendas individuais, nenhuma foi liberada, mas existe uma Secretaria no Governo Federal que faz as emendas individuais de alguns Deputados serem liberadas. É a Secretaria de Defesa Civil, Ações de Defesa Civil. Eu propus cancelar isso. Os recursos deviam vir da reserva de contingência. É uma calamidade pública. Qual a nossa surpresa ao sabermos que, além dos R\$ 60 milhões do Orçamento, dos R\$ 14 milhões da medida provisória para Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro, dos R\$ 21 milhões para Rondônia, abriu-se um crédito que não vai passar pelo Congresso Nacional, porque são recursos externos, de R\$ 44 milhões. Vai-se para mais de quase R\$ 120 milhões para quê? Para fazer distribuição dessas emendas entre alguns protegidos.

Ora, Sr Presidente, eu estava conversando com o Deputado Sarney Filho e constamos que temos alguns fenômenos neste País. Existem nos que fazem fronteira do Piauí com o Maranhão e, por um fenômeno que deve ser analisado por cientistas, só inundam a parte do Piauí, a parte do Maranhão não, Sr Presidente. No Maranhão só há uma ação de defesa civil, em torno do rio várias cidades do Piauí têm ação de defesa civil. Então, é um fenômeno, devia ser analisado, porque é um fato raríssimo. Trata-se de um rio que só inunda em uma margem, só inunda do lado de cá.

E por que certos fenômenos climáticos são mais fortes em alguns Estados? Na Paraíba deve ter havido alguma calamidade, Sr Presidente, da qual não tomamos conhecimento, porque é grande o número de "emendas", entre aspas, que tem para a Paraíba. E para Pernambuco há poucas. Em Minas recebemos R\$

9 milhões de uma tragédia nacional através de uma medida provisória que os Deputados foram ao Presidente da República, enquanto Minas recebeu do restante. O terceiro Estado em números de Municípios recebeu apenas R\$ 1 milhão de pequenas emendas. Outros Estados, como a Paraíba — aí porque fizeram uma provocação com Minas — recebeu R\$ 7 milhões e Minas recebeu. O Maranhão do Deputado Sarney Filho, infelizmente, não tem força política e recebeu só uma emenda de R\$ 200 mil.

Ora, Sr Presidente, vamos discutir hoje, agora, se aumentaremos para R\$ 2 milhões, R\$ 3 milhões. Pura ilusão, Sr Presidente, pura ilusão. Quisera eu que as minhas emendas individuais carimbadas com o meu nome e pelas quais eu me responsabilizo fossem liberadas. Nem as minhas nem de Deputado algum. Mas existem alguns poderosos e fortes que conseguem liberar para os seus Municípios além das emendas individuais. Por acaso eu não sei se V Exa conhece quem e o Deputado de Pernambuco, de Serra Talhada, que liberou R\$ 1 milhão, mais R\$ 3 milhões para o outro Município. São Deputados que têm mais força do que outros. E mais R\$ 44 milhões.

Quero chamar a atenção do Relator para o fato de que começamos a analisar o Orçamento e começam a surgir coisas estranhas. Por exemplo, o REFORSUS tem recursos externos, segundo o Secretário Executivo, já garantidos pelo Banco Mundial para o próximo ano, de R\$ 360 milhões. Não está no Orçamento. Fui perguntar por que não está no Orçamento, se já está tudo definido. Não, o Secretário pediu para não incluímos no Orçamento, porque depois ele vai abrir um crédito para isso.

Agora, o fenômeno nos espanta porque está ocorrendo em todos os Ministérios, não estão incluindo. Ontem, na reunião com os representantes da cultura, verificou-se que recursos para a recuperação de museus, fruto de empréstimos externos, não estão no Orçamento, porque ele vai abrir depois com o decreto, recursos para a ciência e tecnologia e muitos outros não estão no Orçamento, serão abertos, como esse recurso que eu descobri no dia primeiro de R\$ 44 milhões para a defesa civil. Empréstimo externo não está no Orçamento nem vai passar pelo Congresso Nacional, aberto por decreto esse crédito.

Sr Presidente, encerro saudando o Relator e agradecendo a V Exa a paciência. A reunião feita para discutir o parecer preliminar foi aberta. Estavam lá todos os Deputados e Senadores interessados, além de assessores, a imprensa e o público em geral. Saúdo o Relator por ter encerrado um capítulo triste que havia há quatro anos das reuniões fechadas em pequenos grupos. Discutimos franca e abertamente. Cometemos erros sim, mas há um processo impressionante de buscar, valorizar e credenciar a Comissão. Agora, os nossos erros, nos estamos corrigindo, Sr Presidente. Infelizmente, os erros do lado de lá, as opacidades. Discutem tanto transparência, mas vale muito mais o anônimo, que são as opacidades do lado de lá. Nada disso e corrigido. Ano a ano é aprofundado. O Orçamento é, cada vez mais, propriedade de poucos escondidos na maioria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Muito obrigado, Deputado.

Antes de conceder a palavra ao Deputado João Fassarella, quero fazer so um registro, Deputado. A Paraíba só conseguiu liberar 3% do Orçamento de 1997. Parece dourado, mas não é não. Também estamos com problemas sérios.

Com a palavra o Deputado João Fassarella.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr Presidente, em primeiro lugar, quero dizer da nossa admiração e, ao mesmo tempo, do nosso respeito pelo trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Relator e pela Presidência da Comissão. O debate público, a transparência e, ao mesmo tempo, o elevado nível técnico do Relatório preliminar identifica problemas que no nosso entender são graves. Primeiro, quanto a saúde, cerca de R\$ 1,300 milhões foram reduzidos dos recursos destinados às ações de serviço de saúde, contrariando expressamente a LDO. E a Comissão agiu de maneira correta ao determinar ao Relator-Geral, com a concordância de S Exa, e de todos os líderes partidários que participaram da reunião, que os recursos para a saúde, no sentido de recompor o que foi destinado em 1997, sejam efetivamente feitos pelo Relator, dando a S Exa condições de encontrar as fontes alternativas para recompor esses recursos. Acredito que isso tem sido uma conquista importante da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Gostaria também de destacar a importância de uma outra alteração introduzida no parecer preliminar, que são os recursos para o atendimento dos direitos da criança e do adolescente, como estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente. O Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente havia vindo com recurso zero e as ações destinadas ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, uma outra rubrica do Ministério da Justiça, essa distorção, em atendimento ao que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente e o próprio regulamento do fundo, vem sendo corrigida também por esta Comissão.

Quero destacar ainda que outros pontos mereceriam melhor análise e melhor destaque. E eu quero me reportar um pouco aos recursos destinados, por exemplo, à reforma agrária. Fala-se que a reforma agrária passaria a ser prioridade, de que haveria um enorme esforço político por parte do Governo de efetivamente ampliar as ações destinadas à reforma agrária, mas isso não ocorre, não está manifestado no âmbito dos números do Orçamento. Esperamos que, ou através do parecer preliminar — temos uma emenda nesse sentido — ou então através de uma emenda vinda da Comissão de Agricultura e Política Rural seja possível recuperar essa questão.

Não vamos nos estender, porque há outros oradores, mas gostaria de chamar a atenção para uma decisão que aparentemente foi anunciada pelo Presidente e eu gostaria de alertá-los. Nós até fizemos esse questionamento na reunião das Lideranças e agora eu a faço com maior propriedade ainda.

A Resolução nº 2, no seu art. 26, inciso I, letra f, é taxativa em relação aos prazos. Ela afirma que o prazo para apresentação de emendas é de quinze dias, contados da votação do parecer preliminar. Então, vejo uma certa dificuldade do ponto de vista regimental de restringir esse prazo. Poderá algum Parlamentar que se sentir prejudicado pela exiguidade do prazo querer fazer cumprir a resolução nesse aspecto. Então, chamaria a atenção para que fosse analisado. Acho que temos a preocupação de votar o Orçamento este ano, mas não podemos ultrapassar e passar por cima de outros prazos legais, especialmente o estabelecido pela Resolução nº 2, art. 26, inciso III, letra f.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Muito obrigado, Excelência.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Srs. Senadores, gostaria de dizer que estou de acordo com as palavras de elogio ditas ao Relator-Geral e ao Presidente desta Comissão pelo excelente e importantíssimo trabalho que vêm realizando nas reuniões setoriais. Trata-se de uma iniciativa da Comissão do ano passado, seguida pelo Presidente e pelo Relator este ano, e que significou na realidade, tirar o Orçamento da caixa-preta e mostrá-lo à sociedade de forma clara, transparente, permitindo-lhe que faça as suas escolhas e também consiga acompanhá-lo.

Sr. Presidente, tenho algumas ressalvas também a fazer sobre a proposta orçamentária. Gostaria de ressaltar três pontos que acho importantes. Primeiro, como não poderia deixar de ser, já que sou coordenador da Frente Ambientalista para o Desenvolvimento Sustentável, a queda da proposta de recursos para o meio ambiente. É inconcebível que, no final do século XX, numa época em que os satélites apontam as devastações, em que a ciência avança no sentido de determinar que se deteriora a vida no nosso planeta, no momento em que a ecologia deixou de ser romantismo e passou a ser até investimento rentável, que o Governo do Brasil diminua os recursos para as ações de desenvolvimento ambiental. Certamente essa é uma falha que temos obrigação de corrigir e iremos fazê-lo, com a responsabilidade de sempre, porque, historicamente, o Congresso tem aumentado as verbas relativas ao meio ambiente e às ações para as populações indígenas. Os recursos, este ano, caíram em média 30%. Da mesma forma que quero deixar marcado meu descontentamento com a questão ambiental, também deixo com relação à questão indígena. É um desrespeito.

Sr. Presidente, eu sena injusto se não reconhecesse que o Poder Executivo, por meio do Ministério do Planejamento, tenta acertar as finanças. O Orçamento deste ano evidentemente está bem mais equilibrado. Podemos notar, o que foi ressaltado pela Assessoria, que os investimentos da seguridade social, que vinha

ocupando um espaço crescente, decaiu, o orçamento fiscal cresceu. Ele se eleva hoje a 59,6%. Isso é um ponto importante.

Por outro lado, Sr. Presidente, vejo uma grande contradição. Enquanto o Governo se desfaz de estatais importantes, tais como a Vale do Rio Doce, alegando que com isso o Poder Público sai dessa esfera que considera não ser da sua alçada, do que discordo, principalmente no caso da Vale, o investimento das empresas estatais aumenta. Enquanto que as empresas estatais diminuem, o orçamento aumenta. Acho isso uma contradição, sem falar evidentemente naquilo que já foi dito pelos outros companheiros.

De qualquer forma, acho que a Comissão de Orçamento tem hoje não somente as condições legais para poder fazer valer o prestígio e a autonomia do Poder Legislativo, como tem também, tendo em vista as mudanças que aconteceram nos últimos anos, autoridade moral, porque o que aqui se faz não é escondido, não é dificultado o acesso, o que aqui se faz é as claras. Eu repito o que tenho dito sempre: se corrupção há no que diz respeito ao Orçamento, esta corrupção não passa pelo Congresso Nacional, passa por outras pontas.

Dito isso, Sr. Presidente, ressalto mais uma vez, o excelente trabalho do Relator e de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Com a palavra o Deputado Fernando Diniz.

O SR. DEPUTADO FERNANDO DINIZ - Sr. Presidente, Sr. Relator-Geral, Sras. e Srs. Parlamentares, sigo-me aos companheiros que fizeram os devidos elogios ao Sr. Presidente e Sr. Relator-Geral pelo bom trabalho que vem realizando na Comissão.

Elenquei alguns itens pontuais que passarei agora a dissertar.

No item 20.3, temos uma modificação, que é um avanço, do ano passado para cá, naquilo que diz respeito à ODC GND 3. Na realidade, existe uma série de rubricas globalizadas, genéricas, que, com a decisão do Parlamento de mexer em apenas 3%, em quase todos os anos — ano passado foi autorizado 3%, mas o Sr. Relator-Geral só pode mexer em 2,5% —, ficava camuflada, e o Parlamento, sem possibilidade de atender as emendas com o mesmo objetivo e intuito.

Fizemos, no Colégio de Líderes, essa consideração ao Sr. Relator-Geral, que a acatou colocando, inclusive, uma pequena relação, que tenho impressão que no ano que vem deverá ser aumentada, como parte anexa.

Apenas lembrança ao Sr. Relator-Geral que, do jeito que aqui está, essa prerrogativa ficou tão somente para o Relator-Geral. Ela não poderia ser apropriada e aproveitada pelos Srs. Relatores-Gerais. Portanto, é bom que se verifique porque são rubricas dentro do anexo de cada Relator setorial, que deverão aproveitá-las para o atendimento de emendas sobre o mesmo fim e com a mesma finalidade. Acho, inclusive, que essa limitação de 50% não faz jus, porque muitas vezes a demanda poderia ser de 10%. Então, não há necessidade de utilizar mais. Outras vezes, ela poderia ser uma demanda superior a 50%. Em auxílio aos Srs. Relatores-Setoriais, tenho a impressão de que, se o Sr. Relator concordar, deverá promover a modificação, o que ajudará muito no processo.

O item 27 diz respeito à recomposição do recurso para a saúde. Quero fazer uma mea-culpa em termos de interpretação. Fui um dos que lutaram para que fosse recomposto esse recurso para a saúde. Não obstante e com uma análise mais profunda, essa decisão nossa é inconstitucional. Por quê? Nós aprovamos na LDO que os recursos orçamentários para 1998 não poderiam ser menores do que os recursos previstos no OGU de 1997.

Ora, todo recurso previsto num orçamento é autorizativo, portanto, não podemos impor a sua aplicação naquilo que é autorizativo, e sim naquilo que é executado. O erro da nossa parte ocorre ao interpretarmos que não há diferença entre o orçado constante na lei e o executado. Inclusive, na reunião dos Líderes, afirmei textualmente que havia um erro da parte do Executivo e que nós deveríamos consertá-lo aqui no Parlamento. Mas reconheço que houve uma avaliação errônea, sobretudo da minha parte. A parte feita pelo Executivo é que deverá constar na proposta de 1998.

Como não podemos antecipar o gasto que ainda será feito nos meses de outubro, novembro e dezembro, acredito que esta regra deverá valer para dois anos.

anteriores. Deveremos, daqui para frente, colocar na LDO, para o ano que vem, os valores executados no ano de 1997. Fica, portanto, a minha observação. Acho que erramos e — tenho a impressão que todos desejam o maior número e volume de recurso possíveis para a saúde —, estaremos cometendo uma injustiça para com o Executivo, injustiça essa de que participei e venho, de público, declarar que errei.

No item 28, há uma vinculação de possíveis recursos para atender ao item anterior. Acho que não deveremos concordar que esses recursos sejam utilizados apenas para a saúde. Discutimos, no Colegio de Líderes, que todos os recursos são passíveis de utilização em quaisquer áreas. É até uma facilitação maior para o Sr. Relator-Geral. Não obstante, acho importante nesse item que, pela primeira vez — e acredito que a partir do ano que vem —, o Congresso pode debater sobre déficit primário, coisa que até então não havia visto nesta Casa, e sobretudo sobre a dívida pública brasileira. Na verdade, vários Parlamentares já tentaram isso e nunca conseguimos, porque ela supera várias vezes o volume de recurso que tratamos nesta Casa, que é a parte de investimento. Portanto, acho que essa abertura e um avanço e um ganho para o Congresso poder discutir déficit primário e dívida pública brasileira.

No item 20.4.2, há uma divergência daquilo que foi combinado. No final da nossa reunião, foi acatada uma emenda do Sr. Deputado Pedro Novais, que modificava o número de emendas de três quartos para cinco emendas, dizendo que não poderia ser acatado por cada setor, Subcomissão integral, mais do que duas emendas.

Quero esclarecer que, em princípio, particularmente sou contrário às emendas de três quartos. Mas, como trabalho pela Liderança do meu partido, não posso analisar apenas pelo prejuízo que meu Estado leva, tenho de pensar num Brasil total. Com isso, houve a concordância de se manter as emendas de três quartos num número de cinco, não podendo ser dirigidas ou indicadas mais do que duas por cada Subcomissão. E isso foi decidido na hora. Há também um pleito — e aí não foi apresentado na hora, mas se desejarem discutir — sobre o abrandamento do percentual de aproveitamento para aprovação, por parte dos Srs. Relatores dessas emendas. A meu ver, devemos estar abertos para esse assunto, há um clamor grande por parte dos Parlamentares, de que esses 10% sejam ampliados, ainda para se discutir em qual percentual.

Há um ponto importante que eu também gostaria de ressaltar, que foram outros avanços para a possível conquista, por parte do Parlamento — e quero parabenizar o Sr. Relator-Geral pela compreensão e aceitação —, no sentido de que a cota individual fosse explicitada no parecer preliminar, fazendo com que haja um procedimento técnico célere, rápido e eficiente, evitando atrasos da monta de um mês e meio a dois meses. Nesse caso, cada Parlamento fará as suas emendas que serão acatadas imediatamente, num relatório a parte, sem discussão e sem dois, três, quatro trabalhos da parte da Assessoria e dos Srs. Relatores, para poder comutar essas emendas. Houve também — e quero deixar claro — uma discussão sobre o valor da cota.

Por fim, chegamos à conclusão de que essas emendas, se pudessem contribuir para a eleição de cada um de nós — e aí assumo minhas palavras a respeito disso —, seria melhor ter 1 milhão que contribuísse para as nossas eleições do que 10 milhões, no final do ano, com o mandato perdido.

Portanto, fizemos esse acordo, no valor da cota, de 1 milhão e meio, com o compromisso do Governo, pela palavra do seu Líder e representante, Deputado Arnaldo Madeira, de que esse valor seria liberado até o final do primeiro semestre, 30 de junho. Tenho certeza de que, embora seja um valor diminuto, representará, e muito, para cada um de nós, nas tratativas políticas com as nossas bases eleitorais. E o outro aspecto foi a decisão do Sr. Relator-Geral de também colocar, no parecer preliminar, o repasse antecipado aos Srs. Relatores-Setoriais, conforme foi executado, mas não estava escrito no parecer preliminar do ano passado, pelo ex-Relator-Geral, Senador Carlos Bezerra, o que poderia fazer com que, a quatro mãos e antecipadamente, o Relatório possa sair num prazo que lhe permita ser aprovado no ano de 1998.

Quanto ao problema da responsabilidade de recursos para atender aos anseios e aos pleitos da Casa, o Sr. Relator, que estava com dificuldade de arrumar esses recursos, ainda não os tem, mas tem um elenco de possibilidades que

poderão, dentro de uma análise mais profunda e criteriosa, arrumar esses recursos para atender às respectivas demandas que virão a partir da confecção das emendas.

Quanto ao prazo das emendas, realmente, não há como confeccionar emendas sem conhecer o teor e o conteúdo do parecer preliminar.

Portanto, trata-se de um assunto que devemos discutir, para que não haja reclamações posteriores que venham, ao invés de facilitar o processo orçamentário, atrapalhar-lo.

Essas as minhas considerações.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Deputado Fernando Diniz, V Exa me permite um aparte? V Exa poderia explicar por que não pode apresentar as emendas sem conhecer o conteúdo do parecer preliminar?

O SR. DEPUTADO FERNANDO DINIZ - Sem dúvida alguma.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - V Exa, poderia detalhar melhor esse ponto, para o meu melhor entendimento?

O SR. DEPUTADO FERNANDO DINIZ - Na verdade, o que norteia a confecção das emendas são as decisões tomadas no parecer preliminar. Por exemplo, se no parecer descobre-se, porque consta lá, que tal segmento terá mais recursos, muitas das vezes far-se-á mais emendas para aquele segmento. Então, tem-se um conhecimento antecipado de onde poderá ter mais vitória. Portanto, é muito importante conhecer o parecer para fazer as emendas. Estou dizendo isso porque, conforme o parecer preliminar, pode haver contestações, como em anos anteriores, e nós já colocamos isso na resolução para evitar contestações futuras.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Senador Coutinho Jorge.

O SR. SENADOR COUTINHO JORGE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, gostaria de saudar a Presidência e a Relatoria-Geral pelo seu trabalho, sobretudo no que se refere à realização das reuniões regionais. Na minha região, por exemplo, houve uma participação efetiva da sociedade. E são reuniões importantíssimas para que o Relator defina um quadro de prioridades regionais para o Brasil.

Em segundo lugar, quero festejar o avanço importante na discussão democrática, na transparência do Relatório do Deputado Aracely de Paula, que já foi aqui discutido e elogiado por vários Parlamentares, sobretudo a vanação dos grandes agregados macroeconômicos, de suas tendências, de forma bastante explícita, mostra o quadro da evolução dessas vanáveis agregadas, macroeconômicas importantes para a economia e para o aspecto social do Brasil. Mas já que foi dito aqui algo a respeito da execução, quero lembrar o seguinte: no meu entender, a elaboração do Orçamento tem sido aprimorado pelo Congresso Nacional. E este ano ainda estará muito mais aprimorado do que nos anos anteriores. Entretanto, o grande problema do Orçamento não é só a boa elaboração — insisto —, é a sua melhor execução. O Governo Federal, lamentavelmente, tem a velha mania — e um equívoco não só deste Governo, mas de outros tantos — de começar a liberar, sobretudo investimento, no segundo semestre do ano. Para termos uma ideia, em junho o Relator mostrou que com relação aos investimentos do Brasil, em nível médio, o Governo liberou 9%, e algumas regiões foram altamente prejudicadas. Agora, vai começar a liberar no segundo semestre. Ora, é importante lembrar que esse processo de execução prejudica as regiões e os Estados. Como o nosso, por exemplo, que temos um período de chuvas, e não adianta o Governo liberar em novembro ou dezembro, porque haverá problema. Vamos ter que transferir esses recursos para o próximo ano, se for empenhado, senão, vamos perder. Então, acho que temos que acompanhar, rigorosamente, a execução orçamentária, porque o processo de elaboração está sendo aprimorado, melhorado, discutido de forma transparente, não tenho dúvida alguma quanto a isso. No entanto, esse é um problema sério. Eu fui o Relator do PPA e mostrei que, por exemplo, na execução do investimento de 1996, o Governo cumpriu metas importantes em energia e comunicações. Mas a performance na área do meio ambiente e da habitação foi muito fraca, já que as suas metas não cumpriram 40% do meio ambiente, e na habitação só 30%. Quer dizer, são performances

discutíveis e que precisam ser reavaliadas pelo Governo. A sua execução é fundamental.

Portanto, não adianta elaborar o melhor Orçamento, o importante é executá-lo em tempo.

Ademais, quero parabenizar o Relator pelos avanços no que diz respeito às polêmicas do Relatório preliminar. Recursos para a saúde, a quem do que estava previsto na LDO. Como está colocado os itens 27 e 28, corrige essa deficiência e delega ao Relator competência para resolver o problema.

Outro item, recurso do FUNDEF. Não tenho dúvida de que houve uma forma mascarada de apresentar os recursos. Estes são dos Estados, dos Municípios e da União. Trata-se de um fundo importante, que vem revolucionar a educação no País, mas precisa estar explicitado. E o item 19.4 permite a correção através da redefinição da própria funcional programática, como está previsto aqui. Considero correto o que está colocado aqui.

No que diz respeito ao Tribunal de Contas da União, este ano nos evoluímos. Ano passado, em dezembro, estávamos às voltas com o Relatório do TCU, tentando corrigir e cancelar uma série de projetos. Hoje, temos o privilégio, pelo trabalho da Presidência do ano passado, que já terminou o Relatório do TCU com antecipação, portanto permitindo que as Comissões setoriais possam corrigir, na base, equívocos com que tivemos problemas no ano passado.

Quero lembrar também, meu caro Relator, que o que deve ser alterado aqui é a emenda três quartos. É algo muito simples, vou dar um exemplo concreto. A Emenda três quartos fala em 10% do setorial. Ora, se o Estado, por exemplo, entregar a menor emenda setorial coletiva para uma Comissão, 10% disso vão prejudicar o total das emendas três quartos. Acho oportuno retirar isso e fazer uma limitação para o global dos três quartos. É correto para que não se cometam injustiças com os Estados, porque cada Estado tem prioridade, talvez, e o que interessa realmente a alguns setores é o desenvolvimento do seu Estado. E o item 22.1 é prejudicial não é operacional e vai cometer injustiça. Eu pedira que isso fosse revisado, mas acho que há uma emenda aqui do Deputado Sarney Filho.

Outro aspecto importante é o avanço nas Relatorias-Setoriais, em que há obrigação de que os Relatores-Setoriais discutam custos unitários de obra, para que não se inventem valores absurdos nas emendas. Isso é correto, é transparente e mostra a evolução desse processo.

Nesse sentido, quero parabenizar o Relator, bem como o Sr. Presidente, pela forma como conduziu o processo. Acho que houve um grande aprimoramento e, por isso, devemos aprovar esse projeto como está, com essas ressalvas já apresentadas há pouco. E quero dizer que o nosso grande problema — insisto — não é só a elaboração, que está cada vez mais transparente e aprimorada e, sobretudo, negociar com o Governo Federal uma melhor execução, em tempo hábil, que priorize os interesses regionais, as peculiaridades e as climáticas — vamos assim dizer — no que respeita a alguns investimentos de cada região.

Portanto, devemos avançar, Sr. Presidente, nessa linha de acompanhar a execução do Orçamento durante o ano. São essas as considerações, e parabenizo a Presidência e a Relatoria por esse grande trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - A Presidência informa ao Relator que já enviou o ofício em agradecimento ao Ministério da Aeronáutica. Também quer agradecer de público, aos coordenadores do Encontro da Regional do Norte, Senador Coutinho Jorge do Encontro da Regional do Sul, Deputado Paulo Bernardo do Encontro Regional do Nordeste, Deputado Armando Abílio, e aos coordenadores do Encontro da Regional do Sudeste, que será o Deputado João Fassarela e do Encontro da Regional do Centro-Oeste, que será o Deputado Chico Vigilante.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Madeira.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, peço permissão ao Deputado Arnaldo Madeira para fazer uma sugestão. Após a palavra do Deputado Arnaldo Madeira, foram levantadas quatro questões, me parece uma do Deputado Sérgio Miranda que diz respeito à possibilidade de o Relator criar uma rubrica, o assunto FISTEL, outras duas dizem respeito à ampliação das subemendas, de três para cinco, a outra diz respeito ao aumento do valor, também dessas emendas de

Relatores, como nos costumamos chamar, mas, que, na verdade, são propostas de emendas, e a outra, a dos três quartos.

E a outra, justamente a questão levantada pelo Deputado Fernando Diniz, sobre a qual, certamente, o Deputado Sebastião Madeira irá se pronunciar que diz respeito à obrigatoriedade do Relator. Então, são quatro questões, sendo que três são entrelaçadas.

Portanto, Sr. Presidente, essas questões, certamente, vão exigir — já que existem destaques para supressão — uma negociação com o Relator, e como já estamos avançando no horário, V. Exa. poderá, após ouvir o Deputado Arnaldo Madeira — é uma sugestão que faço — votar a lei, ressalvados os destaques, porque toda essa matéria está destacada. Elas podem ser objetos de uma negociação e, então, marcaríamos uma reunião para a tarde, para complementarmos a votação. E antes, poderíamos conversar com o Relator e tentar chegar a um acordo, para que não houvesse disputa.

Essa é a sugestão que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - A sugestão de V. Exa. é muito oportuna. Inclusive, peço aos três inscritos que faltam se manifestar — os Deputados Armando Abílio e Israel Pinheiro e o Senador Carlos Valadares — que sejam, dentro do possível, mais sucintos, e nós já poríamos a matéria em votação, logo após a fala de cada um deles.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Madeira.

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer ao Deputado Sarney Filho a deferência, pois vejo que S. Exa. está-se dando muito bem com o meu xará de sobrenome, o que é ótimo para o Maranhão, para o País, para o PSDB e o PFL.

Sr. Presidente, não poderia deixar de cumprimentando-me com V. Exa. e com o Sr. Relator pelo trabalho realizado. Estou vendo nesta Comissão um processo gradual de melhoria do trabalho. A cada ano melhoramos o trabalho feito no ano anterior, e a cada ano aperfeiçoamos os mecanismos de elaboração do Orçamento. Isso é algo que tem que ser registrado, porque nós não podemos examinar o Orçamento, nem o trabalho que se faz — seja no âmbito do Executivo, seja no âmbito do Legislativo — de forma estática, nós temos que vê-lo na dinâmica do processo em que estamos inseridos.

Essa dinâmica, essa evolução, é claramente positiva. Acho que a Assessoria da Casa se aprimora na análise dos projetos, vejo que o Relator dá uma contribuição impar. S. Exa. faz uma análise primorosa da execução orçamentária e do quadro macroeconômico em que apreciamos o Orçamento. Portanto, tenho que fazer esse registro, porque ele mostra, procura documentar aquilo que é a evolução do trabalho positivo na realização do Orçamento.

E veja, Sr. Relator, é a primeira vez, nesses três anos de elaboração do Orçamento, que eu vejo se começar a fazer citações, no debate da Comissão, a respeito da política macroeconômica, porque, no fundo, o Orçamento está contido dentro de uma política geral macroeconômica que tem um sentido, tem objetivos, perspectivas e que tem também estrangulamentos. E o Orçamento é condicionado por esses estrangulamentos, sejam internos, sejam externos, e, portanto, isso é positivo. Estamos, pela primeira vez, discutindo as questões macroeconômicas.

Eu quero apontar aqui — inclusive em relação ao que foi dito por Deputados que me antecederam — alguns avanços e algumas contradições. De um lado, acho que claramente, em relação a questão da saúde, o que o Governo está sinalizando — e quando da discussão da LDO eu me posicionei claramente contra o dispositivo que estava sendo votado — é que, se neste ano se bateu o recorde de gastos na saúde, no ano que vem o Governo pretende gastar pelo menos o mesmo que foi gasto este ano, não do que foi autorizado.

E aí fica uma contradição, porque nós autorizamos, quando fizemos o Orçamento para 1997, um montante de despesas para o qual, objetivamente, nós sabíamos que não existiam receitas. Naquela altura já sabíamos que as receitas estavam superestimadas. No entanto, também sabemos que a superestimação de 1997 foi menor do que a de 1996, como, provavelmente, o Orçamento de 1998 está sendo feito com um primor maior, que possibilita pensarmos que poderemos ter um Orçamento de 1998 não contingenciado, pela primeira vez. Ou seja, nós estamos com a possibilidade concreta de termos um Orçamento realista para o ano que vem,

em que não haverá contingenciamento e as emendas deverão ser executadas — aquelas que tiverem viabilidade técnica, naturalmente — no tempo adequado, ou seja, no primeiro semestre do ano que vem

Acho que essa responsabilidade, esses avanços, são muito significativos, mas implica fazermos essa análise seria. E me preocupa com a questão da saúde, os itens 27 e 28, que até mesmo destaquei, porque, Sr. Presidente, aqui nós estamos dando uma solução para a questão das verbas da saúde que, no fundo, é recomendar o Governo que aumente a dívida, que emita títulos. E, ao mesmo tempo, se vê discursos aqui criticando o endividamento.

Ora, o Governo está fazendo uma política de procurar alongar o perfil da dívida, reduzir a dívida no tempo, manter uma relação dívida-PJB nessa fase de transição em que estamos saindo de uma economia inflacionária de quatro anos atrás para uma economia estável, que já dura três anos, e com a perspectiva de, num prazo de dois, três anos, feitas as reformas institucionais, resolvido o problema do equilíbrio das contas públicas, o País entrar num outro patamar de desenvolvimento econômico, de crescimento econômico.

Então, se existem erros, e eles existem, e eu acho que é muito importante as ações e as intervenções da Oposição, porque nos ajudam a perceber os erros e corrigi-los, nós não podemos deixar de assinalar que nós estamos caminhando no sentido de, em havendo estabilidade por um período longo, nós passarmos, no futuro, a termos uma legislação, inclusive, impositiva da execução orçamentária.

Isso é um processo, Sr. Presidente. Hoje não, não dá nem para pensar nessa questão. Hoje o Orçamento claramente continua a ter que ser autoritativo, continuamos a aprender, nos e aqueles que executam o Orçamento, como é que se faz e se executa um Orçamento numa situação de estabilidade. Isso, é um processo. A rediscussão sobre a nova lei sobre o Orçamento, a nova Lei de Finanças Públicas poderá gerar novas determinações mais à frente.

Finalmente, Sr. Presidente, eu não poderia também deixar de mencionar que, em relação à questão do FUNDAF, o que o Governo tem feito e aplicar a legislação. A legislação diz que os recursos podem ser aplicados na administração da fiscalização, treinamento e administração da fiscalização, ou aplicado na dívida. E o que o Governo está fazendo é isso. Portanto, ele está dentro da atual legislação, não há o que criticar em relação a isso.

Quanto a liberação de recursos, que também foi apontado aqui pelo Senador Coutinho Jorge, eu quero lembrar que estamos na expectativa da votação, pelo Senado, do Fundo de Estabilização Fiscal, que possibilita exatamente a execução dos investimentos. Essa coisa está amarrada. Não é que o fundo vai fazer o Governo jogar o dinheiro onde quer, como muita gente pensa, mas o Fundo permite que aquelas dotações aprovadas pelo Congresso — inclusive as emendas dos Parlamentares — sejam postas em execução e a expectativa é a de que, este ano, as execuções orçamentárias das emendas cheguem a um nível de 80%, 85% até o final do ano.

O que nós esperamos e que, no ano que vem, com o Orçamento realista, nós possamos ter essa execução já no primeiro semestre. Para isso é preciso que aprofundemos o debate como estamos fazendo aqui, com responsabilidade e seriedade.

No mais, Sr. Presidente, fazer acusações ao Governo, dizer que ele é isso, e aquilo, acho que vamos ter ainda, durante muito tempo, muitos males, neste País e no Governo, para apontar. O que temos que analisar é se o caminho geral, se a perspectiva geral está no sentido da melhoria e da mudança do País. E, nesse sentido, sim, nós podemos dizer que temos uma política macroeconômica, temos uma política de mudança do perfil da dívida, temos uma política de redução gradual de juros e, ao termos, no final do período de transição, recuperado o equilíbrio das contas públicas, seguramente recuperaremos a poupança nacional e a capacidade de investimento. A discussão do Orçamento eu acho que se encontra nesse canal, nesse rumo, e eu vejo que a Comissão, pela primeira vez, está examinando o Orçamento sob essa perspectiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado Armando Abílio

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO. - Sr. Presidente, fui indicado para coordenar o encontro da Comissão realizado no Nordeste, em nosso Estado, a Paraíba, mais precisamente em João Pessoa. E quero deixar registrado nossos agradecimentos ao Governador José Maranhão, porque, para que tivéssemos condições de fazer aquela reunião, contamos com o apoio integral de S. Exa., que inclusive financiou a hospedagem para todos os técnicos da Comissão. Essa é minha primeira participação.

Em segundo lugar, estou alegre em função exatamente da atuação do Deputado Sérgio Miranda, que há trinta dias até questionava a preocupação do Presidente da Comissão, no que diz respeito aos recursos para a Paraíba, uma vez que no Orçamento foi aprovado 1 milhão e 800 mil reais para a construção do TRE, e até então só foram liberados cerca de 10 mil reais. E hoje, realmente, ele apresenta uma lista em que alguns Municípios, dentro da regularidade, já no Estado da Paraíba, foram beneficiados com a liberação de recursos através da Secretaria de Políticas Regionais. Mas, infelizmente, Deputado Sérgio Miranda, vanos e vãos recursos, que inclusive foram aprovados já para o Estado da Paraíba, nós não conseguimos liberar. E a liberação desses recursos, através da Secretaria, foi feita dentro das regras da regularidade.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA. - Permita-me um aparte, Sr. Deputado?

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO. - Pois não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA. - Vai ser liberado agora, com os 46 milhões do decreto de crédito externo. Vão começar a liberar, não vai nem passar pelo Congresso, 46 milhões, daqui a uma semana.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO. - Mas eu dizia que, há vinte dias, o Deputado afirmou que foram aprovados 1 milhão e 800 mil reais para a construção do prédio do TRE, e até agora só foram liberados 10 mil reais.

Para concluir, também vou defender, juntamente com outros companheiros, que essa solicitação dos subprojetos seja ampliada para cinco, uma vez que a sugestão é em torno de três. E, conseqüentemente também, aumentar o limite para ultrapassar os 10%.

Era essa a minha participação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado Israel Pinheiro.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO. - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Congressistas, parabéns ao eminente Relator pelo trabalho, realmente muito bem-feito, muito criterioso. Podemos até divergir, como é natural, mas o trabalho é bem-feito e merece a solidariedade de Minas Gerais esse eminente confratão que tanto nós honra.

Quero também cumprimentar o Deputado Arnaldo Madeira, porque é a primeira vez que eu assisto a um Líder do Governo fazer uma exposição correta da realidade orçamentária. Melhorou muito, todos nós sabemos que melhorou, mas tem que melhorar mais ainda. Mas, e claro, as melhoras só se darão ao longo do tempo, porque a máquina do Governo, monumentalmente grande e desorganizada do passado, está se organizando muito bem, está avançando, mas temos que cobrar. Acho que a obrigação dos membros da Comissão de Orçamento é cobrar melhorias rápidas do Governo.

Eu pessoalmente, acho que o Governo poderia melhorar mais ainda do que vem melhorando, é um ponto de vista pessoal, que não tenho como confirmar, mas eu sinto que há gente competente, no Governo há instrumentação, é preciso ter um pouco mais de boa vontade.

Quero só comentar, eminente Relator, o problema da cota pessoal e das vinte emendas. Quando eu saí daqui, há dois anos, a idéia, que estava só germinando, seria limitar as emendas de cada Parlamentar ao número de vinte e estabelecer um cota. Eram dois assuntos distintos. A cota era de valor numérico, não era número de emendas. O valor de um milhão e meio naquela época já se discutia, já vi que não mudou muito. Era um milhão, um milhão e meio, e continua esse valor.

E o Sr. José Serra, que era a época Ministro da SEPLAN, concordou e falou textualmente "Estou de acordo, e um alto negócio para o Governo." Teve dificuldades para negociar e acabou não se negociando.

Volto a insistir temos de aprovar a cota do Parlamentar, que agora é de um milhão e meio, mas isso não é emenda, é um direito do Parlamentar. Ele apresenta uma carta, um documento com um milhão e meio e distribui para os seus Municípios, para as suas entidades, enfim, para os seus objetivos.

Agora, ele continua tendo direito — e é para este ponto que quero chamar a atenção — de apresentar vinte emendas, porque, senão, não estaremos discutindo o macro, como disse muito bem o Deputado Arnaldo Madeira. Se eu não puder apresentar vinte emendas gerais, não tenho como discutir as preferências, as prioridades do País na área de investimento. Por isso a emenda exige que haja corte de receita. Eu tenho de dizer que quero cortar aqui a receita, porque eu acho que não é prioridade para o Brasil, e quero, por outro lado, investir em educação ou em saúde, no Município tal ou na região tal.

Era esse o conceito, eminente Relator, porque, como está agora, está esdrúxulo. Tenho direito a vinte emendas dentro da minha cota. Isso não tem sentido. Dentro da minha cota pode haver quarenta, cinquenta, sessenta, nenhuma emenda ou uma só. Não tem lógica!

Era esse o apelo que eu queria fazer, porque nas vinte emendas vou discutir o Orçamento V Exa, saberá pelo computador onde os Deputados estão optando por esses cortes e, então, vai saber onde os Deputados não querem que haja investimento. Isso, sim, é ouvir o clamor do povo, pois aqui estão os seus legítimos representantes.

Mais do que isso, quero apelar para a aprovação das cinco emendas ou sugestões de emendas às emendas de Relator. Acho uma idéia muito boa. Quando apresentei um destaque, o Deputado Sarney Filho sugeriu "Vamos conversar". E, com relação ao Deputado Fernando Diniz, S Exa tem toda razão.

É a última coisa que quero falar, Sr. Presidente, não podemos colocar na LDO que se tem de fazer o mesmo investimento do ano anterior. Isso não tem lógica. Por quê? A primeira razão já se explicou, tudo bem. O Orçamento tem de ser executado, não autorizado. Mas não é só isso, não, eminente Deputado. Estamos excluindo a eficiência do Governo. Se obrigarmos que todo ano haja mais dinheiro para certa área, não vamos admitir nunca que essa área possa ter eficiência no gerenciamento, porque às vezes se pode gastar menos, não é obrigado a gastar mais. Então, teremos de mudar de área. É isso que precisa ficar claro. Não se pode canbar dinheiro.

Agora mesmo está havendo uma reunião aqui para se criar uma lei para vincular recurso rodoviário. São um absurdo vinculações, porque às vezes vamos concessionar as estradas e daqui a dois ou três anos não vamos mais precisar de recursos para restaurar estradas, porque quem vai restaurar são os concessionários, através do pedágio.

Então, estamos um pouco ainda com a cultura inflacionária, onde a inflação era tão violenta que tínhamos de exigir pelo menos o mínimo para poder atender a alguns setores sociais.

Era o que eu queria dizer.

Muito obrigado e parabéns, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Senador Antônio Carlos Valadares, último orador inscrito.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, serei breve. Aliás, a minha interpelação é mais ou menos na direção do que ponderou o Deputado Israel Pinheiro e dizia respeito a essas emendas individuais, sobre as quais S Exa, com muita precisão, fez ponderações que certamente serão levadas em consideração pela Mesa.

Mas surgiu também uma dúvida. No capítulo da apresentação de emendas existe um item que fala das emendas, de sua justificativa, etc, e em determinado trecho o autor deve esclarecer sobre o estágio de execução dos investimentos já realizados e a realizar.

Farei uma pergunta dirigida ao nobre Relator, Deputado Aracely de Paula, que, aliás, está agindo com muito eficiência, probidade e competência. Gostaria de saber de S Exa se isso significa que só os investimentos que estão em execução é que poderão receber dotações orçamentárias das emendas coletivas, porque, como está escrito aqui, da a entender "esclarecendo sobre o estágio da execução dos

investimentos já realizados e a realizar". Então, isso deixa uma dúvida, já que a Lei de Diretrizes Orçamentárias não se imiscui nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Inicialmente, os meus agradecimentos ao Senador Antônio Carlos Valadares.

A questão suscitada por V Exa, apenas repete o que diz a Resolução nº 2, no seu art. 20, parágrafo único, que contempla, sim, obras.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Novas, exato.

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Novas, a viabilidade econômica e social e a relação custo/benefício, esclarecendo sobre o estágio e execução dos investimentos já realizados e a realizar, com a definição das demais fontes de financiamento e as demais contrapartidas, quando houver, e definindo o cronograma de execução além de outros dados relevantes para a sua análise.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - A esse respeito já fui esclarecido e a minha dúvida já não existe mais.

Os Estados estão-se reunindo para definir as suas emendas coletivas sobre investimentos, etc. Agora mesmo o Estado de Sergipe se reuniu e a bancada já bateu o martelo e definiu os investimentos a serem feitos no nosso Estado.

Como Senador e um dos representantes do Estado, me interessa saber o seguinte: já que isso envolve um acordo político entre Governo e oposição, estamos incluindo sugestões das bancadas do Governo e da Oposição? Pergunto qual o valor, qual o limite, em termos globais ou em termos individuais, para as dez emendas a que cada Estado tem direito? Fazemos um acordo político e, de repente, aquele acordo político não é cumprido, porque o Relator diz "Não, o recurso está demais". Assim fica difícil.

Logicamente, vamos limitar esse recurso, quer dizer, vamos colocar um recurso que talvez não gere dificuldade alguma para a aprovação pela Relatoria. Entretanto, em se tratando de um Estado pequeno, vinte milhões de reais, por exemplo, para uma emenda do Estado de Sergipe é um valor pequeno, não significa muito dinheiro. Para o Estado de São Paulo não significa quase nada, mas para Sergipe é fundamental que uma emenda sugerida pela Oposição seja aprovada, e não cortada na base, na Relatoria, já que no próximo ano o contingenciamento, quem sabe, vai dificultar mais ainda a liberação dos recursos totais.

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Inicialmente, eu gostaria de dizer ao nobre Senador que todos os avanços já conseguidos, em decorrência de uma reunião realizada, resume-se a fixar o limite da emenda individual. Havia um certo temor em se limitar, já no início, num parecer preliminar, esse valor. Acho que já foi um avanço, porque realmente ele contempla, dentro do próprio parecer, as possibilidades e as limitações de cada Parlamentar.

Agora, quanto ao problema das emendas estaduais, temos discutido. Acho que é uma questão que V Exa levanta com muita propriedade e que ao longo dos anos tem sido fruto de discordâncias que respeitamos. Mas V Exa ha de convir também que uma solução equânime, digamos, uma solução definitiva é realmente difícil.

A nossa Assessoria está estudando o melhor modo de contemplar, dentro de um critério que se aproxime o mais possível da Justiça, esse problema. É uma das soluções propostas. Já levamos às reuniões regionais e estamos fazendo um levantamento histórico dos últimos levantamentos para cada região.

Agora, quanto ao valor, gostaríamos de ponderar o seguinte, não temos esses valores ainda, porque isso será fruto do trabalho dedicado à Relatoria-Setorial e esta sendo fruto também dos levantamentos que a Relatoria-Geral está fazendo. Então, quando tivermos as disponibilidades, vamos adotar critérios mais justos para realmente atender à aspiração de todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Encerrada a discussão, vamos pôr em votação o parecer do Relator, ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, antes de colocar em votação a matéria, quero dizer que fiz uma sugestão ao Relator no sentido de que não tenha emenda. Se ele acatará, terá de ser votado. Quero saber se S Exa incorpora a questão do FISTEL ao seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Enquanto o Relator discute com a assessoria para dar uma resposta, informo a V Exas que a Presidência gostaria de votar tudo hoje pela manhã. Podemos suspender a reunião por alguns minutos, para que o assunto seja discutido com o Relator, e voltaríamos ao plenário para votarmos ainda hoje pela manhã, porque hoje a tarde por certo teremos de interromper nossos trabalhos por conta da Ordem do Dia no Senado e também na Câmara dos Deputados. Perderíamos mais um dia de prazo se deixássemos para amanhã.

Portanto, com a palavra o Relator

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Sr. Presidente, quanto à sugestão do Deputado Sérgio Miranda, segundo entendimento de ordem legal da nossa Assessoria, nós a acatamos e a remeteremos para o estudo que deveremos fazer ainda hoje, para tentarmos encontrar uma solução. Acatamos como emenda de Relator e vamos discuti-la quanto ao mérito. Penso que isso atende.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como estão

Aprovado

Em votação no Senado da República

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão

Aprovado

Suspenderemos a reunião por alguns minutos, para que sejam discutidos os destaques com o Relator. Em seguida, voltaremos para fazer votação dos mesmos

x x x

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Declaro reaberta a sessão

Pedimos aos Srs. Parlamentares que ocupem seus lugares. Lembramos os Srs. Deputados que já aprovaram o projeto, ressaltados os destaques, o Relator acatou como emenda sua uma sugestão do Deputado Sérgio Miranda.

Passa-se à votação dos destaques

O Deputado Sérgio Miranda está retirando os destaques

Com a palavra o Deputado João Fassarella.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, vou retirar também os destaques que apresentei. Mas antes gostaria apenas de fazer um breve comentário sobre os destaques que fiz e suas razões. Economizaria tempo ao retirá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - V Exa tem a palavra

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - O primeiro destaque que havia apresentado diz respeito ao ressarcimento dos Estados e Municípios pelas perdas decorrentes da Lei Complementar nº 87. Todos sabemos que essa lei, conhecida como Lei Kandir, está causando sérios prejuízos para os Estados e Municípios, haja vista a discordância, a divergência dos Governadores Mário Covas, Eduardo Azeredo e outros em relação a seus efeitos danosos.

Para o ano que vem, os prejuízos dos Estados estão calculados em cerca de 4 bilhões. Entretanto, estão sendo destinados no Orçamento do próximo ano para ressarcimento dos Estados apenas 2 bilhões. Havia um destaque no sentido de aumentar 2 bilhões para o ressarcimento dos Estados e Municípios pelos efeitos danosos da concentração provocada pela Lei Kandir, que desonerou as exportações, mas não cobriu o prejuízo dos Estados.

O destaque era esse. Não há entendimento político quanto à sua aprovação, mas deixo registrado meu ponto de vista e faço um alerta à Casa para que observem a insuficiência de recursos no exercício de 1998 para o ressarcimento dos Estados, o que vai agravar ainda mais a situação de importantes Estados brasileiros, principalmente São Paulo e Minas Gerais, que são os dois mais prejudicados.

O outro conjunto de destaques dizia respeito a determinados programas e ações cujas dotações consideramos insuficientes, especialmente aquelas que tiveram seus recursos reduzidos. Por exemplo, a assistência ao menor teve seus recursos reduzidos em 7% em relação a 1997; a assistência à velhice teve redução de 11,8%, os recursos para o controle de doenças transmissíveis teve redução de 27% — isso é estranho porque a incidência de sarampo e dengue aumentaram no

País e o controle dessas doenças acaba sendo reduzido — a fiscalização das relações de trabalho teve também redução significativa de recursos, o ensino regular teve redução de 44%, a reforma agrária não tem recursos suficientes.

Então, apresentamos emendas ao relatório preliminar no sentido de corrigir essas distorções. Mas, diante da falta de apoio político, iríamos apenas alongar e causar um cansaço desnecessário, uma vez que as emendas não seriam aprovadas, nos as retiramos. Mas fazemos questão de registrar para os arquivos da Comissão o nosso posicionamento a respeito dessas questões.

Com essas considerações, retiro os destaques apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Obrigado, Deputado

A Presidência informa que foram retirados os Destaques de nºs 10, 11 e 12 do Deputado Sérgio Miranda e também os de nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 do Deputado João Fassarella. Permanece o Destaque nº 1, do Deputado Israel Pinheiro.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Eminente Relator, o destaque está vinculado ao aumento de 3 para 5 das sugestões de bancada. Se o Relator já concordou, retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - O Destaque nº 13 do Deputado Aníbal Gomes ..

O SR. DEPUTADO FERNANDO DINIZ - O Deputado Aníbal Gomes está ausente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Prejudicado pela ausência do Deputado. Ao Destaque nº 14, também do Deputado Aníbal Gomes, similar tratamento.

Mantidos o Destaque nº 15, que pede a supressão do item 27 e o Destaque nº 16, que pede a supressão do item 28, ambos do Deputado Arnaldo Madeira. Peço esclarecimento dos Parlamentares sobre se e isso mesmo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - No caso dos meus dois destaques já houve entendimento com as Lideranças e com o Sr. Relator a respeito da redação do item 27, em que o verbo "devera" ficara substituído por "poderá". Por isso retiro os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - V Exa retira os dois destaques.

Estão sendo retirados os destaques do Deputado Arnaldo Madeira de nºs 15 e 16, uma vez que houve o acatamento das Lideranças da troca do verbo de "devera" para "poderá".

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, quero registrar que não concordo com essa troca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Os argumentos do Relator para com a Liderança foram fulminantes. Ele explicou que precisa de tempo para averiguar as fontes. Dessa forma, pede que confiem nele em relação à determinação de que será perseguido o objetivo, mas ainda não tem segurança no que se refere às fontes, não é isso, Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente, só no que diz respeito ao aumento do teto. De 3 para 5 representa um aumento de 70%.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, quero registrar que houve um acordo em substituir o "devera" por "poderá", mas também houve um compromisso, que já existe com o Sr. Relator e S Exa está ouvindo com muita atenção, no sentido de que a Saúde recupere o que foi reduzido no Orçamento. Há, sim, fontes. Concessão e privatização estão subestimadas.

O Governo tem, de forma necessária, aumentado a dívida, por exemplo, para salvar o sistema bancário, cuja hígidez era mais do que essencial para o equilíbrio da nossa moeda. Mas também aumentou. Há a possibilidade da substituição de fontes usando a Fonte 144 que é boa.

Então, realmente há caminhos. O Deputado Arnaldo Madeira comprometeu-se naquele acordo a tratar mais da saúde e menos de planejamento. É evidente que tem de se pensar no equilíbrio da moeda, mas abrangendo mais saúde e menos planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Muito bem, Deputado Darcísio Perondi. Esse foi o compromisso aqui assumido. Esse foi o acerto.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, existe um problema de prazo para que possamos votar o Orçamento. Vamos ser obrigados a cumprir a Resolução nº 2, abrindo o prazo hoje, se votado, de 15 dias. Nisso já temos um atraso de uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Este não foi o entendimento. Vamos hoje levar por escrito e dirimir esta dúvida junto à Mesa do Senado, uma vez que a legislação está ainda necessitando de esclarecimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Não são quinze dias após a votação do parecer para .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Da leitura do cronograma. E diz "até". Por isso nossa pressa em fazer cumprir o cronograma para podermos ter um prazo maior. Mas hoje vamos levar isso por escrito à Mesa do Senado.

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Sr. Presidente, apenas faço uma pequena intervenção para dizer o seguinte: muito embora em caráter oficioso, a Comissão se reuniu no dia que estava programado no cronograma e, na verdade, eliminamos quase todas as pendências, como ficou comprovado aqui. Naquele momento tinha ficado acertado que o prazo de emendas também começaria a correr a partir daquela data, visto que as pendências praticamente estavam sanadas, e o Plenário fazia apenas uma ratificação daquilo que havia sido decidido. Sei que é um acordo informal que pode ser respeitado ou não. Mas nos facilitaria ganhar tempo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Querida então complementar minha intervenção, Sr. Presidente, com a seguinte questão: temos um processo orçamentário que se encerra quando é votado o Orçamento Geral da União no Plenário do Congresso.

Querida que ficasse bem claro que o compromisso do Relator é incluir no Orçamento da Saúde os mesmos recursos autorizados no ano passado, 20 bilhões, e uma fração que consta nos materiais. Se esse compromisso é firmado, isso significa que se esses recursos não forem alocados existem outras fases do processo orçamentário que vamos pedir verificação.

Então, há um compromisso público do Relator de buscar mecanismos mais abrangentes para complementar e atingirmos os 20 bilhões justamente o que foi autorizado para o Orçamento de 1997. Nesses termos, apenas neles e já fazendo aqui um alerta para os passos futuros do Orçamento, e que poderíamos aceitar essa troca de expressão para facilitar o Relator a tentar obter esses recursos, que é o compromisso firmado perante a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado João Fassarella, em seguida o Deputado Arnaldo Madeira.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Se entendi bem, acho que a preocupação quanto às fontes diz respeito ao art. 28, não ao art. 27. Então, que se dê outra redação ao art. 28, mas se mantenha o "deverá". Acho que a Relatoria-Geral deverá complementar.

O "poderá" não significa nada. Vou me sentir até envergonhado de ter de alguma forma concordado com isso. "Poderá" não tem valor nenhum. Sabemos que não estamos votando nada. "Poderá complementar". Poder, é claro que pode. Pode-se tirar, então, o art. 27 totalmente. Sempre pode. Não significa nada. Não posso concordar com um entendimento desse. Se o problema está em que as fontes estão engessando, estão causando uma certa dificuldade, que se dê uma nova redação ao art. 28. Mas a substituição do "deverá" por "poderá" para mim não significa nada.

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - V. Exa. me permite um aparte, Deputado? Significa sim. O Orçamento é autorizativo e "poderá" implica em condição. No fundo tem o mesmo sentido, o mesmo valor político. Estamos assumindo compromissos políticos de diretrizes do Governo na área de saúde. Mas V. Exa. dizer que fica envergonhado de votar "poderá", não fica não. O Orçamento é sempre autorizativo. Se assim o é, pode ser "deverá" ou "poderá". Não muda muito não.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Eu estou dizendo que não significa nada mesmo não. "Poderá", para mim, nesse contexto, nesta luta que estamos fazendo em termos de educação, não significa nada. Pode arrancar ele todo que não quer dizer nada. E pode pegar a LDO e rasgá-la também. (Inaudível)

Esse é o meu entendimento. Então, quanto a este ponto não tem a minha concordância, como representante aqui do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Dando continuidade à discussão, o Deputado Fernando Diniz com a palavra e em seguida.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Mas eu ainda não falta uma outra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Por favor, conclua.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Um aparte. Concordo com a e retro o que disse anteriormente, concordo, vamos manter o "deverá". Acho que V. Exa. tem toda razão, daríamos uma permissão e já foi articulado isso, isso foi fruto do acordo, foi o acordo feito na Mesa. O acordo feito com todos os Parlamentares, público, foi o "deverá". Esse foi o acordo. Alteramos o acordo aqui vamos criar problemas para a Comissão. Acordo deve ser cumprido. O acordo é o "deverá".

E retiro o que disse, concordando com o Deputado Fassarella.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Deputado Fernando Diniz, com a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO DINIZ - Sr. Presidente, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Perdão, Deputado Fernando Diniz, ele concedeu um aparte. Equivoquei-me. Com a palavra o Deputado João Fassarella.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, gostaria de voltar a alertar sobre a questão do prazo. Quando o prazo é de até 15 dias, no meu entender, para apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual, a contar da votação do parecer preliminar, e que passa a ser direito de cada Deputado poder apresentar as emendas até 15 dias depois do parecer preliminar.

De minha parte, apresentarei as emendas até antes. Posso apresentá-las amanhã. Mas acho que não podemos tolher. Vai ser feita uma consulta à Mesa do Senado quanto à melhor interpretação. Gostaria que isso fosse feito com bastante atenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Será ainda hoje.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - , porque me parece que o texto é muito claro quanto ao seu conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado Fernando Diniz.

O SR. DEPUTADO FERNANDO DINIZ - Sr. Presidente, quanto ao problema do prazo das emendas, o que há de se evitar é uma prevaricação daqueles que fazem parte da Comissão e, portanto, têm um conhecimento antecipado da maneira de fazer as emendas, em detrimento ou em vantagem da grande maioria da Casa. Trabalhamos sempre procurando a transparência. Portanto, acho que o Deputado João Fassarella tem razão: o prazo é após a votação do parecer preliminar.

Mas como V. Exa. vai fazer a consulta ao Senado, vamos aguardar, levando sempre em conta que é importante que não haja reclamações da transparência do trabalho na matéria que versa sobre o Orçamento.

Quanto ao problema da Saúde, o Deputado João Fassarella tem razão. Não vale nada a palavra "poderá". E ele tem mais razão ainda se dissesse que também não tem valor a palavra "deverá". Por quê? Infelizmente, e aí avoco a condição de também trabalhar por tal, mas de ter errado, não adianta versarmos e lutarmos por aquilo a que não temos direito e que não aconteceu. Deverá colocar e não deverá ser executado. Por que não podemos ter a humildade de reconhecer o erro e sabermos que se coloca para não ser executado? A grande valia, a meu ver, está no reconhecimento de todos nós e, sobretudo, do Sr. Relator-Geral de que a Saúde tem que ter uma recomposição de recursos.

Bem, da maneira que estão esses recursos, que montam 1 bilhão e 200, irão para investimentos. Ora, quem disse que a parte de custeio não estará carente ou necessitada de verbas em comparação com o que foi no ano passado? Asseguro que o Sr. Relator não irá recompor esta parte de custeio, até porque ele não terá emendas para tal. Mas, saindo da parte regimental para a parte política, está expressa no papel a necessidade de se recompor estes valores dentro do que é mais caro na área de saúde, e não apenas na área de investimento. Portanto, a

aquiescência do Sr Relator-Geral, o trabalho, a briga e a disposição dos Srs Parlamentares Sérgio Miranda, João Fassarella, dentre outros," para que a Saúde tenha um recurso, e por demais importante Tenho a convicção de que o Sr Relator-Geral, o Sr Relator-Setorial e todos os Parlamentares exigirão que o aporte de recurso seja feito Se não houver necessidade deste montante, sera pelo menos explicado para nos e para toda a sociedade

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - V Exa me permite um aparte, Deputado

O SR. DEPUTADO FERNANDO DINIZ - Pois não

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - V Exa levantou um tema da maior importância Este 1 bilhão e 300 que esta deficitario na Saúde é para custeio ou para investimento?

O SR. DEPUTADO FERNANDO DINIZ - Do jeito que esta colocado, ninguém sabe Mas sera (Ininteligível) apenas a investimento

O SR. DEPUTADO ISRAEL PINHEIRO - Então, como e que estamos discutindo? Investimento não sei se é conveniente Construir mais hospitais? Deve ser para custeio

O SR. DEPUTADO FERNANDO DINIZ - E verdade E pode não ter a demanda na relatoria também Pode não ter a demanda

Do jeito que esta lá, e para investimento Porque o Relator só pode se apropriar do recurso para crescer mediante emendas Ele não pode fazer emenda de Relator

Então, este é um assunto que, na parte moral, na parte da palavra e do entendimento daquilo que o Legislativo deseja, na minha opinião está plenamente assegurado

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Deputado Arnaldo Madeira

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - Sr Presidente, Srs Parlamentares, quando fiz este destaque pensei em deixar o Relator numa situação mais confortável em relação ao conjunto de dispositivos que vão do art 26 ate o 28, em que se fala ao Relator no sentido de verificar as receitas e se há fontes complementares para atender necessidades do Congresso e aquilo que o Congresso esta entendendo como uma necessidade de aumento da dotação na área da saúde

Agora, fica bem claro o seguinte o Governo não está reduzindo as dotações da area da saúde O que o Governo esta dizendo é que ele quer aplicar em 98 o mesmo que aplicou em 97 O Orçamento de 97, sabíamos na época em que o fizemos, que tinha uma certa superestimativa de receita e, portanto, não conseguiu se materializar porque o Governo, insisto, está preocupado com o equilibrio das finanças públicas Ele esta preocupado com a estabilidade monetaria

Então, o Governo está executando em 97 aquilo que é possível e pretende em 98 fazer exatamente a mesma coisa que fez em 97, na linha de argumentação do Deputado Fernando Diniz

Portanto, quando pensei em colocar o "poderá", quis dar o sentido de que o Congresso está preocupado em encontrar mais verbas para a Saúde Está sinalizando a preocupação política em encontrar mais verbas para a Saúde, mas não está dando ao Relator uma camisa de forças Essa foi a questão, Sr Presidente Insisto porque acho que a redação do "poderá" é melhor Os Deputados João Fassarella e Sérgio Miranda estão apontando que querem eventualmente fazer verificação de presença por causa desta matena, acho que não é o caso Não vou fazer aqui uma briga de foice em cima disso Mas estou colocando concretamente que para sermos responsáveis, temos que encontrar recursos reais Não dá para dizer olha, usa recursos de titulo público para ter recurso na Saúde, porque isso não é razoável Estamos criticando os gastos, o endividamento etc e estamos ao mesmo tempo recomendando a emissão de títulos? Então, se encontrar recursos o Relator tem condições de fazê-lo Se não encontrar, vamos, francamente, fazer o debate aqui na Comissão

Foi esse só o sentido do destaque, Sr Presidente, e acho que com exceção do representante do PT, do PDT e do PCdoB, os demais Líderes penso que entenderam esta preocupação e, portanto, aguardo a manifestação do Sr Relator

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Então há intenção de pedir verificação caso seja colocado o destaque V Exa tem intenção, então, de retrair para que não haja perigo de verificação

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - Olha, Sr Presidente, não quero impedir o termino da votação desta matena. Agora, fica bem claro aqui que para mim o "devera" está condicionado a responsabilidade de ter o recurso, porque não podemos ir a ferro e fogo e depois não ter recursos e irmos para a irresponsabilidade

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Então, feitas as colocações de V Exas esta retirando o destaque?

O SR. DEPUTADO FERNANDO DINIZ - Sr Presidente, um momento Este e um assunto que merece ser debatido É um assunto que constatamos trara prejuizos para a elaboração do Orçamento, num reconhecimento, inclusive da minha parte, que houve um erro de análise

Agora, podemos discutir mais um pouco com aqueles que têm o entendimento contrario, que muito embora mantenham este entendimento contrario, pode concordar, desde que, e esta claro, que a responsabilidade recaia sobre os ombros do Sr Relator e de todos os membros da Comissão, poderemos fazer a modificação que o destaque esta sugerindo

Portanto, acho que devemos ter mais um periodo de discussão, de conversa para vermos a que ponto podemos chegar

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Sr Relator Peço esclarecimentos sobre se deseja suspender a sessão por alguns minutos para discutir entre as varias tendências O que e que V Exa prefere?

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Acho que podemos ir por pontos, não é? Ha algumas sugestões feitas que acatamos e estas ja poderiam ser votadas

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Votariamos as que estão tranquilas e deixariamos esta por ultima

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Não, acho que

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Mas, Sr Presidente, vai votar (Falha na gravação) sugeridas? Mas tem o problema do limite O Relator deu uma sugestão de 15%, mas esta havendo aumento de 3 para 5, em torno se 70% Então, porque não se limita ate 20%? Inclusive ficaria igual

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Gostaria, inicialmente, de agradecer a compreensão e a boa vontade de todos os membros da Comissão, inclusive, de ressaltar aqui e que ficasse registrado, Sr Presidente, a posição assumida pelo Deputado Fernando Diniz, que acho que sustenta a posição do Deputado Arnaldo Madeira e a nossa propria posição Porque, na verdade, quando do acordo havido foram sugeridas algumas alternativas e colocadas todas elas como alternativas viáveis que ofereciam ao Relator-Setorial condições amplas de se apropriar daqueles recursos justamente para cobrir esta deficiência na área da saúde

O testemunho do Deputado Fernando Diniz e bastante contundente quando reconhece que realmente, nesta análise, essas fontes não conferem com o entendimento inicial A nossa Assessoria, logo depois da reunião saiu em campo e fizemos diversas questões em todas as areas do Governo, inclusive em areas intocáveis ate o momento, para checarmos na fonte os possíveis erros e omissões que justificassem e reforçassem a posição que o Relator podena tomar Confesso aos senhores que estamos levantando todas as notas técnicas e estamos realmente chegando a conclusão de que estas fontes, por-hora, não existem Pelo menos onde já procuramos, algumas delas, as que já foram detectadas, apresentam, inclusive, um comportamento ao contrario daquilo que pensávamos

Mas, isso não invalida e não invalidou a nossa busca junto ao Governo, estamos conversando Quando eu disse na reunião que tanto o Deputado Arnaldo Madeira como o Presidente da Comissão, o Senador Ney Suassuna, e o Relator seriam também interlocutores entre o Governo e a Comissão, é porque antes do confronto nos interessa a solução Estamos fazendo sentir a todas áreas do Governo a nossa preocupação com essa defasagem na área da saúde A primeira nota que levamos foi ao Ministro Kandir Estivemos posteriormente com outras autoridades pedindo soluções para que o problema fosse sanado, isso na

eventualidade de não encontramos aqui dentro a possibilidade de atender o dispositivo que impõe ao Relator essa tomada de posição

Queremos ressaltar que o problema da saúde, no nosso entendimento, não é propriedade de ninguém em particular ou de bancada alguma, mas é uma questão do Congresso Nacional e principalmente da Comissão. É o apelo que fazemos é para que essa negociação continue com a participação dos senhores e daqueles que se interessam diretamente pelo assunto, mais no sentido de encontrarmos a solução que estamos buscando, porque seria muito cômodo se estivéssemos trabalhando com um orçamento que não fosse tão esquelético como este, no qual não estamos encontrando recursos inclusive para cobrir os investimentos normais do Orçamento

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Relator, V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Perfeitamente

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Relator, primeiro, o argumento de que os recursos destinados para a área da saúde foram superestimados quando foi feito o Orçamento.

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Eu não digo para a área da saúde

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - não condiz com a realidade dos fatos. Previra uma arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira de algo em torno de 5 bilhões. A previsão é muito maior este ano. Segundo cálculos da Receita, a arrecadação da CPMF pode atingir 7 bilhões

Eu queria pedir já à nossa Assessoria um estudo para saber quais as justificativas do decreto de contingenciamento, qual o crescimento da receita, se aquelas hipóteses levantadas quando foi feito o contingenciamento se confirmaram posteriormente, se a receita caiu ou não. Por fonte, o que prevíamos de receita no Orçamento caiu ou não? Quais as fontes da Saúde? As fontes da Saúde caíram ou não?

Então, Sr. Relator, o que está em causa, basicamente, pode ser até que a Comissão interprete o artigo da LDO de acordo com o ponto de vista do Deputado Fernando Diniz. Pode ser que haja essa interpretação e que, por maioria, se ganhe, se vote. Mas o que está em causa agora é o acordo firmado na reunião dos Líderes. Acho que isso é que está em causa. Foi feito um acordo. Não aprovamos tudo o que queríamos, pois queríamos aprovar outras emendas. Até retiramos algumas emendas do Deputado João Fassarella, porque houve queda em alguns subprogramas. Mesmo a minha emenda do FUNDAF eu retirei. O único adendo, até por uma lógica, foi a aprovação de uma lei geral de telecomunicações que quero que seja respeitada na Lei Orçamentária. É a única coisa nova além do acordo que foi introduzido. Acatamos de três para cinco.

Então, Sr. Relator, o que está em causa não é propriamente uma nova interpretação, e o respeito ao acordo. Eu faria um apelo a V. Exa. para que o respeitássemos. Um acordo sempre acontece depois que uma parte cede e outra também, buscando-se o consenso. Todos nós estamos motivados para votar rapidamente o parecer preliminar. O ônus de não votarmos o parecer preliminar hoje vai ficar nos ombros do Líder do Governo. O que estamos trazendo para discutir não é uma interpretação, que pode ser feita posteriormente em uma reunião ampla da Comissão e até por votos ser aprovada. O que estamos discutindo é se é válido ou não o acordo firmado.

V. Exa. quer alterar, e acha que é inconstitucional incorporar a Fonte 144 para aumentar os recursos, tudo bem, eu até aceitaria mudar o art. 27, que tem a palavra "poderá". Se V. Exa. discorda, no artigo posterior tem a expressão "poderá".

Queríamos chamar a atenção de V. Exa. para o fato de que nós cedemos, e temos manifestado na Comissão essa disposição de levar a bom termo os trabalhos, mas sinceramente, foi realizado o acordo. No acordo constou a palavra "deverá". Informamos as nossas bases, aos nossos Líderes que aquela vitória estava assegurada. De repente somos surpreendidos pela mudança, não será correto esse entendimento. Na minha opinião, é isso que está em debate.

O SR. DEPUTADO FERNANDO DINIZ - Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Deputado Fernando Diniz.

O SR. DEPUTADO FERNANDO DINIZ - O Deputado Sérgio Miranda tem toda razão quando diz que fizemos um acordo. Não tenho dúvida alguma. Eu participei do acordo, e meu entendimento naquela hora era esse. Também informei as minhas bases da conquista que tivemos. A única diferença é que acho que devemos fazer o exercício da humildade e informar as nossas bases que erramos. Por quê? O que mais me importa é saber da recuperação dos recursos da Saúde, sobretudo na parte de ações continuadas e na parte de custeio. Importa-me mais saber que a alocação dos recursos de 1997 para 1998 no que diz respeito à prevenção de endemias não foi diminuída, e isso é que está em jogo.

Fizemos um acordo baseado em uma premissa e em uma análise, o que é errado. Quero reconhecer que me importa o recurso a mais, me importa a recuperação do recurso, mas com qualidade de aplicação. Não adianta investir 1,2 bilhão em recuperação de recurso onde não há necessidade, porquanto esse recurso irá só para investimento. Não teremos emendas o bastante para consumir esse recurso. O compromisso que estamos querendo, continuando o acordo que fizemos na reunião de Líderes, é de que um "poderá" vai facilitar a recomposição de recursos mesmo na parte de custeio daquelas ações que são importantes para a área de saúde. Isso é que está sendo pleiteado junto aos nossos companheiros, aos quais pedimos a compreensão. O Sr. Relator já sentiu de público a responsabilidade de tratar com todo zelo e com todo desejo de recuperar esses recursos quantitativos na área de saúde. Não podemos duvidar da palavra.

Portanto, eu pediria aos meus companheiros que, primeiro, interpretassem o cumprimento do acordo em sequência — não há desfazimento, há uma vontade de modernizá-lo, de aprimorá-lo para que ele tenha realmente condições de alcançar o objetivo que naquele momento desejávamos —, segundo, reconsiderar baseado no compromisso e na palavra não só do Relator-Geral como de todos os componentes da Comissão, porque, se chegarmos na frente e o acordo não for cumprido, nós rejeitaremos o relatório e acabou. As nossas tratativas não são para o momento pontual, mas para a continuidade da confecção do Orçamento. É baseado nisso que eu pediria aos nossos companheiros essa reconsideração e a compreensão de que todos nós vamos trabalhar no caso da Saúde.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO BERNARDINO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o nobre Deputado Genésio Bernardino.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO BERNARDINO - Sr. Presidente e nobre amigo Deputado Aracely, Relator-Geral, não sou filólogo, portanto, não sou um *expert* da linguística nacional, cuja herança vem do país-mãe, que é Portugal. Mas pelo pouco que entendo, estamos aqui discutindo o sexo dos anjos. O verbo "dever" e o verbo "poder", ambos colocados no condicional, não têm construção impositiva alguma para uma execução objetiva. Não se constrói nada quando se usa o verbo no condicional, porque ele não tem nenhuma construção impositiva.

Baseado nesse propósito, o Deputado Arnaldo Madeira, ilustre Líder e aqui representando o Poder Executivo, não precisaria, com esta demonstração que faço, mudar a palavra "deverá". Por outro lado, o Deputado Fassarella e meu nobre amigo Deputado Miranda, outra razão também não têm. Tanto significa dentro da conjugação do verbo a palavra "poderá" como a palavra "deverá". Nenhuma delas tem caráter impositivo, pois estão colocadas no condicional, e o responsável pelo complemento disso fará ou não.

Portanto, estamos aqui perdendo um longo tempo, sem nenhuma objetividade nesse propósito, no avançado da hora, diante de uma discussão sem nenhum fundamento. Ela não carrega nenhuma roupagem de fundamento para uma discussão sem nenhuma objetividade, porque as defesas de ambos os lados estão completamente equivocadas, para não dizer completamente errôneas. Tanto faz colocar a palavra "deverá" como a palavra "poderá", porque elas não têm significado algum em uma construção futura e ficam na dependência de quem for executar esse processo.

O Deputado Arnaldo Madeira poderia muito bem renunciar a esta palavra "poderá", bem como o outro lado renunciar a palavra "deverá", porque todas elas são linhas paralelas que podem se encontrar no futuro se aquele que a receber assim quiser fazer se encontrar recursos o bastante para investir na Saúde.

Sou suspeito, pois sou médico. A emenda me pertence, portanto todos nos defendemos dinheiro para a Saúde. E acho também que o Governo tem de interpretar dessa maneira. O nosso Relator-Geral assume o compromisso de vasculhar os canais deste Orçamento para encontrar um acesso para cobrir essa deficiência que machuca e que doi na própria consciência nacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Madeira e em seguida o Relator.

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - Sr. Presidente, quero voltar à minha intervenção inicial, quando tratei desse assunto. Insisti porque tinha apresentado o destaque na pressuposição de facilitar a vida do Relator. Eu disse aqui na primeira intervenção: "Olha, não vou fazer aqui questão fechada nessa matéria". Acho que a palavra "poderá", e tem razão o nobre Deputado Bernardino, deixaria, na minha opinião, o Relator em uma situação mais cômoda.

Quando fiz referência a previsão de receita, estava me reportando, nobre Deputado Sérgio Miranda, à receita estimada e aquela que está sendo realizada, e esta tem uma quebra no Orçamento Geral, não no orçamento da Saúde. Refiro-me ao Orçamento Geral. Há uma quebra que hoje esta sendo estimada em torno de 4 bilhões em relação ao que foi aprovado pelo Congresso.

Então, Sr. Presidente, assusto-me quando dizem: "Vamos pedir verificação". Eu já disse, na primeira intervenção, que eu estava querendo facilitar a vida do Relator, porque não estou vendo onde vamos encontrar esse recurso que não seja na emissão de títulos. Vamos ficar em uma situação contraditória de dizer ao Governo para aumentar a dívida.

Já tinha dito, no início da intervenção, que eu não estava querendo fazer dessa questão um cabo de guerra, e quem ganhar leva. Não. Acho que devemos terminar a discussão hoje.

Simplemente, eu procurei, insisto, facilitar a vida do Relator e o trabalho da Comissão que tem andado em um bom entendimento. Simplesmente isso. Eu acho que até a interpretação do "deverá" e do "poderá" tem razão. Isso e uma interpretação elástica que se pode dar lá na frente.

Então, eu tinha dito a V. Exa. que poderia inclusive retirar, dependendo da interpretação do Relator. Portanto, não há nenhum problema. Não quero aqui atrasar. Nem ter a responsabilidade que o Deputado Sérgio Miranda estava pondo-me nas costas.

Agora, quero sim, verificar como é que a Comissão vai encontrar os recursos para atender às emendas coletivas, as emendas individuais e atender este montante de recursos que muitos Deputados acham que têm de ser contrários. Isso é que eu quero ver, se a gente vai fazer um Orçamento de forma responsável como nós nos estamos propondo. Isso só veremos ao fim e ao cabo dos trabalhos da Comissão, que eu espero estejam concluídos em 2 de dezembro se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Se Deus quiser.

Então, V. Exa. está retirando as emendas. Tendo retirado as emendas passo a palavra ao Relator para que conclua, portanto, o acatamento das proposições aqui feitas.

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Sr. Presidente, eu gostaria de rapidamente dizer o seguinte ao nobre Deputado Sérgio Miranda: na verdade, nós fizemos um acordo e todo acordo que é feito, e feito para ser cumprido. Ocorre que este acordo foi alcançado em premissas, que se não falhas, pelo menos não são sólidas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - Deputado, V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO MADEIRA - O próprio Deputado Sérgio Miranda já tinha concordado. Depois, com a intervenção do Deputado João Fassarella, ele voltou atrás. Porque nós todos aqui estamos trabalhando na construção do acordo permanentemente. É ou não é? Ele fica argumentando: "uma coisa tem de ser cumprida, tem de ser cumprida", quando ele próprio já tinha

concordado com a nova posição. Ai, a intervenção do Deputado João Fassarella mudou.

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - O Deputado João Fassarella e eminência parda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Eu gostaria de agradecer todas as intervenções, pois acho que elas contribuem para o aperfeiçoamento do processo.

Mas quero dizer que enquanto o Deputado Genesio Bernardino levanta uma questão de semântica bastante interessante, acho que esta Comissão está evoluindo mesmo. Digo o seguinte, na medida em que usássemos o "deverá" no lugar no "poderá", abrandaria uma posição nossa nas negociações que estamos mantendo, visando realmente alocar mais recursos para a Saúde. Eu acho que abrandaria.

Agora, abrandando, acho que poderíamos chegar a um resultado mais positivo, mais salutar nessas negociações, porque vamos esgotar. Vamos esgotar todas essas possibilidades que foram aventadas. Esgotadas, vamos lançar mão do recurso que temos. Ocorre que compete ao Governo também a palavra final. Acho que estamos querendo ir além e fechando talvez uma porta para a negociação.

O Relator cumpre perfeitamente o acordo firmado, so que se sente um pouco, as vezes, tolhido na posição de negociação, porque aqui nós já vamos na condição de imposição. Quando na própria LDO essas condições foram impostas, elas foram vetadas e até hoje o Congresso Nacional não apreciou esses vetos. Talvez a falha maior nossa fosse derrubar os vetos. Essa seria a grande saída. A saída técnica, a saída constitucional.

Então, gostaria de agradecer as colocações feitas aqui e dizer que acato as seguintes sugestões em razão de acordo: inclua-se após o item 19.5, do órgão dois. O Ministério das Comunicações verificara a observância das disposições contidas na Lei Geral das Telecomunicações, Lei nº 9.472/97, no que diz respeito ao Fundo de Fiscalização de Telecomunicações, FISTEL.

Alteração do item 22.1, da parte "b", que passa a ser 22.1, ultrapassar o limite de 15% do total aprovado pela relatoria setorial. Para emendas coletivas de bancadas estaduais.

Item 3. Alteração do item 20.4.3 que passa a ser 20.4.3, a solicitação somente poderá propor até cinco subprojetos, subatividades, limitado no máximo a dois órgãos.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Relator, quando nos aumentamos de três para cinco, este aumento foi em torno de 70%. E por que não o limite também não seria.

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Porque nós não temos recursos, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tendo em vista as explicações do Relator, ponho em votação essas colocações, primeiramente na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos dar a palavra, antes de encerrar, ao Relator.

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Sr. Presidente, tinha uma proposição do Deputado Fernando Diniz que não foi apreciada. Eu gostaria ainda de submeter.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Qual?

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Trata-se da 24.3, "em outras despesas correntes, excluindo os limites, limitados em 50% do conjunto das dotações constantes da proposta".

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Seria a retirada, a exclusão desta expressão?

O SR. DEPUTADO ARACELY DE PAULA - Isso

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs Deputados que estejam de acordo permaneçam como estão (Pausa)

Aprovado

Em votação no Senado Federal

Os Srs Senadores que estão de acordo permaneçam como estão (Pausa)

Aprovado

Nada mais havendo a tratar esta encerrada a sessão

Muito obrigado a todos

Ata da 12ª Reunião Ordinária, realizada em 23/10/97

SEXTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA QUINQUAGÉSIMA LEGISLATURA

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO. REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1997.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e sete, às onze horas e vinte e oito minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário número 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do seu titular, Senador NEY SUASSUNA. Compareceram a reunião os membros titulares, Deputados Adauto Pereira, Albérico Filho, Alexandre Ceranto, Aracely de Paula, Arlindo Chinaglia, Armando Abílio, Arnaldo Madeira - Primeiro Vice-Presidente, Arnon Bezerra, Augusto Nardes, Barbosa Neto, Basílio Villani, Betinho Rosado, Ceci Cunha, Chico Vigilante, Cipriano Corrêa, Cleonânio Fonseca, Danilo de Castro, Etevalda Grassi de Menezes, Fausto Martelli, Felipe Mendes, Fernando Ribas Carl, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Israel Pinheiro, João Coser, João Fassarella, João Leão, José Prante, Jose Rocha, Júlio Cesar, Lídia Qunan, Luis Barbosa, Luiz Braga, Marcio Renaldo Moreira, Marcus Vicente, Neuto de Conto, Odacir Klein, Osvaldo Reis, Paulo Bernardo, Paulo Gouvêa, Paulo Rocha, Pedro Novais, Roberto Balestra, Rodrigues Palma, Rommel Feijó, Sarney Filho, Sérgio Miranda e Silveriani Santos, e Senadores Antônio Carlos Valadares, Carlos Bezerra, Carlos Patrocínio, Edison Lobão, Eduardo Supley, Flaviano Melo, Jefferson Pêres, Jonas Pinheiro, Jose Bianco, Lucio Alcântara, Marluce Pinto, Ney Suassuna - Presidente e Romero Juca, os membros suplentes, Deputados B Sa, Benedito de Lira, Euripedes Miranda, Olávio Rocha, Pedro Correa, Valdomiro Meger e Yeda Crusius. Foi registrado o comparecimento dos Parlamentares não integrantes da Comissão, Deputada Fatima Pélais e o Senador José Roberto Arruda. Foi registrada a ausência dos membros titulares, Deputados Célia Mendes, Euler Ribeiro, Flavio Palmer da Veiga, Genesio Bernardino, Jose Janene, Oscar Goldoni, Osvaldo Coêlho, Paulo Lima, Pedro Canedo, Pedro Henry, Roberto Rocha, Robson Tuma, Serafim Venzon, Silas Brasileiro e Uilson Bandeira. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme o estipulado no inciso 3º do Artigo 32 do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente abriu a reunião destinada a apreciação da Pauta nº 23/97. Em seguida, anunciou a apreciação da Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária, realizada em 07 de outubro do corrente. Havendo concordância do Plenário, o Presidente dispôs de uma leitura da Ata, por ter sido distribuída antecipadamente através da Pauta. Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do artigo 3º do Regulamento Interno desta Comissão, o Presidente declarou a Ata aprovada. **EXPEDIENTE:** 1) De procedência interna 1a) encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão 1) Ofício 481, de 07 de outubro, do gabinete do Deputado Paulo Gouvêa, comunicando ausência aos trabalhos realizados no período de 07 a 19 10 97, 2) Ofício 071, de 13 de outubro, do gabinete da Deputada Laura Carneiro, comunicando ausência aos trabalhos realizados no período de 13 a 17 10 97, 1b) Retificações em emendas de bancada apresentadas ao Orçamento para 1998 1) Ofício 070, de 15 de outubro, do gabinete da Deputada Laura Carneiro, apresentando o seu apoio ao apoio as Emendas apresentadas pela Bancada do Estado do Rio de Janeiro, 2) Expediente de 17 de outubro, do Deputado Elton Rohmelt, retraindo sua assinatura da Ata da Reunião de Bancada do Estado de Roraima que indicou a Senadora Marluce Pinto para Coordenadora da referida Bancada, 3) Ofício 257, de 08 de outubro, da

Liderança do PTB, indicando o nome do Deputado Israel Pinheiro Filho para o cargo de Coordenador da Bancada do PTB, em substituição ao da Deputada Etevalda Grassi de Menezes, 4) Ofício 1050, de 13 de outubro, da Comissão de Direitos Humanos, encaminhando Parecer acerca do Projeto de Lei Orçamentária para 1998, 5) Expediente de 16 de outubro, do gabinete do Deputado Jose Santana de Vasconcellos, comunicando sua designação para o cargo de Coordenador da Bancada do Estado de Minas Gerais, 6) Ofício s/nº, de 21 de outubro do Senador João França, comunicando seu apoio ao apoio as Emendas da Bancada do Estado de Roraima sob a coordenação do Deputado Luciano Castro, 7) Expediente de 21 de outubro, do Deputado Luis Barbosa Alves, comunicando seu apoio ao apoio as Emendas da Bancada do Estado de Roraima sob a coordenação do Deputado Luciano Castro, 1c) Diversos 1) Ofício 471, de 21 de outubro, do Deputado Luiz Durão, comunicando a sua integração ao Partido da Frente Liberal, 2) Ofício 276 de 17 de outubro, do Gabinete do Senador Jose Sarney, encaminhando Proposta de Emenda ao Orçamento Geral da União da Coordenação Nacional de DST E AIDS, solicitando a alocação de recursos orçamentários para ação e prevenção e tratamento das DST E AIDS, 3) Expediente de 08 de outubro, do Deputado Arnaldo Madeira, encaminhando dois exemplares do Relatório da Construção da Ponte Rodoferrviária sobre o Rio Parana 11) De procedência externa 1) Expediente datado de 25 de setembro, remetido pela Consultoria Responsável da Essere Consultoria, Professora Rosmêth Monteiro Soares, pelo qual apresenta agradecimentos pela atenção dispensada aos Deputados da Assembleia da Republica de Moçambique quando da visita à Comissão, 2) Expediente datado de 1º de outubro, enviado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, através do qual solicita a salvaguarda dos valores destinados as bolsas de estudo e ao fomento do CNPq e do CAPES, 3) Expediente de 29 de setembro, procedente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva solicitando que sejam assegurados recursos na área de Ciência e Tecnologia no Orçamento Geral da União para 1998 4) Ofício 742, de 01 de outubro, procedente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, encaminhando cópias das Leis de Diretrizes Orçamentárias referentes aos exercícios de 96/97/98, em resposta ao ofício P-005/97-CMPOPT desta Presidência, 5) Telex nº 25670, de 14 de outubro, enviado pelo Prefeito de Campo Grande, informando sua impossibilidade de comparecimento a Reunião Regional do Centro-Oeste, 6) Telex nº 52563, de 15 de outubro, enviado pelo Secretário de Planejamento de Mato Grosso informando sua impossibilidade de comparecimento à Reunião Regional do Centro-Oeste, 7) Fax s/nº, de 19 de outubro, do Ministério da Educação informando impossibilidade de comparecimento do Senhor Ministro a Reunião Regional do Centro-Oeste, 8) Ofício 411, de 15 de outubro, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, através do qual presta esclarecimentos sobre a obra do Açude Jenipapo no Estado do Piauí, e 9) Ofício 802, de 14 de outubro, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, encaminhando proposta de emenda a Bancada Estadual para Orçamento da União para 1998. **ORDEM DO DIA PAUTA Nº 23/97:** Apresentação, discussão e votação do Relatório ao Projeto de Lei nº 197-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$ 18.912.789,00 para os fins que especifica" Relator Deputado Alexandre Ceranto. Voto Favorável, nos termos propostos no Projeto sem alteração. O Relator fez a apresentação do seu Relatório e, não havendo oradores inscritos para o debate, o Presidente passou à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, nas respectivas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. II - Apreciação das Contas do Governo Federal referentes a 1996 Relator Senador Jefferson Pêres. Voto pela aprovação das Contas com ressalvas e recomendações. A discussão da matéria foi adiada, em virtude da impossibilidade de comparecimento do Relator ao plenário da Comissão. O Senador Jose Roberto Arruda, na qualidade de Líder do Governo no Congresso Nacional, comunicou ter informações disponíveis relativas a matéria. O Deputado Paulo Bernardo discutiu o assunto. O Presidente discorreu acerca do processo de apresentação de emendas ao Orçamento para 1998, comunicando que as Bancadas de Rondônia e de Roraima não efetuaram a entrega das respectivas emendas. O Presidente solicitou aos integrantes da Bancada de Roraima que chegassem a um consenso o mais rapidamente possível. Discutiram o assunto o Deputado Roberto Balestra e a Senadora Marluce Pinto. **ENCERRAMENTO:** As onze horas e cinquenta e oito minutos, o Presidente encerrou os trabalhos e, para constar, eu, Myrma Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador NEY SUASSUNA, Presidente. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Havendo número regimental, declaramos aberta a 12ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação da Pauta nº 23 deste ano

Apreciação da Ata da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 7/10/97. Se houver concordância do plenário, fica dispensada a leitura da Ata por ter sido distribuída antecipadamente através da Pauta.

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro aprovada a Ata em questão.

Acuso o recebimento dos seguintes expedientes:

De procedência interna.

Ofício nº 481, de 7 de outubro, do gabinete do Deputado Paulo Gouvêa, comunicando ausência aos trabalhos realizados no período de 7 a 19 do corrente.

Ofício nº 071, de 13 de outubro, do gabinete da Deputada Laura Carneiro, comunicando ausência aos trabalhos realizados no período de 13 a 17 do corrente;

Ofício nº 070, de 15 de outubro, do gabinete da Deputada Laura Carneiro, apresentando seu apoio às Emendas apresentadas pela Bancada do Estado do Rio de Janeiro ao Orçamento Geral da União para 1998.

Ofício s/nº, de 17 de outubro, do Deputado Elton Rohne, retirando sua assinatura da Ata da Reunião da Bancada do Estado de Roraima que indicou a Senadora Mariuce Pinto para Coordenadora da referida Bancada.

Ofício nº 257, de 8 de outubro, da Liderança do PMDB, do PTB, indicando o nome do Deputado Israel Pinheiro Filho para o cargo de Coordenador da Bancada do PTB, em substituição ao da Deputada Etevalda Grassi de Menezes.

Ofício nº 1.050, de 13 de outubro, da Comissão de Direitos Humanos, encaminhando Parecer acerca do Projeto de Lei Orçamentária para 1998.

Ofício s/nº, de 16 de outubro, do gabinete do Deputado José Santana de Vasconcellos, comunicando sua designação para o cargo de Coordenador da Bancada do Estado de Minas Gerais.

Ofício nº 471, de 21 de outubro, do Deputado Luiz Durão, comunicando a sua integração ao Partido da Frente Liberal.

Ofício s/nº, de 21 de outubro, do Senador João França, comunicando seu apoio às Emendas de Bancada do Estado de Roraima sob a coordenação do Deputado Luciano Castro.

Ofício s/nº, de 21 de outubro, do Deputado Luís Barbosa Alves, comunicando seu apoio às Emendas da Bancada do Estado de Roraima sob a coordenação do Deputado Luciano Castro.

Ofício nº 276, de 17 de outubro, do Gabinete do Senador José Sarney, encaminhando Proposta de Emenda ao Orçamento Geral da União da Coordenação Nacional de DST e AIDS, solicitando a alocação de recursos orçamentários para a ação preventiva e tratamento das DST e AIDS.

Ofício s/nº, de 8 de outubro, do Deputado Amaldo Madeira, encaminhando dois exemplares do Relatório da Construção da Ponte Rodoviária sobre o Rio Paraná.

De procedência externa:

Expediente datado de 25 de setembro, remetido pela Consultora Responsável da Essere Consultoria, Professora Ronithe Monteiro Soares, pela qual apresenta agradecimentos pela atenção dispensada aos Deputados da Assembleia da República de Moçambique quando da visita à Comissão;

Expediente datado de 1º de outubro, enviado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, através do qual solicita a salvaguarda dos valores destinados às bolsas de estudo e ao fomento do CNPq e do CAPES,

Expediente de 29 de setembro, procedente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, solicitando que sejam assegurados recursos na área de Ciência e Tecnologia no Orçamento Geral da União para 1998;

Ofício nº 742, de 01 de outubro, procedente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, encaminhando cópias das Leis de Diretrizes Orçamentárias referentes aos exercícios de 96/97/98, em resposta ao ofício P-005/97 desta Presidência,

Telex nº 25670, de 14 de outubro, enviado pelo Prefeito de Campo Grande, informando sua impossibilidade de comparecimento à Reunião Regional do Centro-Oeste;

Telex nº 52563, de 15 de outubro, enviado pelo Secretário de Planejamento de Mato Grosso, informando da sua impossibilidade de comparecimento à Reunião Regional do Centro-Oeste;

Fax s/nº, de 19 de outubro, do Ministério da Educação, informando a impossibilidade de comparecimento do Sr. Ministro à Reunião Regional do Centro-Oeste,

Ofício nº 411, de 15 de outubro, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, através do qual presta esclarecimentos sobre a obra do Açude Jenipapo no Estado do Piauí;

Ofício nº 802, de 14 de outubro, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, encaminhando Proposta de Emenda à Bancada Estadual para Orçamento da União para 1998.

Ordem do Dia.

Apresentação, discussão e votação dos Relatórios aos seguintes Projetos de Lei:

Projeto de Lei nº 19/97, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$ 18.912.789,00 para os fins que especifica".

O Relator é o nobre Deputado Alexandre Ceranto, que oferece voto favorável, nos termos propostos no Projeto, sem alteração.

Com a palavra, o Deputado Alexandre Ceranto, Relator da matéria para expor o seu voto.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CERANTO - Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes; não apresenta incompatibilidade com o Plano Plurianual, bem como não incide nas vedações expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1997.

As programações de suplementação e de cancelamento encontram-se previstas na Lei Orçamentária do exercício e a execução orçamentária dos subprojetos/subatividades até 14 de agosto de 1997 consta do Anexo a este relatório.

No que respeita às emendas apresentadas, propomos a rejeição das emendas a seguir relacionadas pelas razões que se seguem::

Emendas nºs 019-00001-9 e 019-00003-5 por contrariarem o art. 47, inciso I, alínea "a" do Regulamento Interno da Comissão.

Emendas nºs 019-00002-7, 019-00004-3, 019-00005-1, 019-00006-0, 019-00007-8, 019-00008-6 e 019-00009-4, para não comprometer a suplementação dos subprojetos do Fundo Penitenciário constantes do presente projeto de lei. Ressalto que estou propondo, inclusive, a rejeição de uma emenda de minha autoria

Pelo exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 1997, na forma apresentada pelo Poder Executivo e pela rejeição das emendas apresentadas

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Relatório favorável do nobre Deputado Alexandre Ceranto.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão (Pausa)

Aprovado

Passa-se ao Item II da Pauta. o Relatório do Senador Jefferson Péres, que vota pela aprovação das Contas, mas lamentavelmente hoje S.Exa. está relatando ao mesmo tempo um importante projeto na Comissão de Economia do Senado e por isso virá na próxima reunião.

O SR. SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, faço registro de que a Liderança do Governo já tem em seu poder todas as explicações necessárias para a discussão da matéria. E no momento em que o Relator apresentar o seu relatório, achamos que essa discussão é extremamente importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Sr. Deputado Paulo Bernardo, V. Exa. solicita a palavra sob que título?

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem até em função do que disse o Líder do Governo. É bem-vinda a argumentação do Líder do Governo e é importante esse debate. Realmente não poderíamos fazer essa discussão sem a presença do Senador Jefferson Péres. Entretanto, se o Governo já tem os dados, poderia inclusive fornecê-los à Comissão para começarmos a trabalhar e discutir esse assunto e, na próxima reunião, estaríamos melhor preparados

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Tendo em vista que o projeto não está em discussão, a Presidência solicita que, em caráter particular, o Líder do Governo possa discuti-lo. Será muito bem-vindo porque irá acelerar a distribuição dos dados.

A Presidência está enfrentando alguns problemas e gostaria de repartir com V.Exas. a responsabilidade dos mesmos: a entrega das emendas correu sem maiores alterações, exceto em dois casos: houve um Estado que só apresentou uma emenda e duas Bancadas não conseguiram fechar.

Seria necessária uma reunião dos Líderes na Comissão, dos Sub-relatores e do Relator-Geral para tomarmos uma decisão quanto ao procedimento das duas Bancadas que são, respectivamente, do Estado de Rondônia e do Estado de Roraima.

Já fizemos a tentativa de reunir as Bancadas, solicitando que buscassem um acordo que não prejudicasse os interesses do Estado. Mas, lamentavelmente, isso ainda não ocorreu. Diante do fato, gostaria de dividir a responsabilidade com os Líderes, com os Sub-relatores e com o Relator porque tivemos um desafio. E eu o repasso a V. Exas. quando da solicitação dos cinco dias de ^{prorrogação} proteção da entrega das emendas, como Presidente fiz um ofício ao Presidente do Congresso Nacional, que o defendeu mas, em termos um tanto quanto duros, disse que esperava que fosse a última vez que protelassemos, porque queria ver cumprido o cronograma de o Orçamento ser votado no prazo proposto. É óbvio que este também é o nosso interesse. Portanto, não queria falhar com esse objetivo e sei que V. Exas. também não desejariam falhar.

Portanto, solicito aos Srs. Líderes e aos Srs. Sub-relatores que, logo após o término da reunião, fizéssemos um *petit comité* para discutir as regras. Ainda hoje pretendo realizar uma reunião com as duas Bancadas a fim de encontrar *animus* com a convivência de forma a encontrar uma solução e não tenhamos Estados irmãos com dificuldades.

Não havendo mais nada a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Antes de encerrar, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, todos temos o máximo interesse de que cada Estado receba ou aproveite as emendas que a Comissão de Orçamento oferece. Constrange-nos bastante saber que dois Estados não conseguiram alcançar o consenso. Mas também me preocupa a Presidência ter de tomar uma medida que extrapola inclusive as normas da LDO e a tradição da Comissão, porque o prazo determinado de entrega é para todos. Se não houve o consenso por parte deles, imagino que V. Exa. terá muita dificuldade para ampliar o prazo e amparar os dois Estados. Creio que seja até uma temeridade essa convocação, pois poderá trazer um transtorno muito grande para V. Exa. e para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Nobre Deputado, a Presidência não tomou essa decisão. A Presidência solicitou antes do prazo, tentou fazer... Indevido, e comunicamos às Bancadas. Estamos fazendo isso apenas como solicitantes. Concorro com V. Exa. que não é justo que uns cumpram o prazo e outros não. Mas houve uma exceção do ano passado e em anos anteriores que não

foram as melhores porque os relatores atenderam isoladamente. Portanto, ficou ao arbítrio de alguns.

Estou convocando os líderes exatamente para dividirmos a responsabilidade e descobrirmos o caminho. Se o Relator-Geral disser que não há, não terá. A Presidência não tomará uma decisão isoladamente. Não temos uma Presidência ditatorial. Estamos aqui em convivência e vamos buscar a decisão da maioria. Sena melhor encontrarmos outra solução do que a do ano anterior, cujos relatores setonais fizeram como emenda de relator, que neste ano é mais difícil e mais complicado porque gerou mais problemas.

Comecei dizendo que estou com um problema e quero dividir com V. Exas. Vamos encontrar o caminho. Se o encontramos em conjunto, ótimo. Se não encontramos, paciência. O Regimento terá de ser cumprido.

Concedo a palavra a nobre Senadora Marluce Pinto, última oradora inscrita.

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO - Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão e principalmente ao Deputado Roberto Balestra, que já conheço há três legislaturas, não sabem V. Exas. como é difícil para mim enfrentar essas situações de Roraima. Sou Parlamentar há aproximadamente doze anos e muitos me conhecem desde que fui Deputada, sempre defendendo as emendas do meu Estado e nunca houve problema. Mas, infelizmente, no ano passado e neste ano, há Parlamentares se negando a fazer. E não é justo, que, principalmente o Estado que considero o mais carente da Federação brasileira, fique prejudicado única e exclusivamente porque há Parlamentares — não citarei o nome agora porque ainda espero que haja consenso. Mas, se não houver, posteriormente, vou dizer porque S. Exa. falou para o Deputado Francisco Rodrigues que não iria assinar nenhuma emenda porque não tem o interesse que o nosso grupo e do Governador têm por questões de candidatura governamental. Isso é difícil.

O Deputado Roberto Balestra me conhece há muito tempo, conhece o Prefeito da Capital, Otomar Pinto. Não queremos emendas eleitorais. Queremos emendas para desenvolver um Estado que foi criado recentemente e até porque estão fazendo tanta política de que o nosso Presidente é testemunha. Quase à meia noite do último dia, eu telefonei para S. Exa., porque cheguei às 11h30min, com Mira, para retirar o disquete e bati as nossas emendas, colocando três para cada grupo. Então, completava nove. E na última, uma conjunta. Quando dei entrada, a Mira me falou. Senadora, sinto muito mas o Deputado Elton Rohneit retirou a assinatura. Isso é difícil.

Liguei para o nosso Presidente para saber se podia ao menos tirar o disquete. No dia seguinte, convenceram o Deputado a retirar. Está aqui. Foi entregue no dia 21. E ainda diz: entregue pela Rita, do gabinete do Senador Romero Jucá. Está aqui a autenticação. Não é possível que por causa de um Senador e um Deputado se prejudique todo um Estado, ainda mais um Estado carente.

Solicitei ao Presidente a retirada do disquete com o compromisso de, no dia seguinte, não conseguindo, que S.Exa. cancelasse. Falou S.Exa.: Senadora, sabe V.Exa. que não posso fazer isso porque tem que ser oito. O que posso fazer é reunir as pessoas depois.

Solicito a V.Exas. que dêem mais essa oportunidade a Roraima, embora nenhum de V.Exas. tenha

nenhum de V.Exas. tenha o compromisso direto. Mas conhecem V.Exas. a nossa luta. Quena ter ao menos essa oportunidade. E vou dizer mais: o jornal de Roraima, ligado ao Senador e ao Deputado, ainda diz que "no caso de Roraima, uma briga do Governador Neudo Campos com a Senadora Marluce Pinto deixou o Estado sem as emendas de Bancada. É briga de quadrilha! Esbravejou o Senador Romero Jucá. Não vou entrar nesse tiroteio."

V.Exas. me conhecem aqui na Comissão. Já fui Sub-relatora, já fui Coordenadora e nunca criei problemas. Muito pelo contrário, sempre procurei cooperar com os meus colegas. Então, este é o apelo que faço não só para o

Presidente mas também para o Relator e para todos os membros da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Nobre Senadora, sabemos de sua angústia. Vamos tentar encontrar uma solução. Temos de seguir o Regimento e apenas com a autorização dos líderes, dos Sub-relatores e do Relator teremos autoridade para..

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO - Não, pelo menos para vermos depois. Se V.Exas. lerem *O Estado de Roraima*, está dizendo o mesmo: que por divergência da Senadora e do ..

Realmente sou adversária do Governador, mas não sou sua inimiga. Todos os Deputados da Bancada do Governador foram discutir as emendas em meu gabinete

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Nobre Senadora, V.Exa. há de convir que esse é um assunto interno do Estado. Cabe a nós cumprir o Regimento. Vamos ver o que faremos e daremos uma resposta a V.Exa..

A SRA. SENADORA (Senadora Marluce Pinto) - Por isso falei que nenhum tem a responsabilidade direta. A responsabilidade é nossa. Faço apelo para esta Comissão para que conceda mais uma oportunidade ao Estado. Se os membros não entrarem num acordo, nada poderei fazer. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ney Suassuna) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador NEY SUASSUNA (PMDB/PB)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES (PSDB/AM)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO FASSARELLA (BLOCO - PT/PDT/PC do B/MG)

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTE

PFL					
ADAUTO PEREIRA	PB	5221	BENEDITO DE LIRA	AL	5215
ALEXANDRE CERANTO	PR	5472	VALDOMIRO MEGER	PR	5842
ARACELY DE PAULA	MG	5201	LAURA CARNEIRO	RJ	5516
BETINHO ROSADO	RN	5558	ROBERTO PESSOA	CE	5607
EULER RIBEIRO	AM	5544			
ROBSON TUMA	SP	5834			
JOSÉ ROCHA	BA	5908			
JÚLIO CÉSAR	PI	5654			
PAULO LIMA	SP	5507			
OSVALDO COELHO	PE	5444			
PAULO GOUVÊA	SC	5918			
LUIZ BRAGA	BA	5913			
SARNEY FILHO	MA	5202			

BLOCO PMDB/ PSD/PSL/PRONA

ALBÉRICO FILHO	MA	5554	HÉLIO ROSAS	SP	5478
CLEONÂNCIO FONSECA	SE	5824	JOSÉ CHAVES	PE	5436
ARMANDO ABÍLIO	PB	5805	SANDRO MABEL	GO	5803
BARBOSA NETO	GO	5566	SÍLVIO PESSOA	PE	5425
GENÉSIO BERNARDINO	MG	5571			
LÍDIA QUINAN	GO	5223			
NEUTO DE CONTO	SC	5209			
ODACIR KLEIN	RS	5228			
OSCAR GOLDONI	MS	5448			
PEDRO NOVAIS	MA	5813			
SILAS BRASILEIRO	MG	5932			
UDSON BANDEIRA	TO	5466			
JOSÉ PRIANTE	PA	5748			

PSDB

ARNALDO MADEIRA	SP	5473	B.SÁ	PI	5643
BÁSILIO VILLANI	PR	5634	EMERSON OLAVO PIRES	RO	5318
CECI CUNHA	AL	5727	OLÁVIO ROCHA	PA	5431
CIPRIANO CORREIA	RN	5839	YEDA CRUSIUS	RS	5956
DANILO DE CASTRO	MG	5862			
FLÁVIO PALMIER DA VEIGA	RJ	5246			
JOÃO LEÃO	BA	5320			
LEÔNIDAS CRISTINO	CE	5535			

MARCUS VICENTE
PEDRO HENRY
PIMENTEL GOMES
ROBERTO ROCHA

ES 5362
MT 5829
CE 5231
MA 5529

TITULARES

SUPLENTE

BLOCO PT/PDT/PC do B

ARLINDO CHINÁGLIA	SP	5706	EURÍPEDES MIRANDA	RO	5252
CHICO VIGILANTE	DF	5627	INÁCIO ARRUDA	CE	5528
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948	MARIA LAURA	DF	5475
GIOVANNI QUEIROZ	PA	5534	RENAN KURTZ	RS	5810
JOÃO COSER	ES	5514			
JOÃO FASSARELLA	MG	5283			
PAULO BERNARDO	PR	5379			
PAULO ROCHA	PB	5483			
SERAFIM VENZON	SC	5711			
SÉRGIO MIRANDA	MG	5462			

PPB

CLEONÂNCIO FONSECA	SE	5824	CARLOS AIRTON	AC	5745
FELIPE MENDES	PI	5640	JOÃO RIBEIRO	TO	5339
JOSÉ JANENE	PR	5608	VAGO		
LUÍS BARBOSA	RR	5340			
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	MG	5819			
OSVALDO REIS	TO	5835			
ROBERTO BALESTRA	GO	5262			
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948			
AUGUSTO NARDES	RS	5530			
VAGO					

PTB

ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	ES	5322	JOSÉ BORBA	PR	5616
ISRAEL PINHEIRO	MG	5373			
RODRIGUES PALMA	MT	5528			

PSB

GONZAGA PATRIOTA	PE	5430	FERNANDO LYRA	PE	5901
------------------	----	------	---------------	----	------

PL

PEDRO CANEDO	GO	5611
--------------	----	------

SENADORES

TITULARES

SUPLENTE

PFL

CARLOS PATROCÍNIO	TO	4068	ROMEU TUMA	SP 2051
JONAS PINHEIRO	MT	2271	JOSÉ ALVES	SC 4055
JOSÉ BIANCO	RO	2231		
JÚLIO CAMPOS	MT	4064		
ROMERO JUCÁ	RR	2111		
EDISON LOBÃO	MA	2311		

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT	2291	FERNANDO BEZERRA	RN 2461
FLAVIANO MELO	AC	3493	CASILDO MALDANER	SC 2141
JÁDER BARBALHO	PB	2441		
MARLUCE PINTO	RR	1101		
NEY SUASSUNA	PB	4345		
ONOFRE QUINAN	GO	3148		

PSDB

COUTINHO JORGE	PA	3050	LÚDIO COELHO	MS 2381
JEFFERSON PÉRES	AM	2061		
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES	2021		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301		

BLOCO PT/PDT/PSB/PPS

ANTONIO CARLOS VALADARES	SE	2201	ADEMIR ANDRADE	PA 2101
EDUARDO SUPPLY	SP	3213		
SEBASTIÃO ROCHA	AP	2241		

PPB

ERNADES AMORIM	RO	2251	LEOMAR QUINTANILHA	TO 2071
----------------	----	------	--------------------	------------

PTB

ODACIR SOARES	RO	3218/19		
---------------	----	---------	--	--



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997

Números 133-136

R\$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbué Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTE)

TITULARES	SUPLENTE
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
VILSON KLEINUBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
WALDECK ORNELAS	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTE
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 -
BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433

FAX: (55) (061) 3182154

SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 9/9/97.

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do **FUNCEGRAF**.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.



EDIÇÃO DE HOJE: 176 PÁGINAS